

LUCAS MATEUS VIEIRA DE GODOY STRINGUETTI

**UMA MODERNIZAÇÃO “PELO ALTO” — A TRAJETÓRIA
POLÍTICA DO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES (1896-1981): do
movimento tenentista ao regime militar**

ASSIS

2023

LUCAS MATEUS VIEIRA DE GODOY STRINGUETTI

**UMA MODERNIZAÇÃO “PELO ALTO” — A TRAJETÓRIA
POLÍTICA DO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES (1896 – 1981): do
movimento tenentista ao regime militar**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ASSIS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S918m Stringueti, Lucas Mateus Vieira de Godoy
Uma modernização "pelo alto" : a trajetória política do
brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981) : do movimento
tenentista ao regime militar / Lucas Mateus Vieira de Godoy
Stringueti. — Assis, 2023
351 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Paulo Cesar Gonçalves

1. Gomes, Eduardo, 1896-1981. 2. Modernização "pelo alto".
3. Liberalismo conservador. 4. Brasil - História - Tenentismo,
1922-1934. 5. Brasil - Política e governo - 1964-1985. I. Título.

CDD 320.51

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE LUCAS MATEUS VIEIRA DE GODOY STRINGUETTI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 12 dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de LUCAS MATEUS VIEIRA DE GODOY STRINGUETTI, intitulada **UMA MODERNIZAÇÃO "PELO ALTO" - A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES (1896 - 1981): do movimento tenentista ao regime militar.** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL- Assis, Prof. Dr. WILTON CARLOS LIMA DA SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL- Assis, Prof. Dr. JOSÉ LUIS BENDICHO BEIRED (Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL-Assis, Profa. Dra. KARLA GUILHERME CARLONI (Participação Virtual) do(a) Instituto de História / UFF/Niterói, Prof. Dr. AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE (Participação Virtual) do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / FGV/Rio de Janeiro. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES

À minha família, que nunca deixou de me apoiar, mesmo nos momentos mais difíceis. Ao meu amigo Cláudio, que sempre esteve ao meu lado, me orientando e incentivando para que eu nunca desistisse dos meus sonhos. Ele foi testemunha de meu esforço. À minha companheira, Tamires, parceira de todas as horas e que nunca me abandonou.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (Capes) — Código de Financiamento 001, que apoiou a realização desta tese.

Ao professor Paulo Cesar Gonçalves, que me orientou nesta pesquisa, confiou em meu trabalho e contribuiu para o meu crescimento como pesquisador.

Ao professor Claudinei Magno Magre Mendes, que muito me ensinou, orientando-me no mestrado e em parte do doutorado. Devo muito do que aprendi a seus ensinamentos, sempre proporcionados com muita paciência e atenção.

À professora Karla Guilherme Carloni, pelo modo gentil com que sempre me respondeu, sanando dúvidas e dando conselhos para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa. Agradeço também sua participação na banca de qualificação, a qual foi decisiva para o amadurecimento desta tese.

Ao professor Wilton Carlos Lima da Silva, por contribuir para a realização de minha pesquisa, por meio de sugestões e de questionamentos pertinentes para que eu pudesse evoluir no desenvolvimento desta investigação e em meu trabalho como historiador.

Ao professor Eduardo José Afonso, por ter me incentivado a estudar a figura de Eduardo Gomes no final de minha graduação em História e pelos apontamentos feitos ao longo dos meus estudos, necessários para que eu pudesse prosseguir com minha investigação.

Ao professor Américo Oscar Guichard Freire, sempre muito simpático e disponível. Também contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento deste estudo.

Ao professor José Luis Bendicho Beired, pela educação e disposição para sempre tirar dúvidas. Agradeço também a sua presença valiosa na banca de defesa desta tese.

“Persisto em crer que só a liberdade cria valores estáveis no mundo moral e nas realizações materiais de que dependem o bem-estar e o desenvolvimento de um povo. Cada vez mais me capacito de que só a educação redime, orienta e comanda [...]”. — Eduardo Gomes

(BRASIL, 1972, p. 0900)

RESUMO

Esta pesquisa de doutorado tem como objetivo analisar a trajetória política do brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981). Consideramos que sua vida política se inicia em 1922, quando participou da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ) e, termina em 1981, ano de sua morte. Esse recorte cronológico justifica-se pelo fato de o Brigadeiro ter-se dedicado fortemente a ações políticas até o final de sua vida. Defendemos a tese de que Eduardo Gomes foi partidário de uma modernização “pelo alto”, sob um viés autoritário — projeto que se concretizou com seu apoio e sua participação no Regime Militar instaurado em 1964, sobretudo no governo de Castelo Branco. Verificamos que Eduardo Gomes foi adepto de um liberalismo-conservador, por intermédio do qual lutou para manter a ordem social sob a tutela dos militares, além de ter sido defensor de uma maior aproximação do Brasil com os norte-americanos, em busca de investimentos do capital estrangeiro no país. Dessa maneira, atuou contra a intervenção estatal na economia e opôs-se a líderes políticos populistas, que se aproximaram das classes trabalhadoras, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Recuperar a biografia política do Brigadeiro também ajuda a entender que existe um imaginário produzido, mediante textos biográficos, sobretudo em 1945 — ocasião em que foi candidato à Presidência da República pela UDN —, por parte de instituições e grupos políticos aos quais o militar pertenceu, que o caracterizam de forma laudatória: como herói, revolucionário, patriota e herdeiro dos valores democráticos. Aliás, após a morte de Eduardo Gomes, ainda permanece ativa a tentativa de construção de uma memória positiva sobre ele, ligada a grupos dominantes. Ao mesmo tempo, este trabalho nos ajuda a compreender a constante participação e interferência dos militares na política brasileira ao longo do século XX, expondo, assim, as fragilidades que ainda assolam nossa democracia.

Palavras-chave: Brigadeiro Eduardo Gomes. Modernização “pelo alto”. Liberalismo-conservador. UDN. Autoritarismo.

ABSTRACT

This doctoral research aims to analyze the political trajectory of Brigadier Eduardo Gomes (1896-1981). We consider that his political life began in 1922, when he participated in the “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana”, in Rio de Janeiro (RJ), and ends in 1981, the year of his death. This chronological cut is justified by the fact that the Brigadier dedicated exclusively to political actions until the end of his life. This research defends the thesis that Eduardo Gomes was a supporter of a modernization “from above”, under an authoritarian bias—a project that materialized with his support and participation in the Military Regime established in 1964, especially in the government of Castelo Branco. We verified that Eduardo Gomes was an adherent of a conservative-liberalism, through which he fought to maintain the social order under the tutelage of the military, in addition to having been a defender of a greater approximation between Brazil and the North Americans, in search of investments from the foreign capital in the country. In this way, he acted against state intervention in the economy and opposed populist political leaders, who approached the working classes, such as Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek and João Goulart. Recovering the Brigadeiro's political biography also helps to understand that there is an imaginary produced, through biographical texts, especially in 1945 — when he was a candidate for the Presidency of the Republic by the UDN — institutions and political groups to which the military belonged, that characterize him in a laudatory way: as a hero, revolutionary, patriot and heir to democratic values. In fact, after the death of Eduardo Gomes, the attempt to build a positive memory of him, linked to dominant groups, is still active. At the same time, this work helps us understand the constant participation and interference of the military in Brazilian politics throughout the 20th century, as well as exposing the weaknesses that still plague our democracy.

Keywords: Brigadier Eduardo Gomes. Modernization “from above”. Liberalism-conservative. UDN. Authoritarianism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Sepultamento de Eduardo Gomes na Cripta dos Aviadores, em 1981, no Cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo (RJ)	16
FIGURA 2	Escrínio que contém o coração de Eduardo Gomes, situado no Museu Aeroespacial, na sala “Primórdios da Aviação”, no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro	16
FIGURA 3	Foto histórica tirada por Zenóbio Couto, a qual retrata a marcha dos revolucionários nos momentos finais da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 1922	107
FIGURA 4	Santinho de Eduardo Gomes, pelo partido da UDN, usado na campanha presidencial de 1945	230
FIGURA 5	Visita de Eduardo Gomes ao capitão Sérgio no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, em 1977	300
FIGURA 6	Encontro de Eduardo Gomes com o Papa João Paulo II, no dia 01 de julho de 1980, na Base Aérea do Galeão (RJ)	305
FIGURA 7	Velório de Eduardo Gomes no 3º Comando Aéreo Regional (Comar)	309
FIGURA 8	Corpo de Eduardo Gomes sendo levado pelo M-59 até o Cemitério São João Batista (RJ)	315
FIGURA 9	Sepultamento de Eduardo Gomes no Cemitério São João Batista (RJ)	315
FIGURA 10	Entrada do corpo de Eduardo Gomes na Cripta dos Aviadores, no Cemitério São João Batista (RJ)	316
FIGURA 11	Selo em homenagem ao brigadeiro Eduardo Gomes, de 1982	319

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ESCRITOS BIOGRÁFICOS: O IMAGINÁRIO EM TORNO DE EDUARDO GOMES	37
1.1 “BRIGADEIRO EDUARDO GOMES”	38
1.2 “O BRIGADEIRO DA LIBERTAÇÃO (EDUARDO GOMES – ENSAIO BIOGRÁFICO)”	51
1.3 “O BRIGADEIRO. EDUARDO GOMES, TRAJETÓRIA DE UM HERÓI”	61
1.4 “EDUARDO GOMES (PERFIL BIOGRÁFICO)”	72
1.5 “MARECHAL-DO-AR EDUARDO GOMES: O HOMEM E O MITO”	78
1.6 AS BIOGRAFIAS EM QUESTÃO: ARTICULANDO AS IDEIAS	80
2 DA INFÂNCIA AO EXÉRCITO: OS MOVIMENTOS TENENTISTAS DA DÉCADA DE 1920	83
2.1 CONTEXTO FAMILIAR	83
2.2 A PRIMEIRA REPÚBLICA E O EXÉRCITO	91
2.3 A DÉCADA DE 1920 E OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS	97
2.4 A REVOLTA DOS 18 DO FORTE DE COPACABANA	102
2.5 A REVOLTA PAULISTA DE 1924	115
2.6 DA PRISÃO À LIBERDADE	137
3 NO GOVERNO VARGAS: A AVIAÇÃO E OS MOVIMENTOS POLÍTICOS DA DÉCADA DE 1930	143
3.1 A REVOLUÇÃO DE 1930 E O TENENTISMO	144
3.2 NA REVOLUÇÃO DE 1930	152
3.3 O CORREIO AÉREO MILITAR	155
3.4 A AVIAÇÃO NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932	164

3.5 A REVOLTA COMUNISTA DE 1935: O COMBATE NA ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR E NO 1º REGIMENTO DE AVIAÇÃO	173
3.6 A REVOLTA INTEGRALISTA E A OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO	181
4 DA AERONÁUTICA À UDN: O CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	193
4.1 A AERONÁUTICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A RELAÇÃO COM OS NORTE-AMERICANOS	193
4.2 A PRIMEIRA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	205
4.3 A CAMPANHA ELEITORAL	223
4.4 A SEGUNDA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	247
5 O ACIRRAMENTO DA DISPUTA ENTRE DOIS PROJETOS POLÍTICOS DISTINTOS: O NACIONAL-ESTATISMO E O LIBERALISMO-CONSERVADOR	261
5.1 AS CRISES POLÍTICAS DE 1954 E 1955	261
5.2 O MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO	271
5.3 A CRISE DE 1961 E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	276
6 DA DITADURA MILITAR AO FIM DE UMA VIDA	284
6.1 MINISTRO DA AERONÁUTICA NO GOVERNO DE CASTELO BRANCO ...	284
6.2 O CASO PARA-SAR	294
6.3 O ENCONTRO COM O PAPA E A MORTE DO BRIGADEIRO	302
6.4 MEMÓRIAS PÓS-MORTE: ALGUNS APONTAMENTOS	308
CONSIDERAÇÕES FINAIS	324
REFERÊNCIAS	328
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	341

INTRODUÇÃO

Esta tese encerra uma importante etapa de estudos que se iniciou no final da graduação em História, em 2013, pela Faculdade de Ciências e Letras, de Assis (SP), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Continuamos esses estudos, que enfocam a figura de Eduardo Gomes, durante o mestrado em História, e os finalizamos com o exame de sua trajetória política, agora no doutorado. Ambos os cursos de pós-graduação *strictu sensu* foram realizadas na Unesp (campus de Assis – SP).

Ainda que pouco ressaltada, Eduardo Gomes (1896-1981) apresenta uma vida política importante para o entendimento da História do Brasil Republicano. Figura de significativo destaque no cenário político do país ao longo do século XX, participou dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, foi preso quando iria juntar-se à Coluna Miguel Costa-Prestes ou Coluna Prestes e solto apenas em 1926. Envolveu-se nas ações que derrubaram Washington Luís após o fracasso eleitoral da Aliança Liberal (AL). Com Vargas na presidência, trabalhou na criação do Correio Aéreo Militar (CAM), em 1931. Lutou ao lado do governo contra a Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1935, comandou o 1º Regimento de Aviação contra a Revolta Comunista, que ficou pejorativamente conhecida como Intentona Comunista. Em 1937, exonerou-se do comando desse regimento por ser contrário à instauração do Estado Novo. Em 1938, teve seu nome vinculado à Revolta Integralista ocorrida em 11 de maio.

No ano de 1941, foi promovido a brigadeiro com a criação do Ministério da Aeronáutica. Encerrado o Estado Novo, candidatou-se às eleições presidenciais pela União Democrática Nacional (UDN), que ocorreram em 1945, mas foi derrotado por Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), ex-ministro da Guerra de Vargas. Em 1950, concorreu novamente à Presidência da República pela UDN, porém a vitória coube a Getúlio Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi ministro da Aeronáutica por duas vezes: a primeira, entre 1954 e 1955, no governo de Café Filho e Carlos Luz; a segunda, no governo de Castelo Branco, entre janeiro de 1965 e março de 1967. Apoiou o golpe que depôs o presidente João Goulart em 1964. No entanto, em 1972, durante conversa com Jânio Quadros, teria criticado o Regime Militar, ao comentar que faltava ao movimento dedicação ao ideal “democrático” defendido em seu início. No entender de Eduardo Gomes havia passado o momento de o país ser devolvido ao comando de um civil.¹ Em 1968, atuou em defesa do

¹ Com relação a conversa entre Eduardo Gomes e Jânio Quadros, na qual houve a mencionada crítica ao Regime Militar, vale reportarmo-nos ao trabalho de Drumond (2011). Cabe destacar que a obra desse autor é uma biografia apologética de Eduardo Gomes, pois caracteriza o biografado como herói e democrata. Além disso,

capitão de intendência Sérgio Miranda de Carvalho (1930-1994), que se opôs ao plano conhecido como Caso Para-Sar². Por sua atitude, o capitão Sérgio foi cassado pelo AI-5, afastado da carreira e perseguido por determinados grupos de militares. Em maio de 1974, Eduardo Gomes enviou uma carta ao presidente da República, Geisel, para interferir a favor de Sérgio, pois acreditava que o militar havia agido de maneira correta. Em 1977, novamente, por meio de outra carta, Eduardo Gomes defendeu o capitão, mas ela não chegou a ser entregue ao presidente.

Na missa de comemoração dos seus 82 anos, no dia 21 de setembro de 1978, Eduardo Gomes apoiou a candidatura do senador José de Magalhães Pinto à Presidência da República, incentivando-o a não desistir dela. Na ocasião, a candidatura Magalhães Pinto era uma alternativa à do candidato oficial, o general João Batista Figueiredo (DIAS, c2009).

Eduardo Gomes morreu em 1981 e, no ano de 1982, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei originário do Senado que lhe concedeu o título de Patrono do Correio Aéreo Nacional (CAN), por tudo que havia feito pela aviação. Contudo, esse título foi passado, posteriormente, ao tenente-brigadeiro do Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley, por meio da Lei nº 7.490, de 12 de junho de 1986. Em troca, Eduardo Gomes recebeu o título de Patrono da Força Aérea Brasileira (FAB), em 1984, pela Lei nº 7.243.

Além disso, seu nome está presente em escolas, aeroporto, avenidas, praças, parques, conjunto habitacional, unidade de saúde, unidade do Exército, viaduto, casa de gerontologia e muitos outros logradouros pelo país. Em Recife (PE), há a escola “Brigadeiro Eduardo Gomes” e, o principal colégio público de Arraial D’Ajuda³, localizado em Porto Seguro, na Bahia, também leva seu nome. Em São Paulo, também existe um estabelecimento de ensino estadual com seu nome. Ainda há duas outras escolas municipais que o homenageiam: uma localizada no Rio de Janeiro e outra, em Florianópolis, no bairro do Campeche, chamada “Escola Básica Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes”⁴. O terreno onde hoje funciona a escola, fundada em 1945, foi doado pela Base Aérea, razão pela qual essa instituição de

devemos levar em consideração que o biógrafo pertenceu à mesma instituição que o personagem, isto é, a Aeronáutica, o que contribui ainda mais para o caráter laudatório do livro. Contudo, a obra contém informações factuais importantes, que foram utilizadas ao longo deste trabalho, com a intenção de compreender a trajetória política de Eduardo Gomes.

² Foi um plano terrorista elaborado em 1968, pelo brigadeiro João Paulo Burnier. Teria duas fases. A primeira consistia em empregar o Para-Sar, unidade da Aeronáutica especializada em busca e salvamento, para detonar explosivos em locais específicos do Rio de Janeiro, o que causaria um morticínio que serviria de pretexto para o massacre dos opositores da ditadura. Na segunda fase, o clima da tragédia seria usado para encobrir o sequestro e o assassinato de figuras importantes da política brasileira, como Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek.

³ Conferir em: Silva (2019, p. 105-133).

⁴ Conferir em: Escola... ([2010?]).

ensino foi batizada com o nome do Brigadeiro. Existe também uma escola⁵, localizada na cidade de São Sebastião da Gramma, em São Paulo, que presta homenagem à mãe de Eduardo Gomes. O Aeroporto Internacional de Manaus⁶, fundado em março de 1976, também carrega seu nome. Algumas avenidas que também levam o nome de Eduardo Gomes localizam-se em Belo Horizonte (MG), Praia Grande (SP), Marília (SP) e em Boa Vista (RR). Quanto às praças, encontramos duas que carregam o seu nome: uma localizada também no pequeno povoado de Arraial D'Ajuda, em Porto Seguro, muito embora a praça seja conhecida atualmente como Praça da Igreja⁷, e outra que dá frente à entrada do portão principal do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em São José dos Campos (SP). Há ainda os parques “Eduardo Gomes”, localizado em Canoas, município do Rio Grande do Sul, e o “Parque Brigadeiro Eduardo Gomes”, situado no aterro do Parque do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro. O mencionado conjunto habitacional que leva o nome do Brigadeiro, localiza-se na cidade de São Cristóvão, em Sergipe. Outros indicativos de sua memória encontram-se em Porto Nacional, município do estado de Tocantins, onde funciona uma unidade de saúde com seu nome, além da unidade do Exército Brasileiro de artilharia antiaérea, o 11º Grupo de Artilharia Antiaérea, chamado grupo “Brigadeiro Eduardo Gomes”, localizado em Brasília (DF). Além disso, há o Viaduto “Brigadeiro Eduardo Gomes”, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, além da Casa Gerontológica de Aeronáutica “Brigadeiro Eduardo Gomes”⁸, localizada no bairro do Galeão, também na capital fluminense. Criada em 07 de novembro de 1984 e inaugurada em 21 de janeiro de 1985, a missão da Casa Gerontológica é a de prestar assistência biopsicossocial aos idosos reformados ou da reserva remunerada da Aeronáutica e a seus dependentes. Por fim, muitas outras vias públicas do país também o homenageiam, como as ruas Brigadeiro Eduardo Gomes, em Feira de Santana e Ilhéus, na Bahia, e a Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, em Cuiabá, município de Mato Grosso.

Importa ressaltar aqui um episódio interessante, que diz respeito a uma disputa de memória para a mudança do nome de Parnamirim, município de Rio Grande do Norte. De 1973 a 1987, Parnamirim, terceira maior cidade do Rio Grande do Norte atualmente, importante por abrigar a base militar americana na época da Segunda Guerra Mundial, chamou-se Eduardo Gomes. O incidente em questão ocorreu em 1973, quando os poucos mais de 15 mil habitantes da cidade foram surpreendidos com a notícia de que o deputado

⁵ Esta escola chama-se E. E. Dona Geny Gomes e foi inaugurada em 1959 (HERZOG, 1959).

⁶ Conferir em: Histórico... ([2015?]).

⁷ Conferir em: Silva (2019, p. 105-133).

⁸ Acesso em: Histórico... ([21--]).

Moacir Duarte (do partido Arena) apresentara na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte um projeto de lei com o objetivo de alterar o nome da cidade e, assim, homenagear Eduardo Gomes, que havia sido comandante da 2ª Zona Aérea, à qual estava subordinada a base militar americana durante a Segunda Guerra Mundial. A pressão dos militares no período mais duro da ditadura conseguiu impor trégua ao caso. No entanto, José Siqueira de Paiva, falecido em 2015, aos 90 anos, e morador de Parnamirim desde 1944, liderou, na década de 1980, um abaixo-assinado que obteve 4.665 assinaturas a favor da volta do nome histórico da cidade. Dessa forma, em 1987, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto do deputado Rui Barbosa, devolvendo à cidade seu antigo nome (O COMERCIANTE..., 2015).⁹

Em nossa ida ao Rio de Janeiro, para pesquisar fontes a respeito de Eduardo Gomes, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC), constatamos o quanto ele foi importante para a cidade e como sua memória permanece viva, pois além dos locais citados, há, no “Parque Brigadeiro Eduardo Gomes”, próximo ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, um busto em sua homenagem. Na entrada do Forte de Copacabana, existe um pequeno monumento¹⁰ em que o tributo a Eduardo Gomes se faz por meio de uma placa, fixada em uma pedra, que contém a seguinte inscrição: “Patrono da Turma de 82 da Escola Superior de Guerra — 24 de outubro de 1986”.

Ao visitarmos o Cemitério São João Batista, em Botafogo, onde Eduardo Gomes está sepultado, percebemos ainda mais a sua importância para a Força Aérea Brasileira, pois seu corpo encontra-se no Mausoléu dos Aviadores¹¹, próximo justamente ao túmulo de Alberto Santos Dumont, considerado o Pai da Aviação e Patrono da Aeronáutica Brasileira. Na figura 1, a seguir, podemos ver o sepultamento de Eduardo Gomes, ocorrido em 1981, na Cripta dos Aviadores e, ao fundo, o túmulo de Santos Dumont, constituído por uma grande pedra. Para adentrar a cripta que guarda o corpo de Eduardo Gomes, é necessária uma autorização da Aeronáutica, o que demonstra o prestígio do falecido militar.

⁹ É importante frisar que a volta ao nome original da cidade foi um assunto tão delicado, que o governador do estado na época, Geraldo Melo, teve de fazer uma articulação política para não provocar a ira da Aeronáutica. Assim, antes de sancionar a nova lei, revogando a anterior, editou um ato que dava o nome do marechal-do-ar Eduardo Gomes ao trecho entre Natal e Parnamirim. A lei em questão (Lei 5.601) foi publicada no *Diário Oficial do Estado*, em 06 de agosto de 1987 (O COMERCIANTE..., 2015).

¹⁰ Na placa afixada à pedra, também se encontra a seguinte frase: “Um povo só é grande quando tem grandes exemplos e grandes reminiscências”.

¹¹ De acordo com um funcionário do Cemitério São João Batista, Eduardo Gomes está sepultado no jazigo 1392 - E cate 11 da quadra 6.

Figura 1 — Sepultamento de Eduardo Gomes na Cripta dos Aviadores, em 1981, no Cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo (RJ).



Fonte: Arquivo Nacional — Fundo Agência Nacional, 1981.

Além disso, o Museu Aeroespacial (MUSAL), localizado no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, contém, na sala “Primórdios da Aviação”, uma escultura de bronze que representa a figura mitológica de Ícaro¹², sobre uma base retangular de granito, a qual sustenta uma esfera em metal dourado no interior da qual está o coração de Eduardo Gomes, conservado em líquido químico apropriado. A escultura fica dentro de uma vitrine de cristal transparente, sobre uma coluna de jacarandá.¹³

Figura 2 — Escrínio que contém o coração de Eduardo Gomes, situado no Museu Aeroespacial, na sala “Primórdios da Aviação”, no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro.



Fonte: (+BÔNUS..., 2016).

¹² Na mitologia grega, Ícaro era filho de Dédalo, homem muito criativo e conhecido por suas invenções. Um dos maiores feitos de Dédalo teria sido a construção do Labirinto, a pedido do rei Minos, de Creta, para aprisionar o Minotauro. No entanto, por ter ajudado a filha de Minos a fugir com um amante, Dédalo e seu filho, Ícaro, foram atirados ao labirinto, a mando do rei de Creta. O mitológico inventor, então, projetou asas, juntando penas de aves de diversos tamanhos, amarrando-as com fios e fixando-as com cera. Quando tudo estava pronto, Dédalo alertou Ícaro sobre o perigo de se aproximar do sol, pois o calor poderia derreter a cera que unia as penas. Todavia, no dia da fuga, Ícaro não seguiu o conselho do pai e voou bem alto. A cera, conseqüentemente, derreteu e ele caiu no mar (ICARO..., [21--]).

¹³ O coração de Eduardo Gomes foi retirado durante autópsia, em 1981, a pedido do então ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Délio Jardim de Mattos, com autorização da família (+BÔNUS..., 2020).

É importante ressaltar, também, que na Base Aérea dos Afonsos (BAAF), no Rio de Janeiro, sempre na data do aniversário de Eduardo Gomes, ele é homenageado por meio da exposição do busto que o representa.

Em 2020, participamos de um documentário¹⁴ sobre Eduardo Gomes, a convite do jornalista Élcio Braga, do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, ao qual concedemos entrevista. Comentamos fatos da vida do militar, como seus momentos no âmbito político, mas especificamente falamos sobre o episódio relacionado ao doce conhecido no Brasil como brigadeiro, cuja fama iniciou-se em 1945, na eleição presidencial de que Eduardo Gomes participou como candidato. A guloseima foi feita em homenagem a ele, que era na época brigadeiro da Aeronáutica. Seja qual for a origem do doce, da qual existem várias versões, foi com o nome de brigadeiro que ele ganhou fama.

O interesse do jornalista em fazer o documentário também contribui para manter viva a memória de Eduardo Gomes, além de ser mais uma fonte histórica, tanto para curiosos quanto para pesquisadores, que queiram saber mais sobre sua vida ou estejam dispostos a estudá-la.

Esta pesquisa apresenta, como objetivo geral, estudar a trajetória política de Eduardo Gomes. Pretendemos, então, entender as suas ações e o seu pensamento político, estudado no âmbito de seus contextos históricos, políticos e sociais. No entanto, é importante ressaltarmos que estudar o percurso político de qualquer indivíduo exige que o historiador se afaste da visão do mito, da apologia, bem como da posição detratora. Ao mesmo tempo, é necessário não esquecer que mito e História não são excludentes, antagônicos, pois o mito faz parte da História, da criação de uma imagem com um determinado objetivo. O historiador deve, acima de tudo, procurar entender os fatos históricos e a construção de um mito, que muitas vezes é difícil desassociar esses fenômenos. Neste caso, não estamos interessados em atacar ou defender Eduardo Gomes, mas compreender suas ações.

¹⁴ O documentário, em questão, denominado *Brigadeiro que inspirou doce morreu solteiro aos 84 anos*, foi produzido pelo jornalista Élcio Braga, em que abordou a vida, momentos da trajetória política e curiosidades de Eduardo Gomes. Aliás, o eixo central da reportagem foi a história do doce conhecido como brigadeiro. O documentário contou com nossa participação e a dos historiadores Adler Homero, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e Milton Teixeira, da BandNews. Também participaram o geógrafo João Baptista Ferreira de Mello; a empreendedora Paula Moresche e a atriz Desirée Oliveira. A ideia de fazer o documentário sobre Eduardo Gomes tem relação com um episódio da família do jornalista Élcio Braga, que ilustra a rivalidade na disputa eleitoral para à Presidência da República, de 1945, entre Eduardo Gomes, candidato pela UDN, e o militar Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo Partido Social Democrático (PSD), que acabou ganhando o pleito. Às vésperas da eleição, durante um encontro familiar, em um sítio em Queimados, município do Rio de Janeiro, a prima do pai de Braga, uma criança de 6 anos na época, pediu um brigadeiro; no entanto, o tio da menina se levantou e deu-lhe um tapa no rosto, cena que constrangeu a todos. Curiosamente, o tio da garota era eleitor de Dutra (BRAGA, 2020).

Entendemos que a trajetória política de Eduardo Gomes teve início em 1922, com sua participação no episódio dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro e, terminou em 1981, ano de sua morte. Acreditamos, que mesmo ao afastar-se da vida pública em 1967 — último ano em que foi ministro da Aeronáutica —, Eduardo Gomes, até o final de sua existência teve comportamentos baseados em ações políticas.

Pretendemos também, com este trabalho, tentar responder a algumas questões levantadas durante e após à dissertação de mestrado, defendida em 2018¹⁵. Acreditamos que, procedendo dessa maneira, conseguiremos obter um quadro mais completo da trajetória política de Eduardo Gomes. Em outras palavras, indagamos como foram a vida, o pensamento político e os bastidores das conjunturas políticas de que Eduardo Gomes fez parte, sobretudo no período pós-1950. Ao mesmo tempo, identificamos a existência de novos trabalhos que foram escritos sobre o Brigadeiro, além dos já existentes e examinados durante o mestrado. Tais trabalhos consistem em textos biográficos de caráter laudatório, em sua maioria produzidos na década de 1940. O intuito desses escritos é o de exaltar a figura de Eduardo Gomes com a intenção de mostrá-lo como um indivíduo exemplar, herói e, muitas vezes, com o objetivo de mitificá-lo, em contextos diferentes, além de caracterizá-lo como patriota, sobretudo, um defensor da democracia e de uma nação mais justa. Em oposição a esse imaginário apologético, principalmente em relação ao vínculo de Eduardo Gomes aos valores democráticos, partimos da tese de que ele visava uma modernização “pelo alto”, ou uma modernização conservadora — termo utilizado por Moore Júnior (1983) —, por meio de um viés autoritário. Essa modernização “pelo alto”, que chamaremos aqui, se concretizou quando Eduardo Gomes defendeu o Golpe Civil-Militar de 1964 e apoiou o governo ditatorial brasileiro em sua grande parte.

É importante destacarmos que, o conceito de modernização “pelo alto”, o qual utilizamos aqui, se baseia em uma das três vias possíveis, na visão de Moore Júnior (1983), para se chegar à modernidade, desde o mundo pré-industrial. A primeira via, por meio de grandes revoluções e guerras civis, contribuiu para o desenvolvimento de sociedades capitalistas e democráticas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. A segunda via foi uma forma capitalista e reacionária, o que equivale segundo o autor, a uma revolução vinda de cima, que inclusive, culminou em fascismo durante o século XX. Exemplo disso foram a Alemanha e o Japão. A terceira via é o comunismo, como ocorreu com a Rússia e a China.

¹⁵ Conferir em: Stringueti (2018). Em 2020 publicamos a dissertação em forma de livro. Verificar em: Stringueti (2020).

Assim, utilizamos o termo modernização “pelo alto”, baseando-se no caso do Japão e da Alemanha, para comparar com o desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil, sobretudo no pós-1964, pelo fato de os proprietários rurais permanecerem no poder, não alterando as estruturas tradicionais oriundas da antiga sociedade pré-industrial.

Aliás, a proposta inicial do tenentismo da década de 1920 — de que Eduardo Gomes tomou parte — iria concretizar-se em 1964. No entanto, em muitos momentos de sua vida, Eduardo Gomes também compactuou com o ideal do liberalismo político, sobretudo econômico, como quando se filiou ao partido da UDN. Assim, para conseguir realizar uma modernização “pelo alto”, seria fundamental manter os princípios básicos desse liberalismo.

Carvalho (2006), ao relacionar as ideias de Juarez Távora — outro ex-tenentista —, a modernização “pelo alto” ou modernização conservadora, explica o que seria esse conceito. Para o historiador, a modernização, refere-se ao fato de que o Brasil, após o Regime Militar, saiu como um país capitalista, industrializado e urbano, dotado de boa infraestrutura em energia, transporte e comunicação. Com relação ao lado conservador ou atuação “pelo alto”, ele faz as seguintes considerações:

O lado conservador, a ação pelo alto, tem a ver com a maneira pela qual a mudança foi promovida. Além de ter sido dirigida pelo Estado, ela buscou restringir a participação política quando esta parecia ameaçar os rumos traçados. A modernização conservadora exigia a quebra do poder da oligarquia rural, exigia o planejamento econômico, a industrialização, a urbanização. Mas exigia também a manutenção das premissas básicas da ordem liberal capitalista. Se era justificável subverter o sistema representativo que sustentava o regime oligárquico o que foi feito em 1930, era igualmente justificável subverter o sistema representativo que dava guarita à ação de movimentos julgados ameaçadores da ordem liberal capitalista, o que foi feito em 1964. Em um caso, alijava-se a hegemonia oligárquica, em outro, evitava-se o predomínio do “populacho”. Era o programa de Juarez Távora desde 1927. (CARVALHO, 2006, p. 130).

Ao defendermos a tese de que Eduardo Gomes tinha o propósito de realizar no Brasil uma modernização “pelo alto”, sob um viés autoritário e mantendo as premissas básicas do liberalismo econômico, o que só foi feito a partir de 1964, não podemos esquecer que o próprio movimento tenentista da década de 1920 — do qual, vale novamente ressaltar, o militar participou —, ao mesmo tempo em que propunha mudanças no sistema político vigente naquele momento, também se utilizou de certo autoritarismo, ideologia que esteve presente em várias ações políticas de Eduardo Gomes. No que diz respeito aos termos aqui utilizados — autoritarismo, liberalismo e democracia —, para compreendermos seus significados, a fim de melhor entendermos como essas concepções políticas podem estar ou não relacionadas à ideologia política voltada para a modernização “pelo alto”, que

acreditamos que Eduardo Gomes defendia, partiremos das ideias de Stoppino (1998) e Bobbio (2017).

Com relação ao autoritarismo, Stoppino (1998) afirma que essa tipologia é usada para caracterizar sistemas políticos que tenham como foco a autoridade governamental, a qual concentra o poder nas mãos de uma única pessoa, ou de somente uma organização, e relega a lugar secundário as instituições representativas.

No que diz respeito ao liberalismo e à democracia, apesar de esses conceitos políticos estarem relacionados, isto é, no modo de que somente a democracia pode realizar os ideais liberais em sua plenitude, e o sistema político liberal contribuir para a concretização de uma democracia de fato, é possível dizer que o liberalismo pode ser entendido como um modelo de Estado que possui poderes e funções limitadas, e que a concepção de democracia está vinculada ao fato de o poder estar concentrado nas mãos de todos, e não de um único indivíduo ou grupo reduzido de pessoas (BOBBIO, 2017).

Ainda com relação ao liberalismo, Bobbio (2017) afirma que essa doutrina apresenta mecanismos constitucionais que dificultam o abuso do poder ou seu exercício ilegal. Podemos definir esse liberalismo como político. Um exemplo disso é a existência dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao voltarmos a atenção para o liberalismo econômico, que seria uma das etapas naturais para a modernização “pelo alto”, essa ideologia contribui para o crescimento da personalidade individual. Esse crescimento, porém, favorece o indivíduo mais rico e com mais poder, em prejuízo da pessoa mais pobre e, conseqüentemente, com menos poder. Além disso, o liberalismo econômico valoriza a não intervenção estatal na economia. Por outro lado, a democracia valoriza o desenvolvimento de um conjunto de indivíduos de uma maneira geral, ainda que, para isso, seja preciso diminuir a liberdade de seus singulares.

Em vista do que foi exposto até aqui, defendemos a tese de que Eduardo Gomes foi herdeiro de uma ideologia política modernizadora “pelo alto”, e não de causas democráticas, no sentido pleno de seu termo, embora tenha participado de eleições democráticas representativas, nomeadamente aquelas em que foi candidato à Presidência da República, pela UDN, em 1945 e 1950. As hipóteses iniciais que sustentavam a nossa tese são que no conjunto de sua história política, Eduardo Gomes esteve ligado mais a correntes políticas liberais, conservadoras, autoritárias e progressistas. Outras hipóteses que reforçavam ainda mais a nossa ideia central, é que Eduardo Gomes esteve vinculado ao longo de sua vida, aos seguintes valores religiosos e políticos: os do catolicismo — do qual foi defensor, sobretudo,

das ideias relacionadas às encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, nas eleições políticas de 1945 e 1950 —, e os do anticomunismo e filiação à UDN, partido de direita, que aliás, tinha entre tantas características o antigetulismo e um certo combate, ao longo tempo, das políticas trabalhistas.

A fim de compreendermos o comportamento político de Eduardo Gomes, com o intuito de mostrar que ele propunha uma modernização “pelo alto”, que só iria concretizar-se a partir de 1964, trabalhamos com o conceito de cultura política, conforme a perspectiva destes estudiosos no assunto: Berstein (1998, 2009), Sirinelli (1998) e Motta (2014).

Berstein (1998) afirma que a cultura política está associada aos fenômenos políticos. E segundo o autor:

[...] ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função de sua leitura do passado, das suas aspirações, para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. (BERSTEIN, 1998, p. 363).

Para Sirinelli (1998, p. 414), o conceito de cultura política pode ser entendido como:

uma espécie de código e um conjunto de referentes (especialmente crenças, valores, memória específica, vocabulário próprio, sociabilidade particular, ritualizada ou não...), formalizados no seio de um partido, ou mais largamente difundidos, no seio de uma família ou de uma tradição política, e que lhes conferem uma identidade própria. O que significa, concretamente, que uma cultura política é um conjunto de representações que une um grupo humano no plano político, isto é, uma visão do mundo partilhada, uma leitura comum do passado, uma projeção no futuro vivida em conjunto.

Ao abordamos o significado de representações a que se reporta Sirinelli (1998), devemos fazer referência a Motta (2014, p. 21), para quem elas “[...] configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.)”.

Motta (2014) afirma que existem vetores sociais que reproduzem as culturas políticas, como partidos, família, instituições educacionais, a Igreja, as corporações militares, entre outras organizações. Com base nessa ideia é que compreendemos a cultura política, ou as culturas políticas, a que Eduardo Gomes aderiu; afinal, ele esteve ligado a vetores sociais que reproduziam determinados valores e ideologias com os quais concordava. No entanto, temos que entender que, com relação à família e à Igreja, por exemplo, estamos diante daquilo que

Motta define como grupos sociais mais abrangentes, que acabam contribuindo para uma formação além da esfera política.

Não podemos esquecer, também, que as culturas políticas são produções que extrapolam os partidos políticos, ainda que deem origem a partidos nelas inspirados. No entanto, existem indivíduos que se identificam com determinada cultura política, mas não com os partidos aos quais ela está relacionada (MOTTA, 2014).

Queremos compreender, então, com quais culturas políticas Eduardo Gomes compactuava, como por exemplo, o autoritarismo e o liberalismo e, ao mesmo tempo, aquelas às quais ele foi associado, ou seja, aquelas que, por meio de um grupo de pessoas ou de meios de comunicação, tentaram relacionar o Brigadeiro a uma determinada cultura política, como a democracia. Dessa maneira, o conceito de cultura política nos ajudou a entender o comportamento de Eduardo Gomes ao longo de sua trajetória política. Concomitantemente, partindo da noção de Berstein (2009), segundo a qual os representantes de uma determinada cultura política apresentam ações políticas voltadas para ela, tentamos compreender as do militar estudado.

Refletimos também sobre a seguinte questão: por que foram feitos trabalhos, em sua maioria apologeticos, sobre Eduardo Gomes? Fundamenta nossa indagação o fato de serem trabalhos biográficos escritos, quase todos, em uma conjuntura específica, como já destacamos; num contexto em que os biógrafos almejavam à exaltação do militar. Ao mesmo tempo, é precisa também interrogar: quais as lacunas que esses estudos apresentam? Nesse sentido, pensamos em questionar a produção social de sua memória por intermédio desses trabalhos, apontando ênfases e omissões. Assim, ao estudarmos sua trajetória política, examinamos quais aspectos de sua vida foram ocultados por essas obras, uma vez que buscavam exaltar sua memória. Com efeito, muitas vezes, os autores desses textos laudatórios parecem ter a intenção de colocar o biografado acima de quaisquer indivíduos, instituições e conjunturas.

Notamos que a figura de Eduardo Gomes foi tratada de diferentes maneiras, ao longo do tempo, pelos seus contemporâneos. Como herói num certo momento, devido as suas participações revolucionárias de destaque, principalmente as relacionadas ao movimento tenentista da década de 1920; e como mito, posteriormente, sobretudo após a defesa de suas propostas políticas, vinculadas à UDN e caracterizadas, particularmente em 1945, como ideias democráticas, as quais suscitam a caracterização de Eduardo Gomes como um símbolo da democracia brasileira nesse contexto. Por outro lado, em contraposição a essa memória

construída sobre o militar, pelos trabalhos mencionados até aqui, e não só pensando em seu envolvimento no movimento tenentista (1922-1924) — já examinado, parcialmente, durante nossa pesquisa de mestrado —; analisamos também: como se deu a sua participação política na Revolução de 1930; sua atuação como um dos precursores, em 1931, do Correio Aéreo Militar, que posteriormente se tornou Correio Aéreo Nacional; seu papel na luta, ao lado do Governo Provisório de Vargas, contra a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo; seu contributo em 1935, como comandante do 1º Regimento de Aviação, quando protegeu essa unidade contra a Revolta Comunista; seu esforço, em 1937, contra a implantação do Estado Novo; suas atividades em maio de 1938, para averiguar se ele conspirou com o levante integralista. Sua participação nos anos de 1945 e 1950 como candidato à Presidência da República. Simultaneamente, buscamos saber qual foi sua posição política após 1950. Teria mudado ou permaneceu a mesma? Conforme já estudado em nosso trabalho de mestrado, as análises dos seus discursos de 1945 e 1950 como candidato à Presidência da República pela UDN (considerando-se os temas referentes aos trabalhadores e à educação), mostraram-no partidário de mudanças nos rumos da política do país.

Por meio dos seus discursos, Eduardo Gomes defendeu um modelo de transformação social semelhante ao que havia reivindicado nos movimentos tenentistas da década de 1920. Ao analisarmos, durante o mestrado, seu pronunciamento como candidato à Presidência da República em 1945 e 1950, acerca da questão dos trabalhadores, notamos que propugnou uma reformulação do sistema capitalista conforme o viés católico das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. O então candidato era contrário à luta de classes e defendia uma terceira via para a resolução dos problemas econômicos e sociais do Brasil. Essa terceira via seria a realização de um reformismo dentro do sistema capitalista, de forma a corrigir seus desvios e excessos. Os discursos de Eduardo Gomes sobre a educação no país, por exemplo, mostraram-no partidário do liberalismo, pois pleiteavam transformações nesse setor que estavam ligadas à ideologia liberal.

Diante disso, examinamos também, qual foi o envolvimento de Eduardo Gomes no incidente conhecido como Atentado da Rua Tonelero, ocorrido no dia 05 de agosto de 1954, em que Carlos Lacerda e o major-aviador Rubens Florentino Vaz foram alvejados na porta da casa do jornalista, na mencionada rua da cidade do Rio de Janeiro. Lacerda teve o pé ferido, e o oficial não sobreviveu ao ataque. Na ocasião, a Aeronáutica e Eduardo Gomes se posicionaram contra Getúlio Vargas e seu governo, exigindo explicações. Compreendemos também, por que Eduardo Gomes se aproximou do governo Vargas em 1930 e depois dele se

afastou, a ponto de tornar-se seu opositor. Refletimos sobre o movimento de 11 de novembro de 1955 e sobre sua participação nesse episódio.

Quanto ao período em que Eduardo Gomes foi ministro da Aeronáutica por duas vezes (a primeira entre 1954 e 1955, no governo de Café Filho e Carlos Luz, e a segunda, durante o governo de Castelo Branco, de 1965 a 1967), buscamos responder a estas indagações: Eduardo Gomes modificou sua posição política? Qual foi sua importância para o Ministério da Aeronáutica e o motivo da sua escolha como o Patrono da FAB? Como se desenvolveu o processo histórico em curso na época? Tentamos responder também outros questionamentos, como: por que Eduardo Gomes apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964? Qual era sua intenção com esse apoio? Qual foi sua influência no famoso Caso Para-Sar, em 1968, arquitetado pelo brigadeiro João Paulo Burnier, uma vez que Eduardo Gomes agiu em defesa do capitão de intendência Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho (1930-1994), que se opôs ao plano? Qual foi sua opinião sobre o incidente e sua crítica a Burnier, em carta escrita pelo Brigadeiro e enviada ao presidente na ocasião?

Acreditamos que nosso trabalho se justifica, pelo fato de a historiografia brasileira ter pouco se debruçado sobre a atuação de Eduardo Gomes. Portanto, trata-se de um estudo original, na medida em que tenta compreender, sem um ponto de vista rígido, o comportamento político do Brigadeiro.

Um trabalho desenvolvido por Ferro (2020) constitui um dos poucos estudos na historiografia sobre Eduardo Gomes. Esse estudo contribui para a análise da trajetória política do Brigadeiro. O título da tese de Ferro — *Um liberal autoritário: trajetória política de Eduardo Gomes (1922-1981)* — é bastante expressivo, pois caracteriza o Brigadeiro como um liberal autoritário. No entanto, acreditamos que a trajetória política de Eduardo Gomes é muito complexa, pois abrange muitos momentos importantes da História, com diferentes tomadas de decisões por parte dele, em que se confundem diversos traços de suas posições — ou seja, como representante de várias culturas políticas: patriotismo, democracia, reformismo, liberalismo, conservadorismo, centro-direita¹⁶, golpismo, autoritarismo etc. Por esses motivos, presumimos que nosso trabalho é uma forma de colaborar, não só para o estudo do percurso político de Eduardo Gomes, mas para tentar elucidar os motivos de os militares interferirem tanto na política nacional.

¹⁶ Apesar de ser um jornalista, Doria (2016), em trabalho intitulado *Tenentes: a guerra civil brasileira*, afirma que Eduardo Gomes não foi um demagogo, e sim um homem de centro-direita. Inclusive, compara-o com Prestes, ao dizer que ambos não eram democratas, pois conspiraram contra diversos governos até o fim de suas trajetórias políticas.

Vale a pena comentar as reflexões de Carvalho (2006) sobre o processo de intromissão dos militares na política brasileira. Para o historiador, a noção de soldado-cidadão, ou intervenção reformista, surgida no final da monarquia, estendeu-se ao período republicano e influenciou as Forças Armadas em suas interferências na política nacional, por meio de um poder desestabilizador. Segundo o autor, havia dois tipos de tenentismo: o primeiro de 1889 até 1904, e o segundo entre 1922 e 1930. Aliás, os tenentes pregavam uma intervenção reformista. No período de 1930 a 1937, Vargas contribuiu para que as Forças Armadas se tornassem um ator político. O presidente utilizou-se delas para sustentar seu governo e contou com o apoio de seus chefes militares nos momentos mais turbulentos, como a Revolução Constitucionalista de 1932, a eleição de 1934, as revoltas de 1935 e o golpe de 1937.

Segundo Carvalho (2006), com o Estado Novo e por trás do autoritarismo do regime, havia um projeto de desenvolvimento nacional sob a liderança do Estado e com o auxílio das Forças Armadas. Os militares se consolidaram como atores políticos e derrotaram seus inimigos, acabando com sua tentativa de reação pelo fechamento dos sistemas de participação. O período de 1945 a 1964 foi de oposição das Forças Armadas contra o populismo. Tudo começou, quando o governo Vargas, a partir de 1942, se aproximou politicamente dos sindicatos. O presidente, diretamente e via seu ministro do Trabalho, começou a dirigir os sindicatos e à classe trabalhadora. Seu objetivo era encerrar a ditadura e contar com a classe operária como um novo ator político e influência eleitoral. A política de Vargas em benefício aos mais pobres tinha semelhança com o peronismo, que ocorria na Argentina desde 1943. Isso foi o que causou a separação entre Vargas e as Forças Armadas. Estas eram contra os comunistas e tinham a ambição de guiar o Estado, por isso, não aceitaram a inclusão do novo ator político, que era ideologicamente e politicamente oposto aos seus ideais.

Consideramos que a historiografia brasileira dedicou pouca atenção à análise da vida política de Eduardo Gomes, porque sua trajetória se confunde com a da UDN, principalmente em razão de esse partido ter apoiado o Golpe Civil-Militar de 1964, e porque o próprio Brigadeiro apoiou a tomada de poder por parte dos militares. No entanto, constatamos que, em muitos momentos, Eduardo Gomes lutou por transformações no sistema político da época, seja por meio das armas (como ocorreu com sua participação no tenentismo, na década de 1920), seja por meio do voto, quando foi candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945 e 1950. Além disso, estudar sua trajetória política torna-se relevante na medida em que colabora para a compreensão de diversas instituições e vários movimentos políticos, como a

Aeronáutica e o período da ditadura militar no Brasil, dos quais o Brigadeiro participou ao longo de sua vida, e que são essenciais para a História do Brasil Republicano.

Esta tese pretende suscitar ou mesmo esclarecer, por exemplo: as nuances da relação entre militares e política, as quais precisam ser mais bem compreendidas, fundamentalmente no período que se estende de 1946 ao golpe de 1964. A realidade histórica, a análise das fontes e da memória, bem como do imaginário que envolve Eduardo Gomes, por meio dos escritos biográficos, nos ajudam a pensar como as identidades e as alianças entre os indivíduos eram mais complexas, deixando de lado, assim, as simplificações maniqueístas e simplistas que dividem os militares em dois grupos: nacionalistas e entreguistas. Este trabalho também contribui para compreendermos a fragilidade de nossa democracia.

Em comparação com nossa proposta de trabalho, podemos destacar, por exemplo, a tese de doutorado em História de Carloni (2010), denominada *Marechal Henrique Teixeira Lott*: a opção das esquerdas. Por meio desse trabalho, conseguimos refletir sobre as disputas político-ideológicas entre os militares, além de compreendermos a trajetória política de um oficial — no caso, o marechal Lott¹⁷. Esse estudo também é importante na medida em que resgata a biografia política de um militar, a qual contribui para o entendimento da construção da identidade do Exército brasileiro durante o século XX. Com base no trabalho de Carloni identificamos também a existência de um grupo de militares com identidade distinta da tradicional imagem construída a respeito do militar brasileiro, especialmente depois do Golpe Civil-Militar de 1964. Percebemos que houve militares, como Lott, que lutaram pela defesa da legalidade democrática.

Para desenvolver esta tese, que está vinculada ao campo da História Política, consideramos importante discutir sobre o gênero biográfico — ao qual esta pesquisa está relacionada. Segundo Vilas Boas (2002, p. 33-34):

Até meados do século XVIII, praticamente não existiam biografias que se ocupassem de um único indivíduo. Antes de 1750 elas referiam-se amplamente a grupos de vidas postas juntas, sendo os agrupamentos determinados pela hierarquia e função sociais ou pela profissão.
A finalidade da biografia antigamente era clara: edificar a imagem de alguém pela glória de Deus e com o aval dos santos.

¹⁷ Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (1894-1984), nasceu em Sítio, hoje município de Antônio Carlos, no estado de Minas Gerais, e morreu no Rio de Janeiro. Foi um importante militar e político brasileiro. Legalista, chegou ao posto de marechal, exerceu o cargo de ministro da Guerra e concorreu à Presidência da República nas eleições de 1960.

De acordo com Priore (2009), o termo *biografia*, dicionarizado em 1721, significava um gênero cujo objeto é a vida dos indivíduos. Antes, as biografias surgiam na forma de memória, ou seja, a partir das relações ocorridas no passado entre as pessoas: um indivíduo narrava fatos dos quais participara ou fora testemunho.

No século XIX, a biografia apareceu com muita importância na ideia de construção de nação, enaltecendo e imortalizando heróis e monarcas, além de ajudar a consolidar um patrimônio de símbolos feitos de ancestrais fundadores, monumentos, tradições populares, lugares de memória, entre outros (PRIORE, 2009).

Conforme Schwarcz (2013), no século XIX as histórias de reis, príncipes, senadores e governantes eram as mais requisitadas. No Brasil, esse gênero foi muito praticado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que nasceu voltado ao enaltecimento do Império, época em que só se faziam estudos de indivíduos de destaque. Ao lado das trajetórias dos reis, rainhas e governadores, eram realizados, no dia a dia da instituição, relatos biográficos sobre os sócios locais.

A biografia estava praticamente abandonada até a metade do século XX, mas começou a ganhar força, no meio histórico, na segunda metade desse século. Segundo Levillain (2003), o florescimento da biografia na França ocorreu no final de 1970, e o gênero foi reabilitado na Universidade na década de 1960. Em 1966, entre as 756 teses de História Contemporânea que haviam sido levantadas, 46 eram biografias.

Em um artigo escrito sobre a biografia e o ofício do historiador, Almeida (2014) procura discutir a importância do gênero biográfico nos estudos históricos contemporâneos. O autor afirma que a biografia, no campo histórico, tem percorrido um trajeto acidentado, pois, enaltecida no passado, passou a ser desprestigiada em grande parte do século XX, em virtude dos ataques que sofreu por parte da Escola dos *Annales*. Contudo, no final do século XX, o gênero passou a estabelecer-se com maior intensidade, despertando cada vez mais o interesse do leitor comum e sendo utilizado para a realização de novas pesquisas e descobertas.

Schmidt (1998) relata que, recentemente, os estudos biográficos ganharam proeminência e passaram para o primeiro plano da historiografia internacional, bem como da brasileira. Exemplo disso, segundo o autor, “[...] é que dois dos mais importantes periódicos especializados do país — a *Revista Brasileira de História da ANPUH* e a *Estudos Históricos* da Fundação Getúlio Vargas — dedicaram seus números de 1997 ao tema” (SCHMIDT, 1998, p. 2).

Comparando as biografias tradicionais com as novas, Schmidt (1998) afirma que uma das principais diferenças entre elas se refere aos objetivos a que se propõem:

As primeiras normalmente, buscavam ou louvar ou denegrir os personagens enfocados, apresentando suas vidas como modelos de condutas positivas ou negativas para os leitores.

[...] Já os trabalhos recentes procuram fugir desse viés apologético, encarando seus personagens como vias de acesso para a compreensão de questões e/ou contextos mais amplos. (SCHMIDT, 1998, p. 5-6).

A grande demanda por biografias no Brasil e no mundo mostra cada vez mais que o indivíduo tem importância, e é, até mesmo, essencial para compreendermos o contexto histórico-social do período no qual o biografado viveu. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que o escrito biográfico carrega as impressões pessoais de seu autor, sua formação, sua história de vida e suas relações com a sociedade que o moldou (VILAS BOAS, 2002).

Vale a pena considerarmos também o pensamento de alguns estudiosos das ciências humanas sobre o gênero biográfico, como Dosse (2015), Levi (2000) e Bourdieu (2000), pois nos ajudam a refletir sobre esse tipo de texto.

Assim como Dosse (2015)¹⁸, acreditamos que a biografia deve seguir uma ordem cronológica dos fatos para prender a atenção do leitor e, sobretudo, situá-lo na vida do personagem retratado, entretanto, isso não constitui uma regra, pois o pesquisador também pode mesclar fatos passados e futuros do biografado, a depender de seu estilo.

Levi (2000)¹⁹ procura discutir algumas orientações sobre as abordagens biográficas, as quais representam os mais novos caminhos em que os estudiosos procuram utilizar a biografia

¹⁸ Para Dosse (2015), existem três fases no percurso da biografia no processo histórico. A primeira delas, chamada de idade heroica, é aquela em que os autores das obras biográficas eram incumbidos de transmitir valores, modelos de conduta e procedimentos para as gerações posteriores. Na segunda fase, que Dosse denominou de biografia modal, o biógrafo apenas teria valor para apontar o coletivo, o plural, ou seja, a sociedade do biografado, seu meio social nos diferentes e distintos tempos e espaços. Já a terceira fase, que perdura até a atualidade, chamada de idade hermenêutica, constitui o momento em que a biografia se transforma no campo de experimentação do historiador, influenciado por diversas tendências disciplinares.

Dosse (2015) também afirma que a escrita biográfica é um verdadeiro romance, pois, segundo o historiador, em primeiro lugar a biografia deve seguir uma ordem cronológica dos fatos para manter a atenção do leitor na expectativa de um futuro que ocorrerá sobre o biografado, o qual será desvendado na íntegra da história. Portanto, para Dosse, o que dá o caráter romanesco é a expectativa do futuro. Ao mesmo tempo, o biógrafo nunca pode descentralizar demais o herói da biografia, fazendo-o desaparecer do pano de fundo da narrativa.

¹⁹ De acordo com Levi (2000), em seu texto intitulado *Usos da biografia*, os historiadores, fascinados pelas trajetórias individuais e suas riquezas, passaram a abordar a questão biográfica há poucos anos, de diferentes maneiras. Entre essas abordagens históricas, estão: a prosopografia e biografia modal; a biografia e contexto; a biografia e os casos extremos, e a biografia e hermenêutica.

A prosopografia e biografia modal só despertam interesse ao ilustrarem comportamentos ou aparências ligadas às condições sociais mais frequentes. Assim, não se trata de biografias verídicas, mas sim da utilização de dados biográficos com objetivos prosopográficos. Para Levi (2000), os historiadores das mentalidades usufruem da prosopografia, mostrando pouco interesse pela biografia individual.

como instrumento de conhecimento histórico, substituindo a escrita biográfica tradicional, que é linear e factual, sobre a qual Bourdieu (2000) tanto discorre.

Com relação a nossa pesquisa, as ideias de Levi (2000) sobre biografia e contexto são interessantes para pensarmos a trajetória política de Eduardo Gomes e seu meio social, por intermédio da documentação relacionada ao Brigadeiro, e para estabelecer um equilíbrio ao analisarmos sua vida política.

O conceito de ilusão biográfica apresentado por Bourdieu (2000)²⁰ é importante para pensarmos as biografias apologéticas escritas sobre Eduardo Gomes e estabelecermos o uso da crítica, apontando as lacunas e omissões de sua memória heroica e mítica, construída a partir de uma escrita biográfica linear e coerente quanto aos fatos, o que, de uma certa forma, acaba por reduzir a vida do personagem descrito a uma mera ilusão retórica.

Além dos textos teóricos mencionados, trouxemos como complemento para lermos e criticarmos os escritos biográficos apologéticos sobre Eduardo Gomes, os conceitos desenvolvidos por Vilas Boas (2008), que foram baseados na discussão já realizada por diversos historiadores especialistas no gênero biográfico, inclusive por muitos discutidos aqui. Esses conceitos são: descendência, segundo a qual, assim como o autor, relativizamos a ideia de uma herança familiar explicativa do biografado; fatalismo, para pensarmos sobre um personagem real visto como predestinado e vencedor; extraordinariedade; com o propósito de criticarmos os preconceitos envolvidos na crença em uma genialidade inata; verdade, a fim de desmistificar a biografia como a verdade sobre uma pessoa; transparência, para considerar se

A abordagem da biografia e contexto faz com que a narrativa biográfica mantenha sua especificidade e conserve a época, o meio e os fatores sociais que caracterizam todo o entorno atmosférico das trajetórias, permitindo compreender o que de primeiro momento pode parecer inexplicável. Por outro lado, o contexto é muito importante para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outros personagens que tenham alguma relação com o biografado. Esse método é muito eficaz para compreendermos a vida de um indivíduo, pois mostra um equilíbrio entre sua trajetória individual e seu ambiente social como um todo (LEVI, 2000).

Com relação à questão da biografia e os casos extremos, Levi (2000) nos diz que esse método é muito eficaz, uma vez que os relatos biográficos são empregados apenas para compreender o contexto a ser trabalhado, durante o qual muitas vezes ele nem é percebido em sua integridade, mas por meio de suas margens.

Por fim, Levi (2000) cita o uso da abordagem da biografia e hermenêutica, em que o material biográfico se torna discursivo e pode ser interpretado de diferentes formas: assumindo uma variedade de significados, fazendo os historiadores refletirem cada vez mais sobre os tipos de narrativas de modo disciplinado, buscando meios de comunicação mais sensíveis ao caráter dinâmico das escolhas e ações.

²⁰ Bourdieu (2000), em seu trabalho sobre o gênero biográfico, utiliza o conceito de ilusão biográfica, ao criticar os historiadores de biografias por tratarem a vida de determinado indivíduo como um relato coerente de fatos. Segundo o autor, esses historiadores, agindo dessa maneira, estariam reduzindo a vida do personagem a uma ilusão retórica. Esse autor nos mostra que devemos esquecer a ideia da existência de homem cronológico, linear, com um destino já predestinado por algo ocorrido em seu nascimento, que o acompanhará por toda a sua vida. Em seu entender, a vida de qualquer pessoa é descontínua e fragmentada, sendo fundamental a reconstrução do contexto social, do espaço e do tempo em que o indivíduo agia.

os biógrafos também se revelam ao longo de seus textos; tempo, conceito por meio do qual Vilas Boas expressa a ideia de que uma narração biográfica linear-cronológica é uma limitação filosófica e narrativa.

Cabe agora discorrermos sucintamente a respeito dos trabalhos biográficos e apologéticos sobre Eduardo Gomes e do que tratam, pois são produções acerca de sua memória, o que os tornam fundamentais para o trabalho de análise inicial de sua vida política.

A primeira biografia sobre o personagem histórico enfocada em nosso trabalho se intitula *Brigadeiro Eduardo Gomes* (1945). Foi escrita por Gastão Pereira da Silva, falecido em 1987. Silva foi médico e psicanalista, provável razão pela qual traça o retrato psicológico de seu personagem. Para tanto, aborda a infância de Eduardo Gomes e questões históricas relacionadas à Primeira Guerra Mundial, à Revolução Russa e à década de 1920 no Brasil, dando maior atenção aos movimentos tenentistas (1922-1924) de que o biografado tomou parte, bem como a sua atuação no movimento revolucionário de 1930, no levante da Escola de Aviação de 1935 e, por fim, ao período no qual seu personagem foi candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945.

A segunda, intitulada *O Brigadeiro da Libertação* (Eduardo Gomes – Ensaio biográfico) (1945), cuja segunda edição, a de 1946, analisamos, foi escrita por Paulo Pinheiro Chagas, que morreu em 1983. Seu autor foi político, médico, advogado e um dos fundadores da UDN, o mesmo partido pelo qual Eduardo Gomes concorreu à Presidência da República em 1945 e 1950. É, portanto, um livro cuja intenção foi apoiar o Brigadeiro na eleição. Chagas (1946) realiza um relato biográfico mais completo que o de Silva (1945), pois procura de maneira mais minuciosa, retratar a vida do biografado, partindo das relações familiares de seu personagem até sua candidatura à Presidência da República.

A terceira biografia sobre Eduardo Gomes foi realizada por Cosme Degenar Drumond (2011) e seu título é: *O Brigadeiro. Eduardo Gomes, trajetória de um herói*. O autor foi redator-revisor concursado do Ministério da Aeronáutica e morreu em 2018. Comparando sua biografia com as outras mencionadas, consideramo-la mais abrangente, pois o autor teve acesso a mais fontes que os demais biógrafos devido à passagem do tempo. Drumond narra a vida de Eduardo Gomes desde seu nascimento até sua morte, ocorrida em 1981. Contudo, o autor chega à mesma conclusão dos outros biógrafos, isto é, que Eduardo Gomes foi um herói, um mito; em suma, não critica nem desconstrói a imagem do biografado.

Importa salientar que analisamos também textos biográficos de divulgação escritos em épocas distintas. São dois. O primeiro se intitula *Eduardo Gomes (Perfil biográfico)* e é de

autoria de Raul Pinto de Mendonça, que, segundo consta na própria obra, pertenceu ao Instituto Brasileiro de Cultura (IBC) e ao Instituto Brasileiro de História da Arte (IBHA). Esse texto foi escrito no início de 1945 e se encontra no arquivo Juarez Távora, no CPDOC. Aborda, de modo resumido, a carreira militar de Eduardo Gomes e suas promoções, bem como seus cursos, condecorações e medalhas, horas de voo, elogios de militares que o conheciam e trabalhavam com ele.

O segundo texto é um opúsculo biográfico, denominado *Marechal-do-Ar Eduardo Gomes: o homem e o mito*. Seu autor é o coronel aviador Manuel Cambeses Júnior, que morreu em 2019. Ele foi Conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, ocupante da Cadeira nº 9, cujo Patrono é o marechal-do-ar Eduardo Gomes, Patrono da Força Aérea Brasileira. Não há indicação de data no opúsculo; mas, como o autor trata em seu trabalho dos grandes acontecimentos do qual o Brigadeiro fez parte até sua morte e o momento em que foi declarado Patrono da Força Aérea Brasileira, em 1984, então se pode dizer que a publicação do texto foi posterior a esse ano. O principal objetivo do biógrafo foi destacar a importância de Eduardo Gomes para a Aeronáutica e para o país.

Não podemos nos esquecer, também, de dois textos políticos sobre Eduardo Gomes, pois são muito importantes para compreendermos a conjuntura histórica de 1945 e o processo eleitoral desse ano, bem como a participação de Eduardo Gomes como candidato à Presidência da República pela UDN na disputa eleitoral daquela época.

O primeiro desses textos foi escrito por J. Nunes de Carvalho²¹ e se intitula *A Democracia e o Brigadeiro*. Foi publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, no final de 1945, e se encontra atualmente no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O autor critica o regime político daquele momento. Contrário ao Estado Novo de Vargas e apoiador da candidatura do Brigadeiro, ele caracteriza Eduardo Gomes como o Roosevelt brasileiro, comparando-o ao ex-presidente dos Estados Unidos.

O segundo escrito, denominado *Eduardo Gomes e a Evolução Brasileira*, foi elaborado por Euclides Matta, que era um jornalista paulista. Sua publicação data do início de 1945. Atualmente esse texto encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional. Consiste em um estudo sobre a História Republicana do Brasil, especialmente a partir do movimento revolucionário de 5 de julho de 1922. O autor analisa os motivos que levaram os participantes dos 18 do Forte de Copacabana a lutarem contra o governo de Epitácio Pessoa e descreve o dia a dia de Eduardo Gomes, bem como sua relação com o catolicismo. O jornalista procura

²¹ Joaquim Nunes de Carvalho foi um tenente que participou dos movimentos tenentistas da década de 1920.

demonstrar, como questão central, que o presidencialismo é responsável pelos golpes armados e pelos abusos do poder que os originaram, defendendo, ao mesmo tempo, o parlamentarismo e a vitória de Eduardo Gomes nas eleições de 1945.

Há ainda dois trabalhos fundamentais sobre Eduardo Gomes. O primeiro, denominado *Campanha de Libertação*, de autoria de Eduardo Gomes, foi publicado em 1945 e contém seus discursos como candidato à Presidência da República pela UDN, nas eleições desse ano, com a predominância dos seguintes temas: o trabalhador, a educação, o café, a siderurgia, o exército, as secas, o transporte e a rodovia, a economia, a liberdade de imprensa, a anistia, as eleições livres e o sufrágio universal. Nessa obra, constam, principalmente, as entrevistas concedidas pelo Brigadeiro e suas críticas à ditadura iniciada em 1937.

A segunda obra constitui um resgate da memória de Eduardo Gomes. O livro, publicado em 1984, chama-se *Caminhada com Eduardo Gomes* e foi escrito por Deoclécio Lima de Siqueira, que foi um aviador. Idealizador do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), Siqueira (1984) trata, em seu escrito, do acelerado desenvolvimento da Aviação Brasileira durante a década de 1930, ao mesmo tempo em que dá importância à vida de Eduardo Gomes até a morte deste, em 1981, caracterizando-o como um símbolo de bravura na defesa dos princípios democráticos do país e mostrando seu valor também na aviação brasileira. Para o autor, a partir de 1922, com os 18 do Forte de Copacabana, Eduardo Gomes já começava a se transformar num dos maiores mitos de nossa História. Observamos, portanto, que Siqueira também heroiciza o Brigadeiro, assim como as demais biografias.

Relembremos que, em nossa pesquisa refletimos sobre a construção da imagem criada acerca de Eduardo Gomes por meio dos trabalhos biográficos sobre ele, nos quais houve uma tentativa de transformá-lo em um herói e um mito, que representava os anseios do povo brasileiro e simbolizava a democracia em 1945. Assim, pensar a sociedade e o contexto histórico em que os textos biográficos sobre Eduardo Gomes estavam inseridos é de extrema importância para analisarmos como se desenvolveu o esforço de construção de uma imagem laudatória sobre o Brigadeiro focado em nossa investigação.

Segundo Silva (2016, p. 30), a biografia como objeto de análise pode oferecer aos historiadores muitas questões a serem elucidadas, como: “[...] os limites da ideia de verdade e de representação, o papel social do mito, as relações entre público e privado, as ligações entre a narrativa e sua época, entre diversas outras”.

Ao mesmo tempo, Carloni (2010, p. 13) faz as seguintes considerações:

[...] os discursos compromissados com a construção ou a desconstrução de um mito não devem ser interpretados como irracionalidade e tentativa de manipulação, mas sim, como produto histórico-social. Devem ser entendidos em seu sentido amplo se se deseja compreender os grupos sociais que os produziram e os seus respectivos valores.

Segundo Musiedlak (2006, p. 106):

[...] o historiador deve tentar identificar o que diz respeito propriamente ao objeto biográfico estudado, apreender o melhor possível a sua temporalidade, se quiser separar o sujeito de sua história mítica e de seu entorno imaginário. Deve se dedicar a um trabalho de ‘desconstrução’, não porque esse imaginário seja artificial e falso. Ele faz parte da elaboração do mito do personagem e, nesse sentido, deve constituir uma parte essencial da elaboração do percurso biográfico.

Ao escrever a biografia sobre Luís IX da França, mais conhecido como São Luís, Le Goff (1999, p. 20) chega à conclusão de que “[...] a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de se fazer história”. E vai além, ao exprimir estas reflexões:

Habitado por minha formação de historiador a tentar uma história global, fui rapidamente tocado, pela exigência da biografia, a fazer da personagem em questão o que consideramos, Pierre Toubert e eu, um sujeito “globalizante” em torno do qual se organiza todo o campo da pesquisa. Ora, que objeto, mais e melhor que uma personagem, cristaliza em torno de si o conjunto de seu meio e o conjunto dos domínios que o historiador traça no campo do saber histórico?
São Luís participa simultaneamente do econômico, do social, do político, do religioso, do cultural; age em todos esses domínios, pensando-os de uma maneira que o historiador deva analisar e explicar – mesmo quando a busca do conhecimento integral do indivíduo em questão se torna uma “procura utópica”. (LE GOFF, 1999, p. 21).

Ao refletirmos sobre a ideia de sujeito “globalizante” apresentada por Le Goff (1999), observamos que tal noção pode ser identificada em relação à vida política de Eduardo Gomes, uma vez que ele, como sujeito de grande importância para o século XX no Brasil, esteve envolvido em grandes acontecimentos políticos, sociais, econômicos, culturais e até mesmo religiosos, pois sua vida esteve praticamente pautada no catolicismo. Assim, não defendemos aqui a concepção de uma biografia total, mesmo porque toda biografia histórica se remete a determinadas escolhas que o historiador fará para construir a história de seu objeto, a começar pela seleção das fontes, dos temas fundamentais de sua vida etc. No entanto, determinados indivíduos na História, ainda mais, grandes vultos, trazem consigo importantes acontecimentos que fazem parte de sua época, os quais, por sua vez, eles mesmos ajudaram a produzir. São os casos de São Luís (ou Luís IX) e Eduardo Gomes.

De acordo com Le Goff (1999, p. 26): “O indivíduo não existe a não ser numa rede de relações sociais diversificadas, e essa diversidade lhe permite também desenvolver seu jogo. O conhecimento da sociedade é necessário para ver nela se constituir e nela viver uma personagem individual”. Le Goff procura ainda alertar que o historiador não é um juiz, ele tem que tomar cuidado para não construir uma empatia com o seu objeto de estudo. Assim, devemos acima de tudo, tentar compreender o personagem, tomando muito cuidado para não admirá-lo ou mesmo desprezá-lo.

Para nossa pesquisa utilizamos o método biográfico, constituído pela modalidade de trajetória política, a fim de analisarmos as fontes. Desse modo, primeiramente discutimos e questionamos criticamente os escritos biográficos sobre Eduardo Gomes, com o intuito de identificar as ênfases e omissões em suas narrativas, pois se aproximam daquilo que Bourdieu (2000) chama de ilusão biográfica. Posteriormente, os documentos selecionados por nós serviram para dar embasamento ao estudo do itinerário político de Eduardo Gomes, colocando-o em confronto com sua memória. Nesse sentido, pensamos o Brigadeiro com base nas fontes, em sua trajetória, suas origens, em sua personalidade, seu meio social e no contexto que ele vivenciou. Um bom exemplo desse método é discutido por Borges (2019, p. 211):

Em 1994, o convite para prefaciar a publicação de um documento — um diário com aquarelas sobre a Revolução de 1932 — resultou na primeira vez em que tive de me enfrontar na vida de um personagem: o desconhecido capitão Alfredo Feijó, autor do diário, envolvido na guerra civil entre São Paulo e o restante do Brasil. Esse primeiro esboço de biografia colocou-me diretamente diante da necessidade de pensar um indivíduo em sua trajetória, suas origens, sua personalidade e seu “contexto”.

Dessa forma, é necessário e importante situar o indivíduo analisado em seu grupo e no contexto social em que se encontra. Para Borges (2019, p. 222-223, grifo da autora):

O ser humano existe somente dentro de uma rede de relações. Assim, algumas coordenadas devem ser levadas em conta pelo pesquisador: deve-se **atentar para os condicionamentos sociais** do biografado, o grupo ou grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia a dia.

[...] É preciso também estar atento para não “enraizar” o indivíduo em seu meio social, em seu tempo; é preciso vê-lo em movimento. Dito de outra forma, o contexto histórico não pode ser um cenário descrito no primeiro capítulo e do qual depois o autor distinguirá a silhueta do biografado.

[...] Para tal, deve procurar conhecer a sociedade, o tempo em que viveu seu biografado mediante obras de História e de Literatura; devem também se familiarizar com os temas que fazem parte da vida sobre a qual se debruça (por exemplo, se a biografada é uma líder feminista, é preciso conhecer bem esse tema para se compreender sua militância).

As ideias de Levi (2000), já discutidas acima, também são importantes para pensarmos o nosso método de análise das fontes, pois, para o autor, a abordagem da biografia e do contexto contribui para que o texto biográfico — em nosso caso, o estudo da trajetória política de Eduardo Gomes — mantenha sua especificidade e conserve a época, o meio e os fatores sociais que caracterizam todo o entorno atmosférico da vida política do sujeito estudado, permitindo compreender as omissões ou as lacunas com as quais o historiador se depara ao estudar o percurso político de um indivíduo. Nesse sentido, o contexto é importante para preencher as lacunas documentais, inclusive por meio de comparações com outras figuras que tenham alguma relação com o biografado. Tal metodologia nos auxilia a entender a trajetória política de Eduardo Gomes, levando-nos a estabelecer um equilíbrio entre sua vida individual e seu meio social.

Para o desenvolvimento da trajetória política de Eduardo Gomes utilizamos diferentes fontes, como: documentos presentes em arquivos, localizados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e no Arquivo Nacional, ambos no Rio de Janeiro (RJ); escritos biográficos; projetos de leis da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF); livros da coleção da Aeronáutica; diário do Congresso Nacional; entrevistas; jornais e revistas; livros de época e de memórias, e documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Esta tese encontra-se dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo revela e analisa a memória construída sobre Eduardo Gomes, por meio dos escritos biográficos que foram produzidos sobre o militar. Constatamos que existe um imaginário que envolve o Brigadeiro, elaborado, sobretudo, em 1945 — ocasião em que Eduardo Gomes foi candidato à Presidência da República pela UDN — e após a sua morte. No segundo capítulo apresentamos a vida de Eduardo Gomes desde a sua infância até a sua entrada no Exército brasileiro. Analisamos a sua trajetória política, que teve início em 1922. Abordamos a situação do Exército nacional no começo da Primeira República; a época em que o Brigadeiro foi aluno da Escola Militar do Realengo, com o objetivo de refletir sobre suas relações sociais e a possível existência, nesse período, de uma politização no meio militar de que fez parte, fato que contribuiria para explicar o seu envolvimento nos movimentos tenentistas do começo da década de 1920. Tratamos também sobre o contexto histórico dos anos de 1920 no Brasil, a fim de compreendermos os acontecimentos que levaram à desencadear os movimentos tenentistas daquela época, e examinamos a participação de Eduardo Gomes nas insurreições de 1922, no Rio de Janeiro, e de 1924, em São Paulo, bem como a ideologia que pautava esses

movimentos. Por fim, estudamos o percurso político da figura aqui estudada, depois de 1924 até antes de seu envolvimento na Revolução de 1930.

No terceiro capítulo discutimos sobre a participação de Eduardo Gomes na aviação e nos movimentos políticos ocorridos durante o governo Vargas na década de 1930, como: a Revolução de 1930; o Correio Aéreo Militar; a Revolução Constitucionalista de 1932 — especialmente da atuação de Eduardo Gomes no setor aéreo, contra os paulistas —; de seu combate contra os comunistas em 1935; sua oposição ao Estado Novo e seu suposto envolvimento na Revolta Integralista de 11 de maio de 1938. Analisamos também o contexto histórico desses episódios. No quarto capítulo tratamos sobre a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941 e do desenvolvimento da aviação brasileira na década de 1940. Analisamos o envolvimento de Eduardo Gomes na Aeronáutica, durante o contexto da Segunda Guerra Mundial e, a importância do Brigadeiro para o setor aéreo nacional, bem como para o bom relacionamento com os norte-americanos, que estavam no Brasil com intenções de construir e equipar as bases aéreas localizadas no Norte e no Nordeste do país. Essas bases foram importantes para a manutenção dos aviões de guerra que iam à África, com o intuito de levar recursos para as forças aliadas. Pudemos compreender entre a relação de Eduardo Gomes com os Estados Unidos, o posicionamento do militar e dos norte-americanos com relação as defesas contra as forças do Eixo. Também abordamos e analisamos como foi a atuação do Brigadeiro nas duas candidaturas que concorreu à Presidência da República pelo partido da UDN, em 1945 e 1950.

No quinto capítulo discorremos sobre os dois projetos políticos distintos, que estavam em disputa, com maior intensidade, durante a década de 1950, prolongando-se até o Golpe Civil-Militar de 1964: o nacional-estatismo e o liberalismo-conservador. Eduardo Gomes foi representante do segundo projeto. Examinamos assim, a atuação do Brigadeiro nos movimentos políticos de 1954, 1955 e 1964, que ameaçaram a democracia representativa, a qual estava em processo de desenvolvimento desde 1945. Abordamos os motivos desses conflitos políticos e os interesses de cada grupo que participaram dessas agitações. Também realizamos uma comparação entre as ações de Eduardo Gomes e o projeto político que defendia, com a do marechal Lott, que pode ser considerado como representante das ideias do nacional-estatismo e da luta a favor da legalidade democrática. No sexto e último capítulo discutimos sobre os momentos finais da vida pública e política de Eduardo Gomes, vinculada ao contexto da Ditadura Militar e, por fim, realizamos alguns apontamentos sobre as memórias do Brigadeiro após a sua morte.

1 ESCRITOS BIOGRÁFICOS: O IMAGINÁRIO EM TORNO DE EDUARDO GOMES

Neste capítulo trouxemos à tona a memória construída sobre Eduardo Gomes, por meio dos escritos biográficos que foram produzidos em relação a ele, pois existe um importante imaginário²² que envolve esse militar e político brasileiro, especificamente produzido em 1945 — ano em que Eduardo Gomes foi candidato à Presidência da República pela UDN — e após a sua morte. Conhecer esse imaginário é fundamental para questionarmos a produção social de sua memória. Atentamos, particularmente, para a vida política de Eduardo Gomes. Consideramos relevante tentar responder à seguinte pergunta: o que da construção de sua memória política, é mito? Ainda que existam escritos laudatórios, estes fazem parte da História. Acreditamos que o historiador deve procurar distinguir o mito da verdade, mas não pode ignorar a criação do mito.

Para examinarmos os escritos biográficos sobre Eduardo Gomes utilizaremos de teorias e métodos, principalmente da área da Ciências Humanas, já destacadas e explicadas no início deste trabalho, e de algumas indagações formuladas por nós.

Como bem destaca Borges (2019), o historiador, ao desenvolver um trabalho biográfico, deve começar pelo que já foi escrito sobre o personagem, principalmente se o biografado for uma pessoa célebre, pois isso nos coloca diante de uma imagem já estabelecida e que pode ser revista.

Considerando os motivos expostos, foram analisados, neste item, os escritos biográficos sobre Eduardo Gomes. Inicialmente, por meio dessas obras, refletimos sobre o imaginário que envolve o biografado. Segundo Musiedlak (2006, p. 106-107), tal imaginário “[...] torna-se, às vezes, mais importante do que sua própria personalidade”. Acreditamos, assim como o autor, que o ato de desmitificar é fundamental para retomar a vida do personagem e restituir o modo pelo qual esse imaginário foi construído.

É também essencial realizar a contextualização e o emprego da crítica dos documentos que se têm em mãos, e não tratá-los como verdade absoluta, especificamente com relação às fontes aqui discutidas, isto é, os trabalhos biográficos sobre Eduardo Gomes. Bacellar (2019,

²² A concepção de imaginário usada aqui, está associada ao conceito de cultura política, que está ligado, entre outras questões, a “[...] representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa, uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2014, p. 21). Para Motta, como já ressaltado neste trabalho, representações constituem um conjunto de ideias, das quais entre elas, encontra-se o imaginário. Assim, os escritos biográficos analisados neste capítulo fazem referência a um importante imaginário que foi produzido a respeito de Eduardo Gomes, sobretudo em 1945 e após a sua morte.

p. 64, grifo do autor) afirma que “acima de tudo, o historiador precisa *entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu*”.

Estudamos os escritos biográficos sobre Eduardo Gomes, levando em consideração como o viés apologético sobre o biografado aparece na narrativa elaborada pelos autores, pois é visível nesses trabalhos a empatia que os autores têm com o personagem, justamente aquilo que Le Goff (1999) chama a atenção dos historiadores para evitarem a fazer.

Tentamos perceber também se esses trabalhos biográficos seguem uma certa ilusão biográfica, conceito formulado por Bourdieu (2000), se os autores tomam cuidado com o que Avelar (2010) chama atenção, ou seja, a construção de uma vida pautada por regularidades, repetições e permanências, bem como se os escritores seguem uma tendência que Vilas Boas (2008), a partir de conceitos formulados, procura nos auxiliar como ferramenta para lermos e criticarmos uma biografia.

Ao analisarmos os escritos biográficos sobre Eduardo Gomes, não só levamos em conta o imaginário erigido a respeito do personagem, mas também outras questões igualmente importantes. Por exemplo: Quem são os autores desses estudos? Esses autores possuem alguma ligação com o personagem? Quando esses trabalhos foram publicados? As datas dessas publicações têm alguma relevância histórica que se relaciona ao biografado? O que levou os autores de tais publicações a escreverem sobre Eduardo Gomes? Como esses autores descrevem a personalidade do biografado e os movimentos políticos de que participou? Quais documentos utilizaram em seus trabalhos? A imagem de Eduardo Gomes é a mesma em diferentes contextos? A qual ideologia política Eduardo Gomes é vinculado?

1.1 “BRIGADEIRO EDUARDO GOMES”

A primeira biografia sobre o personagem, tem como título *Brigadeiro Eduardo Gomes*. Foi escrita por Gastão Pereira da Silva (1898-1987) e publicada, em 1945, pela Editora Panamericana Ltda, do Rio de Janeiro. O autor dessa obra nasceu em São José do Norte (RS), em novembro de 1898, e atuou como médico, psicanalista, escritor, pesquisador, biógrafo e jornalista. Foi o maior divulgador da Psicanálise de Sigmund Freud no Brasil e um dos primeiros psicanalistas do Rio de Janeiro. Lutou para tornar o debate sobre a psicanálise um tema mais acessível ao público leigo, sendo um crítico das normas elitistas da formação em psicanálise. Atuou também na imprensa, nas seguintes revistas: *Carioca*, *Vamos ler*, *Dom Casmurro* e *Seleções Sexuais*. Entre suas obras estão: *Prudente de Moraes: o Pacificador*;

Rodrigues Alves e sua época; O romance de Oswaldo Cruz; Xavier da Silveira e a República de 89; Almeida Júnior: sua vida e sua obra; Para compreender Freud (PAULON, c2010).

Silva (1945) não tinha ligação com Eduardo Gomes. A propósito, como publicou a obra em 1945, no ano das eleições políticas e no momento em que o Brigadeiro foi candidato à Presidência da República pela UDN, o autor se preocupou, inicialmente, em destacar que não estava atrelado a qualquer ideologia política ou partidária. Disse que apenas escrevia para o povo e que sua intenção era exercer livremente sua profissão de escritor. Contudo, no decorrer do livro, fica claro que o autor engradece a figura de Eduardo Gomes e que, indiretamente, se posiciona a favor da vitória do biografado na eleição para à Presidência da República. Silva (1945) afirma:

Devo dizer, de ante-mão, que não estou, como nunca estive em minha vida, ligado a qualquer corrente político-partidária.
Sou um escritor militante, um profissional das letras, e é apenas com as páginas dos meus livros que fabrico o meu pão de cada dia.
[...].
Escrevo para o povo. Só me sinto ligado realmente ao povo porque faço parte integrante dele e por isto a minha voz pode ser considerada insuspeita. Não tenho, outrossim, a mínima aspiração política, não desejo ocupar qualquer cargo. Só desejo, realmente é que me permitam exercer livremente a minha profissão de escrever, sem compromissos de qualquer espécie, para o povo. (SILVA, 1945, p. 9-10).

A caracterização de Eduardo Gomes como herói, criada devido a sua participação na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, além do fato de apresentar uma história de vida que poderia servir como exemplo para as gerações futuras, consiste em um dos principais motivos que levaram Silva (1945) a realizar sua biografia em questão. De acordo com o autor:

O Brigadeiro Eduardo Gomes, com sua figura heróica e impressionante, nome lendário e incorrupto nos faustos gloriosos da nacionalidade, sobrevivente da epopéia dos 18 do Forte de Copacabana, é daqueles que, como Oswaldo Cruz, podem oferecer a história de sua vida para exemplo das gerações vindouras. (SILVA, 1945, p. 10).

Silva (1945) conta que não realizou uma biografia mais completa de Eduardo Gomes em razão do tempo escasso “[...] e da impossibilidade de estabelecer contacto direto com o meu biografado, sempre arredio e inatingível a qualquer manifestação publicitária” (SILVA, 1945, p. 10).

As fontes utilizadas por Silva (1945) foram jornais e entrevistas com pessoas que conviveram com Eduardo Gomes e que contribuíram para que o autor traçasse o retrato psicológico do personagem.

Acerca de um dos conceitos apresentados por Vilas Boas (2008), com relação a um dos modos de ler e criticar a biografia, isto é, a transparência, percebemos que Silva (1945), primeiramente, ainda que de modo sucinto, enfatiza, em seu livro, alguns dos motivos que o levaram a biografar Eduardo Gomes, as dificuldades e as fontes utilizadas para realizar a mencionada obra. No entanto, mesmo quando se apresenta transparente, comentando seus processos intelectuais e perceptivos sobre o biografado, o que o levou a pesquisar a vida de Eduardo Gomes, quais foram as suas dificuldades e fontes consultadas, o procedimento de Silva muda ao longo da narrativa. Observamos depois que ele realiza um trabalho panfletário sobre o Brigadeiro, o qual tinha o intuito de ajudar a elegê-lo presidente da República.

Ao comentar a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, Silva (1945) destaca a bravura dos participantes do movimento, mas alerta para o fato de que a coordenação do movimento havia fracassado, uma vez que houve muitas deserções. Ele relata que os militares que deveriam ficar na linha de frente acabaram por desistir da Revolta, acarretando insucesso à Escola Militar, já que muitos cadetes haviam sido presos. Para Silva, Eduardo Gomes e os outros participantes que permaneceram até o fim da Revolta eram idealistas e símbolos do heroísmo, do patriotismo, do inconformismo e da luta por uma causa geral, e não individual.

A coordenação do movimento, entretanto, fracassara. Os compromissos não foram cumpridos. As deserções registraram-se em massa. O medo tinha tolhido a ação de muitos daqueles, que no início, prometeram ficar na linha de frente.

Na própria Escola Militar o movimento não logrou sucesso, tendo sido presos cerca de seiscentos cadetes.

No Forte de Copacabana, também, muitos enfraqueceram. Mas quatro grandes idealistas da vanguarda revolucionária, crentes no ideal, com a fé inquebrantável de um Brasil livre e melhor, incentivaram os ânimos. Era o instante glorioso em que vontades poderosas influíam naqueles que vacilavam na hora da reação contra o despotismo.

Eram eles: Siqueira Campos, Newton Prado, Carpenter e Eduardo Gomes. (SILVA, 1945, p. 21).

O conflito final da Revolta do Forte de Copacabana ocorreu na tarde de 6 de julho de 1922, quando os revoltosos que não desejavam render-se ao governo saíram do Forte e marcharam pela Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro, rumo ao embate contra as tropas legalistas. Esse momento histórico é descrito por Silva (1945) como se fosse uma cena de um filme emocionante e heroico.

Siqueira Campos lembrou, então, aos companheiros que a bandeira do Forte deveria ser conduzida por eles, porque naquele instante, era a pátria que os acompanhava para a vitória ou para a morte.

[...].

E nem se pode precisar se foi Siqueira Campos ou o tenente Eduardo Gomes, que num gesto resoluto, resolveu rasgar à espada o pavilhão nacional, em dezenove pedaços, confiando um a cada companheiro e guardando consigo o que reservára para o capitão Euclides. (SILVA, 1945, p. 28).²³

Prosseguindo com a narrativa construída com a intenção de emocionar o leitor, Silva (1945, p. 28) relata que os revoltosos marcharam para um conflito cujo destino era grandioso: “[...] o de defender, com o próprio sangue, sem ambições pessoais, o patrimônio e a integridade de uma pátria que vinha sendo humilhada e ferida pelo despudor e pelo egoísmo de seus dirigentes”. Por esse motivo, dá destaque ao civil Octavio²⁴, que se incorporou a marcha e é descrito como um homem corajoso pelo autor. Além disso, como num filme de ação, dá evidência à população que assistia ao episódio. Nas palavras de Silva (1945, p. 28-30): “a população, atônita, assistia o desenrolar desse grandioso espetáculo de coragem humana e devotado patriotismo, sem compreender, contudo, até onde chegaria a audácia daqueles homens”.

Silva (1945) ainda narra o episódio referente ao combate final, destacando Eduardo Gomes em comparação com os demais: “Em primeiro plano, marchava destemidamente o tenente Eduardo Gomes, com o seu fuzil em punho irradiando uma infinita confiança aos seus companheiros” (SILVA, 1945, p. 30).

Com relação à cena final, isto é, ao combate entre os revoltosos e as tropas legalistas, Silva (1945) também elabora uma narrativa envolvente e heroica. Recorre a termos literários, transformando o evento histórico numa epopeia.

²³ De acordo com Siqueira (1984), em seu livro *Caminhada com Eduardo Gomes* (1984), Eduardo Gomes havia dito em uma entrevista que teria sido 13 o número de combatentes finais contra as tropas legalistas. Inicialmente, o combinado era saírem em torno de 29 soldados do Forte de Copacabana, mas foram confirmados apenas 17 para combaterem as tropas do governo. Contudo, durante a marcha final, o civil Octavio Corrêa juntou-se aos revoltosos, o que totalizou 18 combatentes. Entretanto, próximos do local onde estavam as forças do governo, 5 desistiram do movimento (SIQUEIRA, 1984).

²⁴ Em trabalho inédito sobre Octavio Corrêa, Licks (2016) traz informações importantes sobre a participação do civil no episódio da Revolta tenentista de 1922. Segundo o autor, Octavio Augusto da Cunha Corrêa, que teria sido esquecido pela História, já era amigo dos tenentes, com os quais conversava, quando possível, no cabaré *Mère Louise*, que ficava em frente à praia de Copacabana, próximo ao Forte. Momentos antes da Revolta, alguns conspiradores foram identificados pelos tenentes, após contato por telefone. Assim, percebendo que a linha estava sob escuta da Polícia Política, o comandante Euclides Hermes da Fonseca acabou sendo convencido por Siqueira Campos a aceitar uma sugestão de Octavio Corrêa: a de puxar, discretamente, um par de fios como extensão do telefone do cabaré até a sala de comando. A ideia era a de que a linha do Forte sob escuta deveria ser evitada.

Segundo Licks (2016), Octavio Corrêa era um homem rico, de família abastada. De todos os militares, Euclides Hermes era quem conhecia o civil há mais tempo e foi ele quem o apresentou aos oficiais. Eles se conheciam devido ao relacionamento entre os pais de ambos, o marechal Hermes e Carlos Alberto Córrea, que conviveram como os amigos gaúchos do senador Pinheiro Machado.

A fuzilaria estrepitou, de repente. A luta desigual tinha começado. Eram carabinas contra poderosas fôrnas de artilharia, canhões que ribombavam espetacularmente. O massacre era inevitável. Mas os dezoito não recuaram. Não tiveram medo. Os últimos cartuchos tinham sido deflagrados. Agora, o que restava era a baioneta calada, faiscante ao sol. E foi com essas armas que esses dezoito homens enfrentaram seus antagonistas, ferindo-se o mais desigual de quantos combates já se travaram em qualquer tempo. (SILVA, 1945, p. 30).

Eduardo Gomes é exaltado diversas vezes na obra, e Silva (1945) glorifica, a todo momento, as atitudes de seu personagem, transformando-o cada vez mais em um herói da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. O autor dá a entender que o biografado era dotado de uma certa extraordinariedade, conceito formulado por Vilas Boas (2008). Efetivamente, desde o início da obra, o que se observa é uma narrativa na qual o movimento tenentista, bem como Eduardo Gomes, são idealizados. Há a impressão de que o biografado já nascera herói, assim a vida do personagem tratado por Silva segue aquilo que Bourdieu (2000) chama de ilusão biográfica. Soma-se a isso o fato de que o conflito final entre os revolucionários e as tropas legalistas é narrado de modo que Eduardo Gomes figurasse como o grande destaque do combate.

E de repente, em meio deles, alteia-se a figura impressionante e heroica do tenente Eduardo Gomes. Nada o poderá deter nesse momento quando êle vê tombar ao seu lado companheiros de tôda hora, idealistas do quilate de Newton Prado e Siqueira Campos.

Mesmo com o braço fraturado, todo ensopado de sangue, o tenente Eduardo Gomes assume o comando da ofensiva. Êsse homem que não fala nunca, e que para muitos parecia uma incógnita humana, se revela de repente. Seus gritos de comando estimulam cada vez o heroísmo dos demais companheiros. (SILVA, 1945, p. 30-32).

Como já ressaltamos, se de início Silva (1945) afirma que não tinha nenhuma posição política e que apenas escreveu a biografia em virtude de sua profissão de escritor, exercendo sua livre expressão, observamos que o autor se posiciona cada vez mais ao lado de Eduardo Gomes, principalmente, se levarmos em conta o contexto de 1945, durante o qual novas eleições ocorreram depois de quinze anos de Vargas no poder. O Brasil precisava de novos rumos, que restaurassem a democracia. Portanto, de certa forma, é possível depreender que o autor apoiava o partido do Brigadeiro e sua vitória. Para o autor, a história de Eduardo Gomes se iniciou de fato a partir de 1922, e sua imagem de herói representava, em 1945, o momento de novas mudanças políticas.

No cenário nacional, aparecia a figura de Eduardo Gomes. Começou lutando pela liberdade. Deu seu sangue pela liberdade. E pela liberdade lutaria sempre nos

instantes em que o Brasil necessitasse da coragem e do desprendimento de homens de sua fibra. A sua história começa aqui. (SILVA, 1945, p. 32).

Silva (1945) faz poucos comentários à Revolta de 1924, ocorrida em São Paulo. Já no que diz respeito a Eduardo Gomes, destaca que o biografado exerceu papel relevante no movimento, estabelecendo vínculo entre os revolucionários do Rio de Janeiro e os de São Paulo. Além disso, talvez em mais uma tentativa de enaltecer a figura de seu personagem, afirma que foi Eduardo Gomes quem pilotou, pela primeira vez em nossa História, um avião a serviço de guerra durante a Revolta Paulista de 1924, deixando cair de grande altura milhares de boletins com ideias revolucionárias. No entanto, isso não é verdade, pois o primeiro emprego do avião em operações militares no Brasil ocorreu no início de 1915, durante a Campanha do Contestado, sob o comando do general Setembrino de Carvalho, tendo como piloto o capitão Ricardo Kirk (HISTÓRICO, 2017).

De acordo com Silva (1945), os movimentos tenentistas da década de 1920 contribuiriam para a Revolução de 1930, e Eduardo Gomes combateu “[...] destemidamente pela causa reivindicadora” (SILVA, 1945, p. 41).

No que concerne à questão do tempo, observamos que Silva (1945) não realiza um trabalho linear, pois inicia sua obra com a participação de Eduardo Gomes no movimento revolucionário de 1922, com o objetivo de apresentar, logo de início, a imagem de herói do personagem. Desta maneira, o autor foge da crítica que Avelar (2010) faz à linearidade presente nas obras biográficas, que pode induzir o leitor a expectativa ingênua de que a vida de um indivíduo é marcada por permanências e repetições. Vilas Boas (2008) também chama a atenção para isso e defende que as biografias sejam escritas sem uma linearidade temporal,

Silva (1945) assim descreve a personalidade de Eduardo Gomes nos tempos de aluno da Escola Militar:

Nunca tomou parte nos famosos trotes, nem compareceu às tradicionais boemias estudantis, que fazem quase sempre a delícia da juventude.

Eduardo Gomes sempre foi um temperamento essencialmente retraído. Dedicava-se, porém, com grande tenacidade aos seus estudos. Vivia para os livros. Ainda hoje o Brigadeiro Gomes quase sempre é visto com um livro na mão. (SILVA, 1945, p. 45).

Na visão de Silva (1945), Eduardo Gomes, ao sair aspirante da Arma de Artilharia, viu-se, desde cedo, envolvido por grandes figuras que desejavam um Brasil melhor e realmente democrático. Tais figuras eram:

Siqueira Campos, Luiz Carlos Prestes, Prates de Aguiar, Henrique Cunha, Stenio Caio de Albuquerque Lima, Paulo da Cunha Cruz, Ricardo Hall, Bina Machado, Carlos da Costa Leite, Frederico Cristiano Ruyz, Emilio de Ribas Junior, Solon Lopes de Oliveira, Plinio Cardoso, Honorato Pradel, Mario Chaves Ferreira, Jayme de Almeida, Afonso de Carvalho e outros. (SILVA, 1945, p. 45-46).

A narração de Silva (1945) é importante para pensarmos a noção de fatalismo nas biografias. Para Vilas Boas (2008), consoante ao fatalismo, os acontecimentos são descritos com antecedência em relação ao destino. Ademais, muitas vezes o senso fatalista apresenta o biografado em função de sua obra, ou o biografado só existe por causa da obra. No caso, é como se o autor da biografia de Eduardo Gomes quisesse dizer, logo de início, que seu personagem sempre foi o que era em virtude de sua relação com os grandes vultos que exerceram papel importante para a História nacional ao longo do tempo. Porém, um indivíduo não se torna necessariamente o que é apenas em razão de um momento específico ou de um relacionamento importante com seu meio. Diversos fatores concorrem para a formação de um indivíduo, e o biografado, na maioria das vezes, não tem controle sobre eles.

Podemos destacar também, para pensarmos a biografia de Silva (1945), o conceito de descendência formulado por Vilas Boas (2008), pois o biógrafo tenta explicar a personalidade de Eduardo Gomes recorrendo à história da família de seu personagem. Inicialmente, o autor tenta ligar a posição ocupada pelo personagem ao cooperar com a criação do Correio Aéreo Nacional aos anseios de seu pai, que, segundo Silva (1945, p. 53) eram “[...] o encurtamento das distâncias e o estreitamento das boas relações entre os homens”. Ainda associando as realizações pessoais de Eduardo Gomes às aspirações do pai, Silva (1945, p. 53) relata que: “Diretor das Rotas Aéreas, Eduardo Gomes passou alguns anos no Recife, — a Terra natal de Luiz Gomes — e nesse posto de tão grandes responsabilidades deve ter sentido realmente feliz em ver realizados as aspirações e os sonhos paternos”.

Silva (1945), valendo-se, a todo momento, da noção de descendência, tenta justificar as atitudes tomadas por Eduardo Gomes. O problema é que as justifica depois dos eventos vividos pelo personagem. O autor tenta vincular o comportamento do biografado à infância deste, fortemente marcada pela criação recebida de seus pais.

Criado no respeito aos seus, educado sob o freio de uma religião rígida em seus princípios morais (Eduardo Gomes é católico praticante) ouvindo a todo instante a voz paterna clamando pela justiça, êle não podia, de maneira alguma, deixar de imprimir nas dobras profundas do espírito as impressões fortes que lhe ficaram gravadas, como as imagens nas placas fotográficas, projetadas pela autoridade paterna. (SILVA, 1945, p. 59).

Ainda de acordo com Silva (1945, p. 59), a figura na qual Eduardo Gomes se transformou deveu-se a sua infância pobre, sem brinquedos, em que “a realidade dos fatos entrara-lhe pela alma a dentro, ainda muito cedo”. Na opinião do autor, a vida dos grandes homens também foi assim, com uma infância difícil, com grandes dificuldades e com uma educação rígida. Silva busca comparar a vida de Eduardo Gomes às de grandes personagens que também tiveram uma infância sofrida, como Louis Pasteur, Oswaldo Cruz, Stalin, Beethoven e Timoshenko. Conforme Silva (1945, p. 63):

[...] enquanto as crianças ricas são criadas, ouvindo histórias fantásticas de príncipes encantados, ou de bichos que falam, que possuem brinquedos bonitos e são ninadas a todo instante pelos carinhos excessivos das mães, as crianças pobres, pela própria circunstância financeira, crescem voltadas sempre para a realidade.

[...]

Quando veio ao mundo, já encontrou Eduardo Gomes seus pais em acérrima luta com a vida. Luiz Gomes perdera, em maus negócios, a fortuna que herdára.

No entanto, vale salientar que a infância de Eduardo Gomes não poderia ter sido tão pobre assim. Como realçamos anteriormente, sua mãe era filha de um visconde, que lhe havia deixado alguma fortuna depois de sua morte. Além disso, seu pai, mesmo devido às grandes perdas financeiras que sofreu, foi funcionário da Marinha e depois trabalhou como redator no *Jornal do Brasil*. Assim, Eduardo Gomes pode até ter passado por dificuldades; porém, acreditamos que dificilmente teve uma infância paupérrima. Entretanto, Silva (1945) procura sempre enfatizar a pobreza da meninice de seu biografado, com o objetivo de dizer que o personagem vencera na vida justamente em razão de tal penúria, como se fosse necessário ele ter passado por isso.

Enquanto as outras crianças desfrutavam as alegrias da vida quebrando brinquedos caros, o pequeno Eduardo não compreendia porque existia aquela estranha diferença entre meninos ricos e meninos pobres.

Vestia-se modestissimamente, roupas que a própria mãe confeccionava no trabalho ininterrupto da máquina de coser. (SILVA, p. 64-65).

Silva (1945) frisa que, em diversos momentos, a mãe de Eduardo Gomes, Jenny Gomes, desfazia-se de seus objetos valiosos, como joias que possuía como herança familiar, empenhando-os para a instrução dos filhos.

De acordo com Silva (1945), a mãe de Eduardo Gomes era católica e seu pai, ateu, o que provocava diversas discussões entre os dois. Eduardo Gomes sempre ficava do lado de Jenny Gomes. Luís Gomes costumava voltar-se para os assuntos relacionados à pátria. Assim,

para o autor, essa relação familiar, voltada para o catolicismo e para a pátria, determinou o comportamento de seu personagem.

O nome de Deus e da pátria foram assim os mais ouvidos naquela casa. Não é pois de estranhar que hoje Eduardo Gomes seja um fervoroso católico e um patriota sem jaças. Se o excessivo patriotismo, como tantos de seus amigos asseguravam, prejudicou em muito a vida da família Gomes, não é menos certo que foi êsse patriotismo fecundo, ou melhor, cimentado pela moral cristã, que realizou a personalidade inconfundível de Eduardo Gomes. (SILVA, 1945, p. 66-67).

Ao analisarmos a biografia em questão, percebemos, novamente, que Silva (1945) exalta Eduardo Gomes ao dar valor a sua infância, mas com objetivo de cunho político. É o que se pode constatar nestes dizeres do biógrafo:

Não fôsse essa infância, crivada de privações, mas iluminada por dois grandes ideais e hoje talvez, não tivéssemos o homem que o Brasil reclama para dirigir os seus altos destinos. Dêsse modo, como os grandes homens que aqui mencionamos, a infância de Eduardo Gomes foi a semente de luz que lhe frutificou a vida digna e altaneira de que tanto se deve orgulhar quem hoje a vive, com tanta decência e honradez. (SILVA, 1945, p. 67).

É preciso, portanto, tecermos uma crítica à noção de descendência visível na obra de Silva (1945), que liga a personalidade e o comportamento da fase adulta de Eduardo Gomes a sua infância e a seus familiares. É necessário, também, atentar para o fato de que o ser humano não é apenas produto de seu meio familiar e de suas condições históricas, “[...] mas é muito mais agente da história (sua história) do que os biógrafos imaginam” (VILAS BOAS, 2008, p. 82).

Segundo Silva (1945):

O menino Eduardo Gomes, acordava cedo, muito antes de seus pais. Seus brinquedos prediletos sempre foram os livros de gravuras. Mas, a sua característica principal, é que êle não falava muito. Era uma criança ensimesmada, vivendo dentro de si mesma, e nunca folheando os seus livros de gravura, perguntava ou pedia explicações insistentes como acontece com a maioria das crianças. Não tinha a curiosidade infantil exagerada. Era como se compreendesse precocemente a verdade das coisas que via. (SILVA, 1945, p. 68).

Torna-se importante frisar que Silva (1945) continua apresentando um personagem extraordinário desde a infância, uma criança diferente das demais, que compreendia precocemente a verdade das coisas que via. Observamos certo fatalismo na maneira pela qual o narrador caracteriza seu biografado. Em outras palavras, é como se os acontecimentos do

futuro de Eduardo Gomes estivessem determinados com antecedência. O autor quer mostrar que Eduardo Gomes nascera diferente dos demais, já estando à frente de seu tempo.

Ao longo da biografia de Silva (1945), constantemente se observam o fatalismo e a extraordinariedade. Um exemplo é um episódio contado por um dos amigos de Eduardo Gomes no colégio. Esse incidente é narrado num diário íntimo, ao qual o autor teve acesso. De acordo com o biógrafo, havia, no colégio onde Eduardo Gomes estudava, um aluno muito tímido e pobre, que sofria com as diversas travessuras da classe e que era castigado várias vezes por atos que nunca cometera. Certo dia um menino muito rico desenhou um dos professores com duas grandes orelhas de burro e assinou a caricatura sob o nome de “Vavá”, apelido do garoto humilde. Ao ver o desenho, o professor ficou indignado e quis castigar imediatamente o aluno pobre. Testemunha do fato, Eduardo Gomes ergueu a mão e disse que era uma injustiça punir o menino, já que não havia sido este último o autor da ofensa. O professor perguntou a Eduardo Gomes quem seria, então, que havia cometido a maldosa travessura, mas o menino recusou-se a dizer e acabou sendo punido no lugar do autor do desenho: ficou cerca de duas horas em pé, com o rosto virado para a parede.

O mencionado episódio mostra, novamente, que Silva (1945) tinha o intuito de retratar Eduardo Gomes como um indivíduo que desde cedo já lutava contra as injustiças da vida, a favor daquilo que seria correto, defendendo os mais humildes, ou seja, como possuidor de um caráter próprio a um ser incomum. É como se o autor estivesse, reiteradamente, dizendo que seu personagem tinha todas as características para vir a ser uma grande figura, o que acabou acontecendo.

Outro incidente narrado por Silva (1945) evidencia mais uma vez o fatalismo observável na caracterização de Eduardo Gomes, ao relatar um fato ocorrido no período em que seu personagem era aluno do Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis. Na ocasião, de acordo com o biógrafo, o marechal Caetano de Faria²⁵, que frequentemente visitava o

²⁵ José Caetano de Faria nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 21 de março de 1855, e morreu na mesma cidade, em 16 de agosto de 1936. Sentou praça na Escola Militar da Praia Vermelha, em janeiro de 1868. Em 1871 foi para o Paraguai, integrando as tropas de ocupação que, após o término da Guerra do Paraguai, permaneceram no país até 1874. Ao retornar ao Brasil, foi promovido a alferes em 1875. Em 1878, tornou-se tenente; em 1884, capitão e, em 1891, major. Assumiu, também, em 1891, o comando do 1º Regimento de Cavalaria, no Rio de Janeiro. Posteriormente, comandou, de 1892 a 1896, o Regimento Policial do Distrito Federal, vindo a ser promovido a tenente-coronel em 1894. Em 1902, foi promovido a coronel e, em 1905, a general de brigada. Elegeu-se presidente do Clube Militar em 1908 e, em 1910, obteve a promoção a general de Divisão. Também foi nomeado, no governo do marechal Hermes da Fonseca, presidente da República, chefe do Estado-Maior do Exército, permanecendo no cargo até 1914. Ainda no ano de 1910, reelegeu-se presidente do Clube Militar para o biênio 1910-1912. Em 1913, colaborou com a revista *Defesa Nacional*, em que assinava a coluna intitulada *Atualidade Militar*. Ocupou o cargo de ministro da Guerra em 1914, no governo de Venceslau Brás. Entre outras realizações e promoções de destaque, tornou-se marechal em 1916. Encerrado o governo de Venceslau Brás, em

colégio, observou o pelotão de alunos ser comandado por Eduardo Gomes e comentou com os presentes que certamente estaria surgindo, na figura do biografado, um futuro oficial do Exército. Assim, a narrativa leva a crer que seu personagem viria a ser quem se tornou porque tudo já estava planejado pelo destino.

Vê-se mais uma vez que, repetidamente Silva (1945) enaltece seu biografado. Não se percebe nenhuma crítica ao então candidato à Presidência da República pela UDN. Segundo o autor, o Brigadeiro era popular entre as crianças mais humildes de Petrópolis, sendo amado e respeitado por todas. Contudo, o biógrafo só descreve um diálogo que teve com uma criança e nada mais. Assim, fica cada vez mais nítida a posição ideológica do autor — a de apoio à candidatura de Eduardo Gomes.

Uma criança com quem falamos, perto de sua residência, em caminho da escola, nos disse:

- Quer saber de uma coisa? E' muito dificil falar ao Brigadeiro...

- Porquê?

- Não sei. Um dia, um fotógrafo ficou escondido aqui horas e horas e não conseguiu tirar um retrato do Presidente da República.

- Presidente da República? – perguntamos surpreso?

- Sim. Não é o que dizem por aí dêle?

Explicamos:

- Você não entendeu. Êle é o candidato, mas ainda não foi eleito.

O garoto sorriu, piscou os olhos miudos e respondeu:

- Não entendo disso. Para mim êle é o Presidente. Gosto do Brigadeiro. (SILVA, 1945, p. 87).

À medida que a narrativa progride, Silva (1945) se posiciona cada vez mais a favor de seu personagem e ainda faz uma previsão: a vitória do candidato: “Quando se consegue o amor das crianças desconhecidas da rua é que já se começa a transitar os caminhos da vitória” (SILVA, 1945, p. 88).

Silva (1945) também dá destaque aos costumes católicos de seu personagem. Segundo ele, Eduardo Gomes procurava acompanhar de perto a obra missionária do monsenhor Massa na região Norte do Brasil, cuja tarefa era converter as classes mais humildes que estavam afastadas do convívio de Deus. O monsenhor andava pelos sertões com a tarefa de levar a palavra cristã às pessoas. Solidário à causa do monsenhor, Eduardo Gomes visitou-o um dia e, apresentando-se favorável às missões católicas pelo país, principalmente às dos salesianos do Rio Negro, entregou ao religioso um envelope que continha uma contribuição em dinheiro.

novembro de 1918, foi nomeado, em junho do ano seguinte, ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Exerceu, por diversas vezes, a Vice-Presidência e a presidência do STM. Em sua homenagem, o Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do Distrito Federal passou a chamar-se Regimento Caetano de Faria (PECHMAN, 2009).

Depois desse incidente, o monsenhor foi até a residência de Eduardo Gomes para agradecer-lhe a contribuição, mas ele não estava em casa. A mãe do Brigadeiro, Jenny Gomes, atendeu o religioso e quis saber o motivo da visita. Ela disse, também, que o monsenhor não precisava agradecer, pois seu filho ficaria até ofendido com isso. Eduardo Gomes havia recebido do governo, por ter sido anistiado, o valor relativo ao período em que ficara afastado do serviço. Com o pensamento de que não deveria desfrutar do dinheiro que não havia conseguido por meio de seu trabalho, acabou destinando o valor a obras e instituições, como as missões salesianas. O episódio ocorreu no início do governo Vargas (SILVA, 1945).²⁶

Com relação à personalidade de Eduardo Gomes, Silva (1945) afirma que seu personagem era diferente dos políticos comuns, os quais apreciam ser cortejados. Eduardo Gomes preferia incorporar-se à vida simples das pessoas, vivenciando de seus ritmos e procurando entender os diversos problemas que são mais diretamente ligados ao povo. Para o biógrafo, o Brigadeiro “[...] prefere imiscuir-se no anonimato popular, caminhando pelas ruas como um cidadão qualquer” (SILVA, 1945, p. 104).

Ao mesmo tempo, Silva (1945) revela que Eduardo Gomes possuía um carro oficial a sua disposição, devido ao alto cargo que exercia na Aeronáutica. Entretanto, raramente o utilizava, reservando o veículo apenas para casos de serviço. Segundo o autor, uma pessoa perguntou ao Brigadeiro por que não aproveitava o automóvel para uma subida na serra. O biografado teria dito que, sozinho, sem a presença de sua irmã, até utilizaria o carro para ir a Petrópolis, contudo, “[...] ao lado de quem quer que fôsse, que não estivesse a serviço do Estado, êle não se sentiria bem em partilhar uma propriedade que não era sua” (SILVA, 1945, p. 105).

No que diz respeito à ideologia política de Eduardo Gomes, Silva (1945, p. 120) afirma que seu personagem:

Via também no comunismo uma forma de fascismo ao contrário, uma ditadura proletária (são maneira de ver) e não se debatendo por nenhum extremismo, dedicou-se de corpo e alma à democracia, não a essa democracia propaladamente dirigida, mas a verdadeira democracia, que é o govêrno que governa segunda a vontade soberana do povo. Por ela e só para ela tem vivido Eduardo Gomes.

²⁶ Drumond (2011), em sua biografia sobre Eduardo Gomes, ao descrever o mesmo episódio, afirma que Massa não esqueceu a generosidade do militar. Dez anos mais tarde, quando Massa foi elevado à dignidade episcopal com a prelazia do Rio Negro, Eduardo Gomes foi um dos paraninfos de sua sagração.

Realmente, Eduardo Gomes não compactuava com o comunismo nem com o fascismo. Ao longo de sua trajetória, lutou contra a Revolta Comunista de 1935 e o fascismo de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, para Silva (1945), além de anticomunista, Eduardo Gomes era um defensor da democracia, conceito político que passou a ser vinculado ao militar, sobretudo, em 1945.

Com relação à participação de Eduardo Gomes na Revolução de 1930, na luta contra a Revolução Constitucionalista de 1932 e no enfrentamento do levante de 1935, Silva (1945) pouco fala sobre os episódios relativos a esses acontecimentos históricos. O biógrafo dedica apenas duas páginas a essas rebeliões. Quanto ao envolvimento de Eduardo Gomes na Revolução de 1930, o autor diz apenas que seu personagem “[...] encabeçou a onda revolucionária em Minas Gerais, marchando como sempre à frente de um movimento que poderia vir salvar o Brasil do caos para onde o empurravam as forças organizadas da opressão” (SILVA, 1945, p. 41).

Segundo Silva (1945), com a vitória da Revolução de 1930, Eduardo Gomes ficou ao lado do governo, que assumiu o poder. Inclusive, lutou junto a Getúlio Vargas, contra a insurreição paulista de 1932.

Descrevendo a participação de Eduardo Gomes no combate à Revolta Comunista de 1935, Silva (1945, p. 42) somente comenta que seu personagem enfrentou “[...] com sua fria coragem os revoltosos, tendo sido ferido em combate”. Além disso, de acordo com o biógrafo, Eduardo Gomes se afastou do cenário político nacional em 1937, por ser contra a ditadura de Vargas.

Enquanto o regime viveu respeitando a Constituição vigente, apoiada pelo povo, Eduardo Gomes estava ao lado do Governo que a executava. Pôs-se contra êle, no momento em que essa Constituição perdeu o seu sentido liberal com o nascimento de uma constituição que nada mais era do que o prelúdio de uma ditadura política, cujos efeitos o Brasil sentiria durante muitos anos. (SILVA, 1945, p. 42).

Ao analisarmos a biografia de Eduardo Gomes, escrita por Silva (1945), constatamos que o autor constrói uma narrativa positiva sobre seu personagem, com o intuito de apoiá-lo na eleição para à Presidência da República em 1945. Além disso, o biógrafo procura, assiduamente, enaltecer a figura do Brigadeiro, como se este fosse um ser incomum, deixando de lado momentos de um Eduardo Gomes como ser humano. A narrativa do autor busca idealizar o personagem; dignifica sua imagem de herói do tenentismo, torna-o um mito nas eleições de 1945 e retrata-o como o único candidato capaz de mudar os rumos do país com sua vitória. Vemos assim, que o autor não esconde sua admiração pelo biografado, o que é

algo que Le Goff (1999) chama a atenção para os historiadores evitarem em seus trabalhos biográficos.

Com relação à vinculação de Eduardo Gomes a determinada ideologia política, Silva (1945) relaciona seu personagem aos valores da cultura política da democracia, bem como a uma posição anticomunista e antifascista.

É importante destacar que Silva (1945) escreveu uma biografia sobre Eduardo Gomes, enquanto o Brigadeiro ainda estava vivo. Apesar desse fato, a obra é importante como fonte histórica para pensar a relação do militar com o contexto político de 1945. Além disso, a análise da mencionada obra biográfica pode auxiliar os historiadores no estudo da trajetória política de Eduardo Gomes.

1.2 “O BRIGADEIRO DA LIBERTAÇÃO (EDUARDO GOMES – ENSAIO BIOGRÁFICO)”

A segunda biografia aqui analisada chama-se *O Brigadeiro da Libertação (Eduardo Gomes – Ensaio biográfico)*, de 1945, e foi escrita por Paulo Pinheiro Chagas. Discutimos a segunda edição da obra, publicada em 1946, que segundo o autor, reproduz a primeira edição de 1945, sem nenhuma alteração.

Chagas nasceu no dia 1 de novembro de 1906, em Oliveira (MG) e morreu em Belo Horizonte (MG) em 12 de abril de 1983. Seu pai se chamava Francisco Pinheiro Chagas e sua mãe, Maria Eulina Carvalho Chagas. Foi primo do sanitarista Carlos Chagas, que ficou conhecido por ter identificado o agente causador da tripanossomíase, a qual foi denominada, posteriormente, “doença de Chagas”. Admirador da Aliança Liberal, participou, ainda estudante universitário, da Revolução de 1930. Após a vitória da insurreição, finalizou o curso de Medicina no mesmo ano. Posteriormente, abandonou a carreira médica e ingressou na vida política, filiando-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Preso durante a Revolução Constitucionalista de 1932, elegeu-se, com a reconstitucionalização do país, em maio de 1933, a suplente de deputado na Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PRM. No mesmo ano, matriculou-se na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Em 1934, elegeu-se deputado para a Assembleia Constituinte de Minas Gerais. Depois da promulgação da Nova Carta estadual, exerceu mandato legislativo ordinário. Até novembro de 1937, permaneceu na Assembleia mineira e, no mesmo ano, bacharelou-se em Direito. Em 1943, foi um dos assinantes do *Manifesto dos Mineiros*, que consistiu na primeira manifestação ostensiva de oposição ao Estado Novo, proveniente de lideranças políticas liberais e conservadoras. No

ano de 1945, foi um dos fundadores da UDN. Candidatou-se em dezembro desse ano a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte, mas obteve somente uma suplência. Em 1950 entrou no PSD, elegeu-se deputado federal por seu estado e reelegeu-se em 1954. Em seguida, em 1956, licenciou-se do mandato, para assumir a Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Foi deputado federal novamente, nos pleitos de 1958 e 1962, porém, licenciou-se mais uma vez, no início de 1963, para assumir o Ministério da Saúde no governo do presidente João Goulart. Permaneceu no cargo até julho de 1963; entretanto, logo em seguida, reassumiu o mandato de deputado federal. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Por essa legenda, conseguiu reeleger-se em novembro de 1966, e exerceu seu mandato até janeiro de 1971. Casou-se com Zembla Soares Pinheiro Chagas, com quem teve dois filhos (PAULO..., 2001).

Por meio da análise da vida de Chagas, vemos que o biógrafo participou ativamente da política do país ao longo do século XX, além de ter sido um dos fundadores da UDN. No final de 1945, candidatou-se, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte, obtendo uma suplência. É clara, portanto, a aproximação do autor com o partido pelo qual Eduardo Gomes concorreu à Presidência da República em 1945.

De acordo com Chagas (1946), sua biografia sobre Eduardo Gomes, cuja primeira edição data de novembro de 1945, foi um sucesso. O editor Zélio Valverde, prevendo o êxito da obra, triplicou a tiragem habitual. De fato, em uma semana, essa edição estava totalmente esgotada, restando milhares de pedidos a satisfazer. Por isso, uma nova edição da obra foi publicada no ano seguinte.

Chagas (1946), logo de início, já menciona a expectativa de ver Eduardo Gomes eleito presidente da República e as implicações de tal perspectiva:

Quando escrevemos este ensaio, consideramos como assunto de relativa importância a possibilidade de ver o Brigadeiro na presidência da República. Pelo contrário, o fato nos trazia um compreensível constrangimento, tolhendo-nos a espontaneidade do estudo. (CHAGAS, 1946, p. 5).

A primeira edição da biografia realizada por Chagas (1946) e publicada em 1945 estava imersa em um contexto político importante, favorável ao personagem retratado na obra, e isso pode explicar seu sucesso de vendas.

Chagas (1946) conta, inicialmente, o que o levava a escrever sobre Eduardo Gomes:

O que nos seduzia em Eduardo era o próprio Eduardo, com seus paradoxos e sua coerência. Era o herói de cabeça fria, com seu claro idealismo. Era o “tenente”,

fazendo à pátria o sacrifício de sua mocidade e tornando-se, num dado momento, o líder natural do povo em sua luta contra o despotismo. Era o político, a criar um clima de redenção nacional para repor o país em sua tradição democrática. Era, em suma, o Brigadeiro da Libertação. (CHAGAS, 1946, p. 5-6).

No final da biografia, Chagas (1946) relata as dificuldades que teve para redigi-la, bem como as fontes em que se baseou. Segundo o autor:

Nada mais difícil do que fazer a biografia de um homem vivo. O receio de cair no panegírico torna-se uma obsessão torturante. E o constrangimento é tanto maior se se trata de um candidato à presidência da República, retratado numa fase de intensa ebulição política. (CHAGAS, 1946, p. 239).

No que diz respeito ao receio de Chagas (1946), observamos que durante a obra o biógrafo cede ao impulso panegírico e desenvolve um trabalho laudatório, transformando Eduardo Gomes em um herói e, muitas vezes, em uma figura mítica.

Chagas (1946) revela que nunca havia trocado palavras com Eduardo Gomes e que o biografado não conhecia a finalidade da publicação da biografia, pois o trabalho manteve-se em sigilo. Com relação às fontes de informação, o autor utilizou documentos e livros, até mesmo a biografia escrita por Silva (1945). Também recorreu a conversas com diversas pessoas que conheciam a vida de Eduardo Gomes. Entre aqueles que colaboraram com a obra estavam:

Viúva Dionísio Cerqueira, coronel Francisco Pereira da Silva e esposa, dr. Luiz de Menezes, coronel Euclides Hermes da Fonseca, brigadeiro Ivo Borges, coronel Juarez Távora, coronel Tasso Tinoco, capitão Castro Afilhado, Frei Pedro Secondi, capitão Hermes Ernesto da Fonseca, dr. Carlos da Silva Costa. Dr. Claudio Ganns e sr. José da Costa Matos. (CHAGAS, 1946, p. 240).

Conhecemos, assim, os motivos e os impasses que levaram Chagas (1946) a escrever sobre Eduardo Gomes. No entanto, o autor partilha somente com o leitor seus processos intelectuais e perceptivos, e isso apenas em algumas páginas. Essa atitude, porém, já é o suficiente para sabermos um pouco mais sobre as inquietudes e percepções do biógrafo com relação ao personagem. Vê-se, portanto, que Chagas procura ser, de certa forma, o mínimo possível transparente, como Silva (1945) buscara em sua biografia.

A despeito de suas preocupações, Chagas (1946) caracteriza Eduardo Gomes, desde a infância e adolescência, como um sujeito que recebera grandes lições da família; como uma pessoa muito humilde, simples, inteligente, líder e heroica. Tais qualidades, de certa forma, vão justificando o que o biografado viria a se tornar, principalmente se levarmos em conta a

data de publicação da obra — 1945, ano em que Eduardo Gomes foi candidato à Presidência da República. Chagas, assim como Silva (1945), promove um engrandecimento de seu personagem. A vida do biografado, então, acaba por se revestir de um certo fatalismo.

Assim como a obra biográfica de Silva (1945), a de Chagas (1946) também recorre a descendência, pois recorre à infância do biografado para explicar o temperamento, as conquistas e até mesmo o comportamento de Eduardo Gomes já adulto. Nos dizeres de Chagas (1946, p. 41):

Não foram as histórias de fadas que lhe povoaram a infância. Sua emoção despertou, ouvindo a grande aventura das tradições domésticas. Com suas lutas e seus revezes, foi a legenda heróica dos avós que primeiro impressionou o natal de sua imaginação. Cresceu, escutando a lição do pai, homem patriota e idealista. Cresceu, recebendo da mãe, mulher piedosa, os ensinamentos da fé. (CHAGAS, 1946, p. 41).

A personalidade de Eduardo Gomes na época em que era estudante de humanidades no Colégio São Vicente de Paulo é descrita por Chagas (1946) como a de um indivíduo de poucas palavras, destituído da popularidade que caracterizava alguns de seus colegas. Segundo o autor, seu personagem, mesmo muito estudioso, não era o primeiro da classe, a não ser em matemática. Um de seus professores, o cônego Tomaz de Aquino, sempre garantia que Eduardo Gomes saberia responder até uma questão muito complicada dessa disciplina escolar.

De acordo com Chagas (1946), a popularidade de Eduardo Gomes no São Vicente de Paulo era diversa da de seus colegas. O biografado é descrito pelo autor “[...] como o mais completo soldado do estabelecimento, tornando-se o seu comandante-aluno, a quem se devia uma obediência hierárquica” (CHAGAS, 1946, p. 45). Tal característica era importante, já que o colégio tinha uma organização militar.

Percebemos, novamente, que Chagas (1946) retrata Eduardo Gomes sempre de modo laudatório. Toda essa descrição positiva tinha a finalidade de mostrar que seu personagem seria um grande vulto futuramente, como se ele já estivesse predestinado a ser a figura que viria a ser. Com isso, perde-se o caráter humano e natural da vida do biografado.

De acordo com Chagas (1946), Eduardo Gomes era um amigo leal, que sempre ajudava os demais, além de ser muito querido e respeitado por todos, assumindo a liderança política dos colegas. Um exemplo dessa liderança é comentado pelo autor. Na época em que Eduardo Gomes estudava no São Vicente de Paulo, era instrutor militar do Colégio o tenente José de Faria, filho do marechal Caetano de Faria. O tenente tinha a estima dos alunos, mas com o passar do tempo, devido a questões políticas, foi determinada a sua transferência. No

Colégio, ninguém se conformou com o fato, nem mesmo Eduardo Gomes, que organizou um levante. No dia marcado para a insurreição, a revolta teve êxito. Todo o Colégio se rebelou: as ordens não eram atendidas, não havia aulas e, em algumas salas de estudo, só se escutavam o bater das carteiras. Após três dias, o movimento conseguiu atingir seu objetivo, e o tenente José de Faria foi reintegrado em suas funções.

No entanto, posteriormente, veio o inquérito, e a direção do estabelecimento de ensino investigou os acontecimentos. Não demorou muito, e Eduardo Gomes chamou para si a responsabilidade pela rebelião. Como era um ótimo aluno, não foi expulso, mas teve como pena o rebaixamento de patente de coronel a soldado raso (CHAGAS, 1946).

O episódio acima, em que Chagas (1946) destaca a liderança de Eduardo Gomes desde a adolescência, é mais um exemplo de ilusão biográfica ou certo fatalismo que o autor procura desenvolver em sua narrativa para prender a atenção do leitor e engrandecer a vida do personagem retratado. Tem-se a sensação de que tudo o que iria acontecer no futuro do personagem já estaria planejado pelo destino, como se o biografado já fosse um predestinado, por apresentar as características necessárias para tornar o que viria a ser.

Com relação ao movimento tenentista, do qual Eduardo Gomes viria a participar, Chagas (1946) ressalta que os cadetes que frequentaram a Escola Militar entre 1916 e 1924 contribuíram para as transformações sociais e jurídicas que ocorreriam no Brasil. Além disso, o tenentismo seria, para o escritor, uma expressão política associada ao socialismo e à democracia. Segundo o autor:

O ciclo revolucionário, começado em 1922, vai tê-los à frente dos vários movimentos emancipadores, que culminarão com a vitória de 1930. Seu idealismo, sua mocidade, seu espírito de renúncia vão criar o clima do “tenentismo”, expressão política de uma generosa filosofia socialista e democrática. (CHAGAS, 1946, p. 53).

No entender de Chagas (1946), Eduardo Gomes foi um dos líderes dessa geração do tenentismo, que também teve a adesão de outros nomes, como Siqueira Campos, Luís Carlos Prestes, Juarez Távora e Cordeiro de Farias. O autor salienta que os líderes do tenentismo pertenciam à juventude do Exército, pois eram oficiais de patente quase nunca superior à de capitão.

Os tenentes, de acordo com Chagas (1946), ao saírem da Escola Militar, se irritavam com as atitudes extremas do presidencialismo, por isso se rebelavam. Todavia, segundo o autor, esses tenentes não eram “militaristas”, e sim favoráveis a uma política civil. Contudo, não concordamos com essa afirmação, pois, como já analisamos em pesquisa publicada sobre

Eduardo Gomes²⁷, o movimento tenentista, especificamente o de 1924, foi uma Revolta mais organizada que a de 1922, mas apresentava um caráter ambíguo. Isto é, ao mesmo tempo em que defendiam a implantação de um regime republicano mais democrático, com a finalidade de reformar o sistema político vigente, seus participantes desejavam primeiramente estabelecer um regime ditatorial. Um exemplo disso seria a intenção de instaurar no Brasil uma ditadura provisória, constituída, em sua maioria, por militares, em que o governo se prolongaria no poder até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos fossem alfabetizados. No contexto em questão, a porcentagem de alfabetizados exigida pelos revolucionários levaria demasiado tempo para ser atingida, uma vez que no Brasil havia muitos analfabetos. Isso demandaria um longo período para o término da ditadura estabelecida pelos militares, ou seja, efetivamente não havia nada de política civil no regime por eles desejado.

O movimento iniciado em 5 de julho de 1922, segundo Chagas (1946), estava destinado ao fracasso, pois, de última hora, unidades comprometidas com a sublevação recuaram. Todavia, para o biógrafo, “os 18 do Forte tornavam-se uma lenda do Brasil. Cinco de julho passava a ser um título da nação, uma data do povo” (CHAGAS, 1946, p. 92).

Ao mesmo tempo em que engrandece o movimento tenentista, Chagas (1946) exalta a figura de Eduardo Gomes, ao comentar que seu personagem, já aos vinte e cinco anos, era famoso e admirado em todo o país.

A Revolta Paulista de 1924 foi, na opinião de Chagas (1946, p. 100), “um desdobramento lógico dos acontecimentos de 1922, em cujo aniversário deflagrou. Sem embargo, a data do segundo cinco de julho resultou de um puro acaso”. Assim, de acordo com o autor, o movimento de 1924, postergado várias vezes, teve que acontecer “[...] por uma caprichosa coincidência, para a madrugada de 5 de julho, numa comemoração expressiva dos sacrifícios malogrados de 1922” (CHAGAS, 1946, p. 100).

Ao descrever a participação de Eduardo Gomes nos acontecimentos que resultariam na Revolução de 1930, Chagas (1946) destaca que o biografado era indiferente ao perigo, um herói de cabeça fria, que sabia o que estava fazendo e mostrava-se sempre preocupado com o próximo. O autor relata que, após oito anos de lutas, a Revolução iniciada em 1922 foi vitoriosa, fato que levou Eduardo Gomes a ser promovido a capitão e, cinco dias depois, a major.

Eduardo Gomes é denominado por Chagas (1946) como “apóstolo da Revolução”, termo que parece até santificar o personagem, principalmente se lembrarmos que o militar

²⁷ Conferir em: Stringueti (2020).

teve uma vida pautada no catolicismo. Contudo, observando que o governo Vargas havia tomado atitudes contrárias aos ideais da Revolução, o biografado afastou-se do meio político e retornou à aviação. Coube, então, a seu amigo Casimiro Montenegro Filho fazer-lhe um repasse na instrução de pilotagem, já que Eduardo Gomes possuía apenas o curso de observador aéreo. Chagas (1946) também vincula o nome de seu personagem a uma das maiores instituições nacionais: o Correio Aéreo Militar, criado em 1931. Nesse mesmo ano, o general Leite de Castro, ministro da Guerra, idealizou o Correio Aéreo, e Eduardo Gomes foi designado para a grande experiência (CHAGAS, 1946).

Eduardo Gomes assumiu o cargo e as funções de comandante do Grupo Misto de Aviação até março de 1932. Depois, terminada a Revolução Constitucionalista de 1932, em que lutou ao lado do governo, retomou suas atividades no Correio Aéreo Militar, comandando, novamente, o Grupo Misto de Aviação até março de 1933, quando esse foi extinto. O grupo veio a ser o 1º Regimento de Aviação, localizado no Campo dos Afonsos, também chefiado por Eduardo Gomes (CAMBESES JÚNIOR [200-?]).

De acordo com Chagas (1946), Eduardo Gomes era a alma do Correio Aéreo Militar. Era conhecido como o “Velho”, pois “dêsse modo o tratavam em suas conversas, vendo nele o mais idoso do grupo, o camarada mais antigo, sereno, grave, ensimesmado” (CHAGAS, 1946, p. 155).

Com relação à participação de Eduardo Gomes como comandante do setor de aviação, e em razão de seu jeito de ser, Chagas (1946) afirma que, além de seu personagem exigir dos militares madrugar para realizar meia hora de educação física,

[...] todos disputavam viajar com Eduardo, no desempenho de alguma missão. De outro lado, para os bravos aviadores, nada havia de pior do que cair no desagrado do chefe. Não que o culpado fôsse sofrer represálias ou ouvir palavras de admoestação pela falta cometida. Nada disso. Apenas, o “Velho” esquecia-o, olhava sem vê-lo, como se já o não reconhecesse. E era tudo. Mas era terrível. (CHAGAS, 1946, p. 159).

O biógrafo (1946) conta que um dos maiores troféus recebidos por Eduardo Gomes foi a medalha concedida pelos habitantes de Foz do Iguaçu (PR), em razão dos serviços por ele prestados à cidade. Houvera uma terrível epidemia nesse município, e sua população teria sido aniquilada, se o Correio Aéreo não tivesse oferecido ajuda, levando médicos, enfermeiros e medicamentos.

Retomando o momento no qual Eduardo Gomes ficou preso na Ilha da Trindade, em 1926, Chagas (1946) relata que seu personagem nunca se esquecia das coisas do espírito.

Mesmo na ilha, sua barraca era cheia de livros, em que predominavam assuntos sociais, políticos e econômicos. De acordo com o biógrafo, Eduardo Gomes era um homem simples, modesto e desapegado dos bens materiais, vivendo apenas do próprio salário. Seu jeito, às vezes, chegava até a irritar os amigos.

Nas palavras de Chagas (1946, p. 190), “vitoriosa a revolução de 1930, os “tenentes” dominaram o país, ocupando os cargos de maior relêvo na administração pública”, mas Eduardo Gomes, que teve grande participação no movimento, tudo recusou.

Uma outra amostra do fatalismo presente na obra de Chagas (1946) oferece indícios de que, para seu biógrafo, Eduardo Gomes sempre foi um sujeito predestinado, a quem a morte havia rejeitado por diversas vezes.

Em 1922, com dezessete companheiros, empenha-se numa batalha contra quatro mil; em 1924, seu avião, carregado de dinamite, espatifa-se no solo; em 1935, os amotinados do 1.º de Aviação atiram-lhe a seis metros de distância; em 1943, um ligeiro atraso fá-lo não tomar o avião, que se perde no Atlântico, rumo da África... (CHAGAS, 1946, p. 194-195).

Segundo Chagas (1946), durante o governo Vargas, Eduardo Gomes não só se afastou após 1930, quando a vitória caiu nas mãos dos aproveitadores, como também se recolheu à caserna, abandonando qualquer ligação com o governo. Além disso, em 1937, com o golpe de Vargas, opôs-se ao regime do Estado Novo. O autor afirma que também os integralistas se desiludiram com relação a Vargas e tentaram derrubá-lo. Recorreram a Eduardo Gomes, que havia sido contra o golpe de 1937 e expuseram-lhe o plano contra o presidente. De acordo com Chagas (1946, p. 198), seu biografado “[...] ouviu em silêncio. Depois, levantou-se e, sem uma palavra sequer, despediu-os, sumariamente. Não dispensou a mínima consideração a essa proposta de trocar uma ditadura por outra [...]”.

Em 24 de outubro de 1943 foi lançado o *Manifesto dos Mineiros*, originalmente denominado *Manifesto ao Povo Mineiro*. Foi o primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo e em favor da redemocratização do país. O *Manifesto* contou com 92 assinantes, e foram impressos, inicialmente, cerca de 50 mil exemplares do documento, de forma clandestina, em uma gráfica de Barbacena (MG). Esses impressos foram distribuídos de mão em mão ou jogados por baixo das portas das residências, devido à censura da imprensa (BENEVIDES, c2009). Segundo Chagas (1946), Eduardo Gomes, nessa ocasião, tinha um contato com a resistência, por intermédio de Virgílio de Melo Franco. Foi dessa maneira que Eduardo Gomes ajudou o movimento, encarregando-se de distribuir exemplares

do *Manifesto* no Norte do país. Cabe destacar, como já ressaltado, que o próprio Chagas foi um dos assinantes do documento.

Embora os assinantes do *Manifesto* não tivessem sofrido qualquer tipo de perseguição policial, muitos deles foram afastados dos cargos públicos que ocupavam ou demitidos de seus empregos em empresas privadas. Mesmo Virgílio de Melo Franco, que, em 1942, durante o governo Vargas, havia sido nomeado interventor no Banco Alemão Transatlântico, foi exonerado logo após sua participação na criação do documento (BENEVIDES, c2009).

Segundo Chagas (1946, p. 209), quase nada escapou da ditadura de Vargas, mas “entre as raras instituições que haviam restado de pé, figuravam as Fôrças Armadas, cuja espada se fizera respeitar”. Assim, nas palavras do biógrafo, o nome procurado para ser o candidato à Presidência da República só poderia sair dos militares. Ao mesmo tempo, “fazia-se preciso que o militar escolhido fôsse um nome impoluto, de larga tradição democrática, que o credenciasse perante a opinião civil” (CHAGAS, p. 210). O nome escolhido pela resistência foi, por esse motivo, o de Eduardo Gomes. Verificamos, desse modo, os motivos que, segundo o autor, levaram à escolha de seu personagem para ser o candidato à Presidência da República em 1945, pela UDN.

No que diz respeito à candidatura de Eduardo Gomes, percebemos que Chagas (1946) busca apoiar intensamente o candidato, exaltando-o:

O país, que já referenciava o herói de alma pura, trava agora conhecimento com o estadista e o tribuno. Eduardo Gomes conduz sua campanha num nível elevado, propagando idéias e princípios. Seus discursos, impecáveis na forma e no fundo, não se reduzem ao palavreado fácil dos demagogos. Revelam o homem de estudo que se preparou, longamente, para as tarefas do govêrno. Têm substância, definem um programa, refletem uma filosofia. Dizem toda a verdade, e somente a verdade, mesmo quando essa verdade possa entrar em conflito com o interêsse eleitoral de sua candidatura. (CHAGAS, 1946, p. 220-221).

Chagas (1946) quis fazer o leitor crer, constantemente, que Eduardo Gomes era um homem sem ambição, mas que, se fosse vitorioso, faria o Brasil voltar à normalidade, e a democracia iria triunfar. O autor acreditava que “[...] sem Eduardo, o Brasil perderia a oportunidade de voltar aos antigos níveis de sua compostura, de sua grandeza, de sua fôrça” (CHAGAS, 1946, p. 234).

Ainda tentando construir uma imagem nobre de Eduardo Gomes, o biógrafo ressalta que seu personagem nunca compactuou com a ditadura e “não permitiu que sua tradição de herói fôsse salpicada pela lama anti-democrática. Manteve-se fiel aos seus começos, conservando intacta a flama de 1922” (CHAGAS, 1946, p. 234).

Dessa forma, com o objetivo de fazer propaganda política de Eduardo Gomes, Chagas (1946) diz que a vitória do candidato faria bem ao país, com a instauração de uma política democrática.

Sua política está, assim, definida no primado das forças morais. Não há de ser a política do homem de partido, diminuído pelo espírito de facção: será a política do homem nacional, talhado para grandes destinos. Não há de ser a política, que se impregnou de uma violenta ambição de domínio: será a política da opinião civil. Não há de ser a política do absolutismo, que instituiu a corrupção em princípio e o crime em sistema: será a política do livre debate, a política do comportamento jurídico, a sábia política da democracia. (CHAGAS, 1946, p. 234-235).

Para Chagas (1946), o povo havia dado o título fundamental a Eduardo Gomes: o de Brigadeiro da Libertação. Assim, fica claro que a biografia foi feita praticamente sob encomenda, a fim de exaltar a imagem de Eduardo Gomes e vê-lo vitorioso na eleição de 1945.

A noção de verdade formulada por Vilas Boas (2008) aparece com clareza na obra de Chagas (1946), pois o biógrafo se preocupa em estabelecer a veracidade dos fatos. Entretanto, nossas análises apontam que se trata de uma biografia laudatória. A propósito, é curiosa esta afirmação do autor: “este livro conta apenas a verdade. Sem embargo, não diz tôda a verdade, às vezes apenas entrevista, veladamente” (CHAGAS, 1946, p. 240). Por outro lado, segundo Chagas, devido à proximidade de determinados episódios, fatos culminantes foram omitidos.

Para Vilas Boas (2008, p. 153), “um véu de verdade absoluta encobre as biografias, a visão dos biógrafos e a percepção de resenhistas e prefaciadores”. Além disso, para o estudioso, não se pode estabelecer a totalidade da vida de um indivíduo pela escrita. Isso é fato, ainda mais se considerarmos que, na época em que Chagas (1946) escreveu sua obra, Eduardo Gomes ainda era vivo.

De acordo com Vilas Boas (2008, p. 153):

Como na escrita da História, que é uma resposta provisória sobre o passado, a escrita biográfica também transporta a carga de seu autor, suas impressões pessoais, sua formação, sua história de vida, seus compromissos com a sociedade que o formou e consigo — o mesmo amplo conjunto de valores, aliás, que, constituem o biografado, evidentemente.

No final de sua obra, Chagas (1946) continua a ressaltar que Eduardo Gomes era um herói e líder religioso que, mesmo derrotado na eleição, havia cumprido a primeira etapa de sua missão, vista como uma pregação democrática, que despertou a consciência do povo brasileiro, sendo legítimo o título recebido pelo biografado: o de Brigadeiro da Libertação.

Com relação ao tempo da narrativa, vemos que o biógrafo (1946) procura desenvolver um trabalho linear, seguindo a cronologia dos acontecimentos, desde o nascimento de Eduardo Gomes até o ano de sua candidatura à Presidência da República pela UDN, em 1945 — ano da primeira edição da obra de Chagas.

Enfim, assim como a biografia de Silva (1945), a realizada por Chagas (1946) desenvolve um trabalho laudatório sobre o personagem, caracterizando-o como um herói nacional. A publicação das duas obras biográficas no ano de 1945 não constitui um acaso, pois ambos os autores foram movidos pelas ondas da política nacional, mais precisamente pela tentativa de levar Eduardo Gomes à vitória. No que concerne à ideologia política de seu personagem, Chagas, contagiado pelo contexto eleitoral de 1945, afirma que Eduardo Gomes foi um autêntico democrata.

1.3 “O BRIGADEIRO. EDUARDO GOMES, TRAJETÓRIA DE UM HERÓI”

A terceira biografia que examinamos é intitulada *O Brigadeiro*. Eduardo Gomes, trajetória de um herói. Foi escrita por Cosme Degenar Drumond, e sua primeira edição data de janeiro de 2012²⁸.

Drumond nasceu em 1947, no Rio de Janeiro (RJ), e morreu em 2018. Iniciou sua carreira profissional como redator-revisor concursado do Ministério da Aeronáutica. Participou da equipe que organizou e inaugurou o Museu Aeroespacial da Força Aérea Brasileira, no Campo dos Afonsos (RJ). Também atuou como técnico em assuntos culturais pelo Museu Histórico Nacional. Na imprensa, especializou-se no segmento de Defesa. Além disso, foi sócio e diretor de redação da revista *Defesa Latina* (DRUMOND, 2011).

Ganhou diversos prêmios, como o Santos-Dumont, de Jornalismo. Foi condecorado várias vezes pelo governo brasileiro, que lhe concedeu as seguintes insígnias: a Medalha Mérito Santos-Dumont (Comando da Aeronáutica); Medalha do Pacificador (Comando do Exército); a Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de Cavaleiro (Comando da Aeronáutica); a Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de Oficial (Comando da Aeronáutica); e a Medalha Mérito Tamandaré (Comando da Marinha) (DRUMOND, 2011).

Entre algumas de suas principais obras publicadas, destacam-se: *O Museu Aeroespacial Brasileiro* (1984); *Asas do Brasil*. Uma história que voa pelo mundo (2004);

²⁸ No livro de Drumond, 2012 consta como o ano da primeira edição de sua obra. No entanto, no corpo deste trabalho, como referência, conforme o sistema autor-data, citaremos sempre o ano de 2011, que aparece na ficha catalográfica do livro.

Alberto Santos Dumont. Novas revelações (2008) e *Asas da Solidariedade. História e histórias do Correio Aéreo Nacional* (2011).

Em sua obra, Drumond (2011) aborda os principais momentos da vida de Eduardo Gomes. Diversos eventos relevantes da trajetória política e da vida particular do biografado são narrados, o que foi possível em razão de a obra ter sido escrita e publicada muitos anos após a morte do personagem.

Com relação à documentação utilizada por Drumond (2011), o autor se baseou em informações contidas em registros da época na imprensa, em depoimentos e entrevistas de contemporâneos do personagem e em documentos de arquivos públicos. Dessa forma, o autor beneficiou-se dos documentos sobre Eduardo Gomes que vieram a público com o passar do tempo. Ele recorreu até às biografias escritas por Silva (1945) e Chagas (1946), já analisadas por nós. Quanto à biografia realizada pelo segundo autor mencionado, serviu-se da primeira edição, de 1945.

Ainda que tenha realizado um trabalho mais aprofundado sobre Eduardo Gomes — e que não foi publicado num momento específico, quando o biografado ainda era vivo, como as biografias escritas por Silva (1945) e Chagas (1946), as quais tinham o objetivo de exaltá-lo e contribuir para a sua vitória nas eleições de 1945, o que não ocorreu —, Drumond (2011) não consegue ficar imune ao caráter laudatório dessas obras. Também para esse autor, Eduardo Gomes foi um herói, desses que surgem raramente.

Segundo Drumond (2011, p. 23), Eduardo Gomes foi “[...] o grande, senão o maior, revolucionário da história político-militar do Brasil no século XX”. É importante ressaltar que a posição do biógrafo se deve muito ao fato de ter pertencido ao Ministério da Aeronáutica, instituição que Eduardo Gomes também foi integrante.

De acordo com Drumond (2011), a publicação de um livro sobre Eduardo Gomes se justificava pela aproximação da data dos 80 anos da criação do Correio Aéreo Nacional e dos 70 anos de fundação da Aeronáutica Militar (que seriam comemorados em 2011), bem como pela falta de uma biografia recente sobre o Patrono da Força Aérea Brasileira.

No que diz respeito ao tempo da narrativa, Drumond (2011) realiza um trabalho linear, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos da vida de Eduardo Gomes, desde seu nascimento, em 1896, até sua morte, em 1981.

Assim como Silva (1945) e Chagas (1946), Drumond (2011) recorre, inicialmente, à história da família de Eduardo Gomes, com o objetivo de destacar as raízes do biografado. Na obra de Drumond, também se pode observar uma certa ilusão biográfica na narrativa, com

uma valorização da descendência do personagem, com o intuito de justificar sua personalidade na fase adulta.

Com relação às dificuldades passadas por Eduardo Gomes na infância, Drumond (2011) procura não exagerar como os outros dois biógrafos, que enaltecem a suposta infância pobre do biografado. Para Drumond, Eduardo Gomes enfrentou apenas as dificuldades comuns à classe média. O autor faz referência à origem da mãe de seu personagem, Jenny, que era filha de um visconde, cujos bens foram herdados do pai, já falecido. Além disso, o biógrafo conta que o pai de Eduardo Gomes havia se envolvido em vários empreendimentos, embora malsucedidos.

A obra, assim como as demais biografias aqui analisadas, também apresenta momentos em que se observam uma certa extraordinariedade e fatalismo no que se refere ao personagem retratado. Percebemos a extraordinariedade quando Drumond (2011) comenta certos episódios vividos por Eduardo Gomes. O biógrafo, assim como Chagas (1946), relata o incidente em que seu personagem, ainda um jovem estudante, revelou-se muito bom em matemática, razão pela qual um de seus professores no Colégio São Vicente de Paulo o achava um perfeito matemático. Com relação ao fatalismo, a narração de passagens da infância e da adolescência de Eduardo Gomes feitas por Drumond, serviu para justificar a construção da grande figura em que o biografado se transformaria. O autor retoma acontecimentos já retratados pelos outros biógrafos a respeito de Eduardo Gomes, como a ocasião em que seu personagem foi castigado na sala de aula pelo professor, aos 10 anos de idade, por defender um aluno muito humilde, demonstrando, assim, pela primeira vez, sinais de seu senso de justiça. Outro fato narrado por Drumond, data de 1913, e se refere à participação de seu personagem em um desfile no São Vicente de Paulo, durante o qual o general José Caetano de Faria notou a atitude elegante do biografado. Faria teria comentado que certamente aí estaria um futuro oficial do Exército brasileiro.

A personalidade de Eduardo Gomes é descrita de diferentes maneiras por Drumond (2011, p. 22):

Patriota convicto, o militar defendeu os valores democráticos. Seus adversários políticos diziam que ele era um líder militar nacionalista e autoritário. [...]. Também deu exemplos de amor e respeito à família e à dignidade humana. Alinhado com os ideais que inspiraram a revolução de 1964, reforçara a voz da sociedade pela volta imediata dos civis ao poder. Porém, indignou-se com a permanência prolongada do governo de exceção.

Drumond (2011) ressalta a importância de Eduardo Gomes para a FAB, ao afirmar que seu personagem era um predestinado, detentor da aura dos heróis — o que constitui mais um exemplo da presença da noção de fatalismo na obra biográfica desse autor. Além disso, destaca as qualidades de seu personagem:

Patrono da Força Aérea Brasileira, instituição à qual se dedicou a vida inteira, em suas andanças pelo Brasil, cumpriu missões humanitárias em aviões do Correio Aéreo que sequer dispunham de comunicação por rádio. Dias se passavam sem que ninguém soubesse de seu paradeiro. No fim, surgia sereno, tranquilo, para retomar o trabalho. Era um predestinado. Sempre conseguia driblar a morte inesperada. Modesto, matinha hábitos austeros. Dividia o tempo entre o convívio com amigos e parentes e as obrigações profissionais. Estimado e respeitado, tinha a aura dos heróis. Não falava além do necessário. Em 1938, depôs no inquérito sobre o comunismo. Diante do juiz, limitou-se a narrar os fatos, sem acusar ninguém. (DRUMOND, 2011, p. 23).

Os motivos que levaram à Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, também são narrados na obra, como o episódio das cartas falsas, que continham ofensas aos militares e a Nilo Peçanha, e uma revolta popular ocorrida em Pernambuco. Na ocasião, segundo Drumond (2011), o presidente Epitácio Pessoa mandou o Exército intervir no levante, mas o marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República e presidente do Clube Militar, criticou duramente a intervenção federal em Pernambuco, fato que fez com que Epitácio Pessoa mandasse prendê-lo e, além do mais, fechar o Clube Militar, contribuindo para que a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana ocorresse.

Drumond (2011), ao comentar o estado de saúde de Eduardo Gomes após o conflito final da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, descreve a relação de amizade que o personagem tinha com Siqueira Campos, bem como a personalidade do biografado. Para o autor,

O espírito brincalhão caracterizava a forte amizade entre os dois colegas de turma. Eduardo Gomes, porém, era formal e não escondia a sisudez. Aceitava as brincadeiras de Siqueira sem retribuí-las; apenas sorria discretamente. Também não permitia intimidades de quem quer que fosse. No hospital, ele não conversou com o repórter, ao contrário do que sugerira Siqueira. Era avesso a publicidade. Tinha plena consciência de sua implicação no levante. Nada alterava sua personalidade nem o levava a fugir das responsabilidades, como deixou claro perante a Justiça meses depois. (DRUMOND, 2011, p. 59).

No tocante à participação de Eduardo Gomes na Revolta Paulista de 1924, Drumond (2011) descreve os principais acontecimentos do movimento, bem como os momentos mais

importantes de seu personagem no levante. Ao mesmo tempo, a respeito do tenentismo, o biógrafo afirma que o movimento, durante muito tempo,

[...] personificaria Eduardo Gomes como uma de suas mais notáveis expressões. Esse movimento tampouco pretendia revolucionar a sociedade, mas chamar a atenção do governo para as mazelas sociais e exigir mudanças que tornassem o país mais justo. (DRUMOND, 2011, p. 75).

Para Drumond (2011, p. 75):

O objetivo dos tenentes era purificar o país e a instituição militar. Nesse âmbito, eles desejavam tornar a atividade do Exército extremamente operacional, voltada unicamente para a defesa da soberania nacional. No campo social, clamavam por melhores níveis na educação, no trabalho e por condições dignas de vida para o povo. Demandavam ainda eleições isentas de manipulações e a voto secreto. Porém, não tinham propostas claramente definidas para o país, o que causava pouca ou nenhuma disposição do governo de atender aos seus anseios. Então, as conspirações armadas ganhavam forma.

Sobre o envolvimento de Eduardo Gomes na Revolução de 1930, Drumond (2011) afirma que seu personagem era indiferente ao perigo, uma característica de todo revolucionário. Ao mesmo tempo, alerta para as qualidades de Getúlio Vargas, o qual era um mestre no jogo político. Vitoriosa a Revolução de 1930, Vargas ofereceu cargos públicos a seus adversários, com a finalidade de controlá-los. Para o autor, Eduardo Gomes, porém, não tinha aptidão para a política e não quis aceitar cargo algum no governo. Segundo Drumond (2011, p. 98):

Seu maior objetivo era reaver a carreira militar que lhe havia escorrido pelos dedos e ajudar a reerguer o país dentro de preceitos de justiça social e democracia. Apoiaria as conquistas sociais do novo governo, mas sua veia revolucionária jamais deixaria de pulsar.

Destacando os comentários de outros militares, como o de Góis Monteiro, que foi comandante do destacamento do Exército de Leste na Revolução Constitucionalista de 1932, e o do ministro da Guerra, general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, nesse período, Drumond (2011) salienta o quanto esses militares enfatizaram a competência, a dedicação e a maneira criteriosa e patriótica com que Eduardo Gomes se dedicou à causa nacional, ao ficar do lado das tropas federais em 1932.

Drumond (2011) relata que Eduardo Gomes, ao combater, em 1935, o movimento comunista, lutando sozinho em sua sala da unidade onde atuava e respondendo aos disparos dos invasores, foi atingido por um tiro de fuzil, que lhe atravessou a mão direita. Na ocasião,

segundo Drumond (2011, p. 116), o biografado “[...] demonstrou que era homem de coragem e de espírito democrático”.

Ainda de acordo com Drumond (2011), o ato de Eduardo Gomes em 1937, contra a decretação do Estado Novo de Vargas, seria um dos mais importantes gestos que fizeram com que o personagem se tornasse uma figura respeitada e admirada por todos. Naquele ano, o biografado demitiu-se do cargo que ocupava por discordar do regime autoritário varguista.

A obra também traz os bastidores da escolha e do aceite de Eduardo Gomes para concorrer à Presidência da República em 1945. Assim, segundo Drumond (2011), antes mesmo da data em que as eleições presidenciais fossem marcadas, um grupo de políticos adversários do Estado Novo procurou Eduardo Gomes com o objetivo de convidá-lo a ser o candidato à Presidência da República pelo partido que pretendiam fundar, a UDN. Para o autor, “eles queriam lançar um candidato capaz de abalar a ditadura e resgatar a democracia no país. Eduardo Gomes tinha uma história de bravura e de amor ao Brasil. Na avaliação do grupo, era o nome ideal para sair candidato pelo partido” (DRUMOND, 2011, p. 161).

Inicialmente, Eduardo Gomes não aceitou o convite, pois acreditava que tinha algo mais importante a fazer pelo Brasil naquele momento. De acordo com Drumond (2011, p. 161) “[...] não queria se envolver em política. Não era essa a sua vocação”. Mesmo assim, os líderes políticos insistiram, mas Eduardo Gomes manteve a sua recusa. No final de 1944, o jornalista Vitor do Espírito Santo, dos *Diários Associados*, enviou uma carta a Juracy Magalhães, na Bahia, na qual dizia que não se podia esperar pela deposição de Vargas. Era preciso estabelecer a democracia, e Eduardo Gomes ainda resistia a ser o nome forte para combater a oposição. Então, o jornalista decidiu viajar do Rio de Janeiro a Recife, com o intuito de obter o consentimento do Brigadeiro para tornar pública a sua candidatura. Vitor do Espírito Santo imaginava que, se Eduardo Gomes aceitasse, Vargas poderia cometer atos que justificassem a sua deposição (DRUMOND, 2011).

De carro, o jornalista cruzou a Paraíba, o sertão pernambucano e o Ceará, lançando o nome de Eduardo Gomes como candidato à Presidência. Depois, rumou de avião até a capital pernambucana, mas a sua conversa com o Brigadeiro não teve sucesso. Espírito Santo não desistiu e, de volta ao Rio de Janeiro, resolveu criar outra estratégia, baseada em uma mentira. Na Bahia, em conversa com Juracy Magalhães, afirmou que a candidatura de Eduardo Gomes seria lançada oficialmente e defendeu a ideia de que já se iniciasse a campanha eleitoral. Num encontro com Assis Chateaubriand, disse que estava voltando de Recife e que o Brigadeiro havia aceitado lançar sua candidatura e autorizado a sua propaganda. Chateaubriand não

acreditou nessa história, pois o ministro Salgado Filho dissera ter ouvido uma declaração séria de Eduardo Gomes de que não seria candidato. No entanto, diante da afirmativa de Espírito Santo, Chateaubriand levou a notícia até o ministro da Aeronáutica (DRUMOND, 2011).

O ministro da Aeronáutica, então, convocou Eduardo Gomes para uma reunião no Rio de Janeiro (RJ) e ouviu dele que a notícia sobre sua candidatura era falsa. O jornalista Espírito Santo, mesmo assim, prosseguiu com seu plano mentiroso e, por intermédio do deputado baiano Rafael Cincurá, entrou em contato com o jurista José Eduardo do Prado Kelly e outros colegas de vários estados para que ouvissem a notícia de que a candidatura de Eduardo Gomes havia se tornado um fato público, atraindo aliados de todas as direções. Ao ser informado pelo ministro Salgado Filho a respeito do acontecimento, o Brigadeiro não gostou do que ouviu e afirmou que faria uma declaração pública na qual desmentiria e desautorizaria quem quer que houvesse usado seu nome para fins políticos (DRUMOND, 2011).

Diante da situação, os favoráveis à candidatura de Eduardo Gomes disseram que seria um desastre o pronunciamento público do Brigadeiro a respeito dos boatos, pois seu nome já tinha o apoio de diversos segmentos da sociedade. Ainda assim, Eduardo Gomes persistia em sua negativa. Comentou, porém, que iria analisar melhor a situação (DRUMOND, 2011).

Em fevereiro de 1945, Juracy Magalhães, que também se opunha ao Estado Novo na época, foi a Boa Viagem para convencer Eduardo Gomes a aceitar a candidatura. Durante conversa com Magalhães, o Brigadeiro teve acesso a um esboço de um manifesto que a UDN pretendia divulgar. Ao ver seu nome como candidato do partido, Eduardo Gomes continuou negando o convite. Alguns dias depois, o Brigadeiro ouviu Juarez Távora, Olímpio Falconière da Cunha e Prado Kelly no Rio de Janeiro (RJ). Posteriormente, em audiência com Salgado Filho, acabou aceitando ser o candidato à Presidência da República pela UDN (DRUMOND, 1945).

Nas palavras de Drumond (1945, p. 164), “o velho revolucionário decidira entrar no vespereiro político. Em diversas ocasiões, ele presenciara o baixo nível das campanhas políticas. A sua seria limpa, ética, honesta. A começar pelo comunicado ao superior”.

Durante as eleições, Eduardo Gomes parecia ser o favorito, pois tinha o apoio da classe média e da imprensa. Drumond (2011, p. 170) afirma que “o Brigadeiro discursava em praças públicas sobre a realidade social do país, empolgava universitários, fazendeiros, industriais, a classe média”.

Drumond (2011) discorre sobre alguns episódios que contribuíram para a derrota de Eduardo Gomes. O primeiro teria sido o pronunciamento do candidato realizado em 19 de

novembro, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Em seu discurso, o Brigadeiro havia dito que não necessitava dos votos “desta malta de desocupados que apoia o ditador”. Retirando a frase de seu verdadeiro contexto, Hugo Borghi, empresário queremista e dono de rádios, que trabalhava na campanha de Dutra, ao ouvir o pronunciamento de Eduardo Gomes descobriu que o termo “malta” poderia significar “marmiteiros”. Assim, em apoio a Dutra, Borghi passou a divulgar que o Brigadeiro não necessitava dos votos dos “marmiteiros”, isto é, dos trabalhadores, o que prejudicou a campanha de Eduardo Gomes.

Outro fato do qual trata Drumond (2011) e que colaborou para a derrota de Eduardo Gomes, foi o apoio de Vargas, de última hora, a Dutra, como o candidato à Presidência da República, pelo PSD, em coligação com o PTB. Esse apoio fez com que Dutra ganhasse as eleições. Além disso, segundo o biógrafo, anos depois, Carlos Lacerda, ao falar sobre o resultado das eleições de 1945, criticou os discursos jurídicos do Brigadeiro em campanha, escritos por Prado Kelly, os quais teriam constituídos mais um motivo da derrota de Eduardo Gomes.

Segundo Drumond (2011, p. 177, grifo do autor),

[...] examinando-se detidamente os conteúdos dos discursos de Eduardo Gomes, verifica-se que retratavam fielmente a amarga realidade do país nos campos social, político, econômico e institucional. Porém, distanciavam-se do tom característico do populismo daqueles dias. O redator dos discursos, Prado Kelly, era um jurista de porte e um homem de afinidade com as letras, tendo sido premiado pela Academia Brasileira de Letras aos 15 anos pelo livro de poemas *Tumulto e almas das coisas*. Justamente com a equipe de campanha do candidato da UDN, e particularmente com o próprio Eduardo Gomes, discutia os principais temas a serem apresentados aos eleitores. Deputado em 1933, tinha prática em oratória e, de fato, redigia discursos de altíssimo nível.

O comentário feito por Drumond (2011), mostra, de fato, a ajuda prestada pelo jurista Prado Kelly a Eduardo Gomes para produzir seus discursos. Também confirma, de certa maneira, o que Carlos Lacerda havia dito sobre os discursos do Brigadeiro em campanha. Em trabalho recente publicado por nós²⁹, averiguamos que, realmente, a oratória de Eduardo Gomes sobre os temas da educação e dos trabalhadores nas eleições em que concorreu à Presidência da República de 1945 e 1950, fugia ao tom populista do período, dificultando, talvez, em alguns momentos, a compreensão, por parte da massa dos trabalhadores, do que o candidato dizia.

²⁹ Conferir em: Stringueti (2020).

De acordo com Drumond (2011), foi nesse momento que também surgiu um doce, feito de chocolate e leite condensado — sobra dos estoques de guerra norte-americanos —, que ficou conhecido como “brigadeiro”. A campanha de Eduardo Gomes não contava com grandes recursos, o que levou algumas senhoras do Rio de Janeiro, com o objetivo de adquirir fundos, a criar a guloseima, que passou a ser vendida nos comícios da UDN, fazendo enorme sucesso, como faz ainda hoje. Além disso, a militância feminina criou um slogan dirigido às mulheres: “Vote no Brigadeiro, que é bonito e solteiro”.

Com relação ao doce denominado “brigadeiro”, Meirelles (2019), por meio da análise de receitas da época e matérias de jornais contemporâneos, bem como do estudo das matérias-primas do doce — o leite condensado e o chocolate em pó —, realizou uma história crítica da criação da iguaria. Segundo esse autor, existem diferentes versões, feitas por outros estudiosos, sobre a origem do doce. A primeira é que, na década de 1940, a guloseima que viria a se chamar “brigadeiro” já existia, e seu nome mudou durante a campanha de Eduardo Gomes, em homenagem ao candidato, mantendo-se até hoje. Na década de 1920, o doce chamava-se “negrinho”, só vindo a chamar-se “brigadeiro” em 1945. Segundo outra versão, a guloseima teria surgido apenas na década de 1950, quando passou a figurar nos livros de receita.

O momento da veiculação da primeira versão da história do “brigadeiro”, comentada por Drumond (2011) — a de que algumas senhoras produziram o doce para juntar fundos para o partido de Eduardo Gomes, sendo a guloseima vendida nos comícios da UDN — não foi encontrado por Meirelles (2019). Segundo o autor, “a busca em jornais e revistas da época, assim como em livros de receita, não retornou nenhum resultado positivo que associe à primeira campanha presidencial de Gomes ao desenvolvimento ou distribuição do brigadeiro de chocolate” (MEIRELLES, 2019, p. 343).

De acordo com Meirelles (2019), doces com leite condensado só viriam tornar-se comuns no Brasil na década de 1940. A maior influência desses doces iniciou-se em 1946, com a importação do leite condensado estrangeiro, norte-americano, para suprir a falta do leite que havia no mercado do país. Além disso, para o autor:

A invenção do brigadeiro em algum momento da segunda metade da década de 1940 não significou apenas uma transformação nas festas de aniversário. Mais do que uma lembrancinha de comício político, o brigadeiro pode ser visto como um exemplo, o principal deles, de uma profunda ruptura pelo qual a culinária brasileira passou ao final da primeira metade do século XX. A crise do leite de 1945, e a carestia causada durante a Segunda Guerra Mundial forçaram as brasileiras, responsáveis pelas cozinhas e pela criação de receitas, a buscar produtos alternativos

para o preparo dos mesmos pratos, ou à criação de comidas antes não existentes. (MEIRELLES, 2019, p. 351).

Enfim, Meirelles (2019) não acredita na hipótese do surgimento do doce nos anos de 1920. Como ele ressalta, mediante a análise das receitas de época, o leite condensado só passou a ser usado como ingrediente bem mais tarde. Ao mesmo tempo, o autor não encontrou elementos que sustentem a relação do doce com a campanha de Eduardo Gomes, pois todas as histórias a esse respeito remontam a décadas seguintes. Contudo, de acordo com o estudioso, se forem levados em consideração a crise do leite, a candidatura de Eduardo Gomes e o início da utilização do leite condensado na confeitaria, que são três fatos contemporâneos, é bem possível que o doce tenha surgido com outro nome, talvez, “bombom de doce de leite”³⁰ e rapidamente mudado de nome.

Meirelles (2019) afirma que realizar seu estudo sobre o doce chamado “brigadeiro”, permitiu-lhe entender a criação da iguaria no contexto da história social e cultural do Brasil — a inserção, no país, de um ideal de vida norte-americano, relacionado à modernização do aparato da cozinha, com a diminuição do tempo gasto com as tarefas domésticas e uma alimentação cada vez mais refém de produtos enlatados, pré-prontos.

Outra versão existente sobre a origem da iguaria sustenta que sua criadora teria sido Heloisa Nabuco de Oliveira. Segundo a filha dela, Ida Nabuco de Oliveira, sua mãe, em 1945, durante as eleições para à Presidência da República, apareceu, em certo dia, com uma novidade num dos comitês de senhoras da sociedade que apoiavam o Brigadeiro e que promoviam reuniões requintadas, com chás da tarde, doces variados e outras guloseimas. Heloisa Nabuco de Oliveira teria levado ao comitê um doce feito de leite condensado e chocolate, ao qual deu o nome de “brigadeiro”, para homenagear o candidato (BRIGADEIRO..., 2017).

Em 1950, Eduardo Gomes concorreu novamente pela UDN, à Presidência da República, mas perdeu mais uma vez, ficando em segundo lugar. O vitorioso foi Getúlio Vargas. Todavia, segundo Drumond (2011), Eduardo Gomes ganhou outros eleitores, inclusive jovens universitários. Aureliano Chaves (1929-2003), mineiro, que futuramente

³⁰ O nome “bombom de doce de leite” é citado por Meirelles (2019) quando ele comenta que a primeira receita com o nome de “brigadeiro”, foi encontrada num exemplar da revista *O Cruzeiro*, de 1949, em uma seção culinária assinada por uma cozinheira chamada Helena B. Sangirardi. Ela se refere ao doce sem maiores explicações, por isso o autor acredita que já se tratava de um doce conhecido, e não uma invenção ou novo batismo. Ainda em 1949, Helena recebeu a carta de uma leitora de Porto Alegre, cujo nome seria Ida, na qual se dizia que a receita do “brigadeiro” de Helena seria, na verdade, um bombom de doce de leite e que o preparo do “brigadeiro” seria bem mais difícil.

seria deputado estadual, governador de Minas e vice-presidente da República, revelou, anos mais tarde, que havia votado no Brigadeiro naquele ano. José Sarney, que na época tinha 15 anos e tornou-se presidente da República na década de 1980, fez parte da juventude brigadeirista no seu estado.

Com relação ao apoio de Eduardo Gomes ao Golpe Civil-Militar de 1964, Drumond (2011, p. 260) afirma que seu personagem “[...] não teve atuação direta no movimento que depôs o presidente João Goulart, mas apoiou a revolução e aplaudiu o nome do general Humberto Castelo Branco para presidir o governo militar provisório”.

No entanto, segundo Drumond (2011, p. 289), “Eduardo Gomes sempre defendera a redemocratização do país e se mostrava preocupado com as denúncias de deformação do regime militar”. Além disso, de acordo com o autor, o Brigadeiro acreditava que já tinha passado a hora de o Brasil ser devolvido ao comando de um civil.

Drumond (2011), como sempre, procura exaltar seu personagem e não consegue se esquivar da admiração que tinha por ele. Não é à toa que o autor tenta atenuar o fato de Eduardo Gomes ter apoiado o Regime Militar de 1964, como se fosse um advogado de seu personagem, procurando, a todo momento, ressaltar que o Brigadeiro defendia, acima de tudo, valores democráticos para o Brasil. No final de sua obra, o autor comenta a ocasião em que conheceu o Brigadeiro, em meados de 1975. Nessa oportunidade, o biografado visitava o Museu Aeroespacial, no Campo dos Afonsos, instituição criada dois anos antes pelo Ministério da Aeronáutica (Comando da Aeronáutica). Em outubro de 1976, o museu foi aberto ao público, e o autor fazia parte da equipe que organizou e inaugurou a instituição. É entusiasmado o depoimento do biógrafo a respeito do momento em que viu Eduardo Gomes pela primeira vez: “Pude assim conhecer uma lenda viva, o mito, o herói, um brasileiro de histórica trajetória em defesa da democracia, da justiça social, das liberdades individuais e da aviação nacional” (DRUMOND, 2011, p. 341).

Vemos que o biógrafo (DRUMOND, 2011), por ter pertencido à Aeronáutica, procura manter viva a imagem do seu personagem e torná-lo um mito para a instituição, conservando-o para a posteridade.

Como nasce um mito? No meu entendimento, decorre de senso de liderança, de virtudes, de ideais nobres, de causas justas — explicação simplória, é certo, mas o fato é que, na figura de Eduardo Gomes, vamos encontrar todas essas qualidades juntas. O mito nasce forjado por circunstâncias de sua época. Segundo os historiadores, nessas ocasiões é que aparecem os paladinos, os heróis, as lendas. Para muitos, Eduardo Gomes foi um mito. Sua história de vida é bonita, cativante, exemplar, como a dos grandes homens. (DRUMOND, 2011, p. 342).

Novamente salientamos que a intenção de Drumond (2011) é enaltecer seu personagem, como se ele não tivesse cometido erros, ou seja, como se fosse perfeito. Segundo o autor, Eduardo Gomes possuía uma personalidade forte, era um verdadeiro patriota e baseou sua existência nos ensinamentos cristãos, em valores morais, na família e na disciplina. Além disso, o biógrafo diz o seguinte:

Líder nato, atraiu aliados, amigos, admiradores, seguidores e, como não poderia deixar de acontecer, adversários. Na linha de frente, empunhou a bandeira das boas causas, participou do Tenentismo, sem jamais pleitear notoriedade ou tirar partido para si de seus ideais. Quando muitos pensavam que era um mito, dizia-se na verdade um ser comum, afeito a valores de lealdade, honestidade, espírito público, amor à pátria. Morreu um dia após a comemoração do cinquentenário de sua mais conhecida realização: o Correio Aéreo Nacional, cuja contribuição social tem sido visível e permanente. (DRUMOND, 2011, p. 342).

Elogiando incessantemente o personagem retratado, Drumond (2011) ainda afirma que Eduardo Gomes mantinha firme a convicção de que somente pelos brasileiros valeria a pena derramar sangue em defesa do Brasil. Ao mesmo tempo, o autor ressalta que o biografado era um defensor da democracia, um combatente das políticas extremas, tanto da direita como da esquerda. O biógrafo pretende tornar Eduardo Gomes um herói nacional, que atuou em defesa do país, embora fosse somente um indivíduo modesto, que dizia ter realizado feitos como qualquer cidadão que nutrisse amor pela pátria.

Apenas no final de sua obra, Drumond (2011) tenta ser transparente com relação a sua narrativa. Ele revela o que o levou a escrever a biografia sobre o Brigadeiro, as fontes utilizadas e algumas de suas lembranças sobre seu personagem; não vemos, porém, ao longo do texto, as inquietações, dúvidas, conflitos e escolhas do biógrafo. Assim, Eduardo Gomes se torna refém da obra em questão, uma criação de seu autor, com qualidades e características de um herói, a ser eternizado como mito. Nesse sentido, o biógrafo constrói um trabalho em que demonstra uma ligação de empatia com seu personagem e não procura questionar a vida política de Eduardo Gomes.

1.4 “EDUARDO GOMES (PERFIL BIOGRÁFICO)”

Como já salientamos no início deste trabalho, há também outros dois escritos biográficos de divulgação sobre Eduardo Gomes, redigidos em épocas diferentes, mas essenciais para destacarmos o imaginário criado em torno do biografado.

O primeiro desses textos foi escrito no início de 1945 e se encontra no arquivo Juarez Távora, no CPDOC, na cidade do Rio de Janeiro. Intitulado *Eduardo Gomes (Perfil biográfico)*, o texto é de autoria de Raul Pinto de Mendonça, que, segundo consta no documento, pertenceu ao Instituto Brasileiro de Cultura e ao Instituto Brasileiro de História da Arte. O trabalho aborda de modo resumido a carreira militar de Eduardo Gomes, elenca suas promoções, cursos realizados, condecorações e medalhas, horas de voo, tempo de serviço e, o que mais chama atenção, contém várias páginas de elogios feitos por militares que o conheciam e trabalhavam com ele.

Por ter sido escrito em 1945, data em que Eduardo Gomes concorreu à Presidência da República pela UDN, o escrito de Raul Pinto de Mendonça, assim como a maioria dos trabalhos biográficos aqui analisados, tem o intuito de engrandecer o personagem retratado, e novamente não verificamos nenhuma crítica ou menção a momentos da vida de Eduardo Gomes, que possam manchar sua imagem. Os elogios citados por Mendonça (1945) são os mais variados possíveis, indo da década de 1920 ao início de 1945. Além disso, é importante destacarmos que se trata de um documento encontrado no arquivo de Juarez Távora, que compactuava com os mesmos ideais de Eduardo Gomes. Com efeito, Távora participou, em julho de 1922, do levante armado contra o governo federal e da Revolta Paulista de 1924, além de ter sido candidato à Presidência da República pelo mesmo partido de Eduardo Gomes, a UDN, em 1955, embora tenha perdido a eleição para Juscelino Kubitschek.

Antes de atentarmos para as declarações enaltecidas sobre Eduardo Gomes transcritas por Mendonça (1945), é importante destacar que o autor, assim como Silva (1945), com o objetivo de aclamar seu personagem, afirma que ele foi o primeiro aviador militar brasileiro a voar em operações de guerra. No entanto, como já comentamos, essa informação não é verdadeira, pois a utilização do avião em atuações militares no Brasil já havia acontecido em 1915, durante a Campanha do Contestado, com o general Setembrino de Carvalho no comando e o capitão Ricardo Kirk como piloto.

Com relação aos elogios a Eduardo Gomes citados por Mendonça (1945), o primeiro data de 16 de setembro de 1921 e foi feito pelo tenente-coronel José Vitorino Aranha da Silva, que, ao deixar o comando da Escola de Aviação Militar, salientou a coragem, a perseverança e a dedicação do militar, “[...] que tem sempre demonstrado no aperfeiçoamento das suas já apreciáveis qualidades de Observador” (SILVA, 1921 apud MENDONÇA, 1945, p. 3). Em 01 de novembro de 1921, o tenente-coronel, comandante da mesma escola, discorreu sobre o resultado dos exames do segundo período da instituição e elogiou Eduardo Gomes pelo

objetivo alcançado. No dia 15 de fevereiro de 1922, Eduardo Gomes, quando se apresentou ao comando do Primeiro Grupo de Obuses, pois havia finalizado o estágio feito na instituição, foi bastante elogiado pelo comando ao desligar-se da entidade. Na ocasião, o comando ter-se-ia expressado sobre Eduardo Gomes da seguinte forma:

Cumpro o imprescritível, justo e agradável dever de lhe tornar patente todos os meus agradecimentos e louvores pelos serviços que, sempre com a máxima bôa vontade e dedicação soube prestar a êste comando e a êste Grupo, onde se impôs à consideração e admiração de todos os seus camaradas e ao respeito de todos os seus subordinados. Quer pelas suas finas qualidades de cidadão, quer pelos seus valiosos títulos de oficial, o Senhor Primeiro Tenente Eduardo Gomes deixou nesta unidade viva simpatia de que é justamente merecedor. De uma superioridade de caráter a toda a prova, dedicado ao serviço, entusiasmado e ardoroso pela vida militar, a êsse oficial desejo toda a sorte de felicidade no decorrer de sua vida militar, nas unidades em que tiver de servir, firmando em todas, como traço característico de sua lealdade, zêlo e competência, a mesma reputação que conquistou neste Grupo que com pezar se vê privado de seu digno e esclarecido concurso. (COMANDO, 1922 apud MENDONÇA, 1945, p. 3-4).

Em julho de 1922, o capitão Euclides Hermes da Fonseca teria comentado as qualidades de Eduardo Gomes durante sua participação no episódio da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana:

[...] solidário com os seus companheiros, na tarde do mesmo dia, pondo-se à disposição do comandante do citado Forte, para que os seus serviços fossem aproveitados. A sua colaboração evidenciou as qualidades admiráveis que possui. Calmo, ponderado, sangue-frio, durante toda a ação. (FONSECA, 1922 apud MENDONÇA, 1945, p. 4).

Em 05 de junho de 1931, ao ser dispensado do cargo de oficial do gabinete do ministro da Guerra, pois conseguira permissão para frequentar as aulas do Curso de Aperfeiçoamento de Aviação, da Escola de Aviação Militar, Eduardo Gomes foi vivamente elogiado pelo ministro, devido ao ótimo trabalho desempenhado em suas funções: “Trabalhando, com inteligência, dedicação e elevado critério, tornou-se êsse oficial merecedor de sua admiração e estima e é com pezar que se priva de sua colaboração eficiente e operosa” (MINISTRO DA GUERRA, 1931 apud MENDONÇA, 1945, p. 4).

Em 19 de outubro de 1932, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que era comandante do Destacamento do Exército de Leste durante a Revolução de São Paulo, elogiou Eduardo Gomes pela sua atuação nas operações desse destacamento (MONTEIRO, 1932 apud MENDONÇA, 1945).

Na data de 03 de dezembro de 1932, Eduardo Gomes recebeu, em nome do ministro da Guerra, elogios pelo modo criterioso e patriótico “com que se conduziu durante o período

da luta em que atravessou o País, revelando inextinguível dedicação à causa Nacional e uma noção exata do cumprimento dos seus deveres” (MINISTRO DA GUERRA, 1932 apud MENDONÇA, 1945, p. 4).

Em 10 de abril de 1933, o general José Antônio Coelho Neto, ao deixar o comando da Escola de Estado Maior, expressou-se sobre Eduardo Gomes da seguinte forma:

Ao despedir-me do distinto camarada cumpro o elementar dever de pôr em destaque o conjunto de predicados de caráter e de inteligência de que deu sobejas demonstrações no decorrer de meu comando, de aprimorada educação civil e militar e de perfeita segurança de conduta, merece por estes motivos e ainda mais pela lealdade e sã camaradagem sempre reveladas, os meus mais elevados louvores. (NETO, 1933 apud MENDONÇA, 1945, p. 4-5).

O relato do Boletim da Diretoria de Aviação transcrito a seguir data de 12 de outubro de 1935 e cumprimenta Eduardo Gomes pelo seu ótimo desempenho como aviador:

Por ocasião dos festejos comemorativos do Centenário Farroupilha, ultimamente realizados na cidade de Porto Alegre, a Aviação Militar prestou seu concurso, enviando àquela cidade o Primeiro Regimento de Aviação e esquadrilhas do Quinto Regimento de Aviação e do Núcleo do Terceiro Regimento de Aviação que ali se concentraram sob o Comando do Tenente Coronel Eduardo Gomes, Comandante do Primeiro Regimento de Aviação. Tendo seguido também por via aérea para o mesmo destino, tive o feliz ensejo de avaliar de perto o grau de disciplina, de instrução e da regularidade com que foram efetuados os movimentos das referidas unidades. Deve salientar, para melhor justificar a impressão que ora transmito, que todos os movimentos foram realizados enfrentando condições atmosféricas particularmente desfavoráveis, tendo sido o mau tempo galhardamente vencido pelos nossos pilotos. Em consequência, louvo o Tenente Coronel Eduardo Gomes, Comandante do Primeiro Regimento de Aviação. (BOLETIM DA DIRETORIA DE AVIAÇÃO, 1935 apud MENDONÇA, 1945, p. 5).

Em 20 de outubro de 1936, foi enviada ao ministro da Guerra uma nota de legação do Paraguai, com assinatura de Miguel Angel Gatti, encarregado dos negócios daquele país. Por meio dessa nota, Gatti expressou seus agradecimentos por ter viajado para Assunção, em avião militar da carreira postal. Em tal nota também há muitos elogios ao Tenente Coronel Eduardo Gomes (MENDONÇA, 1945).

Em 29 de novembro de 1937, o general de brigada José Antônio Coelho Neto, diretor da aviação militar, publicou uma carta em que Eduardo Gomes é bastante elogiado, por sua transferência do quadro ordinário ao quadro suplementar, deixando o comando do Primeiro Regimento de Aviação. O general de brigada assim se expressa:

Oficial de raras e inconfundíveis virtudes militares, de um elevado espírito de classe, de inquebrantável dedicação profissional, de decidida energia e destacada coragem,

sua ação no comando, que durante dois anos e meio exerceu, teve o cunho marcante da sua personalidade de escól. Dotado de admiráveis qualidades de chefe, infatigável, inteligente e culto; amando sua arma até a abnegação; compreendendo com esclarecida visão o alcance prático de judiciosas iniciativas e do muito que, em prol do Brasil, pôde cumprir a Aviação Militar; amigo de seus subordinados, sabendo congregá-los junto a sí, num espírito constante de lealdade, de disciplina conciente e afetuoso respeito, sua passagem no Comando do Primeiro Regimento de Aviação foi eminentemente profícua, construtora e feliz. (NETO, 1937 apud MENDONÇA, 1945, p. 5).

José Antônio Coelho Neto ainda fala sobre a importância de Eduardo Gomes no combate à Revolta Comunista de 1935:

Enobreceu-a no acerto e na justiça de seus atos e soube honrá-la, até ao sacrifício do seu próprio sangue, na hora amarga de luta, quando com indomita bravura, salvaguardando a dignidade de seu Regimento, dirigiu a heróica e vitoriosa resistência do Campo dos Afonsos ao assalto contra o mesmo perpetrado pela traição de desviados companheiros, na noite trágica de vinte e sete de novembro de 1935. A leal, honesta e valiosa cooperação prestada, de maneira inequívoca, a esta Diretoria pelo Tenente Coronel Eduardo Gomes, durante o longo tempo em que comandou o Primeiro Regimento de Aviação, fazem-no credor de meus sinceros agradecimentos e da certeza em que fico de que, no novo posto que lhe for confiado, tem de continuar a servir à Aviação Militar com o mesmo prestimoso concurso de magnífico exemplo de sua admirável expressão moral, de sua indoneidade profissional e técnica e de seu trabalho inteligente e realizador. (NETO, 1937 apud MENDONÇA, 1945, p. 5-6).

O general Isauro Regueira, diretor da Aeronáutica do Exército, em 20 de outubro de 1938, fez o seguinte comentário sobre Eduardo Gomes:

Tendo deixado a chefia da Primeira Divisão e as funções de Relator do Conselho Administrativo em virtude de sua designação para dirigir o Serviço de Bases e Rótas Aéreas, devo expressar ao Coronel Eduardo Gomes os meus agradecimentos pela forma esmerada com que exerceu aquelas funções, louvando-o pelo entusiasmo de que sempre deu provas no desempenho dos mistéres que lhe estavam confiados. (REGUEIRA, 1938 apud MENDONÇA, 1945, p. 6).

Em 03 de setembro de 1941, o ministro da Aeronáutica, tendo recebido um comunicado do chefe da missão americana de aviação militar no Brasil, referente ao término do curso de “Instrução Avançada de Voo”, voando em média de cinquenta horas sob capota com instrumentos, destacou Eduardo Gomes como nobre exemplo de amor e dedicação à profissão (MENDONÇA, 1945).

Também o Brigadeiro do Ar, Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras, em 15 de janeiro de 1942, ao declarar finalizadas as atividades da Diretoria de Aeronáutica Militar e ao despedir-se de seus colegas e subordinados, tornou público o seguinte louvor:

O Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes — pela colaboração dedicada, leal e altamente proveitosa prestada à minha administração. Exemplo de firmêsa, probidade profissional e abnegação o Brigadeiro Eduardo Gomes, na sua modéstia e discreção continua a ser, para nós, o símbolo de um idealismo puro e das mais altas virtudes cívicas. Muito me honrou e desvaneceu contar, durante toda a minha administração, com o seu auxílio prestimôso e eficiente e é com imenso prazer que, ao deixar o cargo de Diretor da Aeronáutica Militar, declaro ter encontrado no Brigadeiro Eduardo Gomes mais do que um colaborador: um amigo incansável leal e sincero, merecedor das homenagens do meu vivo apreço e profunda admiração. (PEDERNEIRAS, 1942 apud MENDONÇA, 1945, p. 6-7).

O general João Batista Mascarenhas de Moraes, comandante da Sétima Região Militar, no dia 30 de janeiro de 1943, dirigiu ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, um ofício que continha grandes elogios ao brigadeiro Eduardo Gomes. Dutra entregou cópia do ofício ao ministro da Aeronáutica. Mascarenhas realçava a importante colaboração e a assistência prestada no Nordeste por Eduardo Gomes, então comandante das Forças Aéreas da Segunda Zona (MENDONÇA, 1945).

Em 11 de janeiro de 1945, o ministro da Aeronáutica, em aviso dirigido ao Diretor-Geral do Pessoal, transmitiu a Eduardo Gomes várias palavras elogiosas, por ocasião do desligamento do Brigadeiro do comando da Segunda Zona Aérea (o qual acumulava com o cargo de Direção de Rotas Aéreas), devido à necessidade de dedicação integral a esse ramo da Aeronáutica, que se constituía em um dos mais importantes do Ministério. Em seu comunicado, o ministro da Aeronáutica destacou a excelente atuação de Eduardo Gomes no comando daquela Zona durante o período difícil em que o Brigadeiro esteve sujeito aos inimigos e ao diálogo com os aliados.

Para o Nordeste é que convergiam todas as nossas atenções. Não eram só os temidos ataques aéreos, tendo como ponto de partida Dakar, mas a ronda sinistra dos submarinos contra os quais era necessário precaver as nossas costas marítimas e a nossa navegação. O serviço de vigilância, de patrulhamento e cobertura de comboios emanados das bases aéreas da Segunda Zona, foram ininterruptos, perfeitos, e de cuja eficiência dependeu em grande parte a nossa defesa. A construção das nossas bases, suas instalações, campos do litoral e do interior, com todas as edificações desta róta, criação das Unidades e cursos de adaptação no material moderno, tiveram do MAJOR Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes todos os cuidados, uma assistência em que a preocupação de detalhe atingia as menores partículas dos serviços. A esta preocupação ligada a sua impecável probidade, se devem as obras executadas com o máximo da economia e de resultados benéficos. (MINISTRO DA AERONÁUTICA, 1945 apud MENDONÇA, 1945, p. 8).

Por fim, o ministro da Aeronáutica finaliza o seu texto com dizeres sobre a importância de Eduardo Gomes para a aviação, enaltecendo sempre suas qualidades, e agradece os serviços prestados pelo Brigadeiro na Segunda Zona Aérea.

Espírito devotado a Aviação a cujo desenvolvimento se dedica com entusiasmo, sem que o pudessem afastar dela por mais promissoras que fossem as tentações, o Major Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes conseguiu, pela sua lealdade, amor a profissão, bravura pessoal e ilibado caráter, merecer consideração, confiança e estima de chefes e subordinados, e hoje que é possível fazê-lo retornar ao efetivo exercício de que tanto carece a Aeronáutica, para a defesa do voo e uma perfeita infraestrutura, é chegado o momento de permitir que a este setor, de que é parte o Correio Aéreo Nacional, obra de seu idealismo, consagre todas as suas energias e capacidade, com o dinamismo que a isso o recomenda. [...] Ao agradecer os relevantes serviços prestados na Segunda Zona Aérea, com a sua criação e de todas as Bases que a compõem, desejo louvar o Major Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes no momento em que prestar outros serviços que estão a exigir a sua assistência imediata mais contínua e ininterrupta, deixa o seu brilhante Comando. (MINISTRO DA AERONÁUTICA, 1945 apud MENDONÇA, 1945, p. 8).

Por meio da análise do texto biográfico sobre Eduardo Gomes, escrito por Mendonça (1945), observamos que o autor também transcreve uma série de memórias de militares que conviveram com o biografado, os quais o enaltecem. Esse texto ressalta a participação do Brigadeiro na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana e, sobretudo, seu profissionalismo na aviação, setor em que Eduardo Gomes parecia ter a consideração e a estima de chefes e subordinados. Como o objetivo do autor era o engrandecimento da figura de Eduardo Gomes, são transcritos apenas elogios sobre o militar, de forma a mostrá-lo como uma figura exemplar. Tudo isso num contexto muito específico, o ano de 1945, ou seja, ocasião em que o Brigadeiro concorreu à Presidência da República. Fazia-se necessário, por essa razão, construir uma imagem elevada a respeito de Eduardo Gomes, a fim de que ele pudesse eleger-se presidente da República.

1.5 “MARECHAL-DO-AR EDUARDO GOMES: O HOMEM E O MITO”

Há um opúsculo biográfico sobre Eduardo Gomes, cujo título é *Marechal-do-Ar Eduardo Gomes: o homem e o mito*, escrito pelo Coronel Aviador Manuel Cambeses Júnior. O autor, falecido em 2019, foi Conselheiro³¹ do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, ocupante da Cadeira nº 9, cujo Patrono é Eduardo Gomes, Patrono da Força Aérea Brasileira.

Como já enfatizamos, o texto não possui data de publicação; mas, como o autor trata em seu trabalho dos grandes acontecimentos dos quais o biografado fez parte, até a data de

³¹ O Conselho Superior do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER) é composto por vinte conselheiros, cuja função principal é assessorar o diretor da instituição sobre a política e às estratégias referentes à área da cultura do Comando da Aeronáutica (COMAER), propostas pelo diretor para a aprovação do Comandante da Aeronáutica (CMTAER). Assim, cada uma das cadeiras do Conselho possui um patrono já falecido considerado de grande importância para a Aviação Brasileira (CONSELHO..., [2018?]).

sua morte e o momento em que foi declarado Patrono da Força Aérea Brasileira, em 1984, então se pode deduzir que a publicação da pequena obra foi posterior a esse ano.

Cambeses Júnior ([200-?]) procura comentar as informações sobre a vida de Eduardo Gomes, de maneira a destacar alguns dados relativos aos pais de seu biografado. Além disso, o autor também valoriza o trabalho do Brigadeiro na Aeronáutica e sua notabilidade para o país.

A respeito da índole de Eduardo Gomes, Cambeses Júnior ([200-?], p. 2) afirma: “Não seria difícil distinguir-se entre as várias nuances de sua marcante personalidade a de maior significação. Destacava-se, entretanto, o seu devotado amor à Aeronáutica, seu acendrado patriotismo e seus inquebrantáveis dotes morais”.

De acordo com o autor:

Há pessoas que se identificam com a História pelo desempenho extraordinário de sua missão, nas exigências de cada época. Eduardo Gomes foi uma delas. Militar extremamente dedicado à carreira, exímio aviador, leal companheiro, devotado patriota, combatente de primeira hora e cidadão exemplar.

À par de suas inúmeras virtudes morais e intelectuais, o inolvidável Brigadeiro tinha como paradigma de vida a transparência e a sinceridade. Porte altivo, coragem e determinação, integridade moral e honestidade, aliados a um coração terno e generoso, lhe outorgaram uma personalidade muito especial, tal qual o raro brilho de um cristal puro e radiante de luz. Realmente, uma personalidade ímpar, plasmada no amor e dedicação ao trabalho e ao estudo, embasada nos exemplos de um lar paterno bem formado. (CAMBESES JÚNIOR [200-?], p. 2).

Analisando tais considerações, observamos que Cambeses Júnior ([200-?]) exalta a figura de Eduardo Gomes, descrevendo-o como um cidadão exemplar, dedicado ao trabalho e ao estudo. O que nos chama mais atenção, entretanto, é que o autor, assim como a maioria dos biógrafos que analisamos, relaciona a personalidade que o personagem foi desenvolvendo ao longo do tempo a sua família. Ou seja, mais uma vez é utilizada a descendência para justificar o comportamento que o biografado adquiriu em sua maturidade.

Finalizando seus comentários laudatórios acerca de Eduardo Gomes, Cambeses Júnior ([200-?], p. 2) diz que seu biografado:

[...] foi um daqueles homens extraordinários que marcaram os momentos gloriosos e históricos da Aviação brasileira, tendo deixado como herança a sua devoção no cumprimento do dever e a confiança num notável engrandecimento do Ministério da Aeronáutica e de uma ativa e fecunda participação da Aviação no desenvolvimento da nação brasileira.

Como podemos verificar, Cambeses Júnior ([200-?]) segue a mesma linha dos outros escritos biográficos a respeito de Eduardo Gomes, os quais são trabalhos que procuram

valorizar a imagem do personagem retratado, sempre com um objetivo específico. Neste caso, o autor, por pertencer à Aeronáutica e escrever o texto alguns anos após a morte de Eduardo Gomes, teve o intuito de enaltecer a figura do biografado perante a Aeronáutica — instituição em que o personagem mostrou-se muito importante para o país. Curiosamente, entretanto, nesse opúsculo, o autor não realiza nenhum comentário que mostre qual seria a posição política do Brigadeiro.

1.6 AS BIOGRAFIAS EM QUESTÃO: ARTICULANDO AS IDEIAS

Em nossas análises dos diferentes escritos biográficos sobre Eduardo Gomes, produzidas ao longo do tempo, percebemos que todos são trabalhos que têm como objetivo engrandecer o militar, caracterizando-o como um herói, um mito, um ser extraordinário, de grande amor à pátria.

Os diferentes contextos nos quais foram publicados esses escritos, assim como os autores e as instituições a que pertenceram, revelam muitos aspectos sobre como foram construídas as biografias sobre Eduardo Gomes.

As obras publicadas em 1945, como a de Silva (1945) e de Chagas (1946), cuja segunda edição, publicada em 1946, analisamos, além do texto escrito por Mendonça (1945), revelam que os autores escreveram num momento oportuno: aquele em que Eduardo Gomes era candidato à Presidência da República pela UDN. Esses trabalhos são apologéticos, pois sua finalidade era a de enobrecer o personagem, para que ele tivesse chances de ganhar a eleição. Assim, tais obras evidenciam que foi a partir de 1945 que se pretendeu construir uma imagem por meio do qual Eduardo Gomes passou a ser vinculado a cultura política democrática, com o intuito de tentar transformá-lo num mito nacional.

Dos três trabalhos publicados sobre Eduardo Gomes em 1945, não encontramos ligação direta de Silva (1945) e Mendonça (1945) com o militar. O primeiro autor atuou em diversas áreas, como médico, psicanalista, escritor, pesquisador, biógrafo e jornalista. Já o segundo, conforme a informação que consta em seu texto biográfico sobre Eduardo Gomes, pertenceu ao Instituto Brasileiro de Cultura e Instituto Brasileiro de História da Arte. Contudo, a instituição à qual pertencia Mendonça, revela a importância de realizar um trabalho sobre o militar como forma de preservação de sua imagem em âmbito nacional. Quanto a Chagas (1946), constatamos que tinha relação com o partido pelo qual o Brigadeiro concorreu à Presidência da República em 1945, a UDN. O autor foi um dos fundadores dessa agremiação partidária.

No que diz respeito às obras sobre Eduardo Gomes lançadas depois de 1945, um opúsculo biográfico, escrito por Cambeses Júnior ([200-?]) e a biografia publicada em 2012, por Drumond (2011), pode-se dizer que ambos os autores também realizaram trabalhos apologéticos sobre o Brigadeiro. Isso é curioso, pois como afirma Schmidt (1998), as biografias novas são diferentes das velhas, no sentido de fugirem do viés apologético, em que os personagens são utilizados para compreender questões ou contextos mais amplos. Todavia, temos que lembrar que essas biografias foram escritas por indivíduos que não são historiadores e sim pertencentes a uma instituição que Eduardo Gomes fez parte.

Cambeses Júnior ([200-?]) considera Eduardo Gomes uma figura extraordinária, bem como um mito — termo que, aliás, já figura no título de seu opúsculo. Drumond (2011) igualmente retrata seu personagem como herói e como mito. A importante semelhança entre as duas obras está no fato de que ambos os autores pertenceram à Aeronáutica, instituição militar em que o biografado construiu carreira. Os dois escritores buscam edificar, em nome da Aeronáutica, uma imagem positiva de Eduardo Gomes.

Cambeses Júnior ([200-?]) elaborou uma obra que enfatiza a importância de Eduardo Gomes para a Aeronáutica e para o país. Entretanto, não aponta os motivos que levaram à escrita do opúsculo biográfico sobre o Brigadeiro. Já Drumond (2011), como já apontamos, escreveu seu trabalho motivado pela aproximação da data dos 80 anos da criação do Correio Aéreo Nacional e dos 70 anos de fundação da Aeronáutica militar, que seriam comemorados em 2011, bem como pela falta, naquele momento, de uma biografia recente do Patrono da FAB.

Assim, com relação à imagem edificante construída sobre Eduardo Gomes pelas obras analisadas, podemos destacar o que Avelar (2010) comenta, isto é, que as várias particularidades de uma vida não se restringe a uma única representação, em que o personagem retratado apresenta uma regularidade ou permanência ao longo de sua trajetória. Assim, uma obra biográfica apologética não favorece a importância do biografado. Ao contrário, acreditamos que diminui as qualidades desse tipo de trabalho e, conseqüentemente, o personagem. No entanto, nem por isso os escritos por nós analisados deixam de ser significativos, pois oferecem, em muitos momentos informações relevantes, que podem auxiliar no estudo da vida política de Eduardo Gomes ou serem objetos de questionamentos — trabalho essencial do historiador — para tentar compreender de uma maneira mais efetiva a trajetória política do Brigadeiro.

Pode-se afirmar, em suma, que todos os autores aqui tratados tentaram construir um determinado imaginário sobre Eduardo Gomes. Esses escritores, sob o viés da apologia e com intenções políticas ou de preservação de uma memória — no caso, de instituições das quais Eduardo Gomes fez parte — como a Aeronáutica e a própria UDN —, de acordo com o contexto histórico em que os escritos biográficos foram publicados, caracterizaram o Brigadeiro de maneira enaltecida: como um herói, um indivíduo humilde, um líder e até mesmo um revolucionário. No que se refere a ideologia política, esses escritores procuraram vinculá-lo aos valores do patriotismo, do catolicismo, do anticomunismo e, sobretudo, da democracia.

2 DA INFÂNCIA AO EXÉRCITO: OS MOVIMENTOS TENENTISTAS DA DÉCADA DE 1920

Apresentamos, neste capítulo, a vida de Eduardo Gomes desde sua infância até sua inserção no Exército brasileiro. O fulcro de nossa análise, aqui, é a trajetória política de Eduardo Gomes, iniciada em 1922, com sua participação na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. No que diz respeito a esse percurso político, abordamos, primeiramente, a situação do Exército brasileiro nos anos iniciais da Primeira República, bem como da época em que Eduardo Gomes foi aluno da Escola Militar do Realengo, de maneira a refletir sobre as relações sociais desse personagem histórico e sobre a possível existência, nesse período, de uma politização no meio militar de que fez parte, o que contribuiria para explicar sua participação nos movimentos revolucionários ocorridos no começo da década de 1920. Discutimos também o contexto histórico dos anos de 1920 no Brasil, a fim de compreendermos os acontecimentos que levaram aos movimentos tenentistas daquela época. Analisamos a participação de Eduardo Gomes nas sublevações tenentistas de 1922, no Rio de Janeiro, e de 1924, em São Paulo, bem como a ideologia que fundamentava esses movimentos. Por fim, estudamos seu trajeto político depois de 1924 até antes de seu envolvimento na Revolução de 1930.

2.1 CONTEXTO FAMILIAR

O pai de Eduardo Gomes chamava-se Luís Gomes Pereira. Nasceu em Olinda (PE), em 1854, e morreu em 1925, por complicações respiratórias. Sua mãe, Jenny Gomes, nasceu em Paris, na França, em 23 de outubro de 1872, e faleceu em 23 de janeiro de 1956.

Luís Gomes vinha de uma família pernambucana, afirmada por suas lutas em favor do liberalismo. Seu avô, Félix Peixoto de Brito e Melo (1807-1878), nascido no Recife, deixou, na adolescência, o curso de Humanidades para ingressar na carreira militar (DRUMOND, 2011). Lutou pela Independência da Bahia, no contexto da guerra da Independência do Brasil. Aos quinze anos, lutou em Pirajá e Cabrito, como soldado da coluna sob o comando de José de Barros Falcão Lacerda. Ao voltar a Pernambuco, com as tropas expedicionárias, Félix Peixoto trouxe consigo os galões de alferes e a medalha da Campanha da Independência, troféus que havia conquistado pelo combate (CHAGAS, 1946).

Em 1824, Félix Peixoto participou da Confederação do Equador, tendo-se reformado posteriormente, no posto de alferes. Após deixar a carreira militar, dedicou-se ao comércio,

mas voltou a estudar e diplomou-se em Direito, em 1834, pelo Curso Jurídico de Olinda, instituído pelo imperador em 1827. Foi juiz municipal e de órfãos de Brejo da Madre de Deus, município de Pernambuco. Também atuou como juiz de Direito da mesma comarca e juiz do crime do Recife. Em 1835, elegeu-se deputado provincial de Pernambuco e, no ano seguinte, foi constituinte do Estado. Em 1847, pelo Partido Liberal, presidiu a província de Alagoas. Lutou, em 1848, na Revolução Praieira, liderando as forças rebeldes em Pernambuco. Com a derrota do movimento, refugiou-se em Alagoas, partindo, logo em seguida, para o exílio em Lisboa, onde formou família. Posteriormente à anistia, dirigiu o consulado do Brasil na Espanha. Por duas vezes veio ao Brasil, onde morreu em sua última vinda, em Recife (DRUMOND, 2011).

O neto de Félix Peixoto, Luís Gomes, diplomou-se em Direito na mesma faculdade onde seu avô estudara, mas iniciou sua carreira profissional como jornalista em Recife. Com 21 anos de idade, em 1875, ingressou na Marinha. No primeiro ano da República, Luís Gomes foi assessor do Barão de Ladário. Deodoro da Fonseca, que era chefe do Governo Provisório, reavaliou os cargos de confiança da administração pública, e Luís Gomes foi promovido a capitão-tenente, além de ter sido confirmado como oficial de gabinete do novo ministro da Marinha, o almirante Eduardo Wandenkolk (1838-1902). Também serviu ao almirante Custódio de Mello (1840-1902), sucessor de Wandenkolk na administração de Floriano Peixoto (DRUMOND, 2011).

Em 7 de fevereiro de 1891, Luís Gomes casou-se com Jenny Gomes na Capela do Palácio Imperial, em Petrópolis (RJ). Os dois se conheceram no final de 1890, ano em que Jenny Gomes completou 18 anos. Na ocasião, a família havia pedido para rezar missa de ação de graças pelo seu aniversário e promoveu, à noite, uma bela festa em sua residência. Entre os convidados estava Luís Gomes, capitão-tenente da Marinha (DRUMOND, 2011).

Jenny Gomes era de uma família abastada que, após viver muitos anos em Paris, voltou definitivamente para o Brasil. Sua mãe chamava-se Joana Vergueiro Lecocq de Oliveira. Seu pai era o visconde de Rodrigues de Oliveira, cujo título de nobreza havia sido outorgado pelo penúltimo rei de Portugal. Ele manteve o prestígio em relação ao novo governo e permaneceu ileso quanto aos processos deflagrados contra a nobreza titulada. Os padrinhos de casamento de Luís Gomes e Jenny Gomes foram o então presidente da República, Deodoro da Fonseca, e a primeira-dama, dona Marianinha (DRUMOND, 2011), fato que mostra a notoriedade da família da noiva.

De acordo com Chagas (1946, p. 26), “[...] D. Jenny podia orgulhar-se de uma grande origem. Era de alta linhagem. Maria Angélica, sua bisavó, provinha dos Lemes, do mesmo tronco que originou Fernão Dias Pais³²”. O bisavô de Jenny Gomes, o senador Vergueiro, foi uma das grandes figuras da cultura liberal do Brasil.

Além de Jenny Gomes, os Rodrigues de Oliveira tiveram mais três filhas: Clotilde, Alice e Carolina. Jenny Gomes, segundo relatos, possuía uma rica cultura. Com dezoito anos já sabia falar fluentemente o francês, o inglês e o alemão. Estudou piano com Le Couppey, que foi um grande pianista, e aprendeu escultura com Arel, discípulo de Jean-Baptiste Carpeaux, pintor e escultor francês. Em razão de seu talento para a arte, participou de uma exposição em Paris. Ela havia esculpido o busto de sua mãe. A artista também era religiosa, característica provavelmente herdada da tradição de sua família. Além disso, gostava de fazer aulas de equitação, sempre pelas manhãs, no *Bois de Boulogne* (CHAGAS, 1946).

Luís Gomes e Jenny Gomes iniciaram suas vidas de casados no Rio de Janeiro. Durante a Revolta da Armada, Luís Gomes foi leal aos ministros da Marinha envolvidos na sublevação. No entanto, logo se tornou desfavorável à insurreição. Caso permanecesse na Armada, não teria condições políticas de progredir em sua carreira, devido ao fato de ter sido, inicialmente, nomeado pelo imperador. Assim, ao demitir-se da Marinha, em 1893, repensou um velho plano que tinha: o de construir uma estrada de ferro transcontinental (DRUMOND, 2011). Segundo Drumond (2011, p. 29):

Ao tempo em que Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o Visconde de Mauá, se revelou o timoneiro da indústria nacional e construiu as primeiras ferrovias no Brasil, o recém-formado advogado Luís Gomes se iniciara no jornalismo, ainda no Recife. Acompanhou o surgimento dos novos caminhos de ferro feitos com capital privado, as linhas Mogiana, Ituana, Piracicabana, Bragantina e São Paulo — Rio de Janeiro, entre outras. Espelhando-se na figura de Mauá, o incipiente jornalista criou um projeto de engenharia bastante ambicioso: uma estrada de ferro entre o Recife e Arica, no Chile, cruzando as províncias de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso e parte do território boliviano, para unir o Atlântico ao Pacífico. O projeto previa a construção de docas no porto do Recife e assentamentos agrícolas ao longo da monumental ferrovia.

No ano de 1894, Luís Gomes pretendeu dar andamento ao seu projeto, apoiado por Jenny Gomes, que colocou à disposição dele a herança que recebera pela morte de seu pai. Isso permitiu a Luís Gomes viajar para Londres, com o objetivo de atrair parceiros para seu empreendimento. Contudo, dois meses depois ele voltou para o Brasil. O projeto não teve

³² Fernão Dias Pais Leme (1608-1681) foi um bandeirante paulista e ficou conhecido como o “Caçador de Esmeraldas”.

sucesso e foi abandonado. Luís Gomes tentou, então, executar outro negócio. Empenhou-se na construção de um trecho ferroviário do centro do Rio de Janeiro ao pé da Serra da Estrela. Iniciou a obra com recursos próprios; porém, ainda nos primeiros quilômetros de trilhos assentados, acabou desistindo, pois o ramal não era um trecho pioneiro e seus custos seriam muito elevados e de pouco retorno comercial. Ao mesmo tempo, o momento político não era favorável a investimentos — o Brasil vivia sob recessão econômica e as crises políticas tinham prejudicado a imagem do país no exterior. Além disso, Luís Gomes não tinha habilidade para questões comerciais: nem havia procurado um especialista da área antes de colocar em prática suas ideias (DRUMOND, 2011).

Apesar de tudo, Luís Gomes não desistiu de alguns de seus projetos. Aventurou-se num terceiro negócio: passou a estudar o mercado de café e arrendou algumas terras na cidade de Descalvado, município de São Paulo, mudando para lá com sua mulher. Mais uma vez o negócio não logrou êxito, e suas economias não suportaram o longo período de maturação da agricultura. Assim, passou o empreendimento adiante e foi morar em Petrópolis com Jenny Gomes (DRUMOND, 2011). Lá, comprou uma casa com as economias que lhe sobraram. Em razão da precariedade financeira, o casal manteve uma vida mais modesta, e Luís Gomes passou a procurar outro emprego. Com a ajuda de alguns amigos monarquistas, decidiu voltar ao jornalismo e passou a trabalhar como redator no *Jornal do Brasil*, de tendência monarquista (DRUMOND, 2011).

Em 1895, o *Jornal do Brasil* publicou uma seção de cartas, interagindo, assim, com os leitores. Essa seção ficou a cargo de Luís Gomes. Ele acabou inovando e passou a escrever e enviar à redação várias cartas com críticas ao governo, publicadas sob o título *Do constante leitor, Luís Gomes* (DRUMOND, 2011). De acordo com Chagas (1946, p. 32), Luís Gomes “fez da imprensa uma arma em favor de seu programa industrial. E durante vinte e cinco anos de jornalismo, numa tenacidade admirável, o comandante Luís Gomes defende a necessidade do pôrto do Recife e da Transcontinental Recife-Arica”. Ele até conseguiu firmar um contrato de construção com a firma Demétrio & Bartissol, o que lhe rendeu um movimento entre os pernambucanos para tentar elegê-lo deputado federal. Entretanto, seu desinteresse pela candidatura causou mais um insucesso (CHAGAS, 1946).

Luís Gomes e Jenny Gomes tiveram dois filhos mortos prematuramente, Raul e Sérgio. Na casa que adquiriram, em Petrópolis, na Rua 7 de abril, nasceu o terceiro filho do casal, Stanley, que se tornaria advogado, depois de formar-se na Faculdade de Direito de

Petrópolis. Em 20 de setembro de 1896, nasceu Eduardo Gomes e, no ano seguinte, sua irmã Eliane Maria (DRUMOND, 2011).

De acordo com Drumond (2011), Jenny Gomes cuidava das tarefas domésticas, dos filhos e da mãe, que estava doente. A mãe de Eduardo Gomes havia tido uma infância e adolescência próspera, mas seus filhos não tiveram a mesma sorte e enfrentaram as dificuldades comuns à classe média. Muitas vezes ela teve que vender ou penhorar suas joias para ajudar nas despesas do lar. Também costurava as roupas que seus filhos e o marido vestiam. Todos os domingos ia à missa com os filhos — Eliane, Eduardo Gomes e Stanley. A liturgia era realizada na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na Rua Montecaseros, no centro de Petrópolis. Luís Gomes era ateu, mas não interferia na educação religiosa dos filhos. Instruía-os conforme os valores morais da época.

Eduardo Gomes nasceu em Petrópolis (RJ), em 20 de setembro de 1896, e ingressou com 6 anos de idade no Colégio Werneck. Posteriormente, ao finalizar o ensino fundamental, foi estudar no Colégio São Vicente de Paulo³³, como aluno do curso de Humanidades. Excelente aluno de matemática, ajudava os alunos com dificuldades na matéria. Por sua disposição para ajudar os colegas e por ser um menino gentil, foi indicado por seus pares para liderar o batalhão escolar. Nos principais desfiles nacionais, o Colégio São Vicente de Paulo se incorporava aos demais colégios para desfilar em público. Eduardo Gomes, assessorado por um Conselho Estudantil, sempre liderava a apresentação de sua turma, representando os estudantes diante da direção do colégio (DRUMOND, 2011).

Em 1912, com dezesseis anos, Eduardo Gomes tentou ingressar no Exército, mas não obteve êxito, pois, embora aprovado nos exames, tinha idade abaixo da exigida. Apesar de ter se preparado para o segundo exame, foi reprovado, devido a problemas de visão. Estudando sozinho, tentou ainda mais uma vez. Ao mesmo tempo, dava aulas particulares de matemática a vários colegas que se preparavam para a Escola Politécnica. Finalmente, em 1915, com a idade legal e a vista saudável, ingressou na Escola Militar, para realizar matrícula no curso de oficiais do Exército (CHAGAS, 1946).

Drumond (2011) relata que a formação de oficiais do Exército era feita na Escola Militar da Urca, até 1904, mas uma rebelião de alunos e cadetes levou o Exército a desativar a instituição de ensino. Desde então, a formação de oficiais ficou sob a responsabilidade da Escola de Guerra de Porto Alegre (RS). Todo ano, oficiais diplomados iam estagiar na Alemanha, pois nesse país o ensino militar era referência no mundo. Em razão da influência

³³ Segundo Drumond (2011), o Colégio São Vicente de Paulo funcionava no antigo Palácio Imperial.

de um grupo de estagiários que haviam ido para à Alemanha, o Exército criou a Escola Militar do Realengo, inaugurando-a em 1910. Seu padrão de ensino era espelhado na instrução militar alemã. Todavia, com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, esse modelo de ensino foi substituído pela instrução militar francesa (DRUMOND, 2011).

A academia militar funcionava como internato e sua rotina ia das seis da manhã às cinco da tarde. A primeira aula começava às sete horas da manhã, e o encerramento das atividades se dava à tarde, com a instrução militar. Os alunos também tinham acesso a atividades esportivas, culturais e de lazer. Terminado o jantar, os alunos e cadetes realizavam um estudo suplementar, e às nove horas da noite era servida uma ceia aos estudantes. Depois de uma hora, soava o toque de recolher e havia ainda escalas de serviço de vinte e quatro horas para os alunos. Os cadetes eram escalados para auxiliar o oficial durante o dia. Tudo era muito rigoroso, com rígida disciplina, ou seja, os alunos eram ensinados a obedecer para depois saber mandar (DRUMOND, 2011).

Nos finais de semana e em feriados prolongados, os alunos e cadetes podiam ir para casa, exceto os que estivessem recrutados para o serviço. As provas de fim de ano eram bem difíceis e o regulamento só tolerava uma repetência e dependências em duas disciplinas (DRUMOND, 2011). Além disso, de acordo com Drumond (2011, p. 42):

Os desligamentos se davam por desistência voluntária, inaptidão para a carreira militar ou falta grave. No fim do segundo ano, os aprovados recebiam o espadim, símbolo do sabre de Caxias, passando para o terceiro período na condição de cadetes. No último ano, cursavam uma das quatro Armas — infantaria, artilharia, cavalaria ou engenharia —, ao fim do qual eram declarados aspirante-a-oficial e mandados para o estágio obrigatório em unidade operacional. Ao fim do estágio de um ano, eram promovidos a segundo-tenente, iniciando a carreira de oficial.

Conforme relata Drumond (2011, p. 42): “Eduardo Gomes foi o aluno número 254. Tinha uma boa estatura, 1m73, e pesava 53 quilos. Com as repetidas sessões de educação física, adquiriu musculatura”. Além disso, possuía boca pequena, olhos e cabelos castanhos, rosto oval e nariz aquilino. Como tinha a aparência bonita, já no segundo ano de academia era cortejado por várias garotas do bairro. Tanto em Petrópolis como em Realengo, ele manteve alguns namoros. Quando adulto, admirava a beleza e o talento da atriz Greta Garbo (1905-1990). Eduardo Gomes nunca se casou, mas teve uma bela admiradora à época do movimento tenentista, chamada Babinha Marques Couto, neta do almirante Custódio de Mello. A moça conheceu o oficial por intermédio de Siqueira Campos, no bairro carioca de Santa Teresa, na casa de uma família paraibana que apoiava o Tenentismo e que os militares costumavam frequentar (DRUMOND, 2011).

Eduardo Gomes era subordinado à 4ª Companhia de Infantaria e, ao fim do primeiro ano, sua melhor nota foi em matemática: 6,5. Nas outras disciplinas ficou um pouco acima da média de aprovação, que era a de 4,5. Em 2 de dezembro de 1917, foi vinculado à 3ª Companhia de Infantaria. No começo do ano seguinte, apresentou novamente problemas de visão e passou a usar óculos. Em seu exame oftalmológico, constava que tinha o grau mínimo de miopia (DRUMOND, 2011).

Em 1916, houve um desfile na Escola Militar de Realengo, em memória da Batalha de Tuiuti³⁴. Eduardo Gomes foi quem conduziu a marcha da turma, como sargenteante, durante o período de seis meses. Tinha como obrigações conferir a presença dos alunos, colocar os colegas em forma e apresentá-los aos chefes militares para o início das aulas. Além disso, representava os estudantes perante o comando do corpo de alunos e a chefatura da Escola Militar (DRUMOND, 2011).

Eduardo Gomes fazia parte do grupo dos vicentinos da academia, que eram os católicos mais fervorosos. Desse grupo também participavam Juarez Távora, Luís Carlos Prestes e Jaime de Almeida, que não perdiam as missas de domingo do padre Miguel, no Realengo. Eles se interessavam pela ajuda aos pobres do bairro e levavam ao sacerdote a quantidade de dinheiro que arrecadavam (CHAGAS, 1946).

Eduardo Gomes sentou praça no Exército no dia 13 de abril de 1916. Foi declarado aspirante a oficial em 17 de dezembro de 1918, na Arma de Artilharia. Em sua turma, havia outros nomes que se tornaram importantes para a História do Brasil Contemporâneo, como:

Luis Carlos Prestes, Siqueira Campos, Costa Leite, Prates de Aguiar, Afonso de Carvalho, Ivo Borges, Lísias Rodrigues, Henrique Cunha, Stenio Caio de Albuquerque Lima, Paulo da Cunha Cruz, Bina Machado, Ricardo Hall, Sólon Lopes de Oliveira, Honorato Pradell, Milton Doemont, Asdrubal Escobar, Frederico Cristiano Buys, Plínio Cardoso, Mário Chaves Ferreira, Jaime de Almeida. (CHAGAS, 1946, p. 57).

De todos os colegas mencionados na citação, Siqueira Campos era o mais próximo de Eduardo Gomes. De fato, participariam juntos, posteriormente, do episódio histórico da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (CHAGAS, 1946).

Coube a Eduardo Gomes, ainda, no início de 1918, saudar, em nome dos cadetes veteranos, os novos alunos que chegaram à Escola Militar, entre eles Humberto de Alencar

³⁴ A Batalha de Tuiuti ocorreu em 24 de maio de 1866, durante a Guerra do Paraguai, que marcou vários confrontos entre os países latino-americanos. Essa batalha foi a mais violenta de todas, com numerosas mortes.

Castelo Branco (1897-1967) e Artur da Costa e Silva (1899-1969), que se tornariam presidentes da República durante o Regime Militar (DRUMOND, 2011).

Em 30 de dezembro de 1919, Eduardo Gomes foi promovido a 2º tenente, e no dia 5 de janeiro de 1921, a 1º tenente. Com a criação da Escola de Aviação Militar, interessou-se pelo curso de aviador. Porém, antes de ingressar na Escola de Aviação Militar, atendeu a uma convocação para um exercício de adestramento na cidade de Piraquara (PR). Depois, foi nomeado inspetor da Fortaleza de Paranaguá (uma fortificação de 1769), na Ilha do Mel, litoral do Paraná. No começo de 1921 seguiu para Afonsos, onde frequentaria o curso pelo qual se interessara. Em decorrência da miopia diagnosticada nos exames médicos iniciais, Eduardo Gomes não conseguiu tornar-se aviador militar categoria “A”. No entanto, os médicos o consideraram apto para o curso de Observador Aéreo-aviador militar categoria “B”. Em 25 de fevereiro, iniciou o curso e o finalizou em 6 de julho. O diploma de aviador lhe foi entregue pelas mãos do ministro Pandiá Calógeras (DRUMOND, 2011).

Em seguida a esses eventos, Eduardo Gomes realizou estágio no Serviço Geográfico Militar. Depois, concedeu instruções na Esquadilha de Aperfeiçoamento da Aviação do Exército, nos Afonsos, e na 1ª Brigada de Artilharia. Em junho de 1921, encontrou alguns colegas de turma que também haviam feito o curso de Observador Aéreo, como Lysias Rodrigues e Ivo Borges (DRUMOND, 2011). Eduardo Gomes estava entre os integrantes da primeira turma do curso de Observador Aéreo. Obtiveram os diplomas os seguintes oficiais:

Capitão Newton Braga.

Primeiros-Tenentes Eduardo Gomes; Lysias Augusto Rodrigues; Ivo Borges; Amilcar Sérgio Velloso Pederneiras; Gervásio Duncan de Lima Rodrigues; Ajalmar Vieira Mascarenhas; Sylvino Elvídio Bezerra Cavalcante; Plínio Paes Barreto.

Segundo-Tenente Carlos Saldanha da Gama Chevalier. (INCAER, 1990, p. 76).

Em janeiro de 1922, Eduardo Gomes foi enviado ao Rio Grande do Sul como integrante da tropa da 1ª Brigada de Artilharia, para um exercício militar. Pouco tempo depois, nos Afonsos, tornou-se instrutor na 3ª Esquadilha de Observação. Em junho, foi indicado para fazer um curso no Centro de Instrução de Engenharia do Exército (DRUMOND, 2011). Em julho de 1922, participaria da histórica Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Com Siqueira Campos, foi um dos tenentes que sobreviveram após a sublevação. Alguns praças e voluntários também resistiram, fugiram ou foram presos por ocasião desse levante. Foi nesse momento que teve início a trajetória política de Eduardo Gomes, a qual analisaremos adiante.

2.2 A PRIMEIRA REPÚBLICA E O EXÉRCITO

No período que vai de 1889 a 1930, denominado Primeira República, o Brasil vivia, no âmbito político, sob uma espécie de liberalismo oligárquico. Cabe salientar que o termo político é ambíguo e carrega contradições, pois teoricamente, com o advento da República, deveríamos ter um governo dedicado a servir aos interesses públicos ou à vontade da maioria. No entanto, não foi isso que ocorreu: o intervalo do tempo em questão revelou-se muito limitado quanto ao desenvolvimento da democracia e à expansão da cidadania no Brasil. Nesse momento histórico, estava em vigor um sistema político em que uma minoria da população dominava — ou seja, a maior parte da população estava excluída da participação política. Termos como “coronelismo”, “oligarquia” e “política dos governadores” fazem parte do vocabulário político desse momento (RESENDE, 2021).

A implantação do federalismo no lugar do centralismo do Império deu aos estados grandes poderes, que foram compartilhados entre os estados e os municípios, tornando os coronéis cada vez mais fortes em nível municipal, bem como as oligarquias, nos âmbitos estadual e federal. Essa conjuntura favoreceu cada vez mais os interesses individuais, impedindo que os temas “nação” e “cidadania” ganhassem espaço nas agendas políticas. Aliás, a própria Constituição de 1891 deixou de lado um processo mais democrático. A Carta Magna restringia os direitos políticos, como o direito ao voto. Embora houvesse abolido a exigência de propriedade, mantinha a exclusão dos analfabetos. As mulheres também continuaram excluídas da vida política e tinham importância apenas no domínio privado, ficando presas às atividades do lar (RESENDE, 2021).

De acordo com Gomes (2013), até os anos 1930, o Brasil era uma sociedade tradicional e atrasada, ou seja, um país rural, agrário-exportador, com um vasto território a ser explorado. Éramos uma nação dependente da economia internacional, portanto pouco desenvolvida em termos culturais e econômicos. Não tínhamos universidades para formar as elites, nem escolas primárias e secundárias para educar a sociedade. Para a autora:

Modernizar o Brasil significava apostar em transportes, terrestres e marítimos, em meios de comunicação modernos, e em melhor educação, saúde etc. Modernizar o Brasil era, em síntese, conquistar o seu território e organizar o seu povo, entendendo-se que tais “missões” implicavam um trabalho simultâneo, no espaço e no tempo, pois a integração do território significava fazer avançar o povo em séculos, retirando-o de um passado verdadeiramente colonial, para lançá-lo no futuro do mundo urbano-industrial que se apresentava como o presente, isto é, como um projeto factível e viável. (GOMES, 2013, p. 43).

Com relação ao Exército brasileiro, importa destacar que grande parte dos militares, do final do Império e do início da República, eram formados na Escola Militar da Praia Vermelha. Essa escola dava seguimento a formação proporcionada pela Academia Real Militar de 1810, que se dividiu, em 1858, causando a separação da parte de engenharia civil do ensino militar. O ensino da engenharia civil passou para a Escola Central, que foi transformada, em 1874, na Escola Politécnica, sob jurisdição do Ministério do Império. A Escola Militar, com a influência do positivismo, passou a ter as disciplinas de matemática, filosofia e letras. Paradoxalmente, o aprendizado de tais matérias era considerado mais relevante que o das disciplinas militares. Em 1872, com o ingresso de Benjamin Constant como professor na Escola Militar, a ideologia positivista intensificou-se na instituição (CARVALHO, 2006).

De acordo com Carvalho (2006), a Escola Militar produzia bacharéis fardados, que competiam com os bacharéis sem fardas das escolas de Direito. Esses oficiais gostavam de ser chamados de “doutores” no Exército. Assim, segundo o autor, “estava criado o ambiente para a aceitação da idéia do soldado-cidadão que desde a proclamação da República passou a integrar a ideologia das intervenções militares no Brasil” (CARVALHO, 2006, p. 25).

No que diz respeito à noção de soldado-cidadão, Carvalho (2006) afirma que ela foi desenvolvida durante a Questão Militar³⁵ e propagada por jornalistas republicanos, com o objetivo de levar os militares a intervir na política, criando, desse modo, complicações para o governo imperial.

Nesse esforço, salientaram-se Quintino Bocaiúva, redator de *O País*, no Rio de Janeiro, e Júlio de Castilhos, redator de *A Federação*, em Porto Alegre. A expressão foi consagrada no manifesto dirigido por Deodoro e Pelotas, em maio de 1887, ao Parlamento e à nação. Redigido por Rui Barbosa, que mais tarde disso deve ter-se arrependido, o manifesto falava em cidadãos fardados, aos quais não se podia negar o direito de participar da vida política do país. A idéia casava-se muito bem com o positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Benjamin Constant. Eles a adotaram e a usaram para a justificar sua ação a 15 de novembro. (CARVALHO, 2006, p. 38, grifo do autor).

³⁵ De acordo com Castro (1995), a Questão Militar consistiu em uma série de acontecimentos que se iniciaram em agosto de 1886 e se prolongaram até maio de 1887. No entanto, o autor afirma que as informações relativas aos eventos ocorridos sob o nome de Questão Militar não são consensuais. Há autores que vinculam o início desses eventos a episódios isolados e acreditam que tais acontecimentos se deram na primeira metade da década de 1880. Para Castro (1995, p. 97), a Questão Militar foi importante, pois “pela primeira vez na história brasileira, grupos de militares afirmaram publicamente e com força a existência de uma “classe militar” opondo-se a atos do governo”.

O conceito de soldado-cidadão servia para refletir “[...] o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política” (CARVALHO, 2006, p. 38-39). Podemos destacar que o próprio movimento tenentista iniciado em 1922, o qual contou com a participação de Eduardo Gomes, resgatou a ideia de soldado-cidadão, a fim de intervir na política nacional. Contudo, no entender de Carvalho (2006, p. 39), “àquela altura, já não precisavam do apoio da filosofia positivista para sustentar a ideia. Tinham melhor argumento na introdução do sorteio militar”.

Além dos bacharéis de farda, havia, no final do Império, um grupo chamado de “tarimbeiros”, que, segundo Castro (2012), era constituído por oficiais ligados à tropa, com formação unida à vida na caserna e quase nenhuma educação superior. Esses oficiais viviam sua rotina militar de serviço em quartéis de construção precária, com equipamentos ultrapassados. Estavam desatualizados quanto às modernas doutrinas estratégicas, táticas e de instrução. De acordo com Carvalho (2006), os tarimbeiros eram oficiais mais velhos — em sua grande maioria, ex-combatentes da Guerra do Paraguai e sem curso na Escola Militar.

Foi com a união dos dois grupos mencionados que ocorreu a Proclamação da República: “os bacharéis entraram com o poder das idéias, os tarimbeiros com o poder da corporação. Por sobre as divergências prevaleceu o *esprit de corps*” (CARVALHO, 2006, p. 26, grifo do autor).

É importante observar que a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada em 1904, devido à revolta dos militares ocorrida na instituição. O estabelecimento de ensino só voltou a funcionar em 1911, no Realengo, Rio de Janeiro. Nesse intervalo, o ensino militar foi transferido para a Escola de Guerra, em Porto Alegre. Foi nesse momento que Hermes da Fonseca começou a trabalhar para modernizar o Exército. Junto à lei do sorteio, Hermes realizou as manobras militares de 1906; contudo, foi por meio do ministro Rio Branco, com a sugestão deste, que foi efetivada uma medida fundamental para o treinamento dos oficiais: o envio de oficiais jovens para servirem arregimentados no Exército alemão, um dos mais bem organizados na época. Cabe ressaltar que Hermes admirava o sistema alemão. Ele foi até convidado, em 1910, para assistir às grandes manobras dirigidas pelo Kaiser, ocasião em que aproveitou para negociar a vinda da missão alemã. A comissão que viria da Alemanha não chegou ao Brasil, mas três turmas de oficiais buscaram aprender sobre a organização militar daquele país: uma em 1906, outra em 1908 e a última em 1910 (CARVALHO, 2006).

Os membros do último grupo de oficiais reuniram-se na Alemanha antes de voltar ao Brasil e elaboraram um plano para difundir no país os conhecimentos aprendidos. Passaram,

então, a integrar-se na tropa para ensinar os colegas. Esses oficiais ficaram conhecidos como *Jovens Turcos*³⁶. O grupo criou, em 1913, a revista *A Defesa Nacional*, juntamente com alguns oficiais que não haviam ido à Alemanha, mas que tinham o intuito de renovar o Exército brasileiro. A revista tinha teor técnico e se dedicava a traduzir os regulamentos do Exército alemão, difundindo seus esquemas de treinamento, práticas e costumes, bem como a defender as medidas do sorteio, da educação militar, do afastamento da política e da defesa nacional (CARVALHO, 2006).

Com relação ao sorteio militar, defendido pela revista *A Defesa Nacional*, é importante lembrarmos que, em outubro de 1906, foi apresentado pelo deputado Alcindo Guanabara um novo projeto de lei, que estabelecia o recrutamento militar por sorteio no Brasil. Em seu discurso no Congresso, o deputado discorreu sobre a desigualdade do Exército brasileiro, lembrando que, dos 20 mil soldados que possuíamos, havia, em sua maioria, ex-trabalhadores braçais em precárias condições de subsistência. Assim, por meio do sorteio militar, todas as classes representariam o Exército. Na opinião do deputado, a burguesia tinha reservas com relação ao Exército e não queria ver seus filhos no quartel (CASTRO, 2012).

A despeito das dificuldades que a envolviam, a Lei do Sorteio Militar foi aprovada pela Câmara no dia 4 de janeiro de 1908; porém, não seria implantada. A expressiva oposição ao sorteio, nesse momento, partiu do movimento operário. Com o tempo, os defensores da lei experimentaram grandes frustrações, em razão de o Estado brasileiro ser incapaz de instaurá-la. Além disso, existia um grande entrave à punição dos indivíduos que, embora sorteados, não se apresentavam (CASTRO, 2012).

De acordo com Carvalho (2006, p. 22):

A má qualidade dos recursos humanos captados pelo recrutamento marginalizava o Exército e impedia que ele se modernizasse. O sorteio universal era a única solução possível para o problema. A luta por sua introdução continuou na República, facilitada então pelo maior poder político adquirido pela corporação. Mas a oposição também continuou na imprensa, no Congresso e, uma novidade, nas organizações operárias de inspiração anarquista.

Apesar dos muitos obstáculos, a luta pelo sorteio militar não parou e, em 1915, os turcos conseguiram o apoio de Olavo Bilac, que era filho de militar e que realizou uma campanha nos ambientes de aglomeração dos filhos das elites civis, das faculdades de Direito

³⁶ Nome dado aos oficiais turcos que também estagiaram no Exército alemão e que, ao retornarem à Turquia, participaram de um movimento nacionalista e reformista que resultou, em 1923, na Proclamação da República, sob a liderança de Mustafá Kemal.

e de Medicina, especialmente do centro e sul do país. Em 1916, com a criação da Liga da Defesa Nacional, liderada por um grupo de intelectuais — entre eles, Bilac —, ocorreu o primeiro sorteio de acordo com a lei de 1908. Dois anos depois, exigiu-se dos candidatos a cargos públicos a carteira de reservista e foi reorganizada a Confederação de Tiro de Guerra, sob o controle do Exército, com o intuito de integrar os alistados não incorporados. Ademais, aumentou a instrução militar nas escolas secundárias e superiores (CARVALHO, 2006).

Em 1919, a *Defesa Nacional* começou a exigir, para o ingresso no Exército, todo um processo de recrutamento. Verifica-se, assim, uma transformação no meio militar. A Guarda Nacional, em 1918, passou a ser subordinada ao Exército Brasileiro. Mais tarde, foi extinta, o que acabava com a dualidade do serviço militar — um destinado às classes sociais baixas e o outro, às classes altas da sociedade (CARVALHO, 2006). Segundo Carvalho (2006, p. 24):

O Exército podia agora contar com abundante e qualificado material humano, modernizar e sistematizar o treinamento, preparar reserva, promover a educação cívica, como queriam Hermes, os Turcos e Bilac. Podia, finalmente, reduzir a distância que o separava da elite civil. Só então, de posse do monopólio do serviço militar, é que ele começou a se tornar uma organização verdadeiramente nacional.

Carvalho (2006) comenta sobre a existência do soldado profissional, ou a não-intervenção, e a do soldado-corporação, ou a intervenção moderadora. Alguns membros da revista *A Defesa Nacional* divergiam quanto a essas posições. Exemplo da defesa do primeiro modelo era o de Leitão de Carvalho, que sofreu influência do Exército da Alemanha no período no qual realizou estágio na Força Armada desse país e, depois, da Missão Francesa, momento em que defendeu a ideia segundo a qual o Exército nacional deveria dedicar-se à preparação da defesa do país, ficando longe das lutas políticas, pois desviava a atenção e prejudicava a disciplina dos oficiais. Já o modelo de soldado-corporação era o defendido por Bertoldo Klinger, um dos mais importantes Jovens Turcos e líder do grupo da *Defesa Nacional*, que chegou a ser preso por artigos escritos na revista. Ele apoiava a intervenção dos militares na política, mas ao mesmo tempo era a favor da noção do soldado profissional quanto a importância da preparação profissional do Exército. Por outro lado, concordava com a ideia do soldado-cidadão quanto à intervenção do militar na política, embora fosse contra ao modelo de interferência. Como já salientamos, os tenentes retomaram a ideia de soldado-cidadão e defenderam uma intervenção reformista. Klinger sustentava uma intervenção controladora ou moderadora do Exército, a ser orientada pelo Estado-Maior.

A Missão Francesa, que veio ao Brasil em 1920, também se revelou muito importante para o Exército nacional, pois deu continuidade ao trabalho dos Jovens Turcos. Pandiá

Calógeras, ministro da Guerra na época, foi quem contratou a missão. Os Turcos preferiam uma missão alemã; contudo, com a derrota da Alemanha na guerra, acabaram trazendo uma equipe dos vencedores, no caso, a francesa. A missão se encarregou de três cursos diferentes: o de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes, que se tornou permanente; o de Estado-Maior, e o de Revisão de Estado-Maior, destinado a capitães, majores e coronéis, que já tivessem finalizado o curso (CARVALHO, 2006).

De acordo com Carvalho (2006, p. 28), devido à Missão Francesa que “[...] a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica graças à criação de escolas para cada especialidade”.

Foi na formação de bons oficiais do Estado-Maior que a missão exerceu seu maior impacto. Até então, o Estado-Maior, embora criado na última década do século XIX, não exercera sua verdadeira função de formulador da política de defesa nacional. Na verdade, não existiam planos nacionais de defesa. Havia apenas a preocupação com a proteção das fronteiras do Sul e Sudoeste, dentro de um conceito estreito de segurança. A nova visão de defesa nacional de que fazia parte a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos só começara a circular no Brasil após a volta dos Jovens Turcos. Foi a Missão Francesa que tornou possível o início da implementação da nova doutrina graças à formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do órgão. (CARVALHO, 2006, p. 28-29).

Considerando esse contexto, é importante refletirmos sobre a Escola Militar de Realengo, onde Eduardo Gomes estudou. Para Svartman (2012), a Escola Militar, instalada em 1911, no Realengo, num distante subúrbio do Rio de Janeiro, tinha o objetivo de reformar o ensino militar, para que os oficiais não se tornassem politicamente engajados, como seus antecessores, que haviam sido formados na Escola Militar da Praia Vermelha e participaram do processo de inauguração da República e da Revolta da Vacina. No entanto, a geração dos oficiais formados pela Escola Militar do Realengo, a qual funcionou até 1944, não deixou de lado a participação na vida política. Lá surgiram os oficiais que se envolveram nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, bem como na Revolução de 1930 ou na Revolta Comunista de 1935. Segundo Svartman (2012, p. 282), “alguns desses militares desenvolveram longas carreiras políticas paralelas às suas carreiras militares de modo que, contrariando as expectativas dos reformadores do ensino, formou-se no Realengo uma geração de oficiais altamente politizada”.

Svartman (2012) afirma que, na Escola Militar do Realengo, ao mesmo tempo em que os oficiais adquiriam os saberes militares e construía uma identidade profissional diferente daquela das gerações anteriores — nem doutores, nem tarimbeiros —, crescia entre eles a

ideia de que os cadetes e futuros oficiais do Exército deveriam ter, como objetivo central, cumprir uma missão transformadora no Brasil.

Os militares que estudavam na Escola Militar do Realengo

[...] acreditavam ser o Exército a própria encarnação da nação brasileira, e a jovem oficialidade, os únicos e verdadeiros defensores da nação. Em sua formação, desenvolveu-se uma disposição a pensar e agir que se via como um grupo excepcionalmente qualificado e moralmente superior cujo compromisso com a ‘Nação’, enquanto militares, ia muito além da estrita obediência ao Estado, e os conclamava a uma missão regeneradora do país. (SVARTMAN, 2012, p. 294).

O associativismo dos cadetes na Escola Militar do Realengo era grande, pois, além da Sociedade Atlética, existia a Sociedade Acadêmica, que tinha o costume de publicar periódicos. Além disso, muitos cadetes moravam em repúblicas estudantis perto do estabelecimento de ensino. Todavia, Eduardo Gomes, Siqueira Campos e Luís Carlos Prestes tinham um espaço fora da escola, no qual discutiam políticas e questões sobre a Primeira Guerra Mundial, que chamava a atenção de todos. As leituras feitas por eles foram fundamentais para a politização de tais oficiais (SVARTMAN, 2012). Segundo o autor “esses militares eram uma espécie de ‘guardiões da República’, de que era necessária uma moralização dos costumes políticos no Brasil e de que tal não se daria por meio das instituições então vigentes” (SVARTMAN, 2012, p. 298).

2.3 A DÉCADA DE 1920 E OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS

Durante a década de 1920, o Brasil passou por uma série de processos políticos, sociais, culturais e econômicos complexos, os quais abalariam todo o desenvolvimento político da Primeira República.

Em relação à questão econômica, o decênio de 1920 caracterizou-se por altos e baixos. Nos primeiros anos, a queda dos preços internacionais do café prejudicou a economia brasileira, provocando aumento da inflação e crise fiscal. Apesar disso, houve uma expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele relacionadas. Após as dificuldades iniciais, houve crescimento econômico significativo, que se manteve até a Grande Depressão (FERREIRA; SÁ PINTO, 2021).

O ano de 1922 produziu vários eventos que modificaram o cenário político e cultural brasileiro. Assim, ao menos quatro acontecimentos foram importantes nesse ano e anunciaram as mudanças que estavam por acontecer: a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), a

Semana da Arte Moderna, a criação do Centro Dom Vital e os movimentos tenentistas que ocorreriam no Rio de Janeiro e em Mato Grosso (PRESTES, 1997).

De acordo com Prestes (1997), o surgimento do PCB apontava o esgotamento das ideias anarco-sindicalistas que entusiasmavam o movimento operário do Brasil, bem como da tentativa de novos caminhos para a sua organização e da influência da Revolução Russa sobre a intelectualidade progressista e operária.

Por sua vez, a Semana da Arte Moderna representaria um questionamento dos padrões culturais e artísticos postos em prática pelos setores sociais dominantes (PRESTES, 1997).

Já o Centro Dom Vital

refletia a rearticulação que se iniciava por parte da Igreja Católica, tendo em vista deter a agitação social e manter o controle da situação nacional nas mãos da classe dominante. Era uma reação aos perigos de possíveis convulsões sociais, em que a apologia da *ordem* desempenhava um papel central. A reação católica levantava a cabeça. (PRESTES, 1997, p. 70).

Diante desse contexto, não havia um processo democrático de fato: tal sistema não era representativo, pois não havia eleições. De acordo com Franco (1955, p. 1050), “o que existia era um processo complexo e irregular de cooptação”. Para o autor, o Brasil não estava preparado para uma democracia representativa.

Na opinião de Prestes (1997), os movimentos sociais e grupos políticos não se achavam preparados para transformar o sistema político que estava em vigor. A classe operária, embora em crescimento, existia apenas em alguns centros urbanos de relevo. No início dos anos 1920, enfrentava grandes problemas, derivados dos golpes infligidos pelo governo. A crise do anarquismo e de sua orientação também criava empecilhos à existência de uma força política independente representada pelo movimento operário. Ao mesmo tempo, os comunistas eram muito perseguidos e não reuniam condições de combater o sistema político da época.

No entanto, como destacam Gomes e Abreu (2009), ideólogos autoritários da década de 1920 e 1930 mascararam a verdadeira realidade da Primeira República no que dizia respeito à participação popular nas questões políticas. Tais ideólogos viam uma ligação das intenções dos revolucionários de 1930 com o Estado Novo, que seria um desdobramento normal da revolução. Por esse motivo, a Primeira República passou a ser vista como “velha”, fracassada — imagem criada pelas elites vencedoras do pós-1930 —, principalmente com a implantação do Estado Novo. A Primeira República passou a ser desqualificada de várias maneiras, como: oligárquica, liberal, fraca, enfim, afastada do povo brasileiro. A intenção foi

negar várias experiências que ocorreram nesse período, relativas a mobilizações e organizações coletivas, bem como de indivíduos que lutaram por seus interesses.

Conforme Gomes e Abreu (2009, p. 4):

[...] marginalizava-se, nunca ingenuamente, todo um conjunto de vivências, envolvendo diferenciados grupos sociais, que demandavam políticas às autoridades públicas, propondo e implementando uma série de iniciativas através de suas formas de associativismo, fossem elas na área da educação, da saúde, da política econômica, da regulamentação do mercado de trabalho e da expressão cultural, entre outras. Um processo de escolhas do que lembrar e do que esquecer que é obra política articulada desde os anos de 1920, mas que permanece tendo vigência na historiografia e no ensino de história sobre a Primeira República.

O que se tem, portanto, é uma forte tendência, formulada pela elite vitoriosa dos anos de 1930 e ainda recorrente na historiografia e no ensino de História sobre a Primeira República, à depreciação da população brasileira nesse período, isto é, no sentido de que ela não reunia condições de participar ativamente da política nacional e lutar por seus direitos.

No que diz respeito às oligarquias de oposição, esses setores, em razão da derrota sofrida na eleição presidencial de 1922, não queriam recorrer à luta armada contra os governos de Epiácio Pessoa e de Artur Bernardes, preferindo manter uma posição prudente e o diálogo com a oposição (PRESTES, 1997).

Cabe ressaltar que, na disputa pela sucessão de Epiácio Pessoa na Presidência da República, as oligarquias dissidentes formaram um movimento político de oposição, denominado de Reação Republicana. Essas oligarquias eram provenientes dos estados de menor notoriedade na década de 1920: Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Esse movimento político acabou lançando as candidaturas de Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra contra as dos candidatos oficiais dos grupos dominantes — Artur Bernardes e Urbanos Santos —, que tinham o respaldo de Minas Gerais, São Paulo e alguns outros pequenos estados.

Nilo Peçanha fez de tudo para impedir que Hermes da Fonseca se candidatasse e, ao mesmo tempo, conseguiu o apoio da maioria dos militares para a Reação Republicana. O episódio das “cartas falsas”³⁷ cumpriu seu objetivo: o de impelir as Forças Armadas contra a candidatura de Bernardes. Os militares, observando que o marechal Hermes da Fonseca não

³⁷ Atribuídas a Artur Bernardes, foram cartas publicadas em 1921, no jornal *Correio da Manhã*, nas quais eram ofendidos os militares e Nilo Peçanha. Provocaram escândalo, e isso levou os militares a se opor ainda mais contra Bernardes, que se elegeu mesmo assim, em 1922. Em seu governo (1922-1926), no entanto, o presidente eleito teve de enfrentar o movimento tenentista (ABREU, c2016).

se candidataria, passaram a apoiar a Reação Republicana, como única alternativa eleitoral contra a situação (PRESTES, 1993).

Estava lançada a sorte da candidatura oficial. A chapa Artur Bernardes-Urbano dos Santos não poderia mais contar com as simpatias nem dos militares nem das populações urbanas, profundamente comovidas pela agressão supostamente perpetrada contra as Forças Armadas, vistas como vítimas da truculência governamental, da “politicagem” e do “bacharelismo” instalados no poder pelos políticos corrompidos e incapazes de cumprir os compromissos assumidos nos pleitos eleitorais. Para essas populações, os militares iriam aparecer, cada vez mais, como os “salvadores” da República e dos ideais proclamadas em 1889, abandonados e traídos pelos políticos. (PRESTES, 1993, p. 63).

Conforme já observamos, dificuldades impediam que movimentos sociais pudessem lutar com mais forças para modificar o sistema político vigente. No entender de Prestes (1997), a população rural, por exemplo, que representava a maioria da nação, estava sob o controle dos coronéis. Esse setor da sociedade brasileira vivia isoladamente, sem nenhuma participação de destaque na vida política nacional, seguindo à risca o voto do cabresto, a mando dos chefes políticos locais. Por sua vez, a burguesia industrial estava em crescimento, possuía interesses próprios, mas estava ligada aos setores oligárquicos, razão pela qual não conseguia assumir uma postura independente. Já as camadas médias urbanas, mais numerosas e diversificadas, em termos ideológicos, dependiam da classe dominante, e eram, assim, incapazes de formular um projeto próprio. Contudo, a ideia defendida por Prestes não deve ser considerada inquestionável, pois, como analisamos, apesar das dificuldades, durante a Primeira República, a população brasileira não era de todo ingênua e, em muitos momentos, lutou por seus interesses e por uma participação mais ativa na política. Todavia, sobretudo com os ideólogos do Estado Novo, houve uma tentativa de silenciamento da população nacional, principalmente da década de 1920, e não se levou em conta sua ação política.

Em face desse cenário, com todas as fragilidades que a República oligárquica apresentava, bem como o episódio das “cartas falsas” e da Reação Republicana, o estopim de uma sublevação viria a ocorrer em junho de 1922, quando o governo federal interveio na eleição estadual de Pernambuco, movimento duramente criticado por Hermes da Fonseca. O presidente da República, Epitácio Pessoa, ordenou que prendessem Hermes e que fechassem o Clube Militar, em 2 de julho de 1922. Em virtude desses acontecimentos, os tenentes se encorajaram para mostrar sua insatisfação e organizaram um levante no dia 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro.

Desse modo, o tenentismo passou a se posicionar à frente do processo revolucionário, principalmente devido à dificuldade de encontrar uma liderança civil disposta a lutar contra o sistema político vigente. Segundo Franco (1955), o setor revolucionário do Exército, incapaz de agir por meio do voto, agiu pelas armas, transformando-se em uma espécie de partido político renovador.

Importa salientar, como o faz Prestes (1997), que os tenentes agregaram diversas condições que fizeram com que pudessem colocar-se como vanguarda política da luta contra a oligarquia dominante e seus aliados. Eles possuíam armas e estavam organizados pelo Exército — uma instituição de carácter nacional —, o que contribuía para o estabelecimento de contatos pelo Brasil. Os tenentes também eram a maioria dentro do Exército e possuíam nível cultural acima da média no país. Esses fatores colaboraram para que assumissem a liderança das massas urbanas. Além disso, a juventude que os caracterizava ajudava a manter firme a disposição a participar de uma revolta, o que, na opinião desses militares, seria a única solução para resolver os problemas políticos pelos quais o país passava.

Segundo Prestes (1993), os integrantes do tenentismo faziam parte da sociedade e, por isso, eram influenciados por seus aspectos políticos e ideológicos. Para a estudiosa:

Embora a educação e a formação recebidas na caserna e nas academias militares desempenhem um papel de relevo em sua atividade profissional e política, os membros das Forças Armadas também são cidadãos brasileiros, oriundos de determinadas classes e camadas sociais e, ao lado disso, homens de seu tempo, que possuem ligações e mantêm diferentes formas de relacionamento com os mais diversos setores sociais e políticos e com o próprio poder estatal. (PRESTES, 1993, p. 15).

Nesse sentido, Prestes (1993) destaca que, em seu cotidiano, os militares, da mesma maneira que outros cidadãos, refletem em seu comportamento os conflitos e problemas que ocorrem na vida social e política da nação. Eles compõem uma camada social que faz parte dos embates da luta de classes que se processam no país, em diversos momentos históricos. O tenentismo, nos anos 1920, não conseguiu atrair oficiais de altas patentes do Exército e da Marinha, mas reuniu os segmentos da baixa oficialidade militar, além de ter obtido o apoio de setores das oligarquias dissidentes, das camadas médias urbanas, da classe operária e da opinião pública nacional, por meio da imprensa de oposição e do Congresso Nacional.

A historiografia referente ao tenentismo, divide-se em três correntes principais. A primeira associa o comportamento político dos tenentes a sua origem social. O tenentismo constituiria um movimento porta-voz das chamadas classes médias urbanas ou pequena

burguesia urbana. O pioneiro dessa interpretação foi Santa Rosa (1976), que publicou obra sobre o tema em 1933.

Autores que também trabalharam com essa abordagem classista foram Sodré (2010), Carone (1975) e Basbaum (1981), entre outros. Basicamente, para esses estudiosos, “o tenentismo seria a expressão da revolta da pequena burguesia urbana contra as oligarquias” (PRESTES, 1997, p. 29).

A segunda corrente enfatiza os aspectos organizacionais do tenentismo. Destaca que o movimento é resultado das características da instituição militar à qual pertenciam seus integrantes, que defendiam os interesses de sua corporação. Alguns dos pesquisadores que integram essa vertente são: Fausto (1997), Coelho (2000), Carvalho (2006) e Drummond (1986).

A terceira tendência faz uma análise mais totalizante do tenentismo, diferente das realizadas pela primeira e pela segunda vertentes historiográficas. Podemos citar, como exemplos dessa última tendência, Côrrea (1976), que considera, fundamentalmente, que o tenentismo deve ser analisado de forma a levar em conta sua ligação com as camadas médias urbanas, bem como à sua organização militar. Forjaz (1977) segue tal raciocínio, e Prestes (1997) também realiza uma análise globalizante do tenentismo. Para ela,

os ‘tenentes’ eram parte de uma corporação militar com interesses próprios, mas essa instituição não estava afastada da sociedade e dos seus problemas por uma muralha chinesa; ao contrário, os militares não só provinham, em sua maioria, dos setores médios dessa sociedade, como mantinham estreito contato com as populações civis, com a vida nacional. É nesse complexo emaranhado de relações sociais que devem ser compreendidas as suas posições e atitudes, o seu comportamento político. (PRESTES, 1997, p. 73).

Em decorrência dos fatores que expusemos nesta parte do trabalho e, principalmente, dos acontecimentos da década de 1920, é que surgiram os movimentos tenentistas de 1922, no Rio de Janeiro e, de 1924, em São Paulo. Adiante, trataremos desses movimentos, os quais contaram com a importante participação de Eduardo Gomes.

2.4 A REVOLTA DOS 18 DO FORTE DE COPACABANA

A organização para o movimento conhecido como Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, iniciada em 5 de julho de 1922 e encerrada no dia 6 do mesmo mês, no Rio de Janeiro, vinha sendo feita com antecedência pelos tenentes, por meio da preparação de

trincheiras, de uma rede de arames farpados e de outras estratégias e utensílios que seriam utilizados pelos militares (NORONHA, 1924).

Em 3 de julho, Hermes da Fonseca, preso devido ao episódio rebelde de Pernambuco, foi posto em liberdade. Em sua residência havia recebido a solidariedade de militares e políticos. Durante o período da tarde, Eduardo Gomes, que contava com 25 anos de idade e na época era 1º Tenente de Artilharia, pertencente à 3ª esquadrilha de observação, a pedido de Siqueira Campos e do capitão Euclides Hermes (filho do marechal), informou o ex-presidente sobre a revolta que iria ocorrer no Forte. Em um primeiro momento, o marechal Hermes opôs-se à manifestação; contudo, ao saber que a rebelião não seria cancelada, propôs-se a ir ao Palácio do Catete, com o intuito de sair da Vila Militar com uma tropa armada e de depor o então presidente Epiácio Pessoa (SILVA, 1964).

Em entrevista concedida ao jornal *Correio da Manhã*³⁸ do dia 21 de agosto de 1945, o coronel Euclides Hermes da Fonseca, que havia comandado a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, recapitula os acontecimentos daquele episódio, bem como a participação de Eduardo Gomes no início do movimento. Na tarde de 4 de julho de 1922, Eduardo Gomes, já com a intenção de participar do levante, apresentou-se ao coronel. O tenente, que era artilheiro, teria pedido permissão para examinar um canhão Schneider no pátio interno do Forte, a fim de verificar seu funcionamento. À noite, teria utilizado uma lanterna de bolso para continuar avaliando a arma com a qual iria lutar. Por volta das sete e meia da noite, foi até ao comandante e afirmou que já sabia manobrar o canhão (EDUARDO..., 1945).

Segundo Euclides Hermes da Fonseca:

Eduardo Gomes me apareceu no Forte de Copacabana naquela tarde de 4 de julho e o que eu senti logo nêlo foi o que ficaria provado depois: absoluta indiferença ao perigo, coragem fria, — diferente de Siqueira Campos, que era bravura exaltada — profundo senso de responsabilidade, ao lado de uma modestia, que chega a ser obstinada. Notei sua reflexão tranquila e severa, sua ponderação, que podia dar a idéia de ser um homem sem nervos, quando a verdade é que se trata de um homem que pensa mais nos outros do que em si, que se orienta sempre no sentido de regular a própria atitude de modo a beneficiar os seus concidadãos e não a si mesmo. Êle regula as atitudes, com segurança e patriotismo como regulou seus magníficos tiros

³⁸ O jornal *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt, e extinto em 8 de julho de 1974. Carioca e de circulação diária e matutina, constituiu um dos principais órgãos da imprensa. Dizia-se alinhado com as causas dos menos favorecidos da sociedade. No período dos movimentos tenentistas da década de 1920, foi antibernardista e um dos poucos jornais a apoiar os tenentes. Em agosto de 1924, chegou a ter sua circulação suspensa, pois estaria imprimindo, em suas oficinas, o folheto clandestino denominado de *Cinco de Julho*, o qual continha propostas tenentistas (LEAL, c2009).

naquele dia 5 de julho: sem desperdício, sem exibição alguma, atingindo os objectivos necessários. (EDUARDO..., 1945, p. 1).

Na noite do dia 4 de julho de 1922, o governo, presentindo algo errado no Forte de Copacabana, resolveu substituir o capitão Euclides, comandante da fortificação, por seu colega de posto, o capitão José da Silva Barbosa. Além disso, o general Bonifácio da Costa, que era comandante do 1º Distrito de Costa, resolveu acompanhar o capitão Barbosa na ida ao Forte, a fim de cumprir a missão. Chegando lá, constataram o clima de guerra no local e acabaram sendo presos pelo capitão Euclides. Siqueira Campos, com um revólver em punho, reforçou a autoridade de seu comandante (CHAGAS, 1946).

Nesse momento, também se rebelou o Forte do Vigia, cujos militares armados se reuniram aos do Forte de Copacabana. Por volta de uma hora da madrugada de 5 de julho, os canhões da fortificação de Copacabana deram o sinal combinado e dispararam contra a Ilha de Cotunduba — era o começo da revolta. Durante esse dia, o Forte bombardeou vários alvos militares. Da cúpula de 190 m de altura diversos disparos foram dados contra o Forte do Vigia, o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, o Arsenal de Marinha e o Quartel-General, tendo este último sido atingido pelo capitão Euclides. Ao mesmo tempo, Eduardo Gomes, utilizando o Schneider, teve a missão de interditar os dois túneis de Copacabana (CHAGAS, 1946).

Em um documento datado do dia 21 de julho de 1922, localizado no arquivo de Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti, no CPDOC — Rio de Janeiro, encontramos uma entrevista do comandante do Exército na época, o coronel Francisco Severiano Ribeiro. Por meio desse documento, sabemos como ocorreu o combate entre os revolucionários e a tropa legalista na manhã de 5 de julho, por volta das 10 horas.

Nesse horário, uma granada explodiu no pátio do Quartel-General. Os estilhaços mataram 2 praças e feriram outros 6, todos da 6ª Companhia (A SUBLEVAÇÃO..., 1922). O capitão Pedro Chrysol Fernandes Brasil, que comandava o 2º Batalhão do 3º Regimento, faz um relato diferente a respeito do episódio. Segundo ele, no mesmo dia e no mesmo horário, o Quartel-General foi atingido por dois projéteis de grande calibre, o que causou 2 mortes e ferimentos em 8 pessoas, não em 6, conforme a narrativa feita pelo coronel Ribeiro (A MISSÃO..., 1922).

À tarde, o Forte de Copacabana recusou-se a atender à ordem de rendição dada pelo governo e foi canhoneado pela Fortaleza de Santa Cruz (CHAGAS, 1946). Nesse momento, segundo o capitão Euclides, Eduardo Gomes continuava próximo de seu canhão, quando foi

necessária uma ordem mais enérgica para que ele deixasse a arma e procurasse proteção no interior do quartel (EDUARDO..., 1945).

O movimento rebelde no Forte de Copacabana já estava enfraquecido quando, às duas horas da madrugada do dia 6, o capitão Euclides recebeu do Ministério da Guerra um novo telefonema, cujo objetivo era convencer os revoltosos a se renderem, uma vez que o governo já vinha debelando o conflito. Euclides reuniu os militares e transmitiu-lhes as informações pertinentes, destacando que tinham honrado seus compromissos e ultrapassado os limites da missão que lhes fora incumbida. O capitão teria dito que o movimento fracassara e que quem quisesse deixá-lo poderia fazê-lo. Havia a esperança de que, lá fora, os militares reanimassem a insurreição, pois poderiam restabelecer vínculos com outras unidades (CHAGAS, 1946).

Na manhã do dia 6, a guarnição do Forte de Copacabana contava com vinte e oito homens. Destes, cinco oficiais permaneceram decididos a resistir até o fim do conflito: o capitão Euclides Hermes da Fonseca, os tenentes Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Mário Carpenter e Newton Prado (CHAGAS, 1946).

Os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* e um *destroyer* tentaram bombardear o Forte de Copacabana. A fortificação teria tentado responder ao ataque com os canhões de 350m/m, porém um mecânico havia sabotado as peças de artilharia no meio da noite, o que as emperrou. Siqueira Campos, com o auxílio de Mário Carpenter e Newton Prado, entrou em combate com a cúpula de 190m/m, a fim de atingir o Quartel-General e a Ilha das Cobras. Eduardo Gomes disparou da torre seis, que estava sob seu comando, com o objetivo de barrar os túneis de Copacabana. Às dez horas da manhã, aproximadamente, o governo pediu para dialogar com os rebeldes, na esperança de obter uma rendição dos amotinados. Hasteada a bandeira branca, os oficiais do Forte de Copacabana foram dispostos em pontos específicos, com Eduardo Gomes e o capitão Euclides junto ao portão do quartel de combate. Contudo, quando o tenente Newton Prado iria receber os emissários, alguns aviões da Marinha sobrevoaram o Forte e o bombardearam (CHAGAS, 1946).

Após o episódio, o capitão Euclides, por telefone, manifestou seu protesto contra as tropas legalistas ligadas ao ataque sofrido no Forte. Então, marcou novo encontro, fora da fortaleza bombardeada, com os representantes do governo. Os revolucionários reuniram-se para discutir o assunto e Siqueira Campos sugeriu três condições que seriam aceitas: garantia de vida para todos os envolvidos no conflito; demissão do Exército e, por fim, a passagem livre para o estrangeiro. Assim decidido, de comum acordo, Euclides foi escolhido para atuar

como emissário do recado, deixando o comando do Forte para Siqueira Campos (CHAGAS, 1946).

Chegando ao Palácio do Catete, o capitão Euclides foi preso, e Epiácio Pessoa recusou-se a dialogar com os rebelados. Após a prisão, Euclides recebeu ordem para obrigar os componentes da guarnição do Forte de Copacabana a se render, pois não havia negociação. Euclides comunicou aos revoltosos o ocorrido e os deixou decidirem os próximos passos a serem dados (CHAGAS, 1946).

A ideia de os tenentes saírem a pé do Forte de Copacabana para lutar contra as tropas legalistas, nos momentos finais do movimento — que ficaria conhecido como os 18 do Forte —, segundo o capitão Euclides, teria sido de Eduardo Gomes. É o que indica a seguinte passagem:

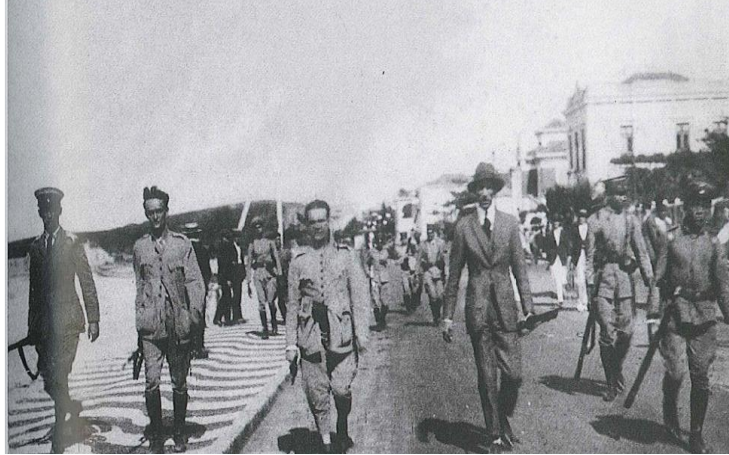
Atribuo a Eduardo Gomes a idéia dos 18 do Forte. Acredito que Siqueira Campos teria preferido reagir dentro do Forte, para vingar a traição de que tínhamos sido vítimas. Conhecia o seu temperamento, tanto como conheço o de Eduardo. Se isso se desse, iríamos causar grande prejuízo á população e disparar contra a cidade, sem alcançar o nosso objetivo, o Catete, onde eu fôra feito prisioneiro. Aos tiros contra o Catete se opunha o morro da Babilonia. Eduardo por isso sugeriu que a luta se travasse do lado de fóra, empenhando-se diretamente com as fôrças governistas, a fim de abrir caminho para ir ao meu encontro, que fôra o emissário dêles e era seu comandante. A sua idéia tinha como fundamento um gesto de lealdade para comigo. (EDUARDO..., 1945, p. 1).

De fato, é possível que essa ideia tenha partido de Eduardo Gomes. De acordo com Carneiro (1966), Siqueira Campos queria atirar contra os objetivos militares da cidade até a munição acabar; depois, fecharia o portão do Forte e atearia fogo à pólvora ali disponível, explodindo a fortaleza. Tal intenção, segundo o autor, teve a oposição de Eduardo Gomes, para quem o bombardeio dos alvos militares não impediria que a cidade fosse afetada, causando grandes danos à população. Ele teria sugerido aos rebeldes a saída do Forte, a fim de combaterem as forças legalistas, corpo a corpo, na rua.

De acordo com Chagas (1946), antes de os revoltosos deixarem o Forte e lutarem contra as tropas legalistas, Siqueira Campos tomou uma bandeira do Brasil, cortou-a em vinte e oito pedaços e distribuiu-os a cada combatente, guardando consigo a porção que seria destinada ao capitão Euclides. Os rebelados, então, saíram do Forte armados com fuzis e pistolas. Encontraram, no caminho, o civil Octavio Corrêa. Como já dito anteriormente, Corrêa conhecia os tenentes, os quais, em momentos anteriores à Revolta do Forte, havia ajudado numa missão. Após perguntar aos revolucionários aonde iam, Côrrea juntou-se a eles no conflito final. Newton Prado manteve a pistola que carregava e entregou ao civil um fuzil.

Durante a caminhada histórica pela Avenida Atlântica, Siqueira Campos portava sua pistola, enquanto Eduardo Gomes e outros revoltosos levavam fuzis nas mãos. Estavam decididos a morrer lutando (DRUMOND, 2011).

Figura 3 — Foto histórica tirada por Zenóbio Couto, a qual retrata a marcha dos revolucionários nos momentos finais da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 1922.



Fonte: Doria (2016).³⁹

Ao chegarem próximo do antigo Hotel Londres, na esquina com Santa Clara, os insurgentes pararam para beber água, e populares se aproximaram deles, curiosos para saber o que estava acontecendo. Enquanto isso, parte das tropas legalistas vinham pela rua Barroso, atual Siqueira Campos (DRUMOND, 2011).

Ao analisarmos um documento, datado de 25 de julho de 1922, também encontrado no arquivo de Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti, localizado no CPDOC, no Rio de Janeiro, pudemos compreender como se deu o encontro dos revolucionários com o Exército legalista. O documento contém uma entrevista do capitão Pedro Crysol Fernandes Brasil, que comandou o 2º Batalhão do 3º Regimento no combate do dia 6 de julho de 1922. De acordo com o capitão Brasil, quando os rebeldes chegaram à esquina da Rua Barroso (atual Siqueira Campos), onde se encontravam o pelotão do tenente Segadas, este ficou surpreso com o fato de os rebeldes não terem sido hostilizados até aquele momento. Dessa forma, pegou seu revólver e dirigiu algumas palavras aos tenentes Siqueira Campos e Mário Carpenter, que vinham na frente. Ao mesmo tempo, esses apontaram para Segadas suas pistolas e ordenaram-lhe que se preparasse para atirar sobre eles, pois tinham vindo lutar (A MISSÃO..., 1922).

³⁹ Na fotografia, da esquerda para a direita, aparecem os tenentes Eduardo Gomes, Mário Carpenter, Newton Prado, além do civil Octavio Corrêa, que trajava um terno.

Após o episódio relatado no parágrafo anterior, os revolucionários continuaram sua marcha sem realizar qualquer ameaça. O capitão Brasil, que se encontrava na esquina da Rua Hilário de Gouveia, não escutou o que diziam os rebelados e percebeu a atitude pacífica dos tenentes. Resolveu, então, enfrentá-los sozinho, pelo meio da Avenida Atlântica, entre as ruas Barroso e Hilário de Gouveia, com o objetivo de forçar os rebeldes a se entregarem. No entanto, vinha na frente, de pistola em punho, o 2º tenente Mário Carpenter, que tinha sido aluno do capitão Brasil no Colégio Militar. Ele dirigiu-se a Brasil e o abraçou (A MISSÃO..., 1922). Houve, então, os seguintes diálogos, iniciado com Mário Carpenter:

- Nós não viemos para nos entregar!

Tomou-lhe, então, a frente, apontando-me uma pistola ao peito, o 1º tenente Siqueira Campos, dizendo-me:

- Capitão! Nós não estamos aqui para nos entregar! Vocês não nos foram atacar no Forte e como estamos resolvidos a morrer lutando, abandonamos a nossa posição para atacá-los onde estivessem. Retire-se capitão, senão o matarei!

Notei então que os seus companheiros abriam alas e que alguns apontavam fuzis e pistolas, exaltando-se ao mesmo tempo. Atravessei pelo meio deles aparentando uma calma que não sentia e tendo chegado à rua Barroso, onde se achava o tenente Segadas em posição de esquina, gritei:

- Segadas, fogo nesse pessoal! Fogo! (A MISSÃO..., 1922, p. 5).

O que aconteceu depois foi um intenso tiroteio entre as duas partes. Os rebeldes, num dado momento, precisaram recuar até à praia, onde se entrincheiraram atrás de vários montes de areia das obras de construção localizadas entre as ruas Barroso e Hilário de Gouveia. Outros insurgentes, na maioria civis, se esconderam nos jardins e muros das casas próximas (A MISSÃO..., 1922).

Segundo o coronel Ribeiro, a troca de tiros entre os rebelados e os pelotões do 1º tenente Gilberto, 2º tenente Segadas, Michelena, Prado, Benjamin e Adauto, que representavam o Exército legalista, aconteceu às 14 horas do dia 6 de julho. Foram feridos, no começo do combate, 5 soldados do coronel Ribeiro (A SUBLEVAÇÃO..., 1922).

De acordo com Juracy Magalhães, foi uma luta desigual, pois os revolucionários, constituídos por cerca de dezoito homens, estavam cercados pelas tropas do governo, as quais possuíam “[...] um esquadrão de Cavalaria, um batalhão do 3º Regimento de Infantaria, mais duas companhias, um Batalhão de Caçadores, uma bateria de Montanha e uma bateria de Marinha” (GUEIROS, 1996, p. 62). Ao mesmo tempo, as forças terrestres contavam com a ajuda dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, além de quatro navios menores, auxiliados por esquadrilhas de aviões. Também se juntaram às tropas legalistas, a 9ª Companhia do Regimento de Infantaria e outras forças do 3º Regimento (GUEIROS, 1996).

Conforme Drumond (2011), no momento do tiroteio entre as tropas legalistas e os insurgentes, um veículo da Brasília Filmes — cujos ocupantes queriam filmar o combate —, posicionou-se no meio da fuzilaria. O motorista foi atingido e bateu o carro num poste; nesse momento, um dos ocupantes do veículo exibiu um lenço branco pela janela. No final do conflito, o motorista havia morrido; o dono da Brasília Filmes, Salvador Aragão, ficou ferido, em razão da batida do carro contra o poste; o cinegrafista, chamado Giuseppe Palaia, teve o braço esquerdo machucado, também em decorrência na colisão, e o auxiliar Adalberto Matos foi atingido no olho direito por uma bala perdida.

Quanto aos revolucionários, encontravam-se entrincheirados quando o embate chegava a seu final. A ordem para o último ataque contra eles foi dada pelo coronel Tertuliano Potiguara, um dos comandantes da tropa legalista. Com as baionetas armadas, os soldados legalistas avançaram contra os insurgentes. O coronel Nepomuceno da Costa, que tinha sido comandante de Eduardo Gomes em Curitiba, apoiado pela 9ª Companhia do Regimento de Infantaria e pelo 3º Regimento de Infantaria, ordenou fogo intensificado. O soldado Pedro Ferreira de Melo, que fazia parte dos insurretos, morreu na hora. Dentre os principais revolucionários, o civil Octavio Corrêa, levou um tiro no peito, vindo a falecer, Mário Carpenter também morreu no local. Newton Prado arrastou-se pela areia da praia, buscando proteção; porém, acabou atingido no abdômen por vários golpes de baioneta desferidos por um sargento do Exército. Siqueira Campos, que já estava ferido no antebraço esquerdo, continuava resistindo, mas o sargento Lindolfo Godinho, da polícia, desfechou-lhe um golpe de baioneta no abdômen. Para defender-se, Siqueira Campos disparou um tiro na testa do sargento, que morreu instantaneamente. Eduardo Gomes havia sido derrubado por um tiro de fuzil que o atingira no fêmur esquerdo. Newton Prado conseguiu derrubar um soldado legalista. No entanto, já desarmados, Prado e Siqueira Campos foram capturados por militares do 3º Regimento de Infantaria. Ambos escaparam da morte por estrangulamento graças a uma ordem dada pelo coronel Potiguara (DRUMOND, 2011).

Dos cerca de trezentos sublevados que participaram da insurreição em sua primeira fase, dentro do Forte de Copacabana, vinte e oito, de acordo com Silva (1964), assumiram o compromisso de lutar fora da fortaleza. Eles tiveram seus nomes gravados com um prego no muro da fortificação. Eram estes:

Oficiais:

1.º tenente	Antônio de Siqueira Campos
“ “	Eduardo Gomes

2.º “ Intendente Nilton Prado
 “ “ Mário Tamarindo Carpenter
 1º mecânico
 eletricista: José Pinto de Oliveira
 Auxiliar de
 mecânico: Artur Pereira da Silva
 Cabo: Raimundo de Lima Cruz
 Soldados: Manoel Antônio dos Reis
 Benedito José do Nascimento
 Antônio Camilo de Freitas
 José Rodrigues da Silva
 José Joaquim da Costa
 José Olímpio de Oliveira
 Manoel Ananias dos Santos
 Heitor Ventura da Silva
 Pedro Ferreira de Melo
 Marcelo Miranda
 José Rodrigues Marmeleiro
 Hildebrando da Silva Nunes
 Francisco Ribeiro de Freitas
 Rosendo Cardoso
 Alberto Alves da Cunha Machado
 Sandoval Alexandre Vicente
 Civis: João Antônio Falcão de Melo
 Antônio Luciano da Silva
 Manoel Felipe da Costa
 Lourival Moreira da Silva
 Joaquim M. Pereira Júnior.
 (SILVA, 1964, p. 180-181).

No decorrer da caminhada final, perto da rua Barroso, o civil Octavio Corrêa se juntou aos revolucionários, como já relatamos. Entretanto, muitas deserções ocorreram até o encontro dos insurretos contra os legalistas, durante o qual iria acontecer o combate final.

Há controvérsias a respeito do número de revolucionários que permaneceram até o último embate. Por esse motivo, não sabemos exatamente quantos ficaram até o fim do levante; todavia é quase certo que não foram dezoito, como determinada versão da História estabeleceu. Eduardo Gomes, como já ressaltado no início deste trabalho, contou a Siqueira (1984), certa vez, terem sido treze. Já Silva (1964), afirma que ficaram para a luta final 9 militares e um civil. Octavio Corrêa, que foi levado ao hospital São João Batista da Lagoa, não resistiu. Também morreram os tenentes Mário Carpenter e Nilton Prado, que haviam sido conduzidos ao Hospital Central do Exército, além do mecânico-eletricista José Pinto de Oliveira, que tinha sido levado ao mesmo hospital. Ainda houve a morte de dois soldados desconhecidos do 1º BI. Os tenentes Eduardo Gomes, Siqueira Campos e os soldados Manoel Antônio dos Reis e Hildebrando Silva Nunes foram levados, feridos, ao Hospital Central do Exército. Manoel Antônio dos Reis e Hildebrando Silva Nunes, após terem alta do hospital, foram processados e presos, mas não resistiram por muito tempo. Eduardo Gomes e Siqueira

Campos sobreviveram e participaram de outras revoltas pelo país. Siqueira Campos perdeu a vida em 1930, em um desastre de avião, quando retornava do Uruguai para o Brasil.

Outros militares, como os soldados Benedito José do Nascimento e Heitor Ventura da Silva, foram presos no local. Eles não haviam participado do combate e declararam, em inquérito, que fizeram parte da marcha porque foram coagidos. Também o soldado Francisco Ribeiro de Freitas e o civil Lourival Moreira disseram que se envolveram na marcha sob coação. Relataram ainda que tinham fugido antes do conflito final e que foram presos já longe do lugar do combate (SILVA, 1964).

Carneiro (1966), em biografia sobre Siqueira Campos, afirma que sem contar o soldado Pedro Ferreira de Melo, atingido pelas costas e morto pelo Exército legalista no início da batalha, quinze revolucionários foram para a areia de Copacabana no confronto final. Onze teriam combatido e os outros ficaram em abrigos na areia ou fugiram ao som dos primeiros tiros. Os onze que participaram do tiroteio contra a força legalista foram: os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Mário Carpenter e Newton Prado; o sargento eletricitista José Pinto de Oliveira; o soldado corneteiro Manoel Antônio dos Reis; os praças Manoel Ananias dos Santos⁴⁰ e Hildebrando da Silva Nunes; dois voluntários, Joaquim Maria Pereira e João Anastácio Falcão de Melo, além do mencionado civil Octavio Corrêa.

Segundo Carneiro (1966, p. 238):

Os quatro outros que pularam para a areia — mas só por temor às balas e sem nenhum propósito de combater — foram: Benedito José do Nascimento e Heitor Ventura da Silva, que ficaram nos abrigos até o final, sendo aí presos pela Polícia, tendo declarado que não dispararam qualquer tiro contra os legalistas; e Francisco Ribeiro de Freitas e Lourival Moreira da Silva, que, segundo seus depoimentos posteriores, não ficaram na praia mais do que momentos, conseguindo, na confusão, e sem terem utilizado uma só vez as suas armas, transpor o asfalto, para serem presos, já na Avenida Copacabana, por patrulhas de cavalaria governistas.

Com relação aos sobreviventes, como comentamos, foram levados ao Hospital Central do Exército. Newton Prado, morreu poucas horas depois de ser socorrido. Os únicos tenentes

⁴⁰ Manoel Ananias dos Santos foi um dos sobreviventes da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Ficou mais de quarenta anos sem se manifestar a respeito do episódio. Morava em Sergipe, sua terra natal. Ele foi entrevistado pelo jornalista Glauco Carneiro e, seu depoimento, publicado, de forma resumida, na revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro. No conflito final contra a tropa legalista, Ananias, por falta de munição e por não querer que a polícia o prendesse, fugiu do local. No dia 7 de julho, acabou sendo preso por uma patrulha de polícia, que desconfiou da roupa improvisada que ele estava vestindo: um calção de banho furtado após abandonar o combate. A vestimenta foi encontrada no jardim dos fundos de uma casa, que estava fechada, momentos após sua fuga do conflito final contra a tropa legalista (CARNEIRO, 1966).

participantes e sobreviventes do último embate foram Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Sobre eles, Drumond (2011, p. 58) faz esta narrativa:

O estado de saúde de Siqueira Campos era grave — sofrera profundo ferimento na barriga e tivera o antebraço esquerdo amputado em razão do tiro de fuzil que levou durante o embate em Copacabana. O quadro de Eduardo Gomes não era menos delicado. O tiro recebido na altura da virilha fraturou e triturou o osso femoral superior. Uma segunda cirurgia corrigiu de vez o deslocamento do osso coxal e parte da região ilíaca inferior.

Siqueira Campos, foi operado pelos médicos Oscar de Carvalho e Umberto de Melo; Eduardo Gomes, que apresentava uma fratura exposta na coxa esquerda, ficou sob os cuidados do médico Álvaro Tourinho e passou por duas intervenções cirúrgicas (LEAL, 1976).

Os prognósticos de ambos os tenentes não eram animadores. No que se referia a Eduardo Gomes, havia o temor de que ocorresse uma gangrena, a qual poderia pôr fim a sua vida. O mais provável e favorável, em seu caso, era o de que seria necessário amputar a perna ferida. Contudo, os dois tenentes conseguiram se recuperar (LEAL, 1976).

No período em que ficou internado no hospital, Eduardo Gomes soube que os cadetes que participaram da Revolta seriam expulsos do Exército, bem como os militares que apoiaram a marcha do marechal Hermes. Também veio a descobrir que muitas famílias dos graduados passavam por necessidades, em razão de estarem sob a mira da Justiça. Assim, em uma das visitas que sua mãe lhe fez no hospital, Eduardo Gomes pediu que ela encontrasse uma maneira de ajudar essas famílias. Ao irmão, Stanley Gomes, que era advogado, pediu que defendesse os cadetes envolvidos. Sua mãe, como forma de ajudar, procurou empresários, pessoas importantes e políticos que simpatizavam com os ideais dos tenentes, a fim de auxiliar as mencionadas famílias por meio de doações financeiras. Com o dinheiro doado, criou um fundo assistencial para os familiares dos militares participantes do levante. Esse mesmo fundo ajudaria os revolucionários anos depois, quando participaram da Revolta Paulista de 1924, além de reforçar a articulação do movimento de 1930 (DRUMOND, 2011).

Após a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, Siqueira Campos usaria uma prótese como antebraço e Eduardo Gomes apresentaria um leve claudicar com a perna esquerda durante alguns anos (DRUMOND, 2011).

Os legalistas também sofreram significativas baixas. O coronel Ribeiro, comandante do 3º Regimento de Infantaria na época, conta que, por ocasião do conflito, o 3º Regimento possuía 1369 homens, tendo havido algumas transferências. Segundo o coronel, devido ao

combate contra os insurgentes, houve 22 perdas, entre mortos e feridos. Seu regimento perdeu 7 homens. No Forte do Vigia, com a explosão de uma granada do Forte de Copacabana, foram mortos os seguintes soldados: Waldemiro da Silva Machado, José Ferreira Coelho, Wenceslau Gonçalves Neves, Abílio Pereira da Silva e Adhemar do Carmo Reis, que pertenciam à 2ª Companhia. Também morreram, despedaçados por granadas, no Quartel-General, os soldados Lauro da Silva Paranhos e José Almeida Assis, da 6ª Companhia (A SUBLEVAÇÃO..., 1922).

No que diz respeito aos feridos no Forte do Vigia, o coronel Ribeiro faz os seguintes comentários:

Foram feridos gravemente os soldados: Benedito Marcelino de Vasconcelos, que depois veio a falecer, dos ferimentos recebidos, no hospital; Paulo da Silva Cruz, que teve um braço amputado, e José Narciso. Foi levemente ferido Raimundo Briones Marins.

Com a explosão da granada que caiu no quartel general, ficaram feridos: o cabo Francisco de Assis e os soldados João Irineu Bechtluft, Alcides Rodrigues da Rocha, Antonio José dos Santos, Julio Ignacio da Silva e João da Silva, todos da 6ª Companhia.

No combate do dia 6 o soldado Lauro Manoel da Silva teve o braço amputado e foram feridos: Guilherme Moreira e José Freire Touquinho, todos da 6ª, e Benedito Eloy de Souza, da 10ª, que ficou levemente ferido. (A SUBLEVAÇÃO..., 1922).

De acordo com Juracy Magalhães, estiveram também envolvidos na Revolta dos 18 do Forte do Copacabana alguns civis importantes, que eram contrários ao governo de Artur Bernardes e ficaram na prisão por algum tempo: Nilo Peçanha, Edmundo Bittencourt, Irineu Marinho, Maurício de Lacerda, Leônidas de Resende, Raimundo Silva e Amaral França. Foram ainda presos ou exilados os seguintes tenentes que participaram da organização do movimento: Ciro do Espírito Santo Cardoso, Edmundo Macedo Soares e Odylo Denys. Juarez Távora também ficou preso durante um período, por participar do levante (GUEIROS, 1996).

Ao analisarmos as justificativas do Exército legalista que lutou contra o movimento de 1922 e as de alguns tenentes que participaram da Revolta, especificamente as de Eduardo Gomes, podemos observar as divergências entre eles com relação à sublevação.

O coronel Ribeiro, que foi comandante do 3º Regimento de Infantaria, declarou, em 21 de julho de 1922, que os revolucionários não tiveram motivos para se revoltarem. Segundo ele, nenhum outro governo da República havia feito tanto em benefício do Exército quanto o governo da época (A SUBLEVAÇÃO..., 1922). Assim argumentava Ribeiro:

Dentro dos recursos financeiros do país e até com o sacrifício das forças vivas da Nação, tudo nos tem sido dado: — instrutores, aumento de quadros, quartéis,

material e pessoal. De resto, a sublevação dos dias 4, 5 e 6 foi a negação completa do patriotismo, pois estando prestes o 1º Centenário de nossa Independência e devendo o Brasil receber por essa ocasião a visita honrosa dos delegados dos povos cultos, que vêm participar da nossa alegria e da nossa glória, não se justificam a perturbação da ordem, o desrespeito às autoridades constituídas, o desacato ao chefe do Estado e o atentado contra as instituições republicanas e contra a Constituição. Felizmente as forças de terra na sua grande maioria, a Armada nacional, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, enfim todos os bons elementos de defesa cumpriram, admiravelmente, seu dever. O meu Regimento que sempre foi e continuará a ser legalista, não se desviou do caminho da honra e da lealdade. (A SUBLEVAÇÃO..., 1922, p. 3).

No entanto, os depoimentos de Eduardo Gomes e de Siqueira Campos no processo criminal⁴¹ que foi aberto contra eles, após a Revolta, revelam a razão de suas participações no levante. Em 12 de julho de 1922, no Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, o general de Divisão Augusto Tasso Fragoso, que ficou encarregado do inquérito militar, juntamente com o escrivão, o capitão Milton de Freitas Almeida, interrogaram Eduardo Gomes sobre seu envolvimento na rebelião. Eduardo Gomes afirmou que aceitou fazer parte do levante, porque, em sua visão, o governo estava infringindo a lei, com o objetivo de intervir em Pernambuco e porque o país não queria a posse de Artur Bernardes na Presidência da República. Também foi perguntado a Eduardo Gomes se ele tinha feito algum disparo na cidade. Sua resposta foi a de que não havia dado nenhum tiro de artilharia em direção à cidade, mas que se lembrava de ter atirado uma vez em direção à praia. Outro ponto importante questionado durante o inquérito e revelado pelo biografado refere-se ao ataque da Fortaleza de Santa Cruz ao Forte de Copacabana, ocorrido durante a sublevação tenentista. Eduardo Gomes e seus companheiros empurraram o canhão Schneider em direção ao mar, pois não queriam que os adversários o utilizassem. Além disso, prosseguindo em seu relato, contou que não souberam retirar a culatra e o aparelho de pontaria (FRAGOSO; GOMES, 1922 apud SILVA, 1964).

No depoimento de Siqueira Campos, concedido em 14 de julho de 1922, também no Hospital Central do Exército, ao general de Divisão Fragoso, encarregado do inquérito militar⁴² e, ao capitão Almeida, que foi o escrivão, é possível constatar que o tenente lutou contra o governo por discordar da maneira como tratava o Exército, principalmente quanto a seus atos mais recentes, isto é, quanto à questão das candidaturas presidenciais, ao caso de

⁴¹ Não tivemos acesso direto ao Processo Criminal, mas por meio dos anexos constantes no livro de Silva (1964).

⁴² Tivemos acesso ao inquérito militar de Siqueira Campos também por meio dos anexos do livro de Silva (1964).

Pernambuco e ao episódio militar da prisão do marechal Hermes (FRAGOSO; CAMPOS, 1922 apud SILVA, 1964).

Ao resgatarmos a memória de outro personagem que se envolveu nas conspirações que antecederam a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, é importante analisar sua opinião sobre o movimento. Oswaldo Cordeiro de Farias, que na época fazia um curso de observador aéreo na Escola de Aviação Militar, teve como missão produzir bombas caseiras que seriam lançadas de aviões, quando se iniciasse a sublevação. Todavia, no momento da Revolta, como não tinha tropas para controlar o campo de pouso, Farias aguardou a chegada de oficiais da Vila Militar para auxiliá-lo. Malograda a missão, foi preso no dia 5 de julho de 1922. No ponto de vista de Farias (2001, p. 71), a Revolta

foi uma explosão de protesto, mas consciente. Havia uma vontade orientada para um objetivo e isso é o que valia. Alguns historiadores alegam que não tínhamos programas. Quem éramos nós para fazer um programa? Queríamos coisas aparentemente simples: a verdade do voto, maior justiça eleitoral, a quebra do monopólio político de Minas e São Paulo. Não tínhamos nada escrito. Mas nossa pregação foi sempre coerente, e parte do que pretendíamos acabamos conseguindo. Ora, ninguém morre como morreram aqueles homens do forte por nada, por pura bravata.

Em síntese, analisamos aqui, a participação de Eduardo Gomes na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, os principais motivos da eclosão desse motim, os momentos da Revolta, o embate entre as tropas legalistas e os revolucionários, e as versões sobre a sublevação. Percebemos que a insurreição de 1922 não tinha um programa político desenvolvido, como iria ocorrer em 1924. No entanto, aproveitando-se do caso de Pernambuco, da prisão do marechal Hermes, do descontentamento com o governo de Epitácio Pessoa, das mazelas da República e da vitória de Bernardes, os tenentes colocaram-se à frente da situação política do país, já que outros setores da sociedade apresentavam dificuldades para agirem. Eles lutaram com o intuito de reformar o sistema político da época, e a Revolta de 1922 consistiu em uma explosão de protesto consciente para continuarem lutando por seus objetivos, os quais viriam a se concretizar mais tarde.

2.5 A REVOLTA PAULISTA DE 1924

Após três meses no hospital, Eduardo Gomes foi examinado por uma equipe médica. Em 17 de outubro de 1922, obteve licença para tratamento de saúde, prorrogada por 60 dias. No mês seguinte, recebeu alta e foi enviado, preso, a uma unidade da Marinha. Por um bom

tempo não veria seu amigo Siqueira Campos, encarcerado em outra unidade prisional. No entanto, graças à atuação de Stanley Gomes, que os estava ajudando, ambos conseguiram manter contato. Além disso, o irmão de Eduardo Gomes havia entrado com um pedido de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal (STF), a fim de que ambos pudessem responder ao processo em liberdade. O STF aprovou o recurso, sob compromisso de os dois tenentes não participarem de qualquer ação contrária ao governo (DRUMOND, 2011).

Solto, Eduardo Gomes passou a ouvir os alunos e cadetes que tinham sido demitidos da Escola Militar de Realengo. Por sua vez, Stanley Gomes passou a defender os jovens militares na Justiça, exigindo a volta deles à Escola Militar, mas perdeu a causa. Eduardo Gomes começou a sentir-se culpado pelo que estava ocorrendo com os cadetes, por isso continuou defendendo a volta deles ao Exército, propósito que seria alcançado somente em 1930, por ocasião do movimento revolucionário ocorrido nesse ano (DRUMOND, 2011).

No dia 29 de dezembro de 1922, Eduardo Gomes foi acusado pelo juiz Vaz Pinto, da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, de acordo com o artigo 107 do Código Penal, de tentar mudar violentamente a Constituição e o governo do país. Eduardo Gomes, devido à iminência de ser preso, fugiu, ingressando, assim, na clandestinidade (DRUMOND, 2011).

No Natal de 1923, Eduardo Gomes rumou para Mato Grosso e começou a utilizar o pseudônimo de Eugênio Guimarães — que tinha as iniciais de seu nome. Instalou-se, ali, na fazenda Taquaruçu, pertencente à família do marechal Bento Ribeiro e localizada no município de Três Lagoas (CHAGAS, 1946). Segundo Drumond (2011), a subsistência de Eduardo Gomes foi possível graças às aulas particulares de matemática que ministrava a estudantes da cidade. Nesse momento, um outro processo militar — por crime de deserção — foi iniciado contra ele.

No final de 1923, o capitão do Exército Joaquim Távora, irmão de Juarez Távora, seguiu para diversas unidades militares em São Paulo e entrou em contato com seus colegas do Sul, a fim de articular a Revolta Paulista de 1924 (DRUMOND, 2011). Eduardo Gomes também estava envolvido na nova conspiração. Por essa razão, partiu de Mato Grosso em direção a São Paulo, aonde chegou no dia 1 de julho de 1924 (CHAGAS, 1946).

Em São Paulo, os revoltosos alojaram-se num aparelho da Rua Vauthier, localizado no Canindé e, na Travessa da Fábrica, situada no centro velho da cidade. Eduardo Gomes e Juarez Távora, além de dois ex-cadetes da Escola Militar, chamados Emídio da Costa Miranda e Diogo Figueiredo Moreira Júnior, assim como outros integrantes da Revolta, estavam escondidos na mencionada travessa (DRUMOND, 2011).

Sob o comando do general reformado Isidoro Dias Lopes, o movimento achava-se preparado para eclodir. A insurreição estava marcada para 28 de maio de 1924, mas precisou ser adiada pelo general por um mês. Na nova data, a Revolta não aconteceu, vindo a ocorrer em 5 de julho, às duas da madrugada — data da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana —, quando Joaquim Távora e Eduardo Gomes saíram do refúgio em Canindé e seguiram para Santana, zona norte da capital, onde se encontravam seus aliados (DRUMOND, 2011).

Com o início da insurreição, os quartéis selecionados pelos revolucionários, antes do levante, foram tomados. O major Miguel Costa invadiu o Regimento de Cavalaria; Castro Afilhado e Índio do Brasil conquistaram o 4º Batalhão de Infantaria da Força Pública; Thales Marcondes e Estillac Leal ocuparam o 2º Batalhão de Infantaria. Eduardo Gomes e João Batista Netrini tomaram o 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública, mas se depararam com alguns imprevistos. Os sargentos do batalhão desconfiaram da existência de um levante e reagiram; contudo, os revoltosos conseguiram contornar a situação (DRUMOND, 2011).

No 1º Batalhão de Infantaria, instalou-se o comando dos rebelados. No início da insurreição, o governo de São Paulo tinha o apoio do 3º e do 5º BI da Força Pública, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Cívica, totalizando cerca de 1.500 homens. Por outro lado, os revolucionários, durante as primeiras horas do dia 5 de julho, contavam com aproximadamente 2.600 combatentes, 100 armas automáticas, duas peças de 105m/m e 2,5 milhões de cartuchos, aproximadamente (CHAGAS, 1946).

No comando do 2º BI da Força Pública, Eduardo Gomes, por volta das dez da manhã de 5 de julho, disparou quatro tiros de *schrapnels* contra o 4º BI. Parou de atirar ao saber que os Távora, Castro Afilhado e Índio do Brasil lá estavam prisioneiros (CHAGAS, 1946).

No final do dia 5, as tropas dos revolucionários ficaram distribuídas em setores: Eduardo Gomes, na estação de Cantareira; Estillac Leal, no Hotel Terminus; Arlindo de Oliveira, no Braz; João Cabanas, na Luz e na Sorocabana; e Gwyer de Azevedo, no lado esquerdo do quartel do 4º BC (CHAGAS, 1946).

No dia 6, à noite, começaram a chegar a São Paulo reforços enviados pelo governo da República. Nesse ínterim, alguns integrantes desses reforços se juntaram à Revolução, como o 6º RI, que estava sob o comando do major Raul Cabral Velho, e uma companhia do 5º RI, liderada pelo tenente Azhaurry de Sá Brito. Na manhã de 7 de julho, tropas da Marinha e do Forte de Itaipus, vindas de Santos, passaram a bombardear os quartéis da Luz, onde estavam os rebelados (CHAGAS, 1946).

Eduardo Gomes, sem prejuízos de suas funções de comandante do 2º BI, passou a assumir também o comando de uma seção do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada (CHAGAS, 1946). De acordo com Chagas (1946, p. 107):

O 4.º B. I. da Fôrça Pública continuava a hostilizar o Quartel-General Revolucionário. Disposto a reduzi-lo à impotência, sem contudo sacrificar os camaradas prisioneiros, que lá estavam, Eduardo se propõe fazer, do pátio do 2.º B. I., alguns disparos diretos de canhão sôbre as metralhadoras que varriam a avenida Tiradentes. Para tanto, era preciso, primeiramente, destruir o prédio do Comando Geral da Fôrça Pública, que se interpunha ao alvo. Alguns tiros com o 105m/m resolvem o problema, e o edifício é incendiado, ardendo durante todo o dia 8.

Ainda em 8 de julho, segundo consta em depoimento dado, em dezembro de 1924, à Procuradoria Criminal da República do estado de São Paulo, Eduardo Gomes bombardeou, depois do meio-dia, com sua bateria, o Palácio do Governo, os edifícios da Polícia Central e da Secretaria da Agricultura, bem como a zona do mercado, lugares onde se alojavam vários soldados inimigos (BRASIL, 1924).

Por volta das quinze horas, armado com um 105 m/m, Eduardo Gomes atacou as tropas legalistas, que estavam entre as ruas João Teodoro e Avenida Cantareira, atingindo o alvo com precisão e retirando uma das peças da artilharia inimiga de combate. Os soldados do governo tentaram revidar, mas não lograram êxito (CHAGAS, 1946).

Durante o dia 9, o combate era intenso na capital paulista. As forças do governo resistiam. Na estação ferroviária de Guaiaúna, bairro de São Paulo, o governador, Carlos de Campos, liderou a resistência, com a ajuda do general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar (DRUMOND, 2011).

De acordo com Cohen (2007), nos primeiros dias de combate, muitas pessoas não conseguiram chegar a seus destinos, pois estavam impossibilitadas de atravessar a cidade devido à intensa troca de tiros. Além disso, os principais jornais não circularam nesses dias iniciais de confronto, já que era muito difícil chegar às redações. Havia grande falta de informações, porque poucos jornais conseguiram publicar notícias, como *A Marreta* e *A Capital*, comercializados a preços abusivos, pois eram disputados por muitos.

O coronel Paulo de Oliveira, porta-voz do comando revolucionário, realizou uma reunião com os diretores dos principais jornais, apresentando-lhes o censor Sigmaringa Costa, cuja função era decidir o que deveria ser ou não publicado. Assim, a censura à imprensa, que já estava em vigor devido ao estado de sítio, vigente desde o final do governo de Epitácio Pessoa, continuou, mas desta vez do lado dos revolucionários (COHEN, 2007).

De acordo com Cohen (2007), alguns soldados tentaram controlar a fúria da população, porém o comando revolucionário não quis assumir a administração da cidade, deixando ao prefeito Firmiano Pinto, que continuava em São Paulo, tal responsabilidade. Para os sublevados, não interessava, naquele momento, socorrer os feridos, conter a população ou tomar medidas acerca do policiamento da cidade. Eles estavam preocupados com a definição dos rumos do movimento, com as estratégias e a manutenção do território conquistado, pois as tropas legalistas iriam tentar recuperar a capital.

Os cuidados com a população civil, portanto, ficaram sob a responsabilidade do prefeito, que, auxiliado por líderes de entidades civis, tratou das primeiras providências para socorrer os feridos e organizar abrigos e transporte para as famílias que abandonavam seus bairros por medo dos ataques ou porque suas casas já se haviam tornado escombros. (COHEN, 2007, p. 40).

Ainda no dia 9, José Carlos Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, intermediou as primeiras conversas com o prefeito e o chefe revolucionário, Isidoro Dias Lopes, em sua casa. O objetivo dessas conversas era pôr fim aos saques que estavam ocorrendo na cidade. Acabaram por concordar quanto à formação de uma Guarda Cívica, que se responsabilizaria pela segurança da cidade. O vice-prefeito, Luiz Pereira de Queiroz, posicionou-se contra essa decisão. Em sua opinião, essa atitude iria favorecer os revolucionários, que ficariam livres para se dedicar à guerra. O acordo, porém, foi mantido (COHEN, 2007).

O jornalista Paulo Duarte tomou a tarefa de organizar uma comissão e convocou os estudantes da Faculdade de Direito. No dia seguinte, cerca de duzentos jovens se apresentaram para realizar o serviço de policiamento da cidade e a segurança de cofres de bancos e lojas, entre outros setores importantes para o comércio (COHEN, 2007).

Como segunda medida, criou-se uma comissão de abastecimento, com o intento de estabelecer uma tabela de preços dos gêneros alimentícios e de controlar os estoques da cidade. O objetivo era evitar a especulação e o açambarcamento. Essa comissão também passou a garantir a obtenção e o fornecimento de alimentos para a cidade de São Paulo, a partir do interior do estado. Assim, os integrantes nomeados percorriam as zonas de produção no interior e cuidavam dos embarques realizados nas estações ferroviárias (COHEN, 2007).

Com relação ao confronto entre os revolucionários e as tropas do governo, no dia 9, como já salientado, o governo realizou sua resistência. Estando em vantagem numérica, contra-atacaram dos bairros da Penha e do Ipiranga. Os rebeldes decidiram localizar a origem

exata dos tiros do Exército legalista, para tentar responder aos ataques. Foi desse modo que a aviação começou a ser utilizada por eles (DRUMOND, 2011).

É importante destacar que foram os revolucionários os primeiros a empregar aviões no combate. A orientação dessas operações ficou a cargo do tenente-observador Eduardo Gomes e do tenente-aviador da Força Pública, Antônio Reinaldo Gonçalves. Essa orientação contou também com a colaboração do terceiro-sargento, Carlos Rodrigues Coelho (ex-cadete, que havia sido expulso após o movimento de 1922). Outros quatro pilotos, estrangeiros, foram contratados para participar das operações dos insurgentes: os italianos Lúcio Gordines e Alberto Comelli, e os alemães Fritz Roesler e Carlos Herdler (INCAER, 1990).

Dos aviões empregados no combate, alguns pertenciam à inoperante Escola de Aviação da Força Pública de São Paulo, achados nos hangares do Campo de Marte; outros foram pedidos à escola de Edu Chaves e outros pertenciam às aviadoras Thereza de Marzo (aluna de Fritz Roesler e a primeira aviadora brasileira brevetada) e Anésia Pinheiro Machado, que havia sido aluna do tenente Reinaldo. Além disso, foram solicitadas algumas peças de reposição e acessórios dos irmãos aviadores italianos Robba (INCAER, 1990).

A tarefa de localizar a origem dos tiros dos legalistas foi realizada por Eduardo Gomes, que empreendeu quatro missões aéreas durante a Revolta de 1924. A primeira, segundo Chagas (1946), contou com o auxílio dos aviadores paulistas Reinaldo Gonçalves e Anésia Pinheiro Machado. Eduardo Gomes apoderou-se dos aviões do Campo de Marte, mas apenas duas aeronaves estavam em condições de voo. Assim, no dia 13 de julho, o avião em que ele estava como observador aéreo decolou com a incumbência de realizar o reconhecimento aéreo dos bairros Ipiranga, Penha e Vila Mariana. Contudo, a aeronave teve que voltar urgentemente, devido a uma pane, e quebrou ao aterrissar no Campo de Marte (INCAER, 1990).

A segunda missão também não foi bem-sucedida. Segundo Lavènere-Wanderley (1975), Eduardo Gomes foi realizar um reconhecimento aéreo das tropas legalistas a leste da cidade de São Paulo, na companhia do ex-aluno Carlos Rodrigues Coelho. Todavia, durante a aterrissagem no Campo de Marte, o avião capotou, tornando-se inoperante.

A terceira missão de reconhecimento foi realizada sobre Sorocaba. Logo após essa operação, a aeronave partiu para Santos, onde Carlos Herdler e Eduardo Gomes sobrevoaram sobre tropas da Marinha, lançando folhetins com ideias revolucionárias no encouraçado *Minas Gerais*. No entanto, um hidroavião da Marinha decolou para combatê-los, obrigando os insurgentes a regressar à base, no Campo de Marte. O hidroavião, pilotado pelo tenente

aviador naval Fernando Savaget, nem chegou a levantar voo, pois capotou (INCAER, 1990). De acordo com Lavèner-Wanderley (1975, p. 86), Savaget ficou “[...] muitos minutos debaixo d’água; só se salvou porque um médico especialista em tratamento de afogados achava-se, por coincidência, na praia para onde o Tenente Savaget foi levado [...]”.

A quarta e última missão desempenhada por Eduardo Gomes, ocorreu, provavelmente, em 23 de julho. Nesse dia, o comando revolucionário decidiu atacar o Palácio do Catete, que era a residência oficial do presidente da República, localizada no Rio de Janeiro. O ataque seria uma medida destinada a contragolpear as forças legalistas. Além disso, esse procedimento deslocaria a atenção das tropas inimigas para fora de São Paulo (INCAER, 1990). Dessa forma, no dia 23, a aeronave — modelo Oriole —, pilotada pelo alemão Carlos Herdler e, que tinha Eduardo Gomes como observador aéreo, saiu do Campo de Marte. O avião tinha pertencido a Thereza de Marzo e estava com peças de um outro Oriole, situado no Campo de Marte. O mecânico que realizou o serviço foi Vasco Cinquini. Na viagem de São Paulo ao Rio de Janeiro, depois de quase uma hora e meia de voo, o motor ferveu ou houve uma ruptura da canalização do radiador. Por esse motivo, o piloto precisou aterrissar num terreno pantanoso, no alto da Serra, na região de Cunha. A aeronave apresentou falha mecânica, e os revolucionários acabaram ficando em zona pertencente aos legalistas. Eduardo Gomes e o piloto tentaram fugir, mas um delegado de um pequeno vilarejo próximo encontrou-os. Eduardo Gomes levava consigo, no avião, sobre os joelhos, uma bomba que seria jogada no Palácio do Catete; a nacele⁴³ do observador se encontrava cheia de folhetins dos sublevados. Os panfletos deveriam ser lançados sobre os quartéis da Vila Militar, no Rio de Janeiro (LAVÈNERE-WANDERLEY, 1975).

Conforme Drumond (2011), ao ver o avião caindo, não só o delegado, mas também alguns moradores da cidade correram para o local do acidente. Eduardo Gomes inventou um pretexto para convencer o chefe de polícia e a população de que ninguém deveria aproximar-se do avião, por haver risco de explosão. Identificou-se como oficial do Exército e afirmou que estavam em missão. Também advertiu o delegado sobre a carga explosiva e pediu-lhe para interditar a área até que os especialistas do Exército viessem ao local. Após o episódio, o agente de polícia providenciou cavalos para os revolucionários. Assim, ambos os insurgentes, montados nos animais, partiram rumo à estrada. No meio do caminho, a dupla resolveu fugir a pé, adentrando na mata. Ao chegar a Guaratinguetá (SP), refugiaram-se na fazenda de um

⁴³ Nacele, ou nacela, é o nome dado ao suporte do motor nas aeronaves, o qual é fixado na asa. A nacele pode servir para afixar motores, tanques e armas nas asas e/ou na fuselagem.

amigo de Eduardo Gomes e dormiram o dia todo. À noite, foram embora, novamente pela mata, onde cada um tomou um rumo: Carlos Herdler dirigiu-se a São Paulo e Eduardo Gomes seguiu para o Rio de Janeiro, onde ficou na casa de um tio, Roberto, irmão de sua mãe, que, ao ser informada do ocorrido, foi ao seu encontro.

Por meio do registro do delegado de polícia de Cunha, Walfrido Maranhão, na época do acontecimento descrito, é possível compreender melhor como ocorreu o episódio da queda do avião:

No dia 24 do mês p. findo, pela manhã, a minha ordenança, às 8 horas, informou-me que um aeroplano caíra no bairro da Catioca, que dista desta cidade cerca de quatro léguas. (...) Infelizmente não me foi possível efetuar a prisão dos aviadores, os quais se haviam evadido na véspera do dia em que me foi cientificado (...) O aparelho era de fabricação Curtiss, de grande força, tipo 169, modelo 519. O motivo da sua queda foi a falta d'água no carburador, pois no tanque de inflamáveis era registrado cerca de oito latas de gasolina. (HISTÓRIA..., 1987 apud INCAER, 1990, p. 122).

No trecho acima, através de sua leitura, pode-se afirmar que a queda do avião que levava os revolucionários deu-se, provavelmente, em 23 de julho de 1924, véspera do dia em que o delegado de polícia de Cunha foi informado do acontecimento⁴⁴. Além disso, segundo o documento, a aeronave caiu em decorrência da falta de água no carburador.

O registro também destaca as características físicas de Eduardo Gomes e de Carlos Herdler, bem como as impressões do delegado a respeito deles. Estas últimas partiram do delegado que os encontrou no momento da queda do avião. O agente policial notou, também, as mentiras contadas por Eduardo Gomes para não ser pego, ou seja, sua identificação e profissão falsas. No documento, é igualmente revelada a existência de conteúdo explosivo e os panfletos dos revolucionários que havia no avião:

Encontravam-se no avião e foram logo enviados para a Delegacia Regional cinquenta mil⁴⁵ boletins sediciosos, diversos exemplares de O Estado de S. Paulo do dia 23 de julho p. findo e mais uma enorme bomba de dinamite, pesando, aproximadamente, cerca de três quilos. (...) O primeiro aviador era de nacionalidade brasileira, magro, alto, moreno, amável, falando bem e com expressão, mostrando possuir muita inteligência e desembaraço. Deixou o nome de Eugênio de Oliveira, do Aero Club Brasileiro. Seu companheiro, o aviador-mecânico, era de nacionalidade alemã, baixo, muito gordo, pouca barba alourada, vestindo fazenda de casimira peluda, calçando perneiras, trazendo consigo uma valise e demonstrando

⁴⁴ De acordo com o documento da Procuradoria Criminal da República, a queda do avião onde se encontrava Eduardo Gomes ocorreu em 24 de julho de 1924, e não no dia 23 (BRASIL, 1924).

⁴⁵ Conforme consta no documento da Procuradoria Criminal da República, que aborda o caso da Revolta Paulista de 1924, o número de exemplares do manifesto revolucionário que seriam lançados aos cariocas e fluminenses era de trinta mil, aproximadamente, e não cinquenta mil (BRASIL, 1924).

não conhecer o nosso idioma. Declarou chamar-se Carlos Hartier. (HISTÓRIA..., 1987 apud INCAER, 1990, p. 122-123).

Verificamos também a descrição do local onde o avião caiu e mais detalhes da história contada por Eduardo Gomes e Carlos Herdler, a fim de não serem pegos pela polícia e de conseguirem fugir do local.

(...) O avião caiu sobre uma grande várzea, mas, indo de encontro a um brejo, ficou com a hélice desmantelada. (...) O local onde o avião caiu é pantanoso. Por isso mesmo o avião ficou em grande parte atolado, sofrendo fortes avarias em seu corpo de madeira, tornando-se ainda difícil a sua remoção. (...) Recebidos pelo sr. Pacetti, declaram que eram legalistas; sendo assim, o referido inspetor favoreceu-os com tudo que estava ao seu alcance, dando-lhes um lunch, facilitando-lhes meios de condução e mais um portador para ensinar-lhes o caminho e voltar com os animais que o levariam até o leito da estrada de ferro, em Guaratinguetá. (...). (HISTÓRIA..., 1987 apud INCAER, 1990, p. 123).

De acordo com Forjaz (1977), Eduardo Gomes, no avião, lançaria, em 26 de julho de 1924, em São Paulo, alguns boletins que continham os ideais políticos dos insurretos. Contudo, segundo a autora, o tenente não atingiu seu objetivo, pois sofreu um acidente, conforme já ressaltamos, nas proximidades de Cunha. O boletim⁴⁶ data do dia 20 de julho de 1924 e, arrolava os seguintes ideais, defendidos pelos revolucionários:

- 1.º - Restabelecer a fôrma de governo republicana federativa;
 - 2.º - As actuaes fronteiras dos Estados em tudo que disser respeito aos interesses regionaes, com a possível diminuição do numero de unidades da Federação, afim de busca-las mais equilibradas;
 - 3.º - A separação da Igreja e do Estado, firmado o principio da liberdade religiosa e a defesa da maioria catholica nos seus direitos constitucionaes contra as intolerancias da irreligiosidade;
 - 4.º - Attribution da Justiça de conhecer da constitucionalidade dos actos legislativos;
 - 5.º - A prohibição dos impostos interestaduaes;
 - 6.º - Tudo o que se refere á declaração dos direitos dos brasileiros, não se admittindo modificação alguma senão ampliativa;
 - 7.º - Prohibição de reeleição do presidente da Republica e dos presidentes e governadores dos Estados. Do mesmo modo prohibida a reeleição dos deputados federaes e estaduaes, senadores, salvo se alcançarem o suffragio de dois terços do eleitorado comparecente;
 - 8.º - Decretar o voto secreto;
 - 9.º - A obrigatoriedade de ensino primario e profissional.
- (OS REVOLUCIONÁRIOS, 1924 apud INCAER, 1990, p. 124).

Por meio da análise do mencionado boletim, observamos que os revolucionários defendiam algumas questões políticas já inclusas no sistema vigente, como a proibição da

⁴⁶ Tivemos acesso ao boletim, de forma mais completa, por meio da obra do Incaer (1990) sobre a História geral da Aeronáutica brasileira.

reeleição do presidente da República. Defendiam também reformas no sistema de governo da Primeira República, sem deixar de mudar bruscamente o sistema, e o restabelecimento da forma republicana federativa de governo.

No que diz respeito às reformas que os revolucionários queriam implantar no sistema político do Brasil, estavam a possível diminuição da quantidade de unidades da Federação, a fim de torná-las mais equilibradas e, a separação da Igreja e do Estado, embora essa cisão já constasse na Constituição de 1891. Entretanto, os sublevados defendiam a maioria católica nos seus direitos constitucionais, contra as intolerâncias da irreligiosidade. A finalidade dessa defesa era resgatar os valores do Império, no qual o catolicismo figurava como a religião oficial do Estado. Os insurretos também exigiam, como atribuição da Justiça, conhecer a constitucionalidade dos atos legislativos. Em outras palavras, os revolucionários eram favoráveis a uma maior autonomia do Poder Judiciário. Defendiam igualmente a ampliação dos direitos dos brasileiros, com o intuito de reformar a Constituição vigente e combater a política da época, voltada para uma minoria, o que tornava o Brasil desigual. Desejavam ainda o voto secreto, promovendo, assim, uma luta por um sistema de eleição mais democrático, o que seria um fato novo para o país.

Na esfera educacional, os revolucionários almejavam implantar outra reforma: a obrigatoriedade dos ensinos primário e profissional. Na época, esse objetivo era extremamente importante, pois a Constituição de 1891 não valorizava a educação. Entre os poucos pontos tratados sobre o tema na Carta Magna, em seu artigo 35, havia a determinação de que cabia ao Congresso, mas não privativamente: “2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências [...]; 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;” (BRASIL, 1891, art. 35).

Por fim, o boletim elaborado pelos rebeldes termina destacando as unidades que sustentavam o movimento revolucionário e seus ideais:

Sustentam esse movimento e esses ideais reforçados diariamente por centenas de voluntarios e patriotas da melhor sociedade paulista, as seguintes unidades: 4.º Batalhão de Caçadores, 2.º Grupo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo de Artilharia de Montanha, Força Publica do Estado, 4.º Regimento de Infantaria, 5.º Regimento de Infantaria (parte), 6.º Regimento de Infantaria, elementos do 2.º de Cavallaria Divisionaria, 4.º Regimento de Artilharia Montada, 5.º Batalhão de Caçadores, além de grande numero de elementos governistas que se têm apresentado para fazer causa commum com os revolucionarios. (OS REVOLUCIONÁRIOS, 1924 apud INCAER, 1990, p. 124).

De acordo com Távora (1974), desde o dia 12 de julho a artilharia governista vinha bombardeando o centro de São Paulo, fato que ocasionou a morte de mais civis do que dos insurretos. As tentativas de amenizar o conflito foram rejeitadas pelo comando governista. Ao mesmo tempo, a situação dos rebelados se tornava cada vez mais precária, tanto em termos humanitários quanto militares. Em consequência, em 26 de julho, ocorreu um forte ataque da infantaria governista no setor da Mooca, onde Juarez Távora se achava. Nesse combate, o coronel João Francisco e os tenentes da Força Pública ficaram gravemente feridos. Juarez Távora teve, então, que assumir o comando daquele setor até a saída do movimento de São Paulo, o que, segundo o militar, aconteceria trinta e seis horas depois. A retirada dos revolucionários se daria com o objetivo de evitar a destruição da cidade paulista pelo bombardeio governista.

Após uma decisão do general Isidoro Dias Lopes, tomada com o major Miguel, os revoltosos partiram de São Paulo na noite de 27 para o dia 28 de julho. Seguiram para Bauru, com destino a Mato Grosso e, depois, para o Paraná (TÁVORA, 1974). Em Foz do Iguaçu, reuniram-se os rebelados gaúchos, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes, além dos rebeldes paulistas, em abril de 1925. Assim teve início a formação da Coluna Miguel Costa-Prestes, mais conhecida como Coluna Prestes.

Durante o conflito em São Paulo, em 10 de julho, foi publicado, no jornal *O Estado de S. Paulo*⁴⁷, o primeiro manifesto do movimento revolucionário. Nesse documento, percebemos o sentimento de urgência dos revoltosos, ao veicular na imprensa as razões pelas quais estavam lutando, os ideais que defendiam e as críticas feitas ao sistema político em vigência e aos políticos de modo geral.

Os chefes do movimento revolucionário ansiavam por encontrar-se com os representantes da imprensa desta capital, porquanto desejavam, com urgência, tornar publicas as razões fundamentaes do seu movimento e definir os seus objectivos, não o tendo feito anteriormente devido aos rigores da lei de imprensa e das circumstancias consequentes ao estado de sitio.

Antes de mais nada, é preciso fazer notar que esta revolução não é um movimento isolado, que se tivesse podido levar a effeito somente nesta circumscripção da

⁴⁷ É um jornal paulista diário e matutino fundado em 4 de janeiro de 1875. Nessa época, chamava-se *Província de São Paulo*. Era liderado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. A partir de 1885, com o ingresso de Júlio César Ferreira de Mesquita na redação do jornal, este, com o tempo, ficou sob o domínio da família Mesquita (LEAL; SAUL; BASTOS, c2009).

Em 1889, com a Proclamação da República, o jornal mudou de nome e passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*. Com a eclosão da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, no Rio de Janeiro, criticou o movimento. Em 1924, a Revolta Paulista foi documentada pelo *Estado de S. Paulo*, que manteve neutralidade com relação ao episódio. Júlio Mesquita, então diretor do jornal, não apoiou os tenentes. O jornal ficou censurado até que a cidade fosse libertada pelas tropas federais (LEAL; SAUL; BASTOS, c2009).

Republica. É um movimento de caracter patriotico, de altíssimo significado social e político e, consequentemente, a sua acção tem um característico nacional. Tanto assim que, preparado cautelosamente tem muitos mezes, deveria irromper, simultaneamente, em São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Mato Grosso.

Circumstancias imprevistas, porém, determinaram a sua irrupção sem o caracter de simultaneidade previsto, o que está certo, não prejudicará a segurança das convicções e a eficacia da acção das demais unidades do movimento revolucionario. (UM COMUNICADO..., 1924, p. 1).

O movimento se declarava nacional e com vistas a modificar completamente a situação do governo da República e dos estados; se fosse necessário, afirmavam que seria executado o programa revolucionário (UM COMUNICADO..., 1924). No que diz respeito ao presidente da República, Artur Bernardes, e aos políticos de maneira geral, o comunicado dos insurgentes afirmava o seguinte:

Quanto ao governo da Republica, é preciso fazer notar, desde logo, que o Exercito Nacional não pode e não pôde, nunca, aceitar o governo do dr. Arthur Bernardes, no que diz peculiarmente respeito á sua pessoa. Não obstante os factos conhecidos, permanecem de pé as gravíssimas ofensas por elle dirigidas ao Exercito.

Entretanto, não visa a revolução a pessoa do dr. Arthur Bernardes, o que lhe diminuiria o caracter elevado em que se inspirou e com o qual se apresenta ao povo brasileiro. Ella traz, como um dos seus objectivos a substituição do actual governo da República, por entenderem os seus chefes e orientadores, que esse governo não está a altura dos destinos do paiz e que [...] têm demonstrado praticamente ser a continuação dos governos eivados de vícios que têm dirigido o Brasil nestes ultimos lustros. Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência technica na alta administração, de concessão em concessão, de accórdos em accórdos, vêm arruinando paulatinamente as suas forças vivas, aniquilando-o interna e externamente. (UM COMUNICADO..., 1924, p. 1).

Observamos também que o movimento revolucionário agia em nome do Exército e lutava por uma transformação social e política no país. Colocava-se na linha de frente da população, como porta-vozes do povo. As críticas ao regime político da época eram as mais diversas possíveis. Para os rebelados,

O Exercito quer a Pátria como a deixou o Império, com os mesmo princípios de integridade moral, consciencia patriotica, probidade administrativa e alto descortino político.

O Brasil está reduzido a verdadeiras satrapias, desconhecendo-se completamente o merecimento dos homens e estabelecendo-se como condição primordial, para o acesso ás posições de evidencia, o servilismo contumaz, que, movendo-se pela mola das ambições, cada vez mais se generalisa, constituindo factor de degradação social.

O povo ficou reduzido a uma verdadeira situação de impotência, asphyxiado em sua vontade pela acção compressoras dos que detêm as posições políticas e administrativas. Dispondo de material bellíco moderno, contra o qual os cidadãos inermes nada pôdem fazer, os dominadores têm-lhe coarctado a manifestação da vontade, pelas urnas, orgam legítimo pelo qual a soberania popular se exerce nas democracias. (UM COMUNICADO..., 1924, p. 1).

No entender dos insurretos, suas ações estavam justificadas no juramento de fidelidade à Constituição, as quais fizeram no momento da Proclamação da República, assumindo perante o povo o compromisso de fazê-la cumprir. Segundo eles, “[...] só essa circunstancia bastava para justificar o gesto deste momento, da classe militar, que, além do mais, não pôde ficar alheia á vida da nação á sua ordem interna e prestígio externo” (UM COMUNICADO..., 1924, p. 1). Da mesma maneira que Eduardo Gomes, consideravam que tinham a missão de “salvar” a pátria, que lhes permitiria interferir no país nos momentos mais difíceis da vida nacional, seguindo o modelo de soldado-cidadão.

Em seu manifesto, os revolucionários também declararam que São Paulo havia se tornado o centro do movimento. No entanto, o objetivo deles era disseminar o programa social e político para todo o país (UM COMUNICADO..., 1924). Ao mesmo tempo, o boletim mostrava a preocupação dos rebelados com a população paulista em meio ao combate:

Temos empenho em declarar que a população de São Paulo encontrará da parte dos revolucionarios todos os esforços para a sua segurança e garantia, assim como para a applicação de quaesquer principios de justiça.

Nesse sentido, affirmamos, com toda a segurança, que nenhuma responsabilidade ou connivencia tivemos em saques, depredações ou incendios verificados e levamos a nossa tolerancia ao extremo de poupar o maximo de vidas e de prejuizos materiaes para a cidade.

Deixamos de tomar algumas posições na Luz, pela presença de famílias ou de estabelecimentos religiosos nas vizinhanças. Estamos continuando as nossas providencias no sentido de evitar a pratica de actos dessa natureza e assim prosseguiremos até o completo restabelecimento da ordem.

O povo poderá circular livremente pela cidade e retomar suas occupações habituaes e as mesmas só serão interrompidas se os nossos adversarios, como afirmam, volverem a atacar as posições que occupamos. (UM COMUNICADO..., 1924, p. 1).

Desde a eclosão da Revolta de 1924, passou a ser publicado, no Rio de Janeiro, um jornal clandestino denominado *O 5 de Julho*, cujo objetivo era divulgar informações sobre os revolucionários. De acordo com Prestes (1997, p. 363), esse jornal divulgava as informações dos participantes do movimento, “[...] que os órgãos legais da imprensa oposicionista — como o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, e *O Combate* em São Paulo — eram impedidos de publicar devido à rigorosa censura então em vigor”. *O 5 de Julho* era um pequeno semanário que tinha o seguinte lema: “A vitória da revolução é a nossa lei suprema”. O periódico era dirigido por um grupo de jornalistas e financiado por vários voluntários. Sua distribuição era feita de mão em mão. Tinha apenas quatro páginas e era composto, impresso

e redigido pelo ex-dirigente do PCB, Antônio Bernardo Canellas, com o auxílio de outros jornalistas, como os irmãos Pedro e Paulo Mota Lima (PRESTES, 1997).

A redação do jornal, por meio de um texto informativo e provavelmente datado de 1931, revela-nos que o semanário foi publicado do início ao fim da Revolta Paulista de 1924, tendo cessado sua edição, muito possivelmente, com o fim da Coluna Miguel Costa-Prestes. No entanto, o grupo editor resolveu manter a publicação, todos os anos, de um número especial comemorativo na data de 5 de julho (A REDAÇÃO, [1931?]).

De acordo com Prestes (1997, p. 364):

A publicação de *O 5 de Julho* revela de forma cabal a participação civil no tenentismo, uma vez que eram elementos civis, embora ligados aos militares — tanto intelectuais como gente humilde e trabalhadora —, que publicavam, distribuíaam e liam o jornalzinho clandestino dos revolucionários. Seu prestígio era enorme, segundo todos os depoimentos conhecidos; e cada número seu era disputado com ardor pelos simpatizantes da causa dos “tenentes” e da revolução nacional. Em suas páginas é possível encontrar documentos importantes dos revolucionários, assim como matérias em defesa dos ideais liberais dos “tenentes” e de esclarecimento da sua atuação em diferentes pontos do país. Como não poderia deixar de ser, os ataques aos governos de Bernardes e, posteriormente, de Washington Luís eram virulentos e constantes, denunciando suas arbitrariedades e crimes cometidos contra a oposição.

Em uma carta de Isidoro Dias Lopes a Azevedo Lima, escrita em Foz do Iguaçu, datada de 27 de fevereiro de 1925 e publicada no jornal *O 5 de Julho*, tomamos conhecimento da crítica que o chefe revolucionário de 1924 fez ao sistema político daquela época, bem como das dificuldades que enfrentou para liderar o movimento e para divulgar o programa político do levante.

Nesse documento, verificamos a desaprovação de Isidoro Dias Lopes aos mais poderosos. Em sua opinião, o Brasil, um país rico, contemplava uma oligarquia plutocrática que poderia enriquecer até a quinta geração, enquanto cerca de trinta milhões de habitantes viviam uma situação de quase miséria e eram explorados (LOPES, 1925).

Para Isidoro Dias Lopes, a Constituição brasileira era uma das mais liberais e republicanas do mundo; contudo, deveria ser reformulada, pois o progresso impunha essa indispensabilidade, assim como as novas demandas da política mundial (LOPES, 1925). Observamos, assim, que a pauta da reformulação ou do reformismo de nossa Carta Magna constituía prioridade no programa político dos tenentes.

Com relação à chefia do movimento, Isidoro Dias Lopes faz o comentário reproduzido a seguir:

Eu, auxiliado por uma dezena de abnegados officiaes, fui, de facto, o preparador do movimento, balanceando, colectando e coordenando elementos materiaes e pessoas, mas o fui por instancias constantes, continuamente reiteradas, d'essa dezena de officiaes do Exercito. Desde logo senti o ponto fraco do movimento: ausencia absoluta de um chefe, não só de valôr como, sobretudo, de real repercussão nas classes armadas e no Brasil inteiro. Todos os meus companheiros, civis e militares são testemunhas do ardôr com que, durante mezes, verbalmente e por escripto, bati a todas as portas, fallando ou mandando fallar a alguns marechaes e generaes, offerecendo a chefia do movimento, ficando eu auxiliar, com qualquer denominação, de quem fôsse o chefe com os requisitos alludidos. (LOPES, 1925, p. 1).

Isidoro Dias Lopes fala das dificuldades enfrentadas para liderar a Revolta de 1924. Uma delas consistia na busca de um chefe de prestígio para comandar o movimento. Com efeito, a chefia do movimento acabou ficando com ele, que faz esta afirmação: “[...] os meus companheiros puzeram-me a faca no peito: — ou eu seria o chefe, ou o movimento não se faria, ficando eu responsável por tudo. [...] as vezes, é preciso mais coragem para não fazer uma cousa difficil e perigosa do que para tental-a” (LOPES, 1925, p.1). O chefe do levante conta que, devido à grande receptividade da população paulista para com os revolucionários, que chegou a levar-lhes refeições nas trincheiras, os integrantes da rebelião começaram a achar que o movimento era o verdadeiro representante do país (LOPES, 1925).

Por fim, Isidoro Dias Lopes encerra sua carta dizendo que o programa político do movimento, já publicado em diversos jornais e distribuídos em boletins na capital paulista, continha os seguintes pontos:

Reforma da Constituição, voto secreto, e obrigatorio, revogação da lei de imprensa, uniformidade do poder judiciario, fazendo-o, de facto, independente, responsabilidade effectiva dos agentes do Executivo, ministros, etc., ensino preliminar gratuito e obrigatorio, regulamentação do art. 6º da Constituição que, interpretado consoante os caprichos presidenciaes, sempre sancionados por um Congresso de designados, responsaveis, em consequencia do seu servilismo, por todos os mais estupidos attentados aos direitos e ás leis, sendo exemplo da degradação a que chegaram a depuração de Irineu Machado, que deshonrou a quem a votou. (LOPES, 1925, p. 2).

De acordo com o general de Divisão Abílio de Noronha, na época comandante da 2ª Região Militar, que abrangia São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Revolta Paulista de 1924 serviu para revelar grandes falhas no preparo militar dos legalistas. Ele havia lutado contra os revolucionários em 1924 (NORONHA, 1924).

Os revolucionários, ao iniciarem o movimento, contaram com:

todo o Regimento de Cavallaria com um effectivo avaliado em 500 homens; mais da metade das praças do 2.º Grupo de Artilharia Pesada, com caserna em as ordens do 1.º Tenente Custodio de Oliveira, que arrastou consigo perto de 100 homens do 4.º

Regimento de Quitaúna em número aproximado de 80 praças sob Infantaria, também com quartel em Quitaúna e que, ao que consta, estavam iniciando exercícios de campanha; 80 praças do 4.º Batalhão de Caçadores, sob o commando do 2.º tenente Asdrubal Gayer de Azevedo e no máximo 200 praças entre aquelas do Corpo Escola e 1.º e 2.º batalhões da Força Pública, que logo no início aderiram á revolta. Ao todo, os amotinados teriam de 950 a 1.000 combatentes. (NORONHA, 1924, p. 114-115).

Já os legalistas contavam com os seguintes apoios:

[...] todo o Corpo de Bombeiros, cujo effectivo andava em 300 homens; com a Guarda Civica que, pela impossibilidade de se apresentarem todas, era avaliada em 500 praças; com 100 homens do 4.º Batalhão de Caçadores, sob as ordens do capitão Paiva Sampaio e com elementos reunidos aos demais batalhões da Força Pública, estimados em 100 a 150 homens. Tinha, pois, o Governo ao seu lado, mais ou menos, também de 900 a 1.000 homens aptos para qualquer emergencia. (NORONHA, 1924, p. 115).

É possível observar, ao avaliar o número das forças nos dois lados que combateram em 1924, uma situação equilibrada no início da Revolta. Contudo, segundo Noronha (1924), erros táticos das tropas legalistas possibilitaram que os revolucionários tomassem conta da situação. Para o general, o Exército do governo atacou a cidade sem objetivo determinado, sem conhecimento dos pontos exatos onde estavam os revoltosos; e esses ataques ocorreram com o emprego da artilharia da Divisão em operações contra os sublevados, entre 10 e 28 de julho. Segundo Cohen (2007), um exemplo da falta de cuidado dos legalistas em relação aos civis paulistas foi o episódio ocorrido no dia 24 de julho, quando seus aviões espalharam pela cidade um comunicado no qual se ordenava que a população abandonasse a cidade, pois o ataque aéreo nada pouparia.

Em 17 de julho de 1924, o general Noronha, em diálogo com os rebeldes, recebera uma carta do general Isidoro Dias Lopes que continha uma resposta a uma correspondência enviada por Noronha. A carta do chefe das forças revolucionárias arrolava todas as exigências feitas aos legalistas para depor as armas, que já comentamos em sua maioria. Destacam-se, entre as exigências, reformas tributárias e aduaneiras, além da proibição da participação dos agentes fiscais e alfandegários nos lucros obtidos por meio das multas e apreensões. Com relação às classes armadas, requeria-se o respeito da administração aos direitos legais dos militares e da legislatura aos seus direitos constitucionais. A fim de que suas exigências fossem atendidas, os revolucionários queriam a entrega imediata do Governo da União a um governo provisório, a ser dirigido por um nome de sua confiança (por exemplo, o de Venceslau Brás, ex-presidente da República), para compor a junta provisória, em substituição ao presidente Artur Bernardes. Ao mesmo tempo, quando oportuno, o Governo Provisório

deveria convocar uma Constituinte que manteria obrigatoriamente as ideias defendidas pelos rebelados (LOPES, 1924 apud NORONHA, 1924).

Um documento importante encontrado no arquivo do general Isidoro Dias Lopes, apreendido no quartel da Luz, em São Paulo, e reproduzido no jornal *O Paiz*, em 12 de agosto de 1924, revela detalhadamente o plano político a ser posto em prática, por meio de uma Constituição, caso os revolucionários chegassem ao poder:

1) — O movimento revolucionario visa a implantação, no Brasil, do regimen republicano democrático, a moralização da administração e da justiça, a diffusão do ensino e o saneamento das finanças nacionaes.

2) — A direcção suprema do Paiz será confiada, provisoriamente, a uma “Dictadura” cujo governo se prolongará até que 60% dos cidadãos maiores de 21 annos sejam alphabetizados.

§ 1) — Uma vez conseguida essa porcentagem, será convocada a “Constituinte”, que resolverá definitivamente sobre os destinos do Paiz.

§ 2) — Na vigencia da “Dictadura” será mantida a Constituição actual, revogandose, entretanto, os artigos:...

§ 3) — Em qualquer hypothese, serão mantidos, em toda a sua plenitude, os direitos dos cidadãos.

§ 4) — Os compromissos contrahidos pelos governos anteriores, nos Paizes estrangeiros, serão fielmente respeitados.

§ 5) — Será decretada a “Lei Marcial” em todos os theatros de operações das forças revolucionarias. (LOPES, 1924 apud COSTA; GOES, 1924, p. 383).

No mencionado documento, notamos a preocupação dos revolucionários com a democracia no Brasil, que não existia naquele momento. No entender dos rebelados, a democracia brasileira seria instaurada mediante reformas como a moralização da administração e da justiça do país, uma melhor difusão da educação entre os indivíduos e o saneamento das finanças nacionais. No entanto, defendiam que a direção do Brasil deveria ser confiada a uma ditadura, a qual duraria até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos fossem alfabetizados. De fato, a educação básica nunca havia sido um tema importante para os detentores do poder, muito menos naquela época. Ao levarmos em conta *O mapa do analfabetismo no Brasil* (INEP, 2003), estudo realizado em 2003, pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para esboçar a situação educacional no Brasil, pode-se constatar que, em 1920, por exemplo, a taxa de analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais, no país, era de 65%. Considerando esses dados, é possível afirmar que, se a proposta dos revolucionários fosse implantada, a sociedade brasileira estaria sob o comando de um governo ditatorial por muito tempo. Em outras palavras, não teríamos um regime republicano democrático, e sim uma ditadura, o que mostra a ambiguidade do programa político do movimento tenentista de 1924.

Segundo os planos dos insurretos, vale enfatizar, só depois que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos fossem alfabetizados seria convocada uma Constituinte para decidir os rumos do país. Além disso, durante o regime ditatorial seria decretada a Lei Marcial, o que põe em evidência, mais uma vez, o lado autoritário do movimento, pois seriam colocadas em prática as leis dos militares.

O documento também contém as seguintes ideias defendidas pelos revolucionários:

- 3) — O governo revolucionario creará escolas em numero sufficiente, de modo a attingir, no menor prazo possivel, a alphabetização do povo brasileiro.
- 4) — Composição do governo revolucionario:
 - a) — Governo Federal.
 - I) — O executivo será exercido por uma junta de dois membros militares e um civil. Suas funcções serão identicas ás dos actuaes Presidentes da Republica.
 - II) — O Legislativo será exercido por um Conselho Nacional, composto de tres membros para cada Ministerio. Será dissolvido o Congresso Nacional.
 - III) — O Judiciario será exercido pelo Supremo Tribunal Federal, organizado sobre novas bases.
- b) — Governos estaduaes:
 - § 2.º do art. 2) — As Constituições estaduaes serão mantidas no tocante á organização dos Municipios. Ulteriormente serão uniformizadas pela Constituição Federal.
 - I) — Executivo — será exercido por um presidente nomeado pela “Dictadura”, a quem prestará contas directamente. Nomeará e demitirá livremente seus secretarios.
 - II) — Legislativo — será exercido por um “Conselho Estadual” de tantas vezes tres membros, quantas forem as secretarias.
 - III) — O Judiciario — ficará inteiramente a cargo do Governo Federal. (LOPES, 1924 apud COSTA; GOES, 1924, p. 384).

De acordo com a proposta reformista dos revolucionários, enquanto prevalecesse a ditadura, seriam construídas escolas em número suficiente para alfabetizar o povo brasileiro no menor prazo possível. Vemos, dessa maneira, novamente, o interesse do movimento tenentista pela educação brasileira. Entretanto, como salientamos, tratava-se de um movimento contraditório, pois, antes do estabelecimento de uma Constituinte voltada para traçar os rumos de um país democrático, o Brasil estaria sob uma ditadura com prazo indeterminado. Chama-nos atenção, na composição do governo revolucionário, o fato de, no Governo Federal, o Executivo ser exercido por uma junta de dois membros militares e um civil. Dito em outros termos, os militares seriam maioria no poder. Além disso, no que diz respeito ao poder legislativo, seria dissolvido o Congresso Nacional. E o Judiciário seria exercido pelo Supremo Tribunal Federal, organizado sob novas bases. Quais bases seriam essas? Não há resposta a essa indagação no documento emitido pelos revolucionários.

Com relação aos governos estaduais, merece destaque a intenção dos revoltosos de reformar o Executivo. O presidente seria nomeado pelo governo ditatorial, ao qual deveria

prestar contas diretamente. O governo autoritário tinha também o poder de nomear e demitir, como bem entendesse, seus secretários.

Por fim, o documento finda com informações sobre como seria o estabelecimento da Constituinte:

5) — A “Constituinte” compor-se-á de um membro por cada 50.000 eleitores.

§ 1) — O suffragio será directo, obrigatorio e secreto.

§ 2) — Deverão ter representantes na “Constituição” as seguintes classes: a) agricultores; b) criadores; c) industriaes; d) comerciantes; e) proletarios; f) magistrados; g) professores; h) força publica (exercito, marinha e policiais); i) classes intellectuaes (bachareis, medicos, engenheiros, etc.); j) jornalistas. (LOPES, 1924 apud COSTA; GOES, 1924, p. 384–385).

Por outro lado, faz-se necessário destacar, acerca do trecho transcrito no parágrafo precedente, a proposta segundo a qual praticamente todas as classes contariam com representantes na Constituinte, bem como o estabelecimento do sufrágio direto, obrigatório e secreto.

Apesar de fazerem parte de um movimento contraditório, os revolucionários e, conseqüentemente, Eduardo Gomes, desejavam uma reforma no sistema político vigente na década de 1920. Afinal, os rebelados eram militares e pertenciam à caserna; tinham uma formação em que se sustentavam os valores da instituição militar. Assim, não é de estranhar que, antes de atingir as transformações que defendiam, por entenderem que a população brasileira não tinha condições de lutar por seus direitos, os tenentes considerassem válido estabelecer uma ditadura justamente exercida pela classe à qual pertenciam. De fato, por meio da análise de seus manifestos, verificamos que esses militares defendiam valores e ideologias relacionadas a uma cultura política autoritária.

Conforme Martins (2014), a ditadura pretendida pelos revolucionários seria do tipo esclarecida e, o povo, tutelado pelos militares, seria preparado lentamente e educado para exercer a cidadania até o momento do estabelecimento de uma ordem efetivamente democrática. Segundo esse autor, os rebeldes acreditavam que não havia compatibilidade entre ignorância e democracia. A Constituição de 1891 negava direitos políticos a diversos indivíduos da sociedade, como os analfabetos e as mulheres. Os insurgentes elaboraram um plano de modificação dessa desigualdade social, ainda que de uma forma autoritária, diferente do sistema político vigente na época.

Analisando algumas memórias de militares que participaram dos movimentos tenentistas da década de 1920, podemos ter uma visão mais ampla desses episódios. Para Farias (2001), não existia um comando ou chefe específico que centralizasse os focos

conspiratórios. Havia, sim, vínculos naturais entre os partícipes, que possuíam sentimentos em comum, o que exigia alguma articulação.

Havia portanto locais, horas e funções definidas. Mas esses movimentos careciam efetivamente de organização hierarquizada.

Para entender essa desarticulação, presente tanto no movimento de 1922 como no de 1924, é necessário considerar as condições da época. Os meios de comunicação eram precários; mesmo entre Rio e São Paulo eles se reduziam ao sistema ferroviário. As estradas eram incrivelmente más, e as ligações telefônicas, péssimas. Tornava-se muito difícil estabelecer elos entre os diferentes pontos. (FARIAS, 2001, p. 69).

Segundo Farias (2001), essa juventude militar estava sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de 1917. Assim, no Brasil, todos esses acontecimentos serviram como pano de fundo para os movimentos de 1922 e 1924. Além disso, a Primeira Guerra Mundial preocupou os jovens militares, pois revelou a fraqueza da força militar brasileira, bem como a inexistência de Forças Armadas organizadas.

Com relação ao movimento de 1924, Farias (2001, p. 73) faz estas considerações:

O movimento de 1924 provavelmente teria sido evitado não fossem o autoritarismo e a inabilidade política de Epiácio Pessoa. O que tivemos em 1922 foi uma revolta militar contra as autoridades constituídas e, de acordo com o artigo 111 do Código Penal Militar, a pena por participação num movimento dessa natureza não poderia exceder a dois anos de prisão, o que não excluiria o condenado dos quadros do Exército. No entanto, Epiácio fez com que a justiça classificasse o movimento como um levante pela mudança do regime político. Nesse caso, segundo o artigo 107 do mesmo código, a pena máxima iria para cinco anos e, em consequência, os oficiais condenados a mais de dois anos de prisão seriam excluídos do Exército.

Farias (2001) explica que, se o governo tivesse sido mais flexível, a situação poderia ter sido outra; no entanto, quando a justiça optou por esse tipo de classificação criminal, os militares mais afeitos à luta, libertados por *habeas corpus*, fugiram do Rio de Janeiro e voltaram a conspirar. Todos os que fugiram, como Eduardo Gomes, Juárez Távora, Siqueira Campos, entre outros, estavam movidos pela indignação ou pela solidariedade. Caso uma insurreição não tivesse ocorrido em 1924, aconteceria mais tarde, pois a transformação do Brasil dependia de ações contrárias à conjuntura da época. Contudo, Farias acredita que a vontade de realizar outro levante deveu-se à intolerância de Epiácio, que, assim como Bernardes, era um homem muito duro, destituído de sentimentos políticos de conciliação nos momentos cruciais.

A respeito da ideologia seguida pelos tenentes, Juracy Magalhães faz os comentários a seguir:

Na verdade, nós os tenentes, não seguíamos uma ideologia definida, não nos ligávamos a esta ou àquela classe social, embora nossas propostas de reforma ética e política atendessem aos anseios dos cidadãos do povo e da classe média, então excluídos do Olimpo oligárquico. Queríamos combater a injustiça e ao mesmo tempo confrontar as altas patentes do Exército que vinham sustentando esse tipo de opressão. (GUEIROS, 1996, p. 44).

Ao analisarmos e envolvimento de Eduardo Gomes na Revolta Paulista de 1924, procuramos entender como ela ocorreu e quais foram as ações desse militar com relação ao levante. Ao mesmo tempo, estudamos os motivos da eclosão da Revolta e as principais ideias do movimento, com o propósito de entender o que pretendiam os revoltosos, uma vez que Eduardo Gomes participou da sublevação e acreditava em suas propostas políticas.

A compreensão do tenentismo é muito importante, também, para entendermos o Brasil republicano. O movimento foi crucial para a Revolução de 1930 e para outras insubordinações ocorridas em outros contextos históricos, como o Golpe Civil-Militar de 1964. Em outras palavras, sem o tenentismo, muito provavelmente não haveria esses movimentos.

Ideologicamente, é difícil entender o movimento tenentista, pois a sublevação de 1924 foi contraditória, embora apresentasse um amadurecimento político em relação ao levante de 1922. Ao mesmo tempo em que exigia um regime político mais democrático, em defesa de uma ampla reforma no sistema, preconizava a instauração de uma ditadura e se associava à elite para realizar mudanças no país. Para os revolucionários, o povo não seria capaz de participar diretamente de tal processo de transformação; precisaria aprimorar-se em vários sentidos, principalmente no educacional. Contudo, é compreensível o fato de os tenentistas agirem com maior autoritarismo ao defenderem suas ideias, pois eram militares e obedeciam a toda uma hierarquia.

Como destaca Forjaz (1978), a Revolta Paulista de 1924 não foi única, mas foi ela quem produziu a base ideológica do movimento, funcionando como foco inspirador de diversas ações rebeldes que ocorreram no Brasil, como: o levante de Mato Grosso, em 12 de julho de 1924; a sublevação de Sergipe, em 13 de julho de 1924; a revolta do Amazonas, em 23 de julho de 1924; a insurreição do Pará, em 26 de julho de 1924, e a Revolução do Rio Grande do Sul, em 29 de outubro de 1924.

No entender de Forjaz (1978, p. 25), as revoltas ocorridas em 1924 “[...] formam um complexo de movimentos, levantes, insurreições e tentativas de golpe frouxamente articuladas

em termos organizacionais, porém mantendo uma unidade de objetivos político-estratégicos e de ideologia que justificam seu tratamento conjunto”.

Como vimos, os tenentes não falavam em nome de determinada categoria social, mas em nome de uma consciência nacional. Consideravam-se os verdadeiros representantes da reformulação do sistema político da época. Ao mesmo tempo, independentemente de sua autoconsciência, achavam que suas propostas políticas atendiam as vontades do povo e da classe média.

De acordo com Forjaz (1978, p. 28):

[...] o fato de que os tenentes se propunham a “substituir e não organizar o povo”, não indica ou comprova que não representassem as camadas médias urbanas. O elitismo dos tenentes e sua incapacidade de organizar correspondem ao elitismo das camadas médias e à sua incapacidade de organizar-se politicamente.

Conforme já frisamos anteriormente, e sob o ponto de vista defendido por Forjaz (1978), a organização do povo na década de 1920, com a finalidade de transmitir-lhe seus propósitos no sistema político, era complicada, pois requeria uma consciência política e autonomia ideológica que as camadas médias não apresentavam na época, devido ao seu processo social de formação. As classes médias brasileiras eram dependentes das oligarquias agrárias tanto em termos econômicos quanto sociais e políticos, por isso dificilmente teriam uma autonomia ideológica. Todavia, de acordo com Romani (2011), os insurgentes de 1924 tiveram o respaldo da população, que também desejava mudanças sociais no país. Assim, ativistas anarquistas, sindicalistas e o operariado apoiaram a sublevação e colocaram-se à disposição do movimento. Os comunistas, inicialmente, acompanharam o rumo dos acontecimentos sem criticar ou apoiar o levante, aguardando o desenrolar dos fatos para se manifestarem. Assim, por menor que fosse, a população tinha consciência de que era preciso uma mudança na política nacional.

Ao estudarmos a participação de Eduardo Gomes na Revolta Paulista de 1924, bem como o movimento em si, não podemos esquecer, que apesar da insurreição tenentista defender reformas políticas, econômicas e sociais que realmente precisavam ser feitas no país, na década de 1920 — entre elas, a luta por mudanças na Constituição da época, por melhorias na educação (a fim de acabar com o analfabetismo no Brasil); a defesa do sufrágio direto, obrigatório e secreto, bem como de uma maior autonomia do Poder Judiciário —, o movimento tenentista foi uma sublevação autoritária. Por isso, Eduardo Gomes por participar dessa insurreição estava associado a uma cultura política autoritária, visível nas ações e

exigências de seu grupo militar, que ao falarem em nome do povo, colocaram-se acima dele, por meio de um autoritarismo, em defesa de reformas políticas, que consideravam essenciais para a época.

2.6 DA PRISÃO À LIBERDADE

Como vimos, Eduardo Gomes, ao participar de sua última missão, na Revolta Paulista de 1924, sofreu um acidente aéreo. A aeronave em que estava caiu em Cunha, no estado de São Paulo. No entanto, nada grave aconteceu, e o tenente conseguiu seguir para o Rio de Janeiro, onde se refugiou na casa de um tio.

Em Cunha, tentou comunicar-se com seus companheiros. Informou-lhes o fracasso do voo e pediu esclarecimentos sobre a Revolta em São Paulo. Soube da retirada dos revolucionários, que seguiam sua marcha para o interior do país. Tentou juntar-se à Coluna Prestes, e Stanley Gomes resolveu ajudá-lo com a obtenção dos documentos necessários. Fez o irmão embarcar num navio da Companhia de Navegação Costeira e, em 4 de agosto, a embarcação chegou à capital catarinense. Um sargento do Exército, entretanto, reconheceu Eduardo Gomes no convés e o denunciou à polícia local. O tenente foi levado de volta ao Rio de Janeiro e preso na Casa de Correção (DRUMOND, 2011). Por essa razão, Stanley Gomes enviou ao STF um pedido de *habeas corpus* para que seu irmão respondesse ao processo em liberdade. O recurso, no entanto, foi negado (DRUMOND, 2011).

Em 29 de dezembro de 1924, Eduardo Gomes recebeu uma pena de sete meses de prisão, imposta pelo Conselho de Justiça do Exército, por crime de deserção. Foi transferido para um quartel do Corpo de Bombeiros, no Campo de Santana, e ali permaneceu preso e proibido de receber visitas, até mesmo de seu advogado (DRUMOND, 2011).

Para tentar ver seu filho, Jenny Gomes passou a levar-lhe um litro de leite, diariamente, no momento do banho de sol dos detentos. Assim, mesmo de longe, conseguia fazer-lhe um aceno (DRUMOND, 2011).

Amigos de Eduardo Gomes tentaram libertá-lo, quando ele seguia para a Auditoria de Guerra, onde respondia a outro processo, mas a operação fracassou devido à intensa vigilância (CHAGAS, 1946).

Em janeiro de 1925, Eduardo Gomes perdeu seu pai, que morreu com mais de 70 anos, em razão de complicações respiratórias. Antes desse triste acontecimento, Stanley Gomes solicitara à Justiça que Eduardo Gomes visitasse o pai gravemente adoentado, mas teve o pedido indeferido. No dia do enterro de Luís Gomes, Stanley requereu à Justiça que o irmão

pudesse acompanhar o enterro do pai; novamente, porém, não obteve sucesso (DRUMOND, 2011).

Em São Paulo, Eduardo Gomes foi condenado a seis meses de prisão e encarcerado numa cela da Hospedaria dos Imigrantes que era usada como presídio político, no bairro da Mooca. Em outubro de 1925, conseguiu a liberdade e retornou para Petrópolis. Contudo, no final do ano, foi preso novamente e passou a responder pela rebelião do Forte de Copacabana. Ficou encarcerado no Regimento de Cavalaria Divisionária, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro (DRUMOND, 2011). Nesse Regimento, encontravam-se presos outros companheiros de Eduardo Gomes, com quem ele chegou a compartilhar a cela. Eram Juarez Távora, Carlos Saldanha da Gama Chevalier e Francisco Pereira da Silva (TÁVORA, 1974).

De acordo com Távora (1974), a prisão em conjunto era suportável, apesar da vigilância constante. Além disso, em determinados dias, os prisioneiros recebiam visitas de parentes, os quais levavam aos presos diversas guloseimas, cujos pacotes eram revistados pelo oficial do dia. O militar recorda-se de uma passagem burlesca que ocorreu na prisão e que envolveu a irmã de Eduardo Gomes:

Eliane, irmã de Eduardo Gomes, era uma das visitantes mais constantes da nossa prisão. Certa vez — penso que de propósito — trouxe para o irmão um pacote bem volumoso de “balas sortidas e doces, conhecidos pelo nome de “bombas”. O oficial de dia, que já a conhecia, não querendo, talvez, abrir o pacote, perguntou-lhe o que trazia ela no mesmo. Eliane respondeu-lhe, com ênfase: “Balas e bombas!” O oficial se surpreendeu e replicou-lhe, com um sorriso amarelo: “Não acredito, senhorita Eliane!” A réplica veio logo: “Pois, então, abra o pacote!” Este foi aberto. E Eliane, com toda naturalidade, explicava: “Este pacote menor, como o senhor vê, contém balas sortidas; neste outro maior, estão as bombas, doce que Eduardo aprecia muito ...”. (TÁVORA, 1974, p. 203).

Em março de 1926, Eduardo Gomes, com Juarez Távora e Carlos Chevalier planejaram fugir do regimento. Jenny Gomes cooperou com a tentativa de fuga, levando-lhes pequenas serras de aço para cortar as grades. Na madrugada de 22 de abril, eles conseguiram serrar as grades e escaparam da cela. Porém, a fuga foi interrompida, pois o primeiro-tenente Vítor Bastos da Silva, oficial que fazia ronda noturna, constatou a escapada dos prisioneiros e imediatamente acionou o alarme da prisão, fazendo com que a guarda de serviços conseguisse interceptar os fugitivos. O comandante da unidade foi informado da tentativa de fuga, e um novo inquérito policial militar foi instaurado contra os prisioneiros, em decorrência do episódio (DRUMOND, 2011).

Em uma noite de maio de 1926, os detentos do 1º Regimento de Cavalaria foram levados para o vapor Cuiabá, que partiu em seguida para à Ilha da Trindade, onde ficariam

presos. Na ilha, os prisioneiros estavam quase irreconhecíveis, com suas barbas grandes e vestimentas simples (CHAGAS, 1946).

Távora (1974) afirma que mais de trinta oficiais estavam encarcerados no navio que os levava à Ilha da Trindade. Examinando fotografias da época, o autor arrola os nomes dos militares do Exército e da Marinha que estavam aprisionados na embarcação:

- A) Do Exército: Coronéis J. M. Xavier de Brito, Valdomiro C. de Lima e Silvestre Rocha; Tenente-Coronel Djalma Ulrich de Oliveira; Major Godofredo Franco de Faria; Capitães Solon Lopes de Oliveira, Benjamin Ribeiro da Costa, César Gonçalves, Mário Magalhães Barata, Aristóteles de Sousa Dantas, Artidoro da Costa, Carlos de Vasconcelos Querê, Roberto Carneiro de Mendonça, Juarez Távora e Capitão-Médico Arlindo de Castro Carvalho; Tenentes Rafael Fernandes Guimarães, Arlindo Maurity da C. Meneses, Eduardo Gomes, J. Cordeiro de Castro Afilhado, Carlos S. da Gama Chevalier, Langleberto Pinheiro Soares, Silo Furtado de Meireles, Olindo Denys e Jônatas de Moraes Correia.
- B) Da Marinha: C. M. G. Artur Seabra; Cap.-Corveta Nélon Simas; Capitães-Tenentes Ari Parreiras e Mário da Câmara Hoffman; Tenentes João Pereira Machado, Fernando Garcia Vidal e Carlos Carvalho Rego. (TÁVORA, 1974, p. 206-207).

Na Ilha da Trindade, já se encontravam presos, há algum tempo, o capitão Augusto Maynard Gomes e os tenentes João Soarino de Melo e Manuel Messias de Mendonça, implicados na revolta do 28.º BC de Aracaju, no início de 1926, momento em que a Coluna Miguel Costa-Prestes atravessava o Nordeste (TÁVORA, 1974).

Os prisioneiros ganharam barracas de lona, que armaram umas perto das outras, batizando-as com diversos nomes. A de Chevalier chamava-se *Necrotério*; a de Eduardo Gomes, *Cotinguiba*, apelido do tenente sergipano Maynard Gomes, que dividia com ele a barraca. Ao conhecer a ilha, deram o nome *Monumento 5 de julho* a um monólito de oitenta metros de diâmetro e trezentos e cinquenta de altura existente no local. Os presos batizaram os diversos lugares da ilha com nomes dos participantes da Revolução, mortos ou ausentes. Havia, assim, o planalto *General Isidoro*, o túnel *Tenente Jansen*, a enseada *Viúva Gomes* (em homenagem à mãe de Eduardo Gomes), a areal *Costa Leite* e a praia *Edith* (CHAGAS, 1946).

Muitos bodes e cabras selvagens habitavam a ilha. Sem armas, os presos tentavam capturá-los com armadilhas, mas não conseguiam. Então, para reforçar a alimentação precária, improvisavam pescarias (CHAGAS, 1946).

Uma vez por mês chegavam navios para prover os prisioneiros. As embarcações também traziam médicos, a fim de examinar os doentes, além de levar cartas, livros e notícias (CHAGAS, 1946). Muitos presos morreram na ilha, mas foram sepultados com a máxima dignidade possível, por meio de cerimônias militares improvisadas pelos colegas.

Eduardo Gomes recebia de sua mãe livros sobre a realidade socioeconômica e política do país, os quais lhe proporcionavam oportunidades para debater com seus colegas os problemas do Brasil (DRUMOND, 2011). Eduardo Gomes também gostava de ler obras religiosas e possuía o livro de sua predileção, *Imitação de Cristo*⁴⁸, presente de sua mãe (CHAGAS, 1946). A leitura era uma das distrações mais comuns entre os prisioneiros, e cada um deles lia o livro de outro colega quando lhes interessava. Távora (1974) conta que releu suas coleções de Alberto Torres e Euclides da Cunha, além de diversos volumes sobre a Revolução Francesa. Já outros preferiam a leitura de romances. Com relação a Eduardo Gomes, Távora relata que ele se entreteve,

[...] durante muito tempo, com a leitura de um grosso volume, intitulado *Satan Conduit le bal* — livro que, segundo dizia Carneiro de Mendonça — ou por comodidade ou por conveniência de encobrir o título — o Eduardo mantinha aberto debaixo da cama e no lado direito, arrancando-lhe, uma a uma, as páginas a ler, e empilhando-as, depois de lidas, também embaixo da cama, mas no lado esquerdo... (TÁVORA, 1974, p. 212, grifo do autor).

Os jogos, como os de agilidade física e mental, eram o segundo passatempo mais praticado entre os presos. Entre os primeiros estavam a prática do pingue-pongue e o voleibol (TÁVORA, 1974). Com relação aos jogos de agilidade mental, jogavam-se a “gangorra”, as “damas” e o xadrez. Os presos também praticavam excursões em volta das praias ou subiam o altiplano da ilha, o que os ajudavam a manter-se em boa forma física (TÁVORA, 1974).

Segundo o relato de Távora (1974, p. 213):

Comentava-se na ilha que Eduardo Gomes tomou, ao chegar à Trindade, uma assinatura de subida diária ao morro da Cratera, com a condicional de fazê-lo exercendo, sempre, o esforço de subida com a perna direita, um pouco mais curta que a esquerda, em consequência de fratura sofrida durante a arrancada dos “Dezoito de Copacabana”, em 1922. E acrescentavam as más línguas que, tão bem cumpriu seu voto que, ao deixar a ilha, ainda claudicava, porque já tinha a perna fraturada um pouco mais longa que a outra...

Já de acordo com Chagas (1946), de tanto subir à cratera que havia na ilha, Eduardo Gomes, que, ao chegar ao local, mancava um pouco da perna esquerda, devido ao ferimento sofrido em 1922, ao deixar a Ilha da Trindade, já estava em boa forma.

⁴⁸ Segundo Chagas (1946), o capitão Castro Afilhado conta que, no presídio da Imigração, onde esteve preso com Eduardo Gomes, o livro *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis, publicado no século XV, já era um dos livros prediletos de Eduardo Gomes.

Conforme relatamos, Eduardo Gomes e os outros tenentes, mesmo presos, mantinham o hábito da leitura. Eduardo Gomes lia livros sobre política e assuntos socioeconômicos do país, além de obras religiosas, o que evidenciava seu lado católico. Juarez Távora, como também já destacamos, lia obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres, bem como livros sobre a Revolução Francesa. Muitos colegas partilhavam as obras uns com os outros. É bem provável que Eduardo Gomes tenha lido as mencionadas obras, o que deve ter contribuído para sua atualização e formação como revolucionário. Todos eram, portanto, homens esclarecidos e em busca de mais conhecimentos. Mesmo presos, continuavam debatendo os problemas do Brasil e planejando futuras lutas em favor de reformulações políticas para o país. Ao mesmo tempo, procuravam manter-se ativos, por meio de jogos intelectuais e exercícios físicos.

Durante o mandato de Washington Luís, muitos presídios políticos foram desativados, como o da Ilha da Trindade. Os presos que lá estavam foram transferidos para a Ilha das Cobras, na Baía de Guanabara. Além disso, o governo concedeu liberdade vigiada aos prisioneiros que tinham processos em andamento na Justiça (DRUMOND, 2011).

Liberto, Eduardo Gomes foi morar em Petrópolis (RJ). Continuou a ser solidário com seus colegas mais necessitados, prestando-lhe ajuda moral ou material. Em abril de 1927, convocado pela Justiça Federal por causa de sua participação na Revolta Paulista de 1924, mudou-se para a capital paulista. Ficou preso num quartel da 2ª Região Militar, de onde foi solto dois meses depois. Livre, passou a responder, então, à Justiça Federal da 1ª Vara do Distrito Federal, em virtude de sua participação no levante de 1922. Entretanto, havia outros processos contra ele, como o relativo à sua tentativa de fuga do Regimento de Cavalaria Divisionária (DRUMOND, 2011).

Ao longo do governo de Washington Luís, surgiram afirmações de que os militares envolvidos com a Justiça seriam presos, como forma de evitar novas sublevações. Assim, muitos revolucionários ingressaram na clandestinidade. Eduardo Gomes fugiu para Campos dos Goytacazes, interior do Rio de Janeiro, onde adotou o nome falso de Edmundo Goulart, com iniciais de seu nome. Lá deixou o bigode crescer e passou a atuar como topógrafo na fazenda de um coronel do Exército chamado Francisco Mota. Trabalhou na construção de um ramal ferroviário, no quilômetro 64 da ferrovia Campos-Cardoso Moreira. Morava numa casa simples, onde tinha o costume de ler jornais todas as noites, além de manusear livros à luz de uma lamparina a querosene (DRUMOND, 2011).

Após concluir o trabalho na ferrovia, Eduardo Gomes participou da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Era um profissional competente e tinha o carinho dos peões. Seu patrão tentou promovê-lo a gerente da nova empreitada, com a condição de que apresentasse o diploma de topógrafo. Em princípio, isso não constituiria problema, pois o curso de Oficial de Artilharia do Exército lhe havia concedido essa habilitação. O inconveniente seria a revelação de sua verdadeira identidade, fato que o fez abandonar o local (DRUMOND, 2011).

No final de 1928, Eduardo Gomes voltou para o Rio de Janeiro e se entregou ao Exército. Informado da prisão, Stanley Gomes resolveu recorrer à Justiça Federal, com o objetivo de descaracterizar o crime de tentativa de fuga, pois sabia que Eduardo Gomes acabaria condenado na Justiça Militar, principalmente porque o governo pressionava para que os implicados fossem condenados e presos devido a conspiração militar. O recurso não teve êxito. Stanley Gomes avisou seu irmão sobre o veredito, por isso Eduardo Gomes decidiu fugir novamente. Em 12 de abril de 1929, somente o tenente Chevalier foi levado ao tribunal para julgamento. Juarez Távora também resolveu evadir-se (DRUMOND, 2011).

Em julho de 1929, Eduardo Gomes foi condenado a pouco mais de dois anos de prisão, devido a sua participação no levante de 1922 (DRUMOND, 2011). Todavia, apresentou-se às autoridades no final de 1929, a fim de cumprir a condenação (CHAGAS, 1946).

Juarez Távora revela, em seu livro, que ele mesmo foi, nessa época, provavelmente no início de 1930, denunciado por um vizinho e preso, sendo conduzido à Chefatura de Polícia e, depois, à Fortaleza de Santa Cruz. Ali se encontravam presos vários colegas da Revolução, como Eduardo Gomes, Newton Estillac Leal, Djalma Dutra e Alcides Teixeira de Araújo (TÁVORA, 1974).

Juarez Távora conta que, desde o dia em que foi preso, começou a pensar em fugir da prisão e passou a procurar interessados em acompanhá-lo. Estillac Leal e Alcides Teixeira de Araújo interessaram-se pela ideia. Eduardo Gomes e Djalma Dutra dispuseram-se a ajudá-lo na fuga, mas não pretendiam acompanhá-lo, pois tinham esperanças de obter *habeas corpus* para poderem defender-se em liberdade no processo ao qual respondiam. A Justiça os considerou isentos do crime de deserção; foram, assim, absolvidos (TÁVORA, 1974).

Sem que ninguém soubesse como a obteve, Eduardo Gomes arranjou uma corda de cânhamo de vinte e cinco metros de comprimento, fina, mas resistente, para Juarez Távora. Sua intenção era ajudar o companheiro fuga. O irmão de Eduardo Gomes, o advogado Stanley

Gomes, também auxiliou a escapada de Juarez Távora. Com a ajuda de Ari Parreiras, foi comprado um pequeno bote com motor de popa e espaço para transportar até seis pessoas. Ari Parreiras, na companhia de Stanley Gomes e Seroa da Mota, dirigiria o barco. A data da fuga de Juarez Távora foi marcada para 28 de fevereiro de 1930 (TÁVORA, 1974).

Como pudemos observar, a família de Eduardo Gomes sempre se manteve envolvida com os ideais do filho ou com os amigos dele que estavam implicados no movimento revolucionário. Seus familiares procuravam auxiliá-lo sempre que possível, de diversas formas, como nos episódios de fuga do tenente e de seus companheiros — no caso, aqui, de um membro do tenentismo: Juarez Távora.

Em 9 de dezembro de 1929, Stanley Gomes requisitou ao STF que seu irmão respondesse aos processos em liberdade. O recurso foi aceito e, após um tempo, Eduardo Gomes, livre, partiu, com o intento de participar do movimento que desencadearia a Revolução de 1930. Seguiu, então, para Porto Alegre na primeira semana de julho de 1930, a fim de se juntar aos líderes do movimento.

3 NO GOVERNO VARGAS: A AVIAÇÃO E OS MOVIMENTOS POLÍTICOS DA DÉCADA DE 1930

Neste capítulo, analisamos a participação de Eduardo Gomes na aviação e nos movimentos políticos ocorridos durante o governo Vargas na década de 1930. Examinamos como se deu o processo histórico que originou a Revolução de 1930 e qual foi o envolvimento de Eduardo Gomes nesse movimento. Também discorremos sobre a implicação dos tenentes em tal acontecimento. Tratamos, ao mesmo tempo, do surgimento do Correio Aéreo Militar e da contribuição oferecida por Eduardo Gomes a essa instituição. Discutimos, ainda, sua atuação nas seguintes mobilizações políticas: a Revolução Constitucionalista de 1932, episódio durante o qual lutou ao lado do governo, no setor aéreo, contra os paulistas; o combate contra os comunistas em 1935, quando evitou a tomada, pelos revoltosos, do 1º Regimento de Aviação, de que era comandante; sua oposição ao Estado Novo e seu suposto envolvimento na Revolta Integralista de 11 de maio de 1938. Tentamos responder a estas indagações: Eduardo Gomes apoiou ou não a Revolução Integralista? Ele não se identificava com a ideologia do integralismo e seu nome foi apenas utilizado pelo movimento integralista? Por fim, examinamos o contexto histórico desses movimentos.

3.1 A REVOLUÇÃO DE 1930 E O TENENTISMO

Até a metade de 1929, os tenentes aguardavam o momento certo de agir, quando foram procurados pelos chefes da Aliança Liberal (AL) e passaram a colaborar com eles. Dessa forma, envolvidos apenas nas conspirações militares, os tenentes participaram das articulações políticas com a AL que resultaram na Revolução de 1930. Os contatos dos militares com a AL não foram os primeiros por eles estabelecidos com a oposição oligárquica. Antes disso, os tenentes se aproximaram do Partido Democrático (PD) de São Paulo e do Partido Libertador (PL) (FORJAZ, 1978).

Foi no início de 1927 que os tenentes passaram a relacionar-se com o Partido Democrático de São Paulo. Isso ocorreu graças à mediação de Maurício de Lacerda, que havia sido procurado por Juarez Távora, representante dos tenentes. Juarez Távora portava uma carta escrita por Luís Carlos Prestes na qual sugeria uma aproximação e ajuda dos democráticos para realizar a insurreição (FORJAZ, 1978).

Para Forjaz (1978, p. 57-58):

Embora os tenentes é que tenham tomado a iniciativa de buscar uma aproximação com os democráticos, esse fato não revelaria nenhum intuito dos tenentes de mobilização popular através de um partido político, já que a intenção primeira dessa aproximação é a captação de recursos entre os democráticos para financiar a revolução.

Os tenentes — à exceção de Prestes —, ainda acreditavam numa solução por meio da luta armada; já as oligarquias dissidentes, com o objetivo de tomar o poder, defendiam fazê-lo por intermédio das eleições. O Partido Democrático de São Paulo e o Partido Libertador, com seu líder, Assis Brasil, passaram a se distanciar da Revolução. Tanto o PL quanto seu líder aproximaram-se do Partido Republicano do Rio de Grande do Sul e de Getúlio Vargas, antevendo a formação da frente única que apoiaria a candidatura de Vargas à Presidência da República. Ao mesmo tempo, mais uma resistência oligárquica se formou contra o presidente Washington Luís, por meio do Partido Republicano Mineiro (PRM), liderado pelo presidente de estado Antônio Carlos, que objetivava concorrer às eleições presidenciais (FORJAZ, 1978).

Segundo Forjaz (1978, p. 62), as oligarquias dissidentes, que estavam organizadas nos novos partidos políticos, queriam apenas realizar “reformas ao nível político, e em última instância, a substituição no poder de determinadas facções oligárquicas por outras, representativas de um espectro mais amplo das oligarquias regionais”.

Com relação aos tenentes, pode-se afirmar que estavam organizados numa conspiração revolucionária e pretendiam realizar reformas sociais e econômicas com a finalidade de melhorar as condições de vida da população brasileira. Eles representavam os desejos das camadas médias urbanas e tinham praticamente o mesmo programa político da Revolução Paulista de 1924; no entanto, a característica típica das classes médias presentes em seu projeto só se tornou clara após a Revolução de 1930 (FORJAZ, 1978).

Vários foram os fatores que levaram à Revolução de 1930. No sistema político vigente daquela época, era o momento de Minas Gerais assumir o poder político; porém, desde o início de seu governo, Washington Luís havia manifestado apoio a Júlio Prestes, líder da bancada paulista no Congresso e, depois, presidente do estado de São Paulo. Tal fato desagradou o estado de Minas Gerais, que contava com a indicação de um mineiro para manter a alternância no comando do governo federal entre os dois maiores estados (SP e MG). Minas Gerais acabou realizando articulações com a Aliança Liberal, que era encabeçada por Getúlio Vargas, cujo vice era o paraibano João Pessoa. O resultado eleitoral deu a vitória à chapa situacionista.

Com o argumento de que houvera fraude nas eleições, a oposição preparou um movimento insurgente para tirar Washington Luís do poder antes que a presidência fosse entregue a Júlio Prestes. O movimento iniciou-se em 3 de outubro de 1930. No dia 24 do mesmo mês, Washington Luís foi afastado do poder por uma Junta Militar. Em 3 de novembro, a junta entregou o governo a Getúlio Vargas, líder das forças revolucionárias.

O sucesso da Revolução de 1930 se deu em virtude da natureza conservadora de seus líderes militares. O comandante em chefe das Forças Armadas da Revolução de 1930 foi o tenente-coronel Góis Monteiro. Ele dava ordens aos tenentes, que coordenavam seus planos sob seu comando (YOUNG, 1979). Para Young (1979, p. 16), Góis Monteiro não era um revolucionário, e sim um oportunista político que “[...] tinha servido leal e fielmente ao governo do presidente Washington Luís (1926-1930) e foi em grande parte responsável pela derrota e retirada final da Coluna Prestes”.

De acordo com Young (1979, p. 16):

Os tenentes foram usados na coordenação de certas fases das operações militares de 1930, mas não foram responsáveis pela formulação das decisões políticas. O mais renomado dos tenentes revolucionários da década de 1920, Luís Carlos Prestes, não participou da Revolução de 1930, condenando-a como uma revolta burguesa. Os tenentes foram mais importantes na preparação do clima psicológico da opinião do país do que no planejamento militar e nos poucos combates que realmente ocorreram.

Com relação aos movimentos que antecederam a Revolução de 1930, cabe destacar que, em 8 de março desse mesmo ano, o general Gil de Almeida, comandante da 3ª Região Militar em Porto Alegre (RS), obteve informações sobre a chegada à capital do Rio Grande do Sul de alguns oficiais do Exército que estavam foragidos depois da Revolução Paulista de 1924. Gil de Almeida passou a desconfiar de que esses militares tinham voltado para o Brasil a fim de planejar uma revolução. O general observou também que começaram a sumir rifles e munições federais em grande quantidade e informou o fato às autoridades do governo do Rio Grande do Sul (YOUNG, 1979).

Em 11 de abril de 1930, Osvaldo Aranha se reuniu com lideranças políticas oposicionistas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, com o intuito de preparar uma insurreição militar. Um esboço sobre a revolta foi elaborado: ela deveria ocorrer concomitantemente em Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Osvaldo Aranha coordenaria o movimento no Sul do Brasil; Luís Carlos Prestes e João Alberto Lins de Barros, também seriam comunicados a respeito do levante. João Pessoa, governador da Paraíba, que tinha sido candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal, executaria os planos no Nordeste do Brasil. Juarez Távora iria comandar a organização militar no Nordeste. Tentariam obter metralhadoras em São Paulo. Em Minas Gerais, o governo estadual também participaria da sublevação, sob a liderança do governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (YOUNG, 1979).

Em maio, Osvaldo Aranha definiu a data de 16 de julho de 1930 para o início da insurreição. No exílio, todos os oficiais do Exército estavam informados sobre o levante, mas uma série de episódios negativos acabou adiando o movimento. Siqueira Campos, um dos grandes revolucionários tenentistas, morreu em maio de 1930, num desastre de avião. Ele seria o responsável pelos contatos no estado de São Paulo. Além disso, em junho, o governador de Minas Gerais havia perdido a confiança nas operações militares que ocorreriam no estado do Rio Grande do Sul. Somaram-se a esses eventos o fato de Osvaldo Aranha ter pedido demissão de seu cargo de Secretário do Interior do Rio Grande do Sul e a volta de João Alberto, que era o principal auxiliar militar de Osvaldo Aranha, para Buenos Aires. Todos esses fatores prejudicaram o início da rebelião marcada para julho (YOUNG, 1979).

No entanto, o assassinato de João Pessoa, líder da Aliança Liberal no Nordeste, levou à retomada dos planos da Aliança Liberal. Os esquemas militares de rebelião foram reorganizados, e o tenente-coronel Góis Monteiro, que tinha aceitado secretamente a

incumbência de chefe de Estado-Maior dos rebeldes desde abril, acabou por colocar sua estratégia em prática. As tropas federais legalistas começaram a se preparar para a defesa; o general Gil de Almeida, em agosto, distribuiu forças militares federais nas cidades ferroviárias estratégicas de Santa Bárbara (RS) e Passo Fundo (RS). Gil de Almeida desejava prevenir-se de uma possível rebelião e, por isso, reforçou a guarnição militar de Porto Alegre (RS) (YOUNG, 1979).

As tropas rebeldes começaram a se organizar; porém, mais uma vez, Osvaldo Aranha precisou alterar seus planos. O principal motivo de a revolução não ter acontecido em agosto de 1930 foi o fato de Vargas ter tomado a decisão de

enviar alguém ao Rio de Janeiro para entrar em contato com oficiais do Exército sabidamente simpáticos ao programa da Aliança Liberal. Vargas queria que esses militares estivessem informados sobre os planos revolucionários e, no caso de vitória antes que as tropas rebeldes chegassem ao Rio de Janeiro, assumissem o governo temporariamente, até que chegassem as forças militares do Rio Grande do Sul. (YOUNG, 1979, p. 21).

Em 15 de setembro de 1930, o general Gil de Almeida enviou uma correspondência ao Ministério da Guerra, endereçada ao general Nestor Passos, comentando sobre o envolvimento de Vargas no processo revolucionário e destacando que Vargas não era legalista. Posteriormente a esse fato, em 25 de setembro, os rebeldes determinaram a data em que deveria acontecer a rebelião: 3 de outubro. A revolta começaria às 17h30 desse dia, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba. O horário era estratégico, pois às 17h00 as repartições governamentais estariam fechadas e os quartéis gerais, vagos. Isso poderia causar a prisão do general Gil de Almeida, que era o comandante federal do Rio Grande do Sul (YOUNG, 1979).

No dia 3 de outubro de 1930, após as 17h00, iniciou-se o ataque ao quartel-general do Exército, que logo ficou sob o controle dos revolucionários. Gil de Almeida não quis render-se; só capitularia se Vargas lhe escrevesse uma carta solicitando que depusesse as armas. Vargas afirmou que o general teria todo o respeito necessário. Por volta das 23h00 do mesmo dia, a maioria da tropa federal de Porto Alegre passou para o lado dos revolucionários. O 7º Batalhão de Caçadores resistiu até o dia seguinte. Em 4 de outubro, Vargas publicou um manifesto no qual destacava os motivos da revolução. Segundo ele, a revolta estava ocorrendo em razão de supostas fraudes nas eleições para presidente, ocorridas em março, bem como da interferência do governo federal na Paraíba (YOUNG, 1979).

À medida que os revolucionários foram dominando a situação, criou-se uma junta composta pelos generais João de Deus Mena Barreto, Firmino Antônio Borba, Pantaleão Teles Ferreira e José Fernandes Leite de Castro. Essa junta tinha derrubado o governo federal; seus integrantes haviam enviado ao presidente Washington Luís uma proclamação na qual exigiam a sua rendição (YOUNG, 1079).

De acordo com Young (1979, p. 29-30):

A junta de governantes militares indicou o General Leite de Castro para o Ministério da Guerra e o Coronel Bertoldo Klinger para a chefia de polícia do Distrito Federal. O General Hastínfilo de Moura, que tinha comandado as forças federais que enfrentavam os revolucionários na fronteira de Paraná com São Paulo, foi nomeado governador militar de São Paulo, o que provocou uma torrente de protestos.

No entanto, os chefes rebeldes foram pegos de surpresa pelas medidas da Junta Militar, pois as decisões foram tomadas sem nenhuma comunicação prévia. Integrantes da Aliança Liberal em São Paulo passaram a enviar recados de protestos. Vargas e Góis Monteiro pediram explicações e enviaram correspondências para à Junta Militar estabelecida no Rio de Janeiro. Após 3 dias, em 27 de outubro de 1930, chegaram as respostas aos telegramas enviados por Vargas e Góis Monteiro. A junta enviou, na mesma data, uma nota pública na qual afirmava que havia entrado em contato com os revolucionários e aguardava a chegada de Getúlio Vargas para tomar as decisões necessárias à organização do governo. Ainda no mesmo dia, Osvaldo Aranha chegou ao Rio de Janeiro. Vargas só entraria na capital quando ela estivesse ocupada por tropas do Rio Grande do Sul. Com efeito, ele chegou ao Rio de Janeiro e assumiu o poder em 3 de novembro de 1930 (YOUNG, 1979).

Um episódio muito importante ocorrido antes da Revolução de 1930 foi a polêmica entre Luís Carlos Prestes e Juarez Távora sobre o levante. O primeiro era contra a Revolução de 1930 quanto ao fato de os revolucionários concretizarem-na em ligação com os políticos da Aliança Liberal. Além disso, Prestes defendia ideias vinculadas à ideologia comunista, pensamento que não agradava à maioria dos líderes tenentistas, como Eduardo Gomes. A mencionada controvérsia ocorreu durante a troca de manifestos⁴⁹ entre Prestes e Távora. Esse episódio é importante para compreendermos, sobretudo, o pensamento político de Távora naquele momento, pois ele era muito próximo de Eduardo Gomes e defendeu ideologias políticas, em grande parte de sua vida, parecidas com a de seu companheiro. Ao mesmo

⁴⁹ Tivemos acesso aos manifestos escritos por Prestes e Távora, por meio do livro de memórias deste último, em seu primeiro volume, o qual se encontra em anexos.

tempo, Távora fez parte de muitos movimentos dos quais Eduardo Gomes participou. Também apoiou as duas candidaturas de Eduardo Gomes à Presidência da República pela UDN, em 1945 e 1950. Em 1955, Távora também foi candidato à Presidência da República pela UDN e apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964.

Prestes criticava o fato de a Revolução de 1930 ser realizada com o programa da Aliança Liberal, considerado medíocre por ele. É o que se pode observar nas afirmações feitas por Prestes no manifesto endereçado por ele a Távora em maio de 1930:

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, o voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição, de moeda estável e outras panacéias nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes. (PRESTES, 1930, p. 2 apud TÁVORA, 1974, p. 345).

Para Prestes (1930 apud TÁVORA, 1974), a luta pela independência nacional deveria ser realizada contra o imperialismo e os grandes senhores da Inglaterra, por intermédio da insurreição nacional de todos os trabalhadores. Por fim, o tenente encerra o seu manifesto resumindo o que defendia:

Lutemos pela completa libertação de todos os trabalhadores agrícolas, de toda as formas de exploração feudais e coloniais; pela confiscação, nacionalização e divisão de terras; pela entrega de terra gratuitamente aos que trabalham. Pela libertação do Brasil ao jugo do imperialismo; pela confiscação e nacionalização das empresas estrangeiras, dos latifúndios, concessões, vias de comunicações, serviços públicos, minas, bancos; anulação das dívidas externas. Pela instituição de um governo realmente surgido dos trabalhadores da cidade e das fazendas, em entendimento com os movimentos revolucionários antiimperialistas dos países latino-americanos e capaz de esmagar os privilégios dos atuais dominadores e sustentar as reivindicações revolucionárias.

Assim, venceremos.

(PRESTES, 1930, p. 5 apud TÁVORA, 1974, p. 438).

Em resposta ao manifesto de Prestes, Távora escreve outro texto, datado de 31 de maio de 1930. No documento, ele critica a corrupção no Brasil, defende que a Constituição brasileira seja reformada, quantas vezes fosse necessário, até ser devidamente cumprida pela elite nacional, que o militar chama de deficiente. Távora não acredita numa revolução executada pelos trabalhadores e pelo povo humilde; para ele, faltavam à massa os atributos necessários para uma insurreição generalizada, como audácia, iniciativa e eficiência bélica (TÁVORA, 1930 apud TÁVORA, 1974).

Segundo Távora (1930, p. 3-4 apud TÁVORA, 1974, p. 351-352), para haver uma revolução:

É inútil, ou dispensável, que se lhes indaguem a classe a que pertencem, o credo político-social que os abraçam, os erros ou prejuízos de sua mentalidade atual ou superior.

Penso que a revolução não é privilégio de uma classe ou de alguns poucos indivíduos predestinados: — é o patrimônio comum, universal, de todos os desiludidos e desesperados de proteção legal, contra os arbítrios da tirania.

Deverá haver, assim, lugar em suas fileiras para o comunismo extremado, o anarquista, o socialista, o revolucionário moderado, o liberal e o conservador: para o civil e o militar; para o burguês e para o proletário.

Távora, assim como os tenentes, defendia, entre tantas questões, a reforma da Justiça, o fortalecimento da liberdade civil, a independência econômica da população, a difusão da pequena propriedade e um controle político mais eficaz para coibir os abusos do poder etc. (TÁVORA, 1930 apud Távora, 1974).

Em uma carta escrita, em 25 de junho de 1930, na Paraíba, e endereçada a Prestes, com a intenção de encerrar a polêmica por eles, Távora critica duramente a massa. Esta, em seu entender, não tinha capacidade para governar a si mesma, nem discernimento para eleger, com consciência, políticos que fossem capazes de governá-la com sabedoria. Távora chama de utopia a ideologia defendida por Prestes (TÁVORA, 1930 apud TÁVORA, 1974).

Com a vitória da Revolução de 1930, os tenentes tornaram-se peças fundamentais do novo regime político. Alguns foram nomeados interventores, no lugar de governadores eleitos nos estados; outros passaram a trabalhar em cargos do governo federal ou permaneceram no Exército. No entanto, durante esse período, Vargas passou a lançar os líderes tenentistas uns contra os outros (ALEXANDER, 1979).

As ideias dos tenentes modificaram-se após a Revolução de 1930. Alguns se tornaram comunistas; outros permaneceram fiéis às ideias democráticas e à consciência social que tinham originado o tenentismo. A maioria, porém, procurou se adaptar às mudanças de direção do regime instituído por Vargas até 1945. As carreiras dos tenentes também mudaram bastante depois de 1932: havia os que permaneceram nas Forças Armadas como oficiais de carreira e os que abandonaram suas carreiras militares e participaram dos movimentos políticos do país. Também houve casos de civis que se juntaram ao tenentismo e de tenentes que se tornaram comunistas. Eduardo Gomes foi um exemplo notável dos tenentes que seguiram nas Forças Armadas (ALEXANDER, 1979).

Drummond (1986), ao analisar a trajetória dos tenentes de 1922 a 1930, afirma que esses militares constituíram a força política e militar mais importante para a deflagração da Revolução de 1930. Segundo o autor, a atividade dos tenentes,

quase isolada colocou a solução de força como alternativa política cogitável para os conservadores políticos opositores de 1929-30 e para um grupo de militares até então legalistas; a conspiração e a montagem do esquema militar do movimento fora dos três Estados da Aliança Liberal, foram responsabilidade quase exclusiva dos *tenentes* [...]. (DRUMMOND, 1986, p. 196, grifo do autor).

Por outro lado, conferindo importância aos chefes militares do movimento de 1930, assim como Young (1979), Carvalho (2006, p. 63) diz que “o papel dos oficiais subalternos tem sido excessivamente exagerado, como parte da mitologia criada em torno do tenentismo”. Para o historiador, tanto no Sul como no Nordeste os tenentes não teriam conseguido realizar a Revolução sem a ajuda dos sargentos, que foram, em sua visão, os verdadeiros controladores das tropas (CARVALHO, 2006).

Segundo Prestes (2014, p. 45), o grupo civil e militar que assumiu o poder do Governo Provisório estabeleceu uma “ditadura destinada aparentemente a reorganizar a vida nacional em curto espaço de tempo e, tão logo fosse possível, deveriam ser convocadas eleições para a Assembleia Constituinte, tendo em vista a elaboração da nova lei magna do país”.

De acordo com Prestes (2014, p. 48, grifo da autora):

Na visão do grupo varguista, era necessário um governo centralizador e com força suficiente para garantir a superação da crise que o país atravessava. Segundo os novos donos do poder, no contexto histórico do início dos anos trinta e numa economia do tipo agro-exportador como a brasileira, tal objetivo só poderia ser alcançado através da intensificação do processo de *industrialização* — único caminho capaz de assegurar o desenvolvimento nacional.

O Governo Provisório foi criado em 1930, quando Vargas assumiu a Presidência da República e, encerrou-se em 1934, momento em que Vargas foi eleito indiretamente, permanecendo no poder sob o Governo Constitucional.

Iniciado o Governo Provisório, o Poder Executivo passou a concentrar também o Poder Legislativo e, como já ressaltamos, os interventores foram nomeados pelo Executivo para ocupar o lugar dos governadores dos estados. Estes últimos tiveram seu poder enfraquecido, pois eles foram proibidos de realizar empréstimos externos sem autorização do governo federal e de permitir que as polícias estaduais possuíssem artilharia e aviação, ou mesmo de armá-las em quantidades maiores que as do Exército (FAUSTO, 2013).

José Maria Whitaker, banqueiro paulista que ocupava o Ministério da Fazenda e era próximo do Partido Democrático (PD), foi substituído por Osvaldo Aranha em dezembro de 1931. Juarez Távora comandou, por algum tempo, o Ministério da Viação e Obras Públicas. A propósito, foram criados os seguintes ministérios: do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde (FAUSTO, 2013).

Segundo Fausto (2013), a industrialização ganhou impulso nos anos de 1930, mas não estava explicitamente prevista no programa da Revolução de 1930. Após as dificuldades de importação, em decorrência da Grande Depressão, o processo industrial passou a ganhar força nos primeiros anos do governo instalado pelos rebeldes vitoriosos. Só mais tarde, porém, durante o Estado Novo, figurou na agenda especial do Estado.

Vargas contou com o apoio das Forças Armadas para cumprir seus objetivos. Entretanto, revoltas do Exército ocorreram em 1931. Os amotinados exigiam melhores salários e tratamento digno, porém suas rebeliões foram contidas. Já os tenentes, com a vitória da Revolução, formularam um programa político mais claro do que o anterior (FAUSTO, 2013). De acordo com Fausto (2013, p. 92):

Um dos alvos principais permanecia: a construção da unidade nacional, pela via de um poder centralizado, em contraste com os poderes que os grandes estados asseguravam para si na Primeira República. A partir desse princípio, propunham o atendimento uniforme às necessidades das várias regiões do país; a instalação de uma indústria básica (especialmente a siderúrgica) e um programa de nacionalizações que incluía as minas, os meios de transporte e de comunicação, assim como a navegação de cabotagem. Para o atendimento desses propósitos, o movimento tenentista — cujo principal núcleo era o Clube 3 de Outubro — defendia o prolongamento do Governo Provisório.

Foi assim que se deram os principais acontecimentos que contribuíram para o início da Revolução de 1930 — a qual, como vimos, contou com a participação dos tenentes e, principalmente, de Eduardo Gomes. Este, após a vitória do movimento, resolveu não se envolver diretamente com as questões políticas do governo, permanecendo nas Forças Armadas e contribuindo especificamente, para o crescimento do Correio Aéreo Nacional.

3.2 NA REVOLUÇÃO DE 1930

Após deixar a prisão, como comentamos, em maio de 1930, Eduardo Gomes voltou a elaborar planos cujos objetivos incluíam participar do movimento que desencadearia a Revolução de 1930. Foi no Rio de Janeiro que ele organizou, com seus companheiros, os

procedimentos necessários à participação na Revolução (CHAGAS, 1946). De acordo com Nabuco (1962, p. 7):

Os “tenentes” já se apoiavam em numerosos elementos civis. No Rio de Janeiro, era no Hospital Pedro Ernesto que funcionava o quartel-general secreto onde, em grupos pequenos, se reuniam os conspiradores. O diretor, Pedro Ernesto⁵⁰, encontrava-se ali o dia inteiro, com seu grande avental branco de médico, atendendo alternadamente aos enfermos e aos revolucionários — que apareciam a qualquer momento, sem serem percebidos, perdidos que ficavam dentro do movimento constante do grande hospital. Entre os mais assíduos contavam-se os Tenentes Néelson de Melo e Filinto Müller (ambos veteranos do resto de fôrças que, após perderem a revolução em São Paulo, resistiram ainda quatro meses ao sul do Paraná); Eduardo Gomes — que regressara às fileiras, após cumprir pena de cinco anos; Osvaldo Cordeiro de Farias e muitos outros de quem se ouviria falar mais tarde.

Em julho de 1930, Eduardo Gomes enviou seu amigo Godofredo Tinoco ao Rio Grande do Sul, para conversar com Osvaldo Aranha, Estillac Leal, Miguel Costa e João Alberto. Seu objetivo era restabelecer contatos e intensificar a conspiração. Eduardo Gomes ainda utilizava o pseudônimo de Edmundo Goulart (CHAGAS, 1946). Uma carta escrita por ele e enviada a Godofredo Tinoco mostra os detalhes da partida de Tinoco, que morava em Campos dos Goytacazes, para a Região Sul do país:

Amigo Godô

Um forte abraço.

Grato pela pronta resposta. Resta só escolher o navio. Penso que o melhor dêles é o Comandante Capella, com saída a 17, pois os outros são menores. Além disso, escolhendo êsse dia, poderá vir no trem de terça, passar a quarta aqui conosco e seguir na quinta. Se preferires outro buque, escolhe-o à tua vontade. Sem mais, abraça-te o

Edmundo.

11-VII-1930.

(CHAGAS, 1946, p. 131-132).

Em 3 de outubro de 1930, Eduardo Gomes encontrava-se com as forças militares em Barbacena (MG). Havia sido incumbido de lutar em Minas Gerais. Ali, ficou ao lado de Tasso Tinoco, Arí Parreiras, Olímpio Falconière, Souza Filho, Garcia Vidal e o capitão Fulgêncio, da Força Pública mineira. Ficou estabelecido que esses oficiais, com seiscentos soldados, iriam enfrentar as tropas do Governo Federal em Juiz de Fora (MG). No entanto, houve a resistência ao golpe por parte do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte. Com isso, os planos dos revolucionários mudaram e eles passaram a contar com apenas setenta praças em

⁵⁰ Pedro Ernesto foi um médico e político que simpatizava com o tenentismo. Apoiou os tenentes em seus diversos movimentos, inclusive na conspiração que deu origem à Revolução de 1930.

Barbacena, sob o comando do capitão Fulgêncio, para dar andamento à insurreição (CHAGAS, 1946).

Em 4 de outubro de 1930, aproximadamente a uma hora da madrugada, Eduardo Gomes encarregou Tasso Tinoco de uma missão. O objetivo era submeter setecentos operários que não tinham aceitado a Revolução em Conselheiro Lafaiete (MG), posição estratégica para o transporte ferroviário. Tasso Tinoco tentou obter do capitão Fulgêncio cerca de vinte homens para auxiliar na missão, mas foi informado de que isso não seria possível. A tropa havia sido dividida em duas partes iguais: trinta e cinco soldados seguiram Maynard Gomes, a fim de conter o 11º RI de São João del-Rei (MG); os outros trinta e cinco militares destinavam-se à frente de Juiz de Fora. Eduardo Gomes, sabendo do ocorrido, encorajou Tasso Tinoco a desempenhar a missão sozinho, pois lá os operários iriam obedecê-lo. Tasso Tinoco conseguiu cumprir a tarefa que lhe foi incumbida. Isso ocorreu em Conselheiro Lafaiete, com a ajuda de dez civis, armados com carabinas de caça (CHAGAS, 1946).

Com a vitória sobre a resistência do 12º RI de Belo Horizonte, chegaram, por volta do dia 10 de outubro, os primeiros reforços a Barbacena: um batalhão com cerca de trezentos e cinquenta homens, sob o comando de Néelson de Melo. Na manhã do mesmo dia, as vanguardas de Eduardo Gomes tinham sofrido uma crise e retiraram-se. Assim que Néelson de Melo chegou, Eduardo Gomes o encarregou de fazer o reconhecimento do caminho rumo a Igrejinha (RS). A tarefa foi cumprida a cavalo. Entretanto, houve demora, por isso Eduardo Gomes, preocupado, começou a consultar o relógio frequentemente. Sem conseguir conter sua impaciência, chamou Tasso Tinoco para procurar o colega. Os dois partiram num antigo automóvel Ford e lograram encontrar Néelson de Melo (CHAGAS, 1946). Por meio da análise desse episódio, podemos observar o senso de liderança e lealdade de Eduardo Gomes em sua condição de revolucionário.

Em 24 de outubro de 1930, com a deposição de Washington Luís consumada, os revolucionários de Barbacena, em maior quantidade, já haviam praticamente tomado Juiz de Fora, quando algo curioso aconteceu. Eduardo Gomes adentrou na cidade, à frente de uma tropa de cavalaria, com aproximadamente oitenta homens. A maioria era composta de civis, os quais ostentavam lenços vermelhos nos pescoços e pegaram em armas em apoio à Revolução, fato que surpreendeu Tasso Tinoco (CHAGAS, 1946).

De acordo com Pandolfi (2020), após assumir o poder, Vargas tomou, como uma de suas primeiras medidas, a decisão de anistiar todos os tenentes que participaram das revoluções da década de 1920. Esses tenentes foram reintegrados ao Exército e passaram a

ocupar cargos estratégicos no governo. Vários oficiais subalternos que tinham tomado parte na Revolução de 1930 foram promovidos por Vargas, como Góis Monteiro, que teria participação importante no golpe de 1937. Ao mesmo tempo, com o intuito de evitar insatisfações, Vargas tentou neutralizar a oposição militar e, em maio de 1931, promoveu ao posto de general vários militares que não participaram da Revolução de 1930, como Bertoldo Klinger, que era inimigo dos tenentes. Mesmo promovido, Klinger lutaria ao lado dos paulistas em 1932, contra o governo.

Eduardo Gomes, por meio do decreto nº 19.395, de 9 de novembro de 1930, também retornou ao Exército. Em pouco tempo, conseguiu diversas promoções militares: a capitão, com data retroativa de 13 de janeiro de 1925, e a major, alguns dias depois, contados a partir de 9 de fevereiro de 1928 (DRUMOND, 2011).

3.3 O CORREIO AÉREO MILITAR

No final da década de 1920, a Aviação Militar adquiriu diversos aviões novos, de fabricação francesa, aumentando dessa forma as oportunidades de treinamentos para as equipes de combate. Assim, em 1931, com o uso de parte desses equipamentos, a Aviação Militar ativou a primeira unidade aérea depois da criação da arma de Aviação: o Grupo Misto de Aviação, localizado no Campo dos Afonsos e criado por meio do decreto nº 20.023, de 21 de maio de 1931. O seu núcleo central foi equipado com dez aviões Potez 25 TOE e dispunha de uma Esquadrilha de Treinamento com várias aeronaves Curtiss Fledgling⁵¹. Eduardo Gomes foi o primeiro comandante do Grupo Misto de Aviação (INCAER, 1990). Cabe ressaltar que logo em seguida foi criado o Serviço Postal Aéreo Militar (SPAM), denominado, pouco tempo depois, Correio Aéreo Militar (CAM), em 12 de junho de 1931. Posteriormente, com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, foram reunidos o Correio Aéreo Militar, sob o controle do Exército brasileiro, e o Correio Aéreo Naval, sob o comando da Marinha do Brasil, criando-se, assim, o Correio Aéreo Nacional (CAN).

⁵¹ Segundo Lavenère-Wanderley (1975, grifo nosso), o avião Curtiss Fledgling — *fledgling* significa “filhote de pássaro” —, era uma aeronave de treinamento, com um motor Wright Challenger de 170 H.P. Com um tanque suplementar de gasolina em cima da asa superior, poderia voar cerca de cinco horas e meia, com uma velocidade de cruzeiro de 120 km/h. Além disso, o avião tinha um pequeno compartimento de bagagem, na parte posterior da fuselagem, podendo tolerar de dez a quinze quilos, que eram distribuídos entre malas postais, bagagem dos pilotos e ferramentas. Esses aviões adquiridos pelo governo eram bem antigos e foram utilizados na instrução primária de voo nos Estados Unidos da América (EUA).

Segundo Moura (1996), que é o patrono da aviação de caça no Brasil e foi ministro da Aeronáutica de 1951 a 1954, o Grupo Misto de Aviação recebeu esse nome inicialmente, porque

[...] não era um grupo só de bombardeio ou de caça. Era de tudo. O governo do Washington Luís havia feito uma grande encomenda de novos aviões franceses para combater a Revolução de 1930. Quando iniciou a revolução, algum ignorante ou protegido conseguiu vender para o governo uns aviões Curtiss Fledgling americanos, que eram aviões-escola, e não militares, e que chegaram logo depois que a revolução acabou. Então ficamos com aviões de todos os tipos: aviões franceses de instrução, aviões de guerra, de caça, de bombardeio. Chegaram todos nessa época, e o Campo dos Afonsos ficou lotado de aviões. (MOURA, 1996, p. 42).

O general José Fernandes Leite de Castro, ministro da Guerra, optou por convidar Eduardo Gomes para servir em seu gabinete. Contudo, o trabalho foi aceito sob uma condição: a de receberem amparo os militares prejudicados pelo envolvimento na Revolução, a começar pelos ex-alunos da Escola Militar que haviam sido expulsos em 1922 (CHAGAS, 1946).

A fim de trabalhar no cargo de aviação para o qual havia sido convidado, Eduardo Gomes completou sua instrução de pilotagem sob a supervisão de seu amigo Casimiro Montenegro Filho, pois possuía apenas o curso de observador aéreo (CHAGAS, 1946). Em seu trabalho na aviação militar, Eduardo Gomes passou a ser tratado pelos colegas mais novos como “O Velho”, devido a sua experiência e de seu passado de lutas em favor do país (DRUMOND, 2011).

Segundo Chagas (1946, p. 147), o Correio Aéreo Militar, que recebeu esse nome em 12 de junho de 1931, era

[...] um magnífico programa. Não se tratava somente de fazer o transporte de malas postais a todos os recantos do país. Cuidava-se de fortalecer a unidade nacional, estimulando o intercâmbio. Buscava-se criar um clima aviatório, desenvolvendo a aviação e propiciando às suas asas, não a angústia das pistas, mas os largos vôos de adestramento. Dêsse modo, a par de sua utilidade social, o Correio Aéreo tornar-se-ia uma grande escola de pilotagem.

De acordo com Farias (2001, p. 172):

O CAN exercia funções militares e civis. Durante muitos anos foi o único meio de comunicação com as populações mais distantes do interior. O CAN levava correspondência, medicamentos, transportava doentes para cidades mais dotadas de recursos médicos e assim por diante. Vocês não podem avaliar a importância do Correio Aéreo Nacional. Considero a sua criação o fato mais marcante da gestão de

Leite de Castro no Ministério da Guerra. Os pilotos do CAN foram os pioneiros da aviação militar e da penetração no interior brasileiro.

Observamos, em consonância com as ponderações de Chagas (1946) e de Farias (2001), a importância da criação do CAM, que, além de fortalecer a unidade nacional e desenvolver a aviação, ajudava as pessoas mais pobres, que moravam em lugares distantes do país. O CAN, mencionado por Farias, passou a se chamar assim, em 1941, como já salientamos, mas suas raízes se encontram na criação do CAM na gestão de Leite de Castro no Ministério da Guerra. O Correio Aéreo levava até essas pessoas correspondências e remédios, além de auxílios aos doentes, transportando-os para as cidades que pudessem oferecer melhor assistência médica. Foi, portanto, uma criação importante a serviço do Brasil. Aliás, a criação do CAM foi um sonho concretizado de um grupo de pilotos liderados por Eduardo Gomes.

Em 12 de junho de 1931, os tenentes Casimiro Montenegro Filho e Nelson Freire Lavenère-Wanderley fizeram a primeira viagem do Correio Aéreo Militar a bordo do avião Curtiss de matrícula K 263. Realizaram a troca de correspondências entre Rio de Janeiro e São Paulo em 15 de junho de 1931 (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

Na aviação, Eduardo Gomes participou de modo importante no processo de tentativa de fabricação de motores de avião no Brasil pelo Exército. Foi este último, e não a Marinha, quem primeiro considerou essa questão. Tudo começou em 1931, quando Eduardo Gomes, que tinha acabado de assumir o Comando Interino do Grupo Misto de Aviação, deu início às providências cujo objetivo era proporcionar ao Parque de Aeronáutica da Base Aérea de São Paulo condições para a instalação, nesse local, de uma fábrica de reparos de motores de aviação. Em 12 de junho daquele ano, Eduardo Gomes já vinha contribuindo para que o CAM contasse com a infraestrutura necessária para desempenhar da melhor forma suas tarefas. O intuito era fazer com que o Parque tivesse uma oficina para reparar, reformar e, se possível, fabricar peças e componentes para os motores Wright, utilizados nos aviões da Aviação do Exército. Eduardo Gomes já era tenente-coronel e comandante interino do Primeiro Regimento de Aviação, quando, em 1935, a oficina foi finalizada e ficou sob a direção do tenente Jerônimo Bastos (INCAER, 1990).

Com relação às rotas realizadas pelo CAM, inicialmente, como afirmamos, foram efetuadas entre Rio de Janeiro e São Paulo. Posteriormente, Eduardo Gomes expandiu esse trajeto: da cidade de Goiás até Goiás Velho (antiga capital do estado de Goiás), com escalas em São Paulo, Ribeirão Preto (SP), Uberaba (MG), Araguari (MG), Itapemirim (ES) e

Vianópolis (GO). Em 1932, foram abertas as rotas de Mato Grosso e do Paraná: a primeira, de São Paulo a Curitiba, passando por Faxinal (PR), Ponta Grossa (PR) e Castro (PR); a segunda, de São Paulo a Campo Grande, passando por Bauru (SP), Penápolis (SP) e Três Lagoas (MS). Em 1934, surgiu a rota do São Francisco, ligando o Rio de Janeiro a Fortaleza, no Ceará, onde se fixou uma base aérea militar. Com uma extensão de 2500 quilômetros, passava pelo Vale do São Francisco, com escalas em Belo Horizonte, Curvelo (MG), Corinto (MG), Pirapora (MG), Januária (MG), Carinhanha (BA), Rio Branco (AC), Barra (BA), Xique-Xique (BA), Remanso (BA), Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e Iguatu (CE). Alguns meses depois, esse itinerário se estendeu até Teresina, no Piauí (CHAGAS, 1946).

Em julho de 1934 foi criada a linha Porto Alegre-Uruguaiana. Pouco tempo depois, por meio da fronteira de Mato Grosso, foram ligadas Campo Grande (MS), Bela Vista (MS), Ponta Porã (MS), Maracaju (MS) e Entre Rios (BA). No início de 1935, a linha Porto Alegre-Uruguaiana foi prolongada até a cidade de Passo Fundo (CHAGAS, 1946). De acordo com Chagas (1946, p. 151) “fechava-se o ‘circuito do Rio Grande do Sul’, num total de 1.500 Kms, servindo Pôrto Alegre, Santa Maria, Santiago do Boqueirão, Alegrete, Uruguaiana, São Luiz, Santo Angelo, Cruz Alta e Passo Fundo”. Em fevereiro, Porto Alegre já se comunicava com o Rio de Janeiro. Um mês depois, o CAM havia criado a rota de Curitiba a Foz do Iguaçu. Em setembro, esse trajeto se estendeu até Guaíra (PR) (CHAGAS, 1946).

Em 1936, foram criadas as linhas de Curitiba a Guarapuava (PR) e Teresina a Belém (PA). Passando pelas fronteiras, o CAM expandiu ainda mais seus itinerários, que constituíram sua primeira rota internacional: de Mato Grosso até Assunção, capital do Paraguai, com escalas em Campo Grande, Ponta Porã e Concepción. De 1937 a 1938 foram criadas outras linhas: Rio de Janeiro a São Mateus, no Espírito Santo; Fortaleza a Mossoró (RN); Belém do Pará a Oiapoque (AP). Em outras palavras, foram estabelecidas ligações entre lugares de acesso muito difícil. Também foram criadas as linhas de Belém do Pará a Abaeté (MG); Fortaleza (CE) a Recife (CE); Curitiba (PR) a Campanário (MG) e Ponta Porã (CHAGAS, 1946). Ainda de acordo com Chagas (1946, p. 152-153):

Prosseguindo em sua política expansionista, o Correio Aéreo Militar comete sua maior façanha, em 1939. O devotamento e o espírito de sacrifício dos jovens pilotos nunca foram tão grandes. Ao cabo de tremendas dificuldades, é inaugurada a rota do Tocantins, numa extensão de 3.500 Kms, ligando Goiás a Belém do Pará. Os anos se sucedem numa atividade febril. As linhas se vão multiplicando. A do litoral norte, que ia até Ilhéus, é prolongada para São Salvador e Natal. Nasce outras: Curitiba a Londrina; Belém a Baião, no Pará; Belo Horizonte a Teófilo Otoni; São Paulo a Belo Horizonte. Prolonga-se a rota do Tocantins, passando por Conceição do Araguaia. Faz-se uma nova ligação internacional: Belém a Caiena, na Guiana Francesa ...

Segundo Chagas (1946, p. 153), em 1944 “o Correio Aéreo, sobrevoando 33.993 quilômetros de linhas, transporta, num ano, 210 toneladas de correspondência e 47 de outros volumes, e percorre 2.566.942 quilômetros”.

Eduardo Gomes, no tempo que permaneceu no CAM, se preocupou muito com a educação do povo mais humilde. Em matéria divulgada pelo jornal *Correio da Manhã*, em 31 de agosto de 1945, alguns informantes contam que foram ajudados por ele, na época em que estava no CAM. De acordo com eles, Eduardo Gomes ia pessoalmente pedir doações de livros para as escolas de Tocantins, a fim de ajudar os estudantes mais pobres. Quando estava no Rio de Janeiro, o militar, que era muito tímido, calado e não costumava pedir nada, com o intento de ajudar os mais desfavorecidos, que não tinham recursos para aprender a ler, ia de porta em porta nas livrarias pedir livros para eles (EDUARDO..., 1945). O militar se apresentava da seguinte forma:

— Eu sou o coronel Eduardo Gomes, do Correio Aéreo Militar, venho pedir-lhe o obséquio de me fornecer, gratuitamente, alguns livros escolares, algumas taboadas, cadernos, lápis e quadro-negros, que se destinam às crianças do Tocantins, por onde tenho passado e onde as escolas são raras e mal providas. (EDUARDO..., 1945, p. 1).

De acordo com o jornal *Correio da Manhã*:

Os aviões levantavam vôo do Rio, e faziam mais uma vez a rota do Tocantins, levando de permeio com as cartas, encomendas e jornais — os livros, lousas, cadernos e lápis, primeiros elementos para reanimar a instrução que minguava. Quando não levava quantias em dinheiro, doadas do próprio bolso pelo então coronel Eduardo Gomes, para que com esse dinheiro se preenchesse as lacunas educacionais por acaso ainda não sanadas com o material escolar por êle mesmo arranjado e remetido. (EDUARDO..., 1945, p. 1).

Siqueira (1984), aviador que trabalhou ao lado de Eduardo Gomes, conta que quase sempre o companheiro chegava à esquadrilha de aviação com pacotes de medicamentos e material escolar. Tudo era dividido para ser entregue nos destinos estabelecidos. Muitas vezes, Siqueira perguntava-se como Eduardo Gomes conseguia todas aquelas aquisições, as quais seu colega dizia sempre serem doações de amigos. Contudo, com o transcorrer do tempo, passou a perceber que muitos desses materiais eram adquiridos pelo próprio Eduardo Gomes, até mesmo os jornais, que os principais meios de imprensa lhe concediam. De acordo com o autor:

Transportávamos aquele material com a consciência da nobreza de suas origens. Com o mesmo respeito e a mesma devoção com que se transportam as oferendas para um altar. Em cada avião seguia também um número considerável de jornais, ofertados pelos principais órgãos de imprensa para distribuição nas rotas. Eram também recebidos com muito interesse. Esses veículos de informação nos chegavam às mãos graças à interferência de Eduardo Gomes. (SIQUEIRA, 1984, p. 130-131).

Segundo outro informante, que conheceu Eduardo Gomes na época do CAM, o altruísta militar, quando esteve no comando do 1º Regimento de Aviação, criou cursos para os homens de sua tropa, dando oportunidade para ascender ao oficialato àqueles que tinham ensino secundário (EDUARDO..., 1945). Até mesmo um familiar desse informante teria sido auxiliado pelo curso de Eduardo Gomes:

— Modestia á parte, não é para falar de pessoa de minha família. Mas o meu primo, por exemplo, é hoje capitão, começou a vida militar como pracinha. Chegou a sargento. Serviu com o brigadeiro no 1º de Aviação. Sem fazer nenhuma concessão em matéria de serviço, pois todos tinham de cumprir antes de tudo com as suas obrigações, se desincumbirem de suas tarefas, o brigadeiro não só criou os cursos como animou o pessoal a se preparar para o oficialato. Quem não tinha o curso secundário, matriculava-se no curso para formação de sargentos aviadores. Assim, iam aprendendo um pouco mais e iam se tornando mais úteis a si e ao Brasil. Hoje a F.A.B. tem cerca de quinze oficiais, que foram antigos sargentos e soldados, e estudaram nos cursos criados pelo brigadeiro Eduardo Gomes no 1º Regimento de Aviação. (EDUARDO..., 1945, p. 1).

Em 20 de setembro de 1945, o jornal *Correio da Manhã* reproduziu a entrevista do capitão Carlos Moreira Oliveira Lima — que serviu como praça no 1º Regimento de Aviação — dada ao jornal cearense *Povo*. Na entrevista, Lima discorreu sobre a preocupação que Eduardo Gomes sempre teve com os problemas educacionais dos quartéis e da população mais carente, de um modo geral. Na época, o capitão afirmou que, se naquele momento era capitão da Força Aérea Brasileira (FAB), esse fato se devia aos meios promovidos por Eduardo Gomes (SOU CAPITÃO..., 1945). Segundo Lima:

Filho de pais pobres deste Nordeste, desprotegido, onde com muitas dificuldades consegui o curso ginásial, resolvi ir para o Rio. Lá entrei para a Faculdade de Engenharia, cursando até o 2º ano. Tolhido por dificuldades financeiras, não me foi possível prosseguir naquele curso. Em 34, fui para o 1º Regimento de Aviação, no Campo dos Afonsos, comandado pelo então cel. Eduardo Gomes, e lá pude averiguar e triunfar as vantagens citadas, que me fizeram recordar, com emoção, este grande chefe que deixou a caserna, onde conta com companheiros dedicados, para chefiar a campanha de redemocratização do Brasil. (SOU CAPITÃO..., 1945, p. 1).

O citado capitão declara que o desempenho de Eduardo Gomes como comandante do 1º Regimento de Aviação foi notável do ponto de vista da instrução (SOU CAPITÃO..., 1945). De acordo com Lima:

Lutando com uma série de dificuldades de caráter burocrático — pois não havia verbas destinadas a manter os cursos que inaugurou — conseguiu, no entanto, que durante toda a sua permanência no comando daquela unidade funcionassem cursos de alfabetização, correspondentes no secundário para candidatos á Escola de Sargentos aviadores e cursos com o programa da Escola Militar, do qual fiz parte, com 33 colegas, para candidatos ao oficialato. As aulas eram noturnas, os professores e livros arranjados pelo brigadeiro, que fiscalizava, com mão férrea e um interesse ímpar, o prosseguimento dos programas. (SOU CAPITÃO..., 1945, p.1).

Lima conta que o que Eduardo Gomes mais exigia era a frequência nos cursos. Muitas vezes, os militares, cansados do trabalho diário, queriam faltar às aulas, mas se lembravam do desejo do coronel e imediatamente se animavam. A propósito, o capitão lamentou, na época, o fato de os cursos terem sido extintos no 1º Regimento de Aviação, após a saída de Eduardo Gomes. Contudo, na 2ª Zona Aérea, que comandou de 1941 até o início de 1945, quando saiu para concorrer à Presidência da República pela UDN, Eduardo Gomes inaugurou cursos em todas as bases dessa zona, de onde saíram vários jovens com destinos as escolas de formação de sargentos e oficiais (SOU CAPITÃO..., 1945).

Com relação ao comportamento de Eduardo Gomes fora dos quartéis, Lima salienta a singeleza do coronel:

— Pela modestia que lhe é peculiar, o brigadeiro Eduardo Gomes nada deixava transpirar do que efetuava fora do quartel. Constatávamos, porém, pelo interior do Brasil, onde andávamos, que o seu esforço estava se fazendo sentir. Enfrentando as dificuldades de transporte para o “hinterland”, o coronel, além de conseguir livros e material escolar, os transportava nos aviões do C.A.M., muitas vezes deixando de atender “pedidos” e ordens para conduzir protegidos de figurões. As principais necessidades atendidas pelos aviões que obedeciam ao seu comando eram, em primeiro lugar, a correspondência e, depois, o material escolar para os longínquos lugares sem nenhum meio de transporte. (SOU CAPITÃO..., 1945, p. 1).

No Arraial d’Ajuda, distrito do município de Porto Seguro (BA), foi construído um Campo de Aviação, inaugurado em 3 de maio de 1939. O povoado local se desenvolveu e seus habitantes guardam boas recordações acerca desse episódio. Após algum tempo, o Campo foi integrado à rota do Correio Aéreo Nacional (CAN). Em 1982, foi desativado, depois da construção do atual aeroporto da cidade. Todavia, sua lembrança ficou marcada no imaginário social. Não há muitas evidências sobre a assistência que Eduardo Gomes proporcionou a alguns moradores dessa região. No entanto, um antigo morador de Arraial d’Ajuda conta que foi contratado, na época, junto a um companheiro, com a finalidade de realizar a manutenção do antigo Campo de Aviação, e ambas as contratações, muito provavelmente, foram feitas por Eduardo Gomes. O depoente ainda se lembra da quantia

recebida pelo trabalho: trezentos e cinquenta cruzeiros por mês (DIAS; LEMOS JR.; PARRACHO; SILVA; TOSATI, 2019).

O ponto mais importante na lembrança relatada, e com o qual concordamos, na esteira das ponderações dos autores, Dias, Lemos Jr., Parracho, Silva e Tosati (2019), é o fato de que o entrevistado só podia realizar os serviços no Campo durante a tarde, pois pela manhã frequentava a escola. Isso podia ser uma possível exigência de Eduardo Gomes, já que ele se preocupava muito com a ampliação da educação no país.

Um outro depoente, chamado Decio Gurrute Pessôa, narra um caso muito interessante a respeito de um jovem de Porto Seguro (BA), que Eduardo Gomes levou para o Rio de Janeiro, a fim de que o moço lá pudesse estudar. Com efeito, o rapaz acabou seguindo a carreira militar (DIAS; LEMOS JR.; PARRACHO; SILVA; TOSATI, 2019).

Muito presumivelmente, essas memórias estão relacionadas ao momento em que Eduardo Gomes, no contexto da Segunda Guerra Mundial, realizou vistorias em bases e campos de aviação localizados no litoral do Nordeste do Brasil (DIAS; LEMOS JR.; PARRACHO; SILVA; TOSATI, 2019).

Em outra matéria veiculada em 08 de setembro de 1945, o jornal *Correio da Manhã* transcreve o relato de um oficial que trabalhou com Eduardo Gomes na aviação. De acordo com o oficial, o personagem focado neste trabalho exigia, em várias missões, tudo o que se podia de seus subordinados, principalmente a prática de educação física todas as manhãs (ASSIM É..., 1945). Conforme a descrição desse militar, Eduardo Gomes era “[...] um homem metuculoso, cheio de pormenores, que cumpr[ia] e faz[ia] com que todos cumpr[issem] uma determinada tarefa de maneira completa, observando rigorosamente os detalhes, tim-por-tim, miudamente... É um prodígio de organização [...]” (ASSIM É..., 1945, p. 1).

O oficial também conta uma história que mostra as características da personalidade de Eduardo Gomes, notável pela organização e realização completa das tarefas. Essas características manifestaram-se em um dia no qual o personagem voava do Rio de Janeiro para a Bahia, em um avião do qual era o copiloto, junto a um oficial que pilotava a aeronave. Nessa rota de viagem existiam vários campos de pouso intermediários: Vitória (ES), Caravelas (BA), Porto Seguro (BA), Ilhéus (BA), entre outros. Um dos mais precários desses pequenos campos de pouso era o de Porto Seguro, e havia uma única carta a ser entregue nessa cidade, fato que fez o piloto sugerir a Eduardo Gomes que deixasse de lado essa única correspondência. A sugestão foi recusada, sob a alegação de que sempre haveria uma carta

que precisasse chegar às mãos dos destinatários e que esse município poderia conter outras cartas à espera do avião do CAM para serem enviadas ao norte (ASSIM É..., 1945).

Outra história sobre Eduardo Gomes foi contada pelo oficial (ASSIM É..., 1945, p. 1):

— De outra feita, prossegue o oficial-aviador, o major Cantídio — acho que naquele tempo ele era tenente — tinha voado de Fortaleza e vinha para o Rio. Ao chegar em Petrolina uma cidade pernambucana sobre o rio São Francisco, lugar de pernoite do avião — encontrou um telegrama do Brigadeiro concebido, mais ou menos, nestes termos: “Deveis regressar a Fortaleza, pois aqui deixastes uma das malas que deveriam seguir no avião de hoje”. [...] O tenente Cantídio voltou. A mala podia conter, se tanto, uma dezena de cartas, nada mais. Era uma cousa pequena.

Eduardo Gomes preocupava-se extremamente com seu trabalho e com seus pilotos. Mesmo em sua casa, tarde da noite, deixava seu telefone em comunicação direta com o operador da Estação Central de Rádio, que o informava sobre a situação da viagem dos aviões (VISÃO E..., 1945).

O seu devotamento, em caso de irregularidades, resultava em mensagens prontamente enviadas ao ponto obscuro da viagem. Se após vinte e quatro horas não se tivesse nenhuma notícia, o próprio brigadeiro providenciava o envio de outros aviões com o fim de localizar, socorrer e salvaguardar os interesses dos pilotos acidentados.

Não dormia antes que todas as providências fossem tomadas, que toda a segurança e assistência ao seu alcance tivessem sido postas ao alcance dos pilotos cuja situação estivesse a reclamá-las. (VISÃO E..., 1945, p. 1).

Eduardo Gomes também tinha o costume de se disfarçar, usando o nome de algum subalterno, para realizar viagens de inspeção nas quais verificava os estoques de óleo e gasolina, anotando o que faltava ou estivesse incorreto, com o objetivo de certificar-se das condições de todas as dependências do Correio Aéreo (VISÃO E..., 1945).

Com relação à personalidade séria de Eduardo Gomes e suas maneiras organizadas e meticulosas no trabalho, podemos elencar mais um fato, relatado por um senhor que conviveu com os militares na época do Campo de Aviação no Arraial d’Ajuda. Ali, os soldados partilhavam com os moradores até mesmo parte de suas refeições. De acordo com esse declarante, apesar de ter existido uma relação predominantemente harmônica entre os militares e os habitantes do pequeno distrito, houve alguns conflitos. Em um deles, a participação de Eduardo Gomes foi crucial para resolver a situação. Ocorreu um episódio em que um militar invadiu o campo — o entrevistado não lembra se era um sargento ou tenente. Esse militar, embora sem autorização, tinha o costume de soltar os cavalos na pista. Na ocasião, Eduardo Gomes, ao chegar, foi avisado pelo Guarda Campo, e deu ao militar

desobediente o prazo de uma hora para retirar os cavalos do campo, sob a argumentação de que o comando do lugar estava nas mãos dos oito homens funcionários e responsáveis pelo cuidado das pistas. Posteriormente, o problema teria sido resolvido (SILVA, 2019).

De acordo com Silva (2019), não há como afirmar que foi Eduardo Gomes quem solucionou tal questão, porém o incidente mostra que a convivência entre os militares e moradores locais do Arraial d'Ajuda não eram sempre harmônicas. Ao mesmo tempo, o episódio retrata o respeito que os militares devotavam a Eduardo Gomes, bem como a memória positiva que o entrevistado guardou acerca do personagem.

Pudemos compreender, enfim, com relação à participação de Eduardo Gomes na formação do Correio Aéreo Militar (posteriormente denominado Correio Aéreo Nacional), que ele se dedicou muito a essa instituição, ganhando, por esse motivo, o respeito e admiração de muitos que com ele conviveram. Além disso, é possível perceber que Eduardo Gomes sempre teve um pensamento voltado para os indivíduos mais pobres, especialmente no tocante à educação do povo humilde que ele encontrava nas regiões mais carentes, quando estava em viagem pelo Correio Aéreo. Ele ainda contribuiu, graças aos cursos que criou, para a educação de seus oficiais, em que muitos conseguiram ascender em suas carreiras.

3.4 A AVIACÃO NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

O estado de São Paulo era a grande força política da Primeira República e do sistema oligárquico vigente no período. Com a Revolução de 1930, São Paulo passou a perder destaque na esfera nacional. Getúlio Vargas, ao assumir o Governo Provisório com o apoio dos tenentes, passou a dar maior destaque para esse grupo militar. Tal atitude visava a atender aos interesses do tenentismo, Vargas nomeou um delegado militar para governar São Paulo, o tenente pernambucano João Alberto Lins de Barros, que administrou o estado de São Paulo de novembro de 1930 a julho de 1931. Após sua saída, ocorreram instabilidades na interventoria paulista, pois havia oposição de ideias políticas entre os tenentes e os paulistas. Em fevereiro de 1932, a situação política agravou-se, e o Partido Democrático (PD) rompeu com o governo de Vargas e se aproximou de seus antigos adversários de São Paulo, os membros do Partido Republicano Paulista (PRP). Esses partidos se reuniram, formando a Frente Única Paulista (FUP), que passou a lutar contra o Governo Provisório de Vargas (MOREIRA, c2020).

A FUP passou a defender a reconstitucionalização no país e maior autonomia administrativa para o estado de São Paulo. Eram assuntos que não interessavam, em um primeiro momento, a Vargas e aos tenentes. Entretanto, setores oligárquicos de outros

estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, também eram favoráveis ao fim do Governo Provisório de Vargas. Com o intuito de melhorar o clima político, Vargas nomeou o paulista Pedro Manuel de Toledo interventor de São Paulo e criou o novo Código Eleitoral, marcando eleições para maio de 1933. No entanto, essas medidas políticas não foram suficientes para acalmar os ânimos da FUP e dos paulistas, de modo geral. Somou-se a essa situação a morte de alguns estudantes que entraram em conflito com as forças legais. Esses estudantes, que se tornaram símbolos daquele contexto, foram: Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo — nomes cujas iniciais passaram a denominar a sociedade secreta chamada MMDC, cujo objetivo era contribuir para a queda de Vargas (MOREIRA, c2020).

Diante daquela ocasião, iniciou-se na capital paulista a Revolução Constitucionalista de 1932, a qual foi liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, que havia chefiado a Revolta Paulista de 1924, em São Paulo. Outros militares que participaram da Revolução de 1930, como Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo, também lutaram ao lado dos revolucionários. Estes últimos contaram com o apoio de diversos setores da população paulista.

No entender de Carneiro (1965), a Revolução Constitucionalista de 1932 aconteceu prematuramente, o que contribuiu para o insucesso do movimento. Havia pouca munição para os soldados revoltosos: pouco mais de quarenta mil fuzis e metralhadoras leves. Além disso, o armamento, que foi encomendado nos Estados Unidos pelo sanitarista Manuel José Ferreira, foi bastante reduzido, pois o governo norte-americano, em virtude de não ter reconhecido a situação de guerra reivindicada por São Paulo, não permitiu que todo o material bélico saísse de seu país. Segundo o autor, para complicar mais ainda essa conjuntura, a pequena quantidade de armas liberada pelos estadunidenses

[...] se perderia, ao ser o iate “Ruth” — adquirido por 50 mil dólares nos EUA — apreendido pelo Governo Provisório, ao desembarcar no litoral paulista sua preciosa carga de cartuchos, fuzis e espoletas. Igual sorte teve o navio “Jaboatão”, cuja tripulação tentou, em vão, entregar aos revolucionários, os 50 canhões antiaéreos trazidos do exterior. (CARNEIRO, 1965, p. 401).

Diversas organizações civis, como o MMDC, o SATO (Serviço de Abastecimento das Tropas em Operações) e a Casa do Soldado, prestaram auxílio por meio da provisão do fardamento e da alimentação. Também promoveram o alistamento voluntário e outras formas de assistência aos revolucionários. Mulheres da alta sociedade e da classe operária se juntaram, a fim de fabricar os fardamentos, preparar o material destinado aos socorros de urgência e trabalhar como garçonetes para servir e alimentar os soldados que voltavam da batalha. Muitas realizaram cursos rápidos voltados para a enfermagem, oferecidos pela Cruz

Vermelha (CARNEIRO, 1965). Ao mesmo tempo, “milhares de pessoas, de tôdas as classes sociais, doavam jóias, pratarias, alianças, quaisquer objetos de metal (ouro, principalmente), para o financiamento da revolução” (CARNEIRO, 1965, p. 405).

Praticamente todos os segmentos sociais — entra os quais, os do setor industrial — se solidarizaram com a Revolução. Em pouco tempo, cerca de 740 engenheiros e 340 técnicos auxiliares colaboraram com o movimento. Depois, cooperaram com o movimento muitos profissionais da educação, químicos e profissionais liberais, entre outros grupos (CARNEIRO, 1965).

De acordo com Carneiro (1965, p. 405-406):

Improvisaram-se armas e munições; fabricaram-se munição de infantaria, morteiros leves e pesados, bombas, granadas de mão, lança-chamas, máscaras contra gases. Trens e automóveis eram encouraçados, enquanto canhões pesados montavam-se nas linhas férreas, minava-se o Pôrto de Santos e ativavam-se oficinas para a recuperação do armamento.

[...].

Outra improvisação paulista: a “matraca”, que considerável pânico trouxe às hostes legalistas. Nada mais era do que um aparelho dispendo de uma roda dentada, na qual tocava uma lâmina de aço, girando aquela em alta velocidade, provocando, assim, um ruído aterrador de fogo de metralhadora...Seu inventor: professor e engenheiro Otávio Teixeira Mendes, do “Batalhão Piracicabano”.

Observamos, assim, que os paulistas se uniram de todas as formas para lutar pelo ideal da reconstitucionalização do Brasil e, principalmente, defender seus interesses. Com a Revolução de 1930, esse grupo vinha perdendo terreno nas esferas política e econômica.

Por outro lado, é possível averiguar os motivos que levaram os tenentes, como Eduardo Gomes, a permanecerem fiéis ao governo Vargas e a lutarem contra os revolucionários de São Paulo. Ao tomarmos como base a justificativa de Juarez Távora, tenente e companheiro do personagem aqui estudado, constatamos que os tenentes combateram os paulistas, porque eram contrários a um retorno imediato ao regime constitucional. Eles acreditavam que o país ainda não estava preparado para isso, além de ainda não terem sido realizados alguns dos objetivos defendidos durante anos de lutas. No entanto, deve-se destacar, que esses militares não eram contrários a uma nova constitucionalização, pois isso iria ocorrer, inevitavelmente, em algum momento. Todavia, a experiência dos tenentes, obtida por meio de longos períodos de combates em favor do país, justificava seus posicionamentos. Para eles, só depois que fossem corrigidos todos os males de ordem política, econômica e social, que prejudicavam o Brasil desde os tempos da Constituição de 1891, é que poderíamos

ter uma nova Carta Magna para o país (TÁVORA, 1976). De acordo com Távora (1976, p. 86):

Compreendo, hoje, que os políticos associados à Revolução de 1930 — menos exigentes que seus companheiros militares, e descontentes com atos criticáveis da Ditadura — julgassem viável essa retificação de fatos e de hábitos, através de eleições realizadas sob regime de voto secreto, e sujeitas, em todas as fases de seu processo, a fiscalização e a decisões da Justiça Eleitoral. Mas, os “Tenentes”, que haviam sentido, na própria carne, ao longo de vários anos de lutas, as terríveis deformações democráticas de que apenas acabávamos de sair; e que, durante esse período de provações, haviam tido como adversários, muito desses aliados políticos, na revolução vitoriosa — não acreditavam que a simples substituição de adversários de ontem, por outros de anteontem, pudessem realizar — sem uma decantação mais prolongada de seus hábitos políticos — o quase-milagre de nossa almejada regeneração democrática.

O combate entre as forças leais ao governo e os revolucionários também se estendeu à aviação. Eduardo Gomes comandou um destacamento do Exército em Resende (RJ), que foi muito importante estrategicamente, pois a cidade é quase fronteira com o estado inimigo. A cidade fluminense, durante a Revolução, era a base de todos os procedimentos aéreos no vale do Paraíba. Em setembro de 1932, Eduardo Gomes assumiu cumulativamente o comando das unidades aéreas do Destacamento do Leste (DRUMOND, 2011).

Em Resende, Eduardo Gomes reuniu seus soldados e ordenou que fossem impiedosos com os pilotos revolucionários. Na época, a aviação legalista usava aviões Waco CSO novos, de cor vermelha, motivo pelo qual foram apelidados de “vermelhinhos”. A aviação paulista apresentou uma grande deficiência de material; contudo, os insurretos lutaram com bravura, ficando conhecidos como os “Gaviões de Penacho” (DRUMOND, 2011).

Devido à eclosão da Revolução Constitucionalista e a uma renovação de equipamentos de voo, que foram disponibilizados pelas autoridades da Aviação Militar, o Correio Aéreo Militar interrompeu suas atividades de julho a outubro de 1932 (INCAER, 1990).

Moura (1996, p. 48), que também participou da luta contra os paulistas em 1932, executando voos de reconhecimento, bombardeio e ataque ao solo no Vale do Paraíba, faz o seguinte relato a respeito de Eduardo Gomes na função de comandante: “era um sujeito formidável! Incutia respeito, coragem, tinha muita ação de comando. Não podíamos afrouxar, porque ele era calmo, não gritava, mas quando dizia: “Vamos fazer, vamos voar”! — não tinha conversa”. Na opinião desse autor, Eduardo Gomes era um homem de atitude, que exigia bravura de seus subordinados, além de ser ele mesmo um sujeito corajoso (MOURA, 1996).

As memórias de Moura (1996) enfatizam, além do caráter destemido de Eduardo Gomes durante as missões de aviação contra os paulistas, o senso de humor do biografado fora das operações militares:

O Eduardo Gomes costumava sair num aviãozinho de observação, para tirar fotografias, e sempre levava o Macedo, que era dos oficiais antigos e tinha muita intimidade com ele, chamava-o até pelo nome — nós, não; nós o chamávamos de major. O Macedo tentava argumentar: “Mas, Eduardo, é uma loucura a gente sair nesse avião! Os paulistas estão aí com os Falcons, podem nos abater.” E o Eduardo respondia: “Não tem importância, eles não vão nos encontrar. E depois, é muito difícil abater o avião no ar.” Ele tinha essa teoria. Então saía para tirar fotografias, sobrevoava Campinas e voltava. O Macedo chorava quando era convocado: “Esse homem é louco!” Mas o Eduardo o fazia ir, e a nós também. Não tinha conversa. Agora, fora das missões, brincávamos muito, contávamos anedotas, e ele achava graça. (MOURA, 1996, p. 48-49).

Os pilotos não percebiam o alcance dos seus ataques aéreos, e, por isso, poderiam, sem querer, atacar grupos aliados. Moura (1996) faz referência a um episódio em que esse procedimento desavisado acarretou um ataque a sua própria tropa. Ele fora incumbido de investir contra os revolucionários que voltavam para Amparo (SP). O coronel Dutra, que estava na mesma região, perto de um rio, recebera a missão de atacar os sublevados. Moura foi reforçar o ataque e, quando lá chegou, observou que a estrada estava repleta de pessoas que rumavam em direção a Amparo; começou, então, a disparar tiros a bordo de sua aeronave, a fim de atingir o inimigo. Ao todo, sobrevoou o local por aproximadamente dez vezes e pensou: “bom, agora o Dutra vai chegar e castigar essa gente!” (MOURA, 1996, p. 51). Ao voltar a Mogi Mirim, Moura (1996) aterrissou no campo de aviação e se dirigiu a uma pequena sala onde eram fornecidas informações. Na saleta, estavam um oficial do general Barcelos e Eduardo Gomes, que comentou:

“Nero, reabastece rápido o teu avião. Tens que voltar para Amparo, porque um paulista está castigando as nossas tropas.” Eu respondi: “Não precisa voltar, porque o avião que estava lá era o meu.” Tempos depois, no Palácio Guanabara, o Bejo me mostrou uma bala de metralhadora e disse: “Olhe aqui: essa bala foi de quando você nos atacou na entrada de Amparo. Ela se encaixou da capota do automóvel. Não nos pegou porque corremos para valer e nos escondemos.” (MOURA, 1996, p. 51).

Moura (1996) também se recorda de um incidente dramático que vivenciou ao lado de seus aliados e de Eduardo Gomes. Na ocasião, a frente de combate dos legalistas estava quase sem aviões — havia apenas três pequenos aeronaves, umas das quais destinadas à observação, pois quase sempre realizavam missões diárias. Todos os dias, Eduardo Gomes enviava telegramas nos quais solicitava aviões, até que finalmente foram informados que receberiam

três aparelhos. Na época, os legalistas também sabiam que os paulistas tinham recebido aviões novos. A passagem a seguir descreve o momento em que o grupo de Eduardo Gomes avistou três aviões chegando:

“São os paulistas!” Foi uma corrida medonha! A ordem do Eduardo era decolar, e nós saímos correndo para os aviões, quando alguém gritou: “Não são os paulistas, são os nossos aviões!” Os aviões circularam o campo, aterrissaram e juntaram-se aos nossos. Ficaram os seis aviões, um pertinho do outro. Quando estávamos nos abraçando, confraternizando, gritaram: “Olhem os paulistas agora!” E já estavam caindo bomba e tiros de metralhadora em cima de nós. Metralhadoras melhores, americanas, com munição americana. (MOURA, 1996, p. 54-55).

Durante o mesmo episódio, conforme o relato de Moura (1996), um avião dos paulistas que havia ficado mais distante pegou fogo, e um vento causou o incêndio de uma outra aeronave. Eduardo Gomes, em meio à confusão, ordenou que seus pilotos decolassem, pois manter o avião pousado deixaria a aparelho vulnerável. Eles alçaram voo, mas os revolucionários conseguiram acertar dois dos novos aviões recém-chegados dos legalistas. O acontecimento foi desastroso para os legalistas, que ficaram só com quatro aviões.

Com relação ao contexto das operações aéreas durante a Revolução Constitucionalista de 1932, nos últimos dias de agosto, três aviões Waco CSO foram deslocados do Campo de Resende (RJ), na frente do Vale do Paraíba, para o Campo de Pouso Alegre (MG). O objetivo dessa ação era auxiliar as operações da 4ª Divisão de Infantaria e combater os aviões dos revolucionários que estavam atacando as tropas mineiras (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

O major Eduardo Gomes, comandante do Grupo de Aviação, partiu de Resende para Pouso Alegre (MG), Itapira (SP) e Mogi Mirim (SP), com o objetivo de contribuir para o êxito das missões. Nos primeiros quinze dias de setembro, os aviões paulistas quase não surgiram na frente de Mogi Mirim, pois os pilotos revolucionários estavam recebendo novas aeronaves, compradas no Chile: eram os Curtiss “Falcon” de observação e bombardeio, que foram os aviões mais modernos a realizar missões aéreas durante a Revolução Constitucionalista de 1932 (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975). Conforme Lavenère-Wanderley (1975, p. 120-121):

esses aviões “Falcon” tinham que ser trazidos em vôo, pelos aviadores constitucionalistas mais treinados, do Paraguai ou de Campanário, no sul de Mato Grosso; depois que chegaram a São Paulo, esses aviões ainda tinham que ser equipados com metralhadoras e porta-bombas; por causa disto, houve, na primeira quinzena de setembro, um esmorecimento nas atividades aéreas dos paulistas.

A primeira vez que os aviões Curtiss “Falcon” foram empregados foi no bombardeio do Campo de Mogi-Mirim, no dia 20 de setembro; eram ao todo dois aviões Curtiss “Falcon”, um avião Waco C.S.O. e um avião Nieuport Delage fazendo a escolta de caça.

A Revolução Constitucionalista de 1932 ocorreu em 6 frentes: Frente Leste, ou do Vale do Paraíba; Frente Sul ou Paranaense; Frente mineira; Frente de Mato Grosso; Frente do litoral (entre a Serra do Mar e o litoral norte de São Paulo) e Frente do Rio Grande do Sul. A aviação exerceu um papel muito importante no combate, embora os dois lados dispusessem de poucos aviões. Os “vermelhinhos” — aviões do governo federal —, atuaram na linha de combate e foram utilizados para bombardear várias cidades paulistas, como Campinas (SP), onde causaram grandes prejuízos à população local. Esses aviões também serviram como arma de propaganda, pois jogaram diversos panfletos sobre as cidades inimigas e nos locais onde se concentraram as tropas revolucionárias (CAMBESES JÚNIOR, [21--?]).

Já os aviões dos paulistas, conhecidos como “gaviões de penacho”, pouco puderam fazer, mas conseguiram realizar alguns estragos nas tropas legalistas (CAMBESES JÚNIOR, [21--?]).

Com o tempo, a resistência paulista foi sendo pouco a pouco aniquilada. O avanço rápido dos soldados legalistas na Frente de Campinas-Mogi Mirim fez com que a cidade de Campinas fosse ocupada, em 1º de outubro, pela coluna do general Eurico Gaspar Dutra, que, ao chegar, encontrou o município abandonado pelos revolucionários. Desde o dia 29 de setembro, haviam sido realizadas negociações para pôr fim ao combate. O coronel Oswaldo Villa Bella, chefe do Estado-Maior do general Klinger, assim como o major Ivo Borges, representaram as forças constitucionalistas e foram até o quartel-general de Góis Monteiro, a fim de assinar o armistício. No dia 3 de outubro de 1932 foi encerrada por completo a batalha em todas as frentes (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

Finalizada a luta, o Destacamento do Exército de Leste publicou um boletim de número 94, em 13 de outubro de 1932, assinado pelo general de divisão Pedro Aurélio de Góis Monteiro. O documento discorria sobre a atuação da Aviação Militar e a importância de Eduardo Gomes no combate. O militar foi muito elogiado por sua atuação, a qual já comentamos no início deste trabalho. (MONTEIRO, 1932 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975, p. 125):

A feliz terminação da luta, impatrioticamente iniciada em 9 de julho, permite que eu hoje desligue do Destacamento de Exército de Leste o Grupo de Aviação, que lhe serviu desde 11 de julho.

Recordar o seu auxílio valioso e eficaz, descrever o valor e perícia dos soldados do ar, que combateram no Vale do Paraíba e ao Norte de São Paulo, seria resumir a campanha que vimos de terminar com sucesso digno de patriotas fervorosos e com generosidade própria de valentes.

Apanhada nos seus trabalhos de paz, atacada pelas maquinações estonteantes da guerra civil, a Aviação lançou-se galhardamente para a frente e, com verdadeira elegância, soube sofrer, soube lutar e soube vencer, repelindo os adversários em todos os encontros que teve. Para essa atuação útil não prendeu-se ao teorismo idealizado para recursos que não logrou reunir. Aceitou as situações tais como se apresentaram, resolveu-as com os recursos existentes e dentro das circunstâncias ambientes em que se desenvolveram. Assim procedendo terminou a campanha gozando a confiança das armas irmãs e com a certeza de ter cumprido o seu dever.

Com relação aos elogios feitos a Eduardo Gomes, estas são as considerações contidas no citado boletim:

Por tais motivos, hoje dirigi meus agradecimentos à 5ª Arma, por intermédio do seu Chefe, General-Diretor de Aviação, e aqui deixo consignados os meus entusiásticos louvores ao bravo Comandante do Grupo de Aviação, Major Eduardo Gomes, pela competência técnica, calma e comprovada dedicação com que procurou auxiliar as operações de Destacamento de Exército de Leste.

A esse Comandante autorizo estender este louvor a todos os seus comandados, graduando-o de acordo com as missões desempenhadas e duração dos serviços prestados. (MONTEIRO, 1932 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975, p. 125):

Após a Revolução Constitucionalista de 1932, Eduardo Gomes participou, com Juarez Távara, dos ajustes necessários feitos pelo Governo Provisório para uma solução civil e paulista para o governo de São Paulo. Depois, voltou a trabalhar no CAM, que seguiu aumentando suas rotas. Ele comandou o Grupo Misto de Aviação até março de 1933, momento em que, com a reorganização da aviação militar, foi extinto o mencionado grupo, que se tornou o 1º Regimento de Aviação, sediado também no Campo dos Afonsos (DIAS, 2009).

Em abril de 1933, Eduardo Gomes, ao deixar o comando do 1º Regimento de Aviação para frequentar o curso de Estado-Maior do Exército, foi promovido, dois meses depois, a tenente-coronel. Após a conclusão do curso, voltou para a gerência interina do 1º Regimento de Aviação. Executou, simultaneamente, a chefia da Seção de Rotas e Bases Aéreas da Diretoria da Aeronáutica (DRUMOND, 2011).

À frente do Regimento de Aviação, Eduardo Gomes implantou a prática da educação física na unidade, com 50 minutos de ginástica todas as manhãs. Também introduziu cursos preparatórios nas escolas militares, com o objetivo de incentivar soldados e graduados que quisessem evoluir na carreira. As aulas eram ministradas à noite por sargentos e oficiais instrutores voluntários (DRUMOND, 2011). Segundo Drumond (2011, p. 112), “ele próprio

doava o material escolar aos alunos. Um destes, o sargento Luís de Souza Cavalcante, se lembraria, anos mais tarde, desse período”.

Os ex-“tenentes” que estiveram do lado das forças governistas vitoriosas na batalha da Revolução Constitucionalista de 1932 não conseguiram autonomia e nem tiveram mais expectativas de alcançar autossuficiência no processo político que estava em curso. Faltava-lhes um projeto político próprio, bem como uma base social de apoio, para que que pudessem, de forma autônoma, fazer frente ao grupo varguista que chegou ao poder por meio da Revolução de 1930 (PRESTES, 2014). Com a ajuda dos ex-“tenentes”, Vargas introduziu seu “*projeto autoritário, centralizador, corporativo e nacionalista*, em torno do qual se articulava o novo grupo no poder desde de 1930” (PRESTES, 2014, p. 139, grifo da autora).

Como vimos, Eduardo Gomes resolveu se dedicar à aviação e afastou-se diretamente das questões políticas que envolviam o governo Vargas, apesar de seu nome ser associado a administração varguista, algumas vezes, por determinados movimentos políticos (como o Integralismo) que se opunham, sobretudo, ao Estado Novo. Ele permaneceu nas Forças Armadas e conseguiu chegar às posições superiores da hierarquia militar. No entanto, continuou discutindo a política nacional em confiança com seus colegas de trabalho. Por meio de análises de algumas cartas escritas por Eduardo Gomes, entre 1933 e 1936, como comandante do 1º Regimento de Aviação, e enviadas a José Cândido Muricy e Nelson Freire Lavenère-Wanderley, que faziam cursos de aviação militar nos Estados Unidos, averiguamos que o personagem sempre atualizava seus subordinados quanto à situação política do país, sobretudo, com informações pertinentes à aviação. Percebemos também que Eduardo Gomes começou a expressar seus descontentamentos sobre o governo de Vargas, pouco antes do presidente ser eleito indiretamente em 1934 (GOMES, [entre 1933 e 1936]). Nas palavras de Eduardo Gomes:

Causou, somente, muito desapontamento, a atitude do dr. Getulio forçando por todas as maneiras a sua eleição para o proximo período presidencial, que parece será de cinco anos. Vae ser eleito pela constituinte, e em troca, vae prorrogar o funcionamento dessa Assembleia por mais 4 anos, éla que fora eleita e convocada somente para votar a Constituição, eleger o futuro presidente e aprovar ou não os atos da ditadura. Agora vae se transformar em Assembleia Ordinaria. Tudo porém é possível, pois a censura é um fato. O próprio Oswaldo Aranha, por não se conformar com tantos atentados tem de deixar a pasta e vestir a pele de embaixador. Eu confesso que me surpreendi com essa atitude do Getulio, embora soubesse que o poder é como a embriaguez. Poucos sabem renunciar á volupia de mandar. Apesar dessa conduta [...] do dr. Getulio, não há ameaças de perturbação da ordem, no momento. O país está farto de revoluções e o Getulio, homem sem programa nem princípios agrada muito a todos, principalmente aos ambiciosos. Sabe prometer e não é severo com os amigos que lhe são necessários. Eu tenho a impressão de que enquanto ele for [...] não largará mais o Governo. (GOMES, [1934 ou 1935], p. 2).

Constatamos, dessa maneira, na passagem transcrita, a insatisfação de Eduardo Gomes com a permanência de Vargas no poder. Em seu entender, o presidente era um homem sem convicções e projetos. De fato, ele afirma que um dos grandes defeitos do presidente era querer agradar a todos, principalmente os ambiciosos, deixando de ser severo com os amigos que lhe eram úteis. Eduardo Gomes já conhecia as artimanhas de Vargas para permanecer no poder. Aliás, uma de suas grandes preocupações era o fato de o mandatário não pretender deixar a Presidência.

3.5 A REVOLTA COMUNISTA DE 1935: O COMBATE NA ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR E NO 1º REGIMENTO DE AVIAÇÃO

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) surgiu em março de 1935, no Brasil. Consistia em uma organização política cujo presidente de honra era o líder comunista Luís Carlos Prestes. A ANL foi baseada no modelo das frentes populares que surgiram na Europa com o objetivo de impedir o crescimento do nazifascismo. Ao contrário da Ação Integralista Brasileira (AIB), fez sempre oposição ao regime de Vargas. Tinha, entre algumas de suas bandeiras, a luta pela reforma agrária e pelas liberdades públicas, bem como a defesa de projetos anti-imperialistas. Além de comunistas, a ANL reunia socialistas e liberais descontentes com a política que estava sendo feita após a Revolução de 1930. Várias lideranças civis e militares, até mesmo representantes do tenentismo — como Miguel Costa, Agildo Barata, Herculino Cascardo, entre outros, que participaram da Revolução de 1930 e tiveram, após o processo revolucionário, cargos importantes no governo Vargas — entraram na ANL e romperam com as ideias que a revolução vinha apregoando (PANDOLFI, 2020).

Alguns meses após a sua criação, a ANL foi colocada na ilegalidade. Mesmo assim, seus integrantes continuaram realizando comícios e divulgando boletins contra o governo. Em agosto de 1935, a organização começou a preparar um movimento armado com o intuito de tirar Vargas do poder e estabelecer um governo popular com Luís Carlos Prestes no comando. Levantes militares ocorreram em algumas regiões do país. A intenção era a de que o movimento contasse com o apoio da classe operária, que faria greves por todo o Brasil (PANDOLFI, c2020).

Nos dias 23 e 24 de novembro de 1935, ocorreram, em Natal e Recife, sublevações em nome da ANL, organizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Na madrugada de 27 do mesmo mês, uma rebelião teve início no 3º Regimento de Infantaria (RI) e na Escola de

Aviação Militar, ambos no Rio de Janeiro. Contudo, aqui daremos ênfase ao levante ocorrido na Escola de Aviação Militar, situada no Campo dos Afonsos (RJ), bem como ao combate ocorrido no 1º Regimento de Aviação — o qual teve a participação ativa de Eduardo Gomes, que era o comandante dessa unidade —, com o objetivo de conter o movimento.

Na época, a Escola de Aviação Militar tinha uma grande quantidade de tropas, e o corpo de alunos era constituído por cabos, que o próprio Exército selecionava e que, após a conclusão do curso, eram promovidos a terceiro ou segundo sargentos. Essa promoção era feita após análise do aproveitamento de estudos (SILVA, 1969). De acordo com Silva (1969, p. 379):

Havia oficiais-alunos. Completavam um efetivo de aproximadamente 1200 homens, oficiais e soldados dos serviços auxiliares, de guarda e manutenção. Embora, em sua maioria, os professores fossem militares, também lecionavam ali alguns civis. Além dos cursos teóricos, os alunos realizavam provas práticas. Um departamento importante na Escola era o PAM (Pavilhão de Aeronáutica e Motores) ampla oficina, sob a direção do Cap. Sócrates Gonçalves da Silva. A natureza do ensino, a diversidade dos cursos e das turmas faziam da Escola de Aviação um grande e complexo estabelecimento, difícil de dirigir.

A Escola de Aviação Militar ficava próxima da Vila Militar, e não havia nenhum tipo de separação entre elas. Na fachada, existia uma parte de muro que barrava o acesso da antiga estrada Rio-São Paulo. Ali, havia uma abertura onde seria instalado um portão, mas esse arranjo nunca foi feito. O principal portão foi construído mais tarde, à frente de uma estrada pequena que saía na antiga enfermagem da Escola. Contudo, em novembro de 1935 esse portão ainda não havia sido inaugurado (SILVA, 1969).

Era muito difícil controlar a entrada e a saída da Escola. O Comando só passou a suspeitar que algo de anormal estava acontecendo cerca de dois meses antes da Revolta, pois os alunos estavam inquietos e surgiram alguns boletins subversivos, sem que ninguém descobrisse o responsável por esses comunicados. Ao mesmo tempo, nesse ambiente de suspeitas, um sargento de confiança do tenente-coronel Ivo Borges, comandante da Escola de Aviação Militar, informou que, ao estar no Pavilhão da Aeronáutica e Motores (PAM) com o capitão Sócrates Gonçalves da Silva, havia visto cair, de dentro da túnica desse militar, um pacote de panfletos subversivos. Imediatamente, Ivo Borges mandou prender o capitão Sócrates. Posteriormente, o coronel Guedes Muniz, que estava trabalhando na construção de um avião, foi ao gabinete do comandante, a fim de interceder em favor do capitão Sócrates, por não o considerar adepto de ações subversivas. A atitude de Muniz não teve sucesso, e a punição ao capitão foi mantida; porém, quando procuraram por Sócrates, ele não foi

encontrado, o que causou estranheza e levou as forças legalistas a ficarem em alerta quanto a um novo levante (SILVA, 1969).

Atentos com relação a qualquer movimento suspeito, os comandantes da Escola de Aviação Militar, Ivo Borges, e do 1º Regimento de Aviação, Eduardo Gomes, passaram a estabelecer contatos frequentemente. Eduardo Gomes começou a receber várias informações do chefe de polícia, o capitão Filinto Müller. Na noite de 26 para 27 de novembro de 1935, Eduardo Gomes disse a Ivo Borges que tudo estava sob controle e que não havia probabilidade de acontecer uma sublevação naquele momento (SILVA, 1969). Na madrugada, após conversar por telefone com Eduardo Gomes e com o comandante do Grupo-Escola, Ivo Borges resolveu realizar uma vigilância na companhia do major Bento Ribeiro Carneiro Monteiro e do capitão Jorge Gomes Ramos, chefe da 2ª Divisão do EM da Escola. Inicialmente, tudo se encontrava em ordem; no entanto, de longe se avistou um veículo que vinha da cidade, em alta velocidade, e que passou diretamente pelas sentinelas, sem parar em obediência aos sinais dos vigias. O carro foi reconhecido como pertencente ao capitão Sócrates, que estava sob suspeita. Como as sentinelas não conseguiram deter o automóvel, Ivo Borges mandou que o soldado mais próximo atirasse e correu, com oficiais, em direção aos guardas. Ao indagar o terceiro-sargento Álvaro Belda sobre o motivo pelo qual não havia impedido a entrada do veículo, o militar disse que haviam gritado de dentro do carro que eram oficiais da escola. Ivo Borges ordenou ao sargento Belda que os seguissem, mas este respondeu que iria “levantar armas”. Após esse incidente, teve início um intenso tiroteio no interior da Escola de Aviação Militar (SILVA, 1969).

O jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 28 de novembro de 1935, noticiou o episódio da seguinte forma:

Cerca de 3 horas de hoje foi o 1.º Regimento atacado pela Escola de Aviação, que se sublevára. O seu commandante, coronel Ivo Borges, que não adherira ao movimento, sahiu a pé pela estrada Rio-S. Paulo e foi pedir auxilio à Villa Militar, onde providenciou a ida do grupo da escola de Deodoro e da força de artilharia aquartelada em Campinho, e dos elementos do 15.º Regimento de Cavallaria. Essas forças iniciaram desde logo o ataque aos rebeldes, já às 4 horas e meia e após prolongado combate conseguiram dispersar os insurrectos.

[...]

A luta foi renhida, tendo havido choques corpo a corpo.

Houve varios mortos e muitos feridos. (OS ACONTECIMENTOS..., 1935, p. 1).

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, os oficiais envolvidos no movimento da Escola de Aviação Militar eram os capitães Sócrates Gonçalves da Silva e Agliberto Vieira de

Azevedo, além do primeiro-tenente Benedito de Carvalho (OS ACONTECIMENTOS..., 1935).

No início do levante, os capitães Armando de Souza Mello, da Infantaria e comandante da companhia de guerra da Escola de Aviação, e Danilo Paladini, bem como o tenente Benedicto Lopes Bragança, que eram contrários ao movimento, foram mortos (OS ACONTECIMENTOS..., 1935). Entre outros que perderam a vida e lutaram ao lado das forças legalistas, estavam: o major Misael de Mendonça; o capitão João Pinheiro Ribeiro; o 1.º cabo Abdiel Ribeiro dos Santos, do 2º Regimento de Infantaria; os soldados Coriolano Santiago e José Alves de Sá, do 1º Regimento de Aviação; Alberto Bernardino de Aragão e Clodoaldo Ursulano, do Batalhão de Guardas (EXPRESSIVAS..., 1935).

Eduardo Gomes exerceu papel importante na defesa do 1º Regimento de Aviação. Após o ataque dos sublevados, trocou tiros com eles, e um soldado negro que havia sido preso foi levado imediatamente a sua presença. O preso carregava um fuzil e, ao postar-se diante de Eduardo Gomes, disparou contra este, que, num movimento instintivo, estendeu o braço para se defender dos projéteis. Uma bala, no entanto, acabou atravessando-lhe a palma da mão. Ao perceber que o ferimento não era grave, Eduardo Gomes enfaixou a mão e continuou a comandar a força do 1º Regimento de Aviação. Após o disparo, o soldado agressor tentou fugir, mas vários militares atiraram contra ele, que caiu gravemente ferido e depois foi internado na enfermaria da Escola (COMO..., 1935, p. 1).

Ao analisarmos o depoimento de Eduardo Gomes prestado no dia 30 de novembro de 1935, no inquérito policial militar, podemos averiguar, sob seu ponto de vista, como ocorreu a Revolta Comunista na Escola de Aviação Militar. Ele comentou que estava ciente de que havia ameaças do movimento comunista no Rio de Janeiro, mas que não imaginara que o levante poderia ocorrer na Escola de Aviação Militar. Também contou que, um pouco antes das 3 horas da madrugada, escutou tiros vindos da Escola. Já havia sido avisado pelo general Andrade de que o 3.º RI se tinha revoltado e que, por isso, reforçou as medidas de segurança da unidade (GOMES, 1935 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975). O trecho reproduzido a seguir contém o relato de Eduardo Gomes:

[...] mandei acordar o pessoal que pernoitava no Regimento, que era mais ou menos a metade da tropa posta de prontidão por ordens minha, armando e municionando os soldados. Enviei então uma patrulha sob o comando do Sargento Amaral para entrar em contacto com a Escola, a fim de colher informações e em seguida lancei dois Grupos de Combate para a altura da caixa d'água do Regimento, com a missão de deter qualquer progressão de elementos da Escola que porventura se achassem rebelados e que tentassem se aproximar do Regimento seguindo o eixo da estrada Rio-São Paulo.

Ainda empreguei elementos do Grupo Médio no valor de um pelotão, sob o commando do 2º Tenente José Zippin Grispen, com o fim de defender o Hangar desse Grupo e o Pavilhão do Commando, ficando o 1º Tenente José Moutinho dos Reis encarregado da segurança do flanco direito do Regimento e de estabelecer ligação com o Regimento Andrade Neves que, segundo comunicação do Sr. General Andrada, deveria se deslocar até Campinho. (GOMES, 1935, p. 1-2 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975, p. 180-181).

Observamos, assim, que Eduardo Gomes tomou as medidas necessárias para conter qualquer avanço dos sublevados no Regimento. No entanto, segundo ele, os revoltosos se aproximaram em silêncio, aproveitando-se da escuridão, e prenderam a patrulha do sargento Amaral. Também aprisionaram alguns militares e mataram o cabo Coriolano Ferreira. Dessa forma, conseguiram entrar no hangar da Esquadrilha de Treinamento, a única dependência do Regimento que lograram controlar, pois o lugar se encontrava aberto e de lá sairia um avião Waco F-5, que deveria voar, às 3h40 da madrugada, com destino a Recife (GOMES, 1935 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

Aos poucos, os soldados comandados pelo capitão Sócrates e pelo tenente Ivan foram apoderando-se do Regimento. Esses militares atiravam a pequena distância, e ocorreu intensa troca de tiros até às 04h15 da manhã. Ao clarear o dia, os rebelados começaram a se entregar (GOMES, 1935 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

Segundo Eduardo Gomes (1935, p. 3 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975, p. 182): “Foram feitos assim 134 prisioneiros e mais os Tenentes França e Dinarco e o aspirante Walter, e apreendidos 183 fuzis Mauser, 1 metralhadora pesada Hotckiss, 10 F. M. Hotckiss e 126 sabre-punhaes”.

Ainda de acordo com Eduardo Gomes:

Muito se distinguiram nessa acção o Tenente ZIPPIN, que luctou bravamente e os Tenentes LEMOS e MOUTINHO que, embora tendo sido aprisionados, nunca se conformaram com essa situação, conseguindo evadir-se, e que pelas disposições que energicamente tomaram no inicio do ataque muito concorreram para que não cahisse o Regimento em poder dos rebeldes. Cumpre-me salientar a atitude do telefonista de dia ao Regimento, soldado ALFREDO DE JESUS, que durante toda a lucta não deixou por um só instante o seu posto, batido embora pelas balas, obtendo as ligações que se tornaram necessarias e prevenindo de acordo com minha ordem os officiaes que se achavam em suas residencias. Foi ainda, graças a tal atitude, que pude me comunicar durante a lucta com os Senhores Generaes MINISTRO DA GUERRA, Diretor da Aviação, Commandante da 1ª. Brigada de Infantaria e Chefe do Estado Maior do Senhor Presidente. (GOMES, 1935, p. 4 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975, p. 183).

Sobre tal episódio, em que Eduardo Gomes conseguiu se comunicar com várias autoridades pelo telefone — o que foi crucial para a chegada de reforços no Regimento —, Silva (1969) destaca que o primeiro-tenente Ernâni do Amaral Peixoto atendeu à ligação de

Eduardo Gomes no Catete. O Regimento, segundo ele, estava sob ataques de origem desconhecida, mas resistia. Também pedia reforços para a continuidade da defesa.

No Palácio da Guanabara, onde Vargas residia, os tenentes Amaro da Silveira e Ubirajara Santos Lima, estavam de prontidão e acordaram o presidente, a quem deram notícias sobre os episódios ocorridos na Escola. Em seguida, houve outro telefonema, anônimo, também no Catete, feito por um morador da Urca, que dizia ter ouvido ruídos de tiros no 3º RI (SILVA, 1969).

De acordo com Eduardo Gomes, já no final do conflito, muitos rebeldes foram presos e alguns, expulsos das proximidades do seu Regimento. O tenente-coronel Ivo Borges e outros soldados chegaram a sua unidade e iniciaram uma ação ofensiva na Escola de Aviação Militar, onde o eixo da estrada Rio-São Paulo recebeu reforços de um esquadrão de metralhadora. Também fizeram parte das tropas auxiliares soldados do Regimento Andrade Neves, comandados pelo capitão Coriolano Ribeiro Dutra e conduzidos pelo tenente-coronel Ivo Borges, que, por sua vez, contou com a ajuda do major Fontenelle e do capitão Perdigão (GOMES, 1935 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

Por fim, conforme Eduardo Gomes:

Ainda coube a esses oficiais aprisionar os rebeldes que se achavam na retaguarda do II Grupo e próximos ao Almoarifado do Regimento, no que foram também auxiliados pelos capitães JONAS e THEOPHILO. Mais tarde chegaram os Srs. Tem. Cel. MUNIZ, Majores BORGES e AVILLA, Capitães AQUINO, WANDERLEY, MARTINHO, MENDES, LIBANIO e SEVERINO, Tenentes CASTRO ALVES, BAPTISTA, ALUYSIO, ADHERBAL e ARMANDO MENEZES. (GOMES, 1935, p. 5 apud LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975, p. 184).

Mais detalhes do conflito são lembrados por Moura (1996), que, em 27 de novembro de 1935, foi escalado para realizar uma viagem no Correio Aéreo, com destino a Fortaleza. Durante a madrugada, ao atender a uma ligação, em seu apartamento, do tenente Bressane, que era o ajudante de ordens do diretor da Aviação Militar, este lhe informou de que estava ocorrendo uma rebelião comunista no Campo dos Afonsos. Moura, então, partiu com alguns companheiros para a Escola de Aviação, aonde chegaram às 06h30 da manhã. O trecho a seguir contém o relato do autor:

Fomos tomando informações, e só então ficamos sabendo que o pessoal da Escola havia se revoltado e que o 1º Regimento de Aviação, comandado pelo Eduardo Gomes, estava resistindo, já tendo dominado os revolucionários e os expulsando da área do regimento. Na ação, o Eduardo fora ferido na mão. O prédio do quartel dos praças estava em chamas, devido ao bombardeio da artilharia para impedir a fuga dos comunistas nos aviões. Mas eles acabaram fugindo pela estrada Rio-São Paulo

rumo à Escola Militar de Realengo, enquanto nós dominávamos inteiramente o Campo dos Afonsos, ocupando inclusive a Escola de Aviação. (MOURA, 1996, p. 72).

Moura (1996) também relata como se iniciou a ação dos revoltosos e como foi o ataque ao Regimento que Eduardo Gomes comandava:

A revolução começou por volta de meia-noite e meia, uma hora. Os comunistas mataram uma porção de oficiais na Escola e prepararam a tropa e os aviões. Não sei que plano tinham, o que pretendiam fazer, pois aqueles aparelhos eram destinados à instrução, sem bombas ou armamentos. Eles então atacaram o Regimento, que dispunha dos únicos aviões de guerra que prestavam — os Corsários e os Boeings — e em cuja guarnição havia dois ou três comunistas. Houve luta, mas, embora o ataque tenha sido à noite, no escuro, os revoltosos não demonstraram muita iniciativa diante do Eduardo Gomes, que comandou a resistência com um moral tremendo. Enfim, não conseguiram se apossar dos aviões e fugiram junto com o pessoal da Escola. (MOURA, 1996, p. 72).

Na opinião de Farias (2001), Eduardo Gomes foi muito importante na defesa do 1º Regimento de Aviação, pois, se não fosse a sua coragem, os problemas poderiam ter sido mais graves, principalmente se os revoltosos tomassem os aviões:

[...] a história de 1935 valoriza excessivamente o episódio do 3º RI e subestima a importância do que houve na Escola de Aviação. Se os comunistas tivessem tomado a aviação, o que só não ocorreu graças à coragem de Eduardo Gomes, teríamos tido problemas maiores que os causados pela tomada do 3º RI, pois os revoltosos iriam causar uma balbúrdia muito grande com os aviões. Eram duas unidades de aviação: a Escola e o Regimento, este comandado pelo Eduardo. Na verdade, porém, Eduardo salvou os dois do controle comunista, reagindo mesmo depois de ferido. (FARIAS, 2001, p. 192).

O presidente Vargas, já a par dos acontecimentos, foi até o Ministério da Guerra, onde foi recebido pelo major Lima Brayner. Conversou com o general João Gomes, a fim de saber mais sobre o conflito. Depois, seguiu para o Campo dos Afonsos, aonde chegou bem cedo. Perto da Escola de Aviação, a comitiva de Vargas encontrou, no trecho da antiga estrada Rio-São Paulo, diversos militares que se sublevaram, com armas em mãos, mas que se retiravam derrotados. Vargas encontrou-se com Eduardo Gomes, Ivo Borges e outros militares, e verificou que a situação estava sob controle. Percebeu, ainda, que o combate havia sido intenso: encontrou muitos cartuchos de munição no chão e verificou que diversos prejuízos haviam sido causados pela artilharia (SILVA, 1969).

Posteriormente, Vargas foi à Praia Vermelha e constatou que o confronto havia terminado e, os revoltosos, levados à Casa de Detenção. O presidente estava acompanhado do

general Eurico Dutra e dirigiu-se até a praça de guerra, a qual estava destruída; depois, foi visitar os oficiais feridos (SILVA, 1969).

Como vimos, Eduardo Gomes teve participação ativa na ação que narramos e foi muito importante no combate contra os revoltosos, em sua unidade de comando, o 1º Regimento de Aviação. Devido a sua resistência, esse regimento não foi tomado pelos militares que apoiavam o comunismo.

Após a Revolta Comunista de 1935, o governo passou a adotar medidas rigorosas contra o comunismo. No Congresso, acrescentaram-se três emendas à Constituição. A primeira delas autorizava o “estado de guerra”, caso houvesse novas revoltas. A segunda concedia ao Executivo o direito de cassar a patente de oficiais da ativa, reservas e reformados. A terceira permitia a demissão de qualquer funcionário civil, ativo ou inativo, que estivesse vinculado a qualquer movimento revolucionário (CARNEIRO, 1965). Além disso, a Revolta Comunista de 1935 abriu brecha para que o governo Vargas forjasse o Plano Cohen, que constituiu o primeiro passo para a decretação do Estado Novo, em 1937, fragilizando, assim, a democracia brasileira.

Segundo Capelato (2020), após o Estado Novo, muitos inimigos de Vargas permaneceram presos ou foram torturados. Os participantes da Revolta Comunista de 1935 sofreram penas severas e torturas. Vários opositores que participaram da Revolta de 1935 foram espancados e tiveram os corpos queimados. A mulher de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, foi entregue aos alemães e morreu num campo de concentração.

Eduardo Gomes, após se ferir na luta contra os revoltosos em 1935, não recuperou de imediato todos os movimentos da mão direita. Foi orientado pelos médicos do Exército a buscar um tratamento especial na Alemanha. Em julho de 1936, obteve licença para viajar para a Europa, a fim de submeter-se a esse tratamento. Aproveitando-se da viagem, Vargas, que não conseguira atrair Eduardo Gomes para o governo, preparou-lhe uma armadilha, com o objetivo de saber até onde iria a honestidade do militar. Por meio de um burocrata, pediu que enviasse um documento a Eduardo Gomes, que, por sua vez, deveria entregar esse documento ao adido militar do Brasil em Paris. Vargas ter-lhe-ia oferecido um pagamento extra, que foi recusado. O argumento de Eduardo Gomes era de que Paris se situava no caminho da viagem e não custaria nada prestar um favor ao Estado. Um dia antes de embarcar, o militar encaminhou-se até a Pagadoria do Exército, a fim de receber seu ordenado, e constatou que o pagamento extra prometido por Vargas estava incorporado ao seu salário. Assim, quis devolver o dinheiro, mas o caixa lhe informou que a devolução

demandaria muitos procedimentos burocráticos, e isso levaria demasiado tempo. Por esse motivo, Eduardo Gomes decidiu que entregaria o dinheiro na volta, pois o dirigível *Graf Zeppelin* partiria no dia seguinte. O presidente teria, então, telefonado para a Pagadoria do Exército e confirmado que o dinheiro permanecia na conta do beneficiário. De fato, ao voltar ao Brasil, a primeira decisão de Eduardo Gomes foi devolver o dinheiro depositado por Vargas (DRUMOND, 2011). Esse episódio mostra que o presidente tentou aliciar o militar aqui estudado. Este, porém, conhecia a malícia do mandatário e, por uma questão moral, preferia resguardar-se.

Cabe enfatizar, enfim, a participação de Eduardo Gomes na luta contra a Revolta Comunista de 1935, pois mostra seu comportamento político atrelado à cultura política anticomunista.

3.6 A REVOLTA INTEGRALISTA E A OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO

Na década de 1930, a extrema-direita teve vários seguidores no Brasil. Os pequenos grupos adeptos dessa vertente ideológica que existiam no país se uniram quase todos na Ação Integralista Brasileira (AIB), sob a liderança de Plínio Salgado (VIANNA, 2018).

O líder da AIB, em 7 de outubro de 1932, leu o *Manifesto de Outubro*, no Teatro Municipal de São Paulo. Contava com o apoio de setores da intelectualidade nacionalista e que se identificavam com o fascismo. O documento, que expunha a ideologia do movimento, foi escrito por Plínio Salgado. Sua publicação inicial teve uma tiragem de 20 mil exemplares, os quais foram distribuídos na capital de São Paulo e em várias regiões do país. O manifesto integralista defendia os princípios da autoridade, tecia críticas aos partidos políticos e previa uma possível conspiração contra o Brasil, além de posicionar-se a favor de uma organização familiar conservadora e de um Estado inspirado nos moldes fascistas (GONÇALVES; NETO, 2020).

A religião era muito importante para o movimento integralista, cujo lema era “Deus, pátria e família”. Para os seguidores do integralismo, Deus dirigia o destino dos povos, a pátria constituiria o nosso lar, e a família teria sua relevância por ser o início e o fim de tudo. Além disso, Plínio Salgado era visto por muitos como uma profeta, embora ele mesmo afirmasse que era apenas um homem que raciocinava (GONÇALVES; NETO, 2020).

De acordo com Gonçalves e Neto (2020, p. 15):

Seguindo os modelos fascistas, a organização integralista atribuía a posição de chefe nacional a Plínio Salgado. Com a função de orientar, doutrinar e executar, possuía a direção total e indivisível do movimento, tornando o seu poder centralizador, total e permanente. Um aspecto que caracteriza muito bem a natureza de seu poder é a função de ser inatingível, perpétuo e com uma fidelidade ilimitada. Essa valorização teve como consequência o culto da sua personalidade, que caminhava entre um chefe político e um chefe religioso.

Cabe assinalar que os integralistas deveriam usar obrigatoriamente seus uniformes. As camisas verdes que trajavam eram de algodão ou brim, e a cor da gravata era preta. Também vestiam calças brancas ou pretas e gorro verde de duas pontas. Na área rural, poderiam envergarem calças de cor cáqui. As mulheres usavam camisas de cor igual à dos homens e saias pretas ou brancas. Para os integralistas, a camisa era sagrada; quem fosse pego cometendo algo errado, vestido com essa peça, seria punido pela organização (GONÇALVES; NETO, 2020).

Caso algum integralista vestisse a camisa para consumir álcool, dançar, jogar, ou mesmo apresentá-la em desalinho, seria punido com uma falta disciplinar grave. Em hipótese alguma a camisa verde seria uma fantasia de carnaval. Era proibição máxima. Se um membro fosse preso, esse integralista deveria pedir licença para retirar sua camisa, salvo no caso de prisão política, quando deveria ostentá-la com orgulho. A camisa verde era um elemento moralizador, assim como aquele que a vestisse. O uniforme era entendido como um elemento de supressão de qualquer diferença, agrupando todos os membros num bloco ordenado e integral. (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 16).

Os integralistas utilizavam como representação de seu movimento a letra grega sigma (Σ), “[...] um símbolo matemático que indica o projeto de um Estado único e integral e a soma dos números infinitamente pequenos — analogia com os membros da AIB” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 15). A famosa saudação do movimento era o *Anauê!* Esta palavra tem origem tupi e servia para dizer que a pessoa cumprimentada era um irmão ou parente da outra. Plínio Salgado era cumprimentado com três *Anauês!* A saudação, feita com o braço direito esticado e a mão espalmada, constituía um gesto que remetia ao nacionalismo (GONÇALVES; NETO, 2020).

De acordo com Vianna (2018), o discurso nacionalista dos integralistas, ligado também a um discurso anti-imperialista, foi essencial para o aumento e o modo combativo de seus militantes, bem como para o seu crescimento nos grupos militares e intelectuais que apoiaram o movimento e, que também, mais tarde se afastaram dele.

O medo do suposto perigo comunista, desencadeado pela Revolta de 1935, foi crucial para que muitos indivíduos aderissem ao integralismo, pois a chamada onda vermelha ainda fazia parte do imaginário social dos brasileiros (GONÇALVES; NETO, 2020).

Vale ressaltar que, inicialmente, muitos camisas-verdes defenderam o Estado Novo, por acreditarem que o novo regime apresentava os ideais defendidos pela AIB desde 1932, como a organização do trabalho nacional e o fim dos partidos políticos. No entanto, com o decorrer do tempo, muitos integralistas deixaram de apoiar o governo (GONÇALVES; NETO, 2020).

Eduardo Gomes se posicionou contra o integralismo por diversas vezes. Em uma ocasião, sua postura contrária manifestou-se na comemoração do Dia do Aviador no Campo dos Afonsos. No momento em que a banda de música começou a tocar o Hino Nacional, alguns indivíduos presentes fizeram a saudação integralista. O militar, imediatamente, pediu que interrompessem a cerimônia e ordenou que um oficial expulsasse os integralistas do evento. Só depois dessa intervenção autorizou a execução do Hino Nacional (CHAGAS, 1946).

Eduardo Gomes também já havia proibido que fossem transportados, num caminhão militar, exemplares de *A Ofensiva*, jornal integralista, que um oficial ligado a esse movimento distribuía. Além disso, depois da Parada dos 50 mil⁵², realizada pelos integralistas em 1º de novembro de 1937, ordenou a prisão, durante 30 dias, de um sargento e um cabo que eram seus subordinados e que haviam participado do movimento (SILVA, 1971). Essa marcha mostrou que os integralistas, até aquele momento, apoiavam Vargas, pois seguiram até o Palácio do Catete a sua procura. Ao chegarem lá, os camisas-verdes saudaram o presidente com os famosos cumprimentos que os caracterizavam (GONÇALVES; NETO, 2020). De acordo com Gonçalves e Neto (2020, p. 58):

Esse ato foi o símbolo do inequívoco apoio de Salgado às investidas golpistas de Vargas. Nessa relação, há o pretexto central da paranoia coletiva estabelecida no Brasil em torno do comunismo, o Plano Cohen. O embuste conspiratório evocava o perigo vermelho que ameaçava as instituições brasileiras.

O Plano Cohen, na verdade, consistiu em uma estratégia enganosa que serviu para dar continuidade ao governo Vargas. Conforme Gonçalves e Neto (2020), o capitão do Exército Olympio Mourão Filho, que era integralista, foi apontado como o responsável pelo plano. Porém, ele acusou o general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior, de ter sido o mandante das ações relativas ao Plano Cohen.

⁵² Ocorrida em 1º de novembro de 1937, a Parada dos 50 mil consistiu em uma manifestação da Ação Integralista Brasileira realizada na cidade do Rio de Janeiro. Essa marcha foi idealizada em homenagem ao centenário do nascimento do general Couto de Magalhães (1837-1898).

É importante destacar que Vargas havia conversado com Plínio Salgado e lhe prometido que, após o golpe de Estado de 1937, os integralistas teriam participação no novo regime. O presidente teria conversado com o líder dos camisas-verdes sobre o fim do integralismo, dos partidos políticos e a entrada de Plínio Salgado no Ministério da Educação. Todavia, instituída a ditadura, o mandatário não cumpriu sua promessa; seu único objetivo foi atrair os integralistas para o ajudarem no processo do golpe. Vargas, na verdade, não queria dar o cargo a Plínio Salgado. Com a consolidação do Estado Novo, o presidente, além de extinguir os partidos políticos, proibiu as milícias cívicas do integralismo e limitou o uso de uniformes e das simbologias dessas organizações, principalmente as da AIB. Todos esses acontecimentos causaram a revolta dos integralistas, que, em consequência, organizaram levantes armados em 1938 (GONÇALVES; NETO, 2020).

Em 10 de novembro de 1937, com a decretação do Estado Novo, Eduardo Gomes, ao chegar pela manhã, ao Regimento de Aviação, como sempre fazia, notou um clima diferente na unidade. Conversou, então, com seus oficiais e foi informado de que, por ordem superior, os aviões estavam proibidos de levantar voo. Além disso, assim que Eduardo Gomes chegou, as tropas da Vila Militar cercaram o Regimento de Aviação e a Escola de Aviação Militar. Ele, então, demitiu-se do cargo e foi para casa, numa demonstração de revolta contra o governo (DRUMOND, 2011).

Eduardo Gomes mostrou-se contrário à implementação do Estado Novo, porque esse regime violava a Constituição brasileira. Assim, foi designado para uma função administrativa na Diretoria de Aeronáutica do Exército. No entanto, semanas antes de deixar o comando do Regimento de Aviação, recebeu em seu gabinete dois diretores de uma empresa fornecedora do Exército. Ambos os diretores o presentearam com um automóvel, que foi recusado. Por insistência dos dois administradores, Eduardo Gomes acabou aceitando o veículo. Dois dias depois, após a chegada do carro ao quartel, de forma seca e sem se preocupar em ver o presente, ordenou que se providenciasse a troca da pintura do carro. Desejava que o automóvel tivesse a cor da Aeronáutica e o número das viaturas da aviação militar do Exército. Também quis que o automóvel fosse incorporado ao patrimônio público. Depois, partiu para casa, tomando o trem da Leopoldina. O veículo, posteriormente, chegou a ser requisitado pelo Palácio do Catete para transportar autoridades que visitavam Vargas (DRUMOND, 2011).

Conforme Siqueira (1984), Eduardo Gomes, após o golpe de 1937, afastou-se de certos colegas que se aproveitavam de postos de comando para manter-se no poder. Apesar de

suas maneiras rigorosas no cumprimento das normas, manteve seu sentimento de solidariedade com os amigos. Segundo o autor:

Conheci este aspecto de sua personalidade quando perdi minha mãe. Naquele tempo era pouco comum um oficial jovem possuir um automóvel. Todos eram importados. Sentindo a grandeza de meu desespero, e querendo me amparar naqueles momentos difíceis, coloquei à minha disposição, um carro velho que o servia. À tarde, ao passar no seu carro pela rua do Catete, no Rio de Janeiro, vejo-o pendurado no estribo de um bonde, apinhado de gente, segurando desajeitadamente o balaústre com a mão esquerda, já que a direita atingida pelo tiro de 1935, não lhe dava a necessária confiança. Esta imagem nunca mais se apagaria de minha lembrança. (SIQUEIRA, 1984, p. 129).

Nesse contexto, o do pós-Estado Novo, Moura (1996) comenta a relação de Eduardo Gomes com Vargas. O autor conta que o militar ficou muito decepcionado com o golpe, pois não esperava tal atitude. Eduardo Gomes não se tornou inimigo de Vargas, mas deixou de visitar o presidente. Passou a utilizar-se de intermediários, que levavam ao mandatário suas ideias, tais como as medidas referentes às companhias aéreas estrangeiras. Naquela época, só havia empresas de aviação estrangeiras: a *Panair*, a *Pan América* e sua subsidiária e a *Lufthansa*, com o sindicato *Condor*. Para Eduardo Gomes, os pilotos deveriam ser brasileiros. Ele insistia na existência de leis que limitassem a participação estrangeira ou que a eliminassem. Quando verificava a existência de algum decreto que favorecesse as companhias estrangeiras, entrava em contato com Moura e pedia que ele falasse com Vargas. Moura deveria dizer o que havia de errado e pedir ao presidente que anulasse a medida em questão (favorável às companhias aéreas estrangeiras) ou elaborasse outra (mais nacionalista com relação à aviação brasileira). Esse procedimento foi sempre acatado por Vargas, que sabia dos ideais patrióticos de Eduardo Gomes. Mesmo com a criação do Ministério da Aeronáutica, Eduardo Gomes nunca deixou de expressar sua opinião.

Moura (1996) relata que Eduardo Gomes sempre mantinha contato com ele ou com Clóvis Travassos, além de comentar as medidas que, em seu entender, estivessem corretas. Quando foi criado o Ministério da Aeronáutica, passou a tratar desses assuntos diretamente com o ministro Salgado Filho. Foi assim até 1945, com Eduardo Gomes sempre distanciado de Vargas.

A partir do início de 1938, começaram a aparecer os primeiros sinais de conflito entre os integralistas e o governo Vargas. Em 10 de janeiro desse ano, munições vinculadas aos integralistas foram apreendidas em Juiz de Fora (MG). Nos dias 19 e 20 de janeiro, houve uma troca de tiros no Rio de Janeiro. Esse episódio teve como consequência a apreensão de

armamentos e a prisão de 24 integralistas. Na cidade de Niterói (RJ), foi preso o proprietário de uma padaria que possuía armas e uniformes guardados (GONÇALVES; NETO, 2020).

Os camisas-verdes uniram-se, então, para iniciar uma ação armada contra o presidente da República. As principais lideranças do integralismo envolveram-se em tal ação, como Plínio Salgado — que, entretanto, acabou negando sua participação —, Gustavo Barroso e Belmiro Valverde, cuja importância foi expressiva para o movimento (GONÇALVES; NETO, 2020). Além desses líderes, participaram das articulações para a organização do levante outros setores que se opunham ao governo Vargas e que contavam com “políticos civis, como Otávio Mangabeira e Flores da Cunha, militares, como Euclides Figueiredo e Severo Fournier, e oficiais gerais, como o general João Cândido Pereira de Castro Jr” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 61).

Os conspiradores queriam prender Vargas, e a data para a insurreição seria 10 de março de 1938. Contudo, o plano não foi bem-sucedido. A polícia conseguiu prender os participantes do movimento, antes que ele ocorresse. Vários integralistas, bem como Otávio Mangabeira e o coronel Euclides Figueiredo, foram presos. Plínio Salgado teve sua casa vasculhada pela polícia, que não conseguiu capturá-lo, pois ele estava escondido. No local, foram encontradas armas e munições (GONÇALVES; NETO, 2020).

Os integralistas não se detiveram. Desejavam o sucesso de seu plano e organizaram uma nova ação, que ocorreria em 11 de maio de 1938. Plínio Salgado designou Belmiro Valverde como líder do movimento, que teve a ajuda de Raymundo Barbosa Lima, chefe da província da Guanabara. Severo Fournier planejou o novo levante, e Euclides Figueiredo ficou encarregado de supervisionar o estratagema. Os conspiradores não eram integralistas, fato que mostra que o movimento para derrubar Vargas não tinha apenas adeptos do integralismo (GONÇALVES; NETO, 2020).

Segundo Gonçalves e Neto (2020, p. 62), os locais a serem tomados eram:

Palácio Guanabara, Polícia Civil, Polícia Especial, Quartel-General do Exército e Polícia Militar. Deveriam também ser assaltadas as residências de várias autoridades. Os conspiradores tinham dois pontos como quartel-general: na estrada da Gávea, onde fabricavam bombas, manipulavam dinamites e faziam limpeza e lubrificação das armas, e na avenida Niemeyer, número 550, onde Belmiro Valverde alugou uma casa, que era paga com os 100 mil cruzeiros que o ex-governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, havia enviado aos conspiradores.

O plano era complexo; exigia muitas táticas para ser bem-sucedido. Apenas parte da rebelião aconteceu na madrugada de 11 de maio. O principal alvo era o Palácio Guanabara, onde o presidente residia, pois o movimento queria derrubar Vargas o mais rápido possível.

Em 10 de maio, às 23h30, o idealizador do plano, o tenente Severo Fournier, ordenou que os participantes da Revolta vestissem os uniformes de fuzileiros navais e ostentassem lenços brancos, os quais seriam os sinais de reconhecimento entre os membros da insurreição. O plano não saiu como o esperado; os envolvidos combinaram um encontro na Avenida Niemeyer, para saírem em dois caminhões, mas muitos não apareceram. Quando chegaram ao Palácio Guanabara, um dos caminhões que levavam os rebeldes se afastou e deixou o local. Desse modo, vários integrantes, que portavam muitas armas, ficaram de fora do confronto (GONÇALVES; NETO, 2020).

No entanto, os integralistas que restaram conseguiram prender os vigias do palácio, e uma grande troca de tiros ocorreu nos jardins. O tenente Júlio Nascimento, que estava no interior do palácio e ali trabalhava, era integralista e contribuiu para a realização do movimento. Com o propósito de tomar conta do palácio, os revoltosos cortaram a eletricidade do prédio e impediram ligações telefônicas, mas se esqueceram da linha direta do presidente. Os familiares de Vargas, que estavam em seus quartos, ao escutarem o barulho dos tiros, buscaram reforços. Filinto Müller, chefe de polícia, foi chamado e chegou logo depois. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, tomou conhecimento do episódio e saiu do Forte do Leme a pé. Sozinho, conseguiu reunir 12 soldados para o confronto. Foram os primeiros a chegar ao local. Os revides dos disparos ficaram intensos. Dutra recebeu um tiro de raspão em uma das orelhas, e dois de seus homens foram mortos. Em razão da demora da chegada das tropas dos revoltosos, Severo Fournier desistiu do ataque e fugiu, com outros integrantes do movimento, pelos fundos do palácio. Ali mesmo, outros participantes do levante foram mortos pela polícia. Os policiais também apreenderam o carro de Severo Fournier, que estava estacionado próximo ao bairro das Laranjeiras. Dentro do veículo, encontrava-se todo o plano do movimento integralista (GONÇALVES; NETO, 2020).

Alguns integralistas achavam-se escondidos nos jardins do palácio e foram descobertos pela polícia, que os fuzilou prontamente. Outras ações ocorreram ao mesmo tempo, como a tomada do cruzador *Bahia*, bem como o ataque ao Ministério da Marinha e de algumas estações de rádio. Por meio destas últimas, os envolvidos anunciaram o *Manifesto* de Plínio Salgado e comunicaram uma provável deposição de Vargas (GONÇALVES; NETO, 2020).

Plínio Salgado acompanhou os fatos em São Paulo; buscava manter distância de qualquer movimento por parte dos envolvidos. Entretanto, era muito pouco provável que o

líder do integralismo não tivesse conhecimento da sublevação que ocorria contra o governo (GONÇALVES; NETO, 2020).

Após o levante, a repressão aos integralistas foi veemente; aproximadamente 1500 pessoas consideradas suspeitas foram presas na casa de correção, em Ilha Grande (RJ), e muitos foram processados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Ante essa situação, que também acarretou o ingresso de muitos camisas-verdes na clandestinidade, o integralismo foi enfraquecendo-se cada vez mais.

Os integralistas que morreram tiveram os rituais fúnebres negados e foram enterrados em covas rasas, sem qualquer identificação, no Cemitério São Francisco Xavier, localizado no bairro do Caju, no Rio de Janeiro. Contudo, alguns militantes, ainda em 1938, dirigiram-se ao cemitério de madrugada e colocaram nos túmulos placas de granito com os nomes dos mortos no movimento. Essas identificações permanecem nos lugares que foram feitas. Em 11 de maio de 1973, a organização integralista inaugurou um mausoléu em tributo aos mortos na insurreição. No jazigo, encontram-se as cinzas dos militantes integralistas (GONÇALVES; NETO, 2020).

Segundo Gonçalves e Neto (2020, p. 64):

O episódio de 1938 ocorreu com desordem e falta de preparo, destruindo completamente qualquer tipo de pretensão dos integralistas naquele momento. Muitos militantes foram presos e colocados nas mesmas celas que os comunistas, com penas severíssimas. Ao sargento fuzileiro Luiz Gonzaga de Carvalho foi dada a maior pena imposta pelo tribunal, com 40 anos de prisão por ter assassinado um membro da guarda palaciana que a ele se rendera.

Em 26 de janeiro de 1939, Plínio Salgado foi preso. Em seu depoimento, afirmou que não estava envolvido em qualquer ato violento. Disse ainda que o levante ocorreu devido à lentidão do governo em cumprir o que havia sido acordado por ocasião do golpe de 1937. O líder integralista tinha o objetivo de culpar Vargas por não ter cumprido o acordo estabelecido com os camisas-verdes em 1937. Liberto de fevereiro até maio de 1939, Plínio Salgado foi preso logo depois. Ficou detido na Fortaleza de Santa Cruz, aonde chegou em 30 de maio de 1939. Lá permaneceu até o dia 22 de junho do mesmo ano. Depois, partiu para Portugal, onde ficou até 1946, em autoexílio (GONÇALVES; NETO, 2020).

No entender de Vianna (2018), os integralistas sempre apoiaram o governo Vargas e buscaram proximidade com o poder. Foi assim em 1930 e no início de 1937. Com relação aos militares que dirigiram o movimento de maio de 1938, não há evidência de que tivessem qualquer ligação com a ideologia integralista. Teriam apenas apoiado o movimento, com a

finalidade de agir novamente contra Vargas, depois do Estado Novo e do cancelamento das eleições de 1938. Auxiliaram os integralistas dentro do Exército e da Marinha, a fim de concretizar seus objetivos. Não pensaram, em nenhum momento, em algum nome integralista para o governo que pretendiam estabelecer.

E Eduardo Gomes? Qual foi sua ligação com os acontecimentos de maio de 1938? Plínio Salgado, em entrevista ao jornal *O Globo*, em 21 de maio de 1953, contou que Eduardo Gomes estava envolvido na conspiração daquele movimento. De acordo com o líder integralista: “Tomavam parte neste movimento, entre outros, o Sr. Octavio Mangabeira, o Sr. Júlio de Mesquita Filho, os generais Castro Júnior, Guedes da Fontoura, Basílio Taborda, Euclides Figueiredo e, finalmente, o brigadeiro Eduardo Gomes” (SALGADO, 1953, p. 8).

Silva (1971), em entrevista realizada com Plínio Salgado, em seu apartamento, na noite de 15 de fevereiro de 1960, conta que o chefe integralista havia feito as seguintes declarações:

- Eu aguardava um telegrama cifrado do Gen. Castro Júnior, comunicando a adesão de Eduardo Gomes.
- O brigadeiro desmentiu-me, pessoalmente, que tivesse tomado parte na conspiração. Deu-me documentos que provam o que disse.
- Tomou parte, sim. Êle entrou na conspiração no dia 7. O Castro Júnior me afirmou.
- O Gen. Castro Júnior poderia estar mal informado. O Gen. Pantaleão também disse isso ao Dr. Bozano. E, quando seu genro (Ciro de Abreu) veio avisar que o Brigadeiro não estava no movimento, o Gen. Pantaleão disse que seu genro estava doente. Se o Brigadeiro entrou na conspiração em 7, por que o Gen. Castro Júnior foi convidá-lo para entrar na noite de 10?
- É mentira. Disse isso em livros, em entrevistas, em discursos, na estréia na Câmara, ao lado dêle, na campanha. (SALGADO, 1960, apud SILVA, 1971, p. 319).

De acordo com Silva (1971), Plínio Salgado negou qualquer contato pessoal com Eduardo Gomes. Apenas afirma que foi Castro Júnior quem o informou sobre a provável participação de Eduardo Gomes no movimento. Essa aliança seria importante, pois colocaria toda a aviação do lado dos integralistas. O general Pantaleão Pessoa e outros rebeldes também esperavam a participação de Eduardo Gomes. Carlos Bozano também haveria tomado conhecimento dessa mesma informação, por meio de Castro Júnior, com quem se comunicava, e de Pantaleão.

No entanto, se averiguarmos as declarações de outros integralistas relevantes, vemos que as afirmações a respeito da adesão de Eduardo Gomes ao levante são falsas. Miguel Reale, em uma entrevista, citou outros nomes; entre os quais não estava o de Eduardo Gomes. A declaração de Reale foi considerada verdadeira pelo próprio Castro Júnior. Além disso, o

almirante Nuno Barbosa de Oliveira e Silva, que dirigiu o *Bahia*, onde deveria embarcar Getúlio Vargas, já preso, também não menciona Eduardo Gomes entre os conspiradores (SILVA, 1971).

Segundo Silva (1971), Severo Fournier destacou a admiração que os rebeldes tinham por Eduardo Gomes e o empenho deles em levar o militar a aderir ao movimento de maio de 1938. Contudo, Eduardo Gomes, certa vez, foi entrevistado e indagado acerca do episódio. Nesse depoimento, teria afirmado sua discordância com o integralismo. Além disso, o capitão Ruy Presser Belo, durante uma missa, teria comentado com o militar sobre o levante que os integralistas estavam preparando. A negativa de Eduardo Gomes teria sido instantânea.

Severo Fournier fez referência a um encontro entre Eduardo Gomes e Castro Júnior (SILVA, 1971). Todavia, Silva (1971, p. 322-323) relata o seguinte:

O Gen. Castro Júnior está morto e não conheço nenhuma declaração sua acusando Eduardo Gomes de ter tomado parte na conspiração e de haver se retirado dela, antes do golpe. Mas houve um encontro. Êsse encontro teve lugar em casa de Eduardo Gomes, mas não no dia 9, como escreveu Fournier, e sim na tarde do próprio dia 10, horas antes da tropa revolucionária começar a movimentar-se. Mas êste encontro prova: a) que Castro Júnior, de fato, marcou dia e hora, tomando pessoalmente providências, o que destrói a versão de Plínio da desobediência de Belmiro e Fournier; b) que o Brigadeiro não estava na conspiração, tendo-se recusado a participar dela, o que explica o apêlo do general, indo à casa do seu antigo comandando, o coronel, para ver se tinha melhor êxito do que seu capitão. Não houve atrito. Foi um encontro breve e cordial. Eduardo Gomes, pela primeira vez, ouviu aquêle chefe disciplinador falar-lhe em revolução, a êle, sempre apontado no Exército como revolucionário. E repetiu-lhe, com o respeito de sempre e a energia costumeira, que não apoiaria o movimento [...].

Mediante a análise de uma carta do capitão Ruy Presser Belo enviada a Eduardo Gomes, provavelmente em 26 de abril de 1948, é possível comprovar, mais uma vez, que ele realmente não apoiou, nem conspirou com a ação dos integralistas em maio de 1938. Observemos esses trechos da correspondência:

Muito estimado Tem. Brigadeiro Eduardo Gomes.

Antes de tudo, quero penitenciar-me por haver silenciado até agora sôbre as afirmações feitas por Severo Fournier em seu *Diário Secreto* e publicadas por David Nasser em uma revista e depois em livro.

[...]

Sômente agora, após o senhor me haver falado sôbre as tais publicações, com referências falsas à sua pessoa, foi que procurei ler o livro *A Revolução dos Covardes*, de David Nasser e, acredite-me, Sr. Brigadeiro, fiquei profundamente chocado, não tanto pelas inverdades nela contidas, pois essas podem ser desmentidas, mas por estar ao meu alcance o desfazê-las e não o ter feito até hoje — exclusivamente porque as desconhecia — podendo parecer que com meu silêncio concordava com elas.

Assim sendo, desejo que fique bem claro que os detalhes e comentários em tôrno de nossa participação no movimento de 11 de maio de 1938 são falsos, e que não houve

a menor “falha de educação” nem desrespeito ao Sr. Gen. Castro Júnior na visita que foi feita ao senhor na noite do dia 10 de maio de 1938, da qual participei do início ao fim, em companhia também do então Cap. Rangel Sobrinho. (BELO, 1948 apud SILVA, 1971, p. 323-324).

Verificamos, assim, que Presser Belo revela o que realmente aconteceu. Segundo ele, é falsa a afirmação de que Eduardo Gomes participou do movimento de 11 de maio de 1938. Presser Belo tenta elucidar a questão:

A afirmação de que o senhor estava integrado no movimento, ninguém melhor do que eu para desmenti-lo; o que procuravam era conseguir sua colaboração junto ao Gen. Castro Júnior — chefe militar do movimento contra o Estado Nôvo.

Não havia nenhum compromisso de sua parte e prova disto tenho pelos termos da explicação que o Gen. Castro Júnior mandou dar ao senhor por meu intermédio e, à noite, repetiu-a pessoalmente.

Nas minhas declarações feitas à Polícia, horas depois da minha prisão, ainda incomunicável, sob a impressão de fuzilamento sumário conforme ordem dada pelo então Ministro da Guerra, poderá ser constatada a confirmação do que acima declaro.

Acredito, Sr. Brigadeiro, que os termos desta carta venham esclarecer os fatos deturpados por Fournier e autorizo-lhe — a bem da verdade — a dar-lhe a publicidade que achar necessária. (BELO, 1946 apud SILVA, 1971, p. 324).

Não podemos esquecer, também, que, em carta enviada no dia 14 de maio do mesmo ano, ao Diretor da Aeronáutica do Exército, Eduardo Gomes explicaria sua recusa ao convite do capitão Ruy Presser Belo para tomar parte da rebelião (DIAS, c2009). Belmiro de Lima Valverde, que participou do movimento de maio de 1938, confirmou que Eduardo Gomes não simpatizava com o integralismo (VIANNA, 2018). Farias (2001) também comenta o assunto; diz que nunca teve notícias sobre um suposto envolvimento de Eduardo Gomes na conspiração.

Já na década de 1940, Siqueira (1984) relembra uma das conversas que teve com Eduardo Gomes acerca do movimento integralista de 1938 e da tentativa do movimento de tomar o poder pela força. Na ocasião, disseram que os integralistas, após a prisão, haviam sido torturados. Nos diálogos, Eduardo Gomes sempre se posicionava contra qualquer método de indagação ou interrogatório que utilizasse a tortura como instrumento para obter informações. Prova disso é que, embora fosse católico fervoroso, sempre foi contra a Inquisição e considerava-a uma fase sombria da História. Com relação à posição de Eduardo Gomes sobre a tortura, Siqueira (1984, p. 168-169) faz o seguinte comentário: “Disse-me, então, que o homem, no trato com os seus semelhantes, mesmo com criminosos, não tem o direito de ultrapassar os limites que protegem a dignidade, porque esta é um atributo que vem diretamente de Deus”.

Ao examinarmos os antecedentes e os bastidores do levante de 11 de maio de 1938, verificamos que Eduardo Gomes teve seu nome vinculado ao movimento, porque seu nome tinha muita importância e era muito respeitado na aviação, o que poderia contribuir positivamente para a sublevação. No entanto, nossas análises conduzem à conclusão de que ele não compactuava com o integralismo e não quis conspirar com os camisas-verdes. Aliás, como vimos, episódios anteriores ao levante de 11 de maio de 1938, em que Eduardo Gomes se opôs aos integralistas, levam-nos a sustentar a ideia de que ele não auxiliou o levante.

De um modo geral, além de agir contra o integralismo, Eduardo Gomes, durante a década de 1930, optou por apoiar o governo Vargas, por considerar que os ideais tenentistas defendidos durante a Revolução de 1930 poderiam ser postos em prática. Por essa razão, posicionou-se a favor da administração federal vigente até o momento em que se desiluiu com o governo varguista. Eduardo Gomes defendia uma reformulação no sistema político da época. Vemos que, desde 1934 ou 1935, já estava descontente com a política de Vargas. Um exemplo desse descontentamento é o fato de que, em 1937, não apoiou o golpe do Estado Novo e condenou a ditadura. Durante esse regime autoritário, evitou manter contato direto com Vargas; quando precisava falar com o presidente, o assunto em questão era apenas relativo à aviação. Além disso, o diálogo se dava sempre por intermédio de alguém. Por outro lado, é necessário levar em conta que Eduardo Gomes fez carreira na aviação justamente no longo governo de Vargas, que durou quinze anos, principalmente no período do pós-golpe de 1937. Isso pode ser entendido como algo contraditório no que tange a sua oposição à ditadura. Porém, dois pontos são cruciais para compreendermos a sua conduta: a paixão que ele tinha pela Aeronáutica e a prudência que o caracterizava.

Enfim, mesmo contrário ao Estado Novo, Eduardo Gomes fez sua carreira no transcorrer do regime ditatorial; ao mesmo tempo, procurou distanciar-se da política varguista e do jeito malicioso usado pelo presidente para cooptar seus adversários. Esses elementos justificam a posição que Eduardo Gomes adotou no governo Vargas, fundamentalmente durante o Estado Novo.

4 DA AERONÁUTICA À UDN: O CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Neste capítulo, discutimos a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, bem como o desenvolvimento da aviação nacional na década de 1940. Examinamos a participação de Eduardo Gomes na Aeronáutica, durante o período da Segunda Guerra Mundial, e a importância desse militar para o setor aéreo brasileiro e para o bom relacionamento com os norte-americanos, que ficaram no Brasil com o intuito de construir e equipar as bases aéreas situadas no Norte e no Nordeste do país. Essas bases auxiliaram na manutenção das aeronaves de guerra que iam à África, com o objetivo de levar recursos para as forças aliadas.

Examinando a relação entre Eduardo Gomes e os Estados Unidos, pudemos compreender o posicionamento do Brigadeiro quanto à união entre os dois países no que tange às respectivas defesas contra as forças do Eixo.

Discutimos e analisamos também a participação de Eduardo Gomes em suas duas candidaturas à Presidência da República pelo partido da UDN, em 1945 e 1950.

4.1 A AERONÁUTICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A RELAÇÃO COM OS NORTE-AMERICANOS

Com a criação do Serviço de Rotas e Bases Aéreas, em junho de 1938, Eduardo Gomes, no mês de outubro do mesmo ano, voltou a assumir uma função de destaque: a chefia daquela instituição, que estava subordinada à Diretoria de Aeronáutica do Exército (DRUMOND, 2011).

Em janeiro de 1941, foi criado o Ministério da Aeronáutica. O Correio Aéreo Militar e o Correio Aéreo Naval se juntaram num só serviço: o Correio Aéreo Nacional (CAN). Este último era um órgão subalterno da Diretoria de Rotas Aéreas, que substituiu o Serviço de Rotas e Bases Aéreas. Em 1942, Eduardo Gomes tornou-se o primeiro diretor de Rotas Aéreas (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

Na mesma data de criação do Ministério da Aeronáutica, foram instituídas as Forças Aéreas Nacionais. Quatro meses depois, a denominação desse órgão passou a ser Força Aérea Brasileira (FAB). Para comandar o Ministério da Aeronáutica, Vargas convidou o advogado gaúcho Joaquim Pedro Salgado Filho. A nova pasta englobava oficiais e civis escolhidos de acordo com seus méritos profissionais — eles auxiliariam o ministro a organizar a nova Arma e suas bases aéreas. O desafio era grande, pois o orçamento público para novos investimentos

era escasso e a economia brasileira estava em crise, devido à Segunda Guerra Mundial (DRUMOND, 2011).

Durante à Segunda Guerra Mundial, o Brasil teve dificuldades em se comunicar com as regiões mais distantes do país, por causa do racionamento da gasolina e da interrupção de cabotagem das linhas de navegação marítima (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

O Correio Aéreo Nacional continuou com seus serviços e passou a ter aviões modernos: os aviões *Beechcraft*, monomotores e bimotores. Após a Segunda Guerra Mundial, o CAN começou a crescer cada vez mais, com a entrada de aeronaves mais novas, como os Douglas C-47, que eram bimotores com bastante capacidade de carga e autonomia. Essas aeronaves tiveram um desempenho muito bom durante a guerra. Passaram por um processo de aperfeiçoamento e ficaram ainda melhores (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975). Nas palavras de Lavenère-Wanderley (1975, p. 153):

[...] bem equipados para o vôo por instrumentos, dotados de equipamento-rádio de grande potência, possuidores de uma autonomia de 8 horas de vôo, numa velocidade de cruzeiro de 250 km/h, e podendo levar 1500 quilogramas de carga ou 27 passageiros, os aviões Douglas C-47 deram um novo potencial aos serviços prestados pelo Correio Aéreo Nacional e inauguraram uma nova era de aperfeiçoamento profissional das suas tripulações; a partir dessa época, o treinamento das tripulações do Correio Aéreo Nacional passou a ser feito dentro dos mesmos elevados padrões de eficiência exigidos na aviação comercial.

Em fevereiro de 1942, Vargas reuniu-se com o chefe do Estado-Maior de cada uma das Forças, com o ministro das Relações Exteriores e com o Conselho de Segurança Nacional. Seu objetivo foi examinar o Acordo de Cooperação Militar Brasil-EUA. Os norte-americanos desejavam estabelecer, em Natal (RN), um grupo de militares, com o propósito de cuidar da manutenção dos aviões de guerra que iriam para a África. O presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, queria muito que o acordo tivesse sucesso; para isso, pediu que a embaixada norte-americana entrasse em contato com Vargas (DRUMOND, 2011). “O pedido requeria permissão para construir no Nordeste brasileiro galpões, alojamentos, armazéns de subsistência e depósitos subterrâneos de gasolina de aviação” (DRUMOND, 2011, p. 135).

O pedido foi aceito, mas, em troca do uso das bases nordestinas, os EUA financiariam a construção da primeira usina siderúrgica brasileira. Em janeiro de 1941, Eduardo Gomes estava no Rio Grande do Sul, fazendo a inspeção de campos de pouso no interior do estado. Nesse ano, realizou um curso de adaptação ao avião NA-44, da Missão Norte-americana de Aviação Militar. Durante o curso, cumpriu cerca de 50 horas de voo, inclusive por instrumentos (DRUMOND, 2011). Também “[...] integrou uma comissão da Aeronáutica

responsável pela padronização da rede de comunicações rádio para a aviação brasileira em geral e não deixou de cumprir missões pelo Correio Aéreo Nacional” (DRUMOND, 2011, p. 135).

Em dezembro de 1941, Eduardo Gomes foi promovido a Brigadeiro do Ar e nomeado comandante da 1.^a e 2.^a Zonas Aéreas (ZA), sediadas, respectivamente, em Belém e Recife. Transferiu-se para Recife e realizou um trabalho árduo para organizar a defesa aérea do Nordeste (CHAGAS, 1946). Poucos dias antes de deixar o comando da 1.^a ZA, em janeiro de 1942, foi nomeado chefe da Diretoria de Rotas Aéreas, que havia sido criada recentemente. O Brigadeiro acumulou esse cargo com o de comandante da 2.^a ZA.

Em todas as bases da 2.^a Zona Aérea, Eduardo Gomes estabeleceu cursos e criou

[...] os cassinos para as praças, instalando bibliotecas, para cujo êxito contribue com livros e dinheiro. Demais, nesses quartéis, há uma obrigação férrea: cinquenta minutos diários de educação física, matéria que é a mais absoluta a exigência do comando geral. (CHAGAS, 1946, p. 178-179).

Conforme Siqueira (1984), em Recife Eduardo Gomes iniciou um programa de construção de residências na praia para os oficiais. Ele adquiriu vários terrenos e construiu moradias. Em uma ocasião, Siqueira questionou o Brigadeiro sobre o motivo de ele não ordenar a construção das casas perto uma das outras, o que seria mais econômico. Eduardo Gomes respondeu que, no longo prazo, tal empreendimento iria ficar mais caro; em seu entender, a proximidade entre as residências poderia causar muitas brigas entre os militares.

Na Bahia, onde está localizada atualmente a praia de Itapuã, foram construídas habitações para os subalternos, suboficiais e sargentos. Eduardo Gomes tinha o costume de dividir os militares conforme as clássicas organizações militares de pelotões e companhias, pois naquele tempo ainda não havia uma organização definida na Aeronáutica (SIQUEIRA, 1984).

Eduardo Gomes apreciava muito que seus oficiais praticassem, todas as manhãs, exercícios físicos. Antigamente, os acostamentos das pistas de pouso e decolagem eram utilizados para a ginástica dos militares (SIQUEIRA, 1984). Segundo o autor:

O espetáculo era realmente de se apreciar. Logo após o café, aos poucos iam chegando, aos lados e ao longo de toda a pista, os diversos pelotões com os tenentes à frente. Cada um deles trazia duas redes de vôlei que eram de pronto instaladas. O oficial comandava então uma seção de ginástica e, após, deixava o pelotão jogando vôlei, e ia se incorporar aos times de oficiais que também tinham de praticar esse esporte. Vez por outra decolava ou pousava um avião. (SIQUEIRA, 1984, p. 157).

Eduardo Gomes era muito rígido quanto às atividades físicas. Em sua opinião, era preciso que todos os militares realizassem esses exercícios. Certa vez, o campo de aviação achava-se coberto por neblina, e o comandante da base resolveu suspender tais atividades. No mesmo horário de sempre, o Brigadeiro chegou, trajado com seu uniforme de ginástica e com uma raquete de tênis em punho, pois havia uma quadra destinada à prática desse esporte nas proximidades. Aguardou alguns minutos; como ninguém apareceu, saiu irritado. Dentro de poucos instantes, os militares da base receberam a comunicação de que estavam presos. Houve grande correria entre os soldados. Ao entardecer, depois de estabelecer vários diálogos e de tomar conhecimento das más condições atmosféricas que ocasionaram o incidente, Eduardo Gomes cancelou a punição. O susto dos soldados foi tão grande, que, depois desse episódio, independentemente de qualquer tipo de condição climática, todos realizavam as atividades físicas (SIQUEIRA, 1984).

De vez em quando, o Brigadeiro gostava de inspecionar as bases para saber se suas ordens estavam sendo cumpridas. Em uma ocasião, houve um fato engraçado, que fazia-o sorrir sempre, quando se lembrava do ocorrido (SIQUEIRA, 1984). Em uma das bases aéreas das quais Eduardo Gomes tomava conta,

[...] havia um soldado encarregado de acordar os oficiais para a ginástica. À noite ele viu o Brigadeiro descer de um avião que permaneceu no local. Pela manhã, o prestimoso soldado começou a bater nos quartos, gritando de fora: Senhor está na hora da ginástica, não deixe de acordar que o Brigadeiro está na base. Num desses quartos dormia o próprio Brigadeiro que, assustado e intrigado, foi também acordado com essas palavras. Gostava muito de repetir essa passagem, o que fazia achando graça com o seu riso comedido sempre acompanhado de um sacudir de ombros característico. (SIQUEIRA, 1984, p. 158).

Um dos trabalhos importantes realizados por Eduardo Gomes foi a implementação das escolas regimentais. Essas escolas ficavam em instalações da própria base que não eram utilizadas à noite. O objetivo era ensinar aos soldados conhecimentos de aritmética, geometria, trigonometria, álgebra, história e português, entre outras disciplinas. No entanto, havia muita dificuldade em encontrar professores. Os oficiais e sargentos tentavam encontrar docentes voluntários; caso contrário, um profissional particular era contratado. Vários militares da FAB iniciaram sua vida como alunos dessas escolas e posteriormente vieram a atingir o ofício mais alto da carreira. Nessas escolas tudo era improvisado; havia dificuldade para adquirir vários materiais escolares e para pagar os professores. Todavia, o Brigadeiro sempre encontrava um modo de remediar esses problemas. Em Recife, existia um livro em

que eram anotadas todas as doações para as escolas, bem como o destino dos materiais doados (SIQUEIRA, 1984).

Em outra ocasião, Siqueira, que na época comandava uma esquadrilha do 1º Grupo de Bombardeio, recebeu a incumbência de comprar três caminhões para a base. Executada a missão, foi procurado pelo chefe da agência de automóveis onde a aquisição havia sido realizada. O gerente portava um cheque a ser entregue a Siqueira. Segundo o chefe da agência, 10% das compras comporiam a comissão destinada a quem realizasse tais negociações; a recusa o deixaria em posição difícil, pois era uma das exigências da companhia. Siqueira resolveu falar com Eduardo Gomes, a quem explicou o problema. O Brigadeiro solicitou que o dinheiro fosse doado à Escola Regimental e pediu a Siqueira que justificasse essa atitude no livro de controle (SIQUEIRA, 1984).

Eduardo Gomes também tinha o hábito de averiguar tudo, para certificar-se de que não havia nada de errado. Costumava, por exemplo, verificar se os comandantes realmente estavam a par do que faziam seus subordinados. Nos desfiles, ao desconfiar de alguém, perguntava pelo número dos seus comandados. Muitos já sabiam do seu hábito e davam como resposta um número aproximado. No entanto, esse expediente não tinha êxito, pois o Brigadeiro sabia exatamente o número de seus homens e queria descobrir onde se encontravam os faltosos ou o motivo do excesso de militares (SIQUEIRA, 1984).

Todos os dias, às 17h00, havia uma conversa com o Brigadeiro, sempre ao final dos trabalhos. Ele gostava de escutar as novidades do dia e procurava passar as suas informações aos colegas, que selecionava de acordo com a ocasião. Caso ninguém aparecesse, ordenava a alguém que os chamasse. Eduardo Gomes costumava dizer que esses militares pertenciam ao grupo da conversa das cinco horas da tarde. No entanto, havia, no Estado Maior, um oficial que não gostava dessas reuniões (SIQUEIRA, 1984).

Siqueira (1984) lembra que sua moradia era próxima à do Brigadeiro, na Praia da Boa Viagem. Eduardo Gomes estava habituado a chamar o colega, após o jantar, para caminhar na calçada da praia. Com o tempo, mais uma ou duas pessoas começaram a participar da caminhada. O autor ainda recorda que, em um determinado momento, resolveu perguntar ao Brigadeiro por que ele era tão obstinado pela democracia. A resposta foi a seguinte: “Sem ela não há liberdade, e, sem liberdade, não há os líderes autênticos de que os povos tanto necessitam” (SIQUEIRA, 1984, p. 164). Todavia, é importante ressaltar que a forma de democracia que Eduardo Gomes defendia era diferente da democracia civil, pois em muitos momentos o militar participou de golpes e regimes autoritários, como o tenentismo da década

de 1920 ou mesmo movimentos que iremos analisar mais adiante, como por exemplo, o Golpe Civil-Militar de 1964.

É importante destacar também que, depois de pronta a Base Aérea de Natal (RN), em março de 1941, Eduardo Gomes determinou o patrulhamento aéreo marítimo no litoral nordestino, de Natal até Salvador (DRUMOND, 2011).

Antes de o Brasil romper relações com o Eixo, Eduardo Gomes, segundo Chagas (1946, p. 141), “não hesitou em travar sua ‘guerra particular’ contra os alemães no mar brasileiro, como os norte-americanos comentariam mais tarde”. O Brigadeiro teria sido responsável pelo ataque de aviões brasileiros aos submarinos desse grupo. Antes desse combate, provavelmente, submersíveis alemães⁵³ já haviam atacado sete navios mercantes brasileiros. A FAB fez seu primeiro ataque contra os inimigos em 22 de maio de 1942, entre o arquipélago de Fernando de Noronha e as ilhas Rocas. O ataque foi realizado por militares brasileiros e norte-americanos. Após esse episódio, o presidente dos EUA, Roosevelt, enviou um telegrama ao governo do Brasil, a fim de expressar seu agradecimento aos militares brasileiros. Posteriormente, foi assinado um acordo de cooperação entre as Forças Armadas dos dois países. Esse acordo depois contribuiu para o surgimento de uma Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, destinada ao estudo dos problemas relativos à defesa em comum (DIAS, c2009).

Em 04 de setembro de 1945, o jornal *Correio da Manhã* evidenciou o conflito entre Eduardo Gomes e os países do Eixo, mediante o seguinte título: “O eixo queria matar o Brigadeiro”. A notícia destacava que, antes do “Corredor da Vitória”⁵⁴, Eduardo Gomes já vinha fazendo uma “guerra particular contra Hitler”, por meio da esquadrilha do 1º Regimento de Aviação, com a patrulha das águas brasileiras no mesmo ano em que ocorreu a guerra, em 1939. Em julho de 1942, foi criada, oficialmente, a Base Aérea de Natal. Coube a Eduardo Gomes a seleção dos homens que deveriam fundá-la. Um dos pilotos que o Brigadeiro havia escolhido, o segundo tenente José França de Paula Reis, morreu metralhado, quando voava próximo de Canguaretama (RN), em seu regresso de Recife para Natal. Reis, vale observar,

⁵³ Conforme Capelato (2020), em fevereiro de 1942, 21 navios brasileiros já haviam sido bombardeados pelos alemães. Com isso, a sociedade brasileira posicionou-se cada vez mais contra o nazismo. Em junho, iniciaram-se passeatas em defesa da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. No dia 31 de agosto, o Brasil declarou guerra contra a Alemanha e a Itália e agiu em favor dos Aliados.

⁵⁴ As bases aéreas do Norte e do Nordeste no Brasil foram muito importantes no período da Segunda Guerra Mundial. A construção dessas bases tinha o intuito de aparelhar uma rota aérea até a África — a rota de Dacar — com o objetivo de levar recursos para as forças aliadas. Mais tarde, essa rota ficou conhecida como “Corredor da Vitória” (DIAS, c2009).

pilotava o avião que deveria conduzir Eduardo Gomes (O EIXO..., 1945). Segundo o inquérito:

ficou provado que as condições atmosféricas eram ótimas. O avião deveria estar voando a 700 metros: sem que fosse observada qualquer alteração na gasolina ou no óleo do aparelho, os tripulantes foram surpreendidos com ruídos de explosão e aparecimento de chamas, ao mesmo tempo que o anel de velocidade se destacava, chocando-se com o parabrisa. Perfurações de bala de 7m/m numa parte do estabilizador do avião indicou, de logo, a possibilidade do avião ter sido alvejado de terra nos tanques de gasolina.
A terra, em baixo, era vastamente habitada por japoneses e por alemães. (O EIXO..., 1945, p. 1).

O Brigadeiro contribuiu para o crescimento dessa Base, que seria uma das maiores do mundo (O EIXO..., 1945). De acordo com o jornal:

Já havia sido iniciada naquela época “a guerra particular do brigadeiro contra Hitler”: já em Natal os pilotos brasileiros faziam cada um, uma média de 90 a 100 horas de vôo de patrulhamento do litoral, cobertura aérea e comboio de navios mercantes, bem como o patrulhamento de Fernando de Noronha e Rocas, a 380 quilômetros da costa, transportando material, viveres, medicamento, munição e pessoal. (O EIXO..., 1945, p.1).

Conforme o *Correio da Manhã*, Eduardo Gomes foi pioneiro no envio de uma Força Expedicionária para lutar na Europa. Também rumou pessoalmente à África para estudar sobre o assunto com o general Mark Clarck. No dia da partida, um atraso impediu que o Brigadeiro tomasse o voo. Ele, então, viajou no próximo avião. Pouco tempo depois, o comandante da base americana, major Potts, informou que a aeronave em que Eduardo Gomes deveria viajar havia caído no Atlântico. Segundo o jornal, a queda do avião teve a ver com ações do Eixo, que, pela segunda vez, erraram o alvo na tentativa de matar o Brigadeiro (O EIXO..., 1945).

Dois anos depois, em 1943, houve um surto de malária em Recife que matou muitas pessoas, entre as quais, soldados da Força Aérea. Eduardo Gomes, já conhecido como Brigadeiro, ajudou as autoridades civis a combater a epidemia, por meio do recrutamento de homens e do cumprimento de medidas sanitárias. Além disso, criou, nas unidades que comandava, o mesmo curso preparatório que adotou no Campo dos Afonsos, na década de 1930. Segundo Drumond (2011, p. 151):

Doava de seu próprio bolso livros e dinheiro para a compra de material didático. Manteve também a ginástica diária para seus comandados. Algumas vezes, até mesmo os militares norte-americanos no Nordeste participavam voluntariamente das sessões de educação física. Desde 1935, em razão do ferimento que recebera na mão

direita no confronto com os comunistas, ele adotara o tênis como exercício regular, por recomendação médica, a fim de recuperar a articulação plena nos dedos. No Recife, continuou com essa prática esportiva.

Em 1942, a convite do governo norte-americano, Eduardo Gomes esteve nos Estados Unidos, visitando instalações militares e conhecendo a engrenagem industrial montada para o *Lend-Lease*⁵⁵. Como consta em seu relatório de viagem, Eduardo Gomes partiu na noite de 17 de março de 1943, de Natal, rumo à África do Norte, a convite do general Marshall, chefe do Estado-Maior do Exército Norte-americano, a fim de visitar as Forças Aliadas em operações na mencionada região africana (GOMES, 1943). Na ocasião, escapou da morte novamente, pois de acordo com Drumond (2011, p. 152):

O Brigadeiro pregava demais a pontualidade dos voos. Contudo, quando deveria embarcar, na última hora atrasou-se por causa de um compromisso de surpresa, perdendo o avião do Exército do EUA que o levaria ao continente africano. Seguiu em outro avião militar daquele país. Horas depois, o comandante da base aérea norte-americana em Dacar, major Potts, informou que o avião no qual o Brigadeiro deveria ter embarcado havia desaparecido misteriosamente no Atlântico.

Em seu relatório de viagem na África do Norte, Eduardo Gomes comenta que chegou ao continente africano na manhã de 18 de março de 1943, em Dakar, onde verificou que a cidade mostrava-se totalmente a favor dos aliados. Na tarde do dia 19, esteve em Marrakech, e foi recebido pelo general francês Lediberder (assistente do general Martin), pelo coronel francês Du Verger (comandante da Base Aérea) e pelo coronel do Exército americano Robinson, que ficou a sua disposição. Depois, participou de uma reunião, no Círculo dos Oficiais, sob a chefia do general Martin. No dia seguinte, de manhã, Eduardo Gomes partiu para Oujda, cidade situada no nordeste de Marrocos, onde ficava o quartel general do 5º Exército americano, sob o comando do general Mark Wayne Clark. Este ficou muito contente ao ver o Brigadeiro (GOMES, 1943).

Em 20 de março, no período da tarde, Eduardo Gomes seguiu de avião até Rabat, capital de Marrocos. No avião, o general Clark manifestou muita satisfação com a

⁵⁵ O *Lend Lease Act* (Lei de Empréstimo e Arrendamento), de 11 de março de 1941, constituiu um desenvolvimento natural da política norte-americana, que era favorável à causa aliada no conflito, então circunscrito basicamente à Europa. Essa lei tinha como finalidade autorizar o governo dos Estados Unidos a vender, transferir títulos de propriedade, arrendar ou emprestar qualquer artigo de defesa ou informação para qualquer país cuja defesa fosse julgada essencial pelo presidente à defesa dos Estados Unidos. As condições para a transferência seriam aquelas consideradas satisfatórias pelo chefe do Executivo. Ao mesmo tempo, o pagamento poderia ser feito por intermédio de qualquer benefício direto ou indireto julgado adequado pelo presidente (ABREU, c2009).

solidariedade do Brasil para com os EUA e expressou a vontade de ter, em seu Exército, soldados brasileiros — 5000 militares (GOMES, 1943). Segundo Eduardo Gomes, Clark

justificou o seu ponto de vista declarando que a remessa de tropas brasileiras teria considerável efeito moral na Península Ibérica, e, portanto, na Espanha, a qual, pelos interesses ligados à América Latina, não abandonaria a sua neutralidade. Respondi que até aquela data não tivera conhecimento de qualquer solicitação, nesse sentido, do Governo Americano ao Governo Brasileiro, mas que transmitiria ao último essa conversação. (GOMES, p. 2-3).

Após tal episódio, Eduardo Gomes e os oficiais norte-americanos foram à residência do general Noguès. Com este último e outros generais norte-americanos e franceses, partiram para o Palácio do Sultão Sidi Mohammed, a quem cumprimentaram na sala do trono. Em 21 de março, o Brigadeiro voltou a Oujda e, na manhã seguinte, assistiu a uma demonstração do emprego de paraquedismo para a conquista de um campo de aviação que estava em mãos inimigas. À tarde, visitou um agrupamento de aviões B-26, no campo de Oujda, que tinha voltado do *front*, onde havia permanecido durante muitas semanas (GOMES, 1943).

Entre outras questões importantes registradas no relatório de viagem de Eduardo Gomes, constam algumas homenagens que recebeu; uma delas foi feita por meio de um jantar oferecido pelo general Clark em sua residência, ao qual compareceram outros oficiais importantes (GOMES, 1943). O Brigadeiro também relata sobre um importante diálogo, ocorrido entre ele e o general Mandigal, chefe das Forças Aéreas Francesas. Ambos conversaram sobre a aviação brasileira e a francesa. O teor da conversa é apontado por Eduardo Gomes em seu relatório (GOMES, 1943, p. 6):

Tive uma recepção das mais cordiais. Após a revista e o desfile de um Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Francesa, o General Mandigal declarou ter grande desejo de estreitar as relações entre a Aviação Francêsa sediada em Dakar e a Aviação Brasileira do Nordeste e de restabelecer o mais cedo possível o tráfego de Air-France. Transmiti-lhe o pedido, já feito ao General Giraud, de que o General Bergereth fosse meu hospede em Recife por alguns dias e disse-lhe o quanto nós, brasileiros, apreciariamos ver novamente em funcionamento os serviços da Air-France, a pioneira das ligações com a Europa através do Atlântico, lembrando nessa ocasião o culto em que tínhamos a memória de Mermoz⁵⁶.

Eduardo Gomes comenta, em seu relato, a experiência que teve ao observar a força aliada na África do Norte. Lá, ele conheceu os mais diversos generais de guerras e manteve

⁵⁶ Jean Mermoz era um piloto da companhia aérea francesa *Aéropostale*. Foi o primeiro a realizar a viagem transatlântica do correio aéreo sem escalas. Mermoz foi inspetor da *Air France*. Em 1936, desapareceu no Atlântico, com sua tripulação.

conversas com os estrangeiros, principalmente norte-americanos e franceses, sobre táticas bélicas e a cooperação da aviação e do Exército brasileiro com esses países, num momento crucial da Segunda Guerra Mundial.

Eduardo Gomes também registra suas impressões a respeito da visita que fez às forças em operações na África do Norte:

E voltava, deveras impressionado, primeiro com a admirável organização dos serviços provedores dos Exercitos Aliados, em segundo lugar com a sua esmagadora superioridade aérea sobre o inimigo.

Com efeito, é digno de admiração o fato de que Exercitos como o Americano e o Inglês, vindos de pontos distantes quais sejam os Estados Unidos e a Inglaterra, combatem na Africa do Norte tão bem aprovisionados em víveres, munições, gasolina e material.

Para se ter uma ideia do perfeito funcionamento de serviço de intendencia, basta dizer que as tropas, quer na retaguarda, — quer nas linhas de frente, são otimamente alimentadas, sendo a comida fornecida aos Estados Maiores a mesma que é servida no front, aos homens em luta. (GOMES, 1943, p. 11).

Com relação às atividades aéreas desenvolvidas, Eduardo Gomes salienta que participaram cerca de 1500 aviões, de vários tipos. Ainda afirma que houve estoque de gasolina e óleo em grande quantidade (GOMES, 1943). Segundo o Brigadeiro:

As batalhas modernas são extremamente vorazes no consumo da munição; na Africa do Norte, porém, graças ao formidável equipamento de transportes dos aliados, tornou-se possível ao serviço de material belico acumular uma quantidade de munição que ultrapassa em muito ao que se possa imaginar em unidades de fogo. Para a Artilharia Anti-Aérea, ela é regulada pela vida dos canhões!

Mas esse perfeito reabastecimento às tropas na frente só se tornou possível porque, mercê de seu excelente material e do elevado numero de suas formações de caça, a Aviação Aliada logrou interditar por completo aos aviões inimigos o sobrevôo das suas linhas de comunicações. (GOMES, 1943, p. 12).

Por fim, Eduardo Gomes destaca que, ao ficar cerca de três semanas em cidades com instalações portuárias ou de importantes postos de comando, ou ainda muito perto do *front*, nunca notou um único avião inimigo em voo. Após ter percorrido de automóvel 1200 quilômetros, em região ao alcance da aviação adversária, também não observou qualquer caminhão destruído ou incendiado. Não identificou, portanto, qualquer atividade dos aviões do Eixo (GOMES, 1943).

Ao retornar a seu posto em Recife, o Brigadeiro expressou seu apoio à invasão da Sicília, que ocorreu em 10 de julho e terminou em 17 de agosto. Em virtude de sua colaboração, recebeu, em 23 de agosto, a medalha da Legião do Mérito dos Estados Unidos

da América. A condecoração lhe foi entregue pelo almirante Jonas Ingram, em Recife (DRUMOND, 2011).

Ainda em 1943, com a criação da *United States-Brazilian Air Force Training Unit* (USBATU), na Base Aérea de Natal, deu-se início a uma instrução aérea e terrestre destinada aos oficiais e sargentos da FAB, que iriam constituir as novas unidades de patrulhamento (OS 80 ANOS..., 2021). O treinamento operacional ficaria a cargo da 16ª Ala Aérea, vinculada à 4ª Esquadra da Marinha dos Estados Unidos no Nordeste. Seria, na verdade, um estágio de transição para as novas aeronaves que seriam cedidas ao Brasil, com duração de seis semanas. Cada piloto deveria perfazer 100 horas de voo, e, assim, o patamar da Força Aérea Brasileira seria elevado (DRUMOND, 2011). Seus pilotos

[...] seriam treinados em voo por instrumentos, patrulha antissubmarina, navegação radiogoniométrica, astronômica e estimada sobre o mar, localização de submarinos submersos por radares navais, ataque a submersíveis, exercícios de artilharia de precisão de tiro a alvos fixos e móveis, técnicas avançadas de cobertura de comboios, vigilância e varredura aérea no mar e na terra, interceptação de mensagens-rádio, código Morse e técnicas de camuflagem com fumaças. (DRUMOND, 2011, p. 156).

Simultaneamente, os pilotos aprenderiam novos procedimentos de voo, com regras de pousos e decolagens, bem como de uso de equipamentos, indumentária, capacetes, máscaras de oxigênio e luvas. Tratar-se-ia de uma reformulação dos conceitos táticos e estratégicos, o que era muito importante para a questão das tecnologias de radar e técnicas de voo noturno.

Graças à iniciativa de Eduardo Gomes, seria criada uma rede de controle e defesa aérea no Brasil. Isso beneficiaria toda a aviação nacional, iniciando os passos de operação no Nordeste, o que ficou conhecido, posteriormente, como Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SISDACTA) (DRUMOND, 2011).

Ao final do estágio no USBATU, os pilotos foram enviados aos Estados Unidos para realizar outros cursos. Lá, participaram, com os norte-americanos, de missões na Base Naval de Quonset Point, especializada em guerra antissubmarina. Eduardo Gomes foi quem selecionou os homens para o treinamento no exterior, muitos deles experientes pilotos do Correio Aéreo Nacional. Além disso, indicou “[...] os oficiais de Estado-Maior, os capelães da Aeronáutica e os pilotos em sua área para compor o esquadrão de caça” (DRUMOND, 2011, p. 157). O procedimento de Eduardo Gomes propiciou acesso a diversos armamentos sofisticados, e os membros do grupo indicado por ele, ao regressarem ao Brasil, para suas unidades de origem, divulgaram entre seus pares o que haviam aprendido no exterior, contribuindo para a mudança de mentalidade da aviação de combate (DRUMOND, 2011).

Em setembro de 1944, Eduardo Gomes foi promovido a major-brigadeiro e, no mês de outubro, o coronel James Selser, adido militar da Embaixada nos EUA no Brasil, recebeu a incumbência de falar sobre os ajustes finais para a participação da FAB na campanha aliada. Não se sabia ainda onde os brasileiros atuariam — na Europa ou na África. No entanto, o ministro da Aeronáutica já havia acertado com o almirante Jonas Ingram a colaboração da FAB na Segunda Guerra Mundial. Na ocasião, porém, devido às dificuldades da organização da FAB, o ministro teria dito ao almirante que não poderia atender à proposta com urgência. Assim, durante uma conversa, o ministro incumbiu o Brigadeiro de responsabilizar-se pela condução dos voluntários ao Nordeste, para a formação do grupo expedicionário (DRUMOND, 2011).

Como já enfatizado, Eduardo Gomes foi responsável por manter a boa relação entre os soldados brasileiros e norte-americanos sediados nas bases aéreas do Nordeste. Ele concordou com a concessão de faixas do litoral aos norte-americanos, a fim de que os Estados Unidos pudessem estabelecer bases aeronavais no período da guerra. No entanto, o Brigadeiro se opôs à ideia de que essas bases fossem administradas por uma comissão mista (DIAS, c2009). Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, Eduardo Gomes foi chamado para uma conversa com o vice-almirante Jonas Ingram, que era comandante da força naval norte-americana, localizada no Nordeste. Eles dialogaram a respeito do contrato do Brasil com os EUA para a criação das bases, as quais, com o fim da guerra, teriam que passar para o comando americano-brasileiro. Ingram insistiu em fechar o acordo, mas Eduardo Gomes não foi favorável a esse pacto. Justificou seu posicionamento com o argumento de que essa decisão havia sido tomada no tempo da ditadura, sem o aval do Parlamento. Não houve acordo, mesmo com todas as pressões do vice-almirante Jonas Ingram, e, posteriormente, do general Old (MOURA, 1996).

De acordo com Moura (1996), Eduardo Gomes mantinha um bom relacionamento com os norte-americanos, mas sempre procurou valorizar a soberania nacional. Nas palavras do autor:

[...] dava-se bem com todos, era muito amigo e favorável à aliança com a América, colaborava, porém primava no cuidado para que não tomassem conta das bases brasileiras, ultrapassando o limite que deveriam respeitar. Porque o americano, sabe como é... Não só o americano, todos querem sempre se sobrepor aos demais, assumir uma autoridade maior do que têm ou do que foi acertada. É o poder do mais forte sobre o mais fraco. Então havia certas veleidades, abusos e, quando isso ocorria, despertava tamanho ódio no Eduardo que ele chegava a dizer claramente: “Vocês são visitas, estão no Brasil como companheiros, mas não venham querer mandar.” Era muito cioso de sua autoridade e soberania. (MOURA, 1996, p. 102).

Como vimos, o Brigadeiro desempenhou papel importante na Aeronáutica, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial. Contribuiu para o desenvolvimento da aviação. Como comandante da 1.^a e 2.^a Zonas Aéreas realizou trabalhos de grande valor, sobretudo, quando foi a Recife e ajudou a organizar a defesa aérea do Nordeste. Apoiou as forças aliadas na Segunda Guerra Mundial, época em que manteve intenso contato com os norte-americanos e deles adquiriu respeito. Nesse momento, lutou contra o nazismo. Sua atuação também foi crucial para o crescimento da aviação, particularmente quando enviou militares da Aeronáutica brasileira para um estágio nos EUA. Apesar do bom relacionamento com os norte-americanos, Eduardo Gomes sempre procurou valorizar a soberania do Brasil, zelando pelo patrimônio nacional.

4.2 A PRIMEIRA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Desde 1942 o governo ditatorial de Vargas vinha preparando-se para a transição democrática. Contudo, no começo de 1945 alguns acontecimentos aceleraram o fim da ditadura. O presidente já não tinha o apoio dos altos escalões das Forças Armadas e o fascismo estava para ser derrotado na Europa. Por esses motivos, aos poucos ruíram as estruturas que sustentavam Vargas no poder. O embaixador norte-americano, que havia sido nomeado por Roosevelt, comentou em seu país, que, no que dizia respeito à política externa, passaria a lutar contra os governos nacionalistas (FERREIRA, 2020).

O governo presidencial decretou, em maio de 1945, o Código Eleitoral, segundo o qual as eleições para Presidente da República, deputados federais e senadores deveriam ocorrer em 2 de dezembro daquele ano. Em maio de 1946, haveria novas eleições para governadores e deputados estaduais. Vargas poderia tentar se candidatar novamente, mas para isso teria que deixar o cargo três meses antes dos pleitos (FERREIRA, 2020).

Juracy Magalhães conta que, na primeira metade dos anos de 1940, em Recife, ele já mantinha contato com os políticos de oposição ao Estado Novo, como: João Cleofas, Severino Mariz, Cid e Alde Sampaio, e Neto Campelo. Foi nesse período que começou a conspirar, ao lado de Eduardo Gomes, que servia em Recife, onde comandava as bases do Norte e do Nordeste. O Brigadeiro morava na praia de Boa Viagem e mantinha constante contato com Juracy Magalhães. Políticos de destaque, como Virgílio de Mello Franco, Prado Kelly, Pedro Aleixo, Odilon Braga e Carlos Lacerda, lideravam uma conspiração que

envolvia os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. José Américo também já lapidava suas estratégias contra o Estado Novo (GUEIROS, 1996).

Em Recife, o grupo opositor da ditadura de Vargas realizava conversas secretas e fazia seus planos contra o governo, quando se banhavam no mar da Praia de Boa Viagem (GUEIROS, 1996). Segundo Juracy Magalhães (GUEIROS, 1996, p. 200):

Os raros banhistas que nessas horas passavam na praia mal poderiam imaginar que naqueles estranhos encontros estavam sendo tramadas algumas das mais importantes etapas do movimento contra Getúlio e a posterior organização da União Democrática Nacional, nossa brava UDN, que afinal desabrochou em 1944, no escritório de Virgílio de Mello Franco, no Rio, e foi fundada em 22 de abril de 45, tendo Otávio Mangabeira como seu primeiro presidente.

No decorrer de 1944, Juracy Magalhães, de forma sigilosa, planejou, junto com Virgílio de Mello Franco, Prado Kelly e Carlos Lacerda, a candidatura de Eduardo Gomes para a Presidência da República, cujo lançamento ainda não tinha data marcada. Em alguns momentos, o grupo pensou em lançar um manifesto a favor da candidatura do Brigadeiro, mas este sempre tentava fugir do assunto; comentava que não sabia fazer discursos. Todavia, Juracy Magalhães buscou convencer Eduardo Gomes de disputar as eleições. Ressaltou que o Brigadeiro tinha os melhores tribunos ao seu lado — Prado Kelly e Carlos Lacerda, por exemplo. Não haveria motivos para a preocupação de Eduardo Gomes, pois esses indivíduos poderiam escrever os discursos por ele. Todavia, o Brigadeiro mantinha-se muito indeciso e aflito. Nos dizeres de Juracy Magalhães, Eduardo Gomes sabia que sua escolha para ser o candidato à Presidência da República contra Vargas tinha a ver com o fato de ter sido, principalmente, um militar com um histórico de lutas revolucionárias, como sua participação no episódio da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Porém, o Brigadeiro queria um pouco mais de tempo para tomar uma decisão (GUEIROS, 1996).

Juracy Magalhães sentia-se isolado em Recife e estava sob a vigilância dos agentes do Estado Novo, por isso queria uma resposta rápida de Eduardo Gomes. Dessa forma, propôs a Virgílio de Mello Franco, que liderava a conspiração no Rio de Janeiro, o lançamento urgente da candidatura do Brigadeiro à Presidência da República, mesmo sem a aceitação final de Eduardo Gomes. Para tanto, mandou que o jornalista Vítor do Espírito Santo levasse a mensagem a Virgílio (GUEIROS, 1996).

Em um relatório sem autoria, com data de 04 de novembro de 1944, destinado a Coriolano de Goís, que na época era chefe de polícia, nota-se que o governo buscava se inteirar dos acontecimentos políticos que envolviam a oposição. Constatamos, assim, que de

fato ocorreu o evento relatado por Juracy Magalhães em que este pediu ao jornalista Vítor do Espírito Santo para levar a Virgílio de Mello Franco a mensagem sobre o lançamento da candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República, em 1945. Além disso, o relatório traz mais informações sobre os bastidores da escolha de Eduardo Gomes como candidato à Presidência da República (M. T. I. C. SERVIÇO..., 1944).

É afirmado no relatório, que Vítor do Espírito Santo contou, em conversas tidas no Rio de Janeiro, que Eduardo Gomes havia aceitado, no Nordeste, concorrer à Presidência da República contra Vargas, caso este resolvesse se candidatar a presidente em 1945. Além disso, a candidatura de Eduardo Gomes teria uma dupla finalidade: eleitoral e revolucionária. Quanto à primeira, caso houvesse eleições, o Brigadeiro seria o candidato de todas as oposições coligadas. A respeito da segunda, caso não ocorressem as eleições ou houvesse esbulho, seria o chefe de uma grande revolução (M.T.I.C. SERVIÇO..., 1944). O relatório ainda destaca a seguinte informação destinada a Coriolano de Goís:

Se V. Ex. bem se recorda, eu tinha informado, em meu relatório anterior, que, há poucos anos atrás, depois do golpe de Estado de 10 de novembro, o major-brigadeiro Eduardo Gomes, servindo-se do conduto de um cunhado do sr. Armando de Sales Oliveira, tentára aliciar chefes militares a uma conspiração contra o regime e o Presidente, declarando, na ocasião, poder contar com elementos materiais imponentes. (M.T.I.C. SERVIÇO..., 1944, p. 2).

Não sabemos a veracidade do fato acima, mas pode-se dizer que ele apenas reforça a posição que Eduardo Gomes sempre teve com relação ao Estado Novo, isto é, a de opositor do regime e seu desgosto com relação à política implantada por Vargas nesse período.

O relatório também aborda os motivos políticos que a oposição teve para escolher Eduardo Gomes como o seu candidato à Presidência da República. Os apoiadores do militar acreditavam que ele simbolizava o heroísmo e o idealismo, principalmente por ter sido o único sobrevivente da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana; contava com o apoio de setenta por cento, pelo menos, de toda a Força Aérea Brasileira; era católico praticante, o que não o faria se bandear para o comunismo, que, inclusive, combateu-o em 1935; dispunha de grande simpatia e prestígio das forças americanas e, não somente as que estavam no Brasil — o Brigadeiro matinha íntimas ligações com os Estados Unidos, o qual poderia se cobrir de qualquer repressão violenta, caso fosse necessário (M.T.I.C. SERVIÇO..., 1944).

O documento prevê, o que iria ocorrer no final de 1945, isto é, a deposição de Vargas. De acordo com o relatório, quanto mais demorada fosse a notícia das eleições de 1945, mais o

presidente estaria perdendo força, pois aqueles que lutavam a favor dos ideais democráticos poderiam derrubá-lo (M.T.I.C. SERVIÇO..., 1944).

Por volta de fevereiro de 1945, Juracy Magalhães foi até a casa de Eduardo Gomes, na praia de Boa Viagem, localizada em Recife. O intuito era entregar ao Brigadeiro um rascunho do manifesto da UDN que continha informações sua como candidato à Presidência da República por esse partido. No entanto, Eduardo Gomes achou que aquele momento não seria oportuno para o lançamento de seu nome (GUEIROS, 1996). Contudo, Juracy Magalhães resolveu pressionar o Brigadeiro para aceitar a decisão de ser o candidato da UDN, e o diálogo entre os dois teria sido o seguinte:

— Se estamos fazendo estas reuniões com o único objetivo de conversar — disse lhe, em tom que não admitia dúvidas — vou sair hoje mesmo da conspiração. Já não aguento mais o choro das mães desses estudantes. Os rapazes se entusiasmam conspirando ao nosso lado, mas estas senhoras me culpam de estar atraindo seus filhos para uma luta perigosa contra o Estado Novo. Querem me responsabilizar por qualquer desgraça que lhes possa acontecer. O clima está ficando insuportável. Eduardo Gomes sentiu-se desafiado e contra-atacou:
— Não fujo à minha responsabilidade. Acho um erro, mas não recuo. Dê-me o texto, do Manifesto que amanhã mesmo irei a Natal saber a opinião do meu amigo, o almirante Ary Parreiras. (GUEIROS, 1996, p. 208).

Eduardo Gomes tinha três amigos em que confiava muito e aos quais sempre pedia conselhos, caso necessário: o almirante Ari Parreiras — que comandava a Base Naval em Natal —, Juarez Távora e Olímpio Falconière da Cunha (GUEIROS, 1996).

Após consultar seu amigo Ari Parreiras, este concordou com o texto do Manifesto, mas sugeriu a Eduardo Gomes para que não divulgasse imediatamente seu nome como candidato à Presidência da República. O texto apenas indicaria que havia um candidato já escolhido, mas que só seria apresentado após a convocação das eleições. Parreiras preocupava-se com o fato de Eduardo Gomes ser amigo de Salgado Filho, que era ministro da Aeronáutica e superior hierárquico do Brigadeiro. Deste modo, seu lançamento como candidato à Presidência da República poderia ser visto como indisciplina. Concomitantemente, era sabido que Vargas, muito sagaz, havia pedido a Salgado Filho para convidar Eduardo Gomes a exercer um cargo no exterior, com o objetivo de retirá-lo brevemente da disputa política nacional. Entretanto, Salgado, conhecendo o caráter do Brigadeiro, resistiu antes de aceitar essa missão (GUEIROS, 1996).

Juarez Távora e Olímpio Falconière foram ouvidos no Rio de Janeiro e concordaram que era o momento de lançar o nome de Eduardo Gomes à Presidência da República em oposição a Vargas. Juracy Magalhães passou a ser cada vez mais procurado por civis e

militares que queriam participar das lutas pela liberdade no país. No Rio de Janeiro, Coriolano de Goís, que ainda era chefe de polícia, após tentar fechar o clube Amigos da América⁵⁷, passou a se preocupar com os problemas enfrentados pelo Estado Novo e deixou o cargo. Em seu lugar assumiu João Alberto (GUEIROS, 1996).

Eduardo Gomes, Juracy Magalhães e Juarez Távora resolveram ir ao Rio de Janeiro para conversar com o general Góis Monteiro, que havia acabado de chegar do Uruguai. Desejam conhecer a posição do general sobre a situação política do Brasil. Góis Monteiro, que apoiara o Estado Novo, estava contra o governo naquele momento. Informou aos três líderes da oposição que já havia dialogado com Vargas e que seu objetivo era acabar com o Estado Novo. Por isso, aconselhou o presidente a convocar o mais rápido possível uma Assembleia Constituinte para reconstitucionalizar o país (GUEIROS, 1996).

Vargas, a par das informações, enviou Marcondes Filho — ministro do Trabalho e da Justiça — para entender-se com Góis Monteiro. Também convocou o general Eurico Gaspar Dutra para ajudar no regulamento do processo de convocação das eleições. Vargas não queria que Eduardo Gomes participasse do pleito. Como já ressaltado nesse trabalho, na volta de uma viagem à Europa, o Brigadeiro fez escala no Recife. De lá até o Rio de Janeiro, Salgado Filho, a pedido de Vargas, tentou convencer Eduardo Gomes a aceitar uma missão nos Estados Unidos. Seu objetivo era tirar o Brigadeiro do páreo eleitoral (GUEIROS, 1996).

É importante lembrarmos, como já comentado no início deste estudo, que, em outubro de 1943, foi publicado o *Manifesto dos Mineiros*, que defendia os ideais democráticos e exigia o fim do Estado Novo. Eduardo Gomes ajudou a distribuir vários exemplares do documento no norte do país. Vemos, assim, mais uma atitude do Brigadeiro em oposição ao governo de Vargas.

O Manifesto constituiu-se em documento político redigido por Dario de Almeida Magalhães, Virgílio de Mello Franco e Odilon Braga. Seus assinantes foram perseguidos e demitidos de seus cargos. Entre eles estavam:

Virgílio e Afonso Arinos de Mello Franco, Milton Campos, Dario de Almeida Magalhães, Odilon Braga, Pedro Nava, Artur Bernardes Filho, Antônio Neder, Magalhães Pinto, José Bonifácio de Andrada, Joaquim e Aloysio de Salles, Mário Brandt e Camilo de Oliveira Neto, este um dos mais dedicados organizadores da distribuição do manifesto através do Brasil. (GUEIROS, p. 211).

⁵⁷ Trata-se de uma sociedade civil fundada em 1º de janeiro de 1943, no Rio de Janeiro. Seu objetivo era o de apoiar a luta dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, na defesa dos ideais da democracia, contra o totalitarismo. Foi fechada em 1944, por fazer oposição ao Estado Novo. Sua reabertura deu-se em 1945; posteriormente, a associação passou a fazer parte da UDN (SOCIEDADE..., c2009).

No dia 22 de fevereiro de 1945, o político José Américo concedeu uma entrevista ao jornal *O Globo*⁵⁸, na qual criticou o Estado Novo e revelou o nome do candidato à Presidência da República pela oposição.

— O candidato será o major-brigadeiro Eduardo Gomes, que aceitará o lançamento de seu nome, se for criado um ambiente de liberdade e de garantia para o funcionamento do regime representativo no Brasil.

[...].

— O lançamento da candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes está dependente do lançamento da do atual chefe de Governo. (FALA..., 1945, p.1).

Em 23 de fevereiro de 1945, Eduardo Gomes já recebia apoio público de diversas figuras importantes do país. O jornal *Diário Carioca*⁵⁹ (RJ) publicou algumas entrevistas dessas personalidades sobre a candidatura do Brigadeiro. João Mangabeira, que defendeu o socialismo e em 1945 integrou a Esquerda Democrática (ED) — a qual passou a agir no interior da UDN —, deu a seguinte opinião sobre Eduardo Gomes:

— “Não só aceito, como aplaudo, a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Porque o passado do candidato, a nobreza de seu idealismo, a notoriedade de sua desambição, a austeridade de sua vida, a integridade do seu caráter, a sua inflexibilidade no cumprimento da palavra empenhada e o seu modelar bom senso, todos esses requisitos nos dão a segurança de que, sob seu governo, teremos um regime de amor à ordem jurídica, de incorruptível probidade no meneio dos negócios públicos, de dignidade no exercício das funções, de seriedade na execução dos compromissos e de exemplar devoção aos interesses nacionais.

A sua presidência será, além disto, o ressurgimento da democracia e a restauração das liberdades populares, redivivas dos escombros da ditadura”. (DECLARA..., 1945, p. 3).

Para Isidoro Dias Lopes a candidatura de Eduardo Gomes seria “[...] a solução lógica para a crise da democracia brasileira. Ele é o verdadeiro candidato do Brasil nas suas aspirações de justiça, paz, liberdade e honestidade” (OPINA..., 1945, p. 3).

Ex-aliado político e amigo de Vargas, Osvaldo Aranha afirmou que a candidatura do Brigadeiro seria necessária naqueles tempos de incerteza e que, por isso, Eduardo Gomes merecia o voto e a confiança dos brasileiros (O SR..., 1945).

Artur Bernardes, ex-presidente da República na década de 1920 e inimigo de Eduardo Gomes e do movimento tenentista nesse período, ingressou na UDN em 1945 e passou a

⁵⁸ O jornal apoiou a candidatura de Eduardo Gomes em 1945 (LEAL; MONTALVÃO, c2009).

⁵⁹ Esse jornal apoiou a candidatura de Eduardo Gomes em 1945 e, ao mesmo tempo, difamou Yêddo Fiúza, candidato comunista (LEAL, c2009).

apoiar a candidatura do Brigadeiro. Em entrevista publicada no dia 24 de fevereiro de 1945, no jornal *Diário Carioca*, fez este comentário sobre a candidatura de Eduardo Gomes:

[...] O país que pensa e que trabalha, reduzido ao silêncio durante anos, revela hoje os sentimentos que sempre acalentou. E todos nós, que temos responsabilidades políticas e a quem incumbe refletir os anseios dos vários setores da opinião, temos sofrido muito nestes últimos tempos. Percebemos que só uma sólida barreira de princípios intransigentemente defendida por todos os bons brasileiros poderá levar-nos á vitória contra as forças da usurpação. Para isso, precisamos estar unidos e acredito que, em torno do nome digno do major-brigadeiro Eduardo Gomes, essa união se fará naturalmente. Hoje, é inegável que todos estamos marchando não apenas para a reafirmação da democracia formal que tínhamos, mas também para o aperfeiçoamento do sistema, ou melhor, para uma nova democracia. (UNIÃO..., 1945, p. 3).

Dois líderes da esquerda também passaram a apoiar Eduardo Gomes: Caio Prado Júnior e Astrojildo Pereira. O primeiro, assim como muitas pessoas e figuras políticas de destaque, acreditava que havia somente um único caminho naquele momento, que seria votar no candidato que representava as forças democráticas, em oposição a Vargas. Por isso, Caio Prado Júnior apoiou o Brigadeiro. Segundo ele:

— [...] Algumas correntes democráticas lançaram o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato. Acredito que este nome, pelo seu passado e honestidade pessoal merece a indicação. E penso mesmo que será o homem capaz neste momento de realizar a unidade nacional. E' esta unidade sobretudo que deve nos preocupar. Existem as condições propícias para isto. Portanto todos os democratas, tanto aqueles que já se definiram por Eduardo Gomes, como aqueles que não tiveram ainda oportunidade de se manifestar, reunam-se em torno de uma definição clara de princípios democráticos. Conjuntamente todos trabalharão pelo restabelecimento da democracia do Brasil. [...]. (A CANDIDATURA..., 1945, p. 3).

Para Astrojildo Pereira a candidatura de Eduardo Gomes representava “[...] o ponto fundamental de todos os programas democráticos, isto é: liquidação do regime fascista de 10 de novembro” (PROGRAMAS, 1945, p. 3).

Em 27 de fevereiro de 1945, Prado Kelly — que seria membro da comissão cujo objetivo foi formular o projeto dos estatutos do partido da UDN, além de ser secretário de agremiação — concedeu entrevista ao jornal *O Globo*, na qual comentou as origens da candidatura de Eduardo Gomes. De acordo com Kelly, no meio civil surgiram vários nomes que eram dignos de apreço e respeito (SERÁ..., 1945). Contudo, em sua opinião, o Brigadeiro era “[...] o mais insuspeito democrata das corporações militares: [...] cujas virtudes privadas rivalizam com uma aureola, já lendária, de abnegação, patriotismo e bravura” (SERÁ..., 1945,

p. 11). Segundo Prado Kelly, Eduardo Gomes seria o candidato da oposição mesmo que Vargas não participasse do pleito.

Um dia depois, em 28 de fevereiro, Eduardo Gomes recebeu apoio para sua candidatura, da Federação Nacional dos Professores. Em entrevista realizada no jornal *O Globo*, o presidente da Federação, professor Barbosa Viana, afirmou que o Brigadeiro possuía um heroico passado, sendo o mais seguro representante da democracia, o qual colocaria o Brasil novamente na altura em que o colocou os indivíduos da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha Nacional e da Força Aérea do Brasil (AFIRMA...1945).

Como podemos perceber, já no início de 1945, a imagem de Eduardo Gomes era associada com a da democracia pelos defensores de sua candidatura. O Brigadeiro era visto como uma figura escolhida sob medida, que iria acabar com o Estado Novo e trazer um Brasil melhor. Seus apoiadores, com o intuito de sustentar a sua disputa eleitoral, representavam-o como herói e impunham-lhe as seguintes características: era um indivíduo sem egoísmo, patriota e com grande bravura.

Após o nome de Eduardo Gomes ser tido como o candidato da oposição a Vargas, alguns conflitos entre os apoiadores do presidente e do Brigadeiro ocorreram no país. Em Salvador, por exemplo, num sábado, ocorreu um incidente na Pastelaria Triunfo, localizada na Praça Rio Branco. Por volta das 18:00 horas, encontrava-se naquela pastelaria, junto com outros indivíduos, Feliciano Gomes. O grupo conversava bastante, ao mesmo tempo, que bebia várias garrafas de cerveja. Em determinado momento, Feliciano Gomes começou a insultar Eduardo Gomes, provocando indignação entre as demais pessoas que estavam no local. Havia no estabelecimento alguns soldados da Aeronáutica, que não estavam gostando dos insultos, por isso, chamaram a atenção do sujeito, mas este não parou com as provocações. Uma confusão foi estabelecida e uma cadeira foi lançada na cabeça do insultador. Ao mesmo tempo, ouviu-se dois disparos de arma de fogo e verificou-se que Feliciano Gomes estava levemente ferido no ombro (INJURIAVA..., 1945).

Outro episódio ocorreu em Recife, no dia 04 de março de 1945, o qual inúmeros estudantes, soldados, intelectuais e comerciantes ficaram feridos pela polícia de Pernambuco, descrita como fascista pela imprensa oposicionista. Um líder estudantil, chamado Demócrito de Souza Filho acabou morrendo. A tragédia ocorreu à tarde, num comício em prol da candidatura de Eduardo Gomes. O evento foi realizado na praça da Faculdade de Direito do Recife. Muitas pessoas assistiram o comício, inclusive, policiais provocadores, que segundo a imprensa da época, estiveram lá a mando da própria polícia (TARDE..., 1945).

Os provocadores realizaram vários atritos no meio da multidão. No entanto, o comício se transformou numa passeata pelas ruas da cidade, seguindo-se em frente ao *Diário de Pernambuco*, o qual lá ficou. Falaram o jornalista Aníbal Fernandes e o escritor Gilberto Freyre. Quando este estava discursando, sua fala foi interrompida por uma troca de tiros disparado das janelas de diversas casas, pela polícia controlada pelo interventor de Pernambuco, Etelvino Lins. Na ocasião, como já afirmado, muitos ficaram feridos, vindo a falecer o estudante Demócrito de Souza Filho (TARDE..., 1945).

Em resposta a um telegrama que lhe foi enviado, por apoiadores de sua candidatura, sobre a morte de Demócrito de Souza Filho, Eduardo Gomes manifestou-se com o seguinte recado ao povo brasileiro:

“Profundamente emocionado, recebi vosso telegrama comunicando morte bacharelando Demócrito Souza Filho, em consequência do atentado de que foi vítima por ocasião do comício aí realizado. Confio em Deus que, para honra do Brasil, não ficará impune esse crime, o qual tão tragicamente marca o início de uma jornada que será, sem dúvida, de trabalhos e de sofrimentos, de dor e de ação, mas que, inspirada unicamente no amor da Pátria, no culto às suas tradições e no espírito cristão do nosso povo, permitirá ao Brasil participar diretamente de uma era de liberdade e justiça. Peço que me representem nos funerais do bacharelando Souza Filho e sejam intérpretes do meu sentimento junto à família enlutada. (a) EDUARDO GOMES”. (INÍCIO..., 1945, p. 1).

A manifestação de Eduardo Gomes descrita acima, mostra um posicionamento do militar, o qual explora a questão da tragédia ocorrida em Recife, em proveito próprio, isto é, voltado para uma ação política. O Brigadeiro aproveita-se do fato para valorizar conceitos como liberdade e justiça, valores presentes em uma democracia. Além disso, a cultura política do catolicismo, que Eduardo Gomes tanto valoriza, também está presente em sua afirmação, que foi divulgada por um vetor social, isto é, um veículo de comunicação, a imprensa, no caso, o jornal *O Globo*, que como já destacamos apoiou a candidatura do Brigadeiro.

Em 03 de março de 1945, o *Jornal do Commercio*, divulgou uma mensagem de Armando de Sales Oliveira — ex-interventor federal e ex-governador de São Paulo —, que inclusive, em janeiro de 1937 deixou o cargo de governador para candidatar-se à Presidência da República, nas eleições que eram para ocorrer em janeiro de 1938, mas que não aconteceu devido o golpe de estado, dado por Vargas, o qual implantou o Estado Novo. Em sua mensagem, Armando de Sales Oliveira, que estava exilado na Argentina, agradeceu aos estudantes de São Paulo por tê-lo convidado a participar do comício que iria ocorrer na referida cidade, mas que ainda, por questões políticas não poderia participar. Todavia,

realizou o seguinte comentário em apoio a Eduardo Gomes nas eleições (MENSAGEM..., 1945):

O Brasil, porém, reagiu como um homem robusto que desperta depois de longo sono, estendendo os braços com invencível energia para libertá-lo de todas as sujeições. A espera desse despertar, numa das horas mais graves da vida nacional, estava um homem, o Brigadeiro Eduardo Gomes, e esse homem recebe o mais espontâneo, completo e emocionante voto de confiança até agora outorgado a um líder do povo brasileiro.

Eduardo Gomes é um nobre soldado, um patriota desinteressado, um democrata puro. Além disso tem coração forte e vontade firme. Animai-o com vossos aplausos e vossas esperanças, porque o Brasil precisa viver livre de temores de que algum dia voltem a apagar-se aquelas luzes submetendo-se a novas sujeições. [...]. (MENSAGEM..., 1945, p. 3).

Em 23 de março de 1945, Júlio de Mesquita Filho, que reassumiria a direção do jornal *O Estado de S. Paulo* no início de dezembro desse ano, pois estava nas mãos da situação, concedeu uma entrevista na imprensa também em apoio a Eduardo Gomes nas eleições:

“Basta uma interpretação analista da vida de Eduardo Gomes, e dos ideais que inspiraram os movimentos revolucionários em que tem tomado parte, para que a Nação se capacite de que ninguém melhor do que ele poderá simbolizar e representar no poder as suas legítimas aspirações.

Quem melhor do que Eduardo Gomes para permanecer à testa da juventude de hoje na luta pela reivindicação dos direitos incontestáveis?

Quem melhor do que Eduardo Gomes para restabelecer a lógica da nossa história e representar na presidência da República o mais belo e mais profundo sentido da revolução política brasileira?” (A CANDIDATURA..., 1945, p. 3).

Ao analisarmos a vida de cada um dos indivíduos citados acima e que apoiaram Eduardo Gomes nas eleições de 1945, observamos que a maioria havia lutado contra o Estado Novo, alguns como Osvaldo Aranha ficou do lado de Vargas nesse período, mas depois apoiou o Brigadeiro. Diferentes ideologias políticas também estiveram do lado de Eduardo Gomes, com o objetivo de tirar Vargas do poder, como por exemplo, a esquerda, sendo representada acima por Caio Prado Júnior e Astrojildo Pereira. Ao mesmo tempo, eram sujeitos de destaque na sociedade, intelectuais e naquele ano defendiam novas eleições democráticas.

Na época em que Juarez Távora — apoiador de Eduardo Gomes no pleito eleitoral de 1945 —, ficou sabendo que o General Eurico Gaspar Dutra seria lançado por pessoas influentes da ditadura, também como candidato à Presidência da República, em oposição ao Brigadeiro, ele preocupou-se com o processo pacífico da redemocratização e com o efeito que esse jogo político de Vargas poderia causar no meio militar, no sentido de poder dividir e

desarticular a unidade do Exército e das Forças Armadas, em torno do nome do general. Távora procurou Dutra para comentar sobre essas questões, mas o futuro candidato nada lhe adiantou a respeito de sua decisão sobre o assunto discutido entre ambos (TÁVORA, 1976).

Confirmada a notícia da candidatura de Dutra à Presidência da República, Távora procurou repetir-lhe, em carta, o resumo das ponderações que lhe fizera anteriormente, quando conversaram pessoalmente (TÁVORA, 1976). Nas palavras de Távora:

[...].

1.º) Sua candidatura não unirá o Exército: inutilizará, pelo contrário, a meu ver, o trabalho de união de classe, que tem sido feito em torno de seu nome, para que V. Ex.^a, falando em nome de toda ela, acima de conveniências pessoais ou facciosas, possa garantir ao País, na atual e delicada emergência política, a realização de eleições livres e sérias.

2.º) Sua candidatura não será de conciliação, mas de combate, pois pela maneira por que foi encaminhada, não visou unir, mas dividir, ainda mais, as correntes políticas em divergências, e ameaça, além disso, criar um perigoso antagonismo entre Exército e Aeronáutica.

3.º) A aceitação, por V. Ex.^a, de sua candidatura — impondo-lhe, por elementar dever de escrúpulo e coerência, o seu imediato afastamento do cargo de ministro de Guerra — o entregará, à descrição, nas mãos dos políticos que a manipularam, e eivará, ao mesmo tempo, o Exército de suspeição para erigir-se em fiador das garantias de liberdade e seriedade eleitorais, que reclama o País.

[...]. (TÁVORA, 1976, p. 184-185).

Percebemos acima, que Távora, apoiador da oposição política, contra Vargas, afirma em carta enviada a Dutra, que sua candidatura lhe causava uma preocupação, no sentido de poder criar um antagonismo entre o Exército e a Aeronáutica. É importante destacar também, que a maioria da Aeronáutica apoiava Eduardo Gomes. Além disso, observamos que Távora alerta a Dutra para o fato de ele estar do lado dos políticos que apoiaram a ditadura estadonovista.

No dia 07 de abril de 1945, foi fundado o partido da UDN, que se manteve ativa até 1965, ano de sua extinção. O candidato desse partido foi Eduardo Gomes. De acordo com Benevides (1981), adversários políticos ou velhos inimigos se juntaram, com o intuito de derrubar Vargas e acabar com o Estado Novo. Exemplos disso foram: Artur Bernardes, que foi inimigo do Brigadeiro na época do tenentismo; Osvaldo Aranha, que foi amigo e aliado de Vargas.

Segundo Benevides (1981), com relação aos grupos políticos que passaram a apoiar a UDN, estavam os antigos aliados de Vargas, como os tenentes, no caso Eduardo Gomes, Isidoro Dias Lopes e Juracy Magalhães, que se sentiram traídos; José Américo, que era o candidato apoiada por Vargas, para concorrer às eleições à Presidência da República em 1938, porém com o golpe do Estado Novo as eleições acabaram não ocorrendo; os governadores

dissidentes ou afastados do poder em 1937, como Flores da Cunha, Lima Cavalcanti e Juracy Magalhães, bem como os políticos que apoiaram ou participaram do governo no período constitucional, como Pedro Aleixo, que foi presidente da Câmara, até seu fechamento em 1937, e Odilon Braga, ministro da Agricultura, que foi contra o golpe de 1937.

Juracy Magalhães, em suas memórias, afirma que a UDN surgiria com o nome de Partido Democrático Nacional. Contudo, Prado Kelly, Otávio Mangabeira e Virgílio de Mello Franco, acharam que o termo “União” seria melhor aplicado, pois dava um sentido de fraternidade e conagração, o contrário de “partido”, que passava o sentido de pedaço, algo dividido, entre outros significados. Ao mesmo tempo, remetia-se à antiga UDB, União Democrática Brasileira, que lutou em 1936 pela constitucionalização do Brasil. Por isso, passou a se chamar União Democrática Nacional (GUEIROS, 1996).

De acordo com Juracy Magalhães, a proposta de criação da UDN ocorreu no escritório de Virgílio de Mello Franco, no centro do Rio de Janeiro. De início, surgiu como uma conspiração de artistas e jornalistas, como Francisco de Assis Barbosa, Carlos Lacerda, entre outros. Aos poucos a ideia do partido foi se espalhando, principalmente, em São Paulo, no meio da elite, liderado por Júlio de Mesquita Filho, Waldemar Ferreira, Vicente Rao e outras figuras da burguesia. No entanto, foram Virgílio de Mello Franco e Prado Kelly seus principais articuladores, com Carlos Lacerda e o próprio Juracy Magalhães, trabalhando juntos para divulgar o movimento contra Vargas. Posteriormente, Prado Kelly inspirou-se num discurso já existente, que foi utilizado na campanha de Eduardo Gomes: “O preço da liberdade é a eterna vigilância” (GUEIROS, 1996). Além disso, a UDN tinha como símbolo uma tocha olímpica com labaredas, talvez, com o intuito de trazer um significado de paz para o povo brasileiro, com o resgate da democracia, após o período ditatorial do Estado Novo.

Com exceção da maioria dos setores populares, o restante dos grupos sociais, como os liberais, conservadores, socialistas e os intelectuais, apoiaram a candidatura de Eduardo Gomes. Os setores populares, organizados em sindicatos ou outras associações, permaneceram ao lado da política trabalhista de Vargas ou se aproximaram dos comunistas, que eram liderados por Prestes (BENEVIDES, 1981).

Conforme Benevides (1981, p. 41):

Eduardo Gomes assume sua candidatura como uma missão histórica e se prepara, como militar, como revolucionário e até como cristão, para a luta que seria conhecida como a “campanha da libertação” ou a “campanha do lenço branco”. A 1º de abril de 1945, exonerou-se da Diretoria das Rotas Aéreas e inicia seu novo papel; não será, jamais um verdadeiro político, mas um chefe (no sentido militar) e seu

nome permanece vinculado à UDN que se tornará, para muitos, o “partido do Brigadeiro”.

Ao analisarmos o programa de governo da UDN, em 1945, observamos que o partido defendeu propostas que agradavam tanto os simpatizantes da esquerda, quanto os conservadores. Para Benevides (1981), dois pontos merecem ser ressaltados no programa político de Eduardo Gomes: a defesa do direito de greve e da liberdade sindical, como medidas que favorecessem os trabalhadores e um modelo econômico que reunisse a livre empresa, o papel do Estado e do capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, a plataforma udenista defendia: “[...] pluralismo sindical; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, ensino público gratuito, previdência social, fracionamento das propriedades rurais não devidamente aproveitadas, etc.” (BENEVIDES, 1981, p. 53).

Conforme Benevides (1981), a UDN apoiou uma certa intervenção do Estado na economia —, o que poderia causar uma controvérsia dentro do partido —, com igualdade no que se referia ao capital estrangeiro.

O programa de governo da UDN, assinado por Otávio Mangabeira, em 20 de agosto de 1945, também destaca ideias referentes ao liberalismo econômico, importante para entendermos o comportamento político de Eduardo Gomes, que esteve ligado a essa ideologia política e que acreditamos, fez parte daquilo que chamamos de modernização “pelo alto”, que só ocorreu, em sua plenitude, com seu apoio ao Regime Militar de 1964. No plano de governo da UDN, no que diz respeito ao tema da administração, é afirmado o seguinte: “[...] conceder ao funcionalismo público maiores direitos e vantagens, considerando que, bem remunerado, poderá ser selecionado, e selecionado produzirá, em menor número, mais e melhor” (MANGABEIRA, 1945, p. 10-11). Neste trecho, percebemos que o partido da UDN preocupava-se com o funcionalismo público, no sentido de que seus trabalhadores fossem mais bem remunerados, contudo, sua intenção com isso seria o aumento de sua produção, ideias voltadas para o sistema liberal econômico.

Com relação ao homem, a UDN tinha o intuito de prepará-lo “[...] para sua missão econômica e social” (MANGABEIRA, 1945, p. 11), essa ideia de cuidar do homem para que ele cumpra com um objetivo econômico, também está voltada para o caráter do liberalismo econômico.

Na educação, uma das defesas do partido da UDN era o aumento do ensino técnico profissional, ajustando-o com as escolas primárias, secundária e superior. Inclusive, a Constituição de 1937 já discutia o tema da fundação do ensino profissional. Esse tema mostra

que a UDN não estava apenas interessada em preparar o estudante para o seu desenvolvimento intelectual, mas principalmente, para o mercado de trabalho, visando preparar uma mão de obra qualificada, para servir ao liberalismo econômico.

No que diz respeito sobre o tema do capital, a UDN pretendia recorrer ao capital estrangeiro, a qual considerava fundamental para a reconstrução nacional. Observamos novamente que o partido defendia o liberalismo econômico, diferente, por exemplo, do governo Vargas, que não era tão adepto ao capital estrangeiro. Por mais que haja algumas semelhanças, no sentido de que em alguns momentos o programa de governo da UDN também defender a intervenção do Estado no Brasil, para favorecer, por exemplo, o desenvolvimento industrial, fica claro que há uma diferença entre o governo nacionalista e defensor da intervenção do estado na economia, apoiado por Vargas, que priorizava o mercado interno, em relação aos ideais defendidos pela UDN, que era de caráter mais liberal, em que para desenvolver o Brasil, seria necessário dialogar com o mercado externo.

No dia 20 de abril de 1945, a Sociedade Amigos da América⁶⁰ lançou um manifesto em defesa da candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República. No documento, a sociedade criticava o Estado Novo tanto economicamente, como politicamente. Dizia que o governo autoritário de Vargas trouxe inflação, o baixo nível dos salários, a carestia de vida, o empobrecimento dos campos, manteve um governo de caráter fascista, despolitizou o povo, entre outras alegações. Com relação a Eduardo Gomes, comentava:

A saída consciente e pacífica desta crise só poderá ser feita do modo que vimos propondo de há muito. A SOCIEDADE AMIGOS DA AMÉRICA tem conclamado as correntes democráticas e anti-fascistas para se unirem em uma ampla frente política, sincera e conscientemente devotadas à defesa e à salvação nacional, dentro das soluções imperativas dos interesses do povo brasileiro. A candidatura do Major Brigadeiro Eduardo Gomes deve concretizar o poderoso movimento da opinião nacional contra o Estado Novo e a tirania negadora dos princípios por que se batem os expedicionários brasileiros. (PROCLAMAÇÃO..., 1945, p. 1).

Um episódio importante também, foi a opinião do líder comunista Luís Carlos Prestes sobre a candidatura de Eduardo Gomes. Ao deixar a prisão, em 1945, Prestes encontrou-se com o Brigadeiro — antigo colega de turma na Escola Militar —, a reunião entre ambos foi realizada no mês de abril, num sábado à noite, na residência de Eduardo Gomes. Prestes estava acompanhado de Juarez Távora e Tasso Tinoco (EDUARDO..., 1945). Em um livro

⁶⁰ Fundada em 1º de janeiro de 1943, no Rio de Janeiro, a Sociedade Amigos da América foi uma sociedade civil que tinha como objetivo declarar apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, em defesa dos ideais democráticos e contra o totalitarismo. Fez oposição ao Estado Novo e, por isso, foi fechada em 1944. Em 1945 foi reaberta e pouco tempo depois passou a fazer parte da UDN (SOCIEDADE..., c2009).

sobre suas memórias, o líder comunista comentou que o encontro foi planejado por um amigo comum, o tenente Silo Meirelles, que era próximo de Eduardo Gomes (MORAES; VIANA, 1982).

Em 26 de abril de 1945, o jornal *O Globo* noticiou uma entrevista de Prestes, em que este comentou não estar autorizado a referir sobre a conversa que teve com Eduardo Gomes. Destacou que o motivo era o respeito que tinha pela amizade antiga de ambos (A ENTREVISTA..., 1945).

Em suas memórias, Prestes revela como havia sido o encontro com o Brigadeiro:

— Foi um encontro muito constrangedor — lembra Prestes. Lá estavam Gomes e Juarez Távora, numa situação bastante difícil. Eles tinham apoiado o Estado Novo e tiveram promoções durante todo o período. O brigadeiro, agora, estava contra Getúlio. Eu tinha sido perseguido o período inteiro. Sofri muito. Na prisão especial, Queiroz, com uma metralhadora apontada para mim, dizia ao guarda: “Se tentarem assaltar o quartel, o primeiro a ser fuzilado é Prestes.” Mas, apesar de tudo isso, eu estava numa posição completamente diferente da deles, que, de uma hora para outra, tinham virado democratas e só pensavam em golpe. (MORAES; VIANA, 1982, p. 103).

Durante a conversa, Prestes disse a Eduardo Gomes que sua posição seria pela Constituinte. O líder comunista ainda ressaltou que seu partido apoiou Vargas, mas nunca fez acordo com ele. Eram apenas aliados, de forma secreta. Assim, os comunistas, de acordo com Prestes, não hostilizavam Vargas, pois ele estava garantindo eleições, liberdade de imprensa e organização do partido. Prestes havia dito isso ao Brigadeiro e, na sua visão, Juarez Távora compreendeu que da maneira com que o líder comunista argumentava, os integrantes da UDN encontrariam muita dificuldade para vencer as eleições. Eduardo Gomes continuou a conversa com Prestes e destacou que não podia haver eleições livres com Vargas. Para Prestes a única alternativa para tirar Vargas do poder, seria o golpe, o qual era contra. Mas, durante a conversa, em sua concepção, de maneira subentendida, o Brigadeiro defendia o golpe.

Apesar de ter sido escolhido como candidato à Presidência da República pelo partido da UDN, quais seriam as justificativas apresentadas para a predileção do nome de Eduardo Gomes nesse contexto? Além das nossas argumentações realizadas acima sobre os motivos que levaram a sua escolha para ser o candidato à Presidência da República pela UDN, Benevides (1981) destaca que o Brigadeiro era o candidato que tinha as melhores características para assumir a missão de representar a “união nacional” contra o Estado Novo. Segundo a estudiosa, as oposições coligadas enxergavam-no como um candidato ideal, pois tinha um passado heroico, um alto posto militar, uma história de lutas democráticas associado

a um “nome limpo”, em todos os sentidos. Eduardo Gomes também era o organizador do Correio Aéreo Nacional e aquele que auxiliou na defesa aérea do Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial. Também era visto como um candidato perfeito para conquistar o apoio das classes médias, que gostavam de seu ideal moralizante, de um homem associado a uma figura exemplar, com virtudes cristãs e cívicas.

Para Nabuco (1962), o Brigadeiro inculcava respeito devido a seu passado. Sua autoridade havia chegado ao máximo quando lutou contra a Revolta Comunista de 1935, período em que era comandante do 1º Regimento de Aviação. Segundo a autora:

[...] Em torno do Brigadeiro, boa figura de militar, alto, teso, de ombros largos, homem de inspirar logo respeito, formou-se imediatamente uma grande vibração de apoio popular. Apenas fôra lembrado seu nome para a Presidência da República, sua propaganda nasceu, e foi crescendo quase espontaneamente. O fato de não ter experiência política era uma qualidade a mais aos olhos dos que desejavam uma limpeza total da moral e da economia política. (NABUCO, 1962, p. 197).

De acordo com Moura (1996), que permaneceu fiel a Vargas e foi contra o golpe que o derrubou em 1945, a candidatura de Eduardo Gomes surpreendeu-o, pois o Brigadeiro era um homem muito dedicado a Aeronáutica. Para o autor, Eduardo Gomes tinha uma personalidade forte e não parecia ser político, mas sim um chefe, um líder. No entanto, quando soube que o Brigadeiro iria ser candidato à Presidência da República, ficou torcendo para que ele ganhasse as eleições, pois naquela época falava-se muito em democracia e Vargas era visto como um ditador. Todavia, em sua concepção, caso Eduardo Gomes ganhasse as eleições, ele seria muito mais autoritário que Vargas.

Por outro lado, com relação a Eduardo Gomes, Moura (1996, p. 173) comenta o seguinte:

[...].
Consequentemente, considerei pouco provável que aglutinasse tantas pessoas em torno de sua candidatura. Mas, por suas qualidades morais, ele conseguiu — o que para mim foi uma revelação — reunir um grupo de políticos e intelectuais, mobilizando altas camadas da população em todo o país. Exclusivamente por sua estatura moral, pois era um homem fabuloso, honestíssimo e muito trabalhador. Era uma figura inatacável! Não possuía uma inteligência brilhante, mas era extraordinariamente correto e dedicadíssimo à aviação. [...] Não acreditei que possuísse grandes qualidades como político, a não ser a sua força moral. Mas, afinal, foram buscá-lo por causa disso mesmo.

De acordo com Moura (1996), após o lançamento da candidatura de Dutra para concorrer à Presidência da República pelo PSD, surgiram dois boatos: o primeiro era que

Vargas não concordava com o lançamento de Dutra para concorrer às eleições. O segundo, era a cogitação da candidatura de um *tertius*, no qual Eduardo Gomes e Dutra retirariam seus nomes para abrir espaço para um terceiro candidato. Assim, consta que o Brigadeiro apoiou o nome de Salgado Filho — ex-ministro da Aeronáutica de Vargas —, para concorrer à Presidência da República. Salgado Filho tinha a confiança tanto de Eduardo Gomes como de Vargas.

Farias (2001) também comenta que Eduardo Gomes defendia um terceiro nome, que unisse as forças políticas, para frear o continuísmo de Vargas, o qual a oposição achava que o presidente estava tramando e, com isso poderia haver uma pacificação da política nacional. Farias, que desde janeiro de 1944 era comandante da Artilharia Divisionária da Força Expedicionária Brasileira (FEB), lembra que no final de agosto de 1945, Vargas pediu para conversar com ele. O presidente queria manter-se ligado a Eduardo Gomes por intermédio de Farias. Este combinou com Vargas que faria ao Brigadeiro um relato de suas conversas, bem como levaria a Vargas um resumo de suas conversas com Eduardo Gomes.

Apesar da campanha eleitoral, Eduardo Gomes passou a ir à casa de Farias todas às quartas-feiras à noite. No encontro era combinado o que Farias poderia dizer a Vargas em nome do Brigadeiro. Nas sextas-feiras de manhã, Eduardo Gomes voltava a casa de Farias para saber o que havia sido conversado com o presidente. No final de cada encontro com Vargas, Farias perguntava o que poderia dizer ao Brigadeiro, mas na verdade, contava tudo a Eduardo Gomes, menos aos líderes da UDN (FARIAS, 2001).

Para Farias (2001), ele como Eduardo Gomes tinham consciência de que Vargas não poderia mais continuar no poder, mas não possuíam qualquer ressentimento contra o presidente. Por isso, Farias se dedicou tanto ao diálogo com Vargas, pois tinha o objetivo de que o presidente saísse do poder de uma forma natural e pacífica. Além disso, num determinado momento, em uma de suas conversas com Vargas, Farias — que estava interessado em um terceiro candidato —, perguntou-lhe que chegaria o momento que as candidaturas do Brigadeiro e do Dutra seriam retiradas, assim queria saber como o presidente providenciaria a retirada do nome de Dutra do páreo eleitoral. Vargas declarou que no momento adequado instruiria seus partidários para retirarem seu apoio a Dutra. Farias queria saber sobre isso, pois precisava dar uma posição a Eduardo Gomes.

Durante a conversa com Vargas, este apesar de elogiar Dutra, disse a Farias que nunca teve interesse na candidatura do general, pois ele não possuía jeito para ser presidente da República. Todavia, para Vargas, com o lançamento de Eduardo Gomes, um militar, para

concorrer à Presidência da República, havia a necessidade de colocar outro militar na disputa, para evitar que o lançamento de um civil causasse conflitos entre civis e militares (FARIAS, 2001).

De acordo com Farias (2001), a candidatura de Dutra não foi iniciativa de Vargas. O general havia se candidato por iniciativa própria e por influência de amigos. Por isso, Farias e Eduardo Gomes acreditavam que seria mais um motivo para Vargas afastar Dutra da disputa eleitoral, retirando-lhe sua base de apoio, como o PSD e os interventores nos estados. Nesse sentido, Eduardo Gomes pediu para Farias começar a conversar com o presidente sobre a candidatura de conciliação. Após perguntar a Vargas os nomes que ele tinha em mente para ser o terceiro candidato, que teria apoio nacional, Farias ouviu do presidente a resposta de que havia Salgado Filho, ministro da Aeronáutica, Góis Monteiro e João Alberto, a maioria ligado a Eduardo Gomes. No entanto, Vargas comentou que preferia um quarto nome para disputar a Presidência da República, seria o próprio Farias. Este assustou com o convite do presidente e negou-o, pois considerou um desrespeito a seu amigo Eduardo Gomes. Após isso, Farias conversou com o Brigadeiro sobre o episódio.

Eduardo reagiu: “Você é um idiota. Por que não aceitou?” Eu: “Primeiro, por razões morais, as que transmiti a Getúlio. Elas estão de pé, e eu jamais poderia desprezá-las. Além disso, não sou tolo. Getúlio não quer nenhum candidato.” Eduardo insistiu: “Mas aceitando sua candidatura, estaremos criando um problema político para ele”. Respondi: “Para ele e para nós, pois eu cairia em desgraça com a opinião pública se disputasse contra você. Tente criar este problema com qualquer outro nome. Com o meu, jamais!” (FARIAS, 2001, p. 332-333).

Percebemos acima que Eduardo Gomes conspirou com Farias e, provavelmente, com amigos próximos, a possibilidade de retirar seu nome da candidatura para à Presidência da República pelo partido da UDN, para dar lugar a um terceiro candidato, que agregasse mais peso nacional, em nome de uma conciliação política. No entanto, Dutra teria que sair da disputa também. Ao mesmo tempo, Vargas foi levando a situação até onde podia, com o intuito de ainda tentar manter-se no poder.

De acordo com Távora (1976), no final de junho de 1945, Ari Parreiras, preocupado com a ameaça da divisão das Forças Armadas, devido a candidatura de Dutra em oposição a de Eduardo Gomes, tentou novos entendimentos com Vargas, no sentido de encontrar um candidato de conciliação. Contudo, o presidente mesmo sabendo o que poderia ocorrer, não tomou nenhuma medida sobre o afastamento da candidatura de Dutra. Assim, convicto de que qualquer modificação na disputa eleitoral existente, com a escolha de um candidato de conciliação, só poderia ocorrer por meio da oposição política, resolveu conversar sobre isso

com Eduardo Gomes. Este, após o episódio ocorrido, achou que já não seria mais viável a escolha de um terceiro candidato e resolveu dialogar com Dutra, o qual comentou que a melhor maneira de levar as eleições para um processo de transição pacífica seria a manutenção das duas candidaturas, o qual foi aceito por ambos.

Com o jogo eleitoral em curso, os candidatos que disputaram às eleições para à Presidência da República foram: Eduardo Gomes, pelo partido da UDN; Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD; Yêddo Fiúza, pelo PCB e, Mário Rolim Teles, que concorreu por um partido pequeno e desconhecido, denominado Partido Agrário Nacional (PAN).

4.3 A CAMPANHA ELEITORAL

De abril até o final de novembro de 1945, Eduardo Gomes realizou campanha política pelo país, deu entrevistas e percorreu diversas cidades do território nacional para discursar em seus comícios. Em São Paulo, abordou temas sobre a ditadura de 1937, a resistência nacional, a sucessão presidencial e Assembleia Constituinte, a recuperação da liberdade, aspectos sobre a questão social, voto livre e união nacional, política externa e confiança no futuro; em Belo Horizonte, tratou, fundamentalmente, da questão econômica da ditadura de Vargas, da questão agrícola e de outros problemas econômicos; em Barbacena (MG), discursou sobre o Judiciário e a importância de ter eleições livres, visando o retorno à legalidade; em Salvador (BA), comentou sobre o tema da educação no país, sobretudo no governo de Vargas; em Corumbá (MS), pronunciou sobre a imigração e a importância dos partidos políticos; em Campo Grande (MS), discorreu sobre a importância do voto e as virtudes cívicas; em Santos (SP), abordou, principalmente, sobre o café; em Belo Horizonte novamente, discursou como paraninfo aos soldados, no centro de preparação dos oficiais da reserva, o qual comentou nesse momento, sobre os valores democráticos (GOMES, 1946).

Na cidade de Uberlândia (MG), Eduardo Gomes discutiu sobre a rizicultura, a pecuária, a economia e a política; em Mococa (SP), falou sobre os valores democráticos, considerados pelo candidato como importantes para fazer com que o povo refletisse na hora de votar; no Rio de Janeiro (RJ), realizou um discurso aos advogados sobre vários assuntos, como: a ditadura e a Justiça, os Juizados federais, a inconstitucionalidade das Leis, o caminho da legalidade, a questão da Constituinte e o afastamento do ditador. Depois, o Brigadeiro esteve no centro de preparação dos oficiais da reserva, em São Paulo, onde realizou um discurso de paraninfo, o qual criticou o comunismo; em Vitória (ES), tratou sobre o problema siderúrgico; em Cachoeiro de Itapemirim (ES), falou sobre a produção agrícola e a deficiência

dos transportes. Em Porto Alegre (RS), discursou, principalmente, sobre o Exército nacional; em Recife (PE), discorreu, entre tantos assuntos, sobre a principal missão do governo, a preservação dos partidos e realizou reflexões sobre a questão social; na cidade de Fortaleza (CE), abordou sobre os problemas das secas antes de 1937 e depois desta data; em Londrina (PR), o Brigadeiro pronunciou-se contra o divórcio e a favor da família brasileira; em Ponta Grossa (PR), explanou sobre a importância do transporte nessa região, especificamente relacionado as estradas de ferro (GOMES, 1946).

O Brigadeiro também discursou em Curitiba (PR), o qual comentou sobre o transporte e as rodovias; em Florianópolis (SC), onde tratou de temas vinculados ao transporte, como a navegação de cabotagem e transatlântica, a navegação fluvial e aérea, e sobre as estradas de ferro. Em Taubaté (SP), falou sobre a questão da agricultura local; em Campinas (SP), o qual pediu apoio da população para sua eleição, debateu o tema da terra e argumentou que o preço para um operário obter um sítio nessa região era alto demais; na cidade de Piracicaba (SP) tratou sobre a importância de Prudente de Moraes para história do Brasil, já que foi nesta cidade que o ex-presidente da República trabalhou como advogado e depois faleceu; em Araraquara (SP) criticou a ditadura estadonovista e defendeu uma nova Constituição. Na cidade de Ribeirão Preto (SP), o Brigadeiro discursou sobre a péssima condição de vida do trabalhador rural; em Bauru (SP), abordou o tema da partilha tributária; em Presidente Prudente (SP), discursou sobre colonização e imigração; em Assis (SP), tratou sobre os problemas enfrentados pelos agricultores; em Sorocaba (SP), criticou o comunismo e defendeu uma relação harmoniosa entre as classes sociais, no sentido de que o patrão necessita do trabalhador e este do patrão. Para tratar sobre essa questão, o Brigadeiro se baseou na encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891 (GOMES, 1946).

Por fim, Eduardo Gomes visitou Itapetininga (SP), onde abordou a questão da plantação de algodão; Juiz de Fora (MG), em que tratou sobre as intrigas que a oposição realizou a seu respeito, relacionadas aos trabalhadores, aos acatólicos e católicos e, com os funcionários e as funcionárias do Estado, o qual negou todas as afirmações contra ele; Petrópolis (RJ), onde tratou sobre a previdência social, o regime de capitalização, da dívida do governo Vargas com relação aos Institutos e outras questões relacionadas a economia; Três Corações (MG), no qual comentou, mais uma vez, sobre a pecuária. Já no fim de sua campanha, leu um discurso na rádio sobre São João del Rei (MG), onde não pôde estar presente, lembrou do passado colonial que a cidade faz referência, bem como defendeu

estudar melhor os problemas enfrentados por essa região mineira, a fim de solucioná-los. Em Campos de Goytacazes (RJ), criticou o vício do jogo entre a população, que se espalhou no período da ditadura varguista, e defendeu a conservação dos bons hábitos sociais, a austeridade dos costumes, o amor ao trabalho e os bons sentimentos que dignificam a vida humana. No Distrito Federal realizou discurso de encerramento de campanha, em 28 de novembro de 1945, o qual agradeceu a todos que contribuíram para ela. Saudou entre tantas pessoas e instituições, as Forças Armadas, que garantiram as eleições, o governo judiciário, os médicos e educadores, e estimulou os eleitores a comparecerem às urnas para votar em 02 de dezembro de 1945 (GOMES, 1946).

De acordo com Benevides (1981), a imprensa acompanhou a campanha política de Eduardo Gomes, mantendo uma imagem positiva sobre o candidato e, sobretudo, um clima de otimismo em relação à sua vitória.

Na época não havia, como atualmente, propaganda eleitoral gratuita para os candidatos. Eduardo Gomes recebeu intenso apoio na imprensa, dos intelectuais, das elites políticas e empresariais. Seus comícios eram divulgados nas primeiras páginas dos jornais. Na maioria de seus discursos ele tecia críticas a Vargas. Por outro lado, o candidato da oposição ao Brigadeiro, Dutra, do PSD, aparecia em pequenas notas, junto com outras notícias, dando ao leitor o entendimento de uma candidatura sem rumo e sem importância, passando também a ideia de um certo continuísmo (FERREIRA, 2020).

Durante a candidatura de Eduardo Gomes, alguns trabalhos foram publicados a seu favor, com o intuito de elegê-lo presidente da República. Esses estudos vinculavam a imagem do Brigadeiro ao da democracia. Um deles, como já ressaltado, foi escrito por J. Nunes de Carvalho, que foi um ex-tenentista. É um texto denominado *A Democracia e o Brigadeiro*, publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, no final de 1945. Ele encontra-se, atualmente, no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste texto apologético, o autor critica a Revolução de 1930 e o Estado Novo, comenta que as aspirações do povo não foram atendidas. Assim, o autor defende a vitória de Eduardo Gomes nas eleições, caracterizando-o como o Roosevelt brasileiro — em referência ao ex-presidente dos Estados Unidos —, devido ao seu passado e conhecimento que tinha, relativo aos problemas nacionais. O Brigadeiro também é visto como o candidato democrático (CARVALHO, 1945).

Carvalho (1945) encerra seu texto incentivando o eleitor a votar no Brigadeiro:

[...].

O eleitor esclarecido e patriota tem, portanto, no pleito eleitoral que se avizinha, o verdadeiro candidato democrático à Presidência da República: — o Major-Brigadeiro EDUARDO GOMES. — E' íntegro, honesto, bem intencionado e apresenta-se às urnas despido das prerrogativas oficiais, como simples cidadão civil ... como legítimo homem do povo.

[...].

Votar no Brigadeiro Eduardo Gomes, é ajudar a defender os interesses do povo, é contribuir para a vitória da democracia, é desejar a prosperidade e a grandeza do Brasil.

Eduardo Gomes, no Governo, é a garantia de um regime de liberdade, de justiça e de confiança dos brasileiros.

[...]. (CARVALHO, 1945, p. 12-13).

O outro trabalho produzido sobre Eduardo Gomes, em 1945, chama-se *Eduardo Gomes e a evolução brasileira*, escrito pelo paulista Euclides Matta e publicado pela editora carioca LTDA. Neste estudo, o escritor critica os vícios que existem no regime republicano, o qual prejudica a democracia. Para Matta (1945), o presidencialismo brasileiro mal copiado dos norte-americanos dá ao chefe do executivo uma grande soma de poder, o qual este aproveita-se disso para abusar da administração nacional. Por isso, movimentos revolucionários, como o do tenentismo, realizados na década de 1920, existiram no Brasil. Nesse sentido, o autor defende o regime parlamentar, que garantiria os direitos necessários aos cidadãos, no lugar do presidencialismo, que seria um convite à ditadura, ao desrespeito à Constituição e ao abuso do poder. Por fim, Matta defende a candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República, com as seguintes palavras:

[...].

O major-brigadeiro é agora chamado a cooperar na redemocratização da República. O seu passado responde pelo seu futuro, dentro da relatividade do comportamento humano.

Revolucionário, não pode renegar a gloriosa epopéia do Forte de Copacabana. Católico, não pode ignorar a impressionante Mensagem do Chefe da Cristandade. Nêle confia o povo brasileiro e o seu nome honrado é a bandeira da luta de todos os democratas que nasceram neste solo abençoado. (MATTA, 1945, p. 60).

Eduardo Gomes também foi apoiado, de forma declarada, por alguns movimentos de esquerda, como a União Democrática Socialista (UDS) e a Esquerda Democrática (ED).

A UDS, que foi um movimento político criado em 1945, em São Paulo, por intelectuais de esquerda, contra o Estado Novo, apoiou a candidatura do Brigadeiro. Pouco tempo depois, a UDS, junto com o movimento da Esquerda Democrática (ED), uniu-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB). O movimento da UDS tinha entre tantos integrantes de

sua comissão provisória de organização, Antônio Candido de Mello e Souza (UNIÃO..., c2009).

A UDS apoiou a candidatura de Eduardo Gomes devido a seu caráter democrático, em oposição à ditadura do Estado Novo. O movimento também era contra a candidatura de Dutra, pois para seus integrantes, o general reunia as velhas oligarquias políticas, no qual sua vitória poderia significar a continuação da política estadonovista (AO POVO..., 1945 apud CHACON, 1998). Para o movimento:

[...]. A candidatura Eduardo Gomes, no momento, polariza forças políticas e sociais capazes de abrir perspectivas para uma luta pragmática mais definida no futuro próximo — sobretudo pela garantia que encerra de abolição da Carta de 10 de novembro e o seu ato adicional, assim como da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, muito embora congregue também alguns representantes dos velhos partidos conservadores. Contrariamente, a candidatura Gaspar Dutra polariza as forças mais reacionárias do País, as velhas oligarquias políticas e o fascismo indígena, cuja vitória significaria a continuação do Estado Novo sob uma nova forma e com democracia puramente de rótulo. Entre essas candidaturas, tomamos partido ao lado de Eduardo Gomes. Esse apoio, entretanto, visa o esforço e a unidade das correntes democráticas de oposição à ditadura, e estará sempre condicionado ao lançamento de programas que sejam consentâneos com as aspirações econômicas, sociais e políticas da classe média e dos trabalhadores. [...]. (AO POVO..., 1945, p. 9 apud CHACON, 1998, p. 413).

A ED, que surgiu publicamente em 12 de junho de 1945, foi um movimento político de viés ideológico socialista, sustentada por um grupo de intelectuais e políticos, que apoiou a candidatura de Eduardo Gomes em 1945. Esse movimento se transformaria em partido político somente em agosto de 1946. Em 25 de agosto de 1947, a ED passou a se chamar Partido Socialista Brasileiro (PSB), o qual incorporou os membros do antigo PSB, que existiu no Brasil entre 1932 e 1937, com pouca expressão. No entanto, em 25 de agosto de 1945, a ED publicou o seu primeiro manifesto em apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Nesse documento, observamos que os nomes que apoiavam o movimento eram desde socialistas democráticos até liberais “mais à esquerda” da UDN, como Paulo Duarte e Saldanha da Gama. Havia também entre tantos indivíduos de correntes políticas diferentes, o próprio Antônio Candido de Mello e Souza, que era integrante da UDS de São Paulo; os antigos tenentes, como Carlos Amoreti Osório, Domingos Velasco, Juraci Magalhães e Herculino Cascardo; “esquerdistas liberais”, como José Honório Rodrigues, José Lins do Rego, Rubem Braga, Raimundo Magalhães Junior, Guilherme de Figueiredo e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros (BENEVIDES, c2009).

Para a ED, em seu manifesto publicado em 25 de agosto de 1945, Eduardo Gomes simbolizava a luta da democracia contra o Estado Novo:

[...].

A candidatura Eduardo Gomes, ao contrário, nascida de um movimento de opinião nacional, apoiada por forças tradicionalmente opostas à ditadura e cercada, por isto mesmo, da confiança de todos os que têm combatido os desmandos da situação inaugurada a 10 de novembro de 1937, abre ao país perspectivas da mais sincera restauração democrática.

Quando ela surgiu espontaneamente do seio do povo, como um anseio das almas livres e antes que a União Democrática Nacional se houvesse constituído, os homens que formam a ESQUERDA DEMOCRÁTICA, aceitaram-na, desde logo, porque representava, por si mesma, o programa da democratização do Brasil e do repúdio total ao ditador de 10 de novembro de 1937.

[...]. (MANIFESTO..., 1945, p. 3-4).

Durante a corrida presidencial de 1945, os membros antigos dos partidos republicanos estaduais (mineiros, paulistas, pernambucanos e maranhenses) deixaram a UDN para formar o novo Partido Republicano (PR) em seus estados. Também foi formado o Partido Libertador (PL), com o apoio dos gaúchos, sob a liderança de Raul Pilla. Desse modo, surgiu uma nova frente de apoio a Eduardo Gomes: as oposições coligadas, UDN-PL-PR (BENEVIDES, c2009).

A campanha de Eduardo Gomes também tinha como símbolo um lenço branco, que fazia referência a Teófilo Otoni, um político da época do Brasil Império, que usou o lenço branco para acenar ao povo, esse gesto ficou conhecido como símbolo do liberalismo brasileiro. O Brigadeiro repetia o mesmo costume, fazendo alusão ao liberalismo e à democracia brasileira, que seria restabelecida com sua vitória e futura queda da ditadura de Vargas. Eduardo Gomes também era visto como o brigadeiro da libertação.

Nesse período, não faltaram apoio a Eduardo Gomes de diferentes formas. Um desses, foi um conjunto de três poemas escrito por Manuel Bandeira, com o título de *Lira do Brigadeiro*: O Brigadeiro, o Brigadeiro Praticante e a Embolada do Brigadeiro. Esses poemas não só demonstram o apoio que Eduardo Gomes recebeu do poeta, mas o quanto, na visão do escritor, o sentimento nacional era grande pela expectativa da vitória do Brigadeiro na eleição e pelo reestabelecimento da democracia.

Um jingle para contribuir com a campanha de Eduardo Gomes também foi criado. De acordo com Manhanelli (2009), a canção denominada *Salve o Brigadeiro*, tinha como gênero musical um samba. Segundo o autor, há uma imprecisão na data de produção do jingle, pois ele pode ter sido criado para a primeira ou para a segunda candidatura de Eduardo Gomes. No entanto, por passar um clima de entusiasmo e confiança na vitória do Brigadeiro, o que não existiu em sua segunda candidatura, e por ter um dos lados do disco em que o samba foi gravado com o título *Asas do Brasil* — composição de 1942 relacionada a aviação brasileira

—, o que aproxima a canção de 1945; o jingle, muito provavelmente, foi produzido nessa data para sua primeira campanha política.

Os dados e a letra do jingle são os seguintes:

Salve o Brigadeiro

AUTOR: Carlos Frias
 INTÉRPRETE: Coro e orquestra
 GÊNERO: Samba
 GRAVADORA: Gravação especial
 ACERVO: Franklin Martins

Dom Pedro I gritou,
 No Ipiranga, a nossa liberdade.
 O povo em torno clamou
 Salve, salve, vossa majestade.
 Agora outro grito ecoou
 Sacudindo o Brasil inteiro
 O povo da rua gritou: oba,
 Salve, salve o Brigadeiro
 Oooooô, oooooô,
 O povo está alegre
 Porque o Brigadeiro chegou
 Oooooô, Oooooô,
 Gritando Brigadeiro
 Nossa tristeza acabou.

(FRIAS, [1945?] apud MANHANELLI, 2009, p. 83-84, grifo do autor).

Na canção acima, observamos que a intenção do jingle é valorizar ainda mais a figura de Eduardo Gomes, comparando-o com Dom Pedro I. A composição busca mostrar que o contexto político eleitoral que o Brigadeiro disputou era muito importante para o país, assim como foi o episódio da proclamação da Independência do Brasil, em 1822. Com isso, o jingle procura transmitir a mensagem de que a vitória de Eduardo Gomes significaria a liberdade do país, livre da ditadura de Vargas, em que a tristeza da população iria acabar, assim como quando Dom Pedro I declarou a Independência do Brasil, tornando o povo brasileiro livre de Portugal.

A fim de ilustrarmos esse contexto político, no qual Eduardo Gomes concorreu como candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945, observamos abaixo um santinho que foi usado pelo Brigadeiro durante campanha eleitoral.

Figura 4 — Santinho de Eduardo Gomes, pelo partido da UDN, usado na campanha presidencial de 1945



Fonte: Magalhães (2018).

Verificamos até esse momento, que o Brigadeiro se aproxima de ideias políticas para uma modernização “pelo alto”, conceito definido por Moore Júnior (1983), partindo de um viés autoritário e, compactua com uma certa restrição da participação da classe trabalhadora na política. Mas para isso, a defesa do liberalismo econômico, como já ressaltado, seria importante, para que o Brigadeiro, viesse a apoiar e fazer parte do grupo político-militar que realizaria essa modernização “pelo alto”, com o Golpe Civil-Militar de 1964. Assim, apesar de ser contextos diferentes, verificamos até agora, elementos que mostram, mesmo que prematuramente, uma relação de Eduardo Gomes com esse projeto político defendido aqui. Exemplo disso, foi sua participação no movimento tenentista, já examinado, que foi uma ação política ocorrida sob uma tendência autoritária, com pouca participação popular. No governo Vargas, lutou em 1935 contra a Revolta Comunista e, apesar de se colocar contra o Estado Novo, foi promovido militarmente num governo autoritário. Agora, examinando a sua candidatura para à Presidência da República em 1945, pela UDN, verificamos abaixo, uma preferência pessoal do Brigadeiro a ideias políticas mais de direita, que o acompanhou ao longo de sua vida. Para isso, examinamos adiante, determinados discursos políticos abordados por Eduardo Gomes que colaboram com essa linha de pensamento político, como: liberalismo, educação, Exército, Estados Unidos, anticomunismo e *Rerum Novarum*.

Em entrevista concedida ao jornalista Marcelo Godoy, do jornal *O Estado de S. Paulo*, o historiador Boris Fausto (2022) comenta que Eduardo Gomes, entre os militares que apoiaram a UDN, seria o melhor representante da ideologia liberal-conservadora. O Brigadeiro apoia o Golpe Civil-Militar de 1964 e depois critica os aspectos radicais do

movimento. Ao lembrar o período em que participou do comício de Eduardo Gomes em 1945, o historiador destaca o seguinte:

[...]. A UDN paulista tem uma grande esperança no brigadeiro, que simboliza o liberalismo afirmativo que vinha desde o Partido Democrático, desde 1926. Cheguei a ir a comícios do brigadeiro. O entusiasmo era muito grande. Não havia pesquisa de opinião em 1945. Eu achava que o brigadeiro ia ganhar a eleição. As campanhas do brigadeiro tinham muito entusiasmo de classe média e classe alta. Senhoras desciam de automóvel para o comício. Havia gente que vinha da base da classe média. Gente que queria democracia. A esquerda democrática apoiava e depois se afastou e virou o Partido Socialista Brasileiro. (FAUSTO, 2022, n.p.).

Para analisarmos os assuntos abordados acima, a fim de averiguarmos o pensamento político de Eduardo Gomes, com intuito de mostrarmos que ele defendia uma ideologia política de direita, examinaremos trechos de entrevistas e discursos pronunciados pelo Brigadeiro em 1945, localizados na terceira edição do livro denominado *Campanha de libertação*, de autoria de Eduardo Gomes, publicado em 1946. A obra foi escrita visando preservar a memória do candidato. Sua editora, Livraria Martins Editora, foi fundada em 1937, em São Paulo, parando de funcionar em 1974.

Logo nas primeiras páginas do livro há uma nota do editor, em que comenta que mesmo derrotado nas eleições de 02 de dezembro de 1945, Eduardo Gomes conseguiu manter a beleza e o valor da propagação democrática que realizou, enquanto candidato da UDN. Para o editor, o Brigadeiro deixa com seu livro um curso de educação política, com minuciosa revisão dos problemas institucionais, econômicos e administrativos que o Brasil enfrentou naquele momento histórico.

A obra apresenta um caráter laudatório realizado pela editora e seus financiadores, mesmo assim, o livro é importante por conter os discursos de Eduardo Gomes, enquanto candidato à Presidência da República em 1945, possuindo como já ressaltado, temas relevantes que retratam os principais problemas políticos da época. De acordo com Drumond (2011), José Eduardo do Prado Kelly, que foi um advogado, jurista, poeta, magistrado brasileiro e jornalista, era o redator dos discursos de Eduardo Gomes nas eleições. Nesse sentido, notamos também que os discursos do Brigadeiro possuem questões bem fundamentadas de ordem jurídica.

Em entrevista realizada em 17 de abril de 1945, Eduardo Gomes assume seu posicionamento liberal, ao convocar as forças democráticas e liberais do Brasil para vigiarem e lutarem contra os reacionários que, ao seu entender, ainda pensavam em se manter no poder,

não deixando que o país viesse a passar por transformações políticas e sociais (GOMES, 1946).

No dia 03 de maio de 1945, Eduardo Gomes, em mais uma entrevista, critica um discurso realizado por Vargas. O Brigadeiro afirma que o presidente tomou o poder através de uma revolução e fixou-se nele por um golpe de Estado. Nesse sentido, para o candidato, Vargas nunca exerceu um mandato de caráter popular, ao longo dos quinze anos que esteve no poder. Todavia, caso Eduardo Gomes ganhasse a eleição presidencial de 1945, não sabemos se ele exerceria um governo de caráter popular, pelo qual critica Vargas, pois ao longo de sua trajetória política não se associou a movimentos organizados pela população. Contudo, ao longo de sua campanha política, realizou duras considerações relacionadas ao viés autoritário da ditadura de Vargas (GOMES, 1946).

Em 15 de julho de 1945, Eduardo Gomes discursou em Belo Horizonte, onde defendeu uma de suas propostas liberais, que seria a entrada necessária do capital estrangeiro no Brasil, para contribuir com seu desenvolvimento, uma vez, que em sua opinião, tínhamos uma deficiência de capital nacional. Destarte, o Brigadeiro pregava, como já ressaltado, a defesa de uma relação brasileira com o mercado externo, diferente do governo Vargas.

Eduardo Gomes, ao longo de sua vida profissional sempre valorizou a educação. Como vimos, enquanto oficial da Aeronáutica sempre procurou ajudar os aviadores, bem como a população mais pobre das regiões de difícil acesso no Brasil, levando uma melhor instrução educacional para esses indivíduos, no sentido de que pudessem crescer na vida e ter melhores oportunidades. Assim, ao visitar a cidade de Salvador, em 25 de agosto de 1945, o Brigadeiro tratou sobre o tema da educação no Brasil. Sua proposta era valorizar este setor o país, democratizando-o, pois para o candidato havia muitos analfabetos no país. Eduardo Gomes criticou o Estado Novo por não valorizar a educação e por trazer o fascismo ao ensino. No entanto, averiguamos que seu debate sobre este tema não fugiu das ideias liberais, ideologia defendida por ele ao longo de sua campanha (GOMES, 1946).

Com relação ao fascismo na educação, Eduardo Gomes procurou mostrar que essa ideologia se fez presente no governo ditatorial de Vargas pela ausência de liberdade de crítica, o qual era mais valorizado a opinião das autoridades; o nacionalismo político, em que as escolas buscavam valorizar a figura de Vargas; na censura e na queima de livros; na demissão de professores; na criação no Distrito Federal de um “Departamento de Educação Nacionalista” e, na ausência de professores e outros especialistas da educação que foram deixados de lado para opinar sobre assuntos relacionados a pedagogia. O Brigadeiro também

criticou o fato de o Estado oferecer aos mais pobres, de forma escassa, o ensino técnico, preparando-os para o ofício e, aos mais ricos, acesso ao ensino secundário, fazendo com que as diferenças entre ambas as classes se estendessem (GOMES, 1946).

Dentre as soluções para a educação apresentadas pelo Brigadeiro, tornando-a mais democrática, podemos perceber, como comentado acima, o viés liberal do ensino defendido por Eduardo Gomes, quando ele reconhece a importância do movimento renovador para a educação brasileira iniciado na década de 1920, tendo se estendido até 1937 (GOMES, 1946). Esse movimento renovador seria o escolanovismo. Em suas palavras:

Naquele período, o pensamento educacional se afirmou uma das mais robustas manifestações da inteligência brasileira, não só no seu potencial idealístico, mas também na sua aguda visão realizadora. Líderes autênticos, ensaístas lúcidos, administradores corajosos marcaram as nossas possibilidades no difícil setor. Divulgou-se uma promissora bibliografia de temas pedagógicos. Tudo revelava o advento de nova era para a educação nacional, fundada no pronunciamento livre e na estimulante cooperação dos especialistas. (GOMES, 1946, p. 63).

Conforme Eduardo Gomes, a Constituição de 1937 acabou por destruir essas ideias de uma reforma educacional (GOMES, 1946). Todavia, percebemos que o Brigadeiro apoia o escolanovismo, que durante a década de 1920 foi um movimento de diversos educadores que discutiram e refletiram sobre os problemas educacionais do país.

Em 1932, com o lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, houve pela primeira vez um plano de ação com o intuito de refletir sobre mudanças profundas na estrutura do ensino brasileiro. Por um lado, essas propostas obtiveram incompreensões e hostilidades, mas por outro, conquistou várias aprovações de quase todos os estados, sendo bem significativo o seu acolhimento, tanto pelos meios educacionais como pela imprensa (AZEVEDO, 1957).

O documento foi lançado por um grupo de 26 educadores e intelectuais. Foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado, entre tantas pessoas, por Anísio Teixeira, Manuel Bergström Lourenço Filho e Cecília Meireles (MANIFESTO..., c2009). Contudo, um fato importante foi o apoio que Teixeira deu a candidatura do Brigadeiro, ao defender seu programa para a área da educação em 1945, o que revela sua concordância com o ideal escolanovista defendido por Eduardo Gomes.

Teixeira, que foi secretário de Educação do Distrito Federal no período de 1932 a 1935 e com o golpe do Estado Novo foi acusado de comunista, vivia naquele período na Bahia dedicando-se ao comércio de exportação de manganês. Em entrevista realizada ao jornal *Diário Carioca* e concedida a Carlos Lacerda, em 28 de agosto de 1945, ao analisar o

discurso do Brigadeiro sobre a educação, em Salvador, afirmou a Lacerda, que o plano de governo do candidato

[...] não sómente encerra a essencia das reivindicações de há muito pregadas e exigidas pelos líderes da educação, como forra-as do prestígio necessário para serem levadas a cabo, sem as prevenções e as suspeitas das grandes correntes conservadoras que, de um modo ou de outro, têm contribuído, entre nós, para fazer da educação pública uma triste melancólica farsa. (TEIXEIRA, 1945, p. 3).

Para Teixeira, o Brigadeiro tratava em sua campanha sobre os verdadeiros problemas educacionais enfrentados pelo país e destacava, além disso, que a educação seria uma das prioridades de seu governo. Concomitantemente, o intelectual acreditava que Eduardo Gomes defendia uma educação mais democrática. Por conseguinte, Teixeira não só apoiava o programa de governo do Brigadeiro para a educação, mas acreditava que quanto maior a educação de um povo, maior seu grau democrático, sendo educação e democracia termos correspondentes (TEIXEIRA, 1945). Nas palavras do educador:

Os princípios gerais que dominam o estudo do brigadeiro Eduardo Gomes revelam que o candidato democrático compreende o problema com essa latitude e esse alcance. Não estamos à frente das antigas soluções simplistas, mas de alguém, cujas convicções democráticas são sinceras e honestas e que percebe que educação e democracia são termos correlatos, podendo-se admitir que o grau de democracia em qualquer comunidade se medirá pelo grau de educação que houver atingido. (TEIXEIRA, 1945, p. 3).

Nesse sentido, a Escola Nova, que é apoiada por Eduardo Gomes, faz parte da tendência pedagógica liberal renovada progressivista. De acordo com Libâneo (2014), esse movimento pertence ao sistema liberal, mas não no sentido de avançado e democrático, e sim como justificação do capitalismo, que ao defender a liberdade e os interesses individuais na sociedade passou a vincular-se a uma organização social ligada a propriedade privada dos meios de produção, também chamada de sociedade de classes.

A pedagogia liberal visa a preparação dos indivíduos para exercer papéis sociais, de acordo com as capacidades individuais. Para isso, os sujeitos precisam adaptar-se as normas e aos valores da sociedade de classes, por meio do desenvolvimento da cultura individual. No entanto, a questão cultural não mostra a verdadeira realidade das diferenças de classes, pois apesar de levar em conta a igualdade de oportunidades, deixa de lado a desigualdade de condições. Uma educação renovada tem a ver com a valorização da autoeducação, tornando o aluno como sujeito do conhecimento e a defesa do ensino centrado no aluno e no grupo. Com relação ao termo “progressivista”, este está associado a ideia de educação progressiva, usada

por Teixeira para designar a função da educação numa sociedade em transformação, devido ao desenvolvimento científico (LIBÂNEO, 2014). Com isso, nossa ideia é mostrar, que apesar de Eduardo Gomes defender uma educação mais democrática, como é a proposta do escolanovismo, esta não deixa de estar ligada ao liberalismo, ideologia defendida pelo Brigadeiro.

Com relação aos discursos de Eduardo Gomes, a temática do Exército, que esteve presente ao longo de sua campanha política é fundamental para averiguarmos qual o pensamento político do Brigadeiro sobre o militarismo, uma vez que este foi um militar e esteve vinculado a esta instituição, participando de vários movimentos de caráter político e militar no Brasil. Inicialmente, em 16 de junho de 1945, Eduardo Gomes, em São Paulo, destacou o seu pensamento sobre as sublevações tenentistas das quais participou:

Pertenço a uma geração militar cujo idealismo se irmanou, várias vêzes, com o idealismo de São Paulo. Revolucionários de 1922 e 1924, só nos animou na luta o propósito de regeneração dos costumes políticos. Éramos, a bem dizer, os conservadores da verdadeira legalidade, os que reclamavam e exigiam, pelas armas, o cumprimento exato e fiel da Constituição. Jamais nos identificamos com interesses de partidos, de facções ou de grupos. Mas tínhamos presentes as vozes de tôdas as zonas do país, impetrando aos homens de Estado a reforma de leis imperfeitas, para tornar efetiva a aspiração geral de “representação e justiça”. O que visávamos, pois, era retomar nas fontes mais puras os princípios republicanos e federativos, que havíamos herdado da gloriosa democracia do Norte, e que devíamos praticar em sua inteireza, de modo que, mediante o sistema representativo, o povo se integrasse no organismo de govêrno, como a força viva, capaz de impelir a Nação aos rumos peculiares de seu desenvolvimento moral e material. [...]. (GOMES, 1946, p. 9-10).

Apesar de contextos diferentes, Eduardo Gomes buscou trazer para sua campanha política, a lembrança dos movimentos tenentistas que tomou parte, especificamente, da década de 1920. Seu intuito foi tentar mostrar que ele era um candidato que sempre lutou pelo país, em defesa da democracia brasileira. Resgatar a memória do tenentismo era trazer ao povo brasileiro na década de 1945, o conhecimento de que ele seria capaz de modificar o país, colocando-o nos trilhos da democracia, contra a ditadura de Vargas. Para o Brigadeiro, o tenentismo tinha o objetivo de reformar os costumes políticos do Brasil. Além disso, justifica comentando que o movimento falou em nome da população em geral, em que pelas armas, os tenentes exigiram o cumprimento fiel da Constituição, em defesa do sistema representativo.

Em 27 de outubro de 1945, na cidade de Porto Alegre, Eduardo Gomes criticou a Constituição brasileira de 1937, imposta pelo Estado Novo. Sua crítica foi relacionada ao artigo 161 da Constituição, para o qual as Forças Armadas passaram a ser fiéis e obedientes à autoridade do presidente da República. Este artigo diferenciava-se do que constava na

Constituição de 1891 e até mesmo na de 1934, no qual a lei dava poderes para as Forças Armadas funcionarem como uma espécie de guardiões da legalidade democrática (GOMES, 1945). Nesse sentido, o pensamento de Eduardo Gomes com relação as Forças Armadas era que essa instituição deveria agir sempre que preciso para preservar a Constituição nacional.

Podemos perceber ao examinar os discursos de Eduardo Gomes, sua afeição pelos norte-americanos. Como já discutimos, o Brigadeiro tinha uma boa relação com eles, desde o início da década de 1940, devido a seu trabalho na Aeronáutica, em parceria com os estadunidenses, que se estabeleceram no Brasil, na luta contra seus inimigos, durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, na maioria de seus pronunciamentos, Eduardo Gomes procurou citar os Estados Unidos. Foi assim, por exemplo, em seu discurso realizado em Belo Horizonte, em 15 de julho de 1945, o qual citou Thomas Jefferson ao falar de democracia ou em Salvador, em 25 de agosto de 1945, quando lembrou a população que assistia a seu comício o ataque, em 1941, à base naval americana de *Pearl Harbor* — localizada no Havaí —, pelos japoneses (GOMES, 1946). Por causar muitas mortes, o episódio fez com que os norte-americanos não esquecessem facilmente dessa batalha. Inclusive, após isso, os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial e posteriormente derrotaram os japoneses.

Ao mesmo tempo que Eduardo Gomes procura lembrar à população que assistia ao seu comício, sobre o episódio de *Pearl Harbor*, ele alerta seus eleitores para não esquecerem de 1937, quando foi implantado o Estado Novo no Brasil (GOMES, 1946). O Brigadeiro realiza essa comparação, com o objetivo de avisar seus eleitores de que do mesmo modo que os norte-americanos venceram os japoneses no final de 1945, os brasileiros conquistariam a democracia novamente, com sua vitória na eleição, deixando de lado a ditadura de Vargas.

Outro fato importante que mostra que os Estados Unidos estavam em sintonia com a política brasileira, foi quando o embaixador norte-americano no Brasil, Adolf Augustus Berle Junior, pronunciou um discurso, em Petrópolis, em 29 de setembro de 1945, no qual destacou a importância da democracia e combateu a forma da Constituinte recomendada pelo queremismo, o que custou seu posto de embaixador no Brasil (COUTINHO, c2009).

Eduardo Gomes também era anticomunista, isto não é somente perceptível em sua trajetória política antes de 1945, devido a suas atitudes, mas permanece durante sua candidatura à Presidência da República. Em discurso realizado como paraninfo, no Centro de preparação dos oficiais da reserva, em São Paulo, no dia 20 de outubro de 1945, o Brigadeiro criticou o comunismo. Para ele, o comunismo nega a Deus e o espírito, além disso, em questão política, Eduardo Gomes critica o regime totalitário dessa ideologia. Por ser católico,

afirma que o comunismo é contrário ao sentimento cristão e é um sistema político antibrasileiro. Nesse sentido, defende que o sistema político brasileiro seja a democracia (GOMES, 1946). Em suas palavras:

O comunismo não conseguiu implantar-se e conservar-se em nenhum país sem o emprêgo de processos de coação em escala inaudita na história da humanidade. Mas sobretudo, é um sistema ideológico e político eminentemente antibrasileiro. Contraria de todo em todo as nossas tradições de elevação espiritual e sentimento cristão, que plasmaram desde a sua origem a nossa nacionalidade e estruturaram as suas instituições fundamentais. [...].
O Brasil há de sempre considerar como ideal político a verdadeira democracia. [...].
(GOMES, 1946, p. 149-150).

Na cidade de Sorocaba, em 22 de novembro de 1945, Eduardo Gomes voltou a criticar o comunismo. Para o candidato da UDN, se o capitalismo dominador leva a exploração dos trabalhadores, a ditadura do proletariado, que ocorria na Rússia era uma forma de escravidão. Na visão do Brigadeiro, o comunismo promete ao operário sua independência e prosperidade, mas na Rússia ocorria o contrário, pois as fábricas eram as donas dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, em sua concepção os operários russos não tinham a mesma vida que os indivíduos da democracia norte-americana. Em sua opinião, os trabalhadores comunistas tinham menos assistências do que seus colegas dos países capitalistas (GOMES, 1946).

Em 16 de junho de 1945, na cidade de São Paulo, Eduardo Gomes já havia estabelecido seu ponto de vista no que diz respeito aos aspectos sociais. Ao citar a encíclica *Quadragesimo anno*, do Papa Pio XI, de 15 de maio de 1931, o Brigadeiro defendeu uma democracia voltada ao pensamento cristão. Para Eduardo Gomes, o Estado não poderia ficar neutro nas relações entre capital e o trabalho. Em sua opinião, o Estado deveria visar o bem de todos, mas principalmente o mais humilde. O Brigadeiro também defendeu um salário justo para o trabalhador, o direito de greve e a liberdade sindical (GOMES, 1946).

Em Sorocaba, em 22 de novembro de 1945, Eduardo Gomes citou a encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891, para tratar sobre a sociedade de classes. Para o candidato, os ricos e os pobres deveriam viver em harmonia, em que não houvesse tanta desigualdade social. Para isso, o Estado teria a função de auxiliar nesse equilíbrio. O Brigadeiro também defendia os direitos à propriedade privada, seu pensamento seguia essa encíclica (GOMES, 1946). Assim, Eduardo Gomes criticou o comunismo e o socialismo e defendeu um liberalismo que não fosse irresponsável, mas que contribuísse para manter a harmonia social e econômica da sociedade de classes.

Ao analisarmos acima alguns dos temas de interesse de Eduardo Gomes, discutidos por ele, em 1945, durante sua campanha política pela UDN, percebemos que o Brigadeiro até esse momento apresentava um comportamento político vinculado a uma posição ideológica de direita. Isso é possível devido a sua relação com a cultura política liberal e anticomunista e, a vetores sociais, que tem a função de reproduzir essas culturas políticas pelo qual ele compactuava, como o partido da UDN, a corporação militar do Exército e sua relação com a Igreja, vinculada ao pensamento cristão.

Eduardo Gomes fazia parte do udenismo, que segundo Gomes e Ferreira (2018, p. 260), “[...] é a maneira como determinado grupo político conservador no Brasil se apropriou do liberalismo”. Ainda de acordo com Gomes e Ferreira, a UDN defendia a restrição da participação popular na política, o antigetulismo, o elitismo, o liberalismo econômico, bem como o moralismo, o bacharelismo, o anticomunismo e o antiestatismo. Com relação ao antiestatismo e ao elitismo, apesar de serem destacadas como características da UDN, pelos historiadores, os discursos de Eduardo Gomes muitas vezes fugiam desses aspectos, como analisamos, talvez por tentar realizar uma campanha de caráter democrático.

Apesar do Brigadeiro ter tido intenso apoio da grande imprensa e uma campanha positiva com relação a vitória, finalizada às eleições, Dutra saiu vitorioso, obtendo 3.251.507 votos (55,4%); Eduardo Gomes ficou em segundo lugar, com 2.039.341 votos (34,7%); Fiúza teve 569.818 votos (9,7%) e, Teles conquistou apenas 10.001 votos (0,2%) (CHACON, 1998).

É importante salientarmos alguns episódios que contribuíram para a derrota de Eduardo Gomes, bem como alguns acontecimentos políticos daquele ano, como a queda de Vargas da presidência. Com relação a este último fato, Farias (2001) revela em suas memórias, que no dia 08 de outubro de 1945, havia encontrado com Vargas para transmitir-lhe as preocupações do Brigadeiro e dos membros da UDN sobre a sucessão presidencial e verificar possíveis boatos de mudança do calendário eleitoral. Mas, Vargas manteve sua posição de que não iria continuar na presidência, assegurando as eleições, e pediu para Farias tranquilizar Eduardo Gomes e o pessoal da UDN. No entanto, no dia seguinte, o Brigadeiro ficou sabendo que o calendário eleitoral havia sido modificado pelo presidente no mesmo dia da conversa com Farias, só que antes do encontro entre eles. Informado do ocorrido, Farias resolveu procurar Góis Monteiro, que lhe confirmou o decreto sobre a mudança do calendário eleitoral.

De acordo com Farias (2001), Vargas decidiu antecipar as eleições estaduais, com o intuito de marcá-las na mesma data das eleições federais. Em sua visão, ao fazer isso, o presidente criava grandes problemas nos estados e agravava a confusão política-eleitoral, dando indícios para o golpe que planejava. Além disso, Vargas acreditava que o movimento popular, com base no queremismo, que o apoiava, bem como o lema “Constituinte com Getúlio”, poderia lhe dar chances para manter-se no poder. Vargas e Farias não conversaram mais, porém, Farias procurou João Alberto, que era o chefe de polícia do Distrito Federal. Sua intenção era obter mais informações sobre o presidente. João Alberto também era contra a permanência de Vargas no poder e disse a Farias que se Vargas pretendesse continuar na presidência, esse iria retirá-lo antes do comando da polícia, devido a seu posicionamento.

A partir disso, Farias participou da conspiração militar para derrubar Vargas. Começou a dialogar mais com Góis Monteiro, Eduardo Gomes e Dutra, este último passou a aderir a causa dos militares. Reuniões semanais começaram a ocorrer, além disso havia um consentimento entre os militares de que Vargas não poderia continuar no poder, principalmente devido a sua ligação ao Partido Comunista. Inclusive, Prestes já acompanhava o presidente nos comícios (FARIAS, 2001).

Em 28 de outubro, à noite, João Alberto avisou Farias sobre sua substituição na chefia da polícia, que iria ocorrer no dia seguinte. Entraria no seu lugar Benjamin Vargas, irmão do presidente. No mesmo dia, Farias deu a informação para os conspiradores. No dia seguinte, em 29 de outubro de 1945, Farias foi cedo para o Ministério da Guerra, seu objetivo era reunir os militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Ele queria, provavelmente, testar Góis Monteiro para saber se este estava do lado dos conspiradores e não tinha interesse em assumir à Presidência. João Alberto e Benjamin Vargas foram ao Ministério da Guerra para a transmissão do cargo. Alguns militares queriam prender Benjamin durante a solenidade, mas Góis Monteiro não deixou. Contudo, às 19 horas ocorreu a reunião, no qual Góis Monteiro declarou que havia se demitido de seu cargo. Com isso, Farias comentou que o general seria a partir desse momento ministro dos conspiradores, com o apoio da Aeronáutica e da Marinha, por meio de seus representantes que ali estavam. Eduardo Gomes já possuía conhecimento sobre o que iria ocorrer naquela conversa. Góis Monteiro aceitou a condição imposta por eles (FARIAS, 2001).

De acordo com Farias (2001), após a conversa, outra reunião aconteceu em uma sala menor, a ideia era decidir quem substituiria Vargas na Presidência. Para o militar, Góis Monteiro, que foi nomeado Ministro da Guerra e tinha o apoio de todas as Forças Armadas, se

quisesse, poderia assumir à Presidência da República, mas ele não se manifestou sobre essa possibilidade. Dutra afirmou que concordava com tudo, mas em seu ponto de vista o sucessor de Vargas não deveria ser um militar. Acreditava que a situação merecia uma solução constitucional, igual constava na Carta de 1937. Como não havia vice-presidente e o Congresso estava fechado, quem poderia tomar o poder seria o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Eduardo Gomes defendeu essa ideia, inclusive, já havia dado uma entrevista, em 03 de maio de 1945, falando sobre a questão da transmissão do poder, no qual defendia que o presidente do Supremo Tribunal Federal deveria assumir à Presidência da República⁶¹. Na reunião, todos concordaram com a proposta.

Em companhia de Agamenon Magalhães, que era Ministro da Justiça de Vargas, Farias foi até o Palácio do Catete para tirar Vargas da Presidência. Ao chegar lá, Farias garantiu a Vargas que ele poderia ir a qualquer lugar do Brasil para se fixar. Também comentou ao presidente para não tentar nenhuma reação, pois o guarda do palácio não obedeceria às suas ordens. No dia seguinte, Vargas viajou para São Borja (RS), em um avião militar (FARIAS, 2001).

Com Linhares na Presidência da República, na manhã do dia 30 de outubro de 1945, Eduardo Gomes encontrou-se com Farias. O Brigadeiro ainda insistia num terceiro candidato para disputar à Presidência com o apoio de todos. Ele queria ajuda de Farias para que este entrasse em contato com Dutra, para explicar a ideia. Mas, não houve nenhum entendimento (FARIAS, 2001). Todavia, o fato mostra que Eduardo Gomes não tinha tanto interesse pessoal pelo poder, pois como vimos, ao longo de sua candidatura tentou algumas vezes negociar sua disputa em nome de um terceiro candidato. Provavelmente, seu grande objetivo era mais derrubar Vargas e sua política, do que conquistar o poder em nome de interesses pessoais.

No entanto, se mesmo com a retirada de Vargas da Presidência, pelos militares, com o receio de ocorrer um novo golpe, Eduardo Gomes que até então era o favorito a ganhar as eleições, mas não ganhou, quais seriam então os motivos de sua derrota para Dutra?

Primeiramente temos que destacar a força política de Vargas. Segundo Pandolfi (2020), com Vargas na Presidência, durante o Governo Provisório, em novembro de 1930, foram criadas o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Entre 1931 e 1934 vários decretos e leis que protegiam os trabalhadores foram

⁶¹ Com relação a afirmação de Eduardo Gomes sobre a possibilidade do presidente do Supremo Tribunal Federal assumir à Presidência da República, com a saída de Vargas no poder, conferir em: Gomes (1946).

estabelecidos. Nos anos de 1930 também ocorreu um intenso processo de industrialização no país.

Para Capelato (2020), o Estado Novo, apesar de ter aspectos próprios, teve inspiração nos regimes europeus, como o fascismo, na Itália, o nazismo na Alemanha, entre outros. Uma característica em comum foi a crítica a liberal democracia e a defesa de um Estado forte e autoritário, com o intuito de obter mudanças necessárias para proporcionar o progresso dentro da ordem. O governo Vargas tem sua ambiguidade, pois para muitos apresentou aspectos positivos, principalmente de caráter social. Para outros, apresentou questões negativas, principalmente relacionadas ao autoritarismo implantado com o Estado Novo, não só no regime, mas no que diz respeito a política trabalhista.

Apesar das perseguições aos opositores e do intenso controle social, durante o Estado Novo, Vargas instituiu várias políticas trabalhistas que ficaram na memória do povo brasileiro. Em 1943 foi criada a Consolidação das Leis do trabalho (CLT), que, por um lado, favoreceu os operários, mas por outro, fez com que o Estado passasse a ter controle sobre as atividades independentes dos trabalhadores. Foi criada a cidadania do trabalho; só era cidadão aquele que trabalhasse, assim, possuir a carteira de trabalho era muito importante. Apesar disso, havia muitas pessoas desempregadas (CAPELATO, 2020).

Nesse sentido, apesar dos prós e contras, Vargas adquiriu grande popularidade, pois sua política social conquistou os trabalhadores. Assim, observamos que durante as eleições para à Presidência da República surgiu o movimento queremista, que apoiava a continuação de Vargas no poder. Segundo Ferreira (2020), esse movimento recebeu ajuda financeira de empresários que defendiam o presidente, mas não foi somente uma criação do Ministério do Trabalho, com incentivo de dinheiro privado, como a oposição afirmava. Houve também uma vontade política dos trabalhadores, que sem ela e sem o apoio popular nas ruas, todo o amparo empresarial não teria dado certo.

Ocorria sempre que possível, durante as campanhas eleitorais, a participação de populares e trabalhadores nas ruas, que impediam que os partidários da UDN realizassem manifestações em favor de Eduardo Gomes. No dia 04 de agosto de 1945, houve um comício em apoio a UDN interrompido com gritos de “Viva Getúlio!”. Ao mesmo tempo, os cabos eleitorais da UDN revidaram, o que gerou uma tremenda confusão (FERREIRA, 2020).

Para Ferreira (2020), os trabalhadores, em sua maioria, recusavam as candidaturas de Eduardo Gomes e Dutra, pois queriam a permanência de Vargas no poder. Os queremistas participaram de alguns comícios e sempre apoiavam o presidente. Inclusive, em diversos

telegramas, os trabalhadores ressaltavam a importância dos benefícios sociais que conquistaram durante o governo Vargas. Eles eram muito gratos por tudo isso e tinham medo de perder essas assistências sociais, caso outro indivíduo assumisse a Presidência da República. Com isso, os trabalhadores também passaram a ter vontade política. Não se deve esquecer, de acordo com Gomes (2005), que foi a partir dos anos pós-30, especificamente durante o Estado Novo, que a classe trabalhadora passou a ganhar destaque na política nacional.

Conforme Ferreira (2020), durante as eleições, ao inaugurar cerca de 14 quilômetros de eletrificação de trens suburbanos, Vargas pedia que os operários apoiassem o PTB.

[...]. O PTB seria o desaguadouro natural. Assim, nesse momento, um processo bastante complexo estava ocorrendo: um conjunto de ideias, crenças e atitudes coletivas — o *trabalhismo* como projeto político, o *getulismo* como a sua personalização e o *queremismo* como movimento social, termos até então sinônimos e intercambiáveis — estava se institucionalizando em um partido político, o PTB. (FERREIRA, 2020, p. 37).

Diante do que foi exposto, como afirma Gomes (2020), apesar do Estado Novo fazer com que a classe trabalhadora e a população brasileira perdessem muito do ponto de vista democrático, mesmo que muitas coisas positivas tivessem ocorrido. Esse período deixou um legado antiliberal e antidemocrático e uma experiência de que no Brasil, somente um Estado autoritário fosse eficaz para promover o desenvolvimento socioeconômico. Devido a esses fatores e principalmente a imagem positiva construída por Vargas, a partir do Departamento de Imprensa e Propaganda (1938), no Estado Novo, o presidente obteve cada vez mais a simpatia dos humildes. Com isso, como destacamos, um dos pontos que fizeram com que Eduardo Gomes perdesse as eleições de 1945, apesar de parecer favorito, foi o apoio político que Vargas deu a Dutra de última hora para à Presidência da República. Com a contribuição do presidente, o general saiu vitorioso, deixando o Brigadeiro em segundo lugar.

Um segundo motivo que fez com que Eduardo Gomes fosse derrotado, foi sem dúvida, um discurso que Prestes realizou em comício em Belo Horizonte. O líder comunista queria que houvesse uma Constituinte antes das eleições, e que o Brigadeiro e Dutra renunciassem às suas candidaturas. Seu discurso estava em consonância com o de Vargas e contava com o apoio dos trabalhadores (FERREIRA, 2020).

Um terceiro motivo está relacionado a prática que Limongi (2015) afirma, isto é, a de que para ganhar eleições é preciso “fazer” e trazer para votar o maior número possível de

eleitores. Essa prática era muito recorrente em 1945. De acordo com Gomes e Ferreira (2018, p. 263), os eleitores eram feitos,

[...] maciçamente e conforme uma longa tradição, pelos partidos políticos, que se encarregavam de alistar, transportar e, até 1955, fornecer a cédula de votação a ser utilizada nos pleitos. Mesmo havendo alistamento individual e voluntário, cujo peso precisa certamente ser considerado, até pelo menos o ano de 1955, os partidos é que “faziam” os eleitores no Brasil, seguindo políticas conhecidas e compartilhadas desde o século XIX.

Nesse sentido, é importante compreender, segundo Gomes e Ferreira (2018), que as eleições ocorridas após 1945, deixam de ser controladas pelo governo. Com isso, as oposições passam a ter maiores chances de vencer as disputas eleitorais. O ano de 1955 seria o marco disso, pois adota-se a cédula oficial. Em 1950 também já se havia aprovado um novo Código Eleitoral, assim a Justiça Eleitoral iniciou uma certa fiscalização nas campanhas e nos pleitos.

Diante disso, em 1945, Vargas que já havia construído uma boa imagem com os trabalhadores no período do Estado Novo e tinha imenso apoio popular, no período eleitoral detinha um certo controle da máquina eleitoral e como não podia concorrer, ao menos era favorecido na hora de apoiar algum candidato, como aconteceu com Dutra, contribuindo para a vitória do general.

Cabe destacar que, Eduardo Gomes fazia parte da UDN, um partido, que estava vinculado, como afirma Bandeira (2007), a uma das concepções políticas da época, a conciliação dos interesses das classes dominantes com os dos norte-americanos. Tanto é que o afastamento de Vargas, segundo o autor, não tinha o objetivo de eliminar de fato, o que havia de reacionário, mas sim o que havia de resistência nacional e popular no Estado Novo. Planejava-se deixar de lado a participação da massa no processo político liberal.

Ao examinarmos algumas memórias de militares que vivenciaram as eleições de 1945, verificamos quais eram as impressões desses indivíduos com relação a candidatura e a derrota do Brigadeiro. Para Juracy Magalhães, Eduardo Gomes era o favorito das multidões, muitas pessoas compareciam em seus comícios agitando os lenços brancos, que eram o símbolo da esperança de renovação política. Nos palanques do Brigadeiro haviam grandes oradores como Carlos Lacerda e Otávio Mangabeira. Eduardo Gomes também era um homem bonito, que se vestia bem, com isso, muitas mulheres iam a seus comícios, fascinadas por ele. Inclusive, como já destacamos, em sua campanha fizeram um docinho, que já existia no Brasil, mas em homenagem a Eduardo Gomes, colocaram-lhe o nome de brigadeiro (GUEIROS, 1996).

No entanto, para Juracy Magalhães, embora a UDN contasse com a defesa de grandes figuras, detinha pouco apoio popular. E se num determinado momento achava que Eduardo Gomes poderia ganhar, quando ocorreu o comício do Brigadeiro realizado no estádio do Pacaembu, teve um mal pressentimento, pois lá havia muitas mulheres e homens bem-vestidos aplaudindo Eduardo Gomes. O povo que deveria lotar o estádio não estava. Juracy Magalhães ao verificar o quererismo, percebeu o quanto Vargas ainda era forte politicamente (GUEIROS, 1996).

Farias (2001), que vivenciou o período eleitoral de 1945, comenta que quando Vargas passou a apoiar Dutra, disse a Eduardo Gomes que ele estaria perdido, pois em suas palavras, os comícios do Brigadeiro “[...] nas grandes cidades eram monumentais. Ele tinha o apoio da maioria esmagadora dos brasileiros cultos. Mas a maioria dos brasileiros não é culta. E naquela época, o eleitorado rural era muitas vezes maior do que o urbano. [...]” (FARIAS, 2001, p. 346).

Segundo Farias (2001), Eduardo Gomes, após cada viagem, mostrava-se mais confiante na vitória. Todavia, o Brigadeiro não tinha a malícia de um político, faltava-lhe saber unir os grupos, conversar com a oposição, fazer acordos e atrair indivíduos. Dutra também tinha a mesma dificuldade de Eduardo Gomes, mas venceu com o apoio de Vargas.

Para Távora (1976), a disputa eleitoral entre Eduardo Gomes e Dutra foi respeitosa e teve relativa paz, porém, também concorda que o apoio de Vargas a Dutra contribuiu para a derrota do Brigadeiro. Ao mesmo tempo, afirma que a candidatura de Yêddo Fiúza pelo PCB — que tirou de Eduardo Gomes o apoio de indivíduos de esquerda — e a corrupção eleitoral, prejudicaram a vitória do Brigadeiro.

Conforme Nabuco (1962), um dos motivos da derrota do Brigadeiro se deveu a sua falta de simpatia com os eleitores, pois em contato com eles, mantinha-se, na maioria das vezes, sempre sério.

Boatos ou intrigas⁶² contra Eduardo Gomes também ocorreram nas eleições de 1945. O candidato da UDN sofreu vários ataques da oposição, o que também colaborou para sua derrota. Um deles foi o episódio dos “marmiteiros”, criado por Hugo Borghi, que era um empresário e líder quererista. De acordo com Ferreira (2020), Borghi, atento aos discursos do Brigadeiro, ouviu pela rádio um comentário de Eduardo Gomes, em que ele teria dito que

⁶² Em comparação com o momento político atual do Brasil, podemos destacar que os boatos da época, ocorridos em 1945, contra Eduardo Gomes não é uma prática desconhecida. Atualmente, seria o que hoje é denominado de *fake news*. Essas notícias falsas ganharam relevância em 2018, quando Bolsonaro, aproveitando-se delas, em benefício próprio, ganhou as eleições para à Presidência da República.

não precisava dos votos da malta de desocupados que apoiava o ditador para se eleger presidente da República. Ao referir-se a palavra “malta”, o Brigadeiro queria dizer que não necessitava dos votos dos trabalhadores que havia participado dos comícios queremistas, pois em sua visão, eles haviam recebido dinheiro do Ministério do Trabalho para participar das manifestações que exigiam a continuidade de Vargas no poder. No entanto, Borghi procurou no dicionário o significado do termo “malta” e entre alguns significados encontrou o que lhe conveio, isto é, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas, “marmiteiros”. Após isso, no dia seguinte, Borghi utilizou-se de várias emissoras de rádio para declarar que Eduardo Gomes seria o candidato dos grã-finos, dos ricos e milionários, que exploram o povo, pois havia afirmado que não necessitava dos votos dos “marmiteiros”, dos trabalhadores. Depois desse episódio, a candidatura do Brigadeiro tornou-se cada vez mais antipática aos eleitores mais humildes.

Outros boatos feitos pela oposição a Eduardo Gomes, diz respeito a questão religiosa. Segundo noticiado no jornal *Diário de Notícias*, do dia 04 de novembro de 1945, os evangélicos comentavam que o Brigadeiro apresentou, quando em Recife, grande intolerância religiosa, mandando prender soldados por não assistirem à missa. No entanto, o escritor da matéria, Jerônimo Gueiros, representante em Pernambuco da Confederação Evangélica do Brasil, verificou através do testemunho de várias pessoas fidedignas tratar de uma mentira (GUEIROS, 1945).

O jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 22 de novembro de 1945, que estava sob domínio da situação e defendia a candidatura Dutra, acusou a UDN de violar os preceitos dos dogmas católicos ao aliar-se com os comunistas, no caso com a Esquerda Democrática. Para o jornal, diferente do partido da UDN e, no caso, de Eduardo Gomes, Dutra não se aliava a partidos que entrassem em conflito com o espírito cristão do Brasil (O GENERAL..., 1945).

Em discurso de campanha política proferido em Juiz de Fora, no dia 24 de novembro de 1945, Eduardo Gomes criticou a oposição por afirmar mentiras sobre ele, como o episódio dos “marmiteiros” e a intriga com os acatólicos e católicos. Na ocasião, o Brigadeiro afirmou defender a liberdade de crença e de culto, o qual defendeu durante sua campanha. Garantiu serem falsos os comentários de que ele e os partidários da UDN perseguiriam todos que não fossem da religião católica. Disse ser mentira as alegações de que ele combateria as reivindicações católicas, uma vez que é católico e compactuava com seus preceitos religiosos. Por fim, também criticou severamente os indivíduos que o acusaram de ser contrário ao

trabalho feminino e de praticar preconceitos raciais, contra os judeus e os homens de cor (GOMES, 1946).

Em 28 de novembro de 1945, dias após o pronunciamento de Eduardo Gomes em Juiz de Fora, o *Estado de S. Paulo* voltou a criticar o Brigadeiro. Para o jornal, o que o candidato da UDN dizia ia em oposição ao seu próprio partido. De nada valeria Eduardo Gomes afirmar que era católico militante, favorável a legislação trabalhista e contra o comunismo, se em seu próprio partido há homens de várias ideologias, inclusive que apoiam a Esquerda Democrática e que são contra a melhoria das condições de vida dos trabalhadores (A U.D.N...., 1945).

No dia 28 de novembro de 1945, restando poucos dias para as eleições, o *Estado de S. Paulo* afirmou que caso Eduardo Gomes ganhasse as eleições, os interesses dos pobres correriam perigo, pois o Brigadeiro só atenderia aos interesses dos grã-finos (NÃO FICARÁ..., 1945).

Com o término das eleições e já derrotado, Eduardo Gomes escreveu uma carta aos brasileiros, datada de 18 de dezembro de 1945, o qual agradeceu a todos que votaram nele e destacou que ao retornar para a carreira militar, seguiria fiel aos compromissos que os cidadãos bem-intencionados contraem com a Pátria. Também afirmou sua torcida pela vitória integral da democracia, no estabelecimento da Constituição e na escrita de leis para o Brasil (GOMES, 1946).

Ao investigarmos a primeira candidatura à Presidência da República de Eduardo Gomes, verificamos que o Brigadeiro concorreu pelo partido da UDN, que mesmo com interesses de lutar pela democratização do país, apresentando inicialmente correntes políticas diversas, tinha um viés ideológico mais de direita, voltado, sobretudo, para um liberalismo econômico. Eduardo Gomes fazia parte disso, de um partido político, que para Berstein (2003), é um depositário de uma determinada cultura política, com o qual concordam seus membros. Assim, percebemos a posição favorável do Brigadeiro ao pensamento ideológico de direita, acima de tudo, da sua concepção em favor de um liberalismo econômico reformado, do anticomunismo e das ideias cristãs, em especial, defendidas pelas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Eduardo Gomes estava em simetria com os interesses das classes dominantes vinculadas aos dos norte-americanos. Ele, assim como seu partido, era antigetulista e, o contexto político e histórico da época, bem como sua trajetória política até aquele momento, indica que o Brigadeiro não era muito simpatizante da participação direta da classe popular na construção de uma democracia liberal. Não por acaso, os diversos boatos que examinamos, independentes de serem verdades ou não, feitos pela oposição, contra o

candidato udenista, estavam ligados, fundamentalmente, a valores ou ideias prejudiciais a classe trabalhadora, que naquele momento se constituía como um grupo central da política brasileira, o que decretou a derrota de Eduardo Gomes.

4.4 A SEGUNDA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Encerrada as eleições de 1945, Eduardo Gomes publicou uma mensagem de agradecimento e despedida aos brasileiros. Depois, partiu em janeiro do ano seguinte para os Estados Unidos, onde participou de um curso de aperfeiçoamento em Fort Leavenworth, no Kansas. Poucos meses depois, em outubro de 1946, regressou ao Brasil, no qual tornou a chefiar a Diretoria de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica (DIAS, c2009).

Siqueira (1984) comenta que se encontrou com Eduardo Gomes em 1947, no trabalho deste, o qual supervisionava diretamente as tarefas do Correio Aéreo Nacional. As linhas aéreas haviam se expandido e o Brigadeiro continuava preocupado com as rotas menos desenvolvidas, como as do Amazonas. Sob seu comando, os aviões do Correio Aéreo Nacional seguiram realizando tarefas para amparar os mais pobres que moravam nas regiões humildes do Brasil.

Apesar do relato acima ser de um militar que era muito próximo a Eduardo Gomes, acreditamos que o Brigadeiro mantinha uma preocupação com os itinerários aéreos precários e com as pessoas que viviam em situação de pobreza, uma vez que ao longo de sua trajetória, teria sido uma característica sua lutar pela melhoria das rotas aéreas, e auxiliar, por meio da aviação, os indivíduos que necessitavam de ajuda e moravam em regiões de difícil acesso.

Nesse contexto histórico e político, Dutra, enquanto presidente da República, realizou um governo de direita e tornou ilegal o Partido Comunista. Em outubro de 1947 foi aprovado no Senado que todos os funcionários públicos que tivessem vinculação com o comunismo fossem demitidos. O governo também cortou relações diplomáticas com a União Soviética. Várias organizações de trabalhadores foram fechadas pelo Ministério do Trabalho, que também interferiu nos sindicatos. Em janeiro de 1948, os parlamentares comunistas tiveram seus mandatos cassados, e a polícia invadiu e depredou a redação dos jornais dos membros do Partido Comunista do Brasil. Como consequência, seus líderes e dirigentes foram presos (SEGATTO, 2020).

Na esfera econômica, o governo Dutra tentou implementar o Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), com o intuito de melhorar as condições de vida da

sociedade brasileira. No entanto, esse plano só seria aprovado pelo Congresso em 1950, no final de seu mandato (ABREU, 2013).

Pedro Luís Correio e Castro, que foi ministro da Fazenda de Dutra de final 1946 a meados de 1949, tentou realizar medidas para reduzir a inflação nacional. Com isso, houve uma melhora na economia. Em 1949, sob a gestão de Manuel Guilherme da Silveira Filho, no Ministério da Fazenda, no período pré-eleitoral a inflação voltou a aumentar e chegou aos 10% em 1950 (ABREU, 2013). Para Abreu (2013), o desempenho da economia no governo Dutra foi satisfatório, pois o PIB cresceu em média 7,6% ao ano, com a indústria chegando a se expandir em 11,4%, em comparação com a taxa de 4,4% do setor agrícola.

De acordo com que analisamos, podemos destacar que além das questões econômicas, o governo Dutra realizou medidas contrárias a experiência democrática que passou a ser construída a partir de 1945, com a volta de novas eleições políticas e a participação do povo na escolha de seus candidatos. Essas ações antidemocráticas são visíveis, por exemplo, com a perseguição aos comunistas, principalmente quando tornaram o Partido Comunista do Brasil ilegal.

A segunda eleição para à Presidência da República ocorreu em outubro de 1950; os candidatos foram: Eduardo Gomes, que concorreu pelo partido da UDN, em coligação com o Partido de Representação Popular (PRP), Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Libertador (PL); Getúlio Vargas, que se lançou candidato pelo PTB, em coligação com o Partido Social Progressista (PSP); Cristiano Machado, que disputou o páreo eleitoral pelo PSD, com o apoio do Partido Republicano (PR), do Partido Orientador Trabalhista (POT) e do Partido Social Trabalhista (PST); e por fim João Mangabeira disputou a corrida eleitoral pelo Partido Socialista Brasileira (PSB), o qual não realizou coligação.

De acordo com Gomes e Ferreira (2018), Vargas realizou uma campanha voltada para o trabalhismo e o nacionalismo, que construiu após 1942, no Estado Novo. Ele queria dar andamento ao projeto nacional-desenvolvimentista e abranger a política de benefícios sociais aos trabalhadores. Grande parte do PSD, que havia escolhido Cristiano Machado para concorrer à Presidência da República, ao verificar a pouca chance de o candidato conquistar a vitória, passou a apoiar Vargas. A UDN, que havia lançado novamente Eduardo Gomes, tinha como principal objetivo derrotar Vargas. Desde 1940, o liberalismo udenista atuava contra o ex-presidente.

Segundo Basbaum (1976), a UDN contava com a simpatia da Secretaria de Estado do governo norte-americano, além disso, sua agremiação havia aumentado. Assim como a UDN

era antigetulista e queria derrotar Vargas, o PTB também tinha como principal objetivo vencer os udenistas. O Partido Trabalhista, que tinha como presidente de honra Vargas, acreditava que ele era o único capaz de ganhar a eleição. Já Cristiano Machado não era popular, sendo praticamente desconhecido e visto com poucas chances de conquistar o voto da massa.

João Mangabeira também não era visto como um candidato capaz de vencer a disputa eleitoral. Com relação ao PCB, Basbaum (1976) afirma que o partido não participou das eleições, pois como comentamos, desde 1947 estava ilegal. Entretanto, não queriam apoiar nenhum dos candidatos, por isso resolveram incentivar seus seguidores a votarem em branco.

Com relação a disputa eleitoral de 1950, Moura (1996), ao lembrar aquele período, afirma que pelo fato de Eduardo Gomes ter concorrido pela segunda vez à Presidência da República, muitos achavam que ele realmente queria ser presidente, isto é, assumir o poder. Todavia, por conhecer o Brigadeiro, Moura acredita que apesar de ter disputado a candidatura novamente, ele não era um ambicioso pelo poder. Sua impressão era a de que Eduardo Gomes foi pressionado pelos políticos da UDN a concorrer, pois não tinham ninguém com sua característica moral, além disso, ele já era conhecido nacionalmente.

Na época, os candidatos a Vice-Presidência da República também eram votados. Os vices foram: Café Filho, que concorreu pela mesma coligação de Vargas; Odilon Braga, que disputou ao lado da UDN e coligação; Altino Arantes, que foi escolhido pelo PSD e coligação; Vitorino Freire, que foi lançado pelo PST e pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), e Alípio Correia Neto que disputou pelo PSB.

Eduardo Gomes realizou uma campanha de grande publicidade, apoiada pela maioria dos jornais e estações de rádio. Os lenços brancos usados em 1945 também foram utilizados em seus comícios em 1950, além da famosa frase: “Vote no brigadeiro, que é bonito e é solteiro” (DIAS, c2009).

O jingle também foi muito utilizado pelos candidatos em suas campanhas, o de Eduardo Gomes possuía letra diferente da canção usada em sua candidatura em 1945. Sua propaganda musical tinha como gênero uma marcha militar, era bem otimista com relação a sua vitória, mostrava também a importância do Brigadeiro enquanto figura nacional, tentava passar a ideia de que o povo se orgulhava dele. Pela letra percebe-se que Eduardo Gomes é caracterizado como herói, devido a sua participação no episódio da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. O jingle tentava associar a imagem do Brigadeiro a democracia e ao progresso nacional.

Homenagem ao Brigadeiro

AUTOR: Silvio Caldas
 INTÉRPRETE: Silvio Caldas
 GÊNERO: Marcha militar
 GRAVADORA: Especial
 ACERVO: Associação Brasileira dos Consultores Políticos (ABCOP)
 MÍDIA: CD mp3

Vem, ó Brigadeiro,
 Que o povo te espera de braços abertos
 Vem, ó Brigadeiro
 Da tua vitória estamos bem certos
 Vem, ó Brigadeiro,
 Todo o Brasil do seu nome se ufana
 E respeita o herói dos 18 do Forte de Copacabana

Eduardo Gomes,
 És democracia
 Todo brasileiro
 Vê no seu perfil
 Eduardo Gomes,
 Tu és energia
 És a garantia
 Do progresso do Brasil
 (CALDAS, 1950 apud MANHANELLI, 2009, p. 89, grifo do autor).

A campanha de Eduardo Gomes foi marcada entre tantos acontecimentos, pelo apoio de diversos estudantes a sua candidatura. O jornal *Correio da Manhã* — que apoiou novamente o Brigadeiro durante as eleições — noticiou no dia 01 de janeiro de 1950, que o Departamento Estudantil do Partido Libertador passou a aderir ao Movimento Nacional Popular (MNP) Pró Eduardo Gomes⁶³ (ADERE..., 1950).

No dia 12 de janeiro de 1950, o *Correio da Manhã* manifestou indignação ao noticiar que parte dos estudantes que apoiavam o Brigadeiro, na noite anterior, teriam sido agredidos por policiais, por estarem colocando cartazes com a imagem de Eduardo Gomes nas ruas do Rio de Janeiro. De acordo com o jornal, alguns estudantes, sob ameaça de espancamento, foram levados à sede fiscal da Guarda Municipal. No caminho, os policiais discutiram com os estudantes, que revidaram. As autoridades, então, passaram a agredir fisicamente os rapazes. De acordo com o periódico, quando os moços estavam na chefia da guarda, a discussão ainda continuou, no qual um dos policiais teria gritado que também era brigadeirista, enquanto descia o cassetete sobre os jovens (É CRIME..., 1950).

⁶³ O Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes surgiu em 07 de outubro de 1949, no Rio de Janeiro (DIAS, c2009).

Em 24 de janeiro de 1950, foi divulgado pela imprensa que os estudantes em prol de Eduardo Gomes promoveram, num domingo, um comício, no bairro de Barreto, em Niterói (RJ), em apoio ao candidato. Com a ajuda dos operários, que realizaram várias tarefas, foi confeccionado um grande balão na tarde de sábado, o qual sobrevoou o bairro do Barreto e em determinada altura deixou cair milhares de folhetos do MNP Pró Eduardo Gomes. Segundo o *Correio da Manhã*, ocuparam a tribuna deputados, estudantes, operários, comerciários, vereadores e vários populares (O NOME..., 1950).

Em 02 de março de 1950, novamente foi noticiado pelo *Correio da Manhã*, que um dia antes, a polícia interferiu nas atividades de propagandas feitas pelos estudantes do MNP Pró Eduardo Gomes. Desta vez, o fato ocorreu em frente a Central do Brasil. Alguns discentes foram detidos (APREENDIDO... 1950).

Ao longo de vários meses, os estudantes cariocas ligados ao MNP Pró Eduardo Gomes, percorreram as ruas divulgando material ou realizando comícios breves em favor do lançamento da candidatura do Brigadeiro. Nesse tempo enfrentaram vários obstáculos, como por exemplo, a truculência da polícia (OS ESTUDANTES..., 1950).

Em 20 de abril de 1950, o *Correio da Manhã* destacou que Eduardo Gomes havia aceitado o lançamento de sua candidatura para à Presidência da República pela UDN. Conforme o jornal, no dia anterior, Prado Kelly e o senador José Américo de Almeida foram até a casa de Eduardo Gomes, na parte da tarde. Ao chegarem lá, o Brigadeiro agradeceu a visita, aceitou a indicação de sua candidatura e declarou que seria candidato devido o sentimento de uma responsabilidade cívica. Ele também pronunciou algumas palavras, no qual podemos perceber a importância que dá ao liberalismo (ACEITOU..., 1950).

— Na vida dos homens públicos, instantes como êste, de cordial compreensão, disse o Brigadeiro, compensam e premiam todos os esforços. Ligado a cada um de vós — concluiu — pela mais estreita amizade e pelos vínculos de fé republicana, que uniram os nossos corações no ritmo de uma campanha memorável, não poderia deixar de estar convosco agora, quando a U.D.N., já de gloriosas tradições liberais, se encontra novamente a serviço de uma grande causa: a consolidação das nossas instituições. (ACEITOU... 1950, p. 1).

Em 13 de maio de 1950, Eduardo Gomes, na parte da tarde, encontrou-se com o povo e realizou um discurso eleitoral. O Brigadeiro havia ido ao Palácio Tiradentes para a cerimônia do encerramento da Convenção da UDN. Em seu discurso, o candidato afirmou que a missão dos governos é a de acabar com as causas de descontentamentos, dos quais reclamam os mais necessitados, que na maioria das vezes não tem o mínimo de assistência e de amparo. Em sua opinião, as medidas adotadas pelo governo só serão dignas de louvor,

quando contribuírem em favor dos que mais sofrem com falta de renda no Brasil. O candidato defendeu a intensificação do ritmo da produção industrial e agrícola no país, mas em sua visão, isso não poderia ocorrer sem ter o mínimo de assistência a quem mais precisa (EDUARDO..., 1950).

Com a intenção de focar em sua campanha eleitoral, Eduardo Gomes deixou o comando das Rotas Aéreas em 1º de junho de 1950. Durante sua jornada política, os estudantes de vários níveis de instrução o apoiaram. No dia 09 de junho de 1950, foi a vez dos alunos da Escola Nacional de Engenharia. Eles estiveram no escritório central do Brigadeiro. A maior parte desses universitários que foram saudar o candidato faziam parte do comitê da Frente Universitária Pró-Eduardo Gomes, estabelecido naquela escola. Entregaram ao Brigadeiro um manifesto assinado por cerca de quatrocentos colegas. Ao representar seus companheiros, o acadêmico Jorge F. Bandeira de Mello comentou sobre a empolgação que estavam sentindo com a candidatura de Eduardo Gomes. Entre algumas questões que o líder estudantil manifestou ao Brigadeiro, foi a expectativa que seus pares vivenciavam com relação a vitória do candidato udenista, pois poderia representar, entre muitas coisas, a inauguração de uma era de progresso para o país. Mello também conversou com o Brigadeiro sobre a profissão de engenheiro, o qual em sua visão deveria merecer uma atenção especial no governo do militar (ESTUDANTES..., 1950).

No dia 10 de junho de 1950, o jornal *Correio da Manhã* noticiou uma carta escrita a alguns dias atrás, pelo general Juarez Távora, que estava nos Estados Unidos, onde realizava um tratamento de saúde. A correspondência foi endereçada ao seu irmão, o senador Fernandes Távora. A carta era um manifesto político contra à candidatura de Vargas e apoio a de Eduardo Gomes. Para Távora, a população deveria votar no Brigadeiro, pois ele representava tudo que o país tinha de melhor, como cultura, caráter ou como idealismo político. Em sua visão, Eduardo Gomes tinha as qualidades que um presidente da República deveria ter, era diligente, esclarecido, probo, justo e patriota (MANIFESTO..., 1950).

Em 05 de julho de 1950, a Frente Universitária Pró-Eduardo Gomes ajudou a organizar as comemorações referente a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrida na mesma data, em 1922. Os apoiadores do Brigadeiro discursaram em frente a praça Serzedelo Corrêa, no Rio de Janeiro. O poeta José Guilherme de Araújo Jorge, durante esse evento, foi o terceiro orador da tribuna. Em seu discurso destacou que o Brigadeiro era tão bom para o pobre quanto para o rico, como para o morador da favela, para o preto, o branco, o amarelo e o mestiço. Para Araújo Jorge, Eduardo Gomes era o candidato da democracia e com sua

vitória todos teriam as mesmas oportunidades de falar e serem ouvidos (RECORDANDO..., 1950).

Em 31 de agosto de 1950, o jornal *Correio da Manhã* reproduziu um manifesto de médicos cariocas, que incentivavam a sua classe do interior a apoiar a candidatura, chamada de democrática por eles, de Eduardo Gomes. De acordo com o documento, o Brigadeiro reunia todos as qualidades para conquistar o apoio da classe médica (AOS MÉDICOS..., 1950).

Percebe-se assim, que a camada mais estudada da sociedade brasileira, bem como grande parte da classe média, apoiaram constantemente Eduardo Gomes durante sua candidatura em 1950.

Ao examinarmos alguns discursos do Brigadeiro durante sua segunda candidatura, podemos entender melhor seu viés ideológico e suas propostas nesse período. No que diz respeito a questão econômica, em 09 de julho de 1950, Eduardo Gomes discursou sobre esse assunto aos paranaenses, na cidade de Curitiba. Segundo ele, o objetivo de sua política era melhorar a condição de vida dos compatriotas, para isso deveria haver uma maior produtividade, tanto na agricultura, com a intenção de fazer com que uma população agrícola menor produza maior quantidade de forma mais adequada, como na indústria, com o objetivo de obter mais máquinas e junto com um melhor aperfeiçoamentos dos métodos, os produtos possam ter os preços diminuídos e fazer com que aumentem os consumidores; no comércio, fazendo com que as despesas dos intermediários sejam reduzidas por unidade de mercadorias vendidas; no sistema bancário e dos seguros, com a finalidade de que os serviços prestados nesses setores sejam mais eficientes e menos custosos, e no ensino técnico, no sentido de aumentar o preparo da população, elevando-o a nível dos países desenvolvidos (FALANDO..., 1950).

No dia 23 de julho de 1950, Eduardo Gomes esteve em Belo Horizonte para discursar. Entre tantas questões relacionadas aos problemas do Brasil, falou sobre a importância de se executar um programa eficaz com objetivo de valorizar a vida econômica e social dos municípios do interior do país. Em seu entendimento, as cidades deveriam cumprir duas condições básicas: a organização de um sistema de ajuda social, especificamente de assistência médico-social, preventiva e curativa, para melhorar os padrões higiênicos e físicos da população rural e dos pequenos e médios centros urbanos, que estavam fracos, com grande mortalidade infantil e poucos recursos médico e financeiro; e o aumento imediato dos padrões culturais desse ambiente, pois havia um alto índice de analfabetismo. Em sua visão, isso seria

reflexo dos precários prédios educacionais, má distribuição da rede escolar e falta de professores. Nesse sentido, o candidato defendia uma melhora no sistema de educação nacional (BELO..., 1950).

Eduardo Gomes também procurou dar amplo destaque a assuntos ligados à classe trabalhadora em sua campanha política. O jornal *Correio da Manhã*, informou no dia 20 de julho de 1950, sobre novos boatos que estariam circulando sobre o Brigadeiro. Em 1945, o episódio dos “marmiteiros” foi um dos motivos que prejudicou a propaganda política de Eduardo Gomes. Contudo, o que chamaríamos de *fake news* atualmente, em 1950, entre tantos boatos, estava relacionado ao fato de o Brigadeiro ter se pronunciado contra o trabalho das mulheres. Na ocasião, o candidato foi procurado pelo *Correio da Manhã* para explicar o rumor e dar seu ponto de vista sobre o assunto. Em sua concepção tratava de uma invenção e baixa manobra eleitoral (O BRIGADEIRO, 1950). Além disso, esclarece sua opinião sobre o tema:

— Meu ponto de vista é o do bom senso e apoiado nas estatísticas e pesquisas da sociologia. Ninguém diminuiria a função primordial que a mulher exerce, na sociedade, como mãe. O respeito que dedico à minha própria mãe não é apenas sentimento filial, também é consciência do que as mães significam na vida de uma nação. Mas isso não quer dizer que as mulheres, e inclusive as mães, não tenham o direito de trabalhar em tôdas as profissões condizentes com as suas aptidões. Quem pretende limitar o trabalho da mulher à cozinha e aos afazeres da educação dos filhos é um atrasado, um ignorante. (O BRIGADEIRO, 1950, p. 1).

Ao ser questionado se a mulher teria o direito de trabalhar, Eduardo Gomes mostrou ter mente aberta sobre o tema e comentou que ela teria o direito e muitas vezes o dever, pois a sociedade moderna passou por transformações profundas devido o processo de industrialização, assim, muitas vezes, o homem da família não tem condições de sustentar o lar, então o trabalho da mulher e das filhas seria necessário. O Brigadeiro ainda afirmou defender os mesmos direitos políticos e econômicos tanto para a mulher como para o homem. Perguntado se o Estado deveria defender essa igualdade, Eduardo Gomes, mais uma vez, mostrou sua posição favorável ao liberalismo econômico, ao argumentar que só em último caso o Estado deveria intervir em favor dessa igualdade, sendo tarefa do sindicato livre a defesa dos direitos dos trabalhadores (O BRIGADEIRO..., 1950).

Em 29 de agosto de 1950, Eduardo Gomes esteve na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) para realizar campanha política. Durante seu discurso, o candidato defendeu melhores condições de trabalho para os plantadores de cana, seja em terras próprias ou de terceiros. Também apoiou a mecanização da lavoura e a utilização de fertilizantes e de

sementes selecionadas. Tudo isso, em sua visão, só seria possível com o apoio dos departamentos especializados do poder público e das organizações de fornecedores. Além disso, garantiu que deve ser assegurado aos trabalhadores da indústria ou do plantio de cana, o direito a assistência social, bem como dos seus níveis de vida (ASSISTE-LHES..., 1950).

Durante a sua campanha política pelo Rio de Janeiro, Eduardo Gomes esteve em vários municípios. Em Cantagalo procurou valorizar o negro, que na época da escravidão contribuiu para o impulso da expansão agrícola. Para ele, a história já havia feito justiça pelo muito que os escravos fizeram para o Brasil. Em sua visão, a população nacional não pode ter preconceito de raça, classe ou posição econômica e social. Ao mesmo tempo, o candidato procurou associar a ideia de igualdade, que segundo ele é um dos temas de sua campanha, à questão cristã e jurídica (REDENÇÃO..., 1950).

Em Aracaju (SE), no dia 19 de setembro de 1950, Eduardo Gomes abordou diversos temas, entre eles, sobre a mulher brasileira. O candidato defendeu igualdade entre todas as pessoas, independente do sexo, e ainda falou sobre a resistência que as mulheres do Brasil fizeram contra a ditadura varguista (ARACAJU, 1950). Segundo o Brigadeiro:

No Brasil a resistência que o elemento feminino opôs ao regime ditatorial, o espírito de sacrifício e de renúncia que demonstrou, na reação, determinaram, certamente, as medidas e restrições que sofreu, sob o falso pretexto de defesa da mulher e da família — uma e outra sempre educadas sob os benefícios influxos da nossa formação cristã. (ARACAJU, 1950, p. 1).

Verificamos acima, que Eduardo Gomes ao tratar sobre a mulher brasileira e abordar a família, procura relacioná-las aos valores da tradição cristã, o qual compactua de suas ideias.

O Brigadeiro também chama a atenção para a grande desigualdade social que havia no Brasil e defende uma melhor distribuição de riqueza, que possa melhorar a condição de vida, principalmente dos menos favorecidos (ARACAJU, 1950).

Em 20 de setembro de 1950, na cidade de Teresópolis (RJ), Eduardo Gomes discursou a favor do estabelecimento do direito de colônias de férias para o trabalhador, assim como existia nos Estados Unidos, na Associação Nacional de Recreação. Para o Brigadeiro as colônias de férias existem apenas na lei, mas não na prática, pois poucas pessoas usufruem delas e, Teresópolis, segundo o candidato, teria plenas condições de implantar locais adequados para os trabalhadores desfrutarem de seu descanso, como hotéis com preços acessíveis, colônias de férias, com parques que tenham diversas atrações, estádios, clubes, entre outras áreas para a distração dos operários. Eduardo Gomes busca comparar o exemplo dos norte-americanos nesse projeto, com o intuito de realizá-lo também no Brasil. Assim,

destaca que nos Estados Unidos as horas de folga dos trabalhadores aumentam à medida que conseguem, pela técnica, produzir mais no menor tempo possível e na proporção que lhes asseguram um limite de tempo na exploração de sua capacidade profissional (COMO... 1950). Essa política que o Brigadeiro visava implantar aos trabalhadores está vinculada a cultura política liberal de exploração do trabalho do homem, em que para produzir mais e melhor, num tempo mínimo, ele teria melhores condições de trabalho, caso alcance os objetivos necessários para isso.

No dia 01 de outubro de 1950, o *Correio da Manhã* noticiou o último discurso de Eduardo Gomes realizado no dia anterior, no Distrito Federal. Em sua fala, o Brigadeiro defendeu a democracia brasileira e as liberdades públicas. Ele pronunciou várias vezes a palavra “fé”, no sentido de que para a sociedade nacional conquistar e preservar a liberdade, ela deveria ter fé no valor da dignidade humana, na verdade, na justiça, em Deus e na própria liberdade. O Brigadeiro também abordou sobre às relações sociais de produção, no qual em sua visão, num sistema democrático, não pode ocorrer de forma desigual. Para ele, cada unidade industrial seria uma empresa, em que cooperam entre si o trabalho, a organização e o capital. Nesse sentido, se a produção industrial é resultado dessas três cooperações, não pode o trabalhador ganhar menos. Em sua visão, por contribuir com a produção final, o operário deveria ter direito a um salário justo (A ORAÇÃO..., 1950).

Eduardo Gomes critica o salário mínimo criado por Vargas, pois em seu ponto de vista, o trabalhador merecia muito mais do que isso. Ele defende a proposta de que o operário deva participar também da recreação, da educação, da cultura e dos demais bens da civilização. Segundo o candidato, o ser humano não pode ser comparado a uma máquina e nem o trabalho seria uma mercadoria, muito menos o salário poderia ser concebido como curso de produção do trabalho. Dar ao trabalhador apenas um salário mínimo é rebaixá-lo a uma condição de escravo (A MISTIFICAÇÃO..., 1950). Eduardo Gomes defende que o trabalhador seja visto como um associado:

Como associado no processo cooperativo de produção, o trabalhador tem incontestável direito de participação no valor do produto acabado ou final, pois de tal valor é que resultam os recursos necessários à remuneração de todos os fatores envolvidos no processo de produção. Não é só, porém. Assiste-lhe, igualmente, o direito de participar na política da produção, que não interessa apenas a um ou dois, mas aos três parceiros, porque o destino do trabalhador, assim como o dos gerentes e do capital, está visceralmente ligado ao destino da empresa. Das vicissitudes desta depende a sua sorte; da sua ruína, resultará, necessariamente, a frustração da sua vida. (O TRABALHADOR..., 1950, p. 5).

Ao examinarmos o discurso de Eduardo Gomes sobre sua política proposta à classe trabalhadora, especificamente o seu discurso final de campanha, percebemos que o candidato, assim como nas eleições de 1945, manteve uma política voltada às ideias das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, concernente com a ideologia católica que defendeu durante toda a vida. Assim como nas encíclicas, o Brigadeiro defendeu uma espécie de capitalismo ou liberalismo reformado, em que a classe trabalhadora pudesse ter um salário justo, com seus direitos ampliados. Os operários deveriam ser considerados sócios no domínio e na gerência do processo de produção, devendo usufruir-se da divisão dos lucros com o patrão.

Entre os diversos temas que Eduardo Gomes tratou ao longo de sua campanha, no mês de agosto, na cidade de Teresina (PI), ele discursou sobre a educação. Para o candidato, o Brasil apresentava falta e qualidade de professores. Segundo ele, o estado do Piauí já havia dado um grande passo ao ajustar com o governo da República a construção de três escolas normais rurais, localizadas em Piripiri (PI), Campo Maior (PI) e Picos (PI) (EDUCAÇÃO, 1950).

Em 31 de agosto de 1950, Eduardo Gomes esteve em Nova Friburgo (RJ) para discursar. Em seu pronunciamento, o Brigadeiro enfatizou sobre o seu interesse pelo problema educacional. Para ele, o direito à educação é a conquista mais importante dos tempos modernos, no qual naquele momento, ainda se encontravam fora da escola milhares de crianças. Em sua visão, a União, os estados e os municípios, bem como a família, deveriam se juntar para resolver esse problema. Além disso, Eduardo Gomes preocupava-se com o aluno em seu dia a dia na escola e o bom funcionamento do estabelecimento de ensino, em sua opinião (COMO..., 1950):

[...] não basta matricular uma criança, torna-se necessário assistí-la. Não basta que se abra uma escola, é indispensável prestigiá-la. Nada proporciona mais o aperfeiçoamento dos sistemas de ensino, oficiais e particulares, do que a vigilância da opinião pública. Se existe assunto, a respeito do qual tem a opinião pública o direito de manifestar-se, tal será este, pelos efeitos imediatos que produz na coletividade. (COMO..., 1950, p. 1).

Eduardo Gomes achava que a democracia tinha o dever de proporcionar oportunidades iguais para todos, para que os indivíduos conseguissem conquistar suas aspirações. No entanto, o Brigadeiro criticou o governo daquele momento por dar pouca atenção a educação. Na visão do candidato, os estabelecimentos de ensino viviam lotados e a maioria das escolas eram da iniciativa privada, assim, caberia ao Estado estudar os encargos financeiros dos

colégios, a fim de ajudá-los. Todavia, esse custo não podia ser cobrado de forma integral das famílias dos estudantes; o governo devia arcar com os custos necessários de cada aluno, de acordo com as condições de vida da família. Caso tratasse de estudantes sem nenhuma condição financeira ou superdotados, o Estado deveria assumir todo o custo. Na opinião do Brigadeiro, os melhores alunos que concluíssem o ensino primário deveriam ter a matrícula gratuita nas etapas posteriores do ensino, e aos mais capazes o governo deveria auxiliar no término de seus estudos. Em seu ponto de vista, a cada dez alunos na época, que estudavam no ensino primário, somente um alcançava o ginásio, e não era o mais capaz e sim o que podia pagar. Para o candidato, o acesso a escola deveria ser uma oportunidade a todos e não um privilégio de poucos (BOM JARDIM..., 1950).

Ao longo de sua campanha política, Eduardo Gomes se posicionou contra o fascismo e o comunismo. No final de julho de 1950, em discurso pronunciado em Cuiabá (MT), ele criticou as ditaduras de esquerda e de direita, que ao se ver, têm o objetivo de integrar a sociedade num Estado onipotente, governado por uma minoria. Em sua visão, o fascismo estava morto no mundo, mas os defensores da liberdade não poderiam se descuidar nunca do perigo dessa ideologia. Ao mesmo tempo, defendeu a ideia de que a democracia ainda precisava completar a sua missão, a de realizar o bem-estar do povo de maneira efetiva (O FASCISMO..., 1950).

Em 19 de setembro de 1950, Eduardo Gomes novamente criticou o comunismo, em seu discurso pronunciado na cidade de Aracaju, afirmou repudiar a igualdade proposta por essa ideologia política (ARACAJU, 1950), pois em sua opinião

[...] a diversidade da natureza humana e das condições do meio físico demonstra que cada um se desenvolverá na proporção de seus dons naturais, e essa lei é eterna, porque divina. A equidade é imprescindível como norma de governo. Fazendo-a presidir à direção da coisa pública, valorizar-se-à o homem pela capacidade do trabalho digno, e a disparidade de condições econômicas se corrigirá. Todos terão a sua oportunidade e o bem estar: a alegria de viver não será privilégio de ninguém. (ARACAJU, 1950, p. 1-6).

Observamos acima, que Eduardo Gomes critica o comunismo e sua concepção de igualdade, pelo fato de ser católico, o qual em sua visão, todos os seres humanos se desenvolveriam de acordo com seus dons naturais, pois é a lei divina. Concomitantemente, o Brigadeiro demonstra também a sua posição liberal, especificamente do liberalismo econômico, em que para o homem conseguir vencer na vida e romper com a desigualdade social, ele teria que trabalhar de forma digna.

Já Vargas, de acordo com Basbaum (1976), conseguiu atrair muitas pessoas para seus comícios, principalmente das classes mais pobres e médias. O PCB durante as eleições procurou acusar Vargas de “agente do imperialismo americano”, mas durante seus discursos, o ex-presidente mostrou-se, pelo contrário, um crítico do imperialismo. Afirmou que fora deposto por influência dos norte-americanos, com a ajuda do embaixador Adolfo Berle, e destacou que iria defender o petróleo brasileiro, que estava sob a mira das forças estrangeiras. Também culpou o governo Dutra de privilegiar o capital estrangeiro.

De acordo com Basbaum (1976), O PSD não queria perder a força que havia conquistado no governo Dutra, então, a poucos dias das eleições, mobilizou a máquina eleitoral para votar em Vargas. Este, também manobrou para conseguir votos e, negociou com outros políticos, de quaisquer partidos, com o objetivo de apoiar seus candidatos a quaisquer cargos, seja de governador ou vereador, em troca de votos para presidente e vice-presidente. No dia 3 de outubro de 1950, o ex-ditador foi eleito presidente da República, e Café Filho venceu como vice. A UDN se viu, mais uma vez, derrotada, com seu candidato Eduardo Gomes. Contudo, cabe destacar que Vargas não obteve apenas o apoio do PTB, PSP e o PSD, muitos comunistas, que discordando de votar em branco, acabou por votar no “pai dos pobres”. Não podemos esquecer também do apoio popular que Vargas obteve nas eleições.

É interessante destacarmos a memória que Moura (1996), o qual ocupou cargos durante os quinze anos do governo Vargas e foi ministro da Aeronáutica no governo do ex-ditador no início da década de 1950, tinha sob o ex-presidente. Para o militar ele era imbatível, por isso havia ganhado as eleições. Em suas palavras:

[...] Ele era o homem que dava valor ao trabalho, que defendia um pagamento superior pelas horas noturnas — em todos os seus discursos se referia a isso. Passado 20 anos, em 1950, todos os beneficiários dessa política ainda se lembravam e reconheceram. Até hoje, quando se comenta qualquer coisa a respeito do Getúlio, o povo, os mais velhos recordam e falam dele com carinho. Foi o político que cuidou, que deu amparo a essa gente. Nas eleições, era um verdadeiro massacre! (MOURA, 1996, p. 218).

No final das eleições, Vargas venceu com 3.849.040 votos (48,7%), Eduardo Gomes ficou em segundo lugar, com 2.342.384 votos (29,6%), Cristiano Machado obteve 1.697.193 votos (21,7%) e João Mangabeira conquistou somente 9.466 votos (0,1%) (CHACON, 1998).

A UDN e seus partidários não se contentaram com a derrota nas eleições e entraram com recurso no Superior Tribunal Eleitoral para tentar anular o sufrágio. O argumento da oposição era que Vargas não obteve a maioria absoluta dos votos. No entanto, a legislação

eleitoral da época só exigia a maioria simples dos votos, portanto, o recurso da oposição foi rejeitado pelos juízes do Superior Tribunal Eleitoral (GOMES; FERREIRA, 2018).

Eduardo Gomes, ao disputar a sua segunda candidatura à Presidência da República pela UDN, manteve seu posicionamento liberal, o qual defendeu, assim como em 1945, uma concepção de um liberalismo reformado, concernente com as encíclicas católicas que já destacamos. O Brigadeiro teve apoio de todas as camadas da população, mas a grande maioria que esteve ao seu lado foi a classe média, os mais ricos, e principalmente o setor estudantil. Observamos que Eduardo Gomes continuou a não simpatizar com o comunismo e nem com o fascismo. Apesar de se mostrar um defensor das causas democráticas, assim como em 1945, o seu partido tentou impugnar as eleições. A UDN não se contentou com a vitória de Vargas, pois seus partidários o viam como inimigo político e não compactuavam com o seu modo de governar, principalmente no viés econômico. Desta maneira, tentaram utilizar da justificativa da maioria absoluta dos votos, que não surtiu efeito, pois não constava na Constituição da época.

5 O ACIRRAMENTO DA DISPUTA ENTRE DOIS PROJETOS POLÍTICOS DISTINTOS: O NACIONAL-ESTATISMO E O LIBERALISMO-CONSERVADOR

Tratamos neste capítulo, sobre dois projetos políticos diferentes, que estavam em disputa no decorrer da década de 1950, até o Golpe Civil-Militar de 1964: o nacional-estatismo e o liberalismo-conservador. Eduardo Gomes era representante do segundo projeto; assim, analisamos como se deu sua participação nos movimentos políticos de 1954, 1955, e 1964, que ameaçaram a democracia representativa, que estava em desenvolvimento desde 1945. Examinamos também os motivos desses conflitos políticos ocorrerem e quais eram os interesses de cada grupo participante dessas agitações. Ao mesmo tempo, realizamos uma comparação entre as ações que o Brigadeiro tomou ao longo desse período e o projeto político que ele defendia, com a do marechal Lott, já que este pode ser considerado como um representante das ideias do nacional-estatismo e de luta a favor da legalidade democrática.

Estudar esses dois projetos políticos, bem como identificar seus interesses e os seus participantes, diante dos movimentos da década de 1950, que afetaram a democracia representativa brasileira, ajudam a compreender o que viria a acontecer em 1964: o Golpe Civil-Militar.

5.1 AS CRISES POLÍTICAS DE 1954 E 1955

No decorrer do processo da experiência liberal-democrática brasileira, entre 1946 e 1964, dois projetos distintos disputaram a preferência dos eleitores: o nacional-estatismo e o liberalismo-conservador. É importante lembrarmos que durante a década de 1930 até a primeira metade de 1940, a sociedade brasileira presenciou um Estado que passou a intervir nas mais diversas questões sociais. Houve um regime autoritário no período em que Vargas governou o Brasil pela primeira vez, sobretudo, com a implantação do Estado Novo. Seu governo passou a industrializar o país, implementar uma legislação social e trabalhista, investir na educação e saúde e no crescimento e modernização da máquina estatal. Em 1945, por meio das eleições, os dois projetos políticos que destacamos acima passaram a disputar a atenção da população votante. Havia o getulismo, que depois se transformou num programa político denominado de trabalhismo e foi institucionalizado no PTB. Em 1950, os comunistas preferiram as propostas dos trabalhistas. Era um projeto nacionalista, que fortalecia o Estado, dando maior importância às empresas estatais — o nacional-estatismo (FERREIRA, 2020).

O outro projeto é o liberal-conservador, que recebe este nome, pois segundo Ferreira (2020), no Brasil, o liberalismo é visto como um mecanismo de conservação da ordem social. Para Ferreira, esse projeto conquistou os setores das elites empresariais, políticas, militares, das classes médias e conservadoras. Está vinculado a um maior investimento e negociação com o capital estrangeiro, valorização das leis do mercado e negação da intervenção estatal na economia e das questões relacionadas ao trabalho, além de um maior alinhamento aos interesses dos Estados Unidos. Também enxerga com desconfiança os movimentos sociais, a participação popular, sobretudo do sindicalismo.

Ao assumir a Presidência da República, Vargas herdou de seu antecessor, Dutra, uma situação econômica complicada. Com isso, como primeira medida, o presidente queria equilibrar as finanças públicas acabando com a inflação e, depois, retomar o crescimento da economia nacional. Aproveitando-se da ajuda do governo norte-americano, houve a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que contribuiu para gerar investimentos em infraestrutura no Brasil (FERREIRA, 2020).

Ao vencer as eleições presidenciais dos Estados Unidos, pelo Partido Republicano, Dwight D. Eisenhower passou a combater o comunismo. Ao mesmo tempo, realizou uma política de contenção de gastos públicos, levando-o a extinguir os acordos da Comissão Mista, enquanto o Banco Mundial começou a cobrar dívidas dos empréstimos vencidos. O governo Vargas, cada vez mais em crise, devido ao aumento da inflação e a queda nos salários, teve que lidar ainda, com um grande movimento grevista, ocorrido em março de 1953, em São Paulo. Em resposta, o presidente nomeou Osvaldo Aranha para o Ministério da Fazenda, e João Goulart para o Ministério do Trabalho (FERREIRA, 2020).

No final de março de 1954, Osvaldo Aranha foi instruído por Vargas para preparar um aumento do salário mínimo, de acordo com a orientação econômica de seu governo. O ministro da Fazenda defendia um aumento de 50% e foi criticado por Goulart que, por meio de um artigo publicado no jornal *Correio da Manhã*, enfatizava que o aumento deveria ser de 100%. Aceitando a recomendação de seu ministro do Trabalho, Vargas, no dia 01 de maio de 1954, em discurso realizado aos trabalhadores, anunciou o aumento de 100% do salário mínimo (FERREIRA, c2009).

Segundo Basbaum (1976), a oposição, vinculada aos grupos mais reacionários ligados a UDN e sustentada por determinado grupo das Forças Armadas, não gostou do aumento salarial dado aos trabalhadores por Vargas, a pedido de Goulart. Eles temiam a volta da

agitação dos trabalhadores e do quererismo. Esse fator, contribuiu então, para a queda do ministro do Trabalho, que pediu demissão em fevereiro de 1954.

Eduardo Gomes, após ser novamente derrotado nas eleições para a Presidência da República, voltou para o seu antigo cargo de diretor das Rotas Aéreas da FAB, permanecendo até março de 1951. Foi convidado por Vargas para exercer o cargo de ministro da Aeronáutica, mas recusou. Diante disso, o presidente nomeou Nero Moura na função.

Moura (1996), em suas memórias, recorda quando foi convidado por Vargas para ser ministro da Aeronáutica. Na ocasião, foi procurar Eduardo Gomes para contar o ocorrido e dizer-lhe que o presidente ficaria contente se o Brigadeiro auxiliasse Moura no ministério, escolhendo qualquer posto de seu agrado. Durante a conversa, Eduardo Gomes, segundo Moura, foi muito correto e gentil, além de ter dito que o presidente é a única pessoa que pode escolher ministros, estando em seu direito. O Brigadeiro também relatou que recentemente havia sido consultado pelos brigadeiros para realizar uma reação contra a nomeação de Moura. Ainda observou que, conforme a Constituição, o presidente poderia escolher qualquer ministro, mesmo um coronel da reserva. Eduardo Gomes disse ao militar, que seria o novo ministro, que estava satisfeito com sua escolha para a nova função, pois o conhecia. Além disso, reiterou que não havia nada contra ele, a não ser o fato de não ser brigadeiro e estar na reserva, porém, o presidente, no passado, já havia nomeado um civil e fez um bom trabalho, então não havia motivos para se preocupar, por isso, não concordou com a manifestação dos brigadeiros. Reiterou também, que não tinha qualquer objeção a Vargas, pois ele criou o Ministério da Aeronáutica, razão pela qual devia muito a ele. Eduardo Gomes pediu a Moura 60 dias para pensar se poderia colaborar com ele em seu novo cargo, pois entraria em férias acumuladas, período em que descansaria e iria refletir o que pretendia fazer.

Após suas férias, Eduardo Gomes procurou Moura e, numa conversa amigável, informou-lhe que não poderia aceitar nenhum cargo, pois tinha sido candidato contra Vargas. Iria entrar em licença-prêmio de seis meses. Só depois disso decidiria o que fazer. No entanto, não aceitou qualquer cargo e ficou adido ao Estado-Maior, sem função (MOURA, 1996).

O episódio acima, lembrado por Moura, mostra como Eduardo Gomes era respeitado e tinha muita força entre os militares da Aeronáutica. Além disso, ao não aceitar nenhum cargo nesse setor, para colaborar com o governo Vargas, podemos perceber uma certa oposição de ideias ou inimizade com o presidente, que já ocorria desde antes do Estado Novo, como já analisamos.

De acordo com Moura (1996), Eduardo Gomes, após sua segunda derrota eleitoral, manteve um comportamento muito discreto. Ao seu ver, o Brigadeiro não se envolveu mais com questões políticas. Recebia amigos, mas procurava não falar de política ou manifestar qualquer atitude contrária ao governo. Também não conspirava e, durante esse período, jamais tentou aliciar as pessoas que iam de forma natural em sua casa.

No entanto, as memórias de Moura (1996) também revelam que a Aeronáutica possuía um ambiente muito politizado, em que muitas pessoas eram partidárias do Brigadeiro, sendo denominadas de “eduardistas”.

Meu gabinete era repleto de oficiais eduardistas. O Fontenelle, o Aboim e o Montenegro, meus auxiliares diretos, eram eduardistas. Quando convidei o major Deoclécio de Siqueira para ser meu oficial-de-gabinete, ele me disse: “Ministro, não posso ser oficial-de-gabinete porque sou eduardista.” (MOURA, 1996, p. 247).

Em conversa com Siqueira, Moura (1996) afirmou que também era “eduardista”, no sentido de gostar muito de Eduardo Gomes e ter respeito por ele. Deixou claro para Siqueira que estava lhe convidando para trabalhar em seu gabinete pela FAB e não para Vargas ou para o Brigadeiro. Desejava organizar uma Força Aérea competente, que contribuísse para o país e via em Siqueira um oficial muito capaz. Aliás, comentou que ser “eduardista”, na concepção de ser leal a seu chefe era uma qualidade e não um defeito. Moura esclareceu a Siqueira que havia outros adeptos de Eduardo Gomes trabalhando em seu gabinete.

Para Moura (1996), muitos militares haviam participado da campanha política em favor do Brigadeiro e outros eram apenas dedicados a ele, pois Eduardo Gomes, como comandante, sempre tivera muitos admiradores. Os oficiais, em sua maioria, gostavam dele como chefe e não como político. Aliás, os decretos de nomeação, inclusive de “eduardistas”, eram assinados por Vargas. O presidente sabia dessa divisão dentro da Aeronáutica, mas Moura dizia ao mandatário que estava trabalhando para harmonizar esse setor, sem se preocupar com a divisão entre “getulistas” ou “eduardistas” na Força Aérea. Afirmava a Vargas que apenas queria o bem da aviação para que o presidente pudesse ter uma boa corporação.

Outro fato que mostra que Eduardo Gomes se opunha ao governo de Vargas e não estava contente com a política realizada por ele, além de indicar um comportamento não alinhado com os valores democráticos, foi a grande insistência do Brigadeiro, em junho de 1954, de que fosse apresentado, pelo líder da UDN no Congresso Nacional, o deputado

federal Afonso Arinos de Melo Franco, um requerimento de *impeachment* contra o presidente. Nas palavras de Franco (1965, p. 289, grifo do autor):

[...]. O Brigadeiro Eduardo Gomes insistia muito comigo para que eu apresentasse um requerimento de *impeachment* contra o presidente da República. Eu me escusava, certo de que o remédio era dos que nunca se aplicavam, e de que a derrota fatal que sofreríamos só serviria para prestigiar o presidente, ao contrário dos nossos desejos. O Brigadeiro, porém, com sua conhecida tenacidade, sob a capa de mansa polidez, insistia. Para êle o pedido, por si só, era necessário à consolidação de certa frente militar mais avançada.

Franco (1965) relata que, sem poder revelar a todos as conversas reservadas mantidas com Eduardo Gomes, acabou apresentando o requerimento, que foi, como esperado, derrotado por grande margem de votos. No final de junho, Artur Santos, que era presidente da UDN e amigo de Franco, fez declarações à imprensa nas quais criticava a atitude do líder da UDN no Congresso Nacional com relação ao requerimento de *impeachment*. Devido a esse episódio, Franco optou por renunciar a sua liderança. Redigiu um documento bem preciso sobre o motivo que o levou a deixar o cargo e mandou distribuí-lo aos jornalistas parlamentares.

O governo Vargas ficou cada vez mais insustentável, principalmente em decorrência da perseguição empreendida pela oposição. O ápice dos acontecimentos que iriam causar ainda mais desgastes ao mandato de Getúlio foi o episódio que ficou conhecido como Atentado da Rua Tonelero, ocorrido na madrugada do dia 05 de agosto de 1954, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. Na ocasião, segundo Ferreira (2020), Gregório Fortunato, chefe de segurança do presidente, contratou um pistoleiro para matar Carlos Lacerda. Durante o incidente, o guarda-costas de Lacerda, o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, levou um tiro no peito e acabou morrendo. Vargas não sabia do ocorrido, porém não conseguiu se livrar do desgaste que o episódio causou a seu governo.

Após o atentado, a oposição, representada pelas elites conservadoras, fez de tudo para tirar Vargas do poder. A Aeronáutica colocou-se à frente do inquérito para compreender o que havia ocorrido. Segundo Moura (1996), Eduardo Gomes, após o episódio, foi até o gabinete do ministro da Aeronáutica, o qual lhe sugeriu que o inquérito policial fosse transferido para a esfera militar, transformando-se em inquérito policial militar (IPM). Na opinião de Eduardo Gomes, a polícia não detinha os criminosos na cadeia durante o tempo necessário. Moura disse a Eduardo Gomes que iria verificar essa possibilidade com o presidente. O ministro da Aeronáutica não concordava muito com o IPM, pois envolveria a corporação num fato policial; porém, havia sido alertado por Vargas para tomar todas as providências que fosse preciso para encontrar o culpado. O presidente estava muito abalado com os acontecimentos.

Ao encontrar-se com ele, Moura comentou a sugestão do Brigadeiro, com a qual Vargas concordou. O ministro, então, comunicou o fato a Eduardo Gomes.

De acordo com Ferreira (2020), o grupo que ficou encarregado de investigar o atentado, por ter grande liberdade de ação, ficou conhecido como “República do Galeão”. Em 11 de agosto de 1954, durante reunião no Clube da Aeronáutica, os oficiais superiores das três forças discutiram os próximos passos a serem tomados. Vários militares, sob a presidência de Eduardo Gomes, escutaram de colegas de farda que pretendiam dar um golpe de Estado. O único órgão de imprensa favorável ao presidente era o *Última Hora*, que, no entanto, não conseguiu dar conta da grande quantidade de denúncias contra Vargas.

Em 16 de agosto de 1954, Nero Moura pediu demissão do cargo de ministro da Aeronáutica. Moura (1996), em conversa com Vargas, sugeriu ao presidente que Eduardo Gomes assumisse o Ministério da Aeronáutica, colocando fim à crise. O ex-ministro disse a Vargas que o povo estava cansado e que o sonho do Brigadeiro talvez nem fosse ocupar a Presidência da República, mas exercer um cargo maior na Aeronáutica, no qual poderia mandar e desmandar à vontade, pois havia dedicado sua vida a essa corporação, que era a única paixão de Eduardo Gomes. Contudo, como este último não queria ser ministro, Moura sugeriu a Vargas nomear um homem de confiança do Brigadeiro. O presidente, ao perguntar quem seria essa pessoa, recebeu de Moura a resposta de que poderia ser o brigadeiro Henrique Raimundo Dyott Fontenelle, que era muito amigo de Eduardo Gomes e admirador do mandatário. Segundo Moura, o ministro que indicou iria comandar o Ministério da Aeronáutica de acordo com os pontos de vista do Brigadeiro e sem trair a confiança do presidente, colocando fim a crise.

Vargas, contrariando o que havia combinado com Moura, optou por escolher para o cargo de ministro da Aeronáutica o militar Epaminondas Gomes dos Santos. Segundo Moura (1996), Santos, ao ser nomeado, desagradou a Eduardo Gomes e aos militares da Aeronáutica. Por esse motivo, o Brigadeiro convocou uma reunião no Clube da Aeronáutica que resultou na produção de um manifesto exigindo a renúncia de Vargas. Nas palavras de Moura (1996, p. 295-296), Santos, que ficou poucos dias no ministério, era:

[...] oriundo da Marinha. Era ignorante, mau companheiro, mau oficial, mau piloto. O pessoal da Aeronáutica tinha ódio dele. Não possuía uma qualidade. Como puxa-saco, sim, era um mestre. Conseguiu embrulhar muita gente do palácio, inclusive, dona Alzira Vargas, que o considerava uma beleza, formidável, muito amigo do presidente.

Moura (1996) lembra que um amigo seu lhe contou que Eduardo Gomes disse a ele, já alguns anos após o ocorrido, que, se Fontenelle fosse nomeado ministro da Aeronáutica naquele momento de crise, o Brigadeiro colocaria fim a todos os problemas em 24 horas e Vargas estaria a salvo.

Percebemos, assim, que a oposição estava trabalhando para tirar Getúlio do poder, principalmente após o Atentado da Rua Tonelero, que causou um enfraquecimento ainda maior no governo. O Brigadeiro, que em 1954 já estava compactuando com o afastamento do presidente, após saber da morte de um oficial da Aeronáutica, realizou mais outra intensa mobilização para a saída de Vargas da Presidência da República. Como era muito admirado e influente na Aeronáutica, conseguiu, com a ajuda de seus companheiros, que também não simpatizavam com o presidente, forte apoio para o que pretendia. Concomitantemente, todas as Forças Armadas estavam praticamente juntas em prol do afastamento de Vargas.

Na manhã do dia 24 de agosto, o presidente participou de sua última reunião ministerial. Foi informado pelo ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, sobre o fato de que as Forças Armadas estavam unidas e exigiam a renúncia de Vargas. Amaral Peixoto sugeriu que o presidente se afastasse do cargo até que o crime da Rua Tonelero fosse solucionado. O mandatário aceitou a proposta, e Tancredo Neves escreveu uma nota sobre a decisão. Pouco antes das 5 horas da manhã, a notícia foi divulgada para a população. Todavia, duas horas depois, alguns generais chegaram ao Palácio do Catete e exigiram que o licenciamento do presidente se transformasse em renúncia. Ao saber do acontecimento, Vargas recolheu-se a sua residência. Antes de deitar-se, entregou um envelope a João Goulart e pediu-lhe que entregasse, se fosse preciso, o documento à imprensa argentina. Pouco depois, Vargas cometeu suicídio e deixou sua famosa carta-testamento (FERREIRA, 2020).

Franco (1965), ao saber da morte de Vargas, foi até o escritório do Brigadeiro, localizado no Ministério da Aeronáutica. Ao encontrar-se com Eduardo Gomes, percebeu que o militar mantinha a calma de sempre, mas duas coisas mostravam que ele estava apressado e nervoso: recebeu Franco de pé, sem o convidar a sentar e, ao oferecer-lhe uma xícara de café, estava com as mãos trêmulas. Durante o encontro, o Brigadeiro comentou que estava preocupado com o dia seguinte, mais exatamente com o momento do embarque do corpo de Vargas para São Borja. Pensativo, disse que iria fazer de tudo para manter a ordem; estava apreensivo quanto aos possíveis conflitos que poderia haver por parte da população que admirava o ex-presidente.

Na parte da manhã, assim que a sociedade soube da morte de Vargas, uma onda de protestos varreu o Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, ocorreram vários motins. Os participantes tinham o sentimento de que o ex-presidente sofrera uma grande injustiça. Vários líderes de sindicatos tentaram organizar uma greve geral como protesto. Em outras cidades, como Porto Alegre, apoiadores de Vargas saíram pelas ruas com a foto do ex-presidente e a bandeira nacional com uma tarja negra. A UDN foi perseguida pela revolta da população. O *National City Bank*, um símbolo do capital estrangeiro, foi atacado por várias pessoas. A população se rebelou contra empresas norte-americanas que estavam no país. No Nordeste, em várias capitais, houve uma grande comoção popular; o comércio foi fechado e as escolas suspenderam as aulas. Ocorreram várias passeatas em homenagem a Vargas, bem como invasões a casas de políticos da oposição (FERREIRA, 2020). Segundo Ferreira (2020), a oposição, que queria agravar a crise política e derrubar o presidente, abrindo caminho para uma intervenção militar, teve seus planos frustrados com a morte de Vargas.

Após a morte de Getúlio, seu vice, Café Filho, assumiu a Presidência da República. No entanto, sua equipe política foi formada, em sua maioria, por indivíduos antigetulistas e udenistas: Raul Fernandes assumiu a pasta das Relações Exteriores e José Monteiro Castro, o Gabinete Civil; no Ministério da Justiça, foi empossado Prado Kelly; o general Juarez Távora foi nomeado para o Gabinete Militar e, cumulativamente, para a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Eduardo Gomes ocupou a pasta do Ministério da Aeronáutica⁶⁴, todos udenistas. Além deles, podemos destacar antigetulistas como Eugênio Gudin, nomeado ministro da Fazenda, e o almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, indicado para o Ministério da Guerra. Este último havia sido um dos líderes da conspiração contra Vargas (KELLER, c2009).

Mesmo com o clima tenso no país ocasionado pelo suicídio de Vargas, as eleições parlamentares de 03 de outubro de 1954 foram realizadas. No final de janeiro de 1955, o presidente Café Filho recebeu um documento do ministro da Marinha assinado pelos ministros militares e outros importantes oficiais das três armas. O documento defendia a ideia de que a sucessão presidencial, que iria ocorrer após as eleições de outubro de 1955, fosse

⁶⁴ Eduardo Gomes foi ministro da Aeronáutica por pouco mais de um ano. Apesar da crise política em que a Aeronáutica esteve envolvida, o Brigadeiro, devido ao respeito que inculca nesse órgão, conseguiu propiciar um clima de relativa tranquilidade e desenvolver projetos que considerava essenciais para melhorar a FAB. Em setembro de 1955, para auxiliar o Exército e a Marinha, adquiriu 12 aeronaves Fairchild C-82, apelidadas de “vagões voadores”, que chegaram em janeiro de 1956. Com a obtenção desses aviões, os paraquedistas também poderiam utilizá-los em suas missões. Além disso, Eduardo Gomes mandou construir várias habitações para militares e civis da FAB (SOUSA, 1997).

tratada por meio da colaboração entre todos os partidos, a fim de que resultasse na escolha de um único candidato civil e apoiado pelas Forças Armadas. Na verdade, era uma crítica indireta à escolha de Juscelino Kubitschek para concorrer à Presidência da República, lançado desde novembro de 1954 pelo PSD. O manifesto falava em união nacional, defendida pela UDN e de alas ligadas aos pessedistas descontentes (KELLER, c2009).

Eduardo Gomes foi um dos assinantes do mencionado documento. Além disso, quando Café Filho deu a público conhecimento sobre o manifesto, Franco (1965) procurou saber mais detalhes sobre o assunto e percebeu que nem os membros da UDN, nem o presidente do partido, haviam sido consultados sobre o documento.

Juscelino Kubitschek, lançado pelo PSD como candidato à Presidência da República, era visto pelos udenistas como getulista. A oposição ficou ainda mais descontente, quando recebeu a informação de que o vice de JK seria João Goulart, do PTB. De acordo com Ferreira (2020), Luís Carlos Prestes, líder comunista, ao apoiar Kubitschek, causou mais insatisfação entre os conservadores. A UDN, após ser derrotada duas vezes com Eduardo Gomes, resolveu apostar em Juarez Távora, outro antigetulista e líder tenentista. O Partido Social Progressista (PSP) lançou Ademar de Barros e, Plínio Salgado, candidatou-se pelo Partido de Representação Popular (PRP). No entender de Carlos Lacerda, que era líder da extrema-direita e do setor golpista da UDN, as eleições de outubro de 1955 deveriam ser suspensas, pois acreditavam que o vitorioso seria produto de fraude eleitoral. Além disso, em 05 de agosto de 1955, o general Canrobert Pereira da Costa — presidente do Clube Militar e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas — pronunciou um discurso sério, em solenidade comemorativa de um ano da morte do major Rubens Vaz. Costa considerava que os militares tinham a missão de escolher entre uma pseudolegalidade, imoral e corrompida, ou manter a democracia por meio de uma intervenção supostamente ilegal. A fala do militar resumia o pensamento dos liberais antigetulistas (FERREIRA, 2020).

Com relação às eleições presidenciais, Franco (1965) afirma que Eduardo Gomes lhe havia dito que não poderia ser candidato devido a sua incompatibilidade com o viés populista, criada anteriormente. O Brigadeiro concordou com o nome de Távora, que, em seu ponto de vista, não era alvo dessa questão ideológica. Em oposição à Cruzada Democrática, cujos integrantes se identificavam com as ideias conservadoras da UDN — como os generais Góis Monteiro, Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Castelo Branco, Eduardo Gomes e o tenente-coronel Golbery do Couto e Silva, entre outros (FERREIRA, 2020) —, surgiu o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), criado no Estado-Maior do general Zenóbio da Costa e

incentivado por ele, que tinha, entre tantas medidas, dar suporte ao combate que os senadores e deputados do PSD e PTB faziam contra a mudança do calendário eleitoral e a modificação das regras estabelecidas na Constituição pela oposição política (RAMOS, c2009). De acordo com Carloni (2010), os integrantes do MMC eram oficiais getulistas, nacionalistas e legalistas.

Kubitschek e Goulart ganharam o pleito presidencial ocorrido em outubro de 1955. Zenóbio defendeu novamente a posse dos eleitos. Na visão de Ferreira (2020, p. 358), a proclamação do general “[...] foi a primeira voz dos ‘nacionalistas de esquerda’ que, naquele momento, surgiu nos meios militares em defesa da democracia”. Todavia, Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra de Café Filho, não queria ver os militares envolvidos em questões políticas e procurou agir como um disciplinador. Coerente com seu jeito de comandar as tropas, Lott puniu o general Zenóbio por sua proclamação. Procurou, também, conversar com o ministro Galotti, responsável pelas eleições. O ministro afirmou a Lott que o processo eleitoral estava sendo respeitado. Depois, Lott foi falar com seus colegas que eram ministros da Marinha e da Aeronáutica; ambos foram contrários à posse de Juscelino como presidente da República (FERREIRA, 2020).

Ao perceber que as Forças Armadas estavam divididas, Lott distanciou-se dos outros dois ministros militares. Nesse contexto, morreu o general Canrobert Pereira da Costa. Entretanto, em seu funeral, o coronel Jurandir Mamede realizou um discurso que desafiava a hierarquia militar. Ele homenageou o militar falecido e repetiu as palavras de Canrobert sobre a democracia brasileira, que seria uma mentira e estava corrompida. Lott queria dar ordem de prisão ao coronel; mas, surpreso, viu o Carlos Luz — presidente da Câmara dos Deputados — cumprimentar Mamede com uma certa alegria. Para agravar ainda mais a crise política, dois dias depois, em 03 de novembro de 1955, Café Filho, com problemas de saúde, licenciou-se do cargo. Carlos Luz, de acordo com as normas, assumiu a Presidência da República (FERREIRA, 2020).

A situação política trouxe certa animosidade para a direita civil e militar, que estava, possivelmente, planejando um golpe. Eduardo Gomes fazia parte disso, pois pactuava contra a posse de Kubitschek como presidente da República, principalmente em razão de o candidato ser visto como herdeiro das ideias políticas de Vargas. Além disso, é importante lembrar que Lott estava disposto a afastar os militares das lutas políticas, com a punição de Mamede e, a manter a legalidade democrática, com a posse de Kubitschek.

Com relação à punição de Mamede, somente o presidente da República, Carlos Luz, poderia autorizá-la. No dia 10 de novembro de 1955, Lott foi convocado para uma reunião com o mandatário, às 18h. Em audiência, haveria a decisão sobre a pena imposta a Mamede. O ministro da Guerra esperou durante duas horas pela resposta do presidente. Depois, ficou determinado que o coronel não seria punido. Descontente, Lott exonerou-se do cargo (FERREIRA, 2020).

Cabe destacarmos, mais uma vez, que a UDN tentou de diversas formas fazer com que Kubitschek não tomasse posse do cargo de presidente da República. De acordo com Franco (1965), as tentativas foram:

Expurgo dos alistamentos fraudulentos, contrôle eficaz das eleições, tese da maioria absoluta, exclusão dos votos dos comunistas e outras medidas, tudo tentamos, em vão. Durante o ano inteiro, antes e depois do pleito, minha ação na Câmara foi dirigida no sentido da obtenção dessas garantias, que não tínhamos condições de impor. (FRANCO, 1965, p. 366).

Conforme Franco (1965), Eduardo Gomes tentou encontrar vários argumentos para impugnar a vitória de Kubitschek. O Brigadeiro defendeu o princípio da maioria absoluta dos votos, que, a seu ver, estava implícito na Constituição. Também acreditava que deveriam ser anuladas as eleições, pois os votos dos comunistas tiveram influência na vitória de Kubitschek, e isso, em sua concepção, não poderia ocorrer, pois o Partido Comunista estava excluído da política brasileira. Eduardo Gomes, logo após as eleições, no dia 08 de outubro de 1955, chegou a entregar a Franco, em sua casa, um estudo de Raul Fernandes, escrito de próprio punho, que defendia a sua posição.

Távora (1976), que havia ficado em segundo lugar nas eleições presidenciais e concorrido pelo partido da UDN, afirma que, no final de outubro de 1955, conversou com Eduardo Gomes na casa do irmão do Brigadeiro, Stanley Gomes, localizada no Leblon. Durante o encontro, Távora recusou-se a defender a tese da maioria absoluta, defendida pela UDN e seus partidários; em seu entender, tal ideia significaria mudar as regras do jogo eleitoral, depois de disputar e ter perdido o pleito.

5.2 O MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO

De acordo com Ferreira (2020), a exoneração de Lott do Ministério da Guerra abriu espaço para uma tentativa de golpe de Estado. Todavia, o general Augusto Frederico Correia Lima, comandante de Artilharia de Costa, organizava uma revolta militar. Ele estava

descontente com a humilhação imposta a Lott. Telefonou, então, para vários generais, entre eles, o comandante do I Exército, o general Odílio Denys. Diante da situação, em menos de uma hora, os militares organizaram a insurreição, e cerca de 30 generais combinaram para as 22h daquela mesma noite, em 10 de novembro de 1955, reunião na casa de Denys. No entanto, segundo Carloni (2010), na mesma data, em outra casa, na do general Zenóbio da Costa, ocorria uma outra reunião, a de oficiais do MMC que queriam aplicar um golpe revolucionário. Esse grupo já vinha organizando, meses antes, uma ação para impedir que setores mais conservadores das Forças Armadas tentassem dar um golpe de Estado contra a legalidade; assim, queriam marcar o início de uma ação revolucionária para a madrugada do dia 11. O militar Denys considerava o MMC um movimento ligado a grupos de esquerda. Por isso, quis antecipar os acontecimentos, pois não simpatizava com esses grupos.

Enquanto isso, o general Lott, em sua casa, refletia sobre os acontecimentos. Em sua concepção, os comandantes das forças de ar e mar tencionavam dar um golpe. Diante das circunstâncias, que eram complexas, resolveu ligar para Denys. Durante a conversa, o comandante do I Exército disse a Lott sobre a decisão dos generais de intervirem no processo político, sob a liderança de Lott. Não seria uma insurreição, mas um contragolpe em defesa da Constituição, que teria, até mesmo, um nome: “Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”. Após definirem o plano, foram ao Ministério da Guerra; o intuito era ser rápido na aplicação do contragolpe e, de preferência, que ocorresse sem derramamento de sangue (FERREIRA, 2020).

De acordo com Carloni (2010), havia três tendências ou grupos, dentre os envolvidos no contragolpe de 11 de novembro de 1955. Em primeiro lugar, os militares que faziam parte do MMC, como o general Zenóbio da Costa. Estes identificavam-se com a herança nacionalista de Vargas e com a esquerda política. Apoiavam Kubitschek e Goulart e queriam realizar um “movimento revolucionário” para tirar aqueles que subiram ao poder após a morte de Vargas e assegurar as conquistas operárias e anti-imperialistas, como a Petrobrás. Em segundo lugar, a oficialidade conservadora anticomunista, como o general Denys, que estava do lado do movimento liderado por Lott, não por defender a legalidade e a posse dos eleitos, mas com o objetivo de não deixar o MMC seguir com seus planos, pois era considerado um movimento de esquerda com influência comunista. Por fim, os militares conservadores, que tinham uma identidade profissional, como Lott. Estes atuaram em defesa da legalidade e da Constituição e, em certa medida, por pressão dos outros grupos.

Segundo Carloni (2010, p. 128):

[...] o contragolpe de novembro de 1955 teve significados diferentes para os militares que o fizeram. Sob a liderança do general Lott, militares legalistas, militares considerados de esquerda e militares conservadores preocupados com a atuação da “esquerda militar” atuaram unidos, contra militares, em sua maioria ligados à UDN, que preconizavam um golpe militar para afastar a possibilidade de um governo identificado com a herança política de Vargas e de aproximação com os comunistas.

Firme em suas convicções e com o apoio das tropas do Exército na capital da República, Lott passou a agir contra Carlos Luz. Ele também conseguiu o apoio de vários comandantes militares de outros estados. Junto com outros líderes políticos e generais, tinha a intenção de colocar um outro civil na Presidência da República. Para o ex-ministro da Guerra, o desejo do Exército era manter a legalidade e o regime democrático. Os militares e o PSD negociaram uma solução para o conflito e, a Câmara dos Deputados, em sessão extraordinária, com o auxílio do PTB, aprovou o *impeachment* de Carlos Luz. Seguindo a linha de sucessão, Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, foi escolhido para assumir a Presidência da República. A propósito, a UDN votou contra essa escolha. Como as tropas do Exército na capital federal eram superiores em número às outras Forças Armadas, conseguiram tomar o Arsenal de Marinha e o Campo dos Afonsos, além de cercarem o Aeroporto Santos Dumont e a Base Aérea do Galeão, localizada na Ilha do Governador. Carlos Luz, preocupado, rumou para o Arsenal da Marinha, de onde embarcou no cruzador Tamandaré, que contava com os seguintes indivíduos: o comandante, que era o capitão de mar e guerra, Silvio Heck; o vice-almirante Penna Botto, o coronel Mamede, além do ministro da Justiça Prado Kelly, e Carlos Lacerda (FERREIRA, 2020).

De acordo com Ferreira (2020), os golpistas tinham como plano instalar o governo de Carlos Luz na cidade de Santos, conquistar o apoio de Jânio Quadros, conseguindo assim, a ajuda dos policiais civis e militares do estado, e dispor da insurreição de chefes de regimentos militares da capital. Lott queria impedir que o Cruzador Tamandaré saísse da Baía de Guanabara. Em seu ponto de vista, caso o navio de guerra chegasse a Santos, poderia ocorrer uma guerra civil. No Cruzador Tamandaré, Silvio Heck utilizou-se de um cargueiro, que por ali passava, como escudo, e seguiu para a barra. Mesmo sob fogo dos canhões do Forte de Copacabana, prosseguiu até o alto-mar. O comandante de Artilharia de Costa não obedeceu às ordens de Lott de afundar o navio. A embarcação ficou só, e os líderes políticos que pretendiam dar um golpe não conseguiram seguir com seus planos.

Eduardo Gomes, que compactuava com a ideia de Kubitschek não tomar posse e com o objetivo de manter o presidente Carlos Luz no poder, partiu de avião para São Paulo. Sua

intenção era organizar resistência ao movimento militar liderado por Lott. O Brigadeiro contava com o apoio da Esquadra, que, conforme combinado, se dirigiria para Santos na noite do dia 11 de novembro; com a Força Pública estadual; com a 2ª Divisão de Infantaria (2ªDI), sob o comando do general Tasso Tinoco, e com a IV Zona Aérea, chefiada pelo brigadeiro Ivo Borges. O governador paulista Jânio Quadros, apesar de não ter definido nitidamente a posição que iria tomar, apoiava a iniciativa de Eduardo Gomes. Este, por sua vez, já havia ordenado que todos os aviões de caça e bombardeio do Campo dos Afonsos e da Base Aérea do Galeão levantassem voo até a Base Aérea de Cumbica, em São Paulo (LAMARÃO, c2009).

Na manhã de 11 de novembro, Tasso Tinoco e Ivo Borges, após chegarem a São Paulo de avião, afirmaram à imprensa e às rádios que continuavam a obedecer às ordens de Carlos Luz e de seus ministros militares. Todavia, os planos de Eduardo Gomes foram frustrados devido à atitude do general Falconière — comandante da Zona Militar Centro — que, após ter participado da eclosão do movimento no Rio de Janeiro, ao lado de Lott e Denis, resolveu seguir de carro para São Paulo às 4h:30 da madrugada. Sua intenção era garantir a vitória do movimento na área de seu controle, o que compreendia a verificação de regimentos situados no eixo Rio-São Paulo (LAMARÃO, c2009).

Próximo a Guaratinguetá (SP), Falconière foi impedido de prosseguir com seus objetivos por oficiais da Escola de Especialistas da Aeronáutica. Ele foi levado à presença do brigadeiro Antônio Guedes Muniz, que era conhecido de Eduardo Gomes. Falconière pediu para falar por telefone com o Brigadeiro, o que foi aceito, pois Muniz não sabia de que lado o general estava. Realizada a ligação, o comandante da Zona Militar Centro afirmou ao ministro da Aeronáutica que estava do lado da legalidade e da Constituição. Como ambos defendiam a mesma posição, Eduardo Gomes ordenou que Muniz liberasse Falconière. Ao chegar a Caçapava (SP), às 11h30, o comandante da Zona Militar Centro lançou um manifesto em favor de Lott, acabando com os rumores de que tinha ficado preso em Guaratinguetá. Em seguida, enviou cerca de 500 soldados para Santos, com o objetivo de não deixar Carlos Luz desembarcar na cidade com sua comitiva. Como a situação estava ficando sob controle e favorável ao grupo de Lott, Tasso Tinoco foi detido. Eduardo Gomes, ao aterrissar em Cumbica, no início da tarde, viu que nada mais poderia ser feito (LAMARÃO, c2009).

Segundo Ferreira (2020), a situação ficou perdida para os legalistas da Marinha e da Aeronáutica, quando Lott assumiu a pasta da Aeronáutica e nomeou um novo ministro para a Marinha: um militar que defendia suas ideias. Carlos Luz, do Cruzador Tamandaré, enviou

mensagens a seus aliados, pedindo para acabar com a resistência. Colocava-se fim, naquele momento, a uma tentativa de rompimento constitucional, com a vitória do setor legalista do Exército. Ao final, ninguém foi punido; somente Carlos Lacerda, por iniciativa própria, partiu para Cuba.

Eduardo Gomes, ao perceber a derrota, atendeu ao apelo de Carlos Luz e fez uma proclamação em defesa da pacificação política do Brasil. Posteriormente, voltou ao Rio de Janeiro e apresentou-se ao novo ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Vasco Alves Seco (DIAS, c2009). Em 21 de novembro de 1955, Café Filho, melhor de saúde, reuniu-se, na Clínica São Vicente, com Eduardo Gomes, Amorim do Vale, Bento Munhoz da Rocha e Napoleão Alencastro Guimarães, que eram integrantes de seu ministério. O objetivo era discutir a situação política do país. No período da tarde, esse mesmo grupo, junto com outros integrantes, foi com Café Filho até o seu apartamento, em Copacabana. No entanto, o prédio já estava cercado por militares. O ex-presidente permaneceu em sua residência e, à noite, ficou impedido pelo Congresso, após votação, de voltar à presidência da República. Dessa forma, Nereu Ramos continuaria na presidência da República até janeiro do próximo ano, quando Kubitschek e Goulart assumiriam o comando do país (DIAS, c2009).

É interessante notar que Eduardo Gomes, já no fim da vida, teria relatado a Siqueira (1984) — em uma das visitas que o militar teria feito ao Brigadeiro na casa do Galeão — que guardava algumas mágoas e que essas seriam frutos de calúnias apresentadas contra ele. Uma delas seria a de que tinha chefiado o golpe, que analisamos, contra os resultados eleitorais para a Presidência da República em 1955. Ao mesmo tempo, é curioso destacar a posição de alguns militares da Aeronáutica. O brigadeiro-do-ar Marcio Cesar Leal Coqueiro, por exemplo, seguindo o mesmo posicionamento de Eduardo Gomes, afirma que o ministro da Aeronáutica, por ocasião dos acontecimentos de 11 de novembro de 1955, não teria aceitado o golpe comandado pelas forças aliadas a Lott (MOTTA, 2003). Observamos, dessa forma, uma disputa pela preservação da memória na qual os que estavam do lado do Brigadeiro defendiam que Lott e seus aliados deram um golpe. Por outro lado, os exames que fizemos sobre o contexto histórico daquele período tornam difícil aceitar essa versão.

Em meio a essa turbulência política, em 23 de janeiro de 1956, Eduardo Gomes perdeu sua mãe, Jenny Gomes, que estava muito doente. Ficou, por essa razão, afastado do trabalho durante um tempo, mas retomou a rotina profissional em 18 de maio. Foi sorteado para presidir o Conselho Especial de Justiça Militar, que julgaria os participantes da rebelião de

Jacareacanga⁶⁵, município do extremo sudoeste do estado do Pará. No dia 28 de maio, compareceu à 2ª Auditoria Militar da Aeronáutica, cujas funções assumiu, e cumpriu o compromisso de que fora incumbido. Em seguida, determinou o arquivamento do processo movido contra os participantes do levante de Jacareacanga, uma vez que os envolvidos na rebelião militar já tinham sido anistiados pelo governo (DRUMOND, 2011).

A crise entre o grupo dos militares conservadores e direitistas, que defendiam um liberalismo-conservador, fazendo parte desse setor, inclusive, a Cruzada Democrática, à qual Eduardo Gomes estava ligado, em oposição ao setor político que apoiava um nacional-estatismo, e de militares, como Lott — que defendiam a legalidade democrática, e que teve seu nome associado posteriormente às esquerdas nacionalistas — continuou.

Exemplo desse conflito político ocorreu, segundo Franco (1965), em meados de 1957, quando Lott teria acusado alguns oficiais das Forças Armadas, entre eles, Eduardo Gomes, de estarem planejando o seu assassinato. O coronel Moniz de Aragão, um dos suspeitos, estava no comando da região do Rio Grande do Sul e, ao saber da denúncia, reclamou e foi preso por Lott. O Brigadeiro e outros militares que se sentiram atingidos em sua honra, nomearam Pedro Aleixo como advogado para processar o ministro da Guerra por calúnia.

5.3 A CRISE DE 1961 E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Em 1960, devido a seu tempo de serviço e por imposição do Estatuto Militar, Eduardo Gomes teve que passar para a reserva. Mas, antes disso, realizou dois desejos: cumpriu uma última missão no Correio Aéreo Nacional e assistiu a uma missa em ação de graças pelos anos passados à frente da instituição militar. Com relação à primeira aspiração, na manhã de 10 de setembro de 1960, chegou cedo à Base Aérea do Galeão, onde voou pela última vez, no comando de um C-47. Às oito horas da manhã, partiu com destino à capital peruana,

⁶⁵ A Revolta de Jacareacanga ocorreu poucos dias após a posse de Juscelino Kubitschek. Na noite de 10 de fevereiro de 1956, alguns oficiais da Aeronáutica, insatisfeitos, e liderados pelo major Haroldo Veloso e pelo capitão José Chaves Lameirão, partiram do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, e se instalaram na Base Aérea de Jacareacanga, no sul do Pará, organizando o seu quartel-general. Esses militares temiam sofrer represália do grupo militar vitorioso no 11 de novembro. Por esse motivo, não concordavam com a permanência, no governo JK, do ministro Vasco Alves Seco na pasta da Aeronáutica. Dez dias depois do início da rebelião, os amotinados já controlavam Cachimbo, Belterra, Itaituba e Aragarças, bem como a cidade de Santarém, com o apoio das populações locais. Receberam, também, a adesão de mais um oficial da Aeronáutica, o major Paulo Victor da Silva, que fora enviado de Belém para combatê-los. Apesar de ser uma rebelião com poucos combatentes, o governo teve dificuldades para reprimi-la, em decorrência da reação de oficiais, sobretudo da Aeronáutica, que se recusavam a participar da repressão aos rebelados. Após 19 dias, a rebelião foi controlada pelas tropas legalistas, e seu principal líder, o major Haroldo Veloso, foi preso. Outros líderes conseguiram escapar e asilar-se na Bolívia. Posteriormente, o governo JK concedeu aos rebelados o benefício da anistia (COSTA, c2020).

transportando passageiros e a mala postal, em um C-47 2015. Registrava, em sua caderneta de voo, cerca de 6.990h45min como piloto (DRUMOND, 2011).

Na primeira eleição estadual que ocorreu após sua aposentadoria, Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Prado Kelly, Raul Fernandes e Mário Guimarães teriam procurado o Brigadeiro para que saísse candidato a governador do Rio de Janeiro, em 1962. Também teria sido desejado pela UDN para disputar uma cadeira no Senado. Eduardo Gomes, porém, sempre agradecia a lembrança e recusava o convite (DRUMOND, 2011).

Em 1960, ocorreram novas eleições para a Presidência da República do Brasil. Os candidatos foram: Jânio Quadros, que recebeu o apoio do Partido Trabalhista Nacional (PTN), da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Republicano (PR), do Partido Libertador (PL) e do Partido Democrata Cristão (PDC); Lott, que contou com a ajuda do Partido Social Democrático (PSD), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Social Trabalhista (PST), do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Republicano Trabalhista (PRT). Além disso, segundo Coutinho (c2009), apesar de ter criticado a legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB), Lott recebeu o apoio dos comunistas, por meio de declarações de Luís Carlos Prestes, que era secretário-geral do partido. Ademar de Barros também concorreu, apoiado pelo Partido Social Progressista (PSP). João Goulart, Milton Campos e Fernando Ferrari disputaram como vices dos respectivos candidatos presidenciais.

Jânio Quadros venceu as eleições com 5.636.623 votos (48,0%), seguido por Lott, que obteve 3.846.825 votos (33,0%). Barros teve 2.195.709 votos (19,0%). Goulart foi o candidato à Vice-Presidência mais votado, somando 4.547.010 votos (41,6%), seguido de Milton Campos, com 4.237.719 votos (40,6%), e Ferrari, que conquistou 2.137.382 votos (19,5%) (CHACON, 1998).

Como podemos observar, o ano de 1960 foi atípico, pois um candidato apoiado pela UDN conseguiu chegar à Presidência da República. Ao mesmo tempo, um político representado pela população e seguidor das ideias de Vargas foi eleito vice-presidente da República, o que representava uma contradição.

Jânio Quadros ficou apenas setes meses na Presidência do Brasil. Segundo Napolitano (2021), o presidente viu-se pressionado pelas forças políticas, até mesmo pela UDN, que o apoiou. Os setores conservadores ficaram descontentes com sua política externa, ainda mais quando condecorou Ernesto Che Guevara, em 19 de agosto de 1961, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Essa homenagem foi motivada pelo fato de o líder da Revolução Cubana ter libertado sacerdotes católicos condenados ao fuzilamento em Cuba. No

entanto, o episódio não agradou à direita e, misteriosamente, dias depois, o presidente renunciou.

Napolitano (2021) explica que existe um consenso entre historiadores e analistas políticos segundo o qual a renúncia do presidente foi uma tentativa de “autogolpe”. Seu plano seria o seguinte: a população que o elegeu mandatário do país sairia às ruas para pedir a sua volta ao poder e, se desse certo, ele voltaria mais forte, o que não aconteceu e, o seu vice, Goulart, não seria aceito pelos militares, o que foi confirmado. Todavia, o desenlace não foi favorável ao presidente, que se demitiu, pois Goulart iria governar sob um sistema parlamentarista.

Entre 25 de agosto e 7 de setembro de 1961, o Brasil foi governado por uma junta militar formada por ministros do ex-presidente: Odílio Denys, Sílvio Heck e Gabriel Grün Moss. Com o auxílio do grupo mais reacionário da UDN, fizeram de tudo para Goulart não assumir a Presidência. Goulart, no dia da renúncia de Jânio Quadros, estava em missão diplomática-comercial na China, país comunista (NAPOLITANO, 2021). No entender de Napolitano (2021), o ex-ministro do Trabalho, que viria a assumir a Presidência da República, teve, simultaneamente, sorte e azar. Sorte, porque, se estivesse no Brasil, poderia ser preso pela junta militar; azar, porque a imprensa e os políticos opositores e conservadores ligaram a sua visita à China a uma simpatia que poderia ter com o comunismo.

Goulart, quando tomou conhecimento do que ocorria no Brasil, estava, na verdade, voltando da China. No dia 28 de agosto de 1961, em Paris, ao ser informado de forma mais precisa sobre a situação política brasileira, optou por voltar ao país pelo caminho mais longo, a fim de ganhar tempo. Chegou a Porto Alegre no dia 01 de setembro (NAPOLITANO, 2021).

Carloni (2014) comenta que Lott não concordava com a atuação dos militares para tentar barrar a posse de Goulart. O marechal tentou, primeiramente, afastar a ideia do então ministro da Guerra, Denys, de impedir que Goulart assumisse o poder, mas não obteve sucesso. Lott resolveu realizar outro plano e fez uma declaração em defesa da posse de Goulart, na qual teceu críticas à atitude dos ministros militares. No dia 29 de agosto de 1961, sua declaração foi divulgada pela imprensa. A ação de Lott desagradou aos chefes militares; o Departamento Estadual de Segurança Pública censurou os jornais e outros meios de comunicação que tentavam divulgar o manifesto do militar, e Lott acabou sendo preso por ordem de Denys.

O Exército encontrava-se dividido. Lott ficou preso por 30 dias, mas antes disso entrou em contato com o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e pediu que o político tentasse dialogar com alguns militares no Sul, que, a seu ver, auxiliariam em uma solução legal para a crise.

A sociedade civil e grande parte da imprensa foram favoráveis à posse negociada de Goulart. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a UNE também defenderam a legalidade. Os sindicatos igualmente tomaram uma atitude e realizaram manifestações e greves pelo país (NAPOLITANO, 2021). O fato é que Goulart aceitou governar sob um regime parlamentarista, que limitava os seus poderes. Era tudo o que seus inimigos queriam, sobretudo os militares.

Lott, em setembro de 1962, realizou uma declaração ao *Jornal do Brasil* em que dizia ser favorável ao presidencialismo (COUTINHO, c2009). O militar continuava lutando a favor da democracia. No dia 06 de janeiro de 1963, ocorreu o plebiscito que resultou favorável ao retorno do regime presidencialista no país. Com isso, teoricamente, Goulart teria o caminho livre para realizar as reformas que desejava.

Durante o ano de 1963, Goulart lutou pela reforma agrária no parlamento, mas acabou perdendo. No plano econômico, tentou controlar a inflação e retomar o crescimento do país; porém, também não obteve sucesso. Seu governo passou por uma crise de caráter militar, que ocasionou, em 12 de setembro, uma rebelião de sargentos, que tomaram a base aérea, o Grupamento de Fuzileiros Navais, o Ministério da Marinha, o Serviço de Radiofonia do Departamento Federal de Segurança Pública e a Central Telefônica. O movimento ocorreu, pois o STF optou por não dar posse aos militares eleitos como deputados e vereadores em 1962 (NAPOLITANO, 2021).

No final de 1963, a imprensa ligada à linha liberal-conservadora começou a conspirar contra Goulart. Afirmava que o país caminhava para o comunismo e destacava que o mandatário tinha simpatia por essa ideologia. O presidente passou a ser visto como aliado dos movimentos sociais radicais, liderados pelo seu cunhado, Brizola (NAPOLITANO, 2021).

Em 13 de março de 1964, em discurso realizado num grande comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Goulart defendeu as reformas de base propostas por seu governo. Na ocasião, cerca de 200 mil pessoas assistiram à exposição de suas ideias. A partir de então, seu governo entraria cada vez mais em crise.

De acordo com Napolitano (2021), após o comício de Goulart, a direita começou a se organizar para a realização de um protesto de rua, em quantidade maior que a da população

que assistiu ao discurso de Goulart sobre as reformas de base. Em 19 de março de 1964, iniciou-se uma série de manifestações públicas, conhecidas como Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreram no país contra o suposto perigo comunista e as reformas anunciadas por Goulart. No primeiro ato, em São Paulo, no dia de São José, padroeiro da família, foram reunidas cerca de 500 mil pessoas.

Conforme Gomes e Ferreira (2018), outro acontecimento que desgastou ainda mais o governo Goulart e inflamou o país, ocorreu em 25 de março de 1964, quando marinheiros e fuzileiros se revoltaram contra o ministro da Marinha, refugiando-se, logo em seguida, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. O presidente anistiu os rebeldes, o que descontentou os oficiais das três Forças Armadas.

Diante desse contexto, a História seria marcada pelo acontecimento iniciado em 31 de março de 1964, quando o general Mourão Filho saiu com suas tropas da cidade de Juiz de Fora (MG), a fim de chegar à Guanabara e retirar Goulart do poder. Concretizava-se, assim, o golpe militar. No dia 01 de abril, o presidente foi para Brasília, chegou ao Palácio do Planalto e, dali, seguiu para a Granja do Torto, onde, por meio de um manifesto, denunciou as forças reacionárias e a elite econômica, que, a seu ver, eram contra a implementação das Reformas de Base, a melhoria do nível de vida da população e a democratização da sociedade (FERREIRA, 2020).

Mesmo com Goulart no Brasil, o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Senado Federal, declarou vaga a Presidência da República e empossou Ranieri Mazzilli como mandatário do país, já que Mazzilli era presidente da Câmara dos Deputados. Segundo Ferreira (2020), Goulart viu que a possibilidade de resistência era mínima, ainda mais com informações de que os norte-americanos apoiavam o golpe. Para evitar uma guerra civil, o ex-presidente resolveu não resistir. No dia 04 de abril de 1964, saiu do Brasil com sua família, com destino ao Uruguai, onde foi pedir asilo político.

Além das análises que expusemos, cabe levarmos em consideração as interpretações de Singer (2014) sobre os motivos que levaram ao Golpe Civil-Militar. Para o autor, esse episódio ocorreu devido a dois fatores fundamentais: o problema econômico e o impasse político e ideológico. Com relação ao primeiro, devemos voltar ao governo de Kubitschek, em que o presidente fez de tudo para pôr em prática o seu Plano de Metas. No período de 1956 a 1961, o Brasil passou por um crescimento econômico. Todavia, para que houvesse isso, a economia brasileira realizou um grande esforço, o que resultou numa crise econômica no último ano da administração de JK e nos três primeiros anos de Goulart. Como consequência,

nos anos 1960, a inflação sofreu um grande aumento, chegando até 80% ao ano; os trabalhadores passaram a ter um aumento salarial em intervalos menores. Em 1962 e 1963, esses aumentos salariais passaram a ocorrer em períodos semestrais. Isso realimentou a inflação, que começou a acelerar ao mesmo tempo em que os empregados lutavam pela reposição salarial. Em 1964, ocorreu uma crise cambial, devido à rigidez da condução de exportações no país. Houve ainda crise fiscal no Estado e diversas greves pelo Brasil.

No que diz respeito ao fator político e ideológico abordado por Singer (2014), cabe levarmos em conta que, em 1964, estávamos sob o contexto da Revolução Cubana, e tudo o que era visto como impossível passou a se tornar possível por meio desse processo histórico, principalmente por se tratar de uma revolução socialista, pautada numa ideologia inimiga dos militares e civis de direita. Contudo, para o autor:

A crise de 1964 foi resolvida à força pelos militares. Os trabalhadores foram efetivamente submetidos, a rebeldia operária foi fortemente reprimida (não houve mais greves), a rebeldia camponesa liquidada com repressão selvagem, a rebeldia estudantil também foi reprimida; como reação, em 1969-1971, a oposição, dispersa em muitos grupos, foi à luta armada. (SINGER, 2014, p. 27).

Para Chirio (2012), um dos motivos do golpe de Estado de 1964 tem a ver com o fato de que, no começo dos anos 1960, uma parte do Exército brasileiro não se organizava quanto a uma expectativa de uma revolução comunista, mas de sua constatação especulada. Isso ocorreu devido a uma novidade doutrinária, que seria a teoria da “guerra revolucionária”, disseminada nos estados-maiores e nas escolas militares brasileiras no final dos anos 1950.

Essa teoria da “guerra revolucionária” não foi importada dos Estados Unidos, mas surgiu no Brasil em 1957, por meio de artigos publicados em revistas militares. Somente em 1962, o Exército norte-americano passou a reconhecer a insurreição subversiva como um conflito político-militar e começou a trabalhar para enfrentá-la (CHIRIO, 2012).

De acordo com Napolitano (2021):

O golpismo de direita, liberal ou autoritária, nunca aceitou o voto popular, o nacionalismo econômico, a agenda distributivista, a presença dos movimentos sociais de trabalhadores. A tudo isso, chamava de populismo e subversão. Enfim, o golpismo da direita nunca aceitou a presença das massas seja como eleitoras ou como ativistas de movimentos sociais, na Quarta República brasileira, a “República de 46”. O golpe de 1964 não foi apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade, ainda que este fosse politicamente vago.

Segundo Ferreira (2020), com o golpe, as direitas fariam de tudo para impedir seus adversários de participar da vida política do país, sem se preocupar com as instituições democráticas. O golpe também foi contra o PTB, as esquerdas, o PCB especificamente, e o movimento sindical. Com a saída de Goulart do poder, houve grande repressão a partidos e movimentos de esquerda, prisões e coação às liberdades básicas, como o direito de greve.

Eduardo Gomes, que em setembro de 1960 foi reformado compulsoriamente, sendo promovido a marechal do ar (DIAS, c2009), apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964. Farias (2001) conta que, na data provável de 28 de março de 1964 — véspera de uma reunião que teve com a oficialidade jovem do Exército —, recebeu uma visita do Brigadeiro, o qual em sua opinião, embora já fosse reformado, continuava sendo o grande líder da Aeronáutica. Durante a visita, Eduardo Gomes teria dito que a Aeronáutica se encontrava disposta a lutar pelo que chamavam de “Revolução”, em quatro bases aéreas. Essas bases seriam a da Bahia, a do Rio de Janeiro, a do Rio Grande do Sul e uma outra de que Farias não lembra o nome. O Brigadeiro ainda havia comentado que nas outras bases não sairia nenhuma tentativa de ataque às forças revolucionárias, mas todas as aeronaves, no momento do conflito, ou estariam em apoio ao movimento, ou seriam sabotadas. Os soldados encarregados de retirar as peças dos aviões já estariam avisados. Do mesmo modo, conforme Ferreira (2020), no dia 31 de março de 1964, Eduardo Gomes estava no Palácio Guanabara, junto com Amorim do Vale, apoiando o governador Carlos Lacerda, um dos principais fomentadores do movimento.

A trajetória política de Eduardo Gomes, sobretudo no período compreendido entre 1945 e 1964, mostra como ele esteve alinhado com a cultura política do liberalismo-conservador, fazendo parte disso seu interesse pelas questões econômicas do sistema liberal. No entanto, após 1950, percebemos, com uma maior intensidade, uma disputa entre dois projetos políticos distintos no Brasil: o liberalismo-conservador e o nacional-estatismo. Do conflito entre esses modelos, resultaram várias tentativas de golpes, apoiadas pelo Brigadeiro e só vindo a ser vitoriosas com o Golpe Civil-Militar de 1964, o que mostra, mais uma vez, sua participação em movimentos atrelados ao autoritarismo. Por outro lado, é interessante fazermos aqui um paralelo entre Eduardo Gomes e Lott, pois ambos foram militares que atuaram em lados opostos, cada um defendendo seus interesses e o que achavam melhor para o país. Isso mostra como havia militares que defendiam ideologias políticas ou interesses distintos. Lott pode ser visto como um representante do nacional-estatismo, além de estar do lado da legalidade democrática. Suas atitudes e os movimentos dos quais ele fez parte mostram isso, como o 11 de Novembro de 1955, em que defendeu a posse de Kubitschek; a

defesa da posse de Goulart, em 1961; sua luta contra o Golpe Civil-Militar de 1964 e, posteriormente, contra o Regime Militar como um todo⁶⁶. Além disso, como afirma Carloni (2014), a trajetória política do marechal também ajuda a compreender a existência de uma importante tradição de esquerda nas Forças Armadas — que pudemos observar por meio dos militares ligados ao MMC e que atuaram sob a liderança de Lott no Movimento de 11 de Novembro de 1955 —, mas também, assim como Lott, de oficiais que defenderam a legalidade democrática, em oposição aos setores golpistas militares que pertenciam à Cruzada Democrática, e de políticos ligados a ala de extrema-direita da UDN.

Para Carloni (2014, p. 175), o ministério de Lott “[...] serviu para aglutinar, sob uma mesma bandeira, civis e militares das esquerdas defensores de medidas identificadas como nacionalistas”.

Pode-se dizer que estudar o contexto político em questão, do qual Eduardo Gomes e Lott fizeram parte, sobretudo a partir do Movimento de 11 de Novembro de 1955, contribui para constatar a existência de militares, como Lott, que lutaram contra as várias tentativas de golpes de setores civis e militares da direita, em defesa da democracia — mesmo quando tais setores deram o Golpe Civil-Militar em 1964, instaurando um Regime Militar que duraria 21 anos.

⁶⁶ Outra informação importante a considerar e que mostra o embate entre os militares que apoiaram o Regime Militar e Lott foi a tentativa do ex-ministro da Guerra de se candidatar a governador por Guanabara, em 1965. Segundo Neto (2004), apoiado pela coligação formada pelo PTB, PSD e PSB, a candidatura de Lott teria sido barrada pelo governo militar. Castelo Branco, em reunião realizada com seus ministros militares, teria comentado que a candidatura do marechal poderia provocar graves descontentamentos nos quartéis, uma vez que o militar já havia se posicionado contrário à derrubada de Goulart. Logo em seguida, em um jantar, no Alvorada, do qual teria participado, além do presidente da República, Geisel, Golbery e Cordeiro de Farias, decidiu-se sobre a melhor maneira de afastar a candidatura de Lott. Pouco antes, o ex-ministro da Guerra havia pedido transferência de seu título de eleitor para Teresópolis (RJ), onde passou a morar; assim, seu nome foi enquadrado na lei que exigia domicílio eleitoral no local de disputa. O marechal tentou desistir da transferência, mas o Supremo Tribunal Eleitoral, sob orientação de Castelo Branco, decidiu que, uma vez em aberto, o processo não poderia mais ser modificado.

6 DA DITADURA MILITAR AO FIM DE UMA VIDA

Neste capítulo discutimos os momentos finais da vida pública e política de Eduardo Gomes. Constatamos a defesa do Brigadeiro ao projeto de uma modernização “pelo alto”, sob um viés autoritário, durante o Regime Militar, e examinamos como foi a administração de Eduardo Gomes no comando do ministério da Aeronáutica no governo de Castelo Branco e a política realizada pelo primeiro presidente militar. Averiguamos ainda a divisão política que existia dentro das Forças Armadas, sobretudo no setor da Aeronáutica, do qual o Brigadeiro fazia parte. Por fim, analisamos o contexto que culminou no Caso Para-Sar de 1968, bem como as ações e os motivos que levaram o Brigadeiro a agir para amenizar o clima na FAB e apoiar o capitão Sérgio, que foi contra o plano terrorista arquitetado pelo brigadeiro Burnier.

Verificamos, assim, que Eduardo Gomes manteve-se, até o final de sua vida, fiel a suas convicções católicas. Com efeito, um ano antes de falecer, encontrou-se com o Papa João Paulo II, que esteve em visita ao Brasil. Ao final, realizamos alguns apontamentos sobre as memórias que surgiram sobre o Brigadeiro após a sua morte.

6.1 MINISTRO DA AERONÁUTICA NO GOVERNO DE CASTELO BRANCO

A junta militar que governou o Brasil no início de 1964, após a derrubada de Goulart da Presidência da República, foi composta pelos seguintes ministros: o general Artur da Costa e Silva (Exército), o vice-almirante Augusto Rademaker Grünewald (Marinha) e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica). De acordo com Araujo e Joffily (2020), essa junta foi responsável por assinar o Ato Institucional número 1 (AI-1), editado em 09 de abril de 1964. O AI-1 estipulava que seriam realizadas eleições indiretas para a Presidência e a Vice-Presidência da República; além disso, o documento ampliava os poderes do presidente, e concedia ao mandatário, entre muitas coisas, a possibilidade de cassar mandatos legislativos, nas esferas federal, estadual e municipal, além de suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. O Judiciário também sofreu consequências: por seis meses foram retiradas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade de juízes e ministros.

O nome preferido do comando militar que estava provisoriamente no poder era o de Humberto de Alencar Castelo Branco. Ele tinha o apoio dos oficiais do Exército, das instâncias ligadas ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e contava com a aceitação geral dos governadores dos estados mais influentes, no sentido político. A Escola

Superior de Guerra (ESG), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) também apoiaram Castelo Branco para assumir a Presidência da República. Além disso, concordavam com o seu nome os seguintes partidos políticos: o PSD, a UDN, o PDC e o PSP. Como vice-presidente, foi escolhido o mineiro José Maria Alkmin, deputado federal pelo PSD (ARAÚJO; JOFFILY, 2020).

Em 15 de abril de 1964, Ranieri Mazzili passou o cargo a Castelo Branco, que, por meio de uma eleição indireta, assumiu a Presidência da República. Segundo Neto (2004), ao formar sua equipe política, o presidente herdou quatro ministros nomeados interinamente por Mazzili, que já os havia recebido por imposição de Costa e Silva nos primeiros dias do golpe. Um deles era o ministro do Trabalho e Previdência Social, Arnaldo Sussekind; o outro era o do Exterior, o diplomata Vasco Leitão da Cunha, que tinha experiência nas embaixadas brasileiras em Havana e Moscou. O terceiro era o ministro da Fazenda, o economista Otávio de Bulhões, um crítico da política econômica de Goulart e vinculado ao IPES. O quarto era o ministro da Guerra, Costa e Silva.

As pastas militares da Marinha e da Aeronáutica foram ocupadas pelo almirante Ernesto de Mello Baptista e pelo brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley. Para a pasta da Viação e Obras Públicas, foi nomeado Juarez Távora, e Cordeiro de Farias assumiu o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (NETO, 2004). Ambos eram revolucionários históricos que haviam participado dos movimentos tenentistas da década de 1920.

Eduardo Gomes assumiu o Ministério da Aeronáutica no início de 1965, com o intuito de apaziguar uma crise que envolvia a Aeronáutica e a Marinha há alguns anos, e que aumentou no governo de Castelo Branco. De acordo com Neto (2004), o atrito entre as duas forças era antiga e vinha desde os tempos do governo de Kubitschek, ocasião em que foi comprado pelo Brasil, da marinha britânica, um antigo porta-aviões, dos tempos da Segunda Guerra Mundial. O conflito iniciou-se porque a Marinha e a Aeronáutica passaram a disputar o direito de equipar o *Minas Gerais* — nome dado ao porta-aviões —, com aeronaves de combate. Os almirantes queriam uma força aérea própria para aparelhar o navio, mas os brigadeiros argumentavam que os aviões deveriam ficar sob seu controle.

A crise piorou no início do governo de Castelo Branco, quando o *Minas Gerais* foi requisitado para participar, no segundo semestre de 1964, da Operação Unitas — treinamento que ocorria anualmente e do qual participavam forças marítimas de diversos países do continente americano. Na ocasião, o presidente tentou contornar o conflito e recomendou que

a Marinha não usasse aeronaves próprias para a operação, mas apenas aviões concedidos pelos Estados Unidos. A proposta não logrou êxito, e o diretor-geral da Aviação Naval, José Santos de Saldanha da Gama, pediu demissão. Ao mesmo tempo, a Aeronáutica não estava disposta a ceder seus aviões à Marinha. Com o tempo, as provocações passaram a ser constantes: aeronaves da FAB sobrevoavam as cerimônias oficiais da Marinha, e os helicópteros da Aviação Naval, como resposta, passaram a invadir o espaço aéreo privativo da Aeronáutica (NETO, 2004).

No começo de dezembro de 1964, quase ocorreu uma tragédia na cidade de Tramandaí, no Rio Grande do Sul. Um helicóptero da Marinha, que voava do Rio de Janeiro em direção à Lagoa dos Patos, foi cercado, apedrejado e metralhado por oficiais da Aeronáutica. No episódio, o piloto Anísio Chaves, capitão de corveta, pousou em um campo da FAB para abastecer. Ele recebeu ordem para deixar a aeronave, mas não obedeceu ao comando. Por essa razão, o aparelho recebeu vários tiros e pedradas, os quais danificaram seu motor e hélices. Ao saber do ocorrido, Castelo Branco mandou o general Waldemar Levy Cardoso apurar o caso, o que levou ao pedido de exoneração do ministro da Aeronáutica, Lavenère-Wanderley, por não concordar com o fato de as investigações ocorrerem fora de seu ministério (NETO, 2004).

O novo ministro da Aeronáutica passou a ser o major-brigadeiro Márcio de Sousa e Melo, que ficou apenas três semanas no cargo e também pediu demissão. Diante do contexto conturbado, Castelo Branco nomeou Eduardo Gomes — Marechal do ar desde 22 de setembro de 1960 (NETO, 2004). Na ocasião, conforme Sousa (1997), o Brigadeiro estava em processo de recuperação de uma cirurgia, mas tomou posse no ministério em 11 de janeiro de 1965. A sua liderança e credibilidade contribuíram para aliviar a crise do lado da FAB. Todavia, a situação piorou na Marinha, pois o seu ministro, o almirante Ernesto de Melo Batista, ao observar que a opinião do presidente poderia ser modificada, e que não conseguiria acalmar sua oficialidade, optou por demitir-se. Em seu lugar entrou o almirante Paulo Bosísio, cuja opinião era a mesma de Castelo Branco, ou seja, a de que a Marinha e o Exército não poderiam ter aviões, mas helicópteros, por questão de economia.

Eduardo Gomes defendeu que deveria ser respeitado o acordo de 1955, segundo o qual a FAB ficaria com os aviões, e a Marinha, com helicópteros. Assim, devido à posição firme e à atitude conciliatória do Brigadeiro, aliada ao apoio de Castelo Branco, ficou decidido que a operação das aeronaves seria de responsabilidade da FAB. A Marinha ficaria com o controle dos helicópteros (SOUSA, 1997). De acordo com Neto (2004), em 27 de janeiro de 1965, o

presidente da República assinou o decreto que instituía a decisão final. No documento, argumentou que o Brasil não possuía condições de manter as duas Forças Aéreas e, disse à direção do Clube Naval que, caso insistisse em promover reuniões com discussões contrárias ao que fora estipulado, mandaria fechar a instituição.

Como ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes contribuiu para que a FAB realizasse suas primeiras grandes manobras, como: as Operações Poti, no Nordeste, e a Charrua, no Sul do Brasil, das quais os integrantes da FAB e os alunos da Escola de Comando e do Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) participaram. A Aeronáutica também adquiriu diversos aviões Lockheed C-130, Buffalo, Cessna, Beechcraft e Piper. Iniciou-se o Projeto Bandeirante, que posteriormente seria construído em grande escala pela Embraer. O Brigadeiro também criou o Grupo de Suprimento e de Manutenção do Galeão e contribuiu para que fossem elaboradas as primeiras Diretrizes Básicas de Planejamento, as orientações para os Planos Básicos de Renovação do Material Aéreo, Habitacional e de Pesquisa e Desenvolvimento (SOUSA, 1997).

Foi na gestão de Eduardo Gomes que também ocorreu a falência da Panair do Brasil — companhia aérea brasileira fundada em 1929. Na época, o Brigadeiro expôs a Castelo Branco o endividamento e a péssima situação econômico-financeira pela qual a empresa passava. Isso afetava a segurança dos voos, devido à impossibilidade de se adquirir novas peças para a realização da manutenção das aeronaves. Cinco membros do Conselho Administrativo da companhia já haviam pedido demissão, em decorrência da situação financeira da empresa, que já era crítica em 14 de dezembro de 1964. Havia várias irregularidades administrativas na instituição, como excesso de trabalhadores e empreguismo, bem como abuso na concessão de passagens gratuitas, principalmente relacionadas a favores, e abuso nos contratos dos trabalhos de rotina, o que ocasionava atrasos frequentes (INCAER, 2014).

Eduardo Gomes resolveu reunir as linhas aéreas internacionais brasileiras na Viação Aérea Rio-Grandense (Varig), vista como uma empresa aérea mais bem estruturada na época. Naquele momento, essa companhia aérea possuía mais de 50% do tráfego aéreo doméstico e das linhas da América do Norte e do Japão. Em outras palavras, o Brigadeiro optou por fechar a Panair por questões econômicas, e não políticas, em relação aos seus proprietários, Mário Simonsen e Celso da Rocha Miranda (INCAER, 2014).

As questões políticas vinculadas ao governo de Castelo Branco são importantes para entendermos a posição adotada por Eduardo Gomes durante o período em que ele fez parte

diretamente do governo militar, isto é, de 11 de janeiro de 1965 a 15 de março de 1967, data em que se encerra sua vida pública. Assim, compreendemos que havia uma divisão no interior das Forças Armadas no início da Ditadura Militar. Essa separação é descrita por grande parte da historiografia como grupo da Sorbonne (moderados ou castelistas), em oposição à chamada linha dura.

Segundo Chirio (2012), o grupo da linha dura era constituído por militares com um certo viés de extrema direita, nacionalista e reformista. Essa facção apresentava duas exigências. A primeira delas era o expurgo radical, sem levar em conta a lei. Nesse sentido, após o golpe, os oficiais da linha dura passaram a ser defensores da violência de Estado e da repressão política. A segunda exigência era a adoção de medidas econômicas nacionalistas. Até 1964 o nacionalismo econômico era um posicionamento de exclusividade das esquerdas; porém, tendo em vista o governo de Castelo Branco, os militares o utilizam em oposição a um governo que avaliam como entreguistas.

Em fevereiro de 1965, Eduardo Gomes passou a defender, junto ao ministro da Justiça, Milton Campos, e o líder do governo, Pedro Aleixo, a realização das eleições para governador. Todavia, havia uma imposição: não seria permitida a candidatura de pessoas envolvidas em crime de subversão ou corrupção (DIAS, c2009).

Ao término das eleições para governador, em 03 de outubro de 1965, candidatos que não eram bem-vistos pelo governo foram eleitos em quatro estados: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. Militares ligados à linha dura queriam o cancelamento das eleições e a intervenção federal nos estados importantes, como Guanabara e Minas Gerais, onde haviam saído vitoriosos Francisco Negrão de Lima e Israel Pinheiro, ambos do PSD. A solução do governo foi garantir a posse dos eleitos, com a condição de que o Governo Federal indicasse os secretários de Segurança nos dois estados. Castelo Branco tinha encontrado uma saída pontual para a crise após reunião com seus quatro ministros — Costa e Silva, ministro da Guerra; Paulo Bosísio, da Marinha; Eduardo Gomes, da Aeronáutica; e Milton Campos, da Justiça. No entanto, pressionado pela ala militar radical, o presidente acabou por propor uma Emenda Constitucional que limitava os poderes do Judiciário e do Legislativo, ao mesmo tempo em que aumentava os poderes dos militares com relação à segurança nacional (ARAUJO; JOFFILY, 2020).

A Emenda Constitucional também dava ao Chefe do Executivo o direito de ser eleito pelo Congresso Nacional. Castelo Branco tinha conhecimento de que não conseguiria aprovar a Emenda no Congresso, então resolveu partir para um ato mais radical, que passou a atender

os interesses da linha dura: baixou o AI-2, em 27 de outubro de 1965. A redação do ato foi realizada pelo jurista Nehemias Gueiros e pelo novo ministro da Justiça, Juracy Magalhães. O AI-2 foi um conjunto de medidas ampliadas e aprofundadas do ato anterior. Por meio desse decreto ficaram determinados o fim do pluripartidarismo, isto é, somente dois partidos políticos passaram a existir: o do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Também foi estabelecido a eleição indireta, em que o presidente e o vice-presidente seriam eleitos pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta. Entre outras medidas autoritárias impostas por esse ato, estava a cassação de mandatos políticos e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão. Apesar de o AI-2 ter representado uma vitória da linha dura, os militares rebeldes que participaram de atos de indisciplina contra Castelo Branco e que ocupavam cargos estratégicos foram afastados (ARAÚJO; JOFFILY, 2020).

Ainda com relação ao AI-2, embora Eduardo Gomes tenha sido um dos signatários do documento, autorizando sua aplicação, após analisarmos um documento presente no arquivo de Ernâni do Amaral Peixoto — político brasileiro, deputado federal e senador pelo MDB no período do Regime Militar —, verificamos, em uma entrevista sua, concedida a uma estudante de jornalismo da Universidade de Brasília (UnB), Ana Paula Araripe, em 30 de maio de 1985, que, em sua opinião, havia sido um erro a Ditadura Militar acabar com os partidos, e que o Brigadeiro não queria assinar o AI-2. Eduardo Gomes somente teria assinado o documento devido à intervenção do senador Daniel Krieger, que foi filiado à UDN e depois à Arena, para evitar, nas palavras de Peixoto (1985), uma ruptura no front revolucionário.

É claro que não queremos eximir Eduardo Gomes da responsabilidade de ter assinado um documento que aumentaria o autoritarismo do Regime Militar e prejudicaria a democracia brasileira, até porque, além de apoiar o Golpe Civil-Militar, o Brigadeiro também foi um dos assinantes do AI-3, decretado em 05 de fevereiro de 1966 por Castelo Branco. Esse terceiro ato institucional deliberou sobre as datas para as eleições daquele ano e dispôs sobre as eleições indiretas de caráter nacional, estadual e municipal, entre outras questões relativas à vida política do país. No entanto, sua atitude — de discordar do AI-2, mas ter sido um dos signatários do documento devido ao pedido de Krieger — revela dois fatos: primeiro, o Brigadeiro ter-se-ia apoiado em suas convicções, compatíveis com as do grupo da Sorbonne, que não queria se envolver em medidas favoráveis a um autoritarismo excessivo, visando apenas apoiar o movimento e, o mais brevemente possível, passar o governo a um civil, em

oposição aos militares da linha dura. Segundo, novamente Eduardo Gomes teria sido atraído pelas ideias dos membros da UDN, como Krieger, o que justifica a sua assinatura em favor do AI-2.

O que indica ainda mais a existência da divisão dos militares em castelistas, moderados ou grupo da Sorbonne e oficiais da linha dura, bem como o fato de Eduardo Gomes compactuar com as ideias do primeiro grupo, é um depoimento dado por Luiz Helvécio da Silveira Leite, falecido em 1995. O depoente era coronel reformado e ex-chefe de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE). Para Leite, o Brigadeiro fazia parte do grupo da Sorbonne, que, em sua opinião, era:

[...] um pessoal que não queria mais se meter, mas não deixaria de apoiar o movimento. Não desejavam mais se arriscar. Aliás, eu disse ao brigadeiro, em 1955: “Eu acho que o senhor deixou toda a sua coragem nas areias de Copacabana.” Havia, realmente, um extremo cuidado... (ARGOLO; FORTUNATO, 2004, p. 139).

Nas eleições para a prefeitura de São Paulo, realizadas em março de 1965, Eduardo Gomes apoiou o brigadeiro José Vicente Faria Lima, que concorreu pela legenda da UDN. O ex-presidente da República Jânio Quadros também apoiou Lima, que se consagrou vitorioso e assumiu seu mandato em abril de 1966 (DIAS, c2009). Verificamos que o Brigadeiro, ao sustentar posição favorável à candidatura de Lima pela UDN, continuava fiel aos valores de seu partido, ao qual se filiou em 1945, para disputar a Presidência da República.

No dia 03 de outubro de 1966, o marechal Costa e Silva, que havia sido candidato único na disputa presidencial, concorreu pelo partido governista, a Arena, e elegeu-se presidente da República pelo Congresso Nacional. Ele tomaria posse em 15 de março de 1967. Segundo Branco (2007), no mesmo mês, Eduardo Gomes liderou uma parte das Forças Armadas a fim de mostrar oposição ao recrudescimento das punições militares no Congresso. Enquanto isso, o setor coordenado pela linha dura insistiu para que Castelo Branco levasse adiante a “limpeza do terreno” com maior disposição, com o objetivo de mostrar a autoridade do governo. O Brigadeiro tinha sido, no Conselho de Segurança Nacional, a voz cuja finalidade era tomar posição contra o fechamento do Congresso Nacional, e reduzir atos repressivos que seriam tomados em virtude de tal posição. Eduardo Gomes era contra a cassação de mandatos.

No dia 12 de outubro de 1966, Castelo Branco optou por decretar a cassação dos mandatos de seis deputados federais, criando uma crise entre o governo e o presidente da Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso. Em 20 de outubro, baseado no AI-2, o

presidente da República expediu o Ato Complementar número 23, o qual determinou o recesso do Congresso, providência à qual Eduardo Gomes tinha sido contrário na reunião do Conselho de Segurança Nacional. O Brigadeiro opunha-se ao surgimento de novas crises; porém, apenas uma parcela dos militares que apoiavam a candidatura de Costa e Silva tinha se colocado ao seu lado (DIAS, c2009).

Em 15 de março de 1967, no final do governo de Castelo Branco, Eduardo Gomes deixou o Ministério da Aeronáutica, encerrando sua participação política na vida pública. À mesma época, tomou posse o novo presidente da República, o general Costa e Silva, que passou a afastar o castelismo das principais posições de poder. “Numa representação dicotômica do espaço político intramilitar, a partir dessa data não restaria então em cena senão uma ‘linha dura’ indiferenciada e partidária de uma adoção cada vez mais radical de instrumentos de exceção” (CHIRIO, 2012, p. 93).

É fundamental analisarmos também a política realizada no governo de Castelo Branco, sobretudo na área econômica, para verificarmos de que maneira Eduardo Gomes esteve envolvido nesse contexto histórico. Afinal, como ministro da Aeronáutica, participou diretamente da gestão de Castelo Branco e, no mínimo, a apoiava. Assim, examinaremos se os princípios do liberalismo-conservador, principalmente o econômico, defendidos ao longo do tempo pelo Brigadeiro, esteve presente no plano de governo de Castelo Branco.

Com relação à política externa, durante toda a Ditadura Militar o governo Castelo Branco foi o mais voltado aos interesses norte-americanos. Os ministros Roberto Campos (Planejamento) e Otávio Bulhões (Fazenda), que estiveram no cargo durante a gestão de Castelo, eram favoráveis a medidas políticas ligadas ao liberalismo econômico e à abertura da economia nacional ao capital internacional (NAPOLITANO, 2021).

No entender de Napolitano (2021), quanto à política interna, o primeiro governo militar tinha a intenção de modernizar o Estado e a economia, conforme os princípios do sistema capitalista, com a finalidade de contribuir com os investidores e as grandes instituições nacionais e multinacionais. A política de ajustes salariais baseou-se num cálculo que mesclava a média da inflação passada e a previsão da inflação futura. Os resultados foram desfavoráveis para os trabalhadores.

O governo Castelo Branco também realizou várias reformas sociais, como o Estatuto da Terra, sob a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Essa lei não surtiu efeitos consideráveis, mas foi importante por abordar um tema visto como restrito — a reforma agrária, que mobilizou os trabalhadores rurais. Em 1966, foi criado o Instituto Nacional de

Previdência Social (INPS), que unificou o tratamento a ser dado aos direitos do seguro social a todos os trabalhadores da iniciativa privada. Em 1990, essa política passou a denominar-se Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Outra ação implementada pelo governo Castelo Branco foi a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (ARAÚJO; JOFFILY, 2020).

Ainda em relação a políticas sociais, foi criado, em 1964, na administração de Castelo Branco, o Banco Nacional da Habitação. Na prática, essa lei contribuiu para o financiamento de imóveis para a classe média, principalmente funcionários públicos. Além disso, entre outros projetos, a gestão de Castelo Branco tomou medidas direcionadas à área da segurança, ao criar, em 1964, a Polícia Federal (PF), com sede em Brasília. Também foi instituído, em 1966, o Centro de Informações do Exterior (Ciex), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. No setor administrativo, foi decretada, em fevereiro de 1967, a permissão para os próximos governos de descentralizar a administração no Estado brasileiro. Isso agilizou os governantes no preenchimento dos cargos públicos e a realização do que viria a ser denominado de tecnocracia (ARAÚJO; JOFFILY, 2020).

Apesar de realizar uma política liberal, com medidas sociais de grande importância, o primeiro governo do Regime Militar promoveu vários atos autoritários. Segundo Napolitano (2021, p. 73), “na dinâmica das sanções legais aos adversários do regime com base nos Atos Institucionais, o governo Castelo Branco se destaca: dos 5.517 punidos por este tipo de ato do regime, 65% (ou 3.644) o foram durante o governo Castelo”. Ainda segundo o pesquisador, apesar de passar para a História como um presidente liberal, foi o mandatário, dentre todos os governantes militares do período, que mais cassou os direitos políticos e os mandatos parlamentares, iniciando as bases jurídicas do autoritarismo que se prolongaram durante a Ditadura Militar. Todavia, Castelo Branco procurou manter algumas liberdades jurídicas e civis, como o direito de expressão e de opinião, para evitar o rompimento total com os princípios liberais, que foram importantes para justificar e legitimar o golpe.

É importante ressaltar, de acordo com Araujo e Joffily (2020), que houve um movimento de oposição à política liberal, no sentido econômico, e autoritária, no sentido político, de Castelo Branco. Essa ação ficou conhecida como Frente Ampla e foi lançada em 28 de outubro de 1966, a partir de um manifesto publicado no jornal carioca *Tribuna de Imprensa*. Seu principal líder foi Carlos Lacerda, que de apoiador do golpe virou crítico do governo castelista, devido ao fato de não ter conseguido se candidatar à Presidência da República. Também fizeram parte desse movimento os ex-presidentes Kubitschek, que estava

exilado em Lisboa, e Goulart, exilado em Montevideu. A frente voltou-se para os seguintes temas: retorno “[...] à democracia, eleições diretas, reforma partidária e institucional, desenvolvimento econômico e soberania nacional” (ARAÚJO; JOFFILY, 2020, p. 30).

Após examinarmos o primeiro governo do Regime Militar, do qual Eduardo Gomes tomou parte como ministro da Aeronáutica, percebemos que a política adotada por Castelo Branco, sobretudo na esfera econômica, esteve alinhada à proposta do liberalismo econômico que o Brigadeiro defendeu durante grande parte de sua vida, principalmente quando se envolveu com o partido da UDN. Ao apoiar o movimento militar que desencadeou no golpe de 1964, Eduardo Gomes manteve uma postura que teve princípio quando participou dos movimentos tenentistas da década de 1920, isto é, aderir a ações autoritárias com o intuito de realizar reformas no país, de acordo com o que pensava ser melhor para o Brasil e levando em consideração o contexto histórico de cada época. Nesse sentido, até o período final de sua vida pública, encerrada no início de 1967, o Brigadeiro permaneceu fiel a seus valores políticos. Não à toa, integrou um grupo de civis e militares, como o partido da UDN e o Exército — vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas com as quais se identificava e que o moldaram ao longo do tempo.

Baseado nesses elementos, Eduardo Gomes manteve um pensamento voltado para o liberalismo-conservador, ou seja, ao objetivo de preservar a estrutura social, opondo-se à participação direta da classe trabalhadora nas questões políticas. Manteve-se também leal ao viés do liberalismo econômico, em defesa de uma maior relação com o capital estrangeiro, especificamente norte-americano, contrapondo-se a uma política de intervenção do Estado na economia, sobretudo medidas que favorecessem, em grande parte, os trabalhadores. Seu intento era realizar uma modernização “pelo alto”, com os militares tomando conta da situação política do país e apoiados por alguns civis, dentro de um sistema autoritário, embora sob uma ordem liberal. Isso só foi concretizado definitivamente mediante o Golpe Civil-Militar de 1964. Essa atitude já era condizente com suas ações antidemocráticas, especialmente durante a maior parte da década de 1950, pondo em perigo, junto com seu grupo político, o desenvolvimento da democracia representativa.

Por outro lado, não podemos esquecer que Eduardo Gomes foi um crítico dos excessos do autoritarismo militar do governo de Castelo Branco. Ele fez parte do setor militar mais moderado ou da Sorbonne, em oposição aos oficiais da linha dura. Verificamos isso em seus atos durante a gestão do mencionado presidente, os quais dão a entender, muitas vezes, que ele tentou pacificar o ambiente militar de que fez parte, muito mais que o mandatário, que

acabou se entregando ao grupo da linha dura. Pode-se dizer, assim, que o Brigadeiro era autoritário, mas não em sua forma extrema, e que as Forças Armadas estavam divididas no momento em questão.

6.2 O CASO PARA-SAR

O Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS), mais conhecido como Para-Sar — “Para”, de paraquedistas, e “Sar”, de *search and rescue* (busca e salvamento) —, é um destacamento especializado em missões de resgate de acidentados, formado por oficiais, sargentos e cabos da FAB. Em reportagem realizada pela jornalista Isabel Cristina Mauad, da revista *Veja*, em 26 de junho de 1985, informa-se que, entre 04 de abril e 14 de junho de 1968, o governo de Costa e Silva realizou uma grande perseguição aos inimigos dos militares (os comunistas), por meio do Para-Sar. Na mesma matéria, em entrevista concedida a Mauad, Herly Pinto Cabral, apelidado de “Cabralzinho” (cabo do Para-Sar), conta que, no dia 04 de abril de 1968, o esquadrão do qual participava havia recebido uma missão que seria a primeira ação repressiva do grupo. O objetivo era se infiltrarem, vestidos à paisana, na multidão de estudantes que promoviam protestos. Em meio à aglomeração, deveriam auxiliar na prisão de manifestantes, vigiar o alto dos edifícios e atirar contra quem lançasse objetos nos policiais. Esses militares deveriam portar identidades falsas, armas com os números das identificações raspados, granadas e punhais. Apesar de o Para-Sar ter agido durante a manifestação de estudantes daquele ano, não houve mortes, mas o caráter do grupo não seria mais o mesmo (MAUAD, 1985).

Em reportagem feita sobre o Caso Para-Sar e o capitão Sérgio, publicada na revista *Brasileiros* em 2014, Luiza Villaméa comenta que Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, mais conhecido pelo apelido de “Sérgio Macaco”, era um dos oficiais mais qualificados do esquadrão. Contava com seis mil horas de voo e quase 900 saltos em missão. Os índios da Amazônia o chamavam de “Nambigua Caraíba” (“homem branco amigo”).

De acordo com Mauad (1985), na ocasião da missão realizada em 04 de abril, o capitão Sérgio estava de férias em Manaus (AM). Dias mais tarde, ao voltar da licença, percebeu que o ambiente no Para-Sar estava estranho. Em seu armário, encontrou, colado num uniforme, um bilhete escrito pelo major Gil Lessa de Carvalho, comandante do esquadrão. No papel, o major dizia que os homens tinham ficado loucos, pois queriam transformar o grupo em assassinos. Afirmava ainda que iria entrar de férias e, depois, pedir passagem para a reserva, pois já não via mais sentido em seu trabalho.

Sérgio era amigo do brigadeiro do ar João Paulo Moreira Burnier e do ministro da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo. O primeiro era chefe interino do gabinete de Melo. Contudo, ao longo do mês de junho de 1968, Sérgio se afastaria de Burnier, devido a três encontros que o capitão definiu como “sessões de doutrinação” (MAUAD, 1985).

No primeiro encontro, Burnier teria dito sobre a importância de salvar o Brasil dos comunistas. O brigadeiro do ar elogiou as habilidades dos oficiais do Para-Sar no uso de explosivos e com isso sugeriu a realização de atos terroristas, que seriam atribuídos aos extremistas de esquerda. Um desses atos resultaria na explosão do Gasômetro e da hidrelétrica de Ribeirão das Lages. A cidade ficaria sem luz e sem água e teria milhares de mortos e feridos. Segundo Burnier, o município passaria a exigir a caça dos comunistas, que seriam eliminados em no máximo seis meses. No entanto, Sérgio foi contrário ao plano do brigadeiro do ar, e este sugeriu que voltassem a conversar alguns dias depois (MAUAD, 1985).

No segundo encontro, Burnier detalhou mais o plano que havia discutido na primeira reunião. Também comentou uma estratégia para acabar com quarenta líderes políticos ou militares. O chefe interino do gabinete do Ministério da Aeronáutica revelou que a lista seria anunciada aos encarregados do crime, em lotes de cinco nomes. Os primeiros a serem assassinados seriam os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, o ex-governador Carlos Lacerda, o arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, e o general Olímpio Mourão Filho. O capitão Sérgio decidiu contar o que estava ocorrendo a outros militares, embora Burnier tivesse dito que o chamaria de mentiroso e louco, caso delatasse a alguém o que haviam conversado (MAUAD, 1985).

Após cada reunião, Sérgio procurava informar vários oficiais sobre os acontecimentos. Avisou o brigadeiro Mário Paglioli de Lucena, pedindo-lhe que repassasse seu relato ao brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral da Diretoria de Rotas Aéreas, ao qual o Para-Sar era subordinado. Durante o terceiro encontro, Sérgio afirmou que uma involuntária testemunha teria participado do episódio, ao entrar na sala por acaso: o brigadeiro Roberto Hipólito da Costa. Segundo o capitão, Burnier falava de um método de lotar um avião com comunistas e jogá-los no mar. Ao final da reunião, o brigadeiro do ar percebeu que não havia conseguido o apoio de Sérgio e indagou-lhe se falava por ele ou pelo grupo. O capitão respondeu que se tratava apenas de sua opinião pessoal. Burnier teria ficado irritado e comunicou que queria todo o Para-Sar reunido em sua sala nos próximos dois dias. O capitão não queria que a reunião acontecesse, por isso conversou com o brigadeiro Lucena; o apelo, porém, não foi atendido (MAUAD, 1985).

Posteriormente, o capitão Sérgio veio a saber que o brigadeiro Lucena não havia passado as informações da conversa sobre os planos de Burnier a Itamar Rocha, que, além de comandar o órgão ao qual o Para-Sar estava subordinado, tinha três estrelas, enquanto Burnier tinha duas. No dia 14 de junho, na parte da tarde, um ônibus da Aeronáutica estacionou no Campo dos Afonsos, com a intenção de escolher cerca de quarenta homens do Para-Sar para conduzi-los ao prédio do ministério, localizado no centro do Rio de Janeiro. Os militares convocados não sabiam o que iria acontecer, quando de repente, Burnier apareceu e começou a discursar, após dar voltas pela sala e socos na mão. Ele havia perguntado aos oficiais se alguém já havia matado pessoas. Diante do silêncio, o chefe interino do gabinete do Ministério da Aeronáutica teria feito vários questionamentos (MAUAD, 1985):

Ninguém, não é? E quem garante que será capaz de matar alguém? Ninguém, não é? É claro que, para matar em tempo de guerra, é preciso ter treinamento para matar em tempo de paz. A pessoa precisa ter certeza de que a mão não vai tremer na hora da verdade... Há a necessidade de sentir na boca o gosto de sangue. (BURNIER, 1968 apud MAUAD, 1985, p. 6).

Burnier afirmou que a equipe do Para-Sar executaria seus opositores e que ele próprio daria as ordens e exigiria que fossem aplicadas. Admitiu que inicialmente haveria constrangimentos; mas, uma vez executada a primeira missão, as demais seriam tranquilas. Nessa reunião, o brigadeiro do ar não comentou o plano de explodir o Gasômetro e a hidrelétrica. Finalizada a reunião, Burnier quis saber a opinião de cada um, e alguns disseram que estavam de acordo. Ao indagar o capitão Sérgio, este teria ido contra a ideia, a qual afirmou ser algo imoral e indigno de um militar de carreira. O líder do encontro pediu para o capitão se calar, e Sérgio respondeu que não se calaria e que enquanto fosse vivo o plano não seria colocado em prática, e o ministro ficaria sabendo do ocorrido. Por fim, Burnier teria ameaçado o capitão e afirmado que, dali em diante, ele sentiria todo o peso de duas estrelas (MAUAD, 1985).

Sem saber se Burnier teria deixado a reunião ou ido em busca de reforço, o capitão Sérgio tentou contar o acontecimento imediatamente ao ministro da Aeronáutica, mas não obteve sucesso.⁶⁷ Resolveu, então, pedir ajuda ao brigadeiro Délio Jardim de Mattos, um dos líderes da Aeronáutica que viria a ser ministro no governo de João Figueiredo (VILLAMÉA, 2014).

⁶⁷ Segundo Mauad (1985), o ministro Sousa e Melo estava em Portugal e o brigadeiro Itamar Rocha tinha viajado para Tóquio; além disso, outros oficiais que poderiam auxiliar Sérgio também se encontravam fora do Rio de Janeiro.

Após ouvir o relato do capitão Sérgio, Mattos havia dito que somente Eduardo Gomes seria capaz de lidar com tal situação delicada. Por esse motivo, foram procurá-lo para informar-lhe o ocorrido. Preocupado com o que havia escutado, Eduardo Gomes pediu-lhes que voltassem na manhã seguinte, com o brigadeiro Itamar Rocha. No dia posterior, ao conversarem, o Brigadeiro sugeriu que Rocha promovesse uma sindicância rigorosa. Itamar, então, endereçou consultas individuais a quarenta membros do Para-Sar. Durante o processo, apenas quatro oficiais que haviam concordado com a ação terrorista de Burnier negaram a versão do capitão Sérgio; todos os outros a confirmaram. Rocha enviou um detalhado relatório ao ministro, descrevendo o episódio. No entanto, o documento não provocou reação positiva; em 11 de setembro de 1968, o ministro da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo, respondeu a Itamar por meio de um documento que elogiava Burnier e atacava seus críticos. Após esse fato, as retaliações aumentaram, ocorreram transferências e prisões arbitrárias, e oficiais fiéis a Burnier pressionaram sargentos para modificarem os depoimentos que haviam dado a Rocha (MAUAD, 1985).

Sérgio foi transferido para Recife, e os outros integrantes do Para-Sar que tinham a mesma opinião do capitão, contrária à atitude de Burnier, foram mandados para outras regiões do Brasil, além de sofrerem penas de prisão. O brigadeiro Rocha foi afastado da Diretoria de Rotas Aéreas e ficou quatro dias preso em domicílio. Mesmo após a saída do ministro Melo e de Burnier, e com a subida ao poder de outros governantes militares, o capitão Sérgio não obteve paz. Tentou alguns empregos, mas não teve sucesso. Chegou a ser convidado a assumir a presidência de honra de um aeroclube de Recife, porém verificou que não poderia ser instrutor de salto e nem saltar, pois, segundo a portaria reservada ao Ministério da Aeronáutica, militares cassados ⁶⁸ não podiam manter adestramento aeroterrestre. Posteriormente, conseguiu um emprego na revista *Manchete*, mas Burnier acabou sabendo e o capitão foi demitido. Também escreveu roteiros para programa de televisão. Em 1971, a sorte finalmente lhe sorriu: fez 13 pontos na Loteria Esportiva e, com o dinheiro ganho, fundou uma empresa de propaganda, a Podium. No entanto, dois anos depois a empresa faliu, e Sérgio começou a trabalhar como vendedor. Passou a vender desde livros a brinquedos (MAUAD, 1985).

Em 1968, após a primeira tentativa de mediação em favor do capitão Sérgio, Eduardo Gomes sofreu um acidente de automóvel, que foi considerado um atentado, embora isso nunca houvesse sido provado (DIAS, c2009). No dia 05 de outubro desse ano, de acordo com

⁶⁸ Sérgio havia sido cassado pelo AI-5 (MAUAD, 1985).

o *Correio da Manhã*, o Brigadeiro, que ainda estava internado no Hospital Central da Aeronáutica devido ao acidente de carro que o vitimou, pediu ao senador Daniel Krieger, que havia ido visitá-lo, que transmitisse ao presidente Costa e Silva as suas preocupações com a crise que se havia deflagrado na Aeronáutica, com relação aos atos terroristas denunciados pelo capitão Sérgio. Na visão de Eduardo Gomes, se a crise não fosse sufocada, o governo poderia sofrer consequências muito mais sérias (EDUARDO..., 1968).

O Brigadeiro também frustrou que fosse dado andamento a um manifesto assinado por mais de trezentos oficiais da FAB contra a política discriminatória colocada em prática na Aeronáutica, pelo brigadeiro Sousa e Melo. Os signatários do documento somente concordaram com a posição de Eduardo Gomes, depois que ele assumiu o compromisso de levar ao presidente da República as advertências, que seriam encaminhadas pelo mensageiro, o senador Krieger. O Brigadeiro ainda pediu que o marechal Costa e Silva agisse o mais rápido possível para evitar o pior (EDUARDO..., 1968). Segundo o *Correio da Manhã*:

Os oficiais signatários do manifesto incriminam o terrorismo montado pelo brigadeiro Paulo Burnier e por seu colega da II Zona Aérea, brigadeiro José Vaz, e pedem ao Governo que ponha cõbro ao clima de tumulto que se implantou na FAB e que se destinava a alcançar todo o território nacional através de um esquema macabro de vinganças.

Para que a disciplina volte a se instalar na FAB, os signatários aconselham a demissão do brigadeiro Márcio de Souza e Melo, com o que o Governo desmantelaria o esquema terrorista. (EDUARDO..., 1968, p. 3).

O jornal também informava que a FAB havia revelado que o brigadeiro Vaz, na época comandante da II Zona Aérea, tinha sido identificado pelas investigações feitas pelos serviços de segurança do governo paulista como o principal responsável pelas explosões de bombas na capital paulista (EDUARDO..., 1968).

Com relação ao capitão Sérgio, Ventura (2018) relata que ele foi perseguido e discriminado, passando a viver, durante muitos anos, à custa do amparo dos amigos. Em 1970, Sérgio precisou fazer um tratamento da coluna e foi aconselhado a não se internar no hospital militar. Um médico da Aeronáutica teria avisado Eduardo Gomes de que a vida do capitão não valeria dez centavos, caso entrasse em um hospital militar de qualquer das três armas. Graças ao apoio do jornalista Darwin Brandão e ao auxílio do médico Sérgio Carneiro, o militar acabou por se tratar, embora de forma clandestina, no Hospital Miguel Couto. Outro amigo, ex-capitão da Marinha e empresário, Cao Braga, ajudou-o com 3 mil dólares.

Em dezembro de 1971, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, Burnier foi afastado pelo novo ministro da Aeronáutica e colocado, de forma compulsória, na reserva,

devido às repercussões relacionadas à morte do estudante Stuart Angel Jones, filho da estilista Zuzu Angel, que morreu em área sob a jurisdição do militar. Na ocasião, Burnier era comandante da III Zona Aérea. O ministro Melo havia pedido demissão no final de novembro daquele ano (VILLAMÉA, 2014).

Burnier morreu em junho de 2000, aos 81 anos de idade. Sempre negou que tivesse planejado explodir o gasômetro do Rio de Janeiro e uma hidrelétrica de Ribeirão das Lages, bem como atirar ao mar 40 líderes políticos. Segundo ele, tudo era invenção do capitão Sérgio (VILLAMÉA, 2014).

Em carta datada de 20 de maio de 1974 e enviada ao presidente Geisel, Eduardo Gomes, então com 77 anos, fez uma intensa defesa do capitão Sérgio. Em seu ponto de vista, foi esse oficial quem impediu que o Para-Sar fosse desviado de sua destinação legal e utilizado para atos terroristas cujo pretexto era proteger o Brasil do perigo comunista. Nas palavras do Brigadeiro:

O prezado amigo, certamente, não desconhece que, em momento difícil da vida nacional, foi o Cap. Sergio, por sua liderança natural, maturidade, desambição, coragem e firmeza de caráter, quem evitou que o PARA-SAR, gloriosa Unidade Especial da Aeronáutica — de quem foi um dos fundadores e onde serviu durante dez anos — fosse desviado de sua destinação legal e empregado, de forma indigna e criminosa, como instrumento de ação desvairada de um insano mental, inspirado por instintos perversos e sanguinários, sob o pretexto de proteger o Brasil do perigo comunista. [...]. (GOMES, 1974 apud VILLAMÉA, 2014, p. 98).

Podemos perceber também que o Brigadeiro acreditava nos ideais iniciais do acontecimento histórico que identificava como “Revolução” de 1964. Eduardo Gomes era contra os excessos do autoritarismo do regime militar, como as práticas terroristas, por exemplo. Para ele, se o capitão Sérgio não agisse contra o plano de Burnier, os princípios que pautaram a “Revolução” não teriam se mantido: “Se o Cap. Sérgio não tivesse procedido como, então, procedeu, a Revolução ter-se-ia perdido, irremissivelmente desmoralizada, chafurdada em ignomínia, afogada num turbilhão de sangue de pessoas inocentes. [...]” (GOMES, 1974 apud VILLAMÉA, 2014, p. 98).

Na carta enviada ao presidente Geisel, Eduardo Gomes ainda afirma que graças ao capitão Sérgio o Para-Sar não foi

[...] convertido, por um paranóico, em Esquadrão da Morte, execrando instrumento de política assassina, inimiga da Democracia, da Fraternidade Cristã e da Dignidade Humana. É estranho e lamentável, que fosse aquele infeliz doente mental secundado, em suas ações delirantes e perversas, por alguns companheiros de farda

descontrolados, prestigiados e apoiados por um Ministro do Estado! (GOMES, 1974 apud VILLAMÉA, 2014, p. 98).

Em dezembro de 1977, Eduardo Gomes escreveu outra carta sobre o mesmo assunto, mas não chegou a enviá-la ao presidente. Por meio da análise de uma matéria publicada pela revista *Veja*, de 26 de junho de 1985, é possível ter acesso a um pequeno trecho da carta: “Permita-me trazer-lhe mais esta súplica — a última que o peso dos anos me consente, salda assim do íntimo de minha fé cristã — em favor do capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho” (GOMES, 1977 apud MAUAD, 1985, p. 57).

Em 1979, o capitão Sérgio foi vítima de leishmaniose visceral, doença que contraiu devido a suas missões na selva e que permaneceu por dez anos em seu organismo, afetando sua circulação linfática. O oficial ficou 130 dias internado no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro. Com 1,76m de altura, chegou a pesar 49 quilos, mas conseguiu se salvar. Eduardo Gomes o visitou, o que foi registrado por fotógrafos.

Figura 5 — Visita de Eduardo Gomes ao capitão Sérgio no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, em 1977.



Fonte: Mauad (1985, p. 57).

Eduardo Gomes, pouco antes de falecer, em 1981, teria repetido a amigos que levaria ao túmulo o desgosto de não ter ajudado o capitão Sérgio a conseguir a reparação da injustiça sofrida (MAUAD, 1985).

Conforme Villaméa (2014) — que conheceu Sérgio em fevereiro de 1992, durante uma viagem a Cuba —, naquele momento o capitão havia se envolvido com a política. Na década de 1980, tinha assumido como suplente mandatos de deputado federal pelo PDT do

Rio de Janeiro. Brigava na justiça para ser anulado o seu afastamento da FAB. Em setembro de 1993, ao final de um processo que pedia a anulação da cassação do paraquedista, o STF determinou que o então ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Lélío Lobo, promovesse o capitão Sérgio a brigadeiro. No entanto, mesmo após oito anos do término da Ditadura Militar, a ordem do STF não havia sido cumprida. Pouco tempo depois, em fevereiro de 1994, o homem que havia lutado contra o ato terrorista de Burnier morreu aos 63 anos, de câncer no estômago. A promoção pleiteada foi assinada pelo presidente Itamar Franco somente após seis dias da morte do capitão.

O envolvimento de Eduardo Gomes no Caso Para-Sar, em favor do capitão Sérgio, revela alguns fatos importantes. Primeiro, o de que o Brigadeiro continuava opondo-se ao grupo da linha dura que predominava na FAB, sob a liderança de Burnier e outros militares, contra o recrudescimento do Regime Militar. Eduardo Gomes contrapunha-se aos atos terroristas praticados pelos militares do setor mais rígido da ditadura. Ao interferir no início de outubro de 1968 — quando ainda se encontrava internado —, para que não fosse dado andamento a um manifesto assinado por mais de trezentos oficiais da FAB contra a ferrenha política que estava sendo aplicada na Aeronáutica, sob o comando do brigadeiro Sousa e Melo, passa a colocar-se à frente da difícil situação que prevalecia. Essa atitude de Eduardo Gomes — de tentar acalmar os ânimos da FAB, ao pedir que o senador Daniel Krieger transmitisse a Costa e Silva o que estava ocorrendo, com a intenção de o presidente tomar uma medida a fim de evitar sérias consequências ao governo e não causar mais conflitos — mostra que o Brigadeiro não queria manchar a imagem da Aeronáutica, instituição pela qual sempre zelou e da qual era visto como um líder pela maioria dos oficiais. Acreditava, portanto, que resolver os problemas por meio do diálogo era a melhor saída para evitar o desgaste da imagem do Regime Militar.

Quanto ao segundo aspecto do envolvimento do Brigadeiro no caso Para-Sar, posicionando-se ao lado de Sérgio, é possível afirmar que as cartas enviadas por Eduardo Gomes ao presidente Geisel, para que o mandatário reparasse o erro cometido pelos militares contra o capitão Sérgio, mostram que o Brigadeiro lutou em favor do oficial até o final de sua vida, da maneira que pôde, pois já estava idoso. À medida que o Regime enfraquecia, no processo de abertura política, Eduardo Gomes foi posicionando-se mais à frente do capitão. Verificamos esse fato por meio das cartas de 1974 e 1977 escritas ao presidente da época. Também podemos destacar que os valores cristãos do Brigadeiro foram fundamentais para que garantisse seu apoio ao homem que havia evitado um ato terrorista cruel em 1968.

6.3 O ENCONTRO COM O PAPA E A MORTE DO BRIGADEIRO

Em 28 de junho de 1972, o Congresso Nacional homenageou Eduardo Gomes na comemoração dos cinquenta anos do movimento tenentista ocorrido em 05 de julho de 1922. No plenário, além de deputados e senadores, estavam todos os brigadeiros do serviço ativo e dois amigos de longa jornada do Brigadeiro, os marechais Cordeiro de Farias e Juarez Távora (A LIÇÃO..., 1972).

Em discurso, Eduardo Gomes enalteceu os “[...] militares idealistas e inconformados que sacrificaram a vida para exemplo de repúdio e reação dos erros acumulados na decadência da 1ª República [...]” (BRASIL, 1972, p. 0900).

Por fim, o Brigadeiro pronunciou as seguintes palavras:

Só vos direi, ao peso dos anos, que espero concluí-los com a mesma devoção aos princípios que me nortearam desde o começo. Persisto em crer que só a liberdade cria valores estáveis no mundo moral e nas realizações materiais de que dependem o bem-estar e o desenvolvimento de um povo. Cada vez mais me capacito de que só a educação redime, orienta e comanda, e confio que, ao influxo dela, as novas gerações, leais a pátria e ao seu destino, velarão tanto mais pela paz interna e pela segurança do país quanto mais o amor dele e de suas tradições as prepara contra as surpresas e as insídias de ideologias incompatíveis com o caráter e o sentimento dos brasileiros.
[...]. (BRASIL, 1972, p. 0900).

Percebe-se que, no início da década de 1970, Eduardo Gomes já falava em defesa da liberdade, bem como da importância da educação para orientar os brasileiros na consolidação de um país melhor. Cabe destacar que, como indicamos em nosso trabalho, a educação sempre foi um tema valorizado pelo Brigadeiro ao longo de sua vida. Ao falar de ideologias incompatíveis com os brasileiros, o militar muito provavelmente critica o comunismo, ideal político contra o qual sempre lutou.

De acordo com Siqueira (1984), no decorrer de 1974, Eduardo Gomes começou a apresentar problemas de saúde. Nas visitas do autor ao Brigadeiro, este teria demonstrado cada vez mais interesse na volta do país à legalidade democrática e conversava com amigos para que dialogassem com as autoridades sobre o assunto.

Em 20 de janeiro de 1977, com 78 anos de idade, Eliane Maria representava Eduardo Gomes na cerimônia de inauguração de um terminal de passageiros no Aeroporto do Galeão, presidida por Délio Jardim de Mattos. Durante esse episódio, infelizmente, Eliane sofreu um ataque cardíaco. Foi socorrida, mas morreu no Hospital da Força Aérea do Galeão (HFAG),

onde também se encontrava Eduardo Gomes, internado por complicações respiratórias (DRUMOND, 2011).

Stanley Gomes, irmão de Eduardo Gomes, decidiu levar o Brigadeiro de volta ao Flamengo, pois já não aguentava mais andar de táxi do Flamengo até a Ilha do Governador. Os médicos concordaram, e Stanley transformou os aposentos do irmão em um ambiente hospitalar. Também contratou uma enfermeira para proporcionar-lhe os cuidados prescritos. Duas vezes por semana, geriatras, clínicos e cardiologistas da Aeronáutica visitavam Eduardo Gomes para verificar sua saúde e fazer os exames necessários. Isso durou apenas dois meses. Com a saúde cada vez mais debilitada, os médicos passaram a visitá-lo diariamente. Recomendaram a volta de Eduardo Gomes ao hospital, mas, junto com seu irmão, acabaram desistindo da ideia. Depois mudaram de opinião, após a insistência do ministro Délio Jardim de Mattos, que, numa de suas idas ao Flamengo, convenceu-os da necessidade de o Brigadeiro morar o mais perto possível da assistência médica (DRUMOND, 2011).

Próximo do antigo Hospital da Aeronáutica do Galeão ficava a residência oficial do comandante da Base Aérea local. O imóvel estava vazio, pois a esposa do comandante achava-o muito espaçoso e o casal preferia ocupar uma moradia menor, na vila dos oficiais, na praia de São Bento. Por sugestão do ministro Délio, Eduardo Gomes passou a morar ali, onde poderia receber mais acolhedoramente os amigos que sempre o visitavam. Seu irmão Stanley, e dois enfermeiros da Aeronáutica cuidariam dele nessa casa. Os médicos estariam próximos, e um enfermeiro chamado José passou a morar na residência (DRUMOND, 2011).

Meses depois, Stanley Gomes acabou falecendo; ele havia dormido no apartamento do Flamengo, onde seu coração parou de bater. A Força Aérea compareceu ao funeral. Stanley foi sepultado ao lado do túmulo de seus pais e de sua irmã. Eduardo Gomes tornou-se, então, o único membro vivo da família. Apenas no dia seguinte, o ministro Délio, acompanhado dos médicos, foram à residência do Brigadeiro no Galeão e informaram-no da morte do irmão (DRUMOND, 2011).

Em missa de comemoração dos 82 anos de aniversário de Eduardo Gomes, no dia 21 de setembro de 1978, o Brigadeiro teria renovado seu apoio à candidatura à Presidência da República do senador José de Magalhães Pinto, que na época era uma alternativa ao candidato oficial, o general João Batista Figueiredo (DIAS, c2009). Apesar de Magalhães Pinto ter apoiado o Golpe Civil-Militar, o apoio de Eduardo Gomes a seu nome mostra que o Brigadeiro já não compactuava com a manutenção dos militares no poder e acreditava que seria melhor o Brasil ser conduzido por um presidente civil.

No dia 10 de outubro de 1979, o Brigadeiro teria sido visitado por seu amigo Deoclécio Lima de Siqueira (DRUMOND, 2011). De acordo com Siqueira (1984), Eduardo Gomes estaria sentado, como de costume, na mesma cadeira, e ouvia um colega que lia para ele uma entrevista de Luiz Carlos Prestes, publicada num jornal. Siqueira teria indagado Eduardo Gomes se ele estaria aderindo ao marxismo. O Brigadeiro deu um sorriso, então o autor perguntou-lhe se, caso Prestes desejasse visitá-lo, ele o receberia. O militar teria ficado sério e respondido o seguinte: “Hoje não tenho nada contra ele, mas recebê-lo seria uma deslealdade para com os companheiros sacrificados em 1935” (SIQUEIRA, 1984, p. 326).

No dia 30 de junho de 1980, o Papa João Paulo II esteve no país, onde ficou até o dia 11 de julho, o qual visitou várias cidades do Brasil, com a intenção de consolidar a fé católica ao povo brasileiro. Eduardo Gomes foi escolhido como um dos integrantes da comissão indicada para receber o papa, quando de sua chegada ao Rio de Janeiro, às 16h40 de uma terça-feira. O nome do Brigadeiro constou em uma lista de 18 pessoas, elaborada em um cerimonial conjunto, da arquidiocese, do governo estadual e da prefeitura municipal, para receber João Paulo II na Base Aérea do Galeão. A indicação de Eduardo Gomes para a recepção do pontífice teria sido feita por escalões superiores da Aeronáutica (BRIGADEIRO..., 1980).

O Rio de Janeiro recebeu o Papa João Paulo II no dia 01 de julho de 1980. Ele desembarcou às 16h40, na Base Aérea do Galeão. O cardeal Dom Eugênio Sales apresentou Eduardo Gomes ao papa da seguinte forma: “Este, santo padre, é o brasileiro que inspirou a oração do aviador⁶⁹” (NO GALEÃO..., 1980, p. 10). Durante o episódio, o Brigadeiro curvou a cabeça, o papa segurou-a entre as mãos e a beijou.

O encontro de Eduardo Gomes com o Papa João Paulo II retrata o quanto o Brigadeiro foi fiel ao catolicismo ao longo de sua vida. Em contraposição a sua trajetória política, constatamos, no decorrer deste trabalho, que o Brigadeiro sempre procurou auxiliar as missões religiosas e contribuir para o bem-estar dos mais humildes.

Segundo Siqueira (1984), havia uma lei na época, de acordo com a qual todo militar, ao passar para a reserva, deveria ser promovido de patente. Quando Eduardo Gomes passou para a reserva, em 1960, resolveu doar os vencimentos a mais que começou a receber para os missionários religiosos, que, a seu ver, eram muito pobres e faziam a tarefa de cuidar de outras pessoas que eram ainda mais carentes. O Brigadeiro, ao obter seus vencimentos,

⁶⁹ Em maio de 1967, Eduardo Gomes teria viajado à Europa com sua irmã, ocasião em que visitaram o Vaticano e foram recebidos pelo Papa Paulo VI, a quem o Brigadeiro solicitou que compusesse uma oração para os aviadores, e seu pedido foi acolhido (DRUMOND, 2011).

pegava o talão de cheques e dividia o valor recebido em várias folhas retiradas do talonário; depois, colocava-as em envelopes com os endereços a serem encaminhados, para auxiliar os que mais precisavam de ajuda.

Figura 6 — Encontro de Eduardo Gomes com o Papa João Paulo II, no dia 01 de julho de 1980, na Base Aérea do Galeão (RJ).



Fonte: Bueno (1980, p. 10).

Em março de 1981, num domingo, com problemas no coração, Eduardo Gomes foi levado às pressas ao Hospital da Força Aérea do Galeão. Uma comissão médica implantou um marca-passo no Brigadeiro, que, apesar da idade avançada, 84 anos, reagiu bem à cirurgia. No entanto, no final da tarde de domingo, Eduardo Gomes se sentiu mal. Os exames clínicos e de laboratório comprovaram que ele sofria de disritmia (DRUMOND, 2011).

No dia 12 de junho de 1981, o Brigadeiro realizou sua última aparição pública, quando foi ao Rio de Janeiro participar da festa de comemoração dos 50 anos do Correio Aéreo Nacional, do qual era patrono. No evento recebeu muitas homenagens, inclusive do presidente Figueiredo. Um dia depois, no dia 13 de junho, com problemas cardíacos, Eduardo Gomes foi internado, às 18h20, no Hospital Central da Aeronáutica, na ilha do Governador. Morreu às 18h25. Os médicos do hospital não descartaram a possibilidade de o Brigadeiro ter falecido devido à emoção pela qual passou ao ser homenageado pelos 50 anos do CAN (A MORTE..., 1981). Seu sepultamento ocorreu no dia 15 de junho de 1981, no mausoléu da Aeronáutica, no Cemitério São João Batista.

Em reportagem realizada por Murilo Melo Filho, da revista *Manchete*, do Rio de Janeiro, realizada em 1981, após a morte de Eduardo Gomes, observamos algumas das opiniões do Brigadeiro sobre momentos importantes de sua vida. Segundo Melo Filho (1981), Eduardo Gomes teria dito que o objetivo que o levou a apoiar o que chamava de “Revolução

de 1964”, foi o mesmo de 1922, ou seja, a defesa da democracia e da liberdade. Também teria comentado sobre o governo de Figueiredo, no qual disse que o Brasil superaria as atuais dificuldades e que a administração pública estava em boas mãos. Em seu ponto de vista, Figueiredo iria conseguir realizar seus projetos políticos e econômicos. O Brigadeiro também defendeu a decisão do presidente Geisel em fazer os contratos de risco para o petróleo, pois, em sua opinião, conhecia bem o mandatário e os seus propósitos. Ao mesmo tempo, teria afirmado que se tratava de uma questão de coerência, pois, quando foi candidato à Presidência da República pela segunda vez, em 1950, incluiu em seu programa de governo a abertura desse tipo de contrato com empresas estrangeiras. Comentários sobre Getúlio Vargas e Artur Bernardes também foram feitos por Eduardo Gomes. Com relação ao primeiro, disse ter recebido dele toda a colaboração para a obra do Correio Aéreo Nacional e que era amigo do presidente, embora essa relação de amizade houvesse sido abalada nos últimos anos da vida de Vargas. O Brigadeiro teria dito também que sua mãe sempre foi getulista, e que sua irmã, Eliane, só não votou em Getúlio para presidente porque o adversário era Eduardo Gomes.

Ao examinarmos a participação do Brigadeiro durante a Ditadura Militar brasileira, constatamos que ele foi partidário de uma modernização “pelo alto”, sob um viés autoritário. Representante da cultura política do liberalismo-conservador, fez parte do governo de Castelo Branco, que, assim como todo o Regime Militar, manteve a estrutura política do país sob o controle dos militares — ainda que civis tenham ocupado cargos de destaque no regime, contribuindo com ele —, afastando a classe trabalhadora das questões políticas e deixando de realizar medidas, de uma maneira geral, que a favorecessem. Eduardo Gomes manteve-se fiel ao liberalismo econômico, vertente do liberalismo-conservador, fato comprovado quando aceitou participar, como ministro da Aeronáutica, da administração de Castelo Branco, que manteve as premissas básicas da ordem liberal do sistema capitalista para conseguir realizar as reformas econômicas e industriais de que precisava. Ao mesmo tempo, a participação direta e o apoio do Brigadeiro à Ditadura Militar, em sua maior parte, tem a ver com o fato de o regime manter um sistema autoritário, com militares no poder, a fim de modificar o sistema representativo que dava abertura a movimentos vistos como ameaçadores do sistema liberal, como o comunismo — ideologia da qual Eduardo Gomes discordava. Aliás, ao apoiar o golpe, que afastou o presidente Goulart do poder, o Brigadeiro discordava também das reformas que seriam feitas para melhorar a vida da classe trabalhadora, elevando o Brasil a um patamar mais elevado.

Ao fazer parte do primeiro governo de Castelo Branco, Eduardo Gomes confirmou um comportamento que manteve ao longo da maior parte de sua vida: posicionar-se a favor do liberalismo-conservador e defender uma maior participação do capital estrangeiro, sobretudo norte-americano, em contraposição à intervenção do estado na economia. De acordo com Ianni (2014), com o Golpe Civil-Militar de 1964, o Brasil foi levado a abandonar a estratégia de um capitalismo nacional e passou a colocar em prática um modelo econômico de capitalismo associado ou dependente, voltado ao mercado externo.

Eduardo Gomes acreditava ser o Golpe Civil-Militar uma repetição do movimento tenentista iniciado em 1922. Importa ressaltar, porém, que esses acontecimentos se deram em contextos históricos diferentes. Segundo o Brigadeiro, o que o levou a lutar pela causa de 1964, assim como pela de 1922, foram seus ideais, os quais considerava serem democráticos e voltados à causa da liberdade. É certo que, em 1964, Eduardo Gomes lutou contra o comunismo, inimigo que combateu durante a maior parte de sua existência, e contra os direitos políticos da classe trabalhadora. Todavia, a Ditadura Militar não foi democrática, e a ação do Brigadeiro ao apoiar o regime também não foi. O Golpe Civil-Militar de 1964 acabou por encerrar uma democracia representativa que vinha sendo construída desde 1945. Por mais que o Brigadeiro seja visto pela imprensa liberal, por militares e admiradores, em sua maioria de direita, como um democrata, ele não foi. Sua trajetória política, analisada aqui, mostra isso, pois participou de movimentos autoritários e, sobretudo, de ações antidemocráticas na maior parte da década de 1950, ao combater representantes políticos associados ao nacional-estatismo.

Sua participação durante a Ditadura Militar também mostra que ele esteve ligado ao Grupo da Sorbonne, em oposição aos militares da linha dura. Eduardo Gomes era visto como uma espécie de líder moderado pelos oficiais da Aeronáutica que o apoiavam. Apesar do caráter antidemocrático de suas posições, o Brigadeiro foi contra o recrudescimento do Regime Militar e dos atos terroristas do grupo da linha dura, por isso, agiu em favor do capitão Sérgio Macaco no Caso Para-Sar. Mas sua interferência seguiu conforme o contexto da Ditadura Militar; se, em 1968, em uma tentativa de alertar o presidente, tentou evitar que uma crise ocorresse na Aeronáutica e no governo de Costa e Silva, a partir de 1974, já no momento de abertura política, por meio de uma carta, na qual criticou duramente o brigadeiro Burnier, defendeu que o governo interferisse em favor do capitão Sérgio. Aliás, ainda escreveu mais uma carta em 1977, em defesa de Sérgio, mas a correspondência não foi entregue ao presidente. Apesar da idade avançada, sua mediação sempre foi moderada, com o

propósito de acalmar os ânimos e evitar uma crise maior no setor militar. Além disso, como líder militar, representante da Aeronáutica, foi procurado por oficiais, em momentos delicados da vida política do país, para amenizar crises relativas a essa força armada: da primeira vez, para ser ministro, com o objetivo de tentar acabar com o conflito entre a Marinha e a FAB; da segunda vez, para agir em defesa do capitão Sérgio.

Durante a Ditadura Militar, Eduardo Gomes manteve suas convicções católicas e, como de costume, praticou atos de caridade. No final da vida, o encontro com o Papa João Paulo II simbolizou sua relação forte com o catolicismo. Aliás, suas atitudes contra as ações terroristas no Regime Militar, especificamente no Caso Para-Sar, podem ser vistas como uma posição que ia ao encontro de sua fé católica.

6.4 MEMÓRIAS PÓS-MORTE: ALGUNS APONTAMENTOS

A morte de Eduardo Gomes teve destaque na grande imprensa nacional. O jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 14 de junho de 1981, um domingo, informou sobre sua morte. Na quarta página, noticiou o acontecimento sob os seguintes títulos: “A morte do grande revolucionário” (A MORTE..., 1981, p. 4) e “Uma vida à procura da Democracia” (UMA..., 1981, p. 4). Segundo o jornal:

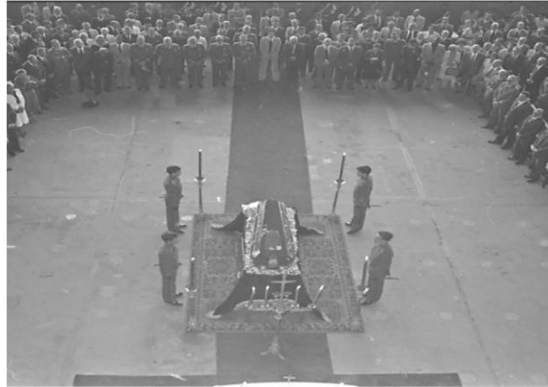
Eduardo Gomes foi, durante a vida inteira, um revolucionário. Sua participação nos destinos políticos do País inicia-se na revolução de 5 de julho de 1922, como um dos 18 do Forte de Copacabana, marco da História político-militar, já que o movimento, o primeiro de uma série que só ia cessar dez anos depois, com a Revolução Constitucionalista, visava à restauração da Democracia. (UMA..., 1981, p. 4).

O jornal *O Globo*, no dia 14 de junho de 1981 e, nos dias seguintes, ao falar de Eduardo Gomes, teceu-lhe vários elogios, bem como comentários positivos realizados por pessoas que o conheceram. Com o título: “Presidente decreta luto pela morte de Eduardo Gomes” (PRESIDENTE..., 1981, p. 5), o jornal veiculou várias informações sobre a morte do Brigadeiro, entre as quais, notícias a respeito de seu velório:

Depois de preparado por patologistas, o corpo do brigadeiro permanecerá sem ser velado até as 10 horas de hoje. O velório será no 3.º Comando Aéreo Regional (Comar), na Rua Marechal Âncora. A encomendação será feita pelo arcebispo do Rio, d. Eugênio Sales. O capelão do Hospital da Força Aérea e da Base Aérea, padre Néelson Siqueira Neves, informou que o brigadeiro recebera a extrema-unção no dia 31 de maio passado.

O brigadeiro Eduardo Gomes será sepultado com o uniforme de Marechal-do-Ar. (VELÓRIO, 1981, p. 5).

Figura 7 — Velório de Eduardo Gomes no 3.º Comando Aéreo Regional (Comar).



Fonte: Arquivo Nacional — Fundo Agência Nacional, 1981.

Vários comentários sobre Eduardo Gomes e sua morte foram feitos. Para o brigadeiro Délio Jardim de Mattos (ministro da Aeronáutica): “Eduardo Gomes foi um grande líder e é um símbolo e um exemplo para todas as gerações. Seu desaparecimento comove todos os seus companheiros da Força Aérea Brasileira” (DÉLIO..., 1981, p. 5). O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães deu este depoimento:

Particpei de duas campanhas políticas com o brigadeiro Eduardo Gomes e pude sempre observar a sua coragem e seu idealismo. A sua vida desde 1922 se pautou na vanguarda dos movimentos revolucionários, que tiveram como ponto alto o episódio dos 18 do Forte. (DÉLIO..., 1981, p. 5).

O deputado Magalhães Pinto assim se expressou: “O brigadeiro Eduardo Gomes representou para minha geração a figura do democrata, do herói e do homem público das mais puras convicções” (DÉLIO..., 1981, p. 5).

Segundo o brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, ministro do Superior Tribunal Militar: “Eduardo Gomes foi um líder extraordinário. Tratava seus comandados com muita estima, com um profundo sentido humano” (DÉLIO..., 1981, p. 5). O reitor da UNB, José Carlos de Azevedo, assim se expressou:

Ele foi o maior oráculo das liberdades democráticas no Brasil. Um exemplo de dignidade, coragem pessoal e dedicação à Pátria. A partir do episódio dos 18 do Forte, o brigadeiro jamais deixou de participar ativamente de todos os grandes momentos da vida brasileira, sempre no centro dos acontecimentos e contribuindo para a paz da Nação. (DÉLIO..., 1981, p. 5).

Entre os diversos elogios feitos a Eduardo Gomes por pessoas que o conheceram e o admiravam, estão o de Roberto Santos, ex-governador da Bahia; o do jurista Afonso Arinos; o

do ex-deputado José Bonifácio, líder do governo Geisel; o do general Juracy Magalhães e de inúmeros outros políticos do país, como o governador do Paraná, Ney Braga.

Para o ex-governador da Bahia, Roberto Santos: “O brigadeiro se transformou no símbolo do momento em que o Brasil mostrava o aprimoramento democrático” (DÉLIO..., 1981, p. 5). Nas palavras do jurista Afonso Arinos:

O brigadeiro Eduardo Gomes era a maior personalidade política do Brasil atual e uma das maiores de toda a História do País. O seu prestígio legendário se baseava em duas virtudes que eram inerentes: o heroísmo e a pureza, coisas que o Brasil precisava reaprender. Na minha adolescência, assisti ao 5 de julho em Copacabana. Não cheguei a ver Eduardo Gomes, mas vi os soldados e oficiais ocuparem o quarteirão. Eu me lembro muito bem; nessa noite estive com meu pai defronte à Igreja de Copacabana, onde estava o sangue dos feridos e mortos. Acompanhei a vida de Eduardo Gomes até suas últimas campanhas; sua presença despertava uma liderança moral. As massas se juntavam para aclamá-lo, sempre levadas por sua conduta moral e heróica, e não só por suas idéias políticas. Sua presença era símbolo de heroísmo e integridade. (DÉLIO..., 1981, p. 5).

O ex-deputado José Bonifácio fez a seguinte declaração:

Como companheiro do brigadeiro Eduardo Gomes em momentos culminantes da política nacional, pude observar de perto seu alto grau de patriotismo. Não exagerarei se disser que o Brigadeiro foi um dos maiores brasileiros, não apenas pela atividade política, mas, sobretudo, pela dignidade que mostrou em todos os episódios de que participou. (DÉLIO..., 1981, p. 5).

Para o general Juracy Magalhães, que foi um grande amigo do Brigadeiro, o Brasil havia perdido “[...] um de seus maiores filhos, Eduardo Gomes era um monumento nacional que perambulava pelas ruas da cidade” (DÉLIO..., 1981, p. 5). Já o governador do Paraná, Ney Braga, afirmou:

Morto, o brigadeiro Eduardo Gomes permanece vivo pelo exemplo que deixa de uma vida digna e honrada. Foi, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes figuras de nossa História Republicana. Ajudou a construir, com muita grandeza, boa parte da História brasileira de nossos dias. Tive o privilégio e a honra de conviver com ele no Ministério do presidente Castelo Branco. Ele teve sua vida pautada naquela afirmação de seu companheiro dos 18 do Forte, Siquera Campos: “Ao Brasil, tudo se deve dar e nada pedir, nem mesmo compreensão”. A nação brasileira está de luto, e seremos dignos dela seguindo o exemplo que o brigadeiro Eduardo Gomes nos deixa. (DÉLIO..., 1981, p. 5).

O jornal *O Globo*, no mesmo dia, 14 de junho de 1981, na sexta página, afirmou que Eduardo Gomes foi um herói. A matéria que informava a morte do Brigadeiro tinha o seguinte título: “O Brigadeiro, uma existência heróica” (O BRIGADEIRO..., 1981, p. 6). Destacava-se a participação de Eduardo Gomes nos movimentos revolucionários da década de

1920 e em suas duas participações como candidato à Presidência da República pela UDN. O jornal ainda realizou uma matéria mais ampla sobre a vida política do militar falecido. Chama-nos atenção a opinião do jornal com relação à participação de Eduardo Gomes como candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945. *O Globo* indagava como o Brigadeiro teria sucesso naquela eleição,

[...] sendo o candidato que representava a oposição a uma ditadura que, apesar de seus aspectos autoritários, granjeara boa parte das simpatias da população do país, especialmente por suas posturas paternalistas? Este era, resumidamente, o dilema do Brigadeiro Eduardo Gomes, quando foi indicado candidato da nascente União Democrática Nacional, em 1945. (O BRIGADEIRO..., 1981, p. 6).

O jornal ainda comentou as relações políticas e o programa de governo da UDN nas eleições de 1945:

[...] como notariam alguns historiadores, a própria classe média, principal reduto da UDN, estivera longe de se manter unida na sua oposição ao Estado Novo. Não era fácil, portanto, o papel do jovem militar da década de 20, revolucionário de 30 e opositor da virada autocrática de 1937.

Eduardo Gomes contava com o apoio, além do setor tradicional da classe média, de grupos das classes produtoras nas grandes cidades e no campo. Era apoiado também pela maior parte da grande imprensa. Seu programa dava destaque aos aspectos jurídicos da redemocratização do Brasil e à moralização da administração. Pedia uma política cuidadosa de industrialização, solicitava a colaboração do capital estrangeiro e recomendava um saneamento financeiro, entre outros pontos doutrinários. Defendia, enfim, uma volta aos princípios do liberalismo, tanto em política quanto em economia. (O BRIGADEIRO..., 1981, p. 6).

De acordo com *O Globo*, Eduardo Gomes, durante as eleições de 1945, tinha um programa político voltado ao liberalismo, tanto político como econômico. Ele era apoiado pela maior parte da grande imprensa, da classe média e de grupos das classes produtoras nas grandes cidades e no campo; mesmo assim, não conseguiu vencer as eleições. Como analisamos, faltava a Eduardo Gomes conquistar o voto do povo, o que era difícil devido à política trabalhista implementada por Vargas durante seu governo. Vargas contou ainda com a simpatia do povo humilde, fator positivo quando o político apoiou a candidatura de Dutra, levando inúmeros votos da população para o candidato militar, do PSD, que acabou derrotando o Brigadeiro.

Em 14 de junho de 1981, o *Jornal do Brasil* divulgou uma cronologia da vida do personagem, desde seu nascimento até o último momento mais importante de sua vida política, o ano de 1978 — momento em que é divulgada a carta que Eduardo Gomes enviou ao presidente Ernesto Geisel em 20 de maio de 1974, na qual intercedeu pelo capitão Sérgio

Ribeiro Miranda de Carvalho, no episódio do Para-Sar. O periódico deu o seguinte título à matéria: “A vida de um democrata” (A VIDA..., 1981, p. 16).

No dia 15 de junho de 1981, *A Tribuna*, jornal de Santos (SP), informou mais detalhes sobre a morte de Eduardo Gomes. Entrevistado pelo jornal, o brigadeiro Nilton Segala Pauletto, diretor do Hospital da Força Aérea do Galeão, contou que o Brigadeiro apresentava, havia algum tempo, sinais de pouca orientação. Contudo, após receber o implante de um marca-passo, em 8 de março, tinha demonstrado melhoras em todos os seus sinais vitais. Como se soube depois, apesar de todos os cuidados, não foi possível salvá-lo; os médicos ainda tentaram ressuscitá-lo, mas Eduardo Gomes teve uma parada cardíaca irreversível (PREVISTA..., 1981, p. 3).

Com relação à vida política de Eduardo Gomes, *A Tribuna* emitiu a seguinte opinião:

Eduardo Gomes foi, acima de tudo, um revolucionário democrata, cuja atuação pautou-se na luta firme e intransigente contra as várias formas de arbítrio e autoritarismo. Já em 1922 — há quase 60 anos, portanto — surgiu como um dos líderes do célebre levante dos 18 do Forte de Copacabana, em rebelião sufocada pelo Governo do presidente Epitácio Pessoa, mas que constituiu a origem de diversos movimentos que culminaram com a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, no único objetivo de instaurar no Brasil um regime de caráter democrático. (A EVOCAÇÃO..., 1981, p. 2).

A Tribuna também comentou a participação de Eduardo Gomes no Golpe Civil-Militar de 1964, a qual denominou de “Revolução de 1964”:

É possível que Eduardo Gomes, na invejável lucidez de seus 84 anos, tenha morrido em estado de amargura de desencanto. Afinal, ele foi um dos artífices da Revolução de 1964 e certamente percebeu o desvirtuamento do processo, os desvios de rota, as manobras rasteiras, e a colocação, em segundo plano, dos reais interesses do País, em benefício de conveniências particulares ou de grupos para os quais o que importa é mandar e servir-se, ao invés de servir à Pátria com dedicação e desprendimento. Entretanto, o brigadeiro sempre manteve a crença de que os erros seriam corrigidos e a nave voltaria a cruzar céus mais serenos e sem turbulências. (A EVOCAÇÃO..., 1981, p. 2).

No dia 15 de junho de 1981, a *Folha de S. Paulo* informou sobre o sepultamento de Eduardo Gomes, que iria ocorrer no mesmo dia, às 11h, na Cripta dos aviadores, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. O Brigadeiro seria enterrado com honras de herói nacional. A matéria também dizia que os três sobrinhos de Eduardo Gomes, Elsa Gomes, Gilda Queirós Matoso e Roberto Gomes, ficaram o tempo todo ao lado do corpo do tio, durante o velório (HOJE..., 1981, p. 5).

No mesmo dia, o jornal a *Folha de S. Paulo* publicou elogios ao Brigadeiro e, ao mesmo tempo, críticas da oposição a respeito da vida política de Eduardo Gomes. É importante notarmos que tais críticas dizem respeito ao apoio do militar ao Golpe de 1964 e que os elogios se referem a momentos anteriores ao período da ditadura militar brasileira, principalmente ao ano de 1945, ocasião em que o Brigadeiro lutou pelo processo de redemocratização do país.

O líder do PMDB no Senado, Marcos Freire, fez os comentários a seguir:

Os que, embora ainda jovens, testemunharam a luta pela redemocratização do País, em 1945, foram levados a associá-la inevitavelmente à figura do brigadeiro Eduardo Gomes. Em 45 saía-se da ditadura para a democracia, através da anistia e de uma Assembléia Nacional Constituinte. Eduardo Gomes, embora derrotado nas urnas, como candidato à Presidência da República, foi um marco naquela luta. Militar, fez uma verdadeira campanha civilista e transformou em legenda a frase célebre de que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. As discordâncias que podemos ter tido, quanto à sua posição em certos episódios políticos da história recente do País, não podem desmerecer o juízo de valor que há de ser feito, de sua personalidade na história pátria. (ATUAÇÃO..., 1981, p. 5).

Para Leonel Brizola, que era presidente do PDT:

O desaparecimento do brigadeiro Eduardo Gomes faz todos os de minha geração lembrar uma fase muito importante da vida brasileira. Como todos os grandes homens, reuniu admiradores e críticos de suas atitudes e definições. Não há dúvida, porém, de que foi um personagem respeitável e singular, mas que cometeu muitos erros, como todos nós. Seu maior erro foi ter colaborado para derrubar uma democracia em dificuldades, com a ilusão de ajudar o Brasil e os brasileiros, através de uma ditadura chamada progressista. Ele, aliás, revisou algumas daquelas esperanças. Todos os brasileiros devem assinalar o falecimento do brigadeiro Eduardo Gomes como uma perda nacional. (ATUAÇÃO..., 1981, p. 5).

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Eduardo Gomes participou ativamente da história política do Brasil, teve uma vida marcada pelo liberalismo e foi um dos mais expressivos adeptos dessa teoria política de sua geração (UMA..., 1981).

A Aeronáutica também lamentou a morte do Brigadeiro. O ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, comentou que o país perdia, “[...] com a partida deste filho ilustre, uma de suas maiores reservas morais” (AERONÁUTICA..., 1981, p. 5).

No dia 15 de junho de 1981, o jornal *O Globo* também informou o sepultamento de Eduardo Gomes. Entre as matérias estava o depoimento concedido pelo chefe dos capelães da Aeronáutica, Lucas Maía, que celebrou a primeira missa de corpo presente do Brigadeiro. Para o religioso, o Brigadeiro foi “[...] chamado por Deus para receber sua recompensa na eternidade” (CAPELÃO..., 1981, p. 5). Ainda de acordo com o chefe dos capelães, Eduardo

Gomes “[...] foi uma glória para a Pátria, um verdadeiro herói nacional. E na História não será apenas o patrono do CAN. Será com ele que, ao lado de Caxias, Tamandaré e outros heróis nacionais, ensinaremos as crianças a honrar nossa pátria” (CAPELÃO..., 1981, p. 5).

Outro membro da Igreja Católica, Dom Paulo Evaristo Arns, que era cardeal-arcebispo de São Paulo, revelou o que mais admirava no Brigadeiro:

[...] sua absoluta retidão de comportamento e seu espírito profundamente religioso. Conheci-o no tempo do ostracismo e no tempo do poder. Sei que foi um homem de uma audácia quase incrível e de uma simplicidade que nos leva a admirá-lo sempre. Para uns parecia distante, mas acredito que continuará sendo para todos um modelo de brasileiro. (VENTURINI..., 1981, p. 5).

O presidente da República, João Figueiredo, decretou, em 14 de junho de 1981, luto oficial em todo o país, por três dias, pela morte de Eduardo Gomes. O jornal *O Globo*, informou que Figueiredo não iria comparecer às cerimônias de sepultamento, mas se faria representar pelo Chefe do Gabinete Militar, general Danilo Venturini. O decreto presidencial referente ao luto por Eduardo Gomes continha o seguinte texto:

O Presidente da República,
No uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,
Considerando que o brigadeiro Eduardo Gomes, ontem falecido, exerceu o cargo de Ministro de Estado da Aeronáutica.
Considerando que, além de outros relevantes serviços prestados à Pátria, a ele se deve a organização do Correio Aéreo Nacional eminente fator de integração da nacionalidade,
decreta:
Art. 1.º — É declarado luto oficial em todo o País, por 3 dias, a contar desta data, pelo falecimento do brigadeiro Eduardo Gomes.
Art. 2.º — Serão prestadas ao ilustre brasileiro honras fúnebres de Ministro de Estado, correndo as despesas com o seu sepultamento às expensas da Nação.
Brasília, 14 de junho de 1981, 160.º da Independência e 93 da República.
Assinado: João Figueiredo.
Ibrahim Abi-Ackel. (FIGUEIREDO..., 1981, p. 5).

No dia 16 de junho de 1981, o jornal *O Globo* publicou a seguinte notícia: “Brigadeiro Eduardo Gomes é sepultado com honras de herói” (BRIGADEIRO..., 1981, p. 6). Segundo o jornal, o caixão de Eduardo Gomes foi coberto com a Bandeira Nacional e retirado do veículo de guerra M-59 por soldados da polícia da Aeronáutica e depois entregue a uma guarda de honra constituída por 12 cadetes da Academia da Força Aérea. Na aleia principal do cemitério, estavam perfilados mais de 200 soldados da Aeronáutica, todos com fuzis, e outros 200 cadetes portavam metralhadoras. O cortejo contou com diversas pessoas; quando se aproximou da Cripta dos Aviadores, houve duas salvas de festim, dadas pelos cadetes

armados com metralhadoras. Mais adiante, vinham os soldados que carregavam a urna, passando lentamente em frente à banda do 3.º Comar, que executava a *Marcha Fúnebre*, de Chopin (ENTERRO, 1981).

Segundo o jornal *O Globo*:

O caixão foi colocado sobre uma carreta, forrada com veludo preto, e levado para o interior da Cripta, onde só foi permitida a presença de dez pessoas: o ministro Délio Jardim de Mattos, e sua mulher, d. Stela; os governadores Chagas Feitas e Francelino Pereira; o vice-presidente Aureliano Chaves; o ex-presidente Emílio Médici; o prefeito Júlio Coutinho; o ministro Danilo Venturini; o brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira; e Dahas Zarur. (ENTERRO, 1981, p. 6).

Figura 8 — Corpo de Eduardo Gomes sendo levado pelo M-59 até o Cemitério São João Batista (RJ).



Fonte: Arquivo Nacional — Fundo Agência Nacional, 1981.

Figura 9 — Sepultamento de Eduardo Gomes no Cemitério São João Batista (RJ).



Fonte: Arquivo Nacional — Fundo Agência Nacional, 1981.

Figura 10 — Entrada do corpo de Eduardo Gomes na Cripta dos Aviadores, no Cemitério São João Batista (RJ).



Fonte: Arquivo Nacional — Fundo Agência Nacional, 1981.

As fotos reproduzidas acima ilustram como foi o dia do sepultamento de Eduardo Gomes e servem como complemento ao que *O Globo* noticiou. Percebemos que nesse dia muitas pessoas, de diferentes classes sociais, acompanharam o enterro do Brigadeiro, o que mostra sua importância e o quanto era querido, principalmente pelo setor militar e por alguns políticos, que em sua maioria compactuavam com a ideologia política defendida por Eduardo Gomes.

O jornal *A Tribuna*, de 16 de junho de 1981, também noticiou que Eduardo Gomes foi sepultado com honras de herói nacional. Na matéria, consta que compareceu ao enterro do Brigadeiro o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, um dos mais consternados pela morte do militar (BRIGADEIRO..., 1981). De acordo com o jornal,

[...] Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, afastado da Força Aérea pelo AI-5 depois de denunciar a tentativa de se usar o Parasar para atos terroristas. Desde seu afastamento ele teve no Brigadeiro o seu maior defensor e grande amigo. Chorando, ele contava que já estava esperando a morte de Eduardo Gomes para qualquer momento. Não parecia impressionado pelas homenagens que estavam sendo prestadas ao seu herói. Para ele, elas eram “mais do que justas. [...]”. (BRIGADEIRO..., 1981, p. 4).

O jornal *O Globo* informou que, um pouco antes, Dom Eugênio Sales realizou a leitura de uma oração fúnebre e espargiu água benta sobre o caixão. Em seguida, foi executado o toque de silêncio; depois, aviões Bandeirantes, Búfalos e Hércules, acompanhados por uma esquadrilha de caças F-5, sobrevoaram o cemitério. Ao mesmo tempo, de cima do morro, canhões dispararam uma salva de 21 tiros. A solenidade durou cerca de 10 minutos e, em torno da Cripta, havia cerca de mil pessoas (ENTERRO, 1981, p. 6).

Outras figuras importantes da política também se pronunciaram acerca da morte de Eduardo Gomes. O vice-presidente da República, Aureliano Chaves, declarou que Eduardo Gomes havia sido um autêntico democrata, herói militar, figura excepcional, amante da liberdade e do regime representativo e o maior líder de nossa Força Aérea (AURELIANO..., 1981). O jornal *O Globo* deu destaque à seguinte fala de Chaves: “Foi um autêntico democrata” (AURELIANO..., 1981, p. 6).

Para Paulo Salim Maluf, governador de São Paulo: “O Brigadeiro era um grande patriota, um homem que amava seu país. Deixou para nós um grande exemplo de homem de bem. Não foi só um chefe militar e um político. Foi realmente um exemplo para os jovens” (AURELIANO..., 1981, p. 6).

A Revista *Manchete*, do Rio de Janeiro, realizou uma reportagem sobre a morte do Brigadeiro, intitulada “Eduardo Gomes: um mito e um símbolo” (MELO FILHO, 1981, p. 128). Melo Filho, autor da reportagem, descreve a vida política do Brigadeiro, afirmando que o militar falecido foi um rebelde e revolucionário na juventude, o qual participou das revoluções de 1922, 1924 e 1930. Entretanto, no entender do autor, Eduardo Gomes se transformou num antirrevolucionário, quando se opôs às revoluções de 1932 e 1935, mas foi muito coerente em relação aos ideais democráticos.

A revista *Veja* de 24 de junho de 1981 realizou uma breve matéria sobre a vida de Eduardo Gomes. De acordo com o periódico, o coração do Brigadeiro, após sua morte, foi colocado dentro de uma urna de acrílico e conservado em substância química apropriada, passando a ficar em exposição permanente na Academia da Força Aérea, no Rio de Janeiro. A revista afirmou que o militar foi cultuado como herói da Aeronáutica e deu ênfase ao seu sepultamento, realizado com honras de chefe de Estado. A reportagem também descreveu Eduardo Gomes como um irredutível liberal (MEMÓRIA..., 1981).

Como vimos, a morte de Eduardo Gomes foi notícia constante nos periódicos da grande imprensa a que demos destaque aqui: *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, o *Jornal do Brasil*, a *Folha de S. Paulo*, *A Tribuna*, a revista *Manchete* e a *Veja*. Todos esses meios de comunicação exaltaram a vida do Brigadeiro. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Eduardo Gomes foi um revolucionário e sempre esteve à procura da democracia. *O Globo* afirmou que o militar foi um herói e ressaltou que o seu programa político de 1945 era voltado para o liberalismo. Também deu ênfase à palavra “democrata” para definir o militar. Segundo *O Jornal do Brasil*, Eduardo Gomes teve uma vida de democrata. A *Folha de S. Paulo* noticiou que o Brigadeiro, durante toda a sua existência, posicionou-se do lado do liberalismo. O jornal

A *Tribuna* definiu o militar como um revolucionário democrata, que lutou contra as diversas formas de arbítrio e autoritarismo. Conforme o jornal, Eduardo Gomes apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964, mas provavelmente morreu de descontentamento devido à mudança de rumos do Regime Militar. A revista *Manchete* retratou-o como um mito e um símbolo nacional, e a revista *Veja* valorizou-o como um liberal.

Além da grande imprensa, que fez vários elogios a Eduardo Gomes por ocasião de sua morte, devido, inclusive, ao viés ideológico que esses periódicos seguiam, verificamos que várias figuras políticas e religiosas, bem como integrantes do setor militar que conviveram com o Brigadeiro ou o conheceram, ressaltaram suas qualidades e teceram comentários positivos sobre ele. Na maioria desses comentários, o militar foi descrito como um líder, revolucionário, símbolo para todas as gerações, idealista, corajoso, herói, democrata, maior personalidade política do Brasil, homem puro, íntegro, patriota, defensor do liberalismo, religioso, revolucionário democrata, combatente do autoritarismo, entre outros adjetivos. Todavia, temos que entender que a maior parte desses políticos que concederam entrevistas aos jornais retratados aqui foram partidários da UDN e da Arena, ou apoiaram o Golpe Civil-Militar — eram, enfim, integrantes da direita política brasileira. Das pessoas que comentaram a vida de Eduardo Gomes, Leonel Brizola e Marcos Freire foram os únicos a divergirem um pouco a respeito da trajetória política do Brigadeiro. Para Brizola, o militar falecido, apesar de ter sido uma grande figura nacional, cometeu muitos erros, como todas as pessoas. Um deles teria sido apoiar a Ditadura Militar, que derrubou uma democracia em dificuldades. Já Marcos Freire, que era do partido do PMDB, preferiu valorizar a atuação de Eduardo Gomes nas eleições de 1945 e comentar que teve discordâncias quanto à posição do Brigadeiro na história recente do país.

O fato de os militares ligados à Aeronáutica, como Deoclécio Lima de Siqueira e Délio Jardim de Mattos, realizarem pronunciamentos elogiosos ao Brigadeiro, mostra como o setor da FAB o admirava e o respeitava. Comentários sobre a importância de Eduardo Gomes, mencionados por religiosos, como Eugênio Sales, Evaristo Arns e Lucas Maía, indicam como o Brigadeiro era reconhecido por sua devoção ao catolicismo.

Por outro lado, é importante realizar uma comparação entre o sepultamento de Eduardo Gomes e o do marechal Lott. Isso é relevante para constatar que, além de terem sido figuras de destaque nacional, morreram durante o contexto da Ditadura Militar brasileira e tiveram posições distintas, o que conseqüentemente refletiu até no dia de seus funerais. Enquanto o Brigadeiro que apoiou o Golpe-Civil Militar de 1964, bem como outros

movimentos de caráter antidemocrático, teve um enterro digno de honras de herói nacional e chefe de Estado. Lott, que se manteve defensor da legalidade democrática e crítico do Regime Militar, recebeu, segundo Carloni (2014), um sepultamento discreto, em que apenas uma coroa de flores foi enviada pelo I Exército.

Outra homenagem a Eduardo Gomes ocorreu em 1982, por meio de sua imagem estampada em um selo emitido pelos Correios. Abaixo podemos observar o tributo que essa instituição realizou ao Brigadeiro. Na figura podemos verificar que além da foto de Eduardo Gomes, o símbolo da Aeronáutica e a cor azul aparecem. O azul provavelmente representa o céu, onde os aviões da FAB sobrevoam.

Figura 11 — Selo em homenagem ao brigadeiro Eduardo Gomes, de 1982.



Fonte: (1982..., c2022).

No ano de 1984, o Brigadeiro tornou-se Patrono da Força Aérea Brasileira, com homenagem póstuma do Governo Federal, por meio da lei nº 7243:

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e sanciona a seguinte Lei:

...

Artigo 2º - É proclamado Patrono da Força Aérea Brasileira o Marechal-do-Ar-Eduardo Gomes.

Eduardo Gomes foi um desses patriotas que se destacaram pela autenticidade e, sobretudo, pela grandeza de alma. Qualidades que os tornam figuras incomparáveis — faróis balizando, nos meandros da caminhada, a direção certa na incerteza aparente da existência humana.

[...] Um dos maiores nomes da história da República de nosso País, tal a sua figura majestática, a sua tenacidade e a excelsitude de suas inquebrantáveis qualidades morais.

[...] Viveu uma vida materialmente modesta, mas enriquecida pelo saber haurido ao correr de uma vida afanosa, mas feliz, que permitiu a este patriota exemplar ascender às culminâncias da vida política nacional.

[...] Fortaleceu a cidadania ao plantar as sementes do Correio Aéreo Nacional, abrindo as portas para o esquecido e carente interior brasileiro, revigorando a união entre irmãos separados pela distância e pela precariedade das comunicações. De sua vontade férrea e de sua visão de País, brotaram as linhas aéreas que subiram as cabeceiras dos rios e ajudaram a construir um Brasil mais coeso e mais solidário.

[...] Comandou a Aeronáutica com o olhar de um resoluta estadista e o coração de um jovem tenente.

[...] Esteja onde estiver Brigadeiro Eduardo Gomes — insigne Patrono da Força Aérea Brasileira —, receba os nossos agradecimentos pela prestimosa atenção e carinho dispensados à Aeronáutica brasileira. [...]. (CAMBESES JÚNIOR, [200-?], p. 14-16).

No selo comemorativo, como já destacamos, observa-se, ao lado da imagem de Eduardo Gomes, o símbolo da Aeronáutica. Já no ato da lei, transcrita nos parágrafos precedentes, verificamos que o Brigadeiro é homenageado com o título de Patrono da Força Aérea Brasileira. Ambas as contemplações mostram a importância do militar para a Aeronáutica, em virtude de suas ações realizadas em vida em prol dessa instituição.

Em alguns livros lançados por militares, Eduardo Gomes também é valorizado. Em obra publicada pela biblioteca do Exército e escrita por Lanning (1999), o Brigadeiro aparece em uma lista de 110 chefes militares que dominaram as suas respectivas épocas e exerceram grande influência no futuro. Eduardo Gomes encontra-se na 109ª posição. Os três primeiros lugares são ocupados por George Washington, Napoleão I e Alexandre Magno.

Um fato que também precisa ser destacado é a tentativa de inserir o nome de Eduardo Gomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e Democracia, em Brasília. Nesse livro estão inseridos nomes como os de Tiradentes, do marechal Deodoro da Fonseca, de Santos Dumont, de Getúlio Vargas e de Machado de Assis, entre outras personalidades do país.

Em 2003, por meio do projeto de lei nº 661-A, o deputado federal Elimar Máximo Damasceno, do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), tentou incluir o nome do Brigadeiro no mencionado livro. Sua justificativa era a de que Eduardo Gomes foi um homem que prestou relevantes serviços à nação brasileira. Damasceno destacou também a participação do militar no movimento tenentista da década de 1920, a sua luta em prol da redemocratização do país, quando disputou a Presidência da República em 1945 e 1950, e a sua atuação, por duas vezes, como ministro da Aeronáutica. Ao mesmo tempo, o parlamentar salientou o trabalho de Eduardo Gomes como impulsor do Correio Aéreo Nacional (CAN) e o fato de ser o atual Patrono da Força Aérea Brasileira (BRASIL, 2003).

O deputado Lobbe Neto, do PSDB, relator do projeto, aprovou a proposta, a qual comentou: “Por acreditar que a preservação da memória de grandes heróis é uma atribuição de todos nós brasileiros — voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 661, de 2003, na forma

originalmente proposta” (BRASIL, 2003, p. 5). A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em reunião, também aprovou na época o projeto. Contudo, o nome do Brigadeiro ainda não se encontra no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Três anos depois, mediante o Projeto de Lei nº 6.918-A, de 2006, o deputado federal pelo PMDB, Leandro Vilela, tentou novamente a inscrição do nome de Eduardo Gomes no importante livro. Em sua justificativa, o Brigadeiro merecia a homenagem, devido a sua contribuição para a Aeronáutica e sua atuação política em favor do avanço da democracia brasileira e da liberdade. No entanto, no dia 15 agosto de 2007, o relator não aprovou o projeto. O motivo foi o fato de ter sido aceito, por unanimidade, no dia 02 de maio de 2007, o Projeto de Lei 6.345/05, de autoria do Senado Federal, que tratava da inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria. O projeto determinava que a distinção só poderia ser feita após cinquenta anos da morte, ou da presunção de morte, do homenageado (BRASIL, 2006). Assim, como o Brigadeiro faleceu em 1981, a proposta não foi aprovada.

Conforme podemos observar, a despeito da participação de Eduardo Gomes em ações antidemocráticas e golpistas, há uma tentativa de vincular seu nome aos valores democráticos, sobretudo por parte de setores da direita brasileira. Em nenhum dos dois projetos mencionados, os autores destacam que o Brigadeiro apoiou movimentos autoritários e antidemocráticos. A intenção parece ser associá-lo ao liberalismo, à democracia, com o intuito de transformá-lo em um herói da pátria. Isso mostra que a construção da memória é seletiva e visa atender, em muitos momentos, a interesses de determinados grupos. Nesse caso, a classe dominante que partilha dos mesmos valores que Eduardo Gomes defendia busca relembrar apenas momentos da história política do militar que estão associados a tais interesses.

Por fim, é relevante comentar que o nome de Eduardo Gomes tem sido evocado, atualmente, por alguns jornalistas da imprensa brasileira, em associação ao governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, filiado ao Partido Liberal (PL), que acabou de perder a eleição para Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 10 de maio de 2021, o jornalista Marcelo Godoy publicou um artigo em sua coluna, no jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual criticou alguns militares do governo Bolsonaro, como Hamilton Mourão Filho, Luiz Eduardo Ramos e Walter Braga Neto, que queriam receber um salário igual ou maior do que o de magistrados e procuradores. Assim, por meio de uma portaria do Ministério da Economia, foi instituído o teto-duplo. Segundo o jornalista, o governo Bolsonaro passou a economizar na saúde, educação e ciência, para sustentar os privilégios dos militares e conceder verba ao Centrão. Para Godoy (2021),

Eduardo Gomes é símbolo de um passado que os generais do Planalto parecem desconhecer, pois o Brigadeiro não se entregava a vulgaridades, evitava entrevistas, tinha um comportamento austero e, como católico, dividia metade de seu salário de marechal do ar com os pobres de Petrópolis (RJ). O escritor enxerga no Brigadeiro um modelo de militar que pertenceu a uma geração de oficiais do passado que resolveram lutar pelo Brasil pautados naquilo que acreditavam ser correto. Eduardo Gomes combateu a corrupção das oligarquias da Primeira República; com isso, provocou instabilidade e crises políticas ao longo dos anos de 1920 e 1960, bem como revoltas e indisciplinas nos quartéis.

Gaspari (2022) também produziu um artigo no qual se faz passar por Eduardo Gomes já falecido, que escreve uma carta a Bolsonaro. O Brigadeiro chama a atenção do presidente da República sobre as manifestações contra as urnas eletrônicas e afirma confiar mais nela do que nas cédulas. Destaca que nunca contestou a legitimidade de suas derrotas e recorda que se revoltou várias vezes ao longo de sua vida, ajudou a derrubar três governos (em 1930, 1954 e 1964) e, em um, foi derrubado (1955). Comenta que foi preso por três vezes e, pelos objetivos que perseguia, tornou-se Patrono da Força Aérea Brasileira, ao passo que Bolsonaro teve uma breve carreira militar e, como capitão, ficou preso uma única vez. O texto também relembra os momentos políticos de Eduardo Gomes durante a Ditadura Militar e trata com humor o fato, de já falecido, não ter conseguido reparar o erro cometido contra o capitão Sérgio. No final da “carta”, garante que, ao tratar de política, sempre falou em defesa da democracia e da liberdade. Todavia, logo de início, afirma que a indisciplina militar desencadeia ditadura e anarquia. Conclui que os acontecimentos que envolvem o meio político são diferentes do setor militar. É um texto que podemos interpretar de várias maneiras e extrair muitas lições sobre a participação dos militares na política brasileira.

De certa forma, percebe-se, por meio desses dois textos jornalísticos, que resgatar a trajetória política de Eduardo Gomes se mostra muito atual, uma vez que temos um militar na Presidência da República que, mesmo derrotado nas eleições, fez estremecer as estruturas democráticas do Brasil, por meio de atitudes antidemocráticas.

Assim, com base nas análises que empreendemos para a realização deste trabalho, consideramos que é preciso ter instituições democráticas fortalecidas, para que não haja o perigo de haver, novamente, intervenções ou golpes militares no Brasil. Para Sodré (2014), o Regime Militar de 1964 não teria ocorrido, se as nossas instituições fossem democráticas e sólidas. Atualmente verificamos pedidos de intervenção militar por parte da população que apoia o governo Bolsonaro, bem como tentativas de descredibilizar o processo eleitoral, que

concedeu a vitória ao PT. As ações antidemocráticas do governo Bolsonaro e as manifestações golpistas após o processo eleitoral de 2022, se por um lado prejudicam a democracia, por outro lado mostram, a exemplo da trajetória política de Eduardo Gomes, que os militares não devem intervir na política. O contexto político atual mostra que temos um Poder Judiciário firme e defensor da legislação brasileira. Porém, até quando? Não sabemos. É necessário continuar a fortalecer nossa democracia e fazer com que a sociedade passe a exigir das Forças Armadas obediência à Constituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a trajetória política de Eduardo Gomes não é tarefa fácil, pois exige do historiador o trabalho de se debruçar sobre a leitura e a análise de várias obras da historiografia brasileira e de fontes relacionadas aos contextos políticos dos quais o Brigadeiro fez parte, o que significa dedicar-se ao exame de quase 60 anos — de 1922 a 1981 — de numerosos e diversos acontecimentos que marcaram a História política do Brasil Republicano. Por outro lado, o resultado de tal tarefa é muito enriquecedor, pois aprendemos muito com isso, já que analisar a vida política de Eduardo Gomes nos leva a compreender os vários movimentos políticos de que ele tomou parte.

Por meio deste trabalho, verificamos que existe um imaginário criado por textos biográficos, cuja produção se deu, em sua maior parte, em 1945 — momento em que Eduardo Gomes foi candidato à Presidência da República pela UDN. Esse imaginário vincula-se a instituições e grupos políticos que o Brigadeiro integrou e que o exaltam como herói, patriota, revolucionário e herdeiro das causas democráticas. Percebemos que, após a sua morte, ainda existe uma tentativa de tornar sua memória viva, de forma positiva, por parte de grupos ligados à classe dominante, a que Eduardo Gomes pertencia. Nesse sentido, o seu envolvimento em movimentos golpistas e a sua atuação no Regime Militar — considerado um período traumático para a História do Brasil — não é levado em conta pela maioria dessas memórias.

Eduardo Gomes fez parte das culturas políticas do liberalismo (tanto econômico quanto político) e do conservadorismo, no sentido de conservar a ordem já existente. Em outras palavras, foi contra a participação de líderes políticos associados ao populismo, que realizavam medidas políticas favoráveis à classe trabalhadora, e não desejava que essa classe viesse a assumir papel relevante no cenário político nacional, especialmente a partir do Estado Novo. Manteve-se também vinculado às culturas políticas do autoritarismo e do anticomunismo.

A devoção do Brigadeiro ao catolicismo e o meio em que ele estava inserido, como o Exército e o partido da UDN, revelam muito sobre suas atitudes e as culturas políticas que seguia e faziam parte de sua formação como indivíduo. Isso também mostra que Eduardo Gomes manteve-se coerente, durante toda a sua vida, em relação aos ideais em que acreditava, mesmo que para isso fosse necessário envolver-se em tentativas de golpes e contribuir para a derrubada de governos eleitos democraticamente.

Eduardo Gomes participou dos movimentos tenentistas da década de 1920 e fez parte das ações revolucionárias, como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e a Revolta Paulista de 1924. Ao mesmo tempo em que desejavam realizar uma reforma no sistema político da época, por entenderem que a população brasileira não tinha condições de lutar por seus direitos, os tenentes queriam estabelecer uma ditadura que seria comandada pela instituição à qual pertenciam, até que o povo, preparado lentamente e educado para exercer a cidadania, pudesse atuar numa sociedade efetivamente democrática. Agiram, portanto, de forma autoritária, colocando-se à frente da população, como se ela não tivesse condições de lutar por seus direitos.

Eduardo Gomes contribuiu para a Revolução de 1930 e participou do governo de Getúlio Vargas até 1945. Em 1935, lutou contra os comunistas, ao impedir que o 1º Regimento de Aviação fosse tomado pelos rebeldes seguidores do comunismo. No ano de 1937 afastou-se de Vargas, por ser contrário ao golpe que originou o Estado Novo. Na ocasião, já estava descontente com os rumos que a política do presidente havia tomado. Por isso, em 1945 filiou-se à UDN e cooperou para que o mandatário deixasse a presidência da República e não tentasse realizar um novo golpe. Por meio da UDN, Eduardo Gomes disputou duas eleições para a Presidência da República (1945 e 1950). Perdeu as duas, mas começaria aí a sua luta pública em defesa do liberalismo-conservador, sobretudo após 1950, contra o projeto político alinhado ao nacional-estatismo.

Ao apoiar o liberalismo-conservador, o Brigadeiro lutou pela conservação da ordem social, defendeu uma maior aproximação e investimento do capital estrangeiro no país, especialmente o norte-americano, e passou a valorizar as leis do mercado. Em contrapartida, repudiou a intervenção estatal na economia, foi contra políticos populistas que se aproximaram das classes trabalhadoras, como Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Conforme destacamos, não queria que os trabalhadores passassem a exercer papel de destaque na vida política nacional. Suas atitudes prejudicaram uma democracia representativa que vinha sendo construída desde 1945.

Eduardo Gomes colaborou para a queda de Vargas em 1954. Havia até tentado o *impeachment* do presidente. Como ministro da Aeronáutica, em 1955, após ver seu amigo e colega de partido Juarez Távora ser derrotado como candidato à Presidência da República pela UDN, tentou dar um golpe para que Kubitschek não assumisse a presidência do país, mas não teve êxito. A posse do eleito foi assegurada por militares, sob a liderança de Lott, defensor da legalidade democrática.

No ano de 1964, apoiou o Golpe Civil-Militar e contribuiu para a deposição de Goulart da Presidência da República. Esse fato mostra que Eduardo Gomes conseguiu alcançar aquilo que almejava desde os tempos do tenentismo — mas é claro, em contextos diferentes —, isto é, uma modernização “pelo alto”. Essa modernização ocorreu no sentido de que, após o Regime Militar, o Brasil saiu como um país capitalista e urbanizou-se e industrializou-se, graças a continuação de investimentos realizados nessas áreas nos governos militares, que já haviam sido, inclusive, iniciados com Vargas e depois com Kubitschek. Ao mesmo tempo, obteve uma boa infraestrutura em energia, comunicações e transportes. A atuação “pelo alto” tem a ver com maneira pela qual essa mudança foi promovida, ou seja, a transformação foi dirigida pelos militares, que controlavam, em sua maioria, o Estado. Para isso, foi preciso restringir a participação política dos grupos que ameaçavam a ordem liberal, associados ao comunismo, como o populismo. As classes trabalhadoras foram deixadas de lado da atuação social e política no país.

Como ministro da Aeronáutica no governo de Castelo Branco e graças a sua atuação, Eduardo Gomes ajudou a evitar que um conflito ainda maior pudesse ter ocorrido entre a Marinha e a FAB. Ao participar do governo de Castelo Branco, também demonstrou seu apoio ao autoritarismo do Regime Militar e à política econômica liberal implantada pelo presidente, com a qual já simpatizava. Todavia, fez parte de um grupo de militares mais moderados, denominado Grupo da Sorbonne, em oposição aos oficiais da linha dura. Acreditava que o Golpe Civil-Militar de 1964 fosse uma “Revolução democrática”, assim como quando iniciou sua luta no movimento tenentista, em 1922. O Brigadeiro e muitos outros militares queriam combater a ameaça comunista e tudo o que estivesse ligado a essa ideologia. Era partidário de uma “limpeza rápida no terreno”, para depois passar o governo a um civil; porém, não foi isso que aconteceu.

Durante a Ditadura Militar, Eduardo Gomes mostrou-se contra o autoritarismo excessivo do regime. Exemplo disso foi seu apoio, até quando conseguiu, ao capitão Sérgio, que enfrentou o brigadeiro Burnier e se opôs ao plano de transformar o Para-Sar num esquadrão com práticas terroristas, que seriam atribuídas aos grupos extremistas de esquerda. Tentou ajudar Sérgio para que fosse revista a punição aplicada a ele. Defendeu-o conforme o contexto do Regime Militar e, num período de maior abertura política, passou a interferir mais em favor do capitão. Em 1974, enviou uma carta ao presidente da República e, alguns anos depois, escreveu outra, que, entretanto, não chegou às mãos do mandatário. O Brigadeiro fez

o que pôde, dentro de seus limites, para tentar ajudar o capitão, pois com a idade avançada e a saúde prejudicada, a situação já era mais difícil.

Eduardo Gomes manteve-se fiel ao catolicismo durante toda a sua vida e prestou auxílio aos socialmente desfavorecidos, por meio de doações ou outros meios de assistência. No final da vida, ao encontrar-se com o Papa João Paulo II, deu novamente demonstrações de sua fé cristã. Morreu sem conseguir ajudar o capitão Sérgio, mas ao menos foi coerente com aquilo em que acreditava.

Entendemos que, como político e figura de destaque da UDN, Eduardo Gomes contava mais com admiração e reverência por parte dos seus apoiadores, do que com liderança para conquistar as massas, sobretudo a classe trabalhadora. O Brigadeiro sempre teve o apoio dos grandes empresários, da classe média e da elite intelectual da direita brasileira.

Vale dizer que examinar a sua trajetória política é também tratar de sua vida profissional como oficial da Aeronáutica. Dedicou-se muito a essa instituição: colaborou com o surgimento do Correio Aéreo Nacional, ajudou a desenvolver a FAB e sempre zelou por ela. Não à toa conquistou admiradores; havia os “eduardistas”, que o apoiavam, mas também existiam os inimigos, grupos associados a Vargas. Na Aeronáutica, na condição de chefe militar, foi um líder, por isso tornou-se Patrono da Força Aérea Brasileira.

Em suma, recuperar a biografia política de Eduardo Gomes é também compreender parte da história da ingerência dos militares na vida política brasileira, especialmente no decorrer do século XX e perceber as fragilidades da democracia nacional. Aliás, essa compreensão, no momento atual, é muito oportuna, pois, além dos problemas relacionados à pobreza, à desigualdade e a tentativa de fazer com que os cidadãos participem de forma efetiva da vida política nacional, para que tenhamos uma instituição democrática forte, ainda convivemos com um sistema político-partidário limitado e com uma expressiva interferência de militares na política do país.

REFERÊNCIAS

FONTES:

ARQUIVOS

CPDOC:

Arquivo Antônio Carlos Murici:

GOMES, Eduardo. Correspondência de Eduardo Gomes (enquanto comandante do 1º Regimento de Aviação) a José Candido Muricy e a Nelson L. Wanderley, que faziam cursos de aviação militar nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 16 maio. 1933 a 09 fev. 1936.

Arquivo Castilho Cabral:

MANIFESTO da Esquerda Democrática. Rio de Janeiro: CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 25 ago. 1945.

PROCLAMAÇÃO da Sociedade Amigos da América ao povo. Rio de Janeiro: CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 20 abr. 1945.

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto:

PEIXOTO, Ernani do Amaral. Entrevista a Ana Paula Araripe, estudante de jornalismo da UNB. Rio de Janeiro: CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 30 maio. 1985.

Arquivo Getúlio Vargas:

GOMES, Eduardo. Relatório de viagem a Joaquim Pedro Salgado Filho sobre sua viagem no Norte da África a convite do Gal. Marshall para visitar as tropas aliadas naquela religião. Rio de Janeiro: CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 18 abr. 1943.

M.T.I.C. — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Rio de Janeiro: CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 04 nov. 1944.

Arquivo João Luís Alves:

BRASIL. Procuradoria Criminal da República. Processo da Revolta de São Paulo. *Livro*: 1ª vara, São Paulo, SP, dez. 1924.

Arquivo Juarez Távora:

MENDONÇA, Raul Pinto. *Eduardo Gomes (Perfil biográfico)*. Dpf. Rio de Janeiro: CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 25 fev. 1945. (Documentação Política e Funcional).

Arquivo Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti:

A MISSÃO brilhante do 2º batalhão do 3º regimento. Rio de Janeiro: CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 25 jul. 1922.

A SUBLEVAÇÃO e a defesa gloriosa da legalidade pelo 3º regimento — combate do Tunel Novo – descrição que nos fez dos acontecimentos o coronel Severiano Ribeiro. Rio de Janeiro: CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 21 jul. 1922.

ARQUIVO NACIONAL:

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro – Fundo Agência Nacional – 1981.

BIBLIOTECA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

CARVALHO, Joaquim Nunes de. *A Democracia e o Brigadeiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1945. 13 p. (Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 661-A, de 04 de abril de 2003*. Inscreve o nome do Marechal Eduardo Gomes no Livro dos Heróis da Pátria; tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto pela aprovação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=007215CCA488684224496261C937ADED.node1?codteor=302491&filename=Avulso+-PL+661/2003.

Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 6.918-A, de 19 de abril de 2006*. Inscreve o nome do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes no Livro dos Heróis da Pátria; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura pela rejeição. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=866190C7C7527FD64F82174F0B22BF5A.node2?codteor=391147&filename=Avulso+-PL+6918/2006.

Acesso em: 05 nov. 2022.

COLEÇÃO

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. *História Geral da Aeronáutica Brasileira: de 1921 às vésperas da Criação do Ministério da Aeronáutica*. Rio de Janeiro: INCAER; Belo Horizonte: Itatiaia. (Coleção Aeronáutica. Série História Geral da Aeronáutica Brasileira). 1990. v. 2.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. *História Geral da Aeronáutica Brasileira: janeiro de 1956 a dezembro de 1966 — da posse do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira até as vésperas da Reforma Administrativa*. Rio de Janeiro: INCAER. (Coleção Aeronáutica. Série História Geral da Aeronáutica Brasileira). 2014. v. 5.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 29 jun. 1972, p. 0900. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/190-anos-do-parlamento-brasileiro/henrique-eduardo-alves_270672. Acesso em: 01 nov. 2022. Discurso do brigadeiro Eduardo Gomes.

ENTREVISTAS

ARGOLO, José Amaral; FORTUNATO, Luiz Alberto. *Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar*. Entrevistado: Luiz Helvécio da Silveira Leite. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FARIAS, Oswaldo C. de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. [entrevista cedida a] Aspásia Camargo e Walder de Góes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

FAUSTO, Boris. *Tenentismo era salvacionista e propugnaram a manutenção da ditadura de Getúlio, diz Boris Fausto*. [Entrevista cedida a] Marcelo Godoy. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 04 jul. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/tenentismo-era-salvacionista-e-propugnaram-a-manutencao-da-ditadura-do-getulio-diz-boris-fausto/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *História oral do Exército — 1964 — 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, t. 10.

MOURA, Nero. *Um vôo na história*. [Entrevista cedida a] Ignez Cordeiro de Farias e Lucia Hippolito. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TEIXEIRA, Anísio. *Anísio Teixeira está vivo*. [Entrevista cedida a] Carlos Lacerda. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 ago. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_03&pasta=ano%20194&pesq=An%C3%ADsio%20teixeira&pagfis=21701. Acesso em: 27 jul. 2022.

JORNAIS

A Tribuna (SP) — 1981:

A EVOCAÇÃO de Eduardo Gomes. *A Tribuna*, Santos, p. 2, 15 jun. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_03&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=12772. Acesso em: 01 set. 2021.

BRIGADEIRO sepultado como herói. *A Tribuna*, Santos, p. 4, 16 jun. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_03&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=12806. Acesso em: 01 set. 2021.

PREVISTA multidão no enterro do brigadeiro. *A Tribuna*, Santos, p. 3, 15 jun. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_03&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=12773. Acesso em: 01 set. 2021.

Correio da Manhã (RJ) —1945 a 1950:

ACEITOU o Brigadeiro o lançamento de sua candidatura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 abr. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=2073. Acesso em: 17 set. 2022.

ADERE ao movimento Pró-Brigadeiro o Departamento Estudantil do Partido Libertador. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 01 jan. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=14. Acesso em: 17 set. 2022.

A MISTIFICAÇÃO do salário mínimo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 01 out. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=5528. Acesso em: 17 set. 2022.

A ORAÇÃO do candidato nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 01 out. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=5524. Acesso em: 17 set. 2022.

AOS MÉDICOS do interior. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 ago. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=4881. Acesso em: 17 set. 2022.

APREENDIDO o material dos estudantes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 02 mar. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=1107. Acesso em: 17 set. 2022.

ARACAJU. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1-6, 20 set. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=5326. Acesso em: 17 set. 2022.

ASSIM É o Brigadeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 08 set. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=Eduardo%20Gomes&pagfis=27662. Acesso em: 25 out. 2021.

ASSISTE-LHES, também, o direito à melhoria de seu nível de vida, afirmou em Campos o Brigadeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 30 ago. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=4863. Acesso em: 17 set. 2022.

BELO Horizonte tributou ao Brigadeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 jul. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=4135. Acesso em: 17 set. 2022.

BOM JARDIM recebeu também a visita de Eduardo Gomes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 01 set. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=4901. Acesso em: 17 set. 2022.

COMO falou o Brigadeiro em Friburgo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 01 set. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=4899. Acesso em: 17 set. 2022.

COMO falou, ontem, em Teresópolis, o Brigadeiro Eduardo Gomes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 set. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=5336. Acesso em: 17 set. 2022.

É CRIME fazer a propaganda de um candidato democrata. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 jan. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=232. Acesso em: 17 set. 2022.

EDUARDO Gomes dirige-se ao povo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 mai. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=2587. Acesso em: 17 set. 2022.

EDUARDO Gomes diz que crise na FAB pode ficar séria. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 06 out. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=acidente%20Eduardo%20Gomes&pagfis=96152. Acesso em: 31 out. 2022.

EDUARDO Gomes e a instrução do povo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 ago. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=Eduardo%20Gomes&pagfis=27538. Acesso em: 25 out. 2021.

EDUARDO Gomes, idealizador e herói dos 18 do Forte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 21 ago. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=Eduardo%20Gomes&pagfis=27396. Acesso em: 20 ago. 2021.

EDUCAÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 ago. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=4712. Acesso em: 17 set. 2022.

ESTUDANTES de engenharia com o Brigadeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jun. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=3166. Acesso em: 17 set. 2022.

FALANDO aos paranaenses: oração do Brigadeiro encerrando a Convenção de Curitiba. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 jul. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=3840. Acesso em: 17 set. 2022.

MANIFESTO à nação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jun. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=3166. Acesso em: 17 set. 2022.

O BRIGADEIRO e a mulher que trabalha. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 de jul. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=4019. Acesso em: 17 set. 2022.

O EIXO queria matar o Brigadeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 04 set. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&PagFis=27608&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes. Acesso em: 30 out. 2021.

O FASCISMO está morto no mundo; mas nem por isso se devem descuidar os defensores da liberdade — adverte o Brigadeiro Eduardo Gomes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 01 ago. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=4294. Acesso em: 17 set. 2022.

O NOME é: Eduardo Gomes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 24 jan. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=445. Acesso em: 17 set. 2022.

O TRABALHADOR é um associado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 01 out. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=5528. Acesso em: 17 set. 2022.

OS ESTUDANTES estarão nas ruas exigindo a candidatura do Brigadeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 05 abr. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=1800. Acesso em: 17 set. 2022.

RECORDANDO a epopéia dos 18 do Forte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 06 jul. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=3729. Acesso em: 17 set. 2020.

REDENÇÃO municipal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 ago. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=4883. Acesso em: 17 set. 2022.

SOU CAPITÃO da F.A.B. graças ao brigadeiro Eduardo Gomes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 set. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=Eduardo%20Gomes&pagfis=27846. Acesso em: 25 out. 2021.

VISÃO e capacidade de Eduardo Gomes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 09 set. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=Eduardo%20Gomes&pagfis=27690. Acesso em: 25 out. 2021.

Diário Carioca (RJ) — 1945:

A CANDIDATURA Eduardo Gomes. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 02 mar. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=19815. Acesso em: 08 jun. 2022.

DECLARA o Sr. João Mangabeira. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 fev. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=19743. Acesso em: 16 jun. 2022.

OPINA o General Isidoro Dias Lopes. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 fev. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=19743. Acesso em: 16 jun. 2022.

O SR. Osvaldo Aranha e a candidatura Eduardo Gomes. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 fev. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=19743. Acesso em: 08 jun. 2022.

PROGRAMAS. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 02 mar. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=19815. Acesso em: 08 jun. 2022.

UNIÃO Nacional. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 fev. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=19753. Acesso em: 16 jun. 2022.

Diário de Notícias (RJ) — 1945:

GUEIROS, Jerônimo. O que os evangélicos devem saber sobre o brigadeiro Eduardo Gomes. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 8, 04 nov. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_02&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=25209. Acesso em: 27 jul. 2022.

Folha de S. Paulo (SP) — 1981:

AERONÁUTICA lamenta sua maior perda. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 5, 15 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7708&keyword=brigadeiro%2CEduardo%2CGomes&anchor=4187152&origem=busca&originURL=&pd=1c94df0876770b5d179ae24df7da880d>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ATUAÇÃO política recebe elogios até da oposição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 5, 15 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7708&keyword=brigadeiro%2CEduardo%2CGomes&anchor=4187152&origem=busca&originURL=&pd=1c94df0876770b5d179ae24df7da880d>. Acesso em: 26 ago. 2021.

HOJE o enterro do brigadeiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 5, 15 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7708&keyword=brigadeiro%2CEduardo%2CGomes&anchor=4187152&origem=busca&originURL=&pd=1c94df0876770b5d179ae24df7da880d>. Acesso em: 26 ago. 2021.

UMA vida marcada pelo liberalismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 5, 15 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7708&keyword=brigadeiro%2CEduardo%2CGomes&anchor=4187152&origem=busca&originURL=&pd=1c94df0876770b5d179ae24df7da880d>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Jornal do Brasil (RJ) — 1981:

A VIDA de um democrata. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 16, 14 jun. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=26311. Acesso em: 27 ago. 2021.

Jornal do Commercio (RJ) — 1945:

A CANDIDATURA do Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 mar. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=24733. Acesso em: 17 jun. 2022.

MENSAGEM do Sr. Armando Salles. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, 03 mar. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=24452. Acesso em: 17 jun. 2022.

O Estado de S. Paulo (SP) — 1924 a 1981:

A MORTE do grande revolucionário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 4, 14 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19810614-32593-nac-0004-999-4-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 27 ago. 2021.

A U.D.N. em processo de autofagia política. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 11, 28 nov. 1945. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19451128-23366-nac-0011-999-11-not>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRIGADEIRO vai ao aeroporto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 26, 29 jun. 1980. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19800629-32298-nac-0026-epl-26-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 03 jul. 2022.

BUENO, Fernando. Foto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 10, 02 jul. 1980. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19800702-32300-nac-0010-999-10-not>. Acesso em: 03 nov. 2022.

COMO foi ferido o coronel Eduardo Gomes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 29 nov. 1935. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19351129-20284-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 25 out. 2021.

EXPRESSIVAS homenagens aos mortos em defesa da ordem. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 29 nov. 1935. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19351129-20284-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 25 out. 2021.

GODOY, Marcelo. A lição do brigadeiro Eduardo Gomes para os generais de Bolsonaro. *O Estado de S. Paulo*, 10 maio. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-licao-do-brigadeiro-eduardo-gomes-para-os-generais-de-bolsonaro,70003709730>. Acesso em: 05 nov. 2022.

HERZOG, Vlado. Inaugurado ontem o ginásio estadual “D. Jenny Gomes”. *O Estado de S. Paulo*, p. 9, 24 out. 1959. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19591024-25916-nac-0009-999-9-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 17 maio. 2022.

MORRE o brigadeiro Eduardo Gomes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 14 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19810614-32593-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 27 ago. 2021.

NÃO FICARÁ pedra sobre pedra. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 12, 28 nov. 1945. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19451128-23366-nac-0012-999-12-not>. Acesso em: 27 jul. 2022.

NO GALEÃO, a saudação dos pescadores. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 10, 02 jul. 1980. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19800702-32300-nac-0010-999-10-not>. Acesso em: 03 nov. 2020.

O GENERAL Dutra e a Igreja. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 13, 22 nov. 1945. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19451122-23361-nac-0013-999-13-not>. Acesso em: 27 jul. 2022.

OS ACONTECIMENTOS na Escola de Aviação Militar. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 28 nov. 1935. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19351128-20283-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 25 out. 2021.

UM COMUNICADO dos chefes do movimento. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 10 jul. 1924. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19240710-16596-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UMA vida à procura da Democracia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 4, 14 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19810614-32593-nac-0004-999-4-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 27 ago. 2021.

O Globo (RJ) — 1945 a 1981:

A ENTREVISTA com o Brigadeiro Eduardo Gomes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 26 abr. 1945. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=19&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=Prestes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1940&anoSelecionado=1945>. Acesso em: 17 jun. 2022.

AFIRMA a *O Globo* o presidente da Federação Nacional de Professores que essa entidade apoiará a candidatura Eduardo Gomes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 28 fev. 1945. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=2&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1940&anoSelecionado=1945>. Acesso em: 17 jun. 2022.

AURELIANO: ‘foi um autêntico democrata’. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 16 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 1981.

BRIGADEIRO Eduardo Gomes é sepultado com honras de herói. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 16 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 1981.

CAPELÃO o compara a Caxias e Tamandaré. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 15 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 1981.

DÉLIO: foi líder, é símbolo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 14 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 1981.

EDUARDO, Gomes e L. Carlos Prestes encontram-se. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 25 abr. 1945. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=18&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=Prestes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1940&anoSelecionado=1945>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ENTERRO. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 16 jun. 1981. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 1981.

FALA a << O Globo >> o Sr. José Américo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 22 fev. 1945.

FIGUEIREDO decreta luto por três dias. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 15 jun. 1981. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 2021.

INÍCIO de uma jornada que será, sem dúvida, de trabalhos, de sofrimentos, de — dor e de ação —. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 05 mar. 1945. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=3&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1940&anoSelecionado=1945>. Acesso em: 17 jun. 2022.

INJURIAVA, publicamente, o brigadeiro Eduardo Gomes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 05 mar. 1945. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=3&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1940&anoSelecionado=1945>. Acesso em: 17 jun. 2022.

O BRIGADEIRO, uma existência heroica. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 14 jun. 1981. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 2021.

PRESIDENTE decreta luto pela morte de Eduardo Gomes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 14 jun. 1981. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SERÁ candidato à presidência, ainda que o não seja o Sr. Getúlio Vargas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 27 fev. 1945. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=2&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1940&anoSelecionado=1945>. Acesso em: 17 jun. 2022.

TARDE sangrenta no primeiro <<meeting>> político do Recife. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 05 mar. 1945. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=3&ordenacaoData=datascendente&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1940&anoSelecionado=1945>. Acesso em: 17 jun. 2022.

VELÓRIO. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 14 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 2021.

VENTURINI destaca coragem do Brigadeiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 15 jun. 1981. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Brigadeiro+Eduardo+Gomes&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 27 ago. 2021.

O 5 de Julho — 1925 a 1931:

A REDAÇÃO. *O 5 de Julho*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 81, [1931?].

LOPES, Isidoro Dias. Carta do Marechal Isidoro ao Dr. Azevedo Lima. *O 5 de Julho*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 36, 27 fev. 1925.

The Intercept Brasil — 2018:

MAGALHÃES, Mário. “Fake News” já influenciavam eleições brasileiras em 1945. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 07 fev. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/02/07/fake-news-ja-influenciava-eleicoes-brasileiras-desde-1945/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Tribuna do Norte — 2015:

O COMERCIANTE que ‘lutou contra’ Eduardo Gomes. *Tribuna do Norte*, Natal, 17 maio. 2015. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/o-comerciante-que-a-lutou-contra-eduardo-gomes/313969>. Acesso em: 03 jun. 2020.

LIVROS DE ÉPOCA

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *O Brigadeiro da libertação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde S. A., 1946.

COSTA, Cyro; GOES, Eurico de. *Sob a metralha ... História da revolta em São Paulo*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.

GOMES, Eduardo. *Campanha de libertação*. 3 ed. São Paulo: Livraria Martins. 1946.

MATTA, E. *Eduardo Gomes e a Evolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Carioca Ltda, 1945.

SILVA, Gastão Pereira da. *Brigadeiro Eduardo Gomes*. Rio de Janeiro: Panamericana Ltda, 1945.

LIVROS DE MEMÓRIAS

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada: memórias*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1965.

GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade: Contribuição para a história da revolta em S. Paulo*. 3. ed. São Paulo: CMG, 1924.

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. *Caminhada com Eduardo Gomes*. Rio de Janeiro: Revista de Aeronáutica, 1984.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974, v.1.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, v. 2.

REVISTAS:

Brasileiros — 2014:

VILLAMÉA, Luiza. O paraquedista que evitou um banho de sangue. *Brasileiros*, São Paulo, p. 96-101, mar. 2014.

Manchete — 1981:

MELO FILHO, Murilo. Eduardo Gomes: um mito e um símbolo. *Manchete*, Rio de Janeiro, p. 128-129, 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=Brigadeiro%20Eduardo%20Gomes&pagfis=202669>. Acesso em: 01 set. 2021.

Veja — 1985:

A LIÇÃO do Brigadeiro. *Veja*, São Paulo, n.p., jul. 1972.

MAUAD, Isabel Cristina. O homem que disse não: dezessete anos depois, surgem os detalhes do dramático caso Para-Sar. *Veja*, São Paulo, p. 50-59, jun. 1985.

MEMÓRIA: Eduardo Gomes (1896-1981). *Veja*, São Paulo, p. 24, jun. 1981.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (SITE DO TSE):

MANGABEIRA, Otávio. Programa a que se refere o art.º 2º dos estatutos. Rio de Janeiro, 20 ago. 1945. 6 p. Disponível em: https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/udn/arquivos/Programa.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

REPRESENTAÇÃO Política. TSE, Brasília, 1950. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/representacao_politica/1950/rep_polit_1950aeb_03.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. Cartas Falsas. *In*: ATLAS histórico do Brasil, Rio de Janeiro: CPDOC, c2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/cartas-falsas>. Acesso em: 26 maio. 2021.

ABREU, Marcelo de Paiva. Lend Lease Act. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lend-lease-act>. Acesso em: 19 ago. 2020.

ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. *In*: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro: 1930–1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4, p. 179-227.

ALEXANDER, Robert J. Os Tenentes depois da Revolução de 30. *In*: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. Tradução: José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 163-188.

ALMEIDA, Francisco Alves de. A biografia e o ofício do historiador. *Dimensões*, Vitória – ES, v. 32, p. 292-313, 2014.

ARAUJO, Maria Celina D’; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). *In*: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 4, p. 11-48.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, Vitória — ES, n. 24, p. 157-172, 2010.

AZEVEDO, Fernando de. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista Braziliense*, São Paulo, n. 15, p. 9-28, 1957.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 23-79.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976, v. 3.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1889 a 1930*. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1981, v. 2.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Esquerda Democrática. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/esquerda-democratica>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Manifesto dos Mineiros. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-mineiros>. Acesso em: 16 out. 2020.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. União Democrática Nacional (UDN). In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (coord.). *Para uma história cultural*. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René [Direção de]. *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-46.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.

BORGES, V. P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5: os anos de chumbo na visão do maior jornalista político de seu tempo*. Prefácio de Merval Pereira; seleção, organização e notas de Luciano Trigo. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

BRASIL. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1926]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRIGADEIRO, doce preferido nas festas, surgiu em campanha eleitoral. Produção de Globo Repórter. Rio de Janeiro: Globoplay, 2017. 1 vídeo (7:44 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5946162/programa/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRIGADEIRO que inspirou doce morreu solteiro aos 84 anos. Produção de Élcio Braga. Rio de Janeiro: Videohistória, 2020. 1 vídeo (29:34 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L5s8X7EvBpg>. Acesso em: 30 maio. 2020.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. *Marechal-do-Ar Eduardo Gomes: o homem e o Mito*. Rio de Janeiro: INCAER, [200-?].

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 2, p. 103-137.

CARLONI, Karla. *Marechal Henrique Teixeira Lott: A opção das esquerdas*. 2010. 254 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARLONI, Karla. Militares de esquerda e o Regime Militar: “Marechal da legalidade” na defesa da democracia. *Revista Crítica Histórica*, Alagoas, ano 5 n. 10, p. 156-177, dez. 2014.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras: da Revolução Liberal à Revolução de 31 de março (1930/1964)*. Prefácio de Osvaldo Tôrres Galvão. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1965, v. 2.

CARNEIRO, Glauco. *O revolucionário Siqueira Campos*. Prefácio de Juracy Magalhães. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora S. A. 1966, v.1.

CARONE, Edgard. *O tenentismo: acontecimentos – personagens – programas*. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 3. ed. ampliada e atualizada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade*. O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COHEN, Ilka Stern. *Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924*. São Paulo: UNESP, 2007.

CONSELHO superior – INCAER realiza cerimônia de posse do novo Conselheiro. *Fab*, Rio de Janeiro, [2018?]. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/incaer/index.php/2014-12-11-17-51-57/671-conselho-superior-incaer-realiza-cerimonia-de-posse-de-novo-conselheiro>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

COSTA, Célia M. L. O Brasil de JK > Revolta de Jacareacanga. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga>. Acesso em: 19 ago. 2020.

COUTINHO, Amélia. Adolf Augustus Berle Junior. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adolf-augustus-berle-junior>. Acesso em: 16 jul. 2022.

COUTINHO, Amélia. Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henrique-batista-duffles-teixeira-lott>. Acesso em: 16 out. 2022.

DIAS, Sônia. Eduardo Gomes. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>. Acesso em 23 dez. 2020.

DÓRIA, Pedro. *Tenentes: a guerra civil brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução: Gilson C. C. de Souza. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DRUMOND, Cosme Degenar. *O Brigadeiro*. Eduardo Gomes, trajetória de um herói. São Paulo: Cultura, 2011.

ESCOLA básica municipal brigadeiro Eduardo Gomes. *Aee e bm brigadeiro Eduardo Gomes*. Florianópolis, [2010?]. Disponível em: <https://sites.google.com/site/aeebmbriadeiroeduardogomes/>. Acesso em: 29 maio. 2020.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro: 1930–1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4, p. 91-141.

FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 3, p. 11-45.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 3, p. 341-382.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 3, p. 403-468.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 — Primeira República (1889-1930)*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. v. 1, p. 373-401.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Belchior Marques Goulart. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>. Acesso em: 14 out. 2022.

FERRO, Flávia Salles. *Um liberal autoritário: trajetória política de Eduardo Gomes (1922-1981)*. 2020. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. v. 2.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e aliança liberal (1927-1930)*. São Paulo: Livraria Editora Polis LTDA. 1978.

GASPARI, Elio. Carta do brigadeiro Eduardo Gomes para Bolsonaro. In: LOPES, Ney. *Blog do Ney Lopes*. Natal, 03 ago. 2022. Disponível em: <https://www.blogdoneylopes.com.br/elio-gaspari-carta-do-brigadeiro-eduardo-gomes-para-bolsonaro>. Acesso em: 05 nov. 2022.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 1–14, 2009.

GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro: 1930–1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4, p. 41-89.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945–1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

HISTÓRICO. *Ciavex*, Taubaté, 03 jan. 2017. Disponível em: <http://www.ciavex.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em: 02 set. 2020.

HISTÓRICO. *Fab*, Rio de Janeiro, [21--]. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/cgabeg/index.php/historico>. Acesso em 29 dez. 2020.

HISTÓRICO. *Infraero Aeroportos*, Brasília, [2015?]. Disponível em: <http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-manaus-eduardo-gomes/sobre-o-aeroporto/historico/>. Acesso em: 29 maio. 2020.

IANNI, Octávio. As estratégias de desenvolvimento. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. 2. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2014. p. 167-171.

ICARO. *Saber cultural*. Rio de Janeiro, [21--]. Disponível em: <http://www.sabercultural.com/template/obrasCelebres/Icaro.html>. Acesso em: 29 jul. 2021.

INEP. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília: MEC, 2003.

KELLER, Vilma. João Café Filho. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-cafe-filho>. Acesso em: 14 out. 2022.

LAMARÃO, Sérgio. Movimento 11 de novembro. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-do-11-de-novembro>. Acesso em: 16 out. 2022.

LANNING, Michael Lee. *Chefes, líderes e pensadores militares*. Tradução: Ulisses Lisboa Perazzo Lannes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

LAVENÈRE-Wanderley, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

LEAL, Carlos Eduardo. O Estado de São Paulo. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o>. Acesso em: 03 maio. 2022.

LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente; BASTOS, Ana Flávia. Correio da Manhã. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em: 03 maio. 2022.

LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>. Acesso em 7 jun. 2022.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. O Globo. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LEAL, Hamilton. *A grande legenda — 5 de julho*. Prefácio do Ministro José Eduardo do Prado Kelly. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Tradução: Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEVI, Giovanni. Usos das biografias. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. *In*: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-176.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 28. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LICKS, Afonso. *Octavio, o civil entre os 18 do Forte de Copacabana*. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2016.

LIMONGI, Fernando. *Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil pós-Estado Novo*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 371-400, 2015.

MANHANELLI, Carlos Augusto Bonacorso. *Os jingles eleitorais nas campanhas presidenciais brasileiras*. 2009. 141 f. Dissertação (Comunicação Social) — Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MARTINS, José de Souza. A coluna da morte e sua circunstância. *In*: CABANAS, João. *A coluna da morte*. Prefácio de José de Souza Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MEIRELLES, Pedro V. M. “O mais popular dos doces brasileiros”: história crítica do brigadeiro. *Aedos*, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 330-354, dez. 2019.

MOORE JÚNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Tradução: Maria Ludovina F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Prefácio de Raymundo Faoro. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA, Regina da Luz. São Paulo pega em armas: a Revolução Constitucionalista de 1932. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>. Acesso em: 25 out. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 13-37.

MUSIEDLAK, Didier. Biografia e História. Reflexões Metodológicas. Tradução: Mariana Joffily e Ana Brancher. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 13, n. 15, p. 103-109, 2007.

NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2021.

NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

OS 80 ANOS da Base Aérea de Natal. *Fatos e fotos de Natal antiga*, Natal, 04 ago. 2021. Disponível em: <https://fatosefotosdenatalantiga.com/os-80-anos-da-base-aerea-de-natal/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Revolta Comunista. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>. Acesso em: 25 out. 2021.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 2, p. 11-33.

PAULO Pinheiro Chagas. In: DICIONÁRIO Histórico Brasileiro pós 1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_pinheiro_chagas. Acesso em: 23 set. 2020.

PAULON, Wagner. *Cobrpsi*, Cachoeira de Itapemirim. c2010. Disponível em: <https://cobrpsi.webnode.com.br/homenagens/dr-gast%C3%A3o%20pereira%20da%20silva/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PECHMAN, Robert. José Caetano de Faria. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-caetano-de-faria>. Acesso em: 23 set. 2020.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul./dez. 2009.

RAMOS, Plínio de Abreu. Euclides da Zenobio Costa. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/euclides-da-zenobio-costa>. Acesso em: 16 out. 2022.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 — Primeira República (1889-1930)*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. v. 1, p. 81-110.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 161-178, jul./dez. 2011.

ROSA, Virgínio Santa. *O sentido do tenentismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SCHMIDT, Benito. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998, p. 49-70.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*. Campinas, n. 24, p. 53-54, 2013.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 3, p. 245-267.

SILVA, Hélio. *1922: sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. v. 1.

SILVA, Hélio. *1935: A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1969, v. 8.

SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. 10.

SILVA, S. Tharles. O antigo campo de aviação do Arraial D’Ajuda e as memórias da Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, Tharles S. (org.). *Asas para Porto Seguro: histórias e memórias do antigo campo de aviação do Arraial D’Ajuda*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 105-133.

SILVA, S. Tharles; LEMOS JR., Galileu; DIAS, Gabriel; TOSATI, Rafael; PARRACHO, Vinicius. O Brigadeiro Eduardo Gomes: uma pessoa que marcou a história do Arraial D’Ajuda. In: SILVA, Tharles S. (org.). *Asas para Porto Seguro: histórias e memórias do antigo campo de aviação do Arraial D’Ajuda*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 229-236.

SILVA, Wilton C. L. *A Construção Biográfica de Clóvis Beviláqua: Memórias de Admiração e de Estigmas*. São Paulo: Alameda, 2016.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (coord.). *Para uma história cultural*. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 409-418.

SOCIEDADE amigos da América. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-amigos-da-america>. Acesso em: 31 maio. 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. 2. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2014. p. 125-131.

SOUSA, João Vieira de. *Ministros da Aeronáutica: 1941-1985*. Rio de Janeiro: INCAER. (Coleção Aeronáutica. Série História Setorial da Aeronáutica Brasileira). 1997. v. 11.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução: Carmen C. Varriali, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coordenação da tradução: João Ferreira. Revisão Geral: João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1, p. 94-104.

STRINGUETTI, Lucas Mateus V. de G. *O Brigadeiro Eduardo Gomes: uma análise dos seus discursos políticos (1922-1950)*. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

STRINGUETTI, Lucas Mateus V. de G. *O pensamento político do brigadeiro Eduardo Gomes (1922-1950)*. Curitiba: Appris, 2020.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 281-199, 2012.

UNIÃO Democrática Socialista. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro — DHBB. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-socialista>. Acesso em: 28 jun. 2022.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Rebeliões integralistas – 1938: março e maio. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues; GONÇALVES, Leandro Pereira; VIANNA, Marly de Almeida Gomes; CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 433-471.

VILAS BOAS, Sergio. *Biografias & Biógrafos: jornalismo sobre personagens*. São Paulo: Summus, 2002.

VILAS BOAS, Sergio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

YOUNG, Jordan. Aspectos Militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. Tradução: José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 15-35.

+ BÔNUS – 120 anos Eduardo Gomes. *Fab*, Rio de Janeiro, [2016?]. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/musal/index.php/projeto-toque-no-acervo/476-bonus-120-anos-de-nascimento-de-eduardo-gomes>. Acesso em: 07 jun. 2020.

1982 — HOMENAGEM ao brigadeiro Eduardo Gomes. c2022. Disponível em: <https://www.oselo.com.br/produto/1982-homenagem-ao-brigadeiro-eduardo-gomes-rhmc1243/>. Acesso em: 04 nov. 2022.